

Marli de Almeida

“EXCESSOS DE PATRIOTISMO”: TERRORISMO DE ESTADO E
OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS NO
RIO GRANDE DO SUL – 1964/1965

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, exemplos de trabalho e perseverança e responsáveis pela curiosidade sobre os Grupos de Onze. Às minhas irmãs e irmãos, pelo carinho, pelo apoio e companheirismo. Às minhas filhas, Aline e Marielen, grandes amores da minha vida, que em muitos momentos se tornaram o suporte necessário para a continuação da jornada. Ao meu neto Lorenzo, que trouxe muita alegria para minha vida.

Também dedico esse trabalho à todas as pessoas que sonharam com a reforma agrária e por isso foram alvo do terrorismo de Estado, especialmente aos membros dos Grupos de Onze Companheiros, objeto de estudo nessa tese.

AGRADECIMENTOS

A entrega desta tese é o coroamento e também o encerramento de uma etapa da minha vida. Demorei muito pra chegar até aqui. Foi preciso dar uma parada após o mestrado, dar conta de demandas familiares e profissionais. Então o divórcio, mudança de cidade e de emprego e, finalmente, o doutorado! Não foi simples conciliar os tempos e afazeres. Só foi possível atender as exigências da vida, do trabalho e da tese graças à colaboração de muitas pessoas queridas, às quais agradeço de coração:

À orientadora e amiga, Profª Drª Ana Luiza Setti Reckziegel, por ter aceitado orientar este trabalho, pela paciência, pelo apoio em diferentes momentos, pelas diversas sugestões de abordagem, pela leitura atenta e crítica do trabalho. Ao meu genro Thomaz Santos, sempre disposto a uma conversa produtiva, que além de fornecer livros ainda contribuiu com leituras e preciosas considerações. Ao meu cunhado Paulo Hartmann e minha irmã Marília, que, com tranquilidade, me ajudaram nos momentos mais insólitos, indicando fontes, discutindo e, principalmente, me ouvindo. À minha filha Marielen, pelo companheirismo, leituras, correções e questionamentos. Ela foi a pessoa que me suportou durante esses anos do doutorado. Ao meu amigo Cainã Costa, que fez parte da família por alguns meses e também entrou na equipe do Grupo dos Onze, colaborando na elaboração dos mapas que ilustram esse trabalho. À minha filha Aline, pelo apoio em todos os momentos.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Passo Fundo, que me ajudaram a crescer como acadêmica e como pessoa. À Tatyana do Amaral Maia, professora do Programa de Pós-Graduação de História da PUCRS, que mais que professora, tornou-se minha amiga querida. Ao Prof. Dr. Enrique Padrós, que além de ser a minha inspiração para o desenvolvimento dessa tese, foi de uma grandiosidade incomparável, me recebendo, fornecendo material e, mesmo passando por um momento difícil, sempre me atendeu carinhosamente.

Aos funcionários do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Caroline Acco Baseggio, Givaneide Neusa Farias, Jorge Miranda da Silva, especialmente a Giglioli Rodrigues, que me passou às mãos o *Catálogo Resistência em Arquivo*, fonte que norteou a busca pela documentação. A realização dessa pesquisa só foi possível pelo trabalho e auxílio dessas pessoas. Ao geógrafo Fernando Dreissig de Moraes pela indicação bibliográfica do mapa da divisão municipal de 1964.

Alguns amigos, além de tudo, me auxiliaram em diferentes momentos da escrita da tese, através da indicação de fontes e bibliografia, da leitura de partes do texto, da ajuda com a formatação, com referências, com traduções, com livros, etc. Luciana da Veiga e Pablo Ferreira, obrigada! Aos meus colegas de doutorado, que mesmo com pouca convivência, tornaram essa jornada muito proveitosa. À Janaina Vedoin, pela ajuda com as fontes.

Ao Sr. Índio Vargas pelo acolhimento e contribuição valiosa. Igualmente ao Sr. Valdetar Dornelles, por partilhar comigo sua experiência estarrecedora.

À direção do Colégio Marista Ipanema e aos meus colegas de trabalho, pelo apoio e compreensão.

Finalmente, agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado, que permitiu a realização desse trabalho.

RESUMO

Esta tese tem como objeto central os Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas, organizados por Leonel Brizola a partir de outubro de 1963 para a “defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, pelas reformas imediatas e pela libertação nacional.” Houve extraordinária adesão ao movimento, especialmente no Rio Grande do Sul, demonstrando a vontade de participação popular e o engajamento político existente no momento, além de uma expectativa de mudanças pela realização das reformas de base, especialmente da reforma agrária. Pelo contexto de Guerra Fria, essa mobilização foi vista e alardeada como subversão e avanço da guerra revolucionária que instauraria o comunismo no Brasil. A formação desses grupos municiou os grupos conservadores, que temerosos com a expansão esquerdista e com a mobilização popular, já conspiravam para a deposição de João Goulart da presidência. Com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi instaurado um governo ditatorial que, visando eliminar toda e qualquer oposição ao regime, utilizou-se de práticas de terrorismo de Estado (TDE), atingindo diretamente as pessoas que participaram dos Grupos de Onze ou que eram suspeitas de envolvimento com essa mobilização. A principal fonte para esse estudo são os processos de pedido de indenização por perseguição política, tornados possíveis pela Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997, por meio da qual o Estado do Rio Grande do Sul “assumiu a responsabilidade por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabeleceu normas para que sejam indenizadas”, disponibilizados para consulta pública no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Foram selecionados, para fins dessa pesquisa, 440 processos, em que os requerentes à indenização alegam prisão, perseguição e/ou torturas por envolvimento com os Comandos Nacionalistas ou estão citados em outros processos como membros dos referidos grupos. Pela análise desses processos, busca-se estabelecer um perfil dos envolvidos com os grupos, as motivações para sua adesão ao movimento, os locais onde houve maior formação dos grupos, a extensão da repressão desfechada ainda em 1964 e os efeitos da violência estatal na vida dos perseguidos políticos e na de seus familiares.

Palavras chave: Grupos de Onze Companheiros, reforma agrária, subversão, terrorismo de Estado.

ABSTRACT

This thesis has as its central object the Groups of Eleven Companions or Nationalist Commands, organized by Leonel Brizola from October 1963 onwards for the "defense of the democratic achievements of the Brazilian people, for the immediate reforms and for the national liberation." There was extraordinary adherence to the movement, especially in Rio Grande do Sul, demonstrating the desire for popular participation and political engagement at the moment, as well as an expectation of changes through the realization of basic reforms, especially agrarian reform. In the context of the Cold War, this mobilization was seen and vaunted as a subversion and advance of the revolutionary war that would establish communism in Brazil. The formation of these groups provided the conservative groups, who feared the leftist expansion and the popular mobilization, already conspired for the deposition of João Goulart of the presidency. With the civil-military coup of March 31, 1964, a dictatorial government was established which, in order to eliminate all opposition to the regime, used State terrorist practices (TDE), directly affecting people who participated in the Groups of Eleven or who were suspected of being involved in such mobilization. The main source for this study are the lawsuit claims for political persecution, made possible by Law 11.042 of November 18, 1997, whereby the State of Rio Grande do Sul "assumed responsibility for physical and psychological damages caused to persons detained for political reasons and established norms to be indemnified", made available for public consultation in the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul. For the purpose of this research, 440 cases were selected, in which the claimants allege imprisonment, persecution and/or torture for involvement with the Nationalist Commands or are cited in other proceedings as members of such groups. By analyzing these processes, the aim is to establish a profile of those involved with the groups, the motivations for their adherence to the movement, the places where there was a greater formation of the groups, the extent of the repression that was still unleashed in 1964 and the effects of state violence on life the persecuted politicians and those of their families.

Keywords: Groups of Eleven Companions, agrarian reform, subversion, State terrorism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posição dos requerentes à indenização por perseguição	58
Gráfico 2 – Razões apontadas para a participação nos Grupos de Onze.....	60
Gráfico 3 – Faixa etária dos componentes dos Grupos de Onze	111
Gráfico 4 – Profissão dos componentes dos Grupos de Onze	114
Gráfico 5 – Estado civil.....	124
Gráfico 6 – Religião.....	126
Gráfico 7 – Quantidade de pessoas presas até a edição do AI-1	170
Gráfico 8 – Prisões no ano de 1964	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Municípios de ocorrência de Grupos de Onze	133
Mapa 2 – Zona de ação do Destacamento Volante Especial de Pinheiro Machado	163
Mapa 3 – Locais das prisões.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mulheres vinculadas aos Grupos de Onze	108
Tabela 2 – Vinculação política	118
Tabela 3 – Pessoas vinculadas aos Grupos de Onze que exerciam mandatos políticos	122
Tabela 4 – Municípios a que pertenciam os políticos que requerem indenização por perseguição política vinculada aos Grupos de Onze	122
Tabela 5 – Grau de Instrução.....	128
Tabela 6 – Municípios de ocorrência dos Grupos de Onze.....	130
Tabela 7 – Tempo de permanência na prisão	190
Tabela 8 – Tempo de permanência na prisão – Informações imprecisas	190
Tabela 9 – Locais das prisões	199
Tabela 10 – Sequelas psicológicas das prisões e torturas.....	232
Tabela 11 – Problemas físicos relatados como consequências das prisões e torturas.....	237
Tabela 12 – Danos econômicos	242

LISTA DE SIGLAS

AII – Ato Institucional nº 1
AP – Ação Popular
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BM – Brigada Militar
CEEE – Comissão Estadual de Energia Elétrica
CERRG – Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CEI – Comissão Especial de Indenização
CETH – Comissão Estadual de Terras e Habitação
CIM – Centro de Instrução Militar
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CORSE – Comando dos Servidores Públicos
CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social
DP – Delegacia de Polícia
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FARSUL – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FMP – Frente de Mobilização Popular
FNL – Frente Nacional de Libertação
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
G11 – Grupo de Onze Companheiros
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
ITT – *International Telephone and Telegraph*
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro
MR26 – Movimento Revolucionário 26 de março
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PL – Partido Libertador
POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PRP – Partido de Representação Popular
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SESME – Serviço Social do Menor
SNI – Serviço Nacional de Informações
SOPS – Seção de Ordem Política e Social
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USB – União Social Brasileira
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 BRIZOLA E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS.....	36
2.1 “BRIZOLA É UM DOS NOSSOS”	38
2.1.1 A Legalidade.....	40
2.1.2 A Frente de Mobilização Popular (FMP)	44
2.2 “POVO DESORGANIZADO É POVO SUBMETIDO”	53
2.3 AS RAZÕES PARA PARTICIPAR DOS GRUPOS DE ONZE	57
2.3.1 “Estamos com Brizola porque Brizola está conosco!”.....	61
2.3.2 Reformas de base/reforma agrária	66
2.3.2.1 O caso de Nonoai.....	73
2.3.2.1.1 As vítimas dos Grupos de Onze	77
2.3.2.2 O pequeno agricultor precisa de ajuda.....	81
2.3.3 Em busca de melhorias para a região	83
2.3.3.1 Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul.....	84
2.3.3.2 A luz elétrica	85
2.3.4 A convite de um conhecido, amigo ou parente.....	87
2.3.5 A partir do diretório do PTB ou por ser petebista.....	88
2.3.6 Defender a bandeira nacional/nacionalismo	93
2.3.7 Outros motivos para a adesão aos Grupos de Onze	97
3 QUEM SÃO ELES?: O PERFIL DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS	100
3.1 A LUTA PELA VERDADE	102
3.2 O PERFIL DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE ONZE.....	106
3.2.1 Gênero	107
3.2.2 Idade	110
3.2.3 Profissão	112
3.2.4 Vinculação política.....	116
3.2.5 Estado-civil.....	124

3.2.6 Religião.....	126
3.2.7 Escolaridade.....	127
3.2.8 Municípios de ocorrência dos Grupos de Onze	130
4 “SE ELES VENCESSEM, SERIA MUITO PIOR!”: TERRORISMO DE ESTADO E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS.....	135
4.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E TERRORISMO DE ESTADO	137
4.2 ANTICOMUNISMO, GUERRA REVOLUCIONÁRIA E GRUPOS DE ONZE	142
4.2.1 O Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil	145
4.3 OPERAÇÃO LIMPEZA.....	148
4.3.1 A Lei de Segurança Nacional – crime: subversão	152
4.3.2 Os Batalhões Volantes Especiais da Brigada Militar	158
4.3.3 À procura das armas	165
4.2.4 As prisões	169
5 “EXCESSOS DE PATRIOTISMO” OU TERRORISMO DE ESTADO	173
5.1 SOB A ÉGIDE DE CASTELO BRANCO E LINCOLN GORDON	173
5.2 TERRORISMO DE ESTADO E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS	178
5.2.1 Como eram realizadas as prisões	180
5.2.2 Duração da prisão.....	188
5.2.3 Locais das prisões	198
5.2.4 Relatos das prisões	210
6 AS MARCAS DA MILITÂNCIA	226
6.1 MEMÓRIAS E TRAUMAS DOS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS	227
6.2 AS MARCAS DAQUELE TEMPO.....	230
6.2.1 Sequelas psicológicas	232
6.2.2 Problemas físicos	237
6.2.3 Danos econômicos	241
6.2.4 Prisão domiciliar, assinatura do Livro de presença dos elementos vigiados pela Polícia e vexação pública	245
6.2.5 <i>Insilio</i> /exílio	251
6.2.5.1 Mudanças de cidade/Estado	253
6.2.5.2 Exílio	256
6.2.5.3 Discriminação/isolamento/ <i>insílio</i>	257

6.2.6 Morte	259
6.2.7 Imobilismo político	262
6.3 AS VIVÊNCIAS DE CADA UM	264
6.3.1 Pai de família e perseguido político	265
6.3.2 Esposa de envolvido com os Grupos de Onze	268
6.3.3 Filho(a) de envolvido com os Grupo de Onze	273
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
REFERÊNCIAS.....	292
ANEXO 1.....	315
ANEXO 2.....	317

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1960, no período anterior ao golpe civil-militar de 1964 e à implantação da ditadura, contaram com intenso envolvimento da sociedade civil na política, sendo que havia significativa mobilização popular em busca da ampliação dos direitos políticos e sociais e de distribuição de renda. Expressivos segmentos da população, representados por partidos políticos, ligas camponesas, sindicatos, movimentos estudantis e outros movimentos sociais, constituíram-se em atores desse processo de inserção do sujeito histórico coletivo na vida política nacional que, impulsionados por uma esperança reformista e transformadora¹, se mobilizavam e pressionavam para a realização de reformas.

Nessa perspectiva de pressão sobre o presidente João Goulart e sobre o Congresso Nacional para a realização das reformas de base, principalmente a agrária, o político e líder petebista Leonel Brizola, então deputado federal pelo estado da Guanabara, fez um chamamento radiofônico para a formação de grupos de onze pessoas, os Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze Companheiros², sendo atendido por considerável número de pessoas, especialmente no Rio Grande do Sul.

O contexto econômico, social e político da época, tanto em âmbito nacional como internacional, teve grande influência nos acontecimentos dos anos 60 e também sobre os Grupos de Onze, formados no final do ano de 1963. A disputa político-ideológica entre capitalismo e socialismo, desencadeada após a Segunda Guerra Mundial, capitaneada pelos Estados Unidos e União Soviética, e a intensa campanha anticomunista desferida por setores conservadores nos ajudam a esclarecer a tensa situação vivenciada no país, a formação dos Comandos Nacionalistas, a forma como foram vistos/divulgados pela e para a sociedade bem como a violenta repressão que sofreram. A Guerra Fria e o interesse dos Estados Unidos em manter a América Latina sob seu domínio político e econômico teve reflexos no Brasil, principalmente no governo João Goulart, líder trabalhista, com tendências nacionalistas e reformistas, que desagradavam grupos conservadores e parte da oficialidade militar, além de ir contra os interesses norte-americanos. Na defesa de seus interesses, esses grupos apelavam ao anticomunismo, discurso inflado pela

¹ NEVES, Lucilia de Almeida. Utopia e cidadania: FPN (1956-1964). *Novos Rumos*, 2012. p. 48. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/download/. Acesso em: 03/06/2018.

² Podem-se encontrar várias formas de grafia do termo: “Grupos de Onze”, Grupo dos Onze”, Grupos dos 11” e até mesmo “G11”. A forma utilizada nesta tese será o termo usado por Leonel Brizola: “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, porém, de acordo com citações de documentos e depoimentos, as outras formas se farão presentes.

Igreja Católica, corroborado pela direita e apropriado pela classe média, que viam nas reformas de base, principalmente na agrária, um atentado contra o mundo ocidental, democrático e cristão.

No contexto de formação dos Grupos de Onze havia uma intensa luta pelo poder, palavra que, conforme Barros, rege os caminhos internos da História Política³, sendo que imagens são criadas e usadas como instrumento de poder, como armas para uma batalha onde desqualificar o opositor pode ser decisivo. Nessa luta, os meios de comunicação funcionaram como armas, que vinculavam os Grupos de Onze com o comunismo, alardeando que seriam grupos guerrilheiros prontos a iniciar a guerra revolucionária no país. Conforme Jacques Julliard, os modernos meios de comunicação de massa e informações “tornam imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes grande repercussão pública. Não há acontecimento que seja político por natureza, mas que tal se torna pela repercussão que alcança numa sociedade”.⁴ O imaginário anticomunista, intensificado pela ação da imprensa, permeou a mentalidade da sociedade da época⁵, sendo o comunismo encarado como uma ameaça próxima e real. Roger Chartier explica que o real é composto por realidades imaginárias, por representações que não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que pretendem impor uma autoridade sobre segmentos da sociedade, “a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] sempre colocadas num campo de concorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”.⁶

O poder estava em jogo. Projetos políticos antagonísticos lutavam pela hegemonia na sociedade brasileira na época. Cada grupo procurava defender sua posição, considerada a mais correta e verdadeira, para isso utilizando os meios possíveis para disseminar sua ideologia. Nesse sentido, os jornais revelaram-se imprescindíveis meios de divulgação das ideias dos grupos detentores do poder econômico, social, militar e político no país, que buscavam impor seu modo

³ BARROS, José D'Assunção. História Política - Dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Escritas*: Revista do Curso de História de Araguaína, [S.l.], v. 1, abr. 2015. p. 4. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>. Acesso em 12/01/2016.

⁴ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História*: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 184.

⁵ Segundo Motta, esse imaginário anticomunista era de tal forma explorado que se cunhou a expressão “indústria anticomunista” que tirava vantagem do medo do “perigo vermelho”. Supervalorizavam a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositalmente deformada da realidade. MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A “indústria” do anticomunismo. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002. p.71. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/15/15art6.pdf>. Acesso em: 08/06/2016.

⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro. Difel, 1985. p. 17.

e ver e fazer política.⁷ O rádio, meio de comunicação mais popular e que atingia um número maior de pessoas, também servia para divulgação das ideologias de ambos os lados, e utilizado com maestria por Leonel Brizola, foi fundamental para a mobilização popular em defesa da Legalidade e, posteriormente, para a formação dos Comandos Nacionalistas. Eric Hobsbawm informa que, já na década de 30, na Europa e nos Estados Unidos, o rádio trazia o mundo para dentro das casas, sendo que “sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordados como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação de massa, como governantes e vendedores logo perceberam, para propaganda política e publicidade”.⁸

O idealizador dos Grupos de Onze, Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, deputado federal e cunhado do presidente João Goulart, liderou a Legalidade⁹, movimento em que mostrou sua capacidade de mobilizar multidões. Nacionalista, lutava contra o imperialismo norte-americano, pela efetivação das reformas de base e pela realização da reforma agrária. Para isso exercia constante pressão sobre Goulart e ameaçava o Congresso com um levante popular. Sua postura, considerada radical, aglutinava diversas posições das esquerdas¹⁰ e ele rivalizava com o presidente na liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).¹¹ Seus discursos e atuação eram extremamente incômodos aos grupos mais conservadores e mesmo aos Estados Unidos.¹²

⁷ SOUZA, Renato João de. 2012. *Da Informação à Representação: O Papel do Jornal Escrito Mineiro nos Anos 1963 e 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012. p. 21

⁸ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 194-195.

⁹ A Legalidade foi um movimento que, quando Jânio Quadros renunciou em 1961, garantiu a posse de João Goulart na presidência da República. Esse movimento será contemplado no primeiro capítulo.

¹⁰ Como “esquerda” entende-se a “força que persegue a limitação da lógica de mercado, ou, mais prudentemente, a busca de uma racionalidade compatível com a economia de mercado; a sensibilidade para com a questão social, isto é, o apoio ao Estado Social e a certas instituições democráticas” (GLOTZ, Peter), ou como conceitua Eliaz Diniz “uma maior predisposição às políticas econômicas redistributivas e de nivelamento proporcional, baseadas mais no trabalho do que no capital; uma maior consideração com o que é público e comum, do que para o que é privado e individual[...]”. Apud BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 116 (nota 1).

¹¹ Após sua atuação na crise da posse de Goulart, a Legalidade, segundo Jorge Ferreira, “surgindo como o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, Brizola ganhou grande legitimidade no partido. [...] Nas eleições legislativas daquele ano [onde concorreu como deputado federal pelo estado da Guanabara], obteve a maior votação proporcional já registrada no país: 269 mil votos. Seu prestígio político entre as esquerdas era imenso, seu nome passou a rivalizar com o do próprio presidente da República no campo popular, nacionalista e de esquerda. Para o presidente, tratava-se de algo perigoso para sua liderança no trabalhismo brasileiro, ou melhor, verdadeiramente ameaçador. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 86-87.

¹² Durante sua gestão como governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, encampou subsidiárias de empresas dos Estados Unidos, medida que quase provocou uma crise internacional. Além disso, como deputado federal ele discursava a favor das encampações, pregando uma política agressiva de encampações nesses setores estratégicos, como luz, telefone, etc. As classes conservadoras, os militares e os Estados Unidos o denunciaram como “o novo Fidel”, cujo principal ‘hobby’ era expropriar bens norte-americanos”. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*.

Em contrapartida, as direitas¹³, visando manter seus privilégios e afinadas com o projeto estadunidense, levantavam a bandeira do anticomunismo e a defesa da democracia, conquistando amplos setores da sociedade, como as classes médias, que referendaram a deposição de João Goulart. As forças conservadoras utilizaram-se de uma intensa rede de propaganda, objetivando a desmobilização popular e a legitimação do movimento golpista, demonstrando que a luta pelo poder também se travava no campo simbólico, onde esquerdas e direitas¹⁴ se utilizavam de símbolos e dos meios de comunicação para levar adiante seu projeto de governo.

A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, e a posterior adesão do país ao socialismo, veio complicar o cenário e acirrar as posições, pois gerou tanto o encantamento como o pavor. A partir daí, a Guerra Fria tornou-se mais presente no continente americano. Para os Estados Unidos era vital evitar que ocorresse algo semelhante em outro país e o Brasil era considerado estratégico na América Latina. Assim sendo, o corte de empréstimos dificultando a gestão de Goulart na presidência, o financiamento de campanha de políticos opositores, a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e o apoio a um golpe civil e/ou militar que o depusesse eram estratégias viáveis para resguardar seus interesses econômicos no país e defender sua posição de líder do capitalismo e da civilização ocidental.¹⁵ Pela DSN estadunidense e pela doutrina francesa, o comunismo internacional almejava conquistar o mundo. Porém, em vez de uma guerra tradicional, se utilizaria da insatisfação existente nos países de Terceiro Mundo, como o Brasil e os demais países da América Latina, para minar a mente das pessoas e cooptar adeptos.

São Paulo: Ática, 1998. p. 43. Para Teresinha Aparecida Mendes Marra, “a embaixada norte-americana em Brasília estava particularmente irritada com Leonel Brizola, considerado ultranacionalista.” MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. A política externa brasileira de 1961-1967. *Cadernos de Pesquisa*. Goiânia: Ed. UCG, n. 19, 2000, p. 25.

¹³ Conforme Confrancesco, *Destra/Sinistra. Se cade lo spartiacque*: “A direita ‘representa uma modalidade do humano’, na medida em que exprime o enraizamento no solo na natureza e da história, a defesa do passado, da tradição, da herança”, ou “O homem de ‘direita’ é aquele que se preocupa acima de tudo, em salvaguardar a tradição”. Apud BOBBIO, op. cit. p. 79-81.

¹⁴ Conforme Jorge Ferreira, pela pluralidade de ideias e facções, é mais correto denominar como esquerdas e direitas. “Na acepção defendida, abrangente, cabem, como é fácil presumir, variadas tendências, e por essa razão, ela nos parece particularmente operacional nas condições brasileiras. Com efeito, as esquerdas em nosso país, desde o início do período republicano (...) evidenciam-se plurais, a despeito das histórias oficiais de determinados movimentos.” FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11.

¹⁵ Nos governos de Kennedy e Johnson, uma grande quantidade de recursos financeiros foi destinada aos opositores de Goulart e, posteriormente, os golpistas vitoriosos também foram beneficiados (...). Tanto quanto o financiamento da campanha de candidatos ao pleito de 1962, também era totalmente irregular o direcionamento de recursos financeiros a governos estaduais, que o governo Kennedy adotou, ultrapassando a autoridade do governo federal caracterizando uma intromissão descabida. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, tal política foi sugerida pela CIA e ele a endossou. Ele gostava de inventar nomes criativos e, assim, identificou os governos estaduais beneficiados como “ilhas de sanidade” ou “ilhas de sanidade administrativa”. FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 78. Ver também: Ver PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Tradução Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Assim, a expansão do comunismo seria desencadeada por grupos de descontentes no próprio país, que arremeteriam seguidores e subverteriam a ordem. Nas premissas da DSN, de acordo com Joseph Comblin, aqueles que contestassem o sistema e exigissem reformas, estariam desestabilizando o país e abrindo caminho para o avanço do comunismo – ou mesmo sendo agentes do comunismo –, sendo, portanto, “inimigos internos” que deviam ser combatidos e eliminados, usando para isso de violência estatal, inclusive tortura, para dismantelar esses grupos subversivos.¹⁶ No Brasil, regime ditatorial imposto em 1964 baseou-se nas diretrizes da DSN, apresentando elementos vinculados ao sistema de Terrorismo de Estado imediatamente após o golpe civil-militar, servindo essas práticas, inclusive, de modelo para os demais governos militares que se instauram posteriormente na América Latina, entre os quais o Uruguai (1973), Chile (1973) e a Argentina (1976).

Diferentemente do Brasil, o uso do conceito de Terror de Estado é amplamente utilizado para as ditaduras militares das décadas 1960 e 1970 nos outros países do Cone Sul, referindo-se, inclusive, da mesma forma à ditadura brasileira. Para uma conceituação de Terror de Estado, recorremos a Miguel Bonasso:

Esse termo [terrorismo de Estado] é usado para demarcar um modelo de Estado contemporâneo que se vê forçado a transgredir os quadros ideológicos e políticos da repressão “legal” (que é permitida pelo arcabouço legal tradicional) e deve apelar para “métodos não convencionais”, extensivos e intensivos, para aniquilar a oposição política e o protesto social, sejam estes armados ou desarmados.¹⁷

Assim, após a deflagração do golpe civil-militar¹⁸ de 31 de março 1964 iniciou a chamada *Operação Limpeza*, em que os que lutavam pela efetivação das reformas de base tornaram-se, da noite para o dia, inimigos do regime que se instaurou naquele momento. Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, políticos – principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –,

¹⁶ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹⁷ “Se usa esta denominación [terrorismo de Estado] para demarcar um modelo estatal contemporâneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión ‘legal’ (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a ‘métodos no convencionales’, a la extensivos e intensivos, para aniquilar a la oposición política y la protesta social, sea ésta armada o desarmada.” BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, J. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 9. (tradução da autora).

¹⁸ Dreifuss analisa a ação conspiratória de civis e militares, através do complexo IPES/IBAD, demonstrando que o golpe não foi uma ação apenas envolvendo os militares. “[...] a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart. A rede militar do complexo IPES/IBAD, assim como os oficiais pertencentes a outros grupos que foram ativamente aliados, operava em sistema de intensa cooperação com civis.” Foi o primeiro a usar o termo civil-militar. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 361. A partir da obra de Dreifuss, o termo foi incorporado pela historiografia e não há dúvidas quanto à participação dos civis, porém, novos estudos demonstram que, além dos empresários reunidos no complexo IPES/IBAD, participaram da conspiração setores da Igreja Católica, imprensa e setores da classe média – como se pode observar nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

professores, líderes sindicais, militares constitucionalistas, estudantes e pessoas das mais diversas categorias e profissões foram perseguidos, cassados e até mesmo presos e torturados. Foi o que ocorreu com os seguidores de Leonel Brizola e integrantes dos Grupos de Onze Companheiros, alvos dessa ação saneadora estatal, já como prática de TDE, sistema utilizado pela ditadura militar que, na justificativa da luta contra o comunismo, servia para enquadrar, neutralizar ou mesmo eliminar fisicamente, toda e qualquer oposição ao regime.

No estado do Rio Grande do Sul, de imediato à instauração da ditadura militar, iniciaram as perseguições políticas.¹⁹ Murilo Zardo aponta que o estado era considerado potencialmente perigoso no caso de uma possível resistência ao golpe, visto a Legalidade ocorrida por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, liderado por Leonel Brizola, que exercia o mandato de governador.²⁰ Ademais, era o estado de origem do presidente deposto e do ex-governador, que após a tentativa frustrada de resistência exilou-se no Uruguai, onde já se encontrava João Goulart. Esse fato veio somar-se à importância geopolítica do estado, unidade da federação fronteira com o Uruguai e a Argentina, configurando-o como uma área de segurança nacional.

A presença de Leonel Brizola no país vizinho era motivo de inquietação ao regime recém-instaurado, representando o perigo iminente de uma insurreição popular, que poderia ser acionada através dos Grupos de Onze. O exemplo da Revolução Cubana mostrava que focos de guerrilha rural aliada a ações de guerrilha urbana poderiam implantar o comunismo num país.²¹

Vistos como grupos paramilitares, revolucionários e/ou guerrilheiros comunistas, os Grupos de Onze eram até mesmo descritos como terroristas²², mercedores de punição e

¹⁹ No ofício 230/64 do SOPS Erechim: *Rol de elementos que responderam inquéritos e foram alvos de sindicâncias, componentes de grupos dos "onze" e estiveram detidos no período de revolução iniciada em 31 de março de 1964*, consta uma lista com o nome de 156 pessoas da região Alto Uruguai presas no presídio de Erechim logo após o golpe civil-militar, com a data de entrada e saída da prisão, sendo que 7 pessoas da lista foram presas já no dia 03 de abril de 1964. SOPS/E.1.2.92.31.

²⁰ A possibilidade de uma nova edição da Legalidade no Rio Grande do Sul era temida pelos conspiradores, tanto que o governador Ildo Meneghetti e outros importantes membros do executivo estadual transferiram-se para a cidade de Passo Fundo, na região norte do estado, em 1º de abril de 1964 e permaneceu governando provisoriamente a partir da sede do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar (2º BPM), em Passo Fundo, até o dia 3 de abril, quando, consolidado nacionalmente o novo poder golpista e acalmados os ânimos em Porto Alegre, com a saída de cena das principais lideranças trabalhistas que lá resistiam (como o próprio presidente deposto), decidiu que era chegado o momento de restabelecer seu governo em sua sede original: o Palácio Piratini. ZARDO, Murilo. *O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos* (1 :2011 : 02 a 30 abr. : Porto Alegre, RS). *Anais* [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: APERS, 2011. 456 f. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/>. Acesso em 05/02/2016.

²¹ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 182.

²² A referência aos grupos como terroristas pode ser encontrada em <http://www.ternuma.com.br/index.php/biblioteca/317-os-incriveis-exercitos-de-brizoleone>. Acesso em 23/03/2001 e 10/01/2015.

desprezo. Essa imagem, contudo, não combinava com as pessoas apontadas, em surdina, como integrantes dos grupos na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. Na dissertação de mestrado intitulada *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*, de minha autoria, foi realizada uma pesquisa sobre os Grupos de Onze na referida região, onde seus membros demonstraram ser, em sua maioria, pacatos agricultores semianalfabetos que admiravam Leonel Brizola e desejavam ver concretizada a reforma agrária. Foram brutalmente reprimidos após 31 de março de 1964.²³ Durante a pesquisa para a dissertação, não haviam pesquisas acadêmicas sobre o tema, o acesso à documentação era restrito e praticamente não havia fontes de estudo sobre essa mobilização popular. Para a reconstrução da história dos grupos na região, utilizou-se de jornais da época (*Diário de Notícias, Correio do Povo, A Voz da Serra, O Rio Grande*), Inquéritos Policiais Militares (IPMs) dos membros dos Comandos Nacionalistas na região Alto Uruguai e entrevistas com envolvidos com os grupos na região e/ou seus familiares. Surgiram, então, com base nessa pesquisa regional, alguns questionamentos em relação ao estado do Rio Grande do Sul: A característica de formação dos grupos, que foi significativamente espontânea na região estudada, se confirmaria para o restante do estado? Quais as características das pessoas que se envolveram na formação desses grupos e quais foram as motivações os levaram a atender os apelos de Leonel Brizola e formar os Grupos de Onze? Na região Alto Uruguai os integrantes das listas sofreram perseguições, prisões e tortura. Essa prática foi somente nessa região? O que aconteceu com as pessoas que constavam nas listas dos Grupos de Onze nas demais regiões do estado? Ainda, de que forma a vida dos envolvidos com os Grupos de Onze e de seus familiares foi afetada pela perseguição, prisão e/ou tortura? Esses questionamentos impulsionaram a continuidade da pesquisa, agora em âmbito estadual.

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar a formação dos Grupos de Onze no Rio Grande do Sul pelo viés das pessoas que os constituíram e demonstrar que o tratamento dispensado aos envolvidos com esses grupos já era parte de uma política estatal de ordenamento da sociedade, através da eliminação de possíveis focos de oposição/resistência, utilizando-se de

²³ No mestrado, a autora pesquisou sobre a formação dos Grupos de Onze na Região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul. A dissertação foi publicada sob o título *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS.*, com o nome de Marli de Almeida Baldissera. A área de abrangência da região Alto Uruguai varia de acordo com o órgão do governo ou privado que a delimitam, ficando entre 21 municípios (Bradesco) a 46 (Emater). PIRAN, Nédio. Contribuição para a identificação da região do Alto Uruguai e área de abrangência da URI. *Perspectiva*, Publicação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Erechim – RS, v. 19, n. 68, dez. 1995. A delimitação de região da pesquisa foi a da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (Amau) que se compõe atualmente de 32 municípios, muitos dos quais ainda não eram emancipados, quando a região abrangia 18 municípios.

práticas repressivas que já configuravam a política de terrorismo de Estado (TDE), partindo do ocorrido na região Alto Uruguai e ampliando para o estado. Para tanto, analisa-se 440 processos de pedido de indenização por perseguição política, impetrados à Comissão Especial de Indenização do Estado do Rio Grande do Sul. Os processos contêm os testemunhos dos perseguidos políticos e/ou de seus familiares, que, ao buscar um reconhecimento da perseguição sofrida e uma indenização, relatam a história vivida, colocam a público memórias reprimidas por longo tempo. Nesse momento de reparação, conforme Danyelle Nilin Gonçalves, a memória coletiva de uma geração é elaborada e são revividos os fatos, recontados agora, décadas após, em muitos casos pela primeira vez, criando versões e visões diferentes acerca da história brasileira recente, reelaboradas agora, à luz do presente.²⁴

Os Grupos de Onze têm, frequentemente, sido objeto de estudos, seja pelas lembranças e/ou revisões em torno do golpe civil-militar de 1964, seja pela disponibilização de novas fontes de pesquisa, como é o caso dos processos de indenização por perseguição política, que além de revelarem a repressão sofrida pelos envolvidos com os referidos grupos, demonstram como seus integrantes vivenciaram o período e as representações que criaram sobre esse movimento. Como referem Carla Brandalise e Marluza Harres, são justamente as marcas da perseguição desfechada sobre os grupos que fornecem um quadro de fontes que possibilitam examinar “essa larga e até agora difusa base popular”.²⁵

Contemplando um aspecto regional do Rio Grande do Sul, assim como a já citada pesquisa da autora dessa tese, a dissertação de mestrado de Elenice Szatkoski *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*, publicada em 2003 com o título *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*, aborda a formação dos referidos grupos em Frederico Westphalen e a repressão desencadeada sobre eles.²⁶ Utilizando-se de pesquisa documental em arquivos pessoais e públicos, onde teve acesso ao Inquérito Policial Militar (IPM) realizado na cidade e ao processo dos membros dos Grupos de Onze que foram denunciados à 3ª Auditoria Militar, de Santa Maria, além da consulta à imprensa da época e da História Oral, Szatkoski, ressalta a intriga política existente entre os militantes do PTB e os membros do PSD (Partido Social Democrático), da União Democrática Nacional (UDN) e do

²⁴ GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. p. 15.

²⁵ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalista. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 66.

²⁶ SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

Partido Democrata Cristão (PDC), que acusaram os petebistas de formarem os Comandos Nacionalistas, de corrupção e de estarem envolvidos com ideologias comunistas. A relação entre o PTB e a formação dos grupos é evidenciada pela autora, que acredita no potencial guerrilheiro dos grupos além da disposição de resistência ao golpe por seus membros.²⁷ Ainda sobre um aspecto regional do estado, a dissertação de Claudio Damião Braun, *“Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964)*, defendida em 2006, examina as disputas políticas, formação e repressão aos Grupos de Onze em Carazinho, cidade natal de Leonel Brizola. Utilizando-se da imprensa local e da História Oral, o autor traça uma relação entre o fato de Carazinho ser um reduto petebista que, na ocasião da Legalidade instituiu uma frente de apoio ao governador gaúcho nas dependências da Prefeitura Municipal e a expressiva adesão aos Grupos de Onze ocorrida na cidade. A rápida expansão dos Comandos Nacionalistas em Carazinho, para o autor, deve-se a força do PTB local e da organização dos Centros Cívicos, uma ala própria do PTB na cidade, pois foi no seu interior que se preencheu a primeira lista dos Grupos de Onze. “Cada integrante desta primeira lista partiu para a formação de novos grupos, ação facilitada pelo grande prestígio de Leonel Brizola em sua terra natal”.²⁸ Apesar da mobilização em apoio da Legalidade ocorrida na cidade, o autor não encontrou nenhum indício de que os grupos formados no local pudessem fazer parte de um movimento armado e/ou ter algum intuito guerrilheiro.

O chamamento para formação de Grupos de Onze eram em âmbito nacional, tendo havido mobilizações em diversas partes do país.²⁹ Marta Lúcia Lopes Fittipaldi defendeu em 2012 a

²⁷ “Esses grupos seriam compostos por dez homens e um líder, treinados para a luta de guerrilhas. Caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes mais amplos, de acordo com a necessidade. Os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário”. SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS. 2003. p. 102. Essa mesma afirmação se encontra na tese de doutorado da autora. SZATKOSKI, Elenice. *O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. 2008. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. p. 87-88.

²⁸ BRAUN, Cláudio Damião. *“Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006. p. 98.

²⁹ Os estados com maior número de grupos formados oficialmente eram o Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo. In: PACHECO, Diego. *Os Times do Povo: Os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina. Visão Global*, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011. p.235. Essa informação se repete em sites da internet: “Teriam alcançado um efetivo de mais de 5.000 células, com cerca de 58.344 membros registrados em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul, e Minas Gerais”. Disponível em: <https://almanaqueodosconflitos.wordpress.com/2017/12/21/grupos-de-onze-companheiros-grupos-dos-onze-11/> Acesso em: 07/06/2018. “Chegou a organizar 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas, particularmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.” Disponível em: <http://www.ternuma.com.br/index.php/noticias/2106-a-historia-do-terrorismo-no-brasil>. Acesso em: 07/06/2018. Nos dados coletados pelo Projeto BNM, ao todo foram registrados 12 processos envolvendo os

dissertação *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*, em que faz um estudo sobre as memórias construídas pelos antigos moradores de dois municípios que, apesar de pertencerem a estados diferentes: Carmo, no Rio de Janeiro, e Além Paraíba, em Minas Gerais, são vizinhos e limitados pelo rio Paraíba do Sul. Os municípios escolhidos pela autora são interioranos e, utilizando-se da História Oral, sua análise dos Grupos de Onze formados nesses locais, especialmente em Carmo, demonstra a fragilidade desse movimento, pois, nessa microrregião tanto como no resto do país, não eram integrados apenas por resolutos militantes, sendo que os membros dos grupos sequer haviam se reunido. Os depoimentos colhidos pela autora apontam o protagonismo de trabalhadores urbanos na formação dos Comandos Nacionalistas, sendo que seus integrantes iam às fazendas num esforço de atrair os trabalhadores rurais para o movimento. A própria questão da reforma agrária é minimizada em relação à formação do grupo, sendo que um dos líderes afirmou que o objetivo seria para a formação de hospitais, de escolas e de outras coisas boas para a cidade. Esse fato é atribuído, pela autora, para a reconstrução da memória, pois o líder em questão foi o criador do sindicato rural na cidade do Carmo, no dia 18 de fevereiro de 1964.³⁰

Diego Pacheco, analisa os comandos nacionalistas no estado de Santa Catarina em sua dissertação de mestrado *Ecos da resistência. Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina*, publicada em 2014 sob o título *Os times do Povo: Os grupos dos onze em Santa Catarina*. Para o autor, que utiliza o *Panfleto* como fonte para a compreensão dos projetos de nação que delinearão a formação e atuação dos Grupos de onze pelo Brasil, o nacionalismo foi uma das grandes balizas do movimento trabalhista e das lutas por reformas. Baseando-se em depoimentos de participantes, de políticos e nos processos gerados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o autor analisa oito grupos e mais de cinco e vinte pessoas que participavam deles no Estado vizinho. Pacheco discute desde a memória sobre o movimento até os locais de atuação e de formação, demonstrando que esses atores sociais tentaram agir politicamente através da organização social que se deu das mais diferentes maneiras, com os mais diferentes e múltiplos objetivos. Também conclui que os grupos que se formaram no estado vizinho eram predominantemente de trabalhadores urbanos, de classe média/baixa e sem curso superior, e que

Grupos de Onze, do ano de 1964, sendo 05 do Rio de Janeiro, 02 do Rio Grande do Sul e os demais do Ceará, Piauí, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, um por estado. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p.115. Encontrou-se trabalhos acadêmicos relacionados à formação de Grupos de Onze Companheiros nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, que são citados nessa tese.

³⁰ FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

organizavam os grupos e debatiam política nos espaços dos bares e no clube de futebol. O autor revela que, em se tratando do estado de Santa Catarina, em vários casos os comandos nacionalistas possuíam laços estreitos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), porém, “que em momento algum esses grupos planejaram ou vislumbraram ações que poderíamos considerar ‘antidemocráticas’, nem sequer para a frágil democracia liberal na qual o Brasil estava mergulhado no início dos anos 1960.”³¹ Mesmo nos casos em que os pecebistas se tornaram os membros mais atuantes no movimento, a proposta era a de defender as reformas de base para desenvolver o capitalismo brasileiro, refutando o caráter guerrilheiro imputado aos grupos.

Tania dos Santos Tavares, em sua dissertação de mestrado foca a formação dos Grupos de Onze no estado do Rio de Janeiro. Sob o título *Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1963)*, defendida em 2013, baseada predominantemente em História Oral, a autora centra sua análise no município de Duque de Caxias-RJ, onde conseguiu encontrar antigos integrantes dos grupos, que, em seus depoimentos, defendem que os Comandos Nacionalistas eram apenas grupos de apoio às reformas de base, compostos por simples trabalhadores urbanos, que, independentemente da facção partidária, viam na figura de Brizola a liderança capaz de lutar pela classe trabalhadora. A autora trabalha as memórias e as representações dos grupos, não explorando a repressão desfechada sobre eles.

Hebert Soares Caçador, em 2017 defendeu a dissertação *O “Grupo dos Onze”: repressão e anticomunismo no município de Muniz Freire-ES*, pesquisa baseada em fontes orais, num dossiê sobre o Grupo dos Onze contendo fichas e informes policiais diversos, assim como outro informe pessoal de um dos membros do Grupo dos Onze de Muniz Freire, processos de anistia de alguns dos membros e jornais da época. O autor aborta as representações criadas em torno dos grupos e a condenação à prisão, que na localidade estudada, segundo testemunhos dos envolvidos, foram tratados com respeito. Porém, sofreram discriminação da sociedade e ficaram estigmatizados como comunistas. Para Caçador, eram grupos de apoio às reformas de base, sem qualquer possibilidade de promover um levante armado para resistir ao golpe civil-militar de 1964: “Não havia a finalidade de combate, a não ser, dentro do campo político, reforçando a liderança de Leonel Brizola, a quem os membros viam como a solução para os diversos problemas do país. De forma geral, tratou-se, portanto, de uma adesão personalista, atraída pelo

³¹ PACHECO, Diego. *Ecoss da resistência: Os Grupos de Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p.172.

discurso popular de Brizola em prol das reformas de base”.³² Caçador refere que, apesar do *Jornal do Brasil*, na edição de 25 de abril de 1965, ter noticiado que, com dados do Serviço Nacional de Informações do Exército, no Estado do Espírito Santo haviam sido formado 50 Grupos dos Onze, essas informações podem ser fantasiosas, pois na sua pesquisa encontrou apenas registro de IPM contra o grupo formado em Muniz Freire.³³

Outras pesquisas que investigam o período trabalham a questão da formação dos Comandos Nacionalistas, mesmo que não sejam o objeto principal de sua análise. É o caso da dissertação *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*, defendida em 2009 por Taiara Souto Alves, relata processos de organizadores de Grupos de Onze na 3ª Auditoria Militar de Santa Maria.³⁴ Os Grupos de Onze também são brevemente abordados na dissertação de mestrado de Graziane Ortiz Righi, intitulada *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)*, defendida em 2015. A autora analisa a atuação de Leonel Brizola como deputado federal pela Guanabara, período em que congregou, sob sua liderança reformista/nacionalista/radical, diversos grupos esquerdistas e atuou em favor da realização das reformas, especialmente da reforma agrária. Righi, através de uma revisão bibliográfica, aborda os Grupos de Onze no contexto de atuação extraparlamentar de Leonel Brizola, que através da Frente de Mobilização Popular (FMP), do programa radiofônico na Mayrink Veiga e de visitas a diferentes estados, conscientizaria o povo e os organizaria para a pressão para a realização das reformas de base.³⁵

Jorge Ferreira, com vasta produção sobre o período do governo João Goulart, publicou, diversos artigos sobre o período anterior ao golpe civil-militar de 1964 enfocando a atuação de Leonel Brizola, especialmente enquanto deputado federal pela Guanabara. Em *A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964*³⁶; *Leonel Brizola, os*

³² CAÇADOR, Hebert Soares. *O “Grupo dos Onze”*: repressão e anticomunismo no município de Muniz Freire-ES. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. p. 141.

³³ Idem.

³⁴ ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

³⁵ RIGHI, Graziane Ortiz. *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

³⁶ FERREIRA, Jorge. *A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964*. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 22, 2004, p. 103-126.

*nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular*³⁷; *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)*³⁸; *A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular*³⁹; *Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola*⁴⁰, a atuação do político e a formação dos Grupos de Onze Companheiros são analisadas pelo autor como radicalização das esquerdas, opção pelo confronto com as direitas e militares e, também, como fator preponderante na eclosão do golpe. Jorge Ferreira considera que as esquerdas, termo usado no plural pelo autor pela pluralidade de grupos e acepções que, no seu entendimento, a compunham, tinham pouco apreço pela democracia, optavam pelo confronto e defendiam o rompimento com as instituições. Ferreira afirma que, Leonel Brizola, naquele momento, representava os anseios de variados grupos de esquerda que reconheciam-no como liderança porque ele representava suas ideias, crenças e projetos.

Recentemente e no âmbito do Rio Grande do Sul, as historiadoras Carla Brandalise e Marluza Marques Harres destacam-se nos estudos sobre Leonel Brizola e os Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas. No artigo *Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares*⁴¹ Brandalise e Harres, usam como fonte a história oral e analisam o envolvimento do PTB na formação dessa mobilização popular a partir do depoimento de dois membros do PTB que tiveram atuação na formação dos grupos. A atuação partidária é vista nesse artigo como fundamental para o início e disseminação dos grupos no Rio Grande do Sul. O artigo *Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964* examina as divergências de concepção e ação entre Leonel Brizola e seus aliados com as de Luiz Carlos Prestes, especialmente em relação à formação dos Grupos de Onze. As autoras observam que a alusão aos Grupos de Onze como organizações armadas não eram apenas por parte dos conservadores e que o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes considerava Brizola excessivamente radical e sua oposição a Goulart era desnecessária pois a democracia e a liberdade eram asseguradas, sendo que para Prestes, a “luta

³⁷ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁸ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964). XXIV *Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 15 a 20 de julho de 2007. São Leopoldo/RS.

³⁹ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004, p.181-212.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

⁴¹ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014.

contra o Jango (...) o governo merecia o nosso apoio”⁴² era o grande equívoco de Brizola. O líder comunista considerava que os grupos eram formados para a luta armada, o que para ele era uma atitude errada no momento e ineficaz, pois o movimento não tinha forças, nem condições de fazer o que pretendia. Em “*O Povo nas ruas*”: *Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância*, as autoras investigam a militância trabalhista no Rio Grande do Sul e a adesão aos Grupos de Onze, usando como fonte os processos indenizatórios resultantes das ações movidas pelas vítimas da ditadura no estado, sendo o objeto de pesquisa aqueles com algum tipo de vínculo declarado ou atribuído ao PTB, retiradas as ações indeferidas, analisando 621 processos. A partir dos dados constantes no formulário de solicitação de indenização, as autoras delineiam as características desses militantes petebistas: gênero, idade, profissões/ocupações e ocorrência de prisões, bem como a recorrência destas. Dos processos analisados por Brandalise e Harres, “quase a metade estava relacionada aos Grupos de Onze, num total de 302 pessoas”.⁴³ Para verificação da perseguição, as autoras utilizam os registros de delegacia de polícia, feitos na época da prisão nas delegacias regionais, segundo os quais todos os fichados são considerados membros dos Grupos de Onze. Utilizam como amostra documental 101 fichas referentes a participantes dos grupos autuados nas delegacias de polícias de Erechim, Gaurama e Herval Grande e detidos entre abril e novembro de 1964, que fazem parte do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Para as autoras, “um trabalho de mobilização dos Grupos efetivamente existiu e teve impacto em termos organizacionais, resguardado o caráter incipiente dessa busca pela participação popular”⁴⁴, com significativa adesão no interior do estado, sendo que, pelos dados encontrados, a questão partidária foi menos relevante para a formação dos grupos que o programa de reformas do governo João Goulart.

Brandalise e Harres também organizaram a obra *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática*, publicada em 2017, na qual o artigo *O Grupo de Onze Companheiros em Dom Pedrito/RS: da formação à tentativa de resistência (1963-1965)*, de Felipe Vargas da

⁴² PRESTES, Luiz Carlos apud BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., nov. 2015. p. 178-202. p. 188.

⁴³ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalista. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 53-85. p. 74. Observa-se que o corpo documental que serve de fonte principal para esta tese é o mesmo utilizado por Brandalise e Harres, sendo que a seleção para esse trabalho foi feita pela indicação de envolvimento (organização, participação ou acusação) com os Grupos de Onze Companheiros pelos requerentes à indenização por perseguição política e a análise foi, além da ficha de solicitação de indenização, também sobre os depoimentos constantes nos processos.

⁴⁴ BRANDALISE, HARRES. “O Povo nas ruas”..., p. 77.

Fonseca, analisa a formação do Grupo de Onze em Dom Pedrito a partir do depoimento de dois ex-militantes. Fonseca aponta para a característica essencialmente urbana dos membros do grupo no município estudado e sua rearticulação para uma possível resistência armada, com contatos com Brizola no Uruguai, sendo que na cidade em questão, o grupo só foi desmantelado em fevereiro de 1965.⁴⁵

Apesar do aumento das pesquisas em relação aos Comandos Nacionalistas, é uma temática que demanda estudos, especialmente no Rio Grande do Sul, onde a adesão a esse movimento popular foi imediata e intensa, bem como o foi a repressão desencadeada sobre eles. O período permanece nebuloso e, num momento em que o conservadorismo ganha forças e grupos clamam por uma intervenção militar e retorno à ditadura, torna-se de vital importância trazer à tona as práticas de terrorismo de Estado que acompanharam a ditadura implantada e atingiram milhares de trabalhadores que eram considerados ameaças pelo governo imposto.

Nessa pesquisa analisa-se a formação dos Grupos de Onze Companheiros no estado do Rio Grande do Sul e a repressão desfechada sobre eles a utilizando-se como fonte os processos indenizatórios, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). O reconhecimento da responsabilidade do estado na perseguição e tortura infligidas aos opositores – ou que supostamente viriam a sê-lo – da ditadura militar estabelecida em 64 e uma compensação simbólica através de uma indenização iniciou antes mesmo da criação da Comissão da Verdade, instalada em 2012. Em 18 de novembro de 1997, o governo Brito aprovou a Lei 11.042 que “reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas”.⁴⁶ O artigo 1º dessa lei determinou que o Estado do Rio Grande do Sul indenizasse as pessoas que, presas ou detidas, legal ou ilegalmente, no período compreendido entre os dias 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, por motivos políticos e “que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais”. Pelo

⁴⁵ FONSECA, Felipe Vargas da. O Grupo de Onze Companheiros em Dom Pedrito/RS: da formação à tentativa de resistência (1963-1965). BRANDALISE, Carla; HARRIS, Marluza Marques (org.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 298-324. Observa-se que nesta tese não analisamos nenhum processo proveniente de Dom Pedrito, sendo que o próprio autor assinala que a primeira lista não foi enviada para Leonel Brizola, sendo os membros ficado sob vigilância por serem trabalhistas, e que a lista se compunha de 26 pessoas, descaracterizando o Grupo de Onze. Dos nomes citados pelo autor que constam processo de indenização, não há menção aos Grupos de Onze no *Catálogo Resistência em Arquivo*.

⁴⁶ Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997. In: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=7583&hTexto=&Hid_IDNorma=7583. Acesso em 22/07/2015.

artigo 2º foi criada a Comissão Especial de Indenização para receber e avaliar os pedidos de indenização.⁴⁷ Esta Comissão era formada por representantes do Poder Executivo Estadual, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Ministério Público Estadual, da Associação Riograndense de Imprensa, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Medicina e um representante do Movimento de Ex-presos e Perseguidos Políticos.⁴⁸ Após a tramitação legal na Secretaria da Justiça e Segurança Pública e dado o veredito pela Comissão Especial de Indenização (CEI), os processos foram recolhidos ao APERS, que elaborou o *Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil*, e tornou-os acessíveis à consulta pública na Instituição, sem restrição de acesso.⁴⁹ Nos processos disponibilizados pela Comissão Especial de Indenização, há abundantes relatos dos perseguidos, de testemunhas e de familiares. A abertura ao público desse acervo possibilita lançar novos olhares sobre um período ainda obscuro, desmitificando a ideia de que a ditadura foi branda nos seus primeiros tempos, endurecendo apenas após o AI-5. A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011 e a posterior – ou anterior, como nesse caso, no Rio Grande do Sul – criação de Comissões Estaduais para proceder às investigações de violações contra os Direitos Humanos durante o período da ditadura militar também serviu para trazer à tona os abusos cometidos pela ditadura militar. Conforme Pinto, “um dos diferenciais da comissão de verdade é a ênfase na vítima. Enquanto julgamentos criminais procuram analisar os fatos e sua relação causal com o acusado, a comissão permite uma maior atenção aos relatos das

⁴⁷ BRANDO, Nova Marques et al. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014.

⁴⁸ Lei nº 11.042, Reparação aos perseguidos pela Ditadura. *Resistência em Arquivo – Memória e História da ditadura*. Disponível em: <https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/2014/01/31/lei-no-11-042-reparacao-aos-perseguidos-pela-ditadura/>. Acesso em 07/01/2016.

⁴⁹ Os processos contêm informações que de acordo com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso às Informações, são classificadas como sendo de caráter pessoal e de acesso restrito pelo prazo de cem anos, pois adentram à intimidade, a honra e a imagem das pessoas que foram presas e torturadas. No entanto essa premissa cai por terra quando as informações forem necessárias à recuperação de fatos históricos da maior relevância, sobretudo, quando relacionado a crimes de violações aos direitos humanos cometidos por agentes públicos. A fim de viabilizar o acesso a estas informações, conforme Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 que regulamentou a Lei de Acesso a Informação, foram solicitados pareceres historiográficos favoráveis de especialistas no tema, da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul e dos Professores Enrique Padrós e Carla Rodeghero. Além destes pareceres também contamos com o pronunciamento favorável da Procuradoria Geral do Estado, que sugeriu a publicação de um edital fixando prazo para que os titulares dos processos administrativos ou seus descendentes solicitassem a manutenção de restrição de acesso a sua documentação. Etapa concluída com a publicação do Edital nº 1, de 24 de julho de 2013. Nenhuma pessoa manifestou interesse em restringir a documentação. ALMEIDA, Isabel Oliveira Perna (prefácio). BRANDO, Nova Marques et al. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014.

vítimas e de seus familiares”.⁵⁰ Isso possibilita aos envolvidos um alívio dos traumas e mesmo a recuperação de autoestima perdidos ao serem apontados como elementos nocivos à sociedade.

Muitos dos que sofreram perseguição política por estarem vinculados aos Grupos de Onze entraram com processo requerendo indenização. Dos 1.678⁵¹ liberados pela Comissão Especial de Indenização, selecionou-se 440 processos, por referirem prisão ou perseguição por participação ou acusação de ser membro dos Grupos de Onze Companheiros ou seus nomes estarem mencionados em depoimentos como envolvidos com os referidos grupos.

Esses processos formam um corpo documental privilegiado, visto que foram construídos pelos próprios requerentes, constando do preenchimento de um formulário padronizado com dados pessoais e informações sobre o período e local de prisão, vinculação política, confirmação ou não de maus-tratos sofridos pela vítima, da descrição dos problemas físicos e psicológicos decorrentes da prisão. Além disso, era competência do solicitante da indenização anexar outros documentos ou testemunhos que comprovassem a sua prisão por motivos políticos, como inscrito na lei 11.042/97. Assim, alguns processos são densos e volumosos, constando da documentação padrão solicitada pela Comissão, como cópia de documentos pessoais, certidões expedidas por órgãos públicos, fichas datiloscópicas, recortes de jornais, laudos, atestados médicos e relato detalhado dos acontecimentos, também foram anexados cópias de inquéritos policiais e militares, documentos produzidos pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), fotografias, correspondências, cópias de livros, cópias de revistas, pareceres psiquiátricos e declarações de testemunhas.⁵²

Observamos que alguns solicitantes de indenização tiveram dificuldades ou mesmo não conseguiram provar que haviam sido perseguidos, presos e/ou torturados, contando somente com o testemunho de vizinhos e conhecidos, inclusive não conseguindo a pleiteada compensação. Para aqueles que conseguiram juntar cópias dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) aos seus pedidos, o intento foi bem sucedido, demonstrando, como afirma Ananda Simões Fernandes, que a eficácia das medidas de reparação às vítimas das ditaduras dependem, em grande parte, do acesso aos documentos produzidos e armazenados pelas instituições repressivas naquele

⁵⁰ PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: Comissões de Verdade na América Latina. *Revista Debates*. p. 130. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/11860/8304>. Acesso em 24/07/2015.

⁵¹ Apesar da referência de 1704 processos, constam efetivamente no *Catálogo Resistência em Arquivo*, organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), 1.678 processos administrativos indenizados para os anos de 1961 a 1979.

⁵² BRANDO, Nova Marques. Op. cit.

período.⁵³ Nos processos analisados nesta tese estão que conseguiram receber a indenização pleiteada e também os que não conseguiram essa indenização, pois o interesse da pesquisa centra-se nas pessoas que admitem ter alguma participação ou envolvimento com os referidos grupos.⁵⁴ Ademais, pela destruição dos documentos ou pela prisão não ter sido registrada, muitas pessoas não conseguiram comprovar a violência sofrida. Aqueles que contaram apenas com poucos registros testemunhais e fraca argumentação não obtiveram indenização. Vale constar que comparando processos similares, dependendo do relator da Comissão Especial de Indenização, alguns obtiveram indenização e outros não.⁵⁵ Porém, não é escopo dessa pesquisa avaliar os critérios da Comissão no julgamento da concessão da indenização por perseguição política.

Esbarramos na produção de documentos judiciais padronizados e concisos, como é o caso de processos de pedido de indenização da cidade de Humaitá, de Crissiumal, de Tuparendi e de 23 processos de Nonoai, cujos advogados representam várias pessoas. Quem faz o depoimento é o(a) advogado(a), sendo o mesmo para todos os que são por ele representados, apenas mudando o nome da pessoa, ocorrendo o mesmo com as declarações das testemunhas. Mesmo nos depoimentos prestados diretamente à Comissão Especial de Indenização, eles não fornecem maiores informações sobre o requerente e o momento histórico, limitando-se aos relatos do que ocorreu na prisão.

⁵³ FERNANDES, Ananda Simões. Arquivos Repressivos da Polícia Política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. II Jornada das Ditaduras e Direitos Humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai (2:2013:24 a 27 abr.: Porto Alegre, RS). *Anais* [recurso eletrônico]. –Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/> Acesso em: 10/01/2016.

⁵⁴ Dos 440 processos consultados, 299 conseguiram obter a indenização requerida e 141 não foram indenizados.

⁵⁵ Para ilustrar essa afirmação citamos o caso Felisbino Ribeiro Barlete, de Carazinho, que foi preso de 01/04/64 a 20/04/1964 na cidade de Carazinho e de 18/06/1964 a 18/07/1964 no DOPS, anexou o Termo de Inquirição à Testemunha datado de 24/06/1964 e não obteve indenização. Processo Administrativo/Indenização 2758-1200/02-2. Já Frederico Germano de Almeida, também de Carazinho, foi preso de 19/04/1964 a 31/05/1964 no SESME, anexou documentos similares e obteve indenização de R\$ 20.000,00. Processo Administrativo/Indenização 5460-1200/98-4. Gentil Fernandes Folador, de São Valentim, foi preso em Erechim de 22 a 24/04/1964 [na lista de presos consta apenas o dia 22/04/1964, mas o Termo de Inquirição à Testemunha data do dia 24/04/1964], teve prisão domiciliar tendo de se apresentar semanalmente para assinar o *Livro de elementos vigiados*, foi exonerado do cargo de professor e, apesar de boa argumentação e documentação anexa, não conseguiu a indenização. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. Seu companheiro Zelindo Remonato, preso durante o mesmo tempo, também no Presídio de Erechim, com as mesmas condições de prisão domiciliar, foi indenizado em R\$ 10.000,00. Processo Administrativo/Indenização 4737-1200/98-5. Também citamos o caso de Modesto Magri, que tendo sido indeferido seu pedido de indenização, entrou com pedido de revisão da decisão. Seu advogado argumenta: “Em casos semelhantes onde os paradigmas de prisão e prova testemunhal são idênticos, as decisões são contraditórias, ora deferindo o pedido, ora indeferindo o pedido, demonstram a falta de critério da Comissão, ensejando aos requerentes que tiveram seu pedido negado, sobretudo este requerente, mais uma indifarável e discriminatória decisão. Senão vejamos, nos processos em que figuram FERDINANDO BRINGHENTI e ARGEU CHAISE, como requerentes, as provas apresentadas, além de idênticas revelam a simultaneidade das prisões e torturas sofridas pelos dois paradigmas juntamente com o requerente Modesto Magri”. 14/11/1998. Processo Administrativo/Indenização 4660-1200/98-3. Comissão Especial de Indenização (CEI). Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

Fica demonstrada a importância da preservação de documentos produzidos e acumulados pelos aparelhos repressores, em decorrência de atividades de controle, vigilância e punição pela rede do sistema repressivo durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional. Como observa Ludmila da Silva Catela, esses documentos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para um papel diametralmente oposto ao de sua origem, pois foram produzidos para justificar a prisão, para a condenação e agora podem ser usados para compensar as vítimas das violências e arbitrariedades sofridas.⁵⁶ Se tornam prova que incrimina a violência estatal.⁵⁷ Porém, muitos desses documentos foram destruídos, como é o caso dos arquivos do DOPS/RS, que foram incinerados em 1982, ordem emitida pelo então governador do estado, José Augusto Amaral de Souza (1979-1983), logo após a extinção do órgão.⁵⁸ No entanto, as documentações de algumas SOPS foram preservadas e encontram-se disponíveis para consulta no Acervo da Luta contra a Ditadura, instituição criada em 1999 por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia no Brasil⁵⁹, permitindo a alguns requerentes anexar documentos produzidos pelo aparato repressivo nos seus processos de pedido de indenização por perseguição política. Entretanto, segundo Ananda S. Fernandes, somente foram encontrados e recolhidos ao Acervo da Luta contra a Ditadura documentos de dez SOPS, que estavam localizados em Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo.⁶⁰

A abrangência temporal será especialmente os anos de 1964 e 1965, momento em que esses grupos representavam o inimigo a ser combatido e a possibilidade – real ou imaginária – de uma insurgência contra o regime ditatorial instituído, com referências a perseguições e prisões em anos posteriores, de acordo com a documentação consultada. Esse trabalho está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo mapeia o contexto de formação dos Grupos de Onze Companheiros e investiga as justificativas apresentadas pelos membros dos grupos para organizá-los ou assinar as listas, averiguando as motivações que levaram cidadãos comuns, das diversas partes do interior do estado, a se mobilizarem e formarem os Comandos Nacionalistas. Além do que consta nos

⁵⁶ SILVA CATELA, Ludmila da. El mundo de los archivos. In: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r29766.pdf>. p. 398

⁵⁷ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1. n.1, jan/jun. 2009. pp. 30-45. p. 42.

⁵⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 41

⁵⁹ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa...* p. 42

⁶⁰ FERNANDES, Ananda Simões. *Arquivos Repressivos...*

processos, busca-se no contexto histórico do período anterior ao golpe civil-militar e na luta pela implantação das reformas de base, principalmente a agrária, a explicação para a mobilização popular.

O segundo capítulo analisa os 440 processos, que se vinculam aos Grupos de Onze como fator da perseguição e/ou prisão, oriundos da Comissão Especial de Indenização, procurando traçar o perfil das pessoas que atenderam o chamamento de Leonel Brizola e formaram os grupos: idade, profissão, sexo, estado civil, vinculação partidária, religião, escolaridade e a distribuição espacial desses grupos.

O terceiro capítulo analisa a Operação Limpeza e a repressão desencadeada sobre os envolvidos com os referidos grupos a partir do conceito de terrorismo de Estado, com destaque para a ação dos Destacamentos Especiais Volantes da Brigada Militar que atuaram no desmantelamento dos Comandos Nacionalistas no interior do estado.

O quarto capítulo aborda a violência sofrida pelos membros dos Grupos de Onze, analisando os depoimentos à Comissão Especial de Indenização prestados pelos envolvidos com os Comandos Nacionalistas e/ou por seus familiares. A atuação da Brigada Militar, da polícia política e a violência desmesurada desfechada sobre os integrantes dos Grupos de Onze demonstram que, desde os primeiros dias de abril de 1964, já havia ações que configuravam práticas de TDE.

O quinto capítulo aborda os efeitos advindos da prisão aos integrantes dos grupos, como os traumas, tanto para os envolvidos diretamente, quanto para os familiares das pessoas que foram presas e torturadas, consequências essas que indiretamente atingem toda a sociedade.

A utilização do conceito de terrorismo de Estado para o período da ditadura militar, como refere Ananda Simões Fernandes, “transcende os aspectos acadêmicos, assumindo um caráter político de embate”⁶¹, porém sendo imprescindível o desmascaramento da *ditabranda*⁶² e a

⁶¹ FERNANDES, Ananda Simões. A atuação da ditadura brasileira no Uruguai pré-golpe (1964-1973) e o papel do estado do Rio Grande do Sul. In. GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 91-114. p.102.

⁶² Ao assumirem o governo federal “a fim de garantir o capital e o continente contra o socialismo”, os militares, “para surpresa de todos” não investiram contra esta produção cultural de esquerda. Assim entre 1964 e 1969 a característica marcante do panorama cultural brasileiro foi o de uma paradoxal convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais de esquerda. É a este período que Elio Gaspari denomina “ditadura envergonhada” e que outros chamavam, ironicamente, de “ditabranda”. REIMÃO, Sandra. *Fases do Ciclo Militar e censura a livros* – Brasil, 1964-1978. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf. Acesso em: 13/06/2018. A ditadura envergonhada é o título do primeiro volume da série de livros de Elio Gaspari sobre o ciclo militar no Brasil. Este primeiro volume aborda os anos de 1964 a 1968. A expressão “ditabranda” pode ser encontrada, entre outros, no livro de SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo, Ed. Senac/ Ed. Terceiro Nome, 1998. p. 78. Segundo Lentz “No sincero editorial da Folha de S. Paulo intitulado ‘Limites à Chávez’, publicado em 17 de fevereiro de

denúncia dos fatos ocorridos, identificando adequadamente o período de acordo com suas práticas e sequelas na sociedade.

2009, Octávio Frias Filhos utilizou o termo ‘ditabranda’ para adjetivar a última ditadura brasileira. Porém, ditou o milagre sem dar nome aos santos: Schmitter & O’Donnell (1988, p. 27-28) cunharam o enredado conceito de ‘ditabranda’, um regime que tolera e até promove a liberalização sem alterar a estrutura autoritária de autoridade. Tudo isso para sustentar que no Brasil havia pouco mais de 300 vítimas e, se comparado à vizinha Argentina, com sus mais de 30 mil mortos e desaparecidos, a violência ditatorial brasileira teria mais branda.” In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania [orgs.]. *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 280. Esse termo foi e ainda é utilizado para se referir ao período da ditadura militar. No entanto, “ditabranda” é um termo inventado por Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter, dois cientistas políticos que se especializaram em estudar transições do regime autoritário. Ela não designa um regime político, mas uma fase intermediária entre um regime ditatorial e um regime democrático. Portanto, “ditabrandas” não são ditaduras incompletas, limitadas ou amenas, com baixo grau de repressão política e pouco controle sobre a sociedade. São estruturas políticas que já deixaram de ser completamente autoritárias, mas que ainda não são plenamente democráticas. As “ditabrandas” são definidas pelo grau de liberdades políticas que toleram. Sua continuação são as “democraduras”. Esses regimes intermediários são democracias limitadas onde a competição política ainda é restrita a alguns grupos confiáveis e onde há formas atípicas de consulta eleitoral, como plebiscitos, assembleias corporativas, apelos diretos ao povo. Ver: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 27-28.

2 BRIZOLA E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

A partir de outubro de 1963 Leonel Brizola começou, através da rádio Mayrink Veiga, a fazer apelos para que o povo se organizasse em Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Nas mais diversas partes do país, especialmente no Rio Grande do Sul, houve extraordinária adesão ao movimento, demonstrando a vontade de participação popular e o engajamento político existente no momento, além de uma expectativa de mudanças pela realização das reformas de base. Esse engajamento popular reflete as condições políticas do período democrático pré-golpe em que, além da participação política através dos partidos, eram incentivadas outras formas de participação, como sindicatos, centros cívicos⁶³, agremiações estudantis, ligas camponesas⁶⁴, movimentos de educação de base⁶⁵ e associações de trabalhadores sem-terra. Neste capítulo investiga-se as motivações que levaram tantas pessoas a aderirem aos Grupos de Onze utilizando como fonte os relatos à Comissão Especial de Indenização que constam nos processos que requerem indenização por perseguição política. Essa documentação será cruzada com depoimentos de pessoas ligadas aos Grupos de Onze, como de Ney Ortiz Borges, que mantinha estreitos laços com Leonel Brizola e era também deputado federal pelo PTB, tendo sido eleito em 1962 representando o Rio Grande do Sul⁶⁶; Hermeto Araujo, ex-prefeito pelo PTB de Constantina, cidade do interior do Rio Grande do Sul⁶⁷; o depoimento de Sérgio Gonzalez, publicitário e jornalista que participou de um Grupo de Onze em Porto

⁶³ Sobre organização dos centros cívicos, ver BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit.

⁶⁴ Em 1945 surgiram as Ligas Camponesas, uma forma de organização política dos camponeses que resistiram à expropriação da terra. Com o apoio e dependentes do PCB, foram criadas em quase todos os estados do país. Em 1947, o PCB foi decretado como ilegal pelo governo. Este fato, somado a repressão generalizada, teve como consequência a repressão violenta às ligas. Em 1954 as Ligas camponesas ressurgiram juntamente com a criação pelo PCB, no mesmo ano, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTABs – que se organizou em quase todo o território brasileiro. Em 1962, as Ligas promoviam uma conscientização nacional a favor da reforma agrária através de congressos e encontros. As ações das Ligas tinham o objetivo acabar com o monopólio da terra, sendo definidas como parte das lutas pela reforma agrária radical, pois através destas ações havia resistência dos camponeses na terra e ocupações. MUSZINSKI, Luciana. *A Teologia da Libertação e a luta pela reforma agrária: os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro – Capão do Leão (RS)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. p. 59.

⁶⁵ Segundo Bernardo Mançano Fernandes, a partir do crescimento das lutas por terra a reforma agrária passou a ser pauta política. Além do PCB representando esta pauta, havia de outro lado a Igreja Católica dividida nos setores conservador e progressista. O setor conservador da Igreja criara no Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural, em Pernambuco o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. O setor progressista da Igreja, liderado pela CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – formou o Movimento de Educação de Base. FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, nº 2, 1999.

⁶⁶ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas..., p. 67-86.

⁶⁷ Idem, p. 67-86.

Alegre⁶⁸; depoimento de Romeu Barleze, liderança do PTB em Carazinho, com atuação no Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), na Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) e inspetor para os estados do sul da Companhia Brasileira de Armazenamento⁶⁹, depoimento de Gelsomino Appi, líder do PTB em Erechim na época e de Carlos Salim, que era prefeito de Paim Filho pelo PTB em 1964.⁷⁰ A análise dos depoimentos serve para o cotejamento das fontes, sendo alguns das mesmas pessoas que entraram com o pedido de indenização.⁷¹

Leonel de Moura Brizola, liderança regional do PTB, que com atuação marcante e controversa, tornou-se a liderança mais radical do partido e personagem de eventos históricos de grandes proporções, nacional e internacional, no período anterior ao golpe de 1964 e implantação da ditadura militar. Convertido em liderança de expressão nacional por sua atuação na Legalidade, seu forte poder mobilizador suscitava reações violentas, sendo, inclusive, apontado como um dos fatores da eclosão do golpe.⁷² Aborda-se a atuação de Brizola na gestão da prefeitura de Porto Alegre, no governo do estado do Rio Grande do Sul e como deputado federal pelo estado da Guanabara no decorrer do capítulo, entremeada com a história dos Grupos de

⁶⁸ GONZALEZ, Sérgio. Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1. pp. 97-107.

⁶⁹ BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit. Nas entrevistas ao autor, referem sua participação ativa na organização dos Grupos de Onze e em alguns dos processos não há qualquer referência aos grupos.

⁷⁰ Os depoimentos de Gelsomino Appi e Carlos Salim estão publicados na obra *Onde estão os Grupos de Onze?*⁷⁰ resultante da pesquisa realizada pela autora para a dissertação de mestrado, onde foi investigada a formação dos Grupos de Onze na Região Alto Uruguai.

⁷¹ É o caso dos entrevistados por Braun, na cidade de Carazinho. BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit.

⁷² Em diversas obras escritas por militares, Leonel Brizola é citado como agitador, sendo a formação dos Grupos de Onze o último estágio da guerra revolucionária para a tomada do poder. Ver: FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.; GIORDANI, Marco Pollo. *Brasil Sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.; COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.; FIGUEIREDO, Mal. Poppe de. *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro: Apec, 1970. Ainda, Argelina Cheibub Figueiredo analisa a postura da esquerda radical [liderada por Leonel Brizola] como inflexível na questão da reforma agrária, sendo que a não disposição para a negociação e o enfrentamento com a direita contribuiu para a supressão da democracia. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?* In: *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura Militar e Resistência no Brasil, Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2004. Apesar de não apontar diretamente Brizola como fator do golpe, os artigos de Jorge Ferreira citados nessa tese apontam as ações políticas da esquerda radical [liderada por Leonel Brizola] como fator da aglutinação da direita, dos militares, da Igreja e da classe média, desembocando no golpe civil militar de 1964. Ver: FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 22, 2004, p. 103-126.; FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.; FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964). *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 15 a 20 de julho de 2007. São Leopoldo/RS.; FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.181-212.

Onze Companheiros e com as motivações apresentadas por seus membros para a adesão a essa mobilização popular.

2.1 “BRIZOLA É UM DOS NOSSOS”

Natural de Carazinho e de origem humilde, Leonel de Moura Brizola chegou a formar-se engenheiro. Essa origem humilde – sempre ressaltada pelo político – criava um sentimento de identificação com a massa popular: “Venho das camadas mais modestas da população e quero permanecer fiel às minhas origens. Minhas preocupações estão permanentemente voltadas para os pequenos, para os humildes e desamparados.”⁷³ Conforme Samir Perrone de Miranda:

O passado sofrido de jovem pobre de Carazinho que consegue chegar à Capital e, através dos estudos e do trabalho, alcança ascensão social e ingressa na política, constitui um dos pontos explorados por Brizola em seu princípio de carreira. A construção de sua imagem como *self-made man* apresenta-se carregada por este aspecto “épico” de sua trajetória. Este elemento contribui para o entendimento do seu discurso político e da importância que devotava à educação e ao trabalho como elementos transformadores – o que constituía um fator de identificação popular.⁷⁴

Admirador de Getúlio Vargas, ingressou no PTB em 1945⁷⁵, fazendo parte do primeiro núcleo gaúcho do partido, onde adquiriu sua experiência política e formação ideológica.

Dotado de grande capacidade de comunicação com as massas trabalhadoras⁷⁶, por falar em linguagem simples e entendível pelo povo, Brizola teve uma rápida carreira política. Em 1947 elegeu-se deputado estadual pelo PTB, em 1955, prefeito de Porto Alegre e, em 1958, governador do estado, onde procurou colocar em prática o seu discurso, atendendo às necessidades populares. Seu estilo político marcante o teria feito ascender rapidamente dentro do partido e conquistar uma forte penetração no eleitorado popular. Bodea lembra que, na Assembleia Estudantil,

⁷³ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Mensagem à Assembleia Legislativa: apresentada pelo governador do estado, Engenheiro Leonel de Moura Brizola, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da imprensa oficial, 1959, p. 9.

⁷⁴ MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de Desenvolvimento e encampações no discurso de Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p.76.

⁷⁵ Conforme LEITE FILHO, Brizola, aos 23 anos tinha grande entusiasmo pela doutrina trabalhista. Ele começa articulando a Ala Moça, o setor jovem do partido destinado a abrigar e formar as futuras lideranças. Ele, porém, não limita sua atuação aos estudantes e vai atrás dos operários, camponeses, agricultores, ferroviários e servidores públicos. E não esquece da gente do povo, cujas agruras conheceu, ao longo da sua suada experiência de jovem pobre. LEITE FILHO, F.C. *El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008. p. 40.

⁷⁶ Pasqualini, o mais importante teórico do PTB, afirmava a importância da educação política das massas, a necessidade de politizar e educar o homem para se chegar às transformações sociais. A “doutrinação das classes trabalhadoras e de sua conscientização acerca da realidade nacional e de seus próprios problemas, para que seja possível realizar as mudanças propostas no PTB”, foi uma ideia incorporada por Leonel Brizola. RUAS. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1998. p. 39.

realizada em 12 de dezembro de 1946, “não apenas contou com a presença prestigiosa de Pasqualini, mas a fala do jovem candidato seria irradiada por uma emissora local.” O autor observa ainda que: “O uso eficiente dos modernos meios de comunicação de massa viria constituir um dos grandes trunfos na meteórica carreira do jovem estudante de engenharia”⁷⁷, especialmente o rádio. Bronislaw Baczko refere que todo poder político se cerca de representações coletivas, e “os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida”.⁷⁸ O atendimento das reivindicações da população é ressaltado por Raul Pont como ponto básico para que Brizola fosse admirado:

A prefeitura de Porto Alegre, na gestão de Brizola, é um bom exemplo de que o trabalhismo no meio popular não era fruto apenas de lideranças carismáticas ou de pura mistificação ideológicas. O atendimento das reivindicações das massas trabalhadoras como saneamento básico, escolas primárias, transportes coletivos foram elementos-chave para Brizola ratificar seu prestígio popular⁷⁹.

Sua atuação como prefeito de Porto Alegre lhe garantiu as prerrogativas para vencer a disputa para o governo do estado, em 1958, derrotando a Frente Democrática, formada por partidos conservadores – coligação do Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Libertador (PL)⁸⁰. No governo do estado Leonel Brizola se mostrou um ousado discípulo de Getúlio Vargas na administração pública. Conforme reportagem do jornal *O Rio Grande*,

Vargas acreditava que para resolver os problemas econômicos mais urgentes do país era preciso liquidar com os resquícios da doutrina liberal [...]. Quer dizer, o governo deveria ser forte e centralizado, para poder pôr em prática seus planos. Para conseguir isso Brizola reformou toda a estrutura do estado, criando cinco novas secretarias (Saúde, Economia, Transportes, Trabalho e Habitação, Energia e Comunicações).⁸¹

No governo do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, se manteve fiel ao projeto global desenvolvimentista do getulismo, o da *Carta Testamento*, e cobrava o mesmo do PTB nacional.⁸²

⁷⁷ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992. p. 44-45.

⁷⁸ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social, *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332. p. 313.

⁷⁹ PONT. Um ensaio sobre o brizolismo. *Coojornal*, Porto Alegre, out. 1977, p. 4.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ Brizola. *O Rio Grande*. 6 a 12 de setembro de 1979.

⁸² BODEA, Miguel. Op. cit., p.174.

A educação foi um dos setores que recebeu maior atenção de Brizola, havendo uma extraordinária expansão da rede escolar durante sua administração.⁸³ Ainda, durante sua gestão no governo do estado, além de ostensivo apoio ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), Brizola teve iniciativas de reforma agrária com a desapropriação da Fazenda Sarandi, no município de Sarandi, das terras do Banhado do Colégio, em Camaquã e disponibilização de terras pertencentes à própria esposa, Neusa Goulart. Criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), e determinou o planejamento e a formação de trinta colônias agrícolas no interior do Rio Grande do Sul, projetos que visavam conter a crise nos campos e evitar as invasões de terras.⁸⁴

Pode-se inferir que, enquanto no Brasil começava-se a discutir as reformas de base, no estado algumas dessas reformas estavam sendo efetivadas, tudo sendo explicado diretamente à população, ou, como Brizola se referia, ao povo que o elegera, utilizando-se de programas de rádio. Conforme publicação no jornal *O Rio Grande*:

Seu forte era o rádio, onde falava todas as sextas-feiras, às vezes por duas horas seguidas, expondo seus planos, defendendo-se das críticas e pedindo apoio da população para sua administração. Cada plano, cada estudo, cada projeto ou realização sua merecia uma publicação, um livreto em linguagem simples, com desenhos e gráficos para serem acessíveis a qualquer pessoa. E com esse material ele alimentava as palestras e conferências que dava permanentemente em sindicatos, colégios ou qualquer lugar que fosse convidado.⁸⁵

Para Paulo Schilling, as falas radiofônicas semanais de Leonel Brizola eram um fator de aproximação do político com a população e “tinham muito mais de conversa entre amigos do que de conferências eruditas”.⁸⁶ Também o rádio foi fundamental para o desenrolar do acontecimento que marcou com maior ênfase a carreira de Brizola e o projetou nacionalmente: a Legalidade.

2.1.1 A Legalidade

Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros⁸⁷ renunciou à presidência do país, alegando não ser possível governar com “aquele Congresso”, pois enfrentava fortes barreiras às suas propostas.

⁸³ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ufrgs, MEC/Sesul/Proedi, 1988. p. 27.

⁸⁴ PACHECO, Diego. *Ecos da resistência: Os Grupos de Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p. 55.

⁸⁵ Brizola. *O Rio Grande*. 6 a 12 de setembro de 1979. p. 16.

⁸⁶ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1. p. 228.

⁸⁷ Jânio Quadros havia sido eleito com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), que pela primeira vez chegava ao governo. Porém, ao mesmo tempo que adotava uma política de contenção de acordo com os ditames do

A eleição presidencial não havia sido acompanhada de uma renovação na Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde eram minoritários os partidos que tinham colaborado para elevar Jânio Quadros ao Poder Executivo, apoio que não conseguiu aumentar através de negociações. Ademais, o pouco apoio que tinha era perdido rapidamente em razão de sua Política Externa Independente (PEI)⁸⁸ e interna moralizante⁸⁹, com sucessivas sindicâncias nos órgãos públicos. Desse modo, faltava-lhe base parlamentar para implementar seu programa de governo.

Renunciando, talvez numa tentativa frustrada de adquirir maior parcela de poder,⁹⁰ Jânio Quadros deixou vago o cargo de presidente que deveria ser ocupado, segundo a Constituição, pelo vice-presidente João Goulart, que era líder do PTB e tido como herdeiro político de Getúlio Vargas.⁹¹ Também era considerado perigoso devido sua atuação junto aos sindicatos e da sua capacidade de mobilização das massas populares. Jango havia ocupado a pasta do Ministério do Trabalho durante o segundo governo Vargas – de junho de 1953 a 22 de fevereiro de 1954 – e

FMI, praticou uma política externa independente, procurando aproximação com os países subdesenvolvidos – África, com destaque – e países socialistas. Jânio, alegando respeito “ao princípio de autodeterminação dos povos”, recusou participação na invasão da Baía dos Porcos e condecorou, no Brasil, Che Guevara, o segundo homem forte de Cuba, afrontando os antigos apoiadores. Em pouco tempo, perdia o apoio da UDN devido à sua política externa, do PTB e do PSD devido ao seu moralismo pseudojusticiero, instaurando diversas sindicâncias em órgãos da burocracia estatal que os atingia diretamente, inclusive ao vice-presidente João Goulart. Ademais, a política econômica recessiva atingia principalmente as classes média e baixa, com o aumento do custo de vida (alimentos, transportes, serviços públicos, etc.), não sendo acompanhados por elevação proporcional dos salários, parcialmente congelados. Ver: LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸⁸ Em relação à política externa, Jânio Quadros ampliou o alcance das políticas de Vargas e Kubitschek, formulando a Política Externa Independente (PEI), calcada no nacionalismo, no princípio de autodeterminação dos povos e a busca de ampliação dos mercados para os produtos brasileiros, inclusive no bloco socialista. Para executar a PEI, foi nomeado Afonso Arinos para o Itamaraty, udenista conservador, aparentemente um paradoxo, porém um nome que não despertaria desconfianças por parte dos Estados Unidos. Três missões diplomáticas foram enviadas para países socialistas; foram fechados acordos comerciais com nações da Europa do Leste; uma delegação soviética foi recebida no Brasil; e foi reafirmada a defesa da autodeterminação de Cuba. Contudo, a “independência” de Jânio Quadros suscitou imensa rejeição por parte da UDN e grupos militares quando condecorou Ernesto “Che” Guevara, primeiro ministro cubano, em passagem pelo Brasil. Ver: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. p. 178.

⁸⁹ “O apelo fundamental do discurso janista era o moralismo, se traduzindo na denúncia da política, vista como ‘politicagem’, e dos partidos políticos, vistos como camarilhas interessadas apenas nas benesses do Estado, atacando mesmo o seu próprio partido. [...] Não apresentava programas de governo e centrava sua plataforma no binômio ‘honestidade e trabalho’, prometendo varrer a corrupção, moralizando a administração. [...] Sua agenda foi repleta de medidas bombásticas mesmo nas questões nas quais governos não se imiscuem, mas que rendiam manchetes, como rinhas, uso de lança-perfumes e de biquínis nas praias. Chegou ao cúmulo de ditar regras de moralidade em concursos de beleza feminina”. SADEK, Maria Teresa apud HAAG, Carlos. Fê-lo porque quis o quê? *Revista Pesquisa FAPESP*, Pinheiros, n. 182, abr. 2011. p. 83. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2011/04/080-085-182.pdf>. Acesso em: 29/07/2018.

⁹⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 261

⁹¹ João Goulart fez sua carreira política baseado no sistema de sindicatos e dos tribunais trabalhistas criados em toda a federação. Era esse sistema que herdara de Getúlio e cujo poder os militares olhavam com suspeita. Tendo recebido de Vargas um empurrão indispensável em princípios de 1950, Jango era seu herdeiro natural (em mais de um sentido, segundo sugeriam seus detratores). Ver: SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio...* p. 262.

sido derrubado por um Manifesto dos Militares.⁹² Ademais, para agravar a situação, no momento da renúncia, encontrava-se em viagem oficial à China comunista, fato que, segundo Thomas Skidmore, “não poderia deixar de concorrer mais dramaticamente perante os militares anticomunistas a sua possibilidade de acesso ao cargo”.⁹³

Os ministros militares – marechal Odílio Denis, da Guerra, vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha, e brigadeiro Gabriel Grun Moss, da Aeronáutica⁹⁴ – mobilizaram-se para evitar a posse do vice-presidente, fato que gerou reações até mesmo dentro do Congresso, que pretendia respeitar a Constituição. Em várias regiões surgiram movimentos para garantir a posse de Goulart como presidente do país, dos quais o mais organizado ocorreu no Rio Grande do Sul, sob liderança de Brizola, cunhado de João Goulart e líder estadual do PTB.

Desafiando o veto militar à posse de Goulart, Brizola conclamou a população para defender o regime constitucional e, como refere Jorge Ferreira, “os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo”.⁹⁵ Joaquim Felizardo relata que, “[...] quando rebenta a crise de agosto de 1961, o governador Leonel Brizola desfrutava de um crédito aberto da maioria significativa da população. Portanto, existiam condições objetivas para que o mesmo convocasse o povo para defender o regime constitucionalista. O povo saberia atendê-lo”.⁹⁶ Então, rapidamente, organizaram-se demonstrações populares em Porto Alegre e milhares de pessoas ocuparam a praça da Matriz, defronte ao palácio Piratini, prontas para a luta. A mobilização não ocorreu somente na capital, o interior gaúcho não ficou alheio à resistência política. Em Caxias do Sul, Sapucaia, Pelotas, São Leopoldo, Soledade, Passo Fundo, Carazinho, Nonoai e em muitas outras cidades foram fundados comitês com milhares de voluntários.⁹⁷

⁹² A nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, no segundo governo Vargas, causou uma grande inquietação. Por parecer o primeiro passo de uma nova campanha para cortejar o proletariado, a sua nomeação alarmou os industriais, os eleitores da classe média e os militares de inclinação conservadoras. Em seus espíritos, Goulart estava ligado à ameaça de um regime sindicalista, do tipo que Perón havia criado na Argentina. Bastava aos brasileiros olhar para o sul para verificar o poder político de um movimento operário bem manobrado. Aos olhos dos antigetulistas, Goulart era um “agitador demagógico” que para obter proveito pessoal, organizaria uma falange proletária, capaz de derrubar a ordem social vigente. SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio...*, p. 149.

⁹³ *Idem*, p. 250.

⁹⁴ ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 840.

⁹⁵ FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 149-182. In: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf. p. 6.

⁹⁶ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs; MEC/SESu/Proedi, 1988. p. 28.

⁹⁷ FERREIRA, Jorge. *A Legalidade traída...*, p. 7.

O movimento obteve adesões de outros estados graças à “Rede da Legalidade”, comandada por Brizola, que passou a transmitir programas radiofônicos a todo o país chamando à resistência e à defesa da Constituição. Luciano Klöckner explica que:

De um estúdio no Palácio Piratini, instalado pelo engenheiro Homero Carlos Simon, responsável pela excelente qualidade de som da Guaíba, passou a transmitir ininterruptamente. Era 27 de agosto. Aos poucos, a “Cidadela da Legalidade”, como a denominou Brizola, passou a receber dezenas de emissoras brasileiras e estrangeiras, chegando a reunir 114 rádios. Além das emissões em língua portuguesa, foram levados a efeito boletins em inglês, espanhol e alemão”.⁹⁸

As mobilizações populares lideradas por Brizola e a adesão do III Exército à defesa da Constituição e à posse de Goulart levaram o país a um impasse, superado pela adoção do regime parlamentarista: João Goulart assumiria a presidência, mas com os poderes reduzidos. Brizola posicionou-se contra o parlamentarismo, pois acreditava que, prolongando a resistência, os militares capitulariam para evitar a guerra civil e Goulart assumiria o governo do país no regime presidencialista.⁹⁹ Jango, conciliando, aceitou a negociação.

O episódio da Legalidade, mesmo não tendo conseguido completamente seu intento de Goulart assumir no regime presidencialista, mostrou a força do povo organizado e projetou nacionalmente Brizola como líder popular. Paulo Schilling afirma que “a crise havia produzido e projetado nacionalmente um líder popular [...] Brizola emergiu do episódio como o grande líder nacional”.¹⁰⁰ No Rio Grande do Sul, passou, então, a ser considerado um herói.¹⁰¹ Ao analisar esse episódio, Jorge Ferreira refere que “ao exprimir uma visão coerente e completa do destino histórico, ele [Brizola] transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem providencial e, particularmente, Herói”,¹⁰² o que legitimou sua luta e seus apelos à formação dos Grupos de Onze no final de 1963, quando atuava como deputado federal pelo estado da Guanabara.

A Legalidade, nos processos analisados, é citada como fator impulsionador dos Grupos de Onze por apenas duas pessoas. Adão Martins, de Frederico Westphalen declarou no IPM que “era admirador do ex-deputado Leonel Brizola, por essa razão escutava suas palestras na Rádio Mayrink Veiga [...] que entende que como o ex-deputado Leonel Brizola foi o chefe da

⁹⁸ KLÖCKNER, Luciano. *Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história*. In: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Segunda%20Cadeia%20da%20Legalidade.pdf>. p. 3. Acesso em 11/06/2016/

⁹⁹ LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 119.

¹⁰⁰ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1. p. 226.

¹⁰¹ Idem, p. 241.

¹⁰² FERREIRA, Jorge. *A Legalidade traída...*, p.11.

Legalidade em 1961, acreditava estar o mesmo agindo com os mesmos propósitos”.¹⁰³ Walkirio Bicca Figueiredo, de Porto Alegre, relata que participou da Legalidade e que o Grupo de Onze que fazia parte servia “para divulgar o Movimento de Resistência, a Legalidade”.¹⁰⁴ A relação com o movimento da Legalidade como desencadeador de outras mobilizações aparece na argumentação do advogado de cinco processos de Nonoai, alegando que todos eram lideranças locais, membros do Grupo de Onze e teriam participado da Legalidade.¹⁰⁵ Nos depoimentos publicados em obras há maior referência à Legalidade. Para Romeu Barleze, em depoimento a Claudio Damiano Braun, o movimento da Legalidade poderia influenciar na atuação dos grupos, após o golpe civil-militar, ele admitiu que alguns membros imaginavam que poderiam, em caso de necessidade, tornar-se grupos armados, tendo para isso a referência da Legalidade. No entanto, essa era uma hipótese difícil de ser consumada, pois o objetivo dos grupos era especificamente político.¹⁰⁶ Sérgio Gonzalez refere que: “meu pai, Demóstenes Gonzalez, com quem eu havia participado do Movimento da Legalidade, foi quem me instruiu sobre os Grupos dos Onze”.¹⁰⁷

Esses relatos demonstram que se mobilizar, em torno de uma causa, a partir do chamamento de Brizola não era algo novo, e, como na Legalidade, tinha possibilidades de dar certo. Joaquim Felizardo explica que “a causa aglutinou classes e segmentos sociais [...] que tiveram a real sensação de serem participantes e não meramente espectadores dos fatos históricos, como ocorrera ao longo dos séculos”.¹⁰⁸

2.1.2 A Frente de Mobilização Popular (FMP)

O movimento da Legalidade foi, sem dúvida, o evento que projetou Leonel Brizola em âmbito nacional. No pleito de 1962, elegeu-se deputado federal pelo estado da Guanabara com a maior votação da história, 269.000 votos¹⁰⁹, onde assumiu, conforme Carla Brandalise e Marluza Harres, uma posição de liderança da ala majoritária do PTB, a reformista-nacionalista, bem como de parcela significativa das esquerdas parlamentares. As autoras referem que “no Congresso, a atuação de Leonel de Moura Brizola vai se destacar na defesa do programa reformista,

¹⁰³ Adão Martins.13/08/1964. Processo Administrativo/Indenização 4873-1200/98-0. Comissão Especial de Indenização (CEI)/APERS. (grifos do documento)

¹⁰⁴ Walkirio Bicca Figueiredo. 22/04/98. Processo Administrativo/Indenização 2906-1200/98-9. CEI/APERS.

¹⁰⁵ Processos 6787-1200/98-9, 3312-1200/98-8, 3316-1200/98-9, 6785-12000/98-3 e 3308-1200/98-2. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

¹⁰⁶ BARLEZE, Romeu apud BRAUN, Cláudio D. Op. cit. p. 97.

¹⁰⁷ GONZALEZ, Sérgio. Grupos dos Onze: lembranças que... p. 100.

¹⁰⁸ FELIZARDO, Joaquim. Op. cit., p. 20

¹⁰⁹ RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1986. p. 65.

compromisso assumido pelo PTB desde as campanhas eleitorais objetivando a conquista da vice-presidência da República para João Goulart e que havia sido reforçado na Campanha da Legalidade.”¹¹⁰ Seus discursos serão na defesa de um nacionalismo reformista anti-imperialista, declarando sua autonomia em relação a projetos externos, sejam eles dos Estados Unidos ou da União Soviética.

(...) o que me empolga é este chão, é este País. Comigo não formam interesses estrangeiros de quem quer que seja nem de americanos, nem de russos. Preocupo-me mais com os americanos porque eles é que estão nos liquidando. Os americanos é que nos estão sugando, fazendo a desgraça do nosso povo e do nosso País (...) Não é o povo americano, não. São as suas organizações econômicas internacionais que tem lá sua sede e que estão, inclusive, tendo a cobertura oficial do Estado americano. Contra tudo isto é que me volto.¹¹¹

Ainda em novembro de 1961, Brizola foi um dos articuladores da Frente Nacional de Libertação (FNL), organizada com a finalidade de congregar as forças anti-imperialistas, afirmando, como refere Alzira Abreu, que o povo desejava “libertar-se dos seus espoliadores, da miséria e do atraso, do latifúndio e da exploração”.¹¹² Conforme Jorge Ferreira, “os objetivos da organização eram os de nacionalizar as empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária.”¹¹³ Para o autor, a Frente foi recebida com entusiasmo pelas esquerdas, pelos nacionalistas e por líderes reformistas. Após as eleições de 1962, com o aumento significativo de parlamentares nacionalistas, quando do PTB quase dobrou o número de parlamentares na Câmara dos Deputados, a FNL foi extinta.¹¹⁴ Marieta Ferreira Moraes explica que, embora o PTB tenha aumentado sua bancada na Câmara dos Deputados, passando de 66 para 104 deputados, UDN e PSD juntos, detinham 54% da representação, detendo ainda a maioria, o que dava um certo equilíbrio entre os partidos, mas evidenciava também a crescente polarização do momento. Para a autora, “ainda que os resultados eleitorais não significassem uma base de sustentação concreta para o governo, Goulart e as forças de esquerda acreditavam no avanço do nacionalismo, com a intensificação da luta pelas reformas de base

¹¹⁰ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014. p. 73.

¹¹¹ BRIZOLA, Leonel. Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, Câmara dos Deputados, sessão plenária, 18 de abril de 1963. In: DALL’AGNOL, Flávio. *Brizola: esperança de um povo*. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979. p. 201.

¹¹² ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 840.

¹¹³ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto..., p.188.

¹¹⁴ Idem. p.189.

associada à campanha pelo restabelecimento do presidencialismo”.¹¹⁵ Na campanha pela antecipação do plebiscito sobre a continuidade ou não do parlamentarismo, Brizola liderou as mobilizações, ameaçando o Congresso com uma intervenção armada caso não votasse a realização do plebiscito em dezembro.¹¹⁶ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, Brizola “obteve nova vitória, compartilhada com Goulart, com o PTB e com as correntes de esquerda: por força do referendo realizado em 6 de janeiro, o país voltou ao sistema presidencialista”¹¹⁷, o que lhe abriu novas oportunidades de ação política, pois “como crítico radical do parlamentarismo que fora, Brizola se via como um dos responsáveis pela mudança de governo”¹¹⁸, habilitando-o a pressionar sobre o presidente Goulart para que acelerasse o ritmo das transformações políticas na sociedade e aprofundasse o alcance das reformas de base, especialmente a reforma agrária.

Conforme aponta Graziane Ortiz Righi, durante o governo Goulart, a reforma agrária era a principal pauta de discussão na Câmara dos Deputados.¹¹⁹ Apesar de majoritariamente conservador, maioria das forças políticas representadas no Congresso, segundo Jorge Ferreira, concordava com a proposta de legislação que alterasse o modelo fundiário, reconhecida como necessária para o desenvolvimento do país. Aceitavam reformulações moderadas e com limitações. Entretanto, as esquerdas exigiam uma reforma agrária considerada radical. O impasse ficava por conta da forma de indenizar os proprietários. Para Jorge Ferreira:

O conflito entre as esquerdas e os conservadores girava, sobretudo em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, as alterações na estrutura agrária não poderiam acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornarem, como se dizia na época, uma “negociata rural”. O PSD, maioria no Congresso, concordava em ressarcir com títulos da dívida pública e, avançando para o perfil conservador do partido, aceitava que o princípio das desapropriações por interesse social atingisse o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado. No entanto, para os grupos e partidos organizados na Frente de Mobilização Popular, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável.¹²⁰

Leonilde Servolo de Medeiros explica que a necessidade de uma reforma agrária era reconhecida pelos Estados Unidos, que até encorajava sua realização,¹²¹ sendo que o PSD

¹¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. Do Rio Grande do Sul à Guanabara. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Alerj-Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2008. p. 29.

¹¹⁶ ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 840.

¹¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Do Rio Grande do Sul..., p. 30.

¹¹⁸ Idem, p. 31.

¹¹⁹ RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit.

¹²⁰ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto... p.192.

¹²¹ É preciso lembrar ainda que a revolução cubana teve fortes repercussões na América Latina e no Brasil, quer sendo percebida como um exemplo a ser seguido por significativas lideranças do campo (Francisco Julião, das Ligas Camponesas, por exemplo), como, no polo oposto, no sentido de alertar os setores dominantes sobre os possíveis riscos da permanência das formas de exploração e da miséria existentes. Um dos resultados políticos desse processo

também apresentou projeto de reforma agrária e até a UDN se propunha à discussão. Porém, numa visão contrária à apresentada por Jorge Ferreira, a postura inflexível em relação à reforma não era exclusividade da esquerda. Conforme Medeiros:

Em que pesem as pressões internacionais e as lutas por terra existentes de norte a sul do país, no entanto, os diversos projetos de reforma agrária, de diferentes matizes, apresentados ao Congresso Nacional foram sucessivamente derrotados, graças à enorme capacidade de articulação política dos proprietários fundiários que, desde cedo, contaram com o apoio dos representantes da indústria contra as tentativas de “subversão” do “sagrado direito de propriedade”.¹²²

Como as reformas de base, especialmente a reforma agrária, encontravam barreiras no Congresso, num propósito de pressão extraparlamentar, Brizola liderou no início de 1963, a formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento nacionalista que, segundo Jorge Ferreira, congregava:

[...] os estudantes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB; bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), além dos nacional-revolucionários brizolistas.¹²³

Jacob Gorender observa que esses movimentos que compunham a FMP estavam unificados apenas nas lutas pelas reformas de base, pois não havia um programa único aprovado pelas várias correntes esquerdistas.¹²⁴ Considerada por Ruy Mauro Marini como um “parlamento das esquerdas”¹²⁵, em linhas gerais, para Alzira Abreu, a FMP “atuou como um grupo de pressão, exigindo de Goulart medidas concretas e a curto prazo para implantar as reformas de base e criticando a política econômica do governo, considerada favorável aos interesses dos grandes

foi a constituição da Aliança para o Progresso, por iniciativa do governo dos Estados Unidos, que encorajava os governos latino-americanos a realizarem programas preventivos de reforma agrária, que eliminassem a concentração fundiária e se encaminhassem na direção da criação de uma classe média rural. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. 1993. p. 7. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/. Acesso em: 20/06/2015.

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, as esquerdas... p. 2.

¹²⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998. p. 55.

¹²⁵ MARINI, Ruy Mauro apud NEVES, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 236.

proprietários e do capital estrangeiro”.¹²⁶ Segundo Francisco das Chagas Leite e Filho, a FMP “era uma imensa organização altamente politizada”¹²⁷ e, nas palavras do sociólogo Hebert de Souza, que integrava a FPM como dirigente da AP, “foi uma tentativa de fazer um plenário do movimento popular, e talvez tenha sido uma das experiências mais interessantes do período.”¹²⁸ Para o sociólogo, a FMP “transformou-se num fórum de debate, de articulação, de conhecimento e de politização”.¹²⁹

A FMP atuou no sentido de pressionar o presidente Goulart a apresentar decisões definitivas quanto às reformas de base, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa, como afirma Jorge Ferreira, “de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático, o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interpretadas como moderadas”.¹³⁰

Com a FMP, Brizola tornou-se a figura central para o petebismo e o líder mais proeminente da esquerda radical.¹³¹ Quando o governo propôs, em março de 1963, um anteprojeto de reforma agrária¹³², o qual necessitava de alteração na Constituição, pois previa o pagamento das desapropriações com títulos da dívida pública, Leonel Brizola assim se pronunciou:

O primeiro passo para a recuperação do agricultor brasileiro será dar-lhe terras. Sem dar propriedade ao nosso agricultor, ao nosso lavrador, ao nosso camponês, não apenas não será possível realizar essa recuperação como não existirão condições para realizá-las. [...] se não forem encontrados por caminhos normais [as reformas] teremos o direito de procurar outros caminhos àqueles que estiverem ao nosso alcance, não sei quais sejam, mas que existem, existem.¹³³

¹²⁶ ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 2.394.

¹²⁷ LEITE FILHO, F. C. Op. cit., p. 245.

¹²⁸ SOUZA, Hebert de apud MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 174.

¹²⁹ Idem, p. 175.

¹³⁰ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964). *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 15 a 20 de julho de 2007. São Leopoldo/RS. p. 2.

¹³¹ D’ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 62.

¹³² O recebimento do anteprojeto governista no Congresso Nacional pode ser definido, em linhas gerais, da seguinte forma: a UDN era contrária a mudanças na Constituição, o que na verdade era um discurso para amenizar sua oposição à Reforma Agrária, com exceção da ala moderada do partido, a chamada Bossa Nova, favorável às reformas; o PSD, de grande base ruralista, também era contrário ao anteprojeto do Executivo, mas aceitava negociar uma “reforma agrária” que não prejudicasse os latifundiários; por fim, o PTB aceitava, mas os setores mais radicais, ao qual se incluía Leonel Brizola, não concordavam em negociar com os partidos de centro. In: RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit., p. 106.

¹³³ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 21 mar 1963, p. 4.

A mensagem da reforma agrária iria ser estudada pelo Congresso, sendo que o PSD constituiu uma comissão para examinar a proposição governamental e apresentaria sugestões e emendas.¹³⁴ O anteprojeto de reforma agrária, de acordo com Leonilde Servolo Medeiros, previa, além da redistribuição de terras, outras condições para estender os padrões capitalistas de produção ao campo, como, isenção do pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada pelo trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação; não se poderia privar de terras para trabalhar, ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade a não ser com justa indenização; isenção do pagamento de renda sobre a terra, sob qualquer forma, ao trabalhador que auferisse dela rendimento igual ou superior ao salário mínimo, a ser fixado regionalmente; desapropriação, com pagamento ao longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos que não estivessem sendo utilizadas ou o estivessem para outros fins, com rendimentos inferiores à média estabelecida regionalmente.¹³⁵

Argelina Figueiredo informa que a trajetória do projeto de reforma agrária no Legislativo foi acompanhada por intensa campanha, liderada por Brizola, como forma de pressão para a votação. Segundo a autora, “a campanha incluía comícios, demonstrações públicas e ameaça de greve geral”¹³⁶, sendo que, em um comício amplamente transmitido por rádio logo após a Mensagem ao Congresso, enviada por Goulart, em março, Leonel Brizola deu um ultimato ao Congresso: a proposta de reforma agrária deveria passar dentro de quarenta dias senão outros meios de realizá-la seriam encontrados.¹³⁷ Argelina Figueiredo também ressalta que “os ataques de Brizola sobre o Congresso e suas ameaças de recorrer a ações extraparlamentares estabeleceram o tom da campanha da esquerda. As reações da direita enfatizando a necessidade de ‘salvar e garantir o funcionamento do Congresso’ radicalizaram ainda mais a campanha.”¹³⁸

Ao final de março de 1963, o PTB, representado pelo seu líder na Câmara, Bocayúva Cunha, apresentou o projeto de *Emenda Constitucional nº 1*, que permitia a desapropriação de terras sem indenização prévia em dinheiro.¹³⁹ Cunha, na ocasião da apresentação da emenda, explicitou que o partido lutava por uma reforma agrária democrática, aceitável e inadiável.¹⁴⁰ Graziane Righi informa que o “próprio Leonel Brizola apresentou projeto de reforma agrária ao

¹³⁴ RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit., p.107.

¹³⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão agrária no Brasil – 1955-1964*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1982. p. 118.

¹³⁶ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracias* ...p. 119.

¹³⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de março de 1963.

¹³⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracias*... p. 119.

¹³⁹ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 23 mar 1963, p. 4.

¹⁴⁰ RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit., p. 110.

Legislativo, que foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, em 17 de abril de 1963.” Na análise sobre os projetos de reforma agrária que foram propostos ao Legislativo, Ana Maria dos Santos afirma que:

O projeto apresentado por Leonel Brizola enfatizava a reforma agrária como meio de aumentar e diversificar a oferta de produtos agrícolas em função do crescimento dos mercados internos e externo e das solicitações dos centros de consumo. [...] a reforma viria para disciplinar o uso da propriedade rural em função do bem-estar social e para assegurar o acesso à terra para fins econômicos. Leonel Brizola propunha que as terras para reforma deveriam vir, primeiro, da desapropriação por interesse social, da doação e reversão à posse do governo de terras públicas ocupadas e exploradas indevidamente. A indenização seria baseada na declaração do imposto de renda e do imposto territorial e na avaliação judicial.¹⁴¹

Observa-se que nenhum dos projetos de reforma agrária do PTB tinham características socialistas. O projeto apresentado por Brizola “previa a distribuição de terras por compra e venda [...] vedando-se a doação. O prazo não deveria exceder o do pagamento da desapropriação.”¹⁴² No seu artigo 2º, o projeto de Brizola apresentava como principal objetivo da reforma “o aumento do número de propriedades agrícolas do tipo familiar, entendendo se como tal as exploradas pelos agricultores e suas famílias”, bem como a necessidade de organização de forma associativa pelos agricultores e a previsão “de comissões agrárias com representantes dos trabalhadores rurais e assistência técnica e financeira prioritariamente para os beneficiários da reforma.”¹⁴³ Porém, a ala conservadora do Congresso não admitia mudanças na Constituição.¹⁴⁴ Devido à intransigência do Congresso, Brizola tentava, com a mobilização popular, forçar a mudança das regras constitucionais, ou do próprio Congresso.

Promovendo uma campanha nacional pelas reformas de base, a FMP adquiriu a Rádio Mayrink Veiga,¹⁴⁵ na Guanabara, onde Brizola fazia suas pregações semanalmente. Graziane Righi fornece detalhes dessa programação:

A partir de maio de 1963, Brizola mantinha um programa diário, veiculado em cadeia de rádio, intitulado *A voz da libertação do povo brasileiro*. Nele eram divulgados as propostas da FMP. No entanto, o deputado da Guanabara nem sempre estava presente.

¹⁴¹ SANTOS, Ana Maria dos. *Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964*. TEMPO 7. p. 11. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg7-2.pdf. Acesso em: 17/06/2015.

¹⁴² Idem, ibidem.

¹⁴³ Idem, p. 12.

¹⁴⁴ “O deputado Ivan Luz defendeu que o projeto era inconstitucional porque previa reforma na Constituição”. RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit., p. 111.

¹⁴⁵ FMP: uma frente para as esquerdas. *Nosso Século – 1960/1980(1)*. São Paulo: Abril, v. 9, p. 63, 1980-1986. “Durante os anos de 1962 e 1963, já eleito deputado federal, o mais votado da antiga Guanabara, Leonel Brizola ocupava quase que diariamente o microfone da Rádio Mayrink Veiga, onde proclamava que iria conseguir a aprovação das reformas de base ‘na lei ou na marra’”. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-mayrink-veiga> Acesso em: 01/06/2018.

Sua participação efetiva ocorria semanalmente na rádio Mayrink Veiga, num programa vinculado às sextas-feiras à noite, com horário fixo, das 22 e 30 min até a meia-noite. Todavia, em algumas ocasiões seus pronunciamentos alongavam-se pela madrugada. Além da participação fixa na programação da emissora, o deputado também utilizava as ondas sonoras em situações adversas. Sempre que sentia necessidades de comunicar-se com seus eleitores, ou então, responder a críticas de seus opositores.¹⁴⁶

À Mayrink Veiga se somavam várias outras estações que cobriam quase todo o país, dando a Brizola uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas.¹⁴⁷ Segundo Paulo Schilling, “pelos microfones da rádio Mayrink Veiga, Brizola predicava com crescente intensidade e poder de convencimento as medidas que considerava necessárias à libertação do país e do povo.”¹⁴⁸ Também por iniciativa da FMP, foi criado em fevereiro de 1964, um semanário, *O Panfleto*, do qual foram publicados apenas sete números, caracterizado por Alzira de Abreu como “um porta voz da ala esquerda do PTB, servindo de veículo para a divulgação das ideias de Brizola”.¹⁴⁹ A popularidade do jornal foi rápida e com apenas sete edições já possuía uma tiragem de cerca de 200 mil exemplares.¹⁵⁰ A fundação do jornal, segundo Diego Pacheco,

tornou-se necessária para formar, juntamente com a rádio fluminense Mayrink Veiga, um amplo sistema de propaganda e difusão do ideário nacionalista, compondo uma rede de “combate” às grandes agências de comunicações do centro do país. Desde o final do ano de 1963, as forças ligadas à Frente de Mobilização Popular condenavam a forma com que o governo Jango coordenava a política nacional e, naquele momento, conclamava o povo, através de um manifesto, a pressionar o executivo pela aplicação imediata das reformas de base.¹⁵¹

A atuação de Brizola enquanto deputado federal pela Guanabara, foi muito mais extraparlamentar do que propriamente na Câmara dos Deputados. Desde o início de seu mandato, já em fevereiro de 1963, Brizola manifestava a intenção de se ausentar da Câmara dos Deputados e buscar outros meios para a votação das reformas de base, especificamente da reforma agrária, se não fossem acolhidas pelo Congresso:

O deputado Leonel Brizola afirmou que esperará pouco tempo pela votação dessas leis básicas e na hipótese de encontrar insensibilidade do Congresso, não ficará nele por muito mais tempo, mas, ao contrário, procurará outros caminhos e outros meios, pois não pode suportar o sofrimento do povo e o analfabetismo de seus filhos enquanto outras categorias esbanjam dinheiro e felicidade.¹⁵²

¹⁴⁶ RIGHI, Graziane Ortiz. Op. cit., p. 133.

¹⁴⁷ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1. p. 220.

¹⁴⁸ Idem, p. 228.

¹⁴⁹ ABREU, Alzira de et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p. 841.

¹⁵⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 9.

¹⁵¹ PACHECO, Diego. *Ecos da resistência...*, p. 88.

¹⁵² *Última Hora*. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1963. p. 4.

A partir do segundo semestre de 1963, gradualmente Brizola foi afastando-se do Congresso Nacional.¹⁵³ Mas, esse abandono das atividades parlamentares foi precedida de vários comunicados no plenário da Câmara, onde esclarecia suas futuras estratégias:

Quero informar à Casa que com toda essa disposição conclui uma etapa de minhas atividades. Aqui vim pacientemente, querendo colaborar, insistindo por essas decisões, reclamando mesmo. [...] Confesso-me, sou franco em dizer-lo, muito decepcionado com o funcionamento do Congresso. [...] Quero dizer, Sr. Presidente, que não pretendo afastar-me desta linha de conduta, insistindo pelas decisões. Mas afirmo a V. Exa. Que vou, a partir de hoje, alargar o meu campo de ação, que agora não se restringirá, como até aqui irreprensivelmente o foi, na minha insistência, aos apelos, às reclamações aqui dentro desta Casa. Vou, Sr. Presidente, para o contato das multidões esquecidas da justiça social, famintas e maltrapilhas. Vou para o contato delas, vou relatar como está funcionando o Congresso, porque não estamos funcionando sem o conhecimento público. [...] Vou para o contato do povo, sem abandonar essa missão que procuro e procurei desempenhar com o máximo de dedicação nesta Casa, mas vou alertar o nosso povo *porque estou convencido de que não sairá decisão alguma do Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte.*¹⁵⁴ (grifos nossos).

Para Graziane Righi, a comunicação de Brizola de ir ao encontro do povo e partir para a mobilização popular “se dava num momento no qual atingira destaque dentro do Legislativo, por ter protagonizado debates acalorados com seus pares e, também, pela pressão que fomentava contra o Congresso além das vias institucionais.”¹⁵⁵

Em 18 de junho, Brizola fez novo pronunciamento no Congresso em favor da reforma agrária, que, para ele, não podia ser dissociada do nacionalismo:

O problema da reforma agrária, no meu modo de entender, como também os problemas das reformas estruturais, de modo geral – reforma da nossa estrutura econômica-social, tanto em nosso país quanto nesta desditosa América Latina não pode ser analisado, nem estudado, nem compreendido senão ao longo do fenômeno básico dominante [...] refiro-me ao processo de espoliação econômica.¹⁵⁶

Em 26 de junho de 1963, Brizola se despede do Congresso: “O povo brasileiro não deve esperar deste Congresso reforma alguma. [...] Vou caminhar aí pelo nosso País, vou relatar tudo e os senhores terão ocasião por conseguinte de tomar decisões sem os impedimentos da minha pessoa”.¹⁵⁷ Brizola abandonou as atividades parlamentares para se dedicar à pressão

¹⁵³ Precisamente em julho, pediu licença por 30 dias, mal terminaria o prazo, fez novo pedido “para tratar interesses particulares”, por mais 95 dias, em 13 de agosto. In: RIGHI, Graziane O. Op. cit., p. 116.

¹⁵⁴ Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, na Câmara dos Deputados em 18 de abril de 1963. In: BRAGA, Kenny et al. Op. cit., p. 580.

¹⁵⁵ RIGHI, Graziane O. Op. cit., p. 116.

¹⁵⁶ Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 18 de junho de 1963, p. 3368. Apud. RIGHI, Graziane O. Op. cit., p. 112.

¹⁵⁷ Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, na Câmara dos Deputados em 26 de junho de 1963. In: BRAGA, Kenny et al. Op. cit., p. 609.

extraparlamentar: “Quanto a mim, Sr. Presidente, vou fazer aí por fora, no contato com nosso povo, o que eu puder, o que estiver ao meu alcance.”¹⁵⁸ Maria Helena Versiani informa que, durante seu mandato, Brizola proferiu apenas 16 discursos em plenário: sete defendiam o encaminhamento pelo governo do projeto de reforma agrária, treze apontavam a necessidade de organização dos trabalhos das comissões parlamentares dentro da Câmara para agilizar o programa de reformas políticas, quatro denunciavam ações antinacionalistas subliminares à compra pelo governo federal de empresas concessionárias de serviços públicos e dois denunciavam uma articulação da empresa jornalística Diários Associados com o Banco do Brasil envolvendo concessões de créditos sucessivas e inadimplência da empresa.¹⁵⁹

As ações de Brizola fora do Congresso eram em nome da FMP, da qual ele era a principal liderança e se compunham de comícios e passeatas no Rio de Janeiro, no eixo Guanabara, Brasília, Porto Alegre, comício em Belo Horizonte, ocasiões que os discursos do político eram amplamente noticiados como subversivos pelos meios de comunicação.¹⁶⁰

Em outubro de 1963, o projeto de emenda constitucional do PTB é rejeitado em plenário por ampla maioria. O resultado da votação, conforme Argelina Figueiredo, “mostra que as diversas facções do PSD e da UDN se uniram em torno de suas posições mais radicais: 100% da UDN e 93% do PSD votaram contra o projeto”.¹⁶¹ Foi nesse momento, outubro de 1963, que Leonel Brizola passou do discurso à prática na questão da mobilização popular e iniciou o chamamento para a formação dos Comandos Nacionalistas.

2.2 “POVO DESORGANIZADO É POVO SUBMETIDO”¹⁶²

Conforme observado, Brizola não encontrava ressonância no Congresso ao programa de reformas de base do presidente João Goulart, especialmente da reforma agrária, da qual era ferrenho defensor. Seus discursos e sua disposição em mobilizar a massa popular eram acompanhados de perto e publicados na grande imprensa, com grande repercussão. O cronista

¹⁵⁸ Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, na Câmara dos Deputados em 26 de junho de 1963. In: BRAGA, Kenny et al. Op. cit., p. 609.

¹⁵⁹ VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 84.

¹⁶⁰ RIGHI, Graziane R. Op. cit., p. 117-120.

¹⁶¹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura Militar e Resistência no Brasil, Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2004. p. 32.

¹⁶² BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo do CD-AIB/PRP. p. 4.

político Carlos Castelo Branco publicou no *Jornal do Brasil*¹⁶³ no dia 16 de abril de 1963 que Brizola estava convencido “de que os deputados e senadores, representantes na sua maioria das elites privilegiadas, somente cedem diante de pressão combinada popular e militar, à semelhança do que ocorreu na ocasião da posse do Sr. João Goulart”.¹⁶⁴ Em 19 de abril, nova matéria anunciava a pressão do povo: “O sr. Leonel Brizola anunciou ontem o início de uma nova etapa da sua luta: trazer para o debate parlamentar, a fim de enfrentar a ‘massa vinculada aos privilégios’ a pressão do povo.”¹⁶⁵

Entusiasmado pela adesão popular e militar ao movimento da Legalidade e pelo sucesso deste movimento, e também pelo resultado favorável do plebiscito ao presidencialismo, pretendia uma nova mobilização para pressionar o Congresso e o presidente João Goulart, além de resistir ao golpe direitista, que no seu entender – fato posteriormente comprovado –, estava em gestação. Desde o início de sua atuação como deputado, Brizola pretendia organizar mobilizar o povo em grupos, que foram pensados inicialmente em grupos de cinco elementos, conforme reportagem do jornal *Correio da Manhã*, publicado no dia 07 de maio, reproduzindo pronunciamento feito na cidade de Natal no dia anterior, 06 de maio: “Num discurso que durou três horas, com grande comparecimento da massa popular, o ex-governador gaúcho pregou abertamente a revolução, conclamando o povo a se unir em células de cinco pessoas, cada uma [...]”¹⁶⁶ para resistir ao golpe que os *gorilas* estariam tramando por toda parte.

Para a formação de grupos de cinco elementos, segundo a revista *O Cruzeiro*¹⁶⁷, foi feito um chamamento radiofônico em 19 de outubro de 1963: “A história [dos Grupos de Onze]

¹⁶³ Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. [...]. Em 1961, com a entrada de Alberto Dines, a reformulação do *Jornal do Brasil* finalmente se consolidou. [...] Apesar de tudo, porém, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. [...] Embora fosse tradicionalmente contrário ao regime parlamentarista, o jornal encampou a alternativa como uma solução para o impasse político em que se encontrava o país. Após a posse de Goulart, o jornal deu um crédito de confiança a seu governo, apoiando uma das principais questões encaminhadas pela nova administração: a política externa independente proposta pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas. [...] Também em relação às reformas de base, o *Jornal do Brasil* demonstrou uma atitude positiva. [...] A falência do Plano Trienal e a maior inclinação do governo para a esquerda veio provocar a ruptura definitiva do *Jornal do Brasil* com Goulart. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil> Acesso em: 25/06/2018.

¹⁶⁴ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. t. 2. p. 161.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ *CORREIO DA MANHÃ*, 07 de maio de 1963. (Capa).

¹⁶⁷ Revista semanal ilustrada, fundada por Assis Chateaubriand, com sede na cidade do Rio de Janeiro, iniciou sua circulação em 10 de novembro de 1928. [...]. Durante o governo de João Goulart, *O Cruzeiro* esteve na oposição como os demais órgãos dos Diários Associados. Chateaubriand participou ativamente da conspiração contra Goulart. Através da figura de Davi Nasser, que além de principal redator tornou-se diretor, a revista ocupou-se em atacar principalmente o deputado Leonel Brizola, acusando-o, em artigos semanais, de corrupção. Disponível em:

começou a 19 de outubro de 1963, quando o deputado Leonel Brizola fez um pronunciamento pela rádio Mayrink Veiga convidando o povo a se organizar em ‘em defesa do nacionalismo’. Este pronunciamento foi nebuloso, sugerindo grupos de cinco elementos.”¹⁶⁸ Segundo a mesma reportagem, a ideia de grupos de onze elementos partira de um estudo encomendado por Brizola ao professor Coriolano Vieira, da Guanabara, sobre “motivação e mobilização popular” para a campanha revolucionária que pretendia: “Em vez dos cinco elementos que falara Brizola inicialmente, o estudo do professor Coriolano Vieira propôs que os grupos se compusessem de 11 elementos”¹⁶⁹, como um time de futebol, associação conhecida por todos os brasileiros. Para Brizola:

A ideia da organização dos “Grupos de onze companheiros” inspira-se, justamente, numa realidade existente em nosso país e, nessas condições, no empenho de colocar o problema da organização popular ao alcance da compreensão e das possibilidades de nossa gente. Essa realidade é o conhecimento e experiência adquiridos pelo nosso povo, em matéria de organização de equipes humanas para a prática do esporte popular – o futebol – hoje difundido e praticado, sem exceção, em toda a parte do território nacional, mesmo nas mais longínquas aglomerações humanas.¹⁷⁰

O esporte mais popular do Brasil, para Diego Pacheco “serviu como alegoria para a compreensão rápida por parte da população dos objetivos dos trabalhistas radicais.”¹⁷¹ Seriam

“times do povo” [e] deveriam ter um “capitão” que lideraria os grupos com o objetivo de lutar pela manutenção democrática e pelas reformas de base. A metáfora, por sua vez, não seria apenas didática, mas transmitiria, em si, os valores coletivos que os trabalhistas atribuíam àquele tipo de organização.¹⁷²

Como nunca havia deixado de lado a política de comunicação direta com as massas trabalhadoras por meio de programas radiofônicos, é pelos microfones da Rádio Mayrink Veiga que a ideia dos Grupos de Onze Companheiros torna-se uma realidade. Marta Lúcia Lopes Fittipaldi ressalta que

se o aparato radiofônico tinha o poder de fortalecer o discurso já naturalmente inflamado de Leonel Brizola, não pode ser desconsiderado o fato de que o uso da Rádio Mayrink Veiga Pela Frente ampliou a ascendência exercida pelo político gaúcho por meio do enorme espaço a ele sistematicamente concedido. Pelos microfones daquela emissora ele falava por quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas.¹⁷³

[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20%20\(DHBB\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20%20(DHBB).pdf). Acesso em: 25/06/2018.

¹⁶⁸ Dólares de Fidel para Brizola. *O Cruzeiro*, 8 ago. 1964. p. 6.

¹⁶⁹ Idem, p. 7.

¹⁷⁰ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 fev. 1964.

¹⁷¹ PACHECO, Diego. *Ecoss da resistência...*, p. 119

¹⁷² Idem, *ibidem*.

¹⁷³ FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Op. cit.*, p. 36-37.

Acreditando que o Brasil estava vivendo momentos decisivos que rapidamente se aproximavam de um desfecho, o político fez pronunciamentos pelo rádio, conclamando o povo a se organizar, sendo que, qualquer pessoa, com consciência de patriota e inconformada “com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo”¹⁷⁴, em qualquer lugar do Brasil, poderia tomar a iniciativa e formar um grupo. Era só preencher uma lista com onze nomes e enviar à rádio Mayrink Veiga, na Guanabara, onde ele exercia o mandato de deputado federal. Marieta de Moraes Ferreira informa que o “recrutamento dos militantes era feito pelo próprio Brizola, que recebia os formulários de adesão dos grupos já constituídos, e também por organizações nacionalistas como a FMP, a UNE e o CGT”.¹⁷⁵

Milhares de pessoas atenderam ao apelo de Brizola, que acreditava estar agindo dentro do direito e da lei.¹⁷⁶ Os números divergem em relação à quantidade de grupos formados: há várias referências que em apenas três meses, foram formados 5.304 grupos, num total de 58.344 pessoas, distribuídas particularmente pelos Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – número apresentado em vários sites da internet¹⁷⁷, sem indicação de fontes – quantidade de difícil comprovação, tendo em vista que a documentação é parcial, devido à destruição dos arquivos do DOPS e da Rádio Mayrink Veiga, e que grupos formados não haviam enviado suas listas, ficando no anonimato. Brizola assegurou que chegaram a se formar 24 mil grupos de onze em todo país¹⁷⁸, já Paulo Schilling, que era assessor direto de Leonel Brizola, afirmou que se formaram de 30 a 40 mil grupos¹⁷⁹ e Neiva Moreira, secretário da FPN apresentou um número muito maior: de 60 a 70 mil Grupos de Onze constituídos até 31 de março de 1964.¹⁸⁰

Hermeto Araujo aponta que, no estado “ao todo foram criados uns cinco mil e poucos em todo o Rio Grande do Sul, com quase sessenta mil pessoas filiadas em todo Rio Grande”.¹⁸¹ Isto

¹⁷⁴ BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo do CD-AIB/PRP. p. 1.

¹⁷⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Do Rio Grande do Sul...*, p. 36-37.

¹⁷⁶ “Declarando que apesar de já estar prevendo críticas que lhe irão ser feitas, o deputado Leonel Brizola disse que está perfeitamente tranquilo, pois acredita que a sua ação de organização popular está rigorosamente sendo feita dentro dos direitos que a Constituição permite”. Brizola prega união para defender as Reformas de Base. *A Última Hora*. 2 dez. 1963. p. 4.

¹⁷⁷ Esse número foi encontrado nos seguintes sites: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupos_dos_Onze; <https://sideropolis.wordpress.com/sideropolis-a-ditadura-e-o-grupo-dos-onze/>; <http://www.ternuma.com.br/index.php/biblioteca/317-os-incriveis-exercitos-de-brizoleone>. Acesso em 15/02/2014 e 14/05/2016.

¹⁷⁸ Você conhece Brizola? *Coojornal*, fev. 1981. Outra informação se encontra em TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1964. “A par desse aliciamento, o próprio Brizola confessava em meados de janeiro: o ‘Grupo dos Onze Companheiros’ já compreende duzentas mil pessoas”. p. 65.

¹⁷⁹ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v. 1. p. 243.

¹⁸⁰ MOREIRA, Neiva apud MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 141.

¹⁸¹ ARAUJO, Hermeto apud BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza M. *Comandos Nacionalistas no...*, p. 82.

era suficiente para acirrar ainda mais os já exacerbados ânimos dos militares e da burguesia que intensificaram a campanha anticomunista. Os grupos conservadores, que já conspiravam para a derrubada de João Goulart, viram nessa organização popular uma ameaça, senão a prova, que a guerra insurrecional estava em curso no Brasil. Segundo D'Araújo, “a conspiração se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada”.¹⁸² Essa “intervenção” ocorreu em 31 de março de 1964, um golpe civil-militar que depôs o presidente e instaurou um Regime de Segurança Nacional que durou mais de vinte anos.

2.3 AS RAZÕES PARA PARTICIPAR DOS GRUPOS DE ONZE

Os Grupos dos Onze impressionaram pela ampla adesão que obtiveram, sendo que, no estado, os apelos radiofônicos de Leonel Brizola encontraram ressonância em grande parcela da população. Os objetivos de Leonel Brizola com a formação dos Grupos de Onze estão na cartilha para a *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*:

A atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional.¹⁸³

As motivações das pessoas comuns que se engajaram politicamente na formação dos tais Grupos de Onze Companheiros estão em consonância com os propósitos de seu idealizador? A defesa do nacionalismo, das conquistas democráticas, reformas imediatas e libertação nacional eram as razões para a organização e adesão às listas ou existiram motivações pessoais que impulsionaram o movimento? Numa tentativa de percepção do que movimento representava para os que aderiram a ele, buscando apreender as motivações das pessoas comuns que se engajaram espontaneamente nesse movimento popular analisa-se os depoimentos que constam nos processos impetrados à Comissão Especial de Indenização pelos envolvidos com os grupos,

¹⁸² D'ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 53.

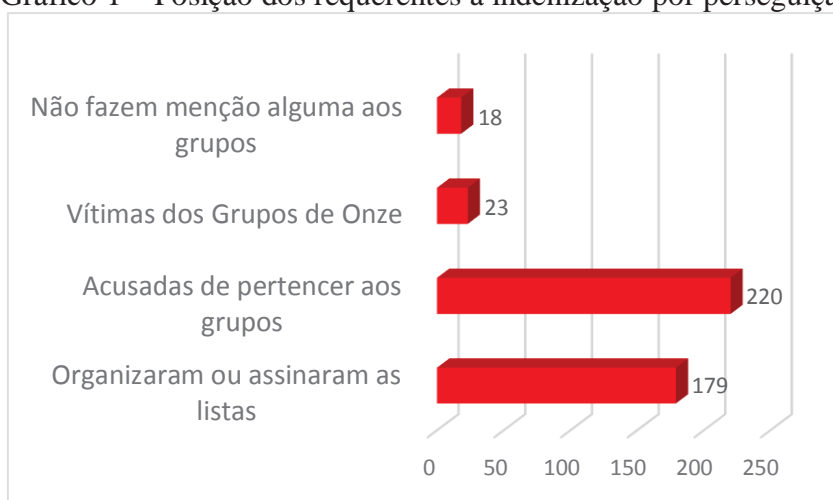
¹⁸³ BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo do CD-AIB/PRP. p. 8.

processos esses gerados em consequência da violenta repressão que sofreram durante a Operação Limpeza, após o golpe civil-militar.¹⁸⁴

Como já referido, os 440 processos analisados nessa tese possuem alguma implicação com os Grupos de Onze, seja pelos requerentes terem assumido sua participação nesse movimento popular no preenchimento da *Requisição para solicitar os benefícios da lei nº 11.042 de 18.11.97*, seja por seu nome constar em outros processos como participante ou pela declaração de ter sido preso e/ou torturado sob acusação, mesmo que infundada, de ser membro dos famigerados grupos.

Entretanto, nem todos os requerentes à indenização assumem sua participação nos grupos, mesmo que seus nomes constem nas relações apuradas pelos IPMs em 1964 ou sejam apontados por outros como também participantes das listas.

Gráfico 1 – Posição dos requerentes à indenização por perseguição



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados nos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

Temos 179 pessoas, ou 40,7%, que assumem ter organizado ou assinado as listas dos Comandos Nacionalistas; 220 pessoas, 50%, que dizem ter sido acusadas de pertencer aos grupos e presas injustamente; 23 pessoas, 5,2%, que alegam ter sido vítimas dos Grupos de Onze¹⁸⁵ e 18 pedidos de indenização, 4,1%, que não mencionam os grupos em seus pedidos ou depoimentos, porém seus nomes foram apontados por outros envolvidos ou constam nas listas dos IPMs de 1964 como integrantes dos Grupos de Onze.

¹⁸⁴ A Operação Limpeza e a repressão desencadeada sobre os membros dos Grupos de Onze Companheiros serão analisadas no capítulo 3 desta tese.

¹⁸⁵ Os requerentes à indenização por perseguição política que alegam ter sido vítimas são todos provenientes de Nonoai, das localidades de Passo Feio, Rio dos Índios, Tope da Serra e Saltinho Bela Vista. Esse caso será abordado no decorrer do trabalho.

Das 179 pessoas que assumem sua participação, 39,1% relatam as razões que os levaram a organizar e/ou assinar a lista dos Grupos de Onze, sendo 70 processos. E destes, 50%, ou seja, 35 processos impetrados à Comissão Especial de Indenização fazem referência às motivações para formar os grupos no momento do pedido ou no decorrer do processo, nos depoimentos dados à Comissão e 50% manifestam suas motivações nos IPMs feitos em 1964.¹⁸⁶

Os 70 processos analisados nesse capítulo contemplam 30 municípios¹⁸⁷, sendo 40,5% dos 74 municípios do estado que temos processos de pedido de indenização por perseguição política relacionados aos Grupos de Onze.

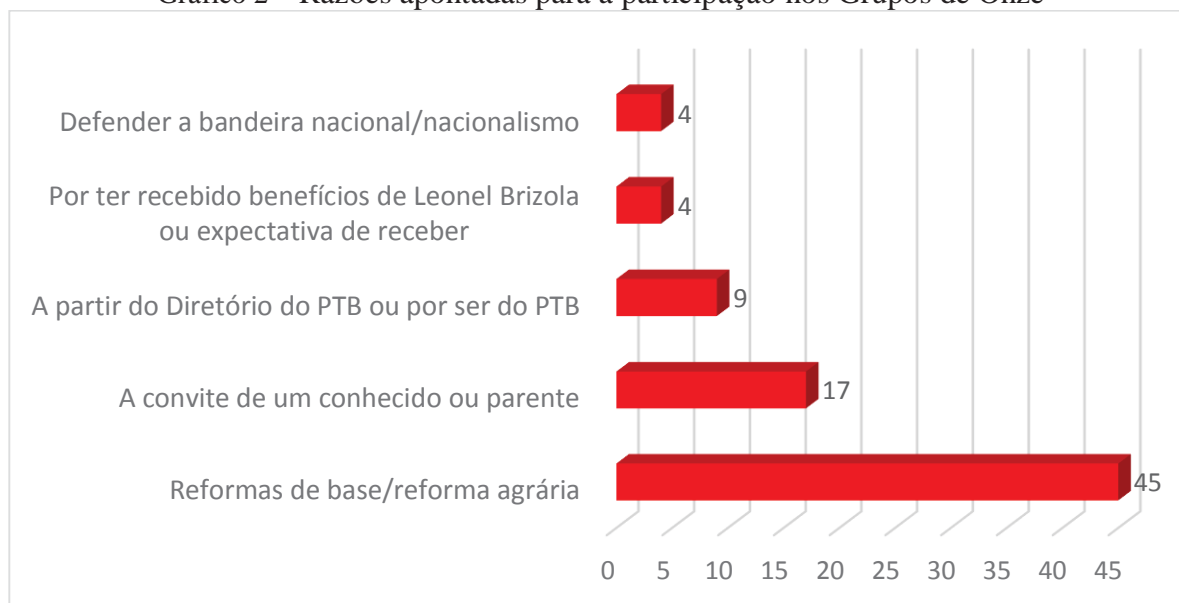
Pela impossibilidade de identificar em todos os processos as razões pessoais para a participação nos grupos, trabalha-se com os 70 processos que manifestam suas razões e representam 15,9% dos 440 processos analisados. Mesmo que 50% das declarações analisadas tenham sido expressadas no período de repressão, sob forte coação e num clima de temor, significando autodefesa ou preservação, pois não havendo possibilidade de insurreição, perdidas as esperanças só restaria *tirar o corpo fora* e tentar se adaptar aos códigos estabelecidos pelos que então estavam no poder, as alegações apresentadas demonstram suas crenças nas possibilidades de mudanças que poderiam advir dessa organização popular.

O gráfico a seguir foi elaborada a partir dos relatos nos *Termos de Inquirição* dos IPMs feitos em 1964 e dos depoimentos à Comissão Especial de Indenização após o pedido de indenização, demonstrando as razões apontadas e em quantos processos foram citadas.

¹⁸⁶ Ainda, dos 70 que manifestam suas razões, cinco pessoas – Adão da Silva (Severiano de Almeida), Jofre Lourau (Machadinho), Idalécio da Silva (Erval Grande), Agrípio Pinheiro de Oliveira (Erval Grande) e Arlindo Coppi (Erval Grande), que representam 7,1% dizem suas razões tanto em 1964 como no depoimento à Comissão Especial, em 1997 e 1998. Arlindo Coppi em 1964 e 1997, os demais citados, em 1964 e 1998.

¹⁸⁷ Os 70 processos em que os requerentes à indenização manifestam as suas motivações para participar dos Grupos de Onze, estão assim distribuídos: 11 de São Valentim, sete de Erval Grande, cinco de Erechim, cinco de Severiano de Almeida, quatro de Tuparendi, três de Frederico Westphalen, três de Planalto, três de Santa Bárbara do Sul, dois de Carazinho, dois de Caxias, dois de Viadutos, dois de Humaitá, dois Lagoa Vermelha, dois de Marcelino Ramos, dois de Nonoai, um de Campinas, um de Canela, um de Gaurama, um de Giruá, um de Ijuí, um de Jaguari, um de Palmeira das Missões, um de Panambi, um de Passo Fundo, um de Porto Alegre, um de Restinga Seca, um de Santa Rosa, um de Santo Ângelo, um de São Borja e um de Sertão.

Gráfico 2 – Razões apontadas para a participação nos Grupos de Onze



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados nos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

A assinatura da lista dos Grupos de Onze não foi a partir de um único fator e nem a partir de um elevado grau de consciência política. Sem dúvida, essa participação está ligada ao ex-governador Leonel Brizola, mesmo quando seu nome não foi citado nas justificativas. Brizola conseguiu, com sua liderança e sua performance, capitanear necessidades coletivas que sensibilizaram desde o agricultor semianalfabeto que apenas estava querendo um pedaço de terra¹⁸⁸ ou uma ajuda, como aquela pessoa com uma consciência política mais ampla que pensava num país melhor a partir das reformas de base.

A adesão aos grupos se deu de formas variadas: a partir da vinculação política com o PTB; espontaneamente, a partir da audição da fala de Brizola pelo programa de rádio ou mesmo a assinatura nas listas dos Comandos Nacionalistas pelo convite de um amigo, conhecido ou parente. Não houve apenas uma razão para a adesão aos grupos: a defesa da reforma agrária e/ou de base aparece conjuntamente com a vinculação política ao PTB, pelos benefícios recebidos

¹⁸⁸ O tamanho do pedaço de terra almejada poderia ser, observando os exemplos bem sucedidos anteriores, de 25 hectares, como ocorreu na Fazenda Sarandi. In: *ÚLTIMA HORA*, 14 jan. 1962, p. 3.; Marco A. M. da Silva refere sobre o Banhado do Colégio que “em junho de 1962, as primeiras 134 famílias receberam seus títulos de concessão de posse, em lotes que variavam entre 19 e 25 hectares.” SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p. 174.; Bernard J. P. Alves informa que, parte da Fazenda Pangaré, doada pelo próprio governador, “em mensagem enviada à Assembleia no ano de 1962, pode-se verificar que o projeto estava em fase final, com 25 lotes demarcados, de 38 hectares cada”. ALVES, Bernard José Pereira. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 71.

pela comunidade e pela possibilidade de recebê-los, ou mesmo pelo nacionalismo. São muitas ideias-força que estavam em voga no momento e que eram capitaneadas pela liderança política de Leonel Brizola.

Pelo entendimento que a representação de Leonel Brizola como líder, como herói capaz de efetuar as mudanças necessárias para o bem estar da população se forjou durante a atuação do político no Rio Grande do Sul, aborda-se as motivações apresentadas que se relacionam diretamente à sua gestão como governador do estado, associadas à sua posterior atuação como deputado federal.

2.3.1 “Estamos com Brizola porque Brizola está conosco!”

A admiração por Leonel Brizola permeia todas as razões apresentadas para adesão aos Comandos Nacionalistas pois era na sua liderança que se projetava a realização de várias demandas importantes tanto no nível nacional, para a diminuição das desigualdades, como no nível particular, como o acesso à terra ou à educação para os filhos.

A intensa mobilização popular se dava porque a população ansiava por mudanças e Leonel Brizola representava, no momento, a possibilidade de concretização de reformas. Paulo Schilling refere que “entre agosto de 1961 e março de 1964 ele encarnou as esperanças das classes trabalhadoras, dos setores humildes da população, os anseios de libertação do povo brasileiro”.¹⁸⁹ Sua atuação política como deputado estadual, prefeito de Porto Alegre, governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado federal tornavam-no merecedor da confiança de grande parcela do povo.¹⁹⁰ Conforme lembra Diego Pacheco, “não podemos ignorar as ações de seu governo, nenhum mito sobrevive, se mantém, sem o mínimo de fundamentação concreta e empírica na experiência vivida pelas pessoas que o legitimam como verdade.”¹⁹¹ Essa confiança e admiração foram decisivas para a formação dos Grupos de Onze, seja via partidária – através do PTB, ou espontaneamente após ouvir sua fala no programa de rádio, saindo em busca de pessoas que aderissem à ideia, preenchendo uma lista de onze nomes. Gelsomino Appi, de Erechim, afirma: “Sempre fui admirador de Brizola. Não tinha nada de comunismo, nada, apenas admirávamos

¹⁸⁹ SCHILLING, Paulo. Op. cit., p. 226.

¹⁹⁰ Em um dos processos analisados, consta a seguinte declaração: “Que, o declarante era amigo do Brizola, porque tudo o que solicitou ao mesmo conseguiu para aquele distrito, sendo luz e seis escolas [...] mais dois Grupos de Alvenaria e por isso é que estava solidário com o Brizola”. Leopoldo Chiapetti. 30/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁹¹ PACHECO, Diego. *Ecos da resistência...*, p. 56

Brizola”.¹⁹² Artêmio Moccelin, de Mariano Moro, justifica sua assinatura na lista como “uma homenagem ao ex-deputado estadual Leonel de Moura Brizola”.¹⁹³ No relato de Elza Kitzmann, de Giruá, à Comissão Especial de Indenização sobre o marido falecido podemos ver como essa admiração adquiriu contornos de fanatismo: “o marido da depoente era adepto do Partido Trabalhista Brasileiro e fanático pelo ex-governador Leonel Brizola”¹⁹⁴, ou como demonstra o depoimento à Comissão da filha de Gentil Antonio dos Santos, de Passo Fundo: “meu pai era fanático pelos ideais políticos de Leonel Brizola”.¹⁹⁵

Apesar de, já em outubro Brizola ter feito um pronunciamento chamando para a formação dos grupos, foi a partir de novembro que iniciou uma campanha mais incisiva para a organização dos Comandos Nacionalistas. A 29 de novembro começou a ser impressa e distribuída a publicação *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Conforme reportagem da revista *O Cruzeiro*:

Nos pronunciamentos que se sucederam, através da Mayrink Veiga, Brizola passou a solicitar aos ouvintes que lhe escrevessem, informando-os de suas necessidades e prometia resposta pela própria estação de rádio. Essa resposta era propositadamente demorada, porque visava a prender o ouvinte, ansioso por escutar seu nome no rádio. E enquanto isso, esse ouvinte ia sendo doutrinado pelas cartas recebidas, pelo seu teor mais ou menos inflamado e Brizola enviava o folheto “Organização dos Grupos de Onze”.¹⁹⁶

A comunicação direta com o povo, através de programas de rádio, era prática comum a Brizola, desde a época que era prefeito de Porto Alegre. Ouvir as palestras de Brizola transmitidas pelo rádio era um hábito comum entre as classes populares, razão pela qual ele foi seguido por milhares de pessoas, principalmente no Rio Grande do Sul. Ciente desse potencial, ele divulgava através do rádio sua ideologia anti-imperialista e reformista, exigindo a execução das reformas, sobretudo a agrária.¹⁹⁷ A filha de Luiz Gonzaga da Silva, da cidade de São Luiz Gonzaga, conta que seu pai “em sua casa sempre reunia grupos de pessoas para ouvir a fala de Leonel Brizola pela rádio”.¹⁹⁸

¹⁹² APPI, Gelsomino apud BALDISSERA. Op. cit., p. 94.

¹⁹³ Artemio Mocelin. 29/04/64. Processo Administrativo/Indenização 6068-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁹⁴ Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. CEI/APERS.

¹⁹⁵ Gentil Antonio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 5930-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁹⁶ Dólares de Fidel para Brizola. *O Cruzeiro*. 8 de agosto de 1964. p. 7.

¹⁹⁷ As esquerdas radicais, das quais Leonel Brizola era o principal representante, davam bastante ênfase à reforma agrária, quase esquecendo as demais. BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 1999. p. 272.

¹⁹⁸ Edith Sonza. 05/10/2002. In: Luiz Gonzaga da Silva. Processo Administrativo/Indenização 2877-1200/02-1. CEI/APERS.

A cartilha dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”, composta por dez páginas impressas, era enviada por Brizola e continha as diretrizes gerais e o modelo de ata para a constituição do grupo. Após, deveria ser enviada a ata de formação com a lista com os onze integrantes para a rádio Mayrink Veiga, na Guanabara. Braulino Garcia declarou no IPM, em 1964, que Gildo José de Vargas havia recebido essa cartilha e “que o rapaz estava convencido que era uma honra ter recebido aquilo e mostrava para um e outro, que foi num dia de domingo que o rapaz estava se engrandecendo pelo recebimento desse papel, que agora ficou sabendo que era modelo de ata de fundação de grupos [...]”¹⁹⁹ Essa cartilha, com o modelo da ata, também foi publicada no jornal *O Panfleto*²⁰⁰, em 17 de fevereiro de 1964.

Nos programas de rádio, e na cartilha para a *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, Leonel Brizola conclamava o povo à organização, alertando que “passamos a viver momentos decisivos de nossas vidas e de nossa história. Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho”.²⁰¹ Segundo Jorge Ferreira, Brizola acreditava que

o “desfecho”, em linhas gerais, ocorreria da seguinte maneira. Em reação à inconformidade do povo diante das grandes injustiças econômicas e sociais, a minoria privilegiada do país recorreria à repressão e, com a polícia ou o Estado de Sítio, cercearia as liberdades individuais em nome da “democracia”, do “desenvolvimento econômico” e das “tradições cristãs”.²⁰²

Descrente da aprovação das reformas via Congresso Nacional, Brizola fazia duras críticas à classe dominante, alertando que a “ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios”.²⁰³ Invocando a memória de Getúlio Vargas, que “decidiu morrer para que nós despertássemos”, exortava todos os brasileiros a se unirem. Brizola contava com a iniciativa de cada um, de qualquer pessoa para a formação dos seus Comandos Nacionalistas, pois, em qualquer lugar do país, quem estivesse inconformado com as injustiças, poderia e deveria “tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos,

¹⁹⁹ Braulino Garcia. 14/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 2570-1200/02-8. CEI/APERS.

²⁰⁰ Como é comum em organizações de esquerda, o grupo dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que seguia a liderança de Leonel Brizola tinha o seu jornal: foi o caso do *Panfleto*. FERREIRA, Jorge. Panfleto - as esquerdas e o "jornal do homem da rua". *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010. In: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000200014>. Acesso em: 18/04/2014.

²⁰¹ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p.1.

²⁰² FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista ..., p. 111.

²⁰³ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p. 3.

de sua vizinhança (em primeiro lugar), de sua fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um ‘Grupo de Onze’ reunir-se e fundar a organização.”²⁰⁴

Os partidários do PTB que se identificavam com os ideais brizolistas passaram a formar grupos nas comunidades onde atuavam, mas não era necessário ser um militante do PTB para arregaçar as mangas e sair organizando Grupos de onze. Encontrou-se depoimentos de agricultores, alguns analfabetos ou semianalfabetos, que, vivendo em áreas rurais, de difícil acesso, seguiram as orientações do líder sem qualquer questionamento. Houve grupos formados espontaneamente, de pessoas que após ouvir Leonel Brizola falando no programa de rádio, pegaram o cavalo e iam de casa em casa, andando por quilômetros, para convidar vizinhos e conhecidos para fazer parte do grupo. Onze pessoas admitem ter tomado a iniciativa para a organização dos grupos. Pedro Pinho Mendes, de São Valentim, relatou no IPM, em 1964:

Que, ouviu através da Estação de Rádio Mayrink Veiga, os apelos do ex-deputado Leonel de Moura Brizola para que se organizassem em “Grupo de Onze”; que em vista dos apelos, o declarante resolveu organizar uma lista com onze assinaturas [lista dos nomes] todos agricultores residentes em Votouro, sendo que foi o próprio declarante quem foi colher as assinaturas, de casa em casa, fazendo esse itinerário a cavalo [...]”²⁰⁵

Essa atitude também foi tomada por Dorvalino Lunardi, de Lagoa Vermelha:

[...] simpatizante do sr. Leonel Brizola, seguidamente ouvia pela Rádio Mayrinck (sic.) Veiga, do Rio de Janeiro, solicitação no sentido que se organizassem em “Grupos de Onze” [...] o declarante por sua livre e espontânea (sic.) vontade, sem pedir parecer a quem quer que fosse, elaborou oito cartas compromissos [...]”²⁰⁶

Antônio Siqueira Cortês, de São Valentim, relatou que

[...] acompanhado por Abel Campagnolo, agricultor residente na mesma zona, fez uma lista do grupo de Onze e ficou Chefe daquele Grupo, [...] Que, aí o declarante saiu pela colônia (sic.), a pé, conseguindo assinaturas diversas e completando o Grupo dos Onze; [...] Que, pretendiam com isso pedir as reformas e auxílios de terra, Que, ninguém mandou o declarante proceder a essa lista [...] Que, o declarante informa que assim procedeu em vista dos apêlos (sic.) de Brizola, pela Rádio Mayrink Veiga [...]”²⁰⁷

²⁰⁴ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p. 8

²⁰⁵ Pedro Pinho Mendes. 29/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 2569-1200/02-0. CEI/APERS.

²⁰⁶ Dorvalino Lunardi. 26/06/64. Processo Administrativo/Indenização 2845-1200/98-5. CEI/APERS.

²⁰⁷ Antonio Siqueira Cortês. 30/04/64. Processo Administrativo/Indenização 6594-1200/98-6. CEI/APERS.

Na crença de estarem aderindo a uma formação democrática, sem qualquer objetivo subversivo, a ata de formação do Grupo de Onze Companheiros de Mariano Moro, na época distrito de Erechim, foi registrada em cartório. Nela, os membros manifestam a grande admiração que sentiam por Leonel Brizola:

Aos quatorze (14) dias do mês de março do ano de 1964, [...] a fim de decidir a formação de um Grupo de Onze (11) Companheiros do deputado Leonel de Moura Brizola, sendo que os signatários apoiam integralmente a política do ex-governador gaúcho, que sua saída do governo deste estado nos deixa com muitas saudades e desejam vê-lo eleito presidente da república em 1965, e pela atuação brilhante lhe apoiam enquanto sua fundação for como até agora tem sido, isto é, dentro dos princípios cristãos e de regime democrático e que esses companheiros são pelas reformas de base, pois está na hora de dizer chega a todos os tristes, tubarões sem escrúpulos e traidores da Pátria. Esse grupo é apartidário e é composto de funcionários, operários e agricultores [...].²⁰⁸ (grifos nossos)

A luta pelas reformas de base foi evidenciada pelos como objetivo da formação do grupo, sendo que esse apoio à Brizola e adesão ao movimento se condiciona à permanência nos princípios democráticos e cristãos, para asseverar que o grupo não tinha intenções comunistas.

As listas com os nomes dos integrantes dos grupos, enviadas à Mayrink Veiga, eram divulgadas dando a entender que havia grupos organizados em todo o Brasil, prontos para a luta armada. A rapidez na formação desses grupos foi assustadora (aos militares principalmente e não menos nas classes dominantes), tão grande era o prestígio de Brizola ante a população. Porém, quando eclodiu o golpe civil-militar em 31 de março, não houve mobilização dos grupos e as buscas incessantes pelas armas foram infrutíferas. Como lembra o ex-ministro da Justiça, Abelardo Jurema, no momento da eclosão do golpe civil-militar, as massas estavam imobilizadas, os líderes operários não tinham armas nem qualquer dispositivo de comunicação para uma resistência, e “do ‘grupo dos onze’, de Brizola, nem fumaça”.²⁰⁹ As acusações de subversão, comunismo e guerra revolucionária causava espanto em nos membros dos grupos, sendo que muitos deles sequer sabia o significado dessas palavras.²¹⁰ Gelsomino Appi declarou que os assuntos da reunião do grupo “giravam em torno do trabalhismo, do nacionalismo, jamais do

²⁰⁸ Ata de formação do Grupo de Onze de Mariano Moro/Erechim – Sops/E – 1.2.98.31 – Comissão de Acervo da Luta contra a Ditadura – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁰⁹ JUREMA, Abelardo. *Juscelino e Jango: PSD e PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979. p. 253.

²¹⁰ Idalécio da Silva, afirmou que entrou para o Grupo de Onze porque “sua finalidade era defender a Pátria Brasileira, dos Comunistas”, demonstrando ignorância da acusação de comunismo que era imputada aos membros dos grupos. Idalécio da Silva.16/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6719-1200/98-1. CEI/APERS. Carlos Salim, brizolista, era prefeito de Paim Filho em 1964, relatou: “Na minha região nunca houve pretensões de movimento armado, ninguém tinha o conceito de guerra de guerrilhas, isso não existia entre os colonos.” Eulógio Klush narrou que: “Mas eu não era comunista, era católico, estava sempre na igreja”. Apud BALDISSERA, Marli de Almeida. Op. cit., p. 157 e 167.

comunismo”.²¹¹ Não se engajaram nos grupos tendo em vista luta armada, uma nova Legalidade talvez, mas isso também dependeria da conjuntura favorável e da disposição do presidente João Goulart resistir ao golpe, o que não ocorreu.

Destaca-se, a seguir, algumas realizações de Brizola que figuram nas razões apontadas pelos envolvidos com os Grupos de Onze para a adesão aos Comandos Nacionalistas.

2.3.2 Reformas de base/reforma agrária

Dentre as razões apontadas nos processos para a adesão aos Grupos de Onze, as reformas de base e a reforma agrária e/ou benefícios aos agricultores foram citadas em 45 processos. As reformas de base constituíam tema de debate nacional. Inseridas no programa do PTB pela influência de Alberto Pasqualini²¹², constituíram-se numa das mais fortes bandeiras de luta do partido. As reformas de base, que configuraram a principal meta do governo João Goulart, já eram objeto de discussão desde os anos finais da década de 1940. Conforme Diego Almeida:

Entre os finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 as diversas seções estaduais do PTB, bem como as suas principais lideranças vinham discutindo o programa e o delineamento das chamadas reformas de Base. Foi assim que, sob essa ampla denominação esteve fortemente reunido um conjunto bastante expressivo de iniciativas que incluíam as reformas: bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e, também, universitária. Nessa época, sustentou-se inclusive, a necessidade de estender o voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas, dentre eles, por exemplo, os marinheiros e os sargentos. Além disso, defendia-se medidas que poderiam ser caracterizadas como de cariz nacionalista, as quais previam uma intervenção efetiva mais ampla do Estado na vida econômica do país além do maior controle dos investimentos estrangeiros mediante a regulamentação das remessas de lucro para o exterior. Embora um debate público mais amplo sobre as chamadas Reformas de Base somente viesse mais fortemente à tona durante o período em que João Goulart (1961-1964) esteve à frente da Presidência da República, deve-se salientar que as discussões acerca do delineamento dessas mesmas reformas processaram-se durante praticamente toda a década de 1950 entre os principais membros do PTB bem como entre as seções regionais do partido, sobretudo a partir de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).²¹³

Das pessoas que se engajaram nos Grupos de Onze, seis referem que era para apoio às reformas de base, quatro citam genericamente reformas, outros quatro que foram considerados

²¹¹ APPI, Gelsomino apud BALDISSERA, Op. cit., p. 147.

²¹² Segundo Miguel Bodea, Para Pasqualini, “o Partido Trabalhista constituía-se no instrumento fundamental de implementação de um projeto de reformas sociais.” In: BODEA, Miguel. Op. cit., p. 152. Ver: PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora São José, 1958.

²¹³ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. p.163.

no item reformas de base/reforma agrária, declaram que foi porque haviam “promessas de melhoria”,²¹⁴ “para ganhar direitos sociais”,²¹⁵ por “conscientização e luta pelos direitos sociais”²¹⁶ e “para mudar a situação de miséria em que vivíamos”,²¹⁷ declarações que remetem às reformas, mesmo sem citá-las diretamente, 11 alegaram que assinaram as listas pela promessa que o governo enviaria ajuda aos agricultores e necessitavam muito dessa ajuda. Entretanto, 20 processos referem-se à formação dos grupos como pressão à reforma agrária ou possibilidade de ganhar terras.

Desde a década de 1950 a questão agrária foi identificada como um dos problemas brasileiros mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial, sendo considerada um dos entraves à industrialização e ao desenvolvimento econômico do Brasil. Isso porque excluía a população rural do mercado de consumo, sendo que ela representava a maioria da população do país, e a condenava a viver em uma situação de pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento.²¹⁸ Tal situação motivou o surgimento de movimentos sociais que reivindicavam o acesso à terra forçando com que governo e sociedade encarassem o problema.

Jânio Quadros, em seu curto governo de sete meses, deu o início de um programa oficial de reformas, especialmente a reforma agrária, que não conseguiu levar a termo em virtude de sólidas resistências que encontrou no Congresso, na sociedade civil e no âmbito do próprio Estado.²¹⁹ No governo João Goulart, que se empenhou pela realização das reformas de base, esse debate e enfrentamento se acirrou, com um processo de radicalização de posturas em torno da reforma agrária, em que os contrários acusavam de comunismo e os favoráveis ameaçavam com levante popular se não fosse votada pelo Congresso.

Entretanto, no estado do Rio Grande do Sul, em sua gestão como governador, Brizola se empenhou na regulamentação de terras de posseiros, fomentou a organização popular para reivindicações de terras, apoiou a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER) e teve algumas iniciativas de reforma agrária. Não era a questão de

²¹⁴ Theofillo Rosmann. 29/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6067-1200/98-8. CEI/APERS. No Catálogo Resistência em Arquivo, a grafia do nome está Teófilo Rosmann.

²¹⁵ Agrípio Pinheiro de Oliveira. 27/007/1998. Processo Administrativo/Indenização 6718-1200-9.CEI/ APERS.

²¹⁶ Idalécio da Silva. 27/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 6719-1200/98-1. CEI/APERS.

²¹⁷ Leonildo Castilhos da Rosa. 17/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6446-1200/98-4.CEI/APERS.

²¹⁸ GRYSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 57-77. p. 57-58.

²¹⁹ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: GOMES, Angela Maria de Castro et al. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). *História geral da civilização brasileira*. t.3, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.169.

um debate estéril, haviam precedentes que demonstravam a possibilidade real de se tornar proprietário de um pedaço de terra e, para diversas pessoas, a organização em Grupos de Onze foi com essa finalidade. Emblemático dessa ideia é o depoimento de Alziro Camargo, que era ferreiro em Frederico Westphalen: “que fez uma ficha na Inspetoria de Terras, para conseguir um pedaço de terra em Nonoai, através da reforma agrária, e como lhe disseram que era necessário reunir-se com outros para que isso se concretizasse, fez ele mesmo uma lista de Grupos de Onze”.²²⁰ Da mesma forma se expressou Luis Maas, de Humaitá: “[...] os dirigentes dos trabalhos disseram que as finalidades dos Grupos de Onze é para conseguirem a Reforma Agrária e outras; Que o depoente assinou a referida lista, porque não possui terras (sic.) e as necessita, pois atualmente planta em terras (sic.) de propriedade de seus pais.”²²¹ Henrique Pires de Arruda, de Santo Ângelo, confessou em seu depoimento “que achava que a finalidade dos Grupos de Onze era apenas para receber terras, da tão falada Reforma Agrária”²²² e Albina Bérghamo Magalhães afirmou: “Eu e meus companheiros de Reforma Agrária chamado ‘grupo dos onze’ fomos parar no presídio de Erechim. [...] Nós, pobres visuímos (sic) de inocência de apenas querer um pedacinho de terra”.²²³ O filho de Universina Azambuja de Souza, assumindo que ele e a mãe faziam parte de um Grupo de Onze, relatou: “Ela sempre foi uma mulher corajosa e líder quando se falava em ‘Reforma Agrária’”.²²⁴ Esses depoimentos ilustram o desejo e a necessidade de se tornar dono de seu pedaço de terra, fato motivador para a formação dos Comandos Nacionalistas, visto que eles eram propostos por Brizola, que, em sua gestão como governador do estado, já havia atendido reivindicações dos sem-terra, e continuava batalhando pela reforma agrária como deputado federal.

A reforma agrária era um imperativo para o desenvolvimento do estado. De acordo com o senso agrícola do IBGE, de 1960:

(...) no Rio Grande do Sul, apenas 1,83% dos proprietários detinham 47,97% das terras, e 12,99% ocupavam 28,03% da área rural de até 500 hectares, as pequenas e médias propriedades. A conclusão era de que mais de 85 % dos agricultores gaúchos ocupavam apenas 24% da zona rural do Estado.²²⁵

²²⁰ Alziro Camargo. Julho de 1964. Processo Administrativo/Indenização 2490-1200/98-8. CEI/APERS.

²²¹ Luis Maas. 16/10/1964. Processo Administrativo/Indenização 6826-1200/98-3. CEI/APERS.

²²² Henrique Pires de Arruda. 1964. Processo Administrativo/Indenização 4743-1200/98-6. CEI/APERS.

²²³ Albina Bérghamo Magalhães. 24/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 6580-1200/98-3. CEI/APERS.

²²⁴ Universina Azambuja de Souza. 24/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2878-1200/02-4. CEI/APERS.

²²⁵ HARRES, Marluza Marques. Rio Grande do Sul: Governo: Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243>. Acesso em: 05/05/2015.

Em 29 de fevereiro de 1960 o governo Brizola criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), com a função de promover “a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e áreas destinadas à construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos”.²²⁶ Essa comissão deveria fazer um levantamento completo da situação da habitação popular e sobre a situação fundiária do estado. Segundo Bernard J. P. Alves, o relatório das atividades do primeiro ano da comissão aponta as primeiras iniciativas do governo na aquisição de terras para agricultores e suas organizações:

O documento apresenta informações sobre a compra de 572 hectares em *São José do Ouro*. Além disso, afirma que outras três possibilidades estavam sendo estudadas, a primeira delas tratava-se de uma propriedade de 566 hectares em *Encruzilhada do Sul*, outra de 979,6 hectares em *São Jerônimo* e, por fim, 1.230 hectares em *Santiago*. As duas primeiras seriam terras de posseiros, tendo por finalidade da compra a legalização da situação destes que são quem realmente produziam nas terras. A última tratava-se de terra livre que assim que fosse escriturada seria repassada à Secretaria da Agricultura para que fossem realizados projetos de colonização. Além dessas aquisições, o governo do estado havia aberto uma concorrência pública para a aquisição de terras em Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Piratini e Canguçu.²²⁷ (grifos nossos).

Temos processos de pedido de indenização por perseguição política vinculados à formação de Grupos de Onze nas cidades São José do Ouro, Encruzilhada do Sul, São Jerônimo e em Santiago, porém o local de maior concentração de pedidos de indenização é na cidade de Nonoai, onde o prefeito Jair de Moura Calixto, que era do PTB e primo de Leonel Brizola, liderou a primeira e mais conhecida ocupação de terras realizada durante o governo Brizola. E também é na região norte do estado que se encontram as maiores concentrações de processos²²⁸, onde, além da desapropriação da Fazenda Sarandi, houve uma política por parte do governo Brizola de legalização da terra de posseiros ameaçados de expulsão em Encruzilhada do Sul, após organização destes sob a liderança do prefeito petebista Milton Serres – fato considerado fundador do MASTER.²²⁹

²²⁶ Decreto nº 11.201. Apud. ALVES, Bernard José Pereira. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 16.

²²⁷ ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 18.

²²⁸ Ver Tabela 6 - Municípios de ocorrência dos Grupos de Onze e Mapa I – Municípios de ocorrência de Grupos de Onze no Capítulo 2, p. 130-133.

²²⁹ HARRES, Marluza Marques. Movimentos sociais rurais. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 235-256. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 239. Conforme Silva, “também é válido mencionarmos que o movimento do MASTER confundia-se com os adeptos brizolistas da Campanha da Legalidade de 1961, que na qual, Leonel Brizola deu apoio incondicional ao ex-presidente João Goulart. SILVA, Gean Zimmermann da. Duas frentes para a reforma agrária: o latifúndio e as áreas indígenas. Ações do Governo Brizola na questão da terra no norte do Rio

Conforme Joel Carini, no final dos anos 1950, o norte do Rio Grande do Sul apresentava um quadro fundiário de forte crise e “o estoque de Terras devolutas usadas para colonização já se esgotara no começo dos anos 1940, quando se formaram os últimos *fronts* no interior das reservas indígenas – especialmente de Serrinha, Nonoai e Ventarra.”²³⁰ João Carlos Tedesco e Joel Carini ressaltam que já havia um processo de organização dos trabalhadores sem-terra articuladas pelas Ligas Camponesas e a ULTAB, que mesmo não tendo grande repercussão no Rio Grande do Sul, contribuíram para legitimar as ações que questionavam a questão fundiária, e

Estratégias de ocupação de terras, organizações sindicais rurais já vinham se constituindo e inserindo em suas diretrizes ações de justiça em torno da terra no Estado. A proliferação de ações em torno da mesma e sua dimensão politicamente aceita em nível político e, em grande parte, social, expressavam a preocupação de entidades e agremiações políticas, no caso, em especial o PCB e o PTB, com a concentração da propriedade, com o aumento do minifúndio, com o esgotamento da fronteira agrícola no Estado e aliada a crise do trigo, da pecuária, o começo da cultura da soja e sua política de alteração produtiva, a intensa presença de peões, assalariados, parceiros, pequenos proprietários, assalariados rurais, meeiros, arrendatários, agregados, posseiros, filhos de pequenos agricultores. (o Censo de 1960 indicava a existência de 297.814 agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul).²³¹ (grifos nossos).

Essa quantidade de agricultores sem-terra acrescidos dos que teriam terra insuficiente para o sustento da família e com a perspectiva de dividir com os filhos, cria o ambiente propício para a mobilização em torno da reforma agrária. Nesse contexto, houve grande repercussão o apelo à formação dos Grupos de Onze Companheiros que remetia à mobilização ocorrida anteriormente no estado, pelo MASTER, tendo sido apoiada pelo ex-governador.

Como a reforma agrária era, para Brizola, “uma questão de justiça social e um imperativo para o desenvolvimento econômico”,²³² o político tomou medidas que visavam o encaminhamento desse processo no estado em sua gestão como governador. Em novembro de 1961 foi criado o IGRA. Bernard J. P. Alves explica que, “a partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária”.²³³ O autor ressalta que as ações de Brizola sempre procuraram obedecer e apelar aos dispositivos legais.²³⁴

Grande do Sul. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis/SC. p. 10.

²³⁰ TEDESCO; CARINI. Governador Brizola, o Master e o conflito na fazenda Sarandi, 1960-1962. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2007. p.1-2.

²³¹ Idem, p. 2-3. (grifos nossos).

²³² Brizola. *O Rio Grande*, p. 16.

²³³ ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 21

²³⁴ Tanto a Constituição Federal de 1946 quanto a Constituição Estadual de 1947 apresentavam possibilidades para iniciativas de reforma agrária e foram habilmente manuseadas no governo Brizola. Na Constituição Federal, o artigo

Em 1962, após a organização dos sem-terra e ocupação da Fazenda Sarandi²³⁵, a área foi desapropriada pelo governo. Logo em seguida, no município de Camaquã, foi desapropriada uma área em disputa entre fazendeiros e sem terras chamada Banhado do Colégio²³⁶ após a criação de uma Associação de Agricultores Sem Terra. Foram emitidos títulos de posse da terra para os novos proprietários e oferecida assistência técnica. Ainda, o governador chegou a doar 1.038 hectares da Fazenda Pangaré²³⁷, em Osório, para fins de reforma agrária, distribuída entre 30 agricultores, organizados em cooperativa. Francisco das Chagas Leite Filho ressalta outro projeto de reforma agrária feito no governo Brizola, na Vila Coroados, hoje distrito do município de São Valério do Sul, como também bem sucedido além do Banhado do Colégio, em que 1.500 hectares foram partilhados entre cerca de 80 famílias.²³⁸

A existência de associações de trabalhadores organizados e sua mobilização era pré-requisito para o desencadeamento do processo de reforma agrária, estimulando a formação dessas associações. Bernard J. P. Alves relata que:

Somente nos meses de dezembro de 1962 e janeiro de 1963 foram reconhecidas associações de trabalhadores rurais sem terra e de pouca terra nos seguintes municípios: *Alegrete, Canela, Encruzilhada do Sul, Erechim, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Sapucaia, Camaquã, Canoas, Giruá, Osório, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Santiago, Campinas do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Itaqui, Passo Fundo, Rolante, Santa Bárbara do Sul e São Jerônimo.*²³⁹ (grifos nossos).

145 dizia que “A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com liberdade do trabalho humano. Parágrafo único – A todos é assegurado que possibilite assistência digna. O trabalho é uma obrigação social. (Constituição Federal de 1946). Na Constituição Estadual de 1947 estão mais detalhadas as atribuições do Estado em relação à promoção da reforma agrária:

Art. 173 – O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, proporcionando-lhes entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem estar.

Art. 174 – O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§1º- O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio da tributação especial ou mediante desapropriação.

§3º- O Estado promoverá planos especiais de colonização, [...] sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região. (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947). Apud. ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 25.

²³⁵ A Fazenda Sarandi ficava no município de Sarandi, cidade vizinha de Nonoai, tinha uma área de 24.304 hectares. A propriedade pertencia a um grupo de nacionalidade uruguaia, chamado Agropecuária Júlio de Maílhos que comprava terras em diferentes países esperando que estas valorizassem para revendê-las com grande margem de lucro. A área era improdutiva e a região sofria com a pressão por terras. ALVE, Bernard J. P. Op. cit., p. 32-33.

²³⁶ Sobre a desapropriação do Banhado do Colégio e experiência de reforma agrária ver: HARRES, Marluza Marques. *Estratégias trabalhistas para o mundo rural: governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

²³⁷ A Fazenda Pangaré era herança de Neuza Brizola, esposa de Brizola. LEITE FILHO. Op. cit., p. 49.

²³⁸ Idem, p. 55.

²³⁹ ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 58.

Houve formação de Grupos de Onze na maioria dos municípios apontadas por Bernard J. P. Alves como locais que tiveram reconhecidas suas associações de trabalhadores rurais sem terra e de pouca terra: Alegrete, Canela, Encruzilhada do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Sapiranga, Camaquã, Canoas, Giruá, Osório, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Santiago, Campinas do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Bárbara do Sul e São Jerônimo, evidenciando a relação desses movimentos pela terra e a formação dos grupos. José Liscoski, testemunha no IPM de Frederico Westphalen manifestou o seguinte: “[...] disse que Luiz Jacoboski fez uma lista de Grupos de Onze, porém não sabe se conseguiu assinaturas. [...] Declarou que o Sr. Magalski fez também uma lista e conseguiu preencher. Ambos, Luiz Jacoboski e Magalski, *estiveram na concentração de Nonoai, para invasão de terras.*”²⁴⁰ (grifos nossos).

Hermeto Araújo, no seu depoimento às historiadoras Carla Brandalise de Marluza Harres, assevera que os grupos foram

incumbidos de fazer um levantamento de todas as necessidades regionais, um levantamento em cada município. Primeiro levantamento *era para uma possível reforma agrária, tínhamos que ver se tinha uma área dentro do nosso município que deveria ser distribuída para quem não tinha terra.* Segundo lugar, levantamento de quem precisava... por que naquele tempo tinha os agregados... eram pessoas que moravam na terra, com a família, empregados nas fazendas. Era cheio de agregados. Levantamos todas as famílias [...] inclusive analisamos as prioridades[...].²⁴¹ (grifos nossos).

Para Carla Brandalise e Marluza Harres, a entrevista com Hermeto Araujo demonstra “que a distribuição de terras foi uma das expectativas criadas pela atuação dos grupos e entre seus membros”²⁴² e que no contexto da época, com o debate sobre as reformas e a pressão para a realização delas, principalmente da reforma agrária, as mobilizações pela mudança na estrutura agrária e reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais estavam acontecendo em todo o país, sendo os Grupos de Onze uma delas. Ressalta-se que a reforma agrária era a principal bandeira de luta de Leonel Brizola. Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 18 de abril de 1963, Brizola explanava sua sugestão ao presidente Goulart, que no projeto enviado: “[...] se desse prioridade à reforma agrária sobre todas as demais reformas, tramitando sob forma de emenda constitucional. Sugeri a inclusão de um dispositivo que institui a propriedade familiar, o chamado mínimo vital e a isenção de impostos para as operações da reforma”²⁴³, clamava aos

²⁴⁰ José Liscoski. Apud. SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze...* p. 119.

²⁴¹ ARAUJO, Hermeto apud BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Comandos Nacionalistas no...*, p. 83.

²⁴² Idem, p. 83

²⁴³ BRAGA, Kenny et al. *Op. cit.*, p. 570.

parlamentares que pensassem na situação do povo e dizia, que mesmo com as ofensas que lhe eram imputadas, nada o desviaria do caminho.

2.3.2.1 O caso de Nonoai

O município de Nonoai lidera o número de pedidos de processos de indenização por perseguição política com vinculação aos Grupos de Onze, com 62 processos. Localizado no norte do Rio Grande do Sul, tem sua história marcada pela luta entre índios e colonos pela posse da terra. Emancipado de Faxinalzinho em maio de 1959, tinha em sua área uma reserva indígena de índios Kaingang, demarcada em 1911. Gean Zimermann da Silva explica que:

O governo positivista gaúcho, através de Carlos Alberto Torres Gonçalves demarca 11 toldos (áreas) indígenas no norte do Rio Grande do Sul. Consideramos que o PRR não tinha como intuito principal a preservação da cultura indígena e até da sobrevivência dessas comunidades. Foram demarcadas essas áreas, em nossa interpretação, unicamente e exclusivamente para que não houvesse atrito entre os nativos e os “colonizadores legais” oriundos das Colônias Velhas. Uma vez o indígena aldeado e “pacificado” iria abrir espaço para a colonização em massa. Os toldos demarcados foram: Faxinal – Cacique Doble – (1910); Carreteiro (1911); Monte Caseiros (1911); Inhacorá (1911); Ligeiro (1911); Nonohay (1911); Serrinha (1911); Ventarra (1911); Guarita (1917); Votouro Kaingang (1918); Votouro Guarani (1918).²⁴⁴

Conforme João Carlos Tedesco, a reserva indígena de Nonoai quando foi demarcada, possuía uma extensão de 34.908 hectares; no final da década de 40, o estado destinou quase 20 mil hectares (mais de 50% da área) para criação de uma reserva florestal.²⁴⁵

O prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto, político do PTB, personagem importante na mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, liderou a ocupação da Fazenda Sarandi. Conversando com o Sr. Índio Vargas sobre o fato de maior concentração de processos na cidade de Nonoai, ele explicou: “É porque lá em Nonoai tinha o Calixto, ele tinha grande influência e na Legalidade, mobilizou muita gente”.²⁴⁶ Segundo Marcelo Carvalho Rosa, na campanha da Legalidade, Calixto montou uma guarda armada

de mais de mil homens na cidade de Nonoai para proteger o Rio Grande do Sul de uma possível invasão vinda de Santa Catarina. O sucesso da resistência catapultou a

²⁴⁴ SILVA, Gean Zimermann da. O governo Brizola e a questão indígena no norte do Rio Grande do Sul (1958-1962). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial – I EPHIS/PUCRS – 27 a 29.05.2014, pp. 2093-2108. p. 2098.

²⁴⁵ TEDESCO, João Carlos. O conflito de Nonoai. *Saeculum - Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012. p. 243.

²⁴⁶ Índio Vargas. Entrevista à autora em 08/06/2016.

popularidade do prefeito na cidade e vários dos homens, que compunham a guarda da legalidade, foram depois usados na mobilização de moradores da região para participar da invasão da Fazenda Sarandi.²⁴⁷

Pela atuação do IGRA, foram feitos projetos de colonização para Sarandi e para o Banhado do Colégio e uma parte da reserva florestal de Nonoai também foi transformada em projeto de colonização para abrigar famílias que haviam se cadastrado em um acampamento que fora formado ali pelo Master com a ajuda de Calixto.²⁴⁸ Contudo, nem todas as famílias de pequenos agricultores receberam terras e esse processo fez intensificar ainda mais a intrusão (entrada, fixação de morada e trabalho na terra) nas reservas indígenas da região norte do estado, em particular a de Nonoai.²⁴⁹ Tiego Rocha Rebello refere a região de Nonoai foi, durante a gestão de Ildo Meneghetti no estado, palco de movimento dos sem-terra, acampamento do MASTER, sendo que “já no seu primeiro dia de mandato, o governador viu-se pressionado pela formação de um acampamento do MASTER em área denominada Passo Feio, na fronteira das cidades de Iraí e Nonoai, às margens da estrada da Reserva Florestal”.²⁵⁰ Esse acampamento foi reprimido com violência pela Brigada Militar, comandada pelo Coronel Gonçalves Cúrio de Carvalho. Segundo notícia do *Correio do Povo*²⁵¹, que passava a impressão que tudo transcorreu pacificamente:

O secretário do trabalho e habitação Arnaldo Pietro, informou que, após aconselhamento de funcionários do Estado, que os teriam cadastrado, a maioria dos mil e duzentos chefes de famílias teriam voltado aos seus locais de origem, permanecendo no acampamento do Passo Feio em torno de cinquenta famílias, que teriam sido alocadas em terras do Estado devido a suas condições de miserabilidade e por não apresentarem um local para regressar.²⁵²

²⁴⁷ ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n.76. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100007. p. 203-204. Acesso em 10/06/2016.

²⁴⁸ Idem, p. 206.

²⁴⁹ Idem, p. 208.

²⁵⁰ REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 45.

²⁵¹ Jornal gaúcho diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do sul do país. [...]Combatendo sistematicamente a política de Goulart, o *Correio do Povo* contribuiu para a eclosão do movimento militar de 1964. Segundo Breno Caldas, “a Revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso”. Leonel Brizola declarou por sua vez estar o jornal “atrelado aos interesses do capital monopolista”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>. Acesso em: 23/06/2018.

²⁵² *Correio do Povo*, n.º 118, Ano 68, 20/02/1963, p. 14.

Observa-se que a notícia refere mil e duzentos chefes de família, revelando um acampamento de grandes proporções. A região foi mantida em estado de alerta, com constante vigilância, sendo que o prefeito de Nonoai, era considerado um sujeito “subversivo” e “perigoso à segurança pública”.²⁵³ Córdula Ecker informa que no final de agosto de 1963, apesar da vigilância, ocorreu um novo acampamento na mesma região que o primeiro, na Reserva Florestal de Nonoai. Esse acampamento também foi duramente reprimido, com perseguição das lideranças do movimento dos agricultores sem-terra. No dia 23, José Lagranha, “foi preso por policiais a serviço do Cel. Gonçalino e levado para o 2º Batalhão de Polícia”.²⁵⁴ Após o golpe civil-militar de 1964, durante a Operação Limpeza, esse líder do MASTER foi novamente detido e levado para o presídio de Erechim, segundo depoimento de sua família, onde permaneceu oito dias, foi solto por uma semana e novamente detido por oito dias. De acordo Leontina Pires Lagranha, viúva de José Lagranha, “a principal acusação era ter sido escolhido para guardar em sua casa armamentos do suposto ‘Grupo dos Onze’”²⁵⁵ Seu filho, João Clóvis Lagranha declarou que:

Na época da prisão, eu e meus pais morávamos na Linha DAER, no Município de Nonoai, como *posseiros* naquela área do Estado, juntamente com um grupo maior, conforme se comprova com o “*Registro de Agricultores Pretendentes a Terra*”, juntado a estes autos. Meu pai exercia forte liderança no grupo que lutava pela regularização daquela área. Agindo assim, sempre era alvo de perseguições por parte do Regime Ditatorial.²⁵⁶ (grifos nossos).

Essa forte mobilização de agricultores sem-terra e a expectativa de realização da reforma agrária pode ser associada com a organização dos Grupos de Onze no município. Curiosamente, o nome de Jair Moura Calixto não é citado nos depoimentos.²⁵⁷ Em documentação do SOPS de Lagoa Vermelha, no IPM que apresenta *Denúncia de pessoas que organizaram Grupos de Onze*, encontramos o nome de “Ney de Moura Calixto”²⁵⁸, também primo de Brizola [e irmão de Jair Moura Calixto], militar, que “em serviço da ‘SUPRA’ percorreu, em meados de janeiro de 1964, os municípios de Lagoa Vermelha, Paim Filho e Machadinho, entre outros, com o fim de criar

²⁵³ REBELLO, Tiego Rocha. Op. cit., p. 49.

²⁵⁴ ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984. p. 176

²⁵⁵ Leontina Pires Lagranha. 12/06/1998. In: José Lagranha. Processo Administrativo/Indenização 5517-1200/98-2. CEI/APERS.

²⁵⁶ João Clóvis Lagranha. 15/07/1998. Idem.

²⁵⁷ No processo de pedido de indenização de Jair Moura Calixto não há nenhuma referência aos Grupos de Onze Companheiros. Ele foi preso de maio de 1964 a julho de 1964 no SESME, Porto Alegre, e de fevereiro de 1965 a maio de 1965 no 6º BE de Porto Alegre. Processo Administrativo/Indenização 2645-1200/02-4. CEI/APERS.

²⁵⁸ No *Catálogo Resistência em Arquivo* não consta nenhum processo de pedido de indenização por perseguição política em nome de Ney de Moura Calixto.

sindicatos rurais, criava também Grupos de 11”.²⁵⁹ A Superintendência de Política Agrária (SUPRA), criada em 11 de outubro de 1962, teve como um de seus presidentes o ex-secretário de Agricultura do governador Leonel Brizola, João Caruso (de outubro de 1962 a julho de 1963).²⁶⁰ O órgão tinha por incumbência

colaborar na formulação da política agrária do país; planejar, executar e fazer executar, nos termos da legislação específica, a reforma agrária; promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais.²⁶¹

Observa-se elementos ligados a Brizola entre os integrantes da SUPRA. Antes mesmo do final do governo Brizola, conforme informa Bernard J. P. Alves, a experiência que estava sendo posta em prática no Rio Grande do Sul já estava sendo de alguma forma transferida ao governo federal por meio da contratação de profissionais que trabalharam no IGRA. Ao final do governo de Brizola no Rio Grande do Sul, grande parte daqueles que se encontravam no primeiro escalão do IGRA passaram a fazer parte da SUPRA. Paulo Schilling, João Caruso, Paulo Schmidt e Romeu Barleze são somente alguns dos antigos quadros do IGRA que participaram da iniciativa de promover, no plano federal, o mesmo trabalho feito no Rio Grande do Sul. Alves relata que, Paulo Schimidt e Romeu Barleze²⁶², nas entrevistas, afirmaram que foram participar da SUPRA “com intenção de promover em âmbito nacional a experiência considerada por eles de sucesso no Rio Grande do Sul”.²⁶³

A grande quantidade de processos provenientes da cidade de Nonoai podem ser atribuídos, mais do que à mobilização em prol da Legalidade, à grande concentração de agricultores sem-terra na região, em permanente mobilização, sendo que, no ano de 1963 ocorreram acampamentos e forte repressão pelo governo estadual. A organização em Grupos de Onze, a partir do chamamento de Leonel Brizola, era, para eles, mais uma estratégia na luta pela reforma agrária. Além do já citado líder de movimento dos sem-terra, José Lagranha, Eduardo Bosa e seu filho Zelmo Bosa, lideranças políticas petebistas na região foram organizadores de

²⁵⁹ SOPS/LV 1.2.889.10.4

²⁶⁰ <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-da-politica-agraria-supra>.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Barleze era suplente, pelo PTB, na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Sul, durante o período em que Brizola esteve à frente do estado. Dessa forma, em alguns momentos ele era convocado a assumir a vaga na Câmara, quando algum outro deputado se ausentava ou passava a ocupar algum cargo no governo. Nesse ínterim, Barleze foi convidado para ocupar o cargo de chefe do setor de promoção social e organização rural do IGRA. Assim, ocupava papel relevante na relação com os demandantes das desapropriações. Seu cargo era de tamanha importância no IGRA que ele foi responsável por receber a Fazenda Sarandi em nome do estado do Rio Grande do Sul. ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 35.

²⁶³ Idem, p. 57

Grupos de Onze. Sobre Zelmo Bosa, que *desapareceu* durante a ditadura militar, Cleto dos Santos declarou: “[...] ele era considerado um líder político, organizador das ligas camponesas, idealizadas por Jair de Moura Calixto para a reforma agrária, dando os primeiros passos para as invasões de terras devolutas”²⁶⁴ e que ainda “pertencia ao Grupo dos Onze, sendo um dos coordenadores dos referidos grupos naquela região”.²⁶⁵

2.3.2.1.1 As vítimas dos Grupos de Onze

Dos 62 processos de Nonoai, 23 processos são de pessoas que se dizem vítimas dos Grupos de Onze, relatando coação e aprisionamento por membros dos Comandos Nacionalistas. Segundo os requerentes à indenização, eles foram presos nos seguintes lugares: oito em Passo Feio/Nonoai e dois em Passo Feio/Planalto²⁶⁶, sete em Rio dos Índios, dois na Linha Tope da Serra, dois na Linha São José, um em Saltinho Bela Vista e um em Passo do Feijó. Observa-se que todos esses depoimentos são de agricultores com pouca instrução, possuem o mesmo advogado e os depoimentos são padronizados, com mudanças mínimas entre um e outro, focando exclusivamente na repressão sofrida. Devido à incoerência das afirmações, duas pessoas foram convocadas e compareceram perante a Comissão Especial de Indenização. No depoimento perante a Comissão, Julião de Borba, preso em Passo Feio/Nonoai, declarou:

[...] que o depoente confirma que foi preso por um grupo de homens armados com revólveres e espingardas, mas que entre estas pessoas que o prenderam não tinha nenhum policial civil ou militar; que foi obrigado a acompanhar o grupo de carcereiros sob ameaças; que após ser detido o depoente foi levado diretamente para o acampamento do Grupo dos Onze, que ficava num mato próximo a saída de Nonoai/RS; que os comandantes do acampamento eram os Srs. Macena, Jair Calixto, Manoel Barcelos e Herculano de Barros [...].²⁶⁷

Da mesma forma se pronunciou Vivaldino Ortiz, preso na localidade de Rio dos Índios:

[...] o requerente confirmou que esteve preso no acampamento do chamado Grupo dos 11, no meio do mato, nas proximidades do Pôrto Gonhohem (sic.) e que o comandante do acampamento era o Sr. Jair Calixto, ex-prefeito de Nonoai, que no

²⁶⁴ Cleto dos Santos.05/08/1998. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

²⁶⁵ Cleto dos Santos. 29/07/1999. Idem.

²⁶⁶ Segundo Cordula Ecker, a localidade de Passo Feio pertencia ao município de Ijuí. No entanto, em sete processos é citada como sendo em Nonoai e em dois processos como sendo em Planalto. Certamente essa confusão em relação ao lugar se relaciona à existência de um rio chamado Passo Feio demarca os limites do município de Nonoai a Oeste com o município de Planalto. <https://www.nonoai.rs.gov.br/publicacoes/legal/84-plano-ambiental?showall=1>

²⁶⁷ Julião de Borba. 17/08/2000. Processo Administrativo/Indenização 6786-1200/98-6. CEI/APERS.

tempo da chamada Legalidade levantou as pessoas do município a favor do movimento comandado pelo ex-governador Leonel Brizola.²⁶⁸

Os requerentes à indenização confirmam terem sido presos pelos Grupos de Onze e afirmam que quem comandava esses fatos e esse acampamento era Jair de Moura Calixto, figura conhecida no município. Entretanto, oito processos entraram com recurso devido ao indeferimento da indenização. O recurso, feito pelo mesmo advogado dos anteriores, é igual para os oito processos. Nele ressalta-se a participação dos requerentes na Campanha da Legalidade, na condição de lideranças locais, que realizavam reuniões nas residências das pessoas adeptas do movimento e que em meados de 1964, por ocasião do golpe militar começaram a sofrer represálias. Tomamos como exemplo o recurso de Deodato Antonio Del Col, no qual declarou-se que

[...] foi preso e torturado, por militares componentes do Batalhão de Polícia Militar de Nonoai. Prenderam-no com cordas, tendo sido deixado no mato durante várias horas. Em outras ocasiões, eram mantidos em meio a um grupo de militares, sem poder sequer se mexer, acusado de subversão e corrupção. Uma das autoridades responsáveis pelas prisões e torturas foi o Tenente Hepitácio, dentre outros.²⁶⁹

Tendo entrado com processo por ter sido vítimas dos Grupos de Onze, no recurso, o advogado mudou a argumentação na tentativa de convencer a Comissão e obter a indenização por perseguição política. Ainda, no recurso, afirmou que “essa prática era usual da época. Os Policiais Militares usando-se de força física e pressão psicológica, objetivavam punir os membros do Grupo dos 11 e reprimir qualquer atitude que viesse ao encontro das ideias dos mandantes”,²⁷⁰ numa alusão que o(s) requerente(s) teriam sido membros dos grupos e não vítimas dele. A relação com o movimento da Legalidade como desencadeador de outras mobilizações, a liderança local das pessoas citadas e a acusação de subversão e corrupção relacionam-se à participação nos referidos grupos.

A afirmação de que tinham sido “vítimas” dos Grupos de Onze pode ser associada à repressão desencadeada sobre o MASTER no governo de Ildo Meneghetti.

Apesar da desapropriação da Fazenda Sarandi por Brizola e dos projetos de colonização e reforma agrária, nem todas as famílias receberam terras, o que intensificou a intrusão nas reservas indígenas da região norte do estado, em particular a de Nonoai.²⁷¹ Essa pressão pela

²⁶⁸ Vivaldino Ortiz. 14/08/2000. Processo Administrativo/Indenização 6791-1200/98-4. CEI/APERS.

²⁶⁹ Deodato Antônio Del Col. 23/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 3312-1200/98-8. CEI/APERS.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. no.76. São Paulo, 2009. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

reforma agrária desagradava os grandes proprietários, aglutinados na Frente Agrária Gaúcha (FAG) e na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL)²⁷², que viam os movimentos pela reforma agrária como perigosos e subversivos. Ildo Meneghetti, do PSD, com o apoio dessas entidades, sucedeu Brizola no governo do estado, passando a reprimir as organizações dos trabalhadores e os acampamentos. Conforme Córdula Ecker,

O governador Meneghetti assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1963 e, já no dia 4 de fevereiro, surgiu mais um acampamento de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul. Eram 935 colonos que não haviam recebido terras na Fazenda Sarandi e que acamparam na Reserva Florestal do Estado, de 20 mil hectares, no lugar denominado Passo Feio, município de Iraí e divisa com o município de Nonoai. No dia 14 de fevereiro, a Brigada Militar sitiou o acampamento de Passo Feio, onde ainda se encontravam cerca de 60 famílias, e as estradas foram bloqueadas. A repressão também atingiu líderes sindicais urbanos e a diretoria do Master que se dirigiam para o acampamento, sendo presos no dia 17 e liberados no dia seguinte. Também os agricultores acampados sofreram novas violências, pois o acampamento de Passo Feio foi arrasado e incendiado, e a cidade de Nonoai virtualmente ocupada pelas forças da Brigada Militar. Jair Calixto, prefeito de Nonoai, e o pretor de Nonoai, representante do Poder Judiciário naquele município, foram barrados ao se aproximar do acampamento.²⁷³

Essa repressão a mando do governo do estado pode explicar os depoimentos das 23 pessoas que se dizem vítimas dos Grupos de Onze. Apesar da repressão, foram formados novos acampamentos, como em Ronda Alta, em que mais de 200 famílias invadiram uma fazenda no

script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100007. p. 208.

²⁷² Denise Gros refere que: “No plano político, em meio à polarização ideológica dos anos 60, a grande preocupação externada pela entidade era a discussão do projeto de reforma agrária do governo João Goulart. Em 1961, a FARSUL criticou a proposta de distribuição de terras, argumentando que no Rio Grande do Sul não existiam latifúndios e sim propriedades administradas sem assistência técnica, com sistema de transportes precários e com escassez de créditos e restrições à exportação. A FARSUL defendia a criação de uma lei agrária que contemplasse crédito ao produtor, assistência técnica, barateamento de máquinas, implementos, sementes, melhoria de estradas, escolas rurais, liberdade de comércio e de exportação entre outras. Essas propostas foram reafirmadas na Carta de Santa Maria, documento final da grande Assembleia Estadual de Ruralistas, de setembro de 62.” GROS, Denise. *Associações de classe patronais e ação política*. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. Op. cit., p. 267. Não temos registros da posição da FARSUL sobre os Grupos de Onze Companheiros, em pesquisa nos jornais da época, não encontrou-se pronunciamentos da entidade sobre os grupos, porém se pronunciavam contra grupos *subversivos*. Entretanto, Alessandra Gasparotto, na sua tese de doutorado sobre a FARSUL, cita que um dos dirigentes da entidade, o General Henrique Geisel (membro da diretoria entre 1959 e 1961 e irmão dos generais Ernesto e Orlando Geisel), um dos oficiais influentes ligados ao IPES como ativistas anti-governo, “também era membro do ‘Grupo dos Vinte’, conhecido como ‘Vigilantes da Liberdade’, um agrupamento criado em Passo Fundo para neutralizar a ação do ‘grupo dos onze’, organização liderada por Brizola. Este contava com a participação de autoridades civis, militares e religiosas e realizou —reuniões secretas em residências particulares e igrejas, mantendo um ‘policimento volante’, permanecendo em vigília dia e noite, onde observavam todos os movimentos na cidade.” GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros ruralistas!*” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. p. 280.

²⁷³ ECKER, Córdula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 71-92. p. 84

final de agosto de 1963. Segundo a direção estadual do MASTER, a Brigada Militar começou a retirar suas tropas que cercavam os acampamentos em setembro, entretanto, Córdula Ecker relata que

as arbitrariedades continuaram e os agricultores e suas famílias foram vítimas de brutais espancamentos, perseguições, prisões e violações de propriedade. A ordem do governo estadual era expulsar os camponeses brancos da área indígena denominada Toldo de Nonoai. Por isso, os soldados da Brigada Militar passaram a provocar rivalidades entre os índios e os brancos sem-terra, apresentando-os como grileiros ávidos, criando, dessa forma, condições para o conflito. Outro problema enfrentado pelos acampados era a falta de alimento. Segundo um líder do Master, a “fome nos acampamentos de Nonoai é uma triste realidade (...) e até mesmo um prego que seja enviado ao Master para ser entregue aos camponeses é preso”.²⁷⁴

A questão de maus tratos e fome é relatada por todos os 23 requerentes que se dizem vítimas dos Grupos de Onze. Tomamos como exemplo o depoimento de Amadeu Gomes de Oliveira, o qual afirmou que enquanto esteve detido passou muita fome, “nem sempre recebia comida, e as vezes esta já estava deteriorada”²⁷⁵, fato também relatado por Otacilio Granville: “durante o tempo em que estive no cativeiro, o alimento que era servido resumia-se em ‘sopa de soquete com farinha de mandioca’, muitas vezes esse alimento estava deteriorado”.²⁷⁶ Não temos dados para afirmar que o sofrimento alegado não se relaciona com os grupos, mas algumas situações relatadas conferem com o que Ecker aponta como prática da ação repressiva governamental, comandada pelo cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho, que era o mesmo coronel que atuou na região na repressão aos Grupos de Onze. Corroborando essa afirmação, o relato de Setembrino Damin, que era vereador pelo PTB:

Na qualidade de vereador pelo então Distrito de Planalto durante a legislatura de 1960 a 1964, denunciei diversas vezes, na Tribuna na Câmara Municipal de Vereadores de Iraí, os abusos cometidos pelos integrantes do Pelotão Especial de Vigilância Florestal da Brigada Militar (1º R.P.R. Montada – 1º Esquadrão Pelotão Vigilância Florestal) tendo em seu comando o Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, Tenente Lacerda e Sargento João Ari Lopes, contra os colonos assentados em parte da área da Reserva Florestal de Nonoai.²⁷⁷

Para o ex-vereador, os que participaram ativamente da Associação dos Agricultores Sem Terras do então Distrito de Planalto foram os mais visados pela repressão em 1964²⁷⁸, reforçando a hipótese de que os 23 processos que alegaram ter sido vítimas dos Grupos de Onze não

²⁷⁴ ECKER, Córdula. O Master e as ocupações de terra no ..., p. 85.

²⁷⁵ Amadeu Gomes de Oliveira. 07/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 3305-1200/98-4. CEI/APERS.

²⁷⁶ Otacilio Granville. 20/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 3308-1200/98-2. CEI/APERS.

²⁷⁷ Setembrino Damin. 20/08/2002. In: Alvide Marchiori. Processo Administrativo/Indenização 2419-1200/02-3. CEI/ APERS.

²⁷⁸ Idem.

conseguiram estabelecer uma relação coerente entre os fatos, provavelmente devido à ignorância e ao tempo decorrido dos acontecimentos. Sofreram forte repressão, mas não sabem exatamente por parte de quem e nem se foi antes ou depois da eclosão do golpe de 31 de março. Como os Grupos de Onze ficaram conhecidos como perigosos, seus membros vistos como bandidos, foram culpabilizados. Uma fala ouvida pela autora em seu âmbito familiar serve como exemplo: “Coitado do compadre Jomaria, sofreu muito ‘pelos’ Grupos de Onze”, sendo que o compadre em questão era morador da região e assinou a lista dos Comandos Nacionalistas. Essa situação de “vítimas” dos Grupos de Onze também pode se relacionar aos trabalhos da memória. Michael Pollak argumenta que apesar de a memória parecer ser um fenômeno individual, ou seja, íntima a própria pessoa, ela deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, portanto construído coletivamente e com constantes transformações e mudanças.²⁷⁹ Numa busca de inserção à comunidade ou às novas regras impostas pela ditadura, estar na categoria de “vítima” dos Grupos de Onze era uma situação mais aceitável do que ser membro dos citados grupos, já que eram considerados subversivos e dignos de punição.

2.3.2.2 O pequeno agricultor precisa de ajuda

Não era apenas a reivindicação pela posse da terra que mobilizava os agricultores e os impelia a organizar-se nos Grupos de Onze. Temos 11 processos que apontam como motivação para a adesão aos grupos a possibilidade de receber auxílio do governo, sendo sete de Severiano de Almeida, três de Votouro, município de São Valentim e um de Erval Grande, todos na região Alto Uruguai. Pedro Pinho Mendes relatou no IPM em 1964, “Que, segundo ouvia falar pelo rádio achava que era para beneficiar o povo, auxiliar a colônia com sementes e ferramentas; [...] Que, na zona de Votouro todos os habitantes faziam parte do Grupo dos Onze.”²⁸⁰ Do mesmo povoado, João Confortin afirma sobre os grupos: “cuja finalidade era de se organizar para receber máquinas agrícolas e sementes”.²⁸¹ Nessa localidade, os agricultores que estavam ocupando uma reserva indígena receberam o título da propriedade no governo Brizola.²⁸² Para Bernard J. P.

²⁷⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

²⁸⁰ Pedro Pinho Mendes. 29/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 2569-1200/02-0. CEI/APERS.

²⁸¹ João Confortin. 08/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6681-1200/98-4. CEI/ APERS.

²⁸² Desde o início do século XX, com maior concentração entre os anos de 1940-60, as reservas indígenas tornaram-se espaço de ação política de governantes para aliviar tensões sociais, compensar o denominado *esgotamento das fronteiras* agrícolas a serem ocupadas por colonos e agropecuaristas, para facilitar e incentivar as ações predatórias de colonizadoras que objetivavam mercantilizar a terra e dar-lhe feição econômica nos moldes das políticas de crescimento econômico e de funcionalidade da agricultura no estado, em particular na região Norte. Desse modo, o

Alves, como parte da política agrária de Leonel Brizola houve um intenso processo de emissão de títulos para posseiros, tendo sido expedidos 8.566 títulos de posse de 1959 a 1961.²⁸³ Eles já tinham tido uma mostra do que poderiam conseguir se estivessem organizados e a luta de Brizola em prol da reforma agrária vinha de encontro às suas aspirações. A esperança de ser beneficiado é referendada no depoimento de Arlindo Coppi, de Erval Grande, “em troca da assinatura [na lista dos Grupos de Onze], o governo daria a criação de suínos, como um início, dariam, então, um casal de suínos para sua criação”.²⁸⁴

A pequena propriedade e a carência de recursos para a produção fazia com que muitos posseiros e agricultores com pouca terra vivessem em situação precária. Nesse sentido, Adão da Silva relatou sobre sua motivação para assinar a lista do Grupo de Onze: “que por necessitar de ajuda, assinei tal documento que o atual governo enviava para fins de ajuda agrícola”.²⁸⁵ A perspectiva de auxílio por parte do governo era alentador e motivo para a organização dos grupos. Essa expectativa de ajuda não era desprovida de base pois durante a gestão de Leonel Brizola como governador, além de procurar garantir o acesso à terra e promover a legalização das terras de posseiro, houve uma preocupação que esses agricultores tivessem condições de sobrevivência, incentivando a criação de cooperativas e proporcionando apoio técnico.²⁸⁶ Além disso, o governo federal apontava para esse auxílio, inclusive com a entrega de tratores:

Jango promete entregar diretamente aos municípios tratores importados: O presidente João Goulart recebeu na manhã de hoje, no Palácio do Planalto, mais de 350 prefeitos de novos municípios brasileiros [...]. Em certa altura de seu discurso, o chefe da Nação declarou: Nada mais justo do que se entregar tratores aos municípios brasileiros, tratores que irão ajudar a circulação da riqueza municipal, tratores que irão rasgar estradas e promover o progresso.²⁸⁷

Antônio Burkoski, de Severiano de Almeida, alegou ter assinado a lista porque “seriam beneficiados com sementes e vinha também um trator para os serviço agrícola”.²⁸⁸ Essa justificativa consta em todos os sete processos de Severiano de Almeida. Adão da Silva, em 1964 declarou “que o filho dele poderia trabalhar com o trator, porque sabia manejar essas

estado, pressionado pelo grande capital fundiário e pelas colonizadoras, não impediu a entrada massiva de colonos, ao contrário, em alguns momentos, a incentivou e/ou a amparou, assim como extinguiu reservas (Serrinha e Ventarra) e retalhou outras (para contemplar colonos, sem serem extintas, como foi o caso de Nonoai, Inhacorá e Votouro). TEDESCO, João Carlos. O “Conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul-1978-1982. *Saeculum* – Revista de História, n. 26, 2012. João Pessoa, jan./jun. 2012. pp. 242-243.

²⁸³ ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 73.

²⁸⁴ Arlindo Coppi. 20/08/97. Processo Administrativo/Indenização 5275-1200/98-3. CEI/APERS.

²⁸⁵ Adão da Silva. 23/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4731-1200/98-9. CEI/APERS.

²⁸⁶ ALVES, Bernard J. P. op. cit. 66-67

²⁸⁷ Jango promete entregar diretamente aos municípios tratores importados. *Diário de Notícias*. 7 mar. 1964. p. 3.

²⁸⁸ Antônio Burkoski. 14/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 4732-1200/98-1. CEI/APERS.

máquinas”.²⁸⁹ Um dos membros do grupo que não possui processo de indenização, alegou que assinou porque lhe disseram que “cada grupo de 11 teria direito de requerer um trator [...]”.²⁹⁰ Infere-se que compra de um trator estava muito além das possibilidades desses agricultores e se organizaram em grupos na esperança e ganhar essa ajuda do governo.

2.3.3 Em busca de melhorias para a região

A organização dos Grupos de Onze por reconhecimento aos benefícios recebidos durante a gestão de Leonel Brizola como governador e a perspectiva de melhorias para a região ou localidade, com conseqüente reflexos vida pessoal foi apontada em três depoimentos. Conforme Jofre Lourau,

[...] no nosso entendimento não era para a luta, e sim dar um apoio ao ex-governador em reconhecimento pelas obras que o mesmo fez na sua gestão para o então distrito de Mariano Moro, Município de Erechim, RS, tais como a vinda da energia elétrica, construção de escolas e policiamento, pois até então o mencionado distrito achava-se abandonado e entregue à própria sorte.²⁹¹

O atendimento de necessidades históricas da população do Rio Grande do Sul, dando atenção às áreas do interior do estado, como já referido, influenciou para que Brizola adquirisse a confiança do povo. O depoimento de Leopoldo Chiapetti, também de Mariano Moro, igualmente evoca a questão dos benefícios recebidos: “Que, o declarante era amigo do Brizola, porque tudo o que solicitou ao mesmo conseguiu para aquele distrito, sendo luz e seis escolas [...] mais dois Grupos de Alvenaria e por isso é que estava solidário com o Brizola”.²⁹² Da mesma forma, a perspectiva de que melhorias pudessem ser feitas a nível regional se converteu em razão para a adesão aos grupos como ilustra o depoimento de Hugo Ritter, de Marcelino Ramos, que “simpatizava com o ex-governador Brizola e fazia parte de um grupo dos onze, que na época diziam que as pessoas organizadas em grupos, teriam mais força para reivindicar melhorias para sua região”.²⁹³

Já na campanha para governador, Brizola se comprometia com as necessidades do estado, prometendo rever e ampliar os investimentos em energia elétrica, pois “depois de escolas é a

²⁸⁹ Adão da Silva. 14/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 4731-1200/98-9. CEI/APERS.

²⁹⁰ Sops/E – 1.2.94.3.1. Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁹¹ Jofre Lourau. 27/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4728-1200/98-6. CEI/APERS.

²⁹² Leopoldo Chiapetti. 30/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

²⁹³ Hugo Ritter. 05/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2579-1200/02. CEI/APERS.

eletricidade que mais reclama o povo rio-grandense”²⁹⁴, promessas que logrou cumprir, mesmo à custa de enfrentamento com os Estados Unidos. Os benefícios citados foram justamente escolas e luz elétrica, ações importantes da gestão de Brizola no governo do estado.

2.3.3.1 Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul²⁹⁵

A educação já tinha sido objeto da atenção de Leonel Brizola na gestão da prefeitura de Porto Alegre. No término de seu primeiro ano à frente do governo da capital gaúcha vários prédios escolares tinham sido iniciados e concluídos, nos mais variados bairros da cidade, e também havia iniciado as construções, reforma e ampliações de outros estabelecimentos de ensino. Um plano de emergência para a construção de escolas, com a intenção de abrigar mais de 30 mil alunos em turno integral foi elaborado no seu governo.²⁹⁶

Na sua gestão como governador do estado do Rio Grande do Sul, houve uma extraordinária expansão da rede escolar. Foram construídas mais de seis mil escolas em todo o estado, a maioria pequenos prédios de madeira, pré-fabricados: “Milhares de pequenos colégios, de tijolo ou de madeira (quase sempre madeira, então material bastante barato) foram espalhados pelo território gaúcho”.²⁹⁷ Ao final de quatro anos havia 680 mil novas matrículas e 42 mil novos professores.

Paulo Schmidt, que participou do governo Brizola desde seu início, inicialmente do grupo responsável pelo reordenamento do setor educacional do estado, depois integrando o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, relata um caso que ajuda a entender a importância e urgência com que o governo Brizola tratou o tema da expansão da escolarização. Segundo ele,

Brizola convidou prefeitos e outras autoridades do estado para uma explanação sobre a política educacional que estava sendo promovida no estado. O percurso até a área onde seria realizado o evento obrigava os convidados a passarem por uma área descampada. Brizola teria falado por quase três horas sobre seu plano educacional para o estado, e ao fim, convidou os presentes a conhecerem *uma escola recém construída, para a surpresa de todos, durante o tempo do discurso* – uma escola de madeira, pré-moldada, de três pavilhões, biblioteca e casa dos professores teria sido erguida no terreno anteriormente vazio.²⁹⁸ (grifos nossos)

²⁹⁴ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. p. 240.

²⁹⁵ Para maiores informações sobre a expansão escolar no governo de Leonel Brizola ver: QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963): nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

²⁹⁶ BRAGA, Kenny et al. Op. cit., p. 41.

²⁹⁷ FELIZARDO, Joaquim. Op. cit., 27.

²⁹⁸ SCHMIDT apud ALVES, Bernard J. P. Op. cit., p. 14.

Ações de impacto como essa ajudaram a forjar uma imagem de líder capaz de enfrentar e resolver as dificuldades. Carla Brandalise e Marluza Harres referem que Brizola “desenhou para si o papel de ‘homem providência’, com o devido grau de récita capaz de identificar, verbalizar e efetivar a ‘vontade geral do povo’”.²⁹⁹

Além do aumento quantitativo da rede estadual de ensino primário, durante a gestão de Brizola no governo do estado do Rio Grande do Sul houve uma preocupação com a expansão do ensino para as áreas rurais, tornando possível o acesso à escola para uma parte significativa das populações interioranas. Segundo Quadros, 53,77% dos prédios, com 38,80% das salas de aula, localizavam-se em zonas rurais ou de pequena densidade populacional,³⁰⁰ atendendo àquela parcela da população que, muitas vezes, precisava caminhar vários quilômetros para chegar às poucas escolas das vilas distantes ou que sequer podia sonhar com uma sala de aula.

2.3.3.2 A luz elétrica

A energia elétrica é base para desenvolvimento, seja no âmbito particular/local, para melhorias significativas no nível de vida de quem só podia contar com iluminação a lampião, seja em nível da economia regional/nacional, que necessita desse insumo para a industrialização e, conseqüente, geração de empregos. A energia elétrica era deficiente nesse período, especialmente nas regiões do interior.

A insuficiência de energia elétrica criava uma série de problemas para o estado. Ronaldo Herrlein Jr. e Gentil Corazza apontam que a carência de energia elétrica, entre outros motivos, afetava a economia gaúcha desde os anos 30 e 40³⁰¹, sendo um dos fatores da crise econômica do Rio Grande do Sul. Conforme Sandra Pesavento, a eletrificação do estado foi uma meta perseguida tanto pelo governo de Walter Jobim (PSD) quanto pelo de Ernesto Dornelles (PTB). A preocupação com relação à energia continuou no governo de Brizola, mas já com um cunho marcadamente anti-imperialista. Em 1947, fora criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para corrigir as falhas do atendimento prestado pelas companhias estrangeiras que operavam no estado. A instalação da CEEE elevou a capacidade geradora do Rio Grande e

²⁹⁹ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas...”p. 63.

³⁰⁰ QUADROS, op. cit., p. 66.

³⁰¹ HERRLEIN JR., Ronaldo, CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1939-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). Op. cit. p. 147.

reduziu a ação das companhias estrangeiras³⁰², porém a produção de energia era insuficiente para as necessidades do estado.

No governo Brizola, como relata Francisco Machado Carrion Jr., foram feitos novos investimentos públicos no setor energético, citando “conclusão da Termelétrica de Charqueadas, que sozinha aumentou em mais de um terço a geração de energia no Estado, colocação em funcionamento da Termelétrica de Candiota, em Bagé, instalação de várias usinas a diesel e *fuel-oil* por todo o estado, em municípios como, por exemplo, Canoas, Caxias do Sul, Osório e Alegrete”.³⁰³ Todavia, segundo o autor, a encampação Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CERRG) foi de fundamental importância para solucionar o problema energético.³⁰⁴

Em maio de 1959, antes de completar o quarto mês à frente do governo do estado, Brizola desapropriou a CEERG, alegando o declínio na qualidade dos serviços prestados pela empresa, na época, subsidiária da *Bond and Share*, empresa do grupo norte americano *American e Foreign Power*.³⁰⁵ Conforme Francisco das Chagas Leite Filho, além da falta de energia em vários bairros da capital, as constantes interrupções por conta das quedas de fornecimento prejudicavam as indústrias e limitavam o crescimento do setor no estado. Assim que eleito, Brizola tentou um acordo com a empresa, propondo uma solução onde o governo do estado, a concessionária e outras empresas privadas seriam sócios igualmente da companhia, numa nova regra de concessão de serviços. Como não houve acerto, o governador decidiu pela encampação, que foi realizada de forma legal.³⁰⁶ Marco Antônio Medeiros da Silva aponta que “os resultados dessa intervenção foram positivos. O potencial instalado de 180 mil kW passou para 400 mil kW. O valor da tarifa foi reduzido e encaminhado o projeto para elevar a produção, para um milhão de kW”.³⁰⁷ Referindo-se também à encampação da companhia telefônica de Porto Alegre, subsidiária da ITT norte-americana, Carlos Schmidt e Ronaldo Harrlein Jr afirmam que “a

³⁰² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 128.

³⁰³ CARRION JÚNIOR, Francisco Machado. *Brizola*. Momentos de decisão. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 43.

³⁰⁴ Idem, *ibidem*.

³⁰⁵ MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de Desenvolvimento e encampações no discurso de Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 102.

³⁰⁶ As concessões de exploração de energia eram decididas exclusivamente no âmbito federal. Entretanto, o Rio Grande do Sul se apresentava em uma condição peculiar. Por meio de um decreto assinado por Vargas, no último dia de seu primeiro governo, permitia-se excepcionalmente ao governo gaúcho, desde que com o aval do presidente da república e com o conhecimento da Companhia Nacional de Águas e Energia Elétrica, “encampar, incorporar ou fundir” companhias que prestavam serviços públicos ao estado. Desta feita, se aproveitando oportunamente da brecha concedida por meio do decreto do então ex-presidente e das informações levantadas sobre a não prestação de serviços mediante os altos lucros recolhidos pela empresa que controlava a CEERG, Brizola realizou o primeiro ato de grande repercussão de seu governo, atendendo a todos os trâmites legais. LEITE FILHO, *op. cit.*, p. 79-81.

³⁰⁷ SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Op. cit.*, p. 81.

reorganização dos setores elétrico e de telefonia sob comando do Estado Regional (CEEE, CRT) parece ter sido suficiente para garantir as condições de expansão da (nova) economia gaúcha.”³⁰⁸

2.3.4 A convite de um conhecido, amigo ou parente

Os requerentes à indenização por perseguição política, em 15 processos, afirmam ter assinado a lista dos Grupos de Onze Companheiros a convite de um conhecido ou amigo. As relações de amizade e parentesco influenciaram nas escolhas e na definição de posições no período.

Nas áreas do interior, muito mais que nas áreas urbanas, as redes de solidariedade são cultivadas e são vitais para o estabelecimento da identidade local, sendo que os laços afetivos entre vizinhos, compadres, comerciante e agricultor, dono de terra e empregado, ultrapassam o nível do econômico, as barreiras sociais e funcionam como estratégia de sobrevivência. É comum ouvir nas áreas rurais que “o primeiro vizinho é mais que um irmão”³⁰⁹, pois é a ele que se recorre em momentos de necessidade. Da mesma forma, é normal a compra no comércio local anotando na caderneta para se pagar no final do mês, baseados na confiança entre as partes.

Respaldados pelas redes de amizade e afinidade política muitos assinaram as listas dos grupos. Assim temos o depoimento de João Kielbovicz, que “foi procurado por Alfonso José de Vargas para assinar a ata do grupo dos 11, que assinou a pedido desse seu visinho (sic.), o qual era o Presidente do Grupo”.³¹⁰ José Bobco afirmou que “foi procurado por seu conhecido Carlos Colognesi, que pediu ao declarante que assinasse em uma lista, que éra (sic.) do Grupo dos Onze”.³¹¹ Divo Ayres Torres asseverou “ter sido procurado por Lido Oltramari para assinar a lista do Grupo dos Onze, que assinou por consideração, que achando que êle (sic.) era um homem mais esclarecido não poderia lhe prejudicar e assinou na confiança dele”³¹² e Gentil Fernandes Folador recebeu de seu irmão, que morava em Porto Alegre, o folheto para a organização dos referidos grupos.³¹³ Muitas vezes, como referem Carla Brandalise e Marluza Harres, o engajamento no movimento orientou-se pelos princípios de cooperação e laços de solidariedade entre os membros³¹⁴, fato que também foi observado por Diego Pacheco em relação ao estado de

³⁰⁸ SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: dois projetos*. 2001. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_09.pdf. p. 12. Acesso em: 11/05/2017.

³⁰⁹ Fala ouvida pela autora, de parentes que moram em áreas rurais.

³¹⁰ João Kielbovicz, 14/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 4608-1200/98-4. CEI/APERS.

³¹¹ José Bobco. 16/04/64. Processo Administrativo/Indenização 2876-1200/02-9. CEI/APERS.

³¹² Divo Ayres Torres. 30/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 5274-1200/98-0. CEI/APERS.

³¹³ Gentil Fernandes Folador. 24/04/64. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. CEI/APERS.

³¹⁴ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O Povo nas ruas...* p. 77-78

Santa Catarina, em que “os grupos formaram-se através do senso de pertencimento a uma comunidade, que em muitos casos foi a vizinhança”.³¹⁵

A assinatura nas listas a partir do convite de um amigo, vizinho ou parente está aliada à admiração a Leonel Brizola e a alguma militância no PTB e ao desejo de obter benefícios ou terras. Dos 15 processos que apresentam como sua motivação para ter assinado a lista dos grupos, 12 afirmaram ter pertencido ao PTB, um ao MDB – este poderíamos agrupar junto ao PTB, visto que o bipartidarismo só foi implantado em outubro de 1965 pelo Ato Institucional nº 2, e os integrantes do PTB ingressaram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), constituindo a oposição possível à ditadura existente –, um citou ligação apenas ao Grupo de Onze e apenas um alegou que não tinha vinculações partidárias. No IPM instaurado em Jaguari, em que foi enquadrado Francisco Paulo Locateli, o qual declarou “que foi convidado pelo companheiro e amigo Arlindo Vencato, para participar do Grupo dos 11, Que aceitou e assinou na lista como componente do grupo”³¹⁶, no ofício enviado ao diretor do DOPS em 03 de junho de 1964, o delegado de polícia relata sobre os indiciados: “Todos êles (sic,) afirmam que votavam ou pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro, sem intenção subversiva”.³¹⁷

Essa afirmativa de que assinatura nas listas dos Comandos Nacionalistas foi pelo convite e/ou pedido de amigos ou conhecidos se conecta com o depoimento das pessoas que tomaram a iniciativa de formar os Grupos de Onze e, ancorados em suas articulações pessoais, saíram em busca de pessoas para compor a lista, como refere Helmuth Pedro Nottar, que ouvindo no rádio os apelos de Brizola “tratou de falar com alguns companheiros seus para fundar o referido Grupo”.³¹⁸ Sentiam-se novamente, como Joaquim Felizardo explicou em relação à Legalidade, sendo participantes, não mero expectadores dos fatos históricos.³¹⁹ A participação política através dos Grupos de Onze era uma organização poderia influenciar o processo de tomada de decisões governamentais e promover as reformas, principalmente a agrária, proporcionando ganhos pessoais.

2.3.5 A partir do diretório do PTB ou por ser petebista

A relação da formação dos grupos com o PTB é mencionada em nove processos, sendo que apenas um admite ter recebido orientação do diretório regional para que os organizasse. Foi

³¹⁵ PACHECO, Diego. 2012. *Ecos da resistência...*, p. 143.

³¹⁶ Francisco Paulo Locateli. 03/06/1964. Processo Administrativo/Indenização 7054-1200/98-5. CEI/APERS.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Helmuth Pedro Nottar. 29/04/64. Processo Administrativo/Indenização 4734-1200/98-7. CEI/ APERS.

³¹⁹ FELIZARDO, Joaquim. Op. cit., p. 20.

o caso de Hillario Fernandes Oltramari, de Erval Grande, que afirmou que “era o Presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, tendo recebido comunicação do Diretório Regional para formar o Grupo de Onze”.³²⁰ Porém, os depoimentos publicados nas obras citadas anteriormente, demonstram uma atuação ativa do PTB, especialmente a ala brizolista, na organização dos Comandos Nacionalistas. É o caso de Ney Ortiz Borges, companheiro político de Leonel Brizola, que foi vereador em Porto Alegre, deputado estadual e deputado federal. Segundo ele, a “formação desse movimento [Grupos de Onze] estava diretamente ligada ao Brizola que era seu idealizador, contudo os companheiros eram incentivados a participar e a enviar a relação dos grupos de cada município”.³²¹ Hermeto Araujo, vereador e prefeito pelo PTB, acentua a atuação partidária na formação dos grupos. Segundo ele,

[...] foi em outubro de 1963 que o Brizola criou os Grupos de Onze. Então nos reunimos, Sarandi, Constantino e Nonoi, juntamos aquele pessoal ... 11 companheiros do PTB, da cepa, como dizíamos e criamos o Grupo dos 11. O Grupo do grande Sarandi. Criamos o grande Grupo de Sarandi primeiro, depois cada um foi formando seus grupinhos.³²²

Essa influência do PTB na formação dos Grupos de Onze é nítida, visto que 70,7% dos 440 processos analisados, os requerentes à indenização dizem estarem vinculados a esse partido, num total de 311 processos. Observa-se, porém que essa vinculação engloba ser votante do partido, ser simpatizante, ser seguidor de Leonel Brizola, não significando filiação ao PTB.

Também em Carazinho, de acordo com Claudio Damião Braun, os Grupos de Onze surgiram a partir do PTB, dentro do Centro Cívico João Goulart (mudado posteriormente para Centro Cívico Leonel Brizola) uma ala local do partido. Em entrevista ao autor, Romeu Barleze identificou-se como uma das lideranças que deram início à formação dos Comandos Nacionalistas.

Como isso foi um movimento nacional, nós do Centro Cívico João Goulart formamos a primeira célula dos Onze. O Beba fez um, o José Maria Medeiros fez outra, eu fiz outra e cada um que tinha certa liderança assumia e juntava onze pessoas e formava uma célula. São esses nomes assim que eu me lembro bem, são nomes que posso recordar – José Maria Medeiros, Frederico Beba e eu acho que o Felisbino Barlette. Foram aqueles assim do PTB mais avançados, eram os que lideravam. Outro foi o Quevedo na Vila Floresta, eram operários, trabalhadores, gente comum.³²³

³²⁰ Hillário Fernande Oltramari. 23/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6070-1200/98-0. CEI/APERS. No Catálogo Resistência em Arquivo, a grafia do nome está como Hyllario Fernande Oltramari.

³²¹ BORGES, Ney Ortiz apud BRANDALISE, Carla; HARRIS, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014. p. 79.

³²² ARAUJO, Hermeto. Idem. p. 82.

³²³ BARLEZE, Romeu apud BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit., p. 96. No processo de indenização de Romeu Barleze não há referência aos Grupos de Onze Companheiros.

Esses depoimentos evidenciam o protagonismo do PTB na organização dos Grupos de Onze, tendo, pelo menos, iniciado a formação dos mesmos, e a partir destes, novos grupos foram se formando.

Fundado por Getúlio Vargas, em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro arregimentava os trabalhadores urbanos e sindicalizados, e, conforme Angela de Castro Gomes, “imaginado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, sendo postulado como uma cunha entre as massas trabalhadoras e o comunismo”.³²⁴ Vargas criou também o Partido Social Democrata (PSD) para abarcar a burguesia nacional que o apoiava e para os donos de terras. Segundo Maria Victória Benevides,

ao PSD caberia continuar a obra administrativa de Vargas e preservar os compromissos com as ‘classes conservadoras’ – e daí articular um pacto social baseado nas teses de conciliação e ‘união nacional’. Ao PTB caberia continuar a obra da legislação trabalhista, propiciar canais de expressão para o proletariado emergente e ‘ideologizar’ um discurso reformista e nacionalista que ao mesmo tempo sensibilizasse a burguesia progressista e os setores populares.³²⁵

O PTB sempre esteve ligado à imagem de Vargas, o “pai dos pobres”, “aquele que merecia toda a fidelidade da nação”³²⁶, já consolidada perante as classes trabalhadoras quando da criação do PTB e era um forte fator de aglutinação do proletariado.

Vargas era rio-grandense, bem como João Goulart e Leonel Brizola, principais lideranças do PTB e seguidores de sua política. Porém, mesmo fiel à imagem de Vargas, no Rio Grande do Sul o PTB se diferenciava da linha nacional por apresentar singularidades regionais, sendo que no estado, em razão da fraqueza dos industriais e da forte oposição dos setores agrários, o pacto populista era mais difícil.³²⁷ Apesar disso, no estado o PTB organizou-se melhor, com maior tradição popular e sem o respaldo da burguesia. De acordo com Raul Pont:

O trabalhismo gaúcho formara-se absorvendo vertentes sindicalistas, o que lhe dava um sólido vínculo popular. Participa também, desde os primeiros momentos, um núcleo de socialistas-humanistas liderados por Alberto Pasqualini na União Social Brasileira, o que dá ao partido uma conotação programática e compromissos ideológicos que não alcançou em outros estados. Essas correntes foram suficientemente fortes no interior da agremiação para equilibrar a presença das oligarquias e burocratas egressos do Estado

³²⁴ GOMES, Angela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. p.2. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 03/09/2017.

³²⁵ BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo – 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 34

³²⁶ Idem, p. 34

³²⁷ PONT, Raul. Um ensaio sobre o brizolismo. *Coojornal*. Out. 1977. p. 4.

Novo, que, por sua vez, entraram no PTB pelas ligações anteriores que possuíam com a figura paternalista de Vargas.³²⁸

Sobre a formação do PTB, Miguel Bodea explica que no Rio Grande do Sul, houve a conjugação de três correntes: a *sindicalista*, núcleo inicial dos legítimos fundadores do partido no Estado, que criou as *Alas* dos bancários, dos metalúrgicos, dos gráficos, etc.; a *doutrinária* composta por intelectuais, em sua maioria bacharéis e profissionais liberais, cuja liderança era exercida pelo advogado Alberto Pasqualini, inspirado no social-reformismo do trabalhismo britânico e da social democracia europeia, em menor grau; e a terceira vertente, a *pragmático-getulista*, composta por políticos profissionais originários do PSD.³²⁹ A liderança intelectual de Pasqualini predominou sobre as outras duas correntes.

Natural de Júlio de Castilhos, Pasqualini foi vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador (PL), secretário do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul durante o governo de Ernesto Dornelles, em 1943. Em 1945 criou a União Social Brasileira (USB) e, no ano seguinte, ingressou no PTB, levando consigo correligionários da USB e suas concepções trabalhistas. Foi, portanto, um dos maiores colaboradores do partido.³³⁰ A atuação doutrinária de Pasqualini foi considerável para que o PTB gaúcho passasse a ocupar, conforme informa Miriam Diehl Ruas, “o lugar de destaque na política nacional, sendo o Rio Grande do Sul o estado onde o partido atingiu o mais elevado nível de organização, não só orgânica, mas principalmente ideológica”.³³¹ As influências mais marcantes em seu pensamento eram oriundas das encíclicas papais³³² e do trabalhismo inglês.³³³ Propunha a justiça social, um capitalismo solidarista, a redistribuição de terras e a valorização do trabalhador. Além disso, pregava a educação política das massas, a necessidade de politizar e educar o homem para se chegar às transformações sociais.³³⁴

³²⁸PONT, Raul. Um ensaio sobre o brizolismo. *Coojornal*. Out. 1977. p. 4.

³²⁹BODEA, Miguel. Op. cit., pg. 20-29.

³³⁰RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1996. p. 24.

³³¹Idem, p. 25.

³³²Condenando o capitalismo individualista, ao defender a igualdade social, utiliza como ponto de apoio as encíclicas papais (Leão XIII e Pio XI), citando frequentemente a doutrina cristã para mostrar que o Programa Trabalhista não possuía relações com o comunismo, mas sim com as doutrinas da Igreja. RUAS. Op. cit. p. 30.

³³³Trabalhismo: “termo mundialmente conhecido para conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos econômicos, políticos e sociais. Esse movimento, datado basicamente do século XIX, incluía a luta pelo reconhecimento dos sindicatos enquanto interlocutores legítimos, a defesa do direito de representação política dos trabalhadores e a criação de partidos de trabalhadores. O caso mais célebre é o do trabalhismo inglês, do qual derivou no início do século XX, o *Labour Party*. No Brasil, contudo, trabalhismo esteve sempre mais associado a uma política pública estatal do que a uma intervenção autônoma do movimento dos trabalhadores.” GOMES, Angela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. p.33.

³³⁴PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora São José, 1958.

A campanha eleitoral de Pasqualini para governador influenciou a ampliação da estrutura do PTB no estado. Diego Orgel Dal Bosco Almeida informa que foram criados vários diretórios municipais nas cidades do interior, diretórios distritais em Porto Alegre e instalados numerosos “núcleos”, comumente em residências de filiados, muitos deles sendo operários ou pequenos funcionários públicos.³³⁵ Leonel Brizola, que estreava na política como candidato a deputado estadual, acompanhou Pasqualini nessa campanha. Miguel Bodea explica que a “ala acadêmica” ou ala moça, foi influenciada simultaneamente pelas três correntes formadoras do partido e que, após a morte de Vargas e a segunda derrota de Pasqualini, em 1954, esta ala assumiu a liderança do partido, tendo em Brizola o seu mais destacado líder.³³⁶ Brizola participou ativamente na organização do PTB no estado, tendo, desde o início, uma identificação com as massas populares, como ocorreu na cidade de Rio Grande, em que Brizola foi para o porto e discursou na hora do almoço dos operários, convidando-os para o comício e fundação do PTB. Dez mil operários compareceram à assembleia, e ali mesmo, na praça, o diretório municipal do partido foi eleito diretamente pelos operários.³³⁷

João Goulart, líder do PTB em âmbito nacional, que ingressou no partido diretamente por sua relação pessoal com Getúlio Vargas, trabalhou na organização dos Diretórios Municipais no interior do Rio Grande do Sul, muitas vezes com seu próprio dinheiro.³³⁸ Segundo Ferreira, “Goulart atuou diretamente nas articulações que resultaram na candidatura de Vargas para a presidência da República”.³³⁹

Para Maria Celina D’Araújo, a força que movia e dava sustentação ao PTB era o carisma de Vargas³⁴⁰ que desde 1946, em comício de apoio a Pasqualini, levantou a bandeira anti-imperialista e a questão nacional, e após sua morte, com a Carta Testamento, o nacionalismo e o anti-imperialismo exerceram um papel central nas mobilizações do período 1954/64.³⁴¹ Porém, pela influência de Pasqualini, o partido adquiriu um caráter reformista. Para o teórico, segundo Miguel Bodea, “o Partido Trabalhista constituía-se no instrumento fundamental de implementação de um projeto de reformas sociais.”³⁴² Esse viés reformista predominou no

³³⁵ ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Op. cit., p. 111.

³³⁶ BODEA. Op. cit., p. 44-45.

³³⁷ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 54.

³³⁸ Idem, p. 57.

³³⁹ Idem, p. 61.

³⁴⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos...* p. 21

³⁴¹ BODEA. Op. cit., p. 49-130.

³⁴² FERREIRA, Jorge. *João Goulart...*, p. 152.

partido a partir do desaparecimento de Getúlio Vargas³⁴³, sendo que Brizola passou a liderar a tendência reformista-nacionalista do PTB especialmente após o episódio da Legalidade.

O PTB aprofundou a aproximação com movimentos sociais, a exemplo de sindicatos, associações de militares subalternos, estudantes e camponeses. Dessa forma, o partido se firmou na direção da esquerda como um partido popular, emergindo como a segunda força eleitoral do país.³⁴⁴ Na liderança do PTB, Brizola passou a representar uma corrente mais à esquerda em contraponto com a posição de João Goulart, expoente de uma política mais conciliatória.

Considerando que a questão das reformas fazia parte do programa do PTB, que Leonel Brizola, no seu governo, tomou algumas medidas no intuito de realizá-las, e, além disso, o presidente João Goulart, líder nacional do partido propunha a realização delas, era justo que o partido – e os partidários, especialmente os brizolistas – atendessem ao chamamento de organizar os Grupos de Onze.

2.3.6 Defender a bandeira nacional/nacionalismo³⁴⁵

Apresentando como motivação para participar dos Grupos de Onze a defesa da bandeira nacional ou o nacionalismo, temos quatro processos. Assim declarou Idalécio da Silva, que foi procurado por um conhecido para assinar a lista, “que sua finalidade era defender a Pátria Brasileira, dos Comunistas”,³⁴⁶ demonstrando ignorância sobre tais grupos estarem sendo tachados de comunistas. Agrípio Pinheiro de Oliveira confessou que assinou a lista porque lhe disseram que “o objetivo da mesma éra(sic.) defender a Bandeira Nacional”.³⁴⁷ Acilino Holanda dos Santos, organizador de grupo, declarou que ouvia já há vários meses o programa de Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga, “difusões sobre reformas de base, reforma agrária e contra a espoliação dos Estados Unidos da América”.³⁴⁸ E Ernesto Comellate, além de organizar Grupos de Onze, elaborou um abaixo assinado angariando doações para colaboração com a Rádio

³⁴³ Para uma análise dos setores reformistas do PTB, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

³⁴⁴ BANDEIRA, Muniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1978, p. 30.

³⁴⁵ Não é objetivo dessa tese trabalhar o conceito de nacionalismo em sua forma mais ampla. Sobre nacionalismo, ver: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*. 22 (62), 2008.; HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁴⁶ Idalécio da Silva. 16/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6719-1200/98-1. CEI/APERS.

³⁴⁷ Agrípio Pinheiro de Oliveira. 15/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6718-1200/98-9. CEI/APERS.

³⁴⁸ Acilino Holanda dos Santos. 20/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 6301-1200/98-5. CEI/APERS.

Mayrink Veiga. Na lista de auxílio diz “os abaixo assinados, *nacionalistas convictos* [...]”³⁴⁹. A lista foi enviada a Leonel Brizola e a doação foi depositada na conta da rádio.

No Brasil, conforme Vânia Maria Losada Moreira, a “emergência do nacionalismo enquanto fenômeno político está relacionado com o fim do Estado oligárquico e com a subsequente política de massas implantada no país”³⁵⁰, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência e a busca de um desenvolvimento nacional autossustentado, pois desde a crise de 1929 ficou claro para setores importantes da elite política e intelectual brasileira a fragilidade de economias dependentes de exportações.

O nacionalismo foi colocado na pauta do PTB por Getúlio Vargas. Em 29 de novembro de 1946, num comício em apoio à candidatura de Pasqualini³⁵¹, ele levantou a bandeira anti-imperialista e a questão nacional³⁵² que tentaria unir, no apelo às massas, a defesa da legislação trabalhista e das reformas sociais com o apelo à resistência e a defesa de um desenvolvimento nacional autônomo.³⁵³ Após sua morte, com a Carta Testamento, o anti-imperialismo passa a desempenhar um papel central nas mobilizações do período 1954-1964.³⁵⁴

Conforme Maria Celina D’Araujo,

A partir da década de 50, o debate nacionalista ganhara vigor inédito. Não se tratava mais de construir uma nacionalidade brasileira, questão que tanto marcara o pensamento social nos anos 20. Tratava-se, dizia-se, então de preservar uma nação constituída, mas ameaçada em sua soberania pela força política e econômica do capitalismo norte-americano. Esse debate invadiu amplos setores da sociedade.³⁵⁵

Havia o entendimento, como explica Lucília de Almeida Neves Delgado, entre os vanguardistas, nacionalistas-reformistas, como a Frente Parlamentar Nacionalista, da

³⁴⁹ Ernesto Comellate. 20/03/1964. Processo Administrativo/Indenização 4892-1200/98-0. CEI/APERS.

³⁵⁰ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. vol. 18 n. 35. São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em 25/06/2015.

³⁵¹ Pasqualini foi o responsável pela elaboração do trabalhismo como doutrina política e social, fundamental para a sobrevivência do PTB como partido. O objetivo maior era construir e solidificar uma mentalidade social no país que amenizasse as injustiças sociais e designasse a cada indivíduo sua responsabilidade no pacto social. O elo de ligação desse pacto era o trabalho, considerada por ele a contribuição maior de cada cidadão. Além disso, Pasqualini pode ser considerado um político muito importante: sua atuação no PTB gaúcho foi sempre muito sólida e peculiar; ele e seus admiradores, chamados pasqualinistas, formaram a única vertente do partido que não teve passado getulista. In: VASCONCELLOS, Laura Vianna. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. *Anais do IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS*. 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1214060983_ARQUIVO_artigofinal.pdf. Acesso em: 05/06/2018. Ver: PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora São José, 1958.

³⁵² BODEA. Op. cit., p. 41.

³⁵³ Idem, p. 47-48

³⁵⁴ Idem, p. 130.

³⁵⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos...*, p. 115.

necessidade de “conscientizar” o povo e apoiá-lo em sua organização”, a fim de pressionar o governo federal a adotar políticas “em defesa dos postulados nacionalistas e reformistas.” No momento, entendia-se que “ação governamental e mobilização popular eram condições necessárias à construção de uma democracia social sólida e de uma ordem política e econômica emancipada.”³⁵⁶ A FPN era formada por parlamentares de vários partidos políticos, mas na sua composição a hegemonia ficava com o PTB, que representava 60% de seus afiliados.³⁵⁷ O mérito do PTB, segundo Maria Celina D’Araujo,

neste caso resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Tratava-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos ‘imperialistas’ da América do Norte. Nesse diagnóstico que definia o inimigo a ser combatido havia uma provação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes.³⁵⁸

Leonel Brizola, líder regional do PTB e discípulo de Vargas, foi fervoroso defensor do nacionalismo. Encampou empresas estrangeiras e promoveu uma intensa campanha de esclarecimento sobre o que considerava os efeitos maléficos do imperialismo sobre a economia do país.

O projeto de desenvolvimento defendido pelo governo Brizola se investiu de um sentido nacionalista³⁵⁹ ao propor uma autonomia das decisões econômicas e um combate ao capital estrangeiro.³⁶⁰ Para João Trajano Sento Sé, Brizola extraiu das tradições nacionalistas anteriores às décadas de 50 e 60, a visão holista e positivista da sociedade.³⁶¹ O nacionalismo, em Leonel Brizola, se manifestou na veemente oposição ao imperialismo, especialmente ao estadunidense, com o qual teve enfrentamentos logo no início de seu governo. O discurso de Brizola como

³⁵⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 357-376. p. 364.

³⁵⁷ NEVES, Lucília de Almeida. Utopia e cidadania: FPN (1956-1964). *Novos Rumos*, 2012. p. 49. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/download/. Acesso em: 03/06/2018.

³⁵⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos...*, p. 121.

³⁵⁹ Rolim analisa o nacionalismo de Leonel Brizola, associando-o ao positivismo e ao jacobinismo republicano. “O viés jacobinista de sua atuação torna-se mais nítido e aproxima-se do jacobinismo republicano do final do século XIX, podendo ser constatado em algumas bandeiras da formação política trabalhista, das quais Brizola se apropria: a defesa intransigente da República, o contraponto ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural, a defesa do controle da economia nacional por parte do Estado (opondo-se frontalmente à concepção liberal), o projeto político de emancipação nacional em relação ao jugo do capital financeiro internacional, e, por fim, a aproximação com os setores subalternos das Forças Armadas.” ROLIM, César Daniel de Assis. Nacionalismo popular e jacobinismo na ação política de Leonel Brizola entre 1959 e 1964. *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – ANPUH. Fortaleza, 2009. p. 1.

³⁶⁰ MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 96.

³⁶¹ SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 144.

paraninfo da “Junta Acadêmica Regional do Oeste Paulista e Norte Paranaense”, no dia 25 de novembro de 1961, em São Paulo, em solenidade irradiada para todo o país através de uma cadeia nacional de emissoras nos dá uma demonstração dessa sua postura:

Não devemos ter ilusões, a hora que nos decidirmos pela realização das reformas estruturais internas, desencadearão contra nós a conspiração insidiosa e permanente de poderosas forças econômicas e políticas. Sem entrar no mérito do que ocorre em Cuba ou da ideologia de seus dirigentes, ainda nesse sentido é elucidativo, para nós, latino-americanos, o exemplo do que ocorreu na desditosa ilha do Caribe. Enquanto a revolução cubana tinha caráter meramente político, como aliás tem acontecido com todas as revoluções latino-americanas, Cuba contou inclusive com a simpatia de grandes órgãos da imprensa norte-americana. [...] As corporações estrangeiras dominavam a vida do País, faziam o que convinha a seus interesses. [...] Aos cubanos apenas o trabalho. Sob a pressão de problemas sociais angustiantes, os revolucionários não tiveram outro caminho para erradicar a pobreza, tornar a sociedade mais justa e desenvolver o País, senão nacionalizar todas as empresas que se locupletavam com o trabalho do povo cubano.

Eis o que bastou pra provocar uma terrível reação promovida, financiada, estipendiada pelas corporações econômicas estrangeiras.³⁶²

Paulo Schilling, que foi um dos mais próximos e atuantes assessores de Leonel Brizola, explica que:

Esse negócio de imperialismo, até então considerado uma invenção dos comunistas, tornou-se evidente para uma porção considerável do povo brasileiro. Principalmente quando tendo conseguido a utilização da Rádio Mayrink Veiga (à qual somavam várias outras estações que cobriam quase todo o país) Brizola chegou a ter uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas. Expressões como “processo espoliativo” (Brizola evitava usar o vocabulário marxista), “bombas de sucção”, “*reforma agrária*” etc., *passaram a incorporar o reduzido vocabulário das classes mais humildes.*³⁶³ (grifos nossos)

Brizola, como deputado federal apregoava a necessidade de encampações, como nos mostra Maria Celina D’Araújo: “Seguindo o que fora realizado durante seu governo no estado gaúcho, Brizola pregava uma política agressiva de encampações nesses setores estratégicos”³⁶⁴, como luz, telefone, etc.

Seus ouvintes e admiradores, influenciados por suas ideias, também defendiam o nacionalismo. Gelsomino Appi, líder do PTB em Erechim, declarou: “Como nosso chefe pregava o nacionalismo, nós éramos a favor dessa causa”³⁶⁵, demonstrando uma maior ligação com

³⁶² BRAGA, Kenny et al... Op. cit. p. 538.

³⁶³ SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo, 1979. v. 1. p.220.

³⁶⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 57.

³⁶⁵ APPI, Gelsomino apud BALDISSERA, Marli de Almeida. Op. cit., p. 94.

Brizola do que propriamente com um ideal nacionalista. Nos casos que citaram como motivação defender a bandeira nacional, são dois agricultores de Erval Grande, de pouca instrução, para quem o chamamento de Brizola para a “sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional”³⁶⁶ e a solicitação de um conhecido foram motivo para a assinatura na lista do Grupo de Onze.

2.3.7 Outros motivos para a adesão aos Grupos de Onze

Além dos motivos citados, a organização dos Grupos de Onze podia atender aos mais diversos objetivos, não deixando nunca de se conectar a Leonel Brizola, sendo que quatro processos apresentam outros motivos, além dos já relatados, para a formação dos grupos. Italo Baccin, ao explicar o motivo de ter organizado um grupo, declarou que “liderou esse movimento porque achava que seria uma coisa boa” e que fez isso atendendo os apelos feitos pelo deputado federal Leonel Brizola no seu programa de rádio.³⁶⁷ Hugo Barberini, em sua motivação para a participação no movimento demonstrava uma compreensão maior do momento político conturbado do momento, explicando que “pertencia sim mas eu dava apoio ao ex-governo federal um homem eleito pelo povo”,³⁶⁸ apoio a João Goulart contra um golpe militar que pudesse acontecer. Essa chamada constava na cartilha para a organização dos grupos e fazia parte dos discursos de Leonel Brizola, sendo que a “atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier)”³⁶⁹ fazia parte dos fins e objetivos da formação dos Comandos Nacionalistas.

Entretanto, os Grupos de Onze poderiam adquirir os mais diversos objetivos. Walkirio Bicca Figueiredo informou que fazia parte do Comando dos Servidores Públicos (CORSE), movimento do funcionalismo público estadual pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) e que organizou um Grupo de Onze nesse movimento “para panfletar (sic.), elaborar cartazes e a produção e todas as nossas reivindicações”³⁷⁰, dando a entender que o referido grupo serviria, além de “divulgar o Movimento de Resistência a Legalidade”³⁷¹, para reivindicações salariais ou melhorias das condições de trabalho.

³⁶⁶ BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p. 8.

³⁶⁷ Italo Ambrozio Bacin. 18/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 4609-1200/98-7. CEI/APERS.

³⁶⁸ Hugo Barberini. 08/98. Processo Administrativo/Indenização 6585-1200/98-7. CEI/APERS.

³⁶⁹ BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. 29 nov. 1963. Acervo de folhetos do Centro de Documentação sobre AIB e PRP – Guia de Fontes – 47. p. 8.

³⁷⁰ Walkirio Bicca Figueiredo. 22/04/98. Processo Administrativo/Indenização 2906-1200/98-9. CEI/APERS.

³⁷¹ Walkirio Bicca Figueiredo. 22/04/98. Processo Administrativo/Indenização 2906-1200/98-9. CEI/APERS.

Temos o caso de Aurélio de Marchi que afirmou que “em Ijuí organizei um grupo de 11 pessoas (Grupo dos Onze – pessoas de confiança e de mesmos ideais políticos) cuja missão era defender a integridade física do Dep. Beno Orlando Burman”³⁷², dando aos membros grupos a função de guarda-costas de um deputado, sendo a função do grupo muito diversa das expectativas de melhorias ou reformas.

Nesse capítulo abordou-se as motivações apresentadas pelos requerentes à indenização por perseguição política para sua adesão aos Grupos de Onze. Desejo de obter um pedaço de terra com a reforma agrária e apoio às reformas de base, ser do PTB, ser convidado por pessoa conhecida e de confiança e/ou porque receberam benefícios do governo na gestão de Brizola e poderiam receber novamente, foram as motivações, que embasadas na forte admiração ao político rio-grandense, foram relatadas para a formação e adesão aos Comandos Nacionalistas. Infere-se que elas estão imbricadas entre si, pois Brizola representava no momento a liderança para onde convergiam os anseios de mudança e, com sua retórica inflamada e agressiva, representava, a ala esquerdista radical. Conforme Ferreira, “o nome de Brizola passou a significar o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes”.³⁷³ Observa-se que na prefeitura de Porto Alegre e principalmente no governo do estado, Brizola contemplou necessidades básicas da população – saneamento básico, escolas, energia elétrica – e, além de ter tido iniciativas bem sucedidas de reforma agrária e apoiado o MASTER, enfrentou o imperialismo norte-americano ao encampar empresas de energia elétrica e de telefonia, subsidiárias das empresas *Bond and Share* e da *International Telephone and Telegraph (ITT)*. Além disso, liderou movimento em prol da posse de Goulart, saindo-se vitorioso. Ainda, na sua atuação no Congresso Nacional, lutava pela realização das reformas de base, especialmente a agrária, não poupando críticas aos conservadores e pressionando o presidente Goulart, seu cunhado, a tomar medidas efetivas em prol dessas reformas. Então, ao chamamento do político rio-grandense, para uma mobilização popular que pressionasse o Congresso a votar favoravelmente à reforma agrária e também, evitar um golpe que derrubasse o governo democraticamente eleito e alçado ao mais alto cargo do país pela força do povo, houve ampla adesão. Ao mesmo tempo que buscavam responder ao chamamento do líder, os envolvidos com os Grupos de Onze companheiros, tinham expectativas na realização das reformas, especificamente a reforma agrária, sendo que buscavam também benefícios pessoais através

³⁷² Aurelio de Marchi. s/d. Processo Administrativo/Indenização 2723-1200/02-3. CEI/APERS.

³⁷³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 288.

dessa participação política. É a escala macro refletindo no micro, onde, muitas vezes, os possíveis ganhos em escala local importavam mais do que a mudança preconizada em nível nacional.

3 QUEM SÃO ELES?: O PERFIL DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

Este capítulo analisa os 440 processos de pedido de indenização por perseguição política feitos à Comissão Especial de Indenização selecionados por se relacionarem com os Grupos de Onze, procurando traçar um perfil das pessoas que aderiram a esse movimento popular.

A Operação Limpeza, ou o primeiro ciclo de repressão teve como objetivo expurgar os elementos politicamente ligados ao governo João Goulart. A repressão física concentrou-se em militares, trabalhadores e camponeses.³⁷⁴ No contexto regional teve como alvo os simpatizantes de Leonel Brizola militantes do PTB e principalmente os membros dos Grupos de Onze, o que vai amenizar mas não desaparecer nos anos seguintes. Muitos foram presos e torturados, porém nem todos foram processados na Justiça Militar. O *Projeto Brasil Nunca Mais* identifica apenas três processos da Auditoria Militar de Santa Maria referentes à formação dos Grupos de Onze, sendo que somente no Alto Uruguai foram presas mais de 200 pessoas.³⁷⁵ Passaram por interrogatório, provavelmente responderam a Inquéritos Policiais Militares, mas da região apenas três processos foram encaminhados à auditoria militar de Santa Maria.³⁷⁶

O ordenamento da sociedade dentro dos valores da sociedade ocidental capitalista e cristã³⁷⁷ necessitava de constante vigília e do expurgo dos elementos desvirtuadores, papel desempenhado pelo DOPS, órgão que tinha como um dos principais objetivos “bloquear a heterogeneidade de pensamento, procurando silenciar aqueles que eram considerados ‘potencialmente perigosos’³⁷⁸, e era parte integrante do projeto político do Estado. Apesar de ter sido criado em 1937, no Estado Novo, foi com a implantação da ditadura de 1964 que suas diretrizes passaram a acompanhar as proposições da Doutrina de Segurança Nacional.³⁷⁹

³⁷⁴ ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis...*p. 56. Ver também ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

³⁷⁵ Ver: BALDISSERA, Marli de Almeida. Op. cit.

³⁷⁶ Os três processos relativos à formação de Grupos de Onze que foram julgados na Auditoria Militar de Santa Maria são o de nº 1968 de Machadinho, em 9 de outubro de 1964, com dez denunciados como “cabeças” de Grupos de Onze; o de nº 1964 de Mariano Moro, em 24 de dezembro de 1964, com três denunciados e o terceiro processo era da cidade de São Valentim, em 13 de agosto de 1966, com onze denunciados. ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis...* p. 118 a 125.

³⁷⁷ Ver: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1967.

³⁷⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira*. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. p.1. http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em 05/02/2016.

³⁷⁹ FERNANDES, Ananda Simões. Arquivos Repressivos da Polícia Política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social no Rio Grande do Sul. II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai. (2 : 2013 : 24 a 27 abr. Porto Alegre, RS). *Anais* [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. pp.269-276. p. 271. <http://www.apers.rs.gov.br/>.

DOPS/RS era vinculado à Secretaria de Segurança Pública e localizado em Porto Alegre e tinha a função de exercer as ações de polícia política nesse estado. O controle do interior do estado era feito através das chamadas Seções de Ordem Política e Social (SOPS), que recebiam e enviavam informações diárias ao DOPS. Havia unidades do SOPS nas Delegacias Regionais de Polícia de Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Livramento, Osório, Palmeiras das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Jerônimo, São Leopoldo, Soledade, Taquara e Três Passos.³⁸⁰

Os arquivos do DOPS/RS foram incinerados em 1982, ordem emitida pelo então governador do estado, José Augusto Amaral de Souza (1979-1983), logo após a extinção do órgão.³⁸¹ No entanto, as documentações de algumas SOPSs foram preservadas e encontram-se disponíveis para consulta no Acervo da Luta contra a Ditadura, instituição criada em 1999 por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia no Brasil³⁸². Assim sendo, em alguns dos processos consta essa documentação produzida na época da prisão, em 1964 ou em anos posteriores, confirmando o relato do perseguido político ou de seus familiares, visto que muitos deles já estão falecidos, ou mesmo pela idade avançada ou por consequências das prisões não tiveram condições de contar o ocorrido. Os processos de pedido de indenização que anexaram a documentação das SOPSs são das cidades de Frederico Westphalen, Erechim, São Luiz Gonzaga, Carazinho, Santa Bárbara do Sul e uma parte dos processos da cidade de Humaitá.

Na tentativa de frear o golpe através da mobilização popular, havendo, conforme informa Luciano Klöckner, um esforço de organização de uma nova Legalidade³⁸³, Brizola buscou, infrutiferamente, organizar os aliados civis e militares, efetuou um chamamento para a

³⁸⁰ Documento elaborado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. AHRS. Porto Alegre.

³⁸¹ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 41

³⁸² Idem. p. 42

³⁸³ Klöckner refere que: “A percepção de que havia uma manobra do Exército e de outras forças políticas fez com que novamente os grupos de apoio a Jango tratassem de esboçar uma reação semelhante a que foi deflagrada em 1961 e entre outros atos estava o de reeditar a Cadeia da Legalidade. [...] Um dos apoiadores do engenheiro Homero Carlos Simon, em 1961, na montagem do estúdio no Palácio Piratini, o técnico em radiodifusão Celso Costa [...] chegou a ser convocado pela equipe de Brizola para montar um posto de transmissão na antiga sede dos Correios e Telégrafos na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre, no dia 31 de março ou 1º de abril. O posto, de acordo com ele, foi preparado e Brizola chegou a fazer um pronunciamento[...] In: KLÖCKNER, Luciano. Op. cit.,p. 7-10.

mobilização³⁸⁴ e clamou pelos Grupos de Onze³⁸⁵, que não apareceram. Apesar da insistência do ex-governador, João Goulart, para evitar uma guerra civil, optou pela não resistência e exílio no Uruguai. A nova ordem vigente tratou de disciplinar a sociedade e punir aqueles que tinham representado – ou poderiam representar – perigo ao padrão secularmente estabelecido ou ao domínio do capitalismo estadunidense na América Latina. Os subversivos precisavam ser penalizados e os membros dos Grupos de Onze estavam entre eles.

Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, as pessoas inscritas nas “listas dos 11” ou de alguma forma a elas implicadas, foram presas e perseguidas logo após a deflagração do golpe civil-militar, mesmo não tendo havido mobilizações ou reação ao golpe.

Durante muito tempo foram considerados subversivos pela sociedade, sendo que o imaginário sobre eles era de grupos guerrilheiros, terroristas, que estariam sendo armados para instaurar a guerra revolucionária no país. Mesmo com a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, que perdoou os crimes políticos, nas comunidades onde se organizaram os grupos e ocorreram as prisões, havia uma aura de medo, de retraimento e de dificuldade de se falar sobre a participação nos Grupos de Onze.

3.1 A LUTA PELA VERDADE

A ditadura militar teve seu término em 1985 e restaurou-se a democracia.³⁸⁶ Apesar disso, muitos fatos que ocorreram no período ditatorial não foram esclarecidos, optando-se por um esquecimento oficial de parte importante de nossa história. Foi preciso um longo processo e até mesmo uma intimação da Corte Interamericana³⁸⁷ para que o Brasil instalasse sua Comissão da

³⁸⁴ O governador Ildo Meneghetti fugira para a cidade gaúcha de Passo Fundo, enquanto em comício em frente à prefeitura de Porto Alegre, a cuja testa estava o prefeito e antigo colega de Brizola, Sereno Chaise, do PTB, no calor dos acontecimentos o Deputado Brizola conclama todos a se mobilizarem contra o golpe. João Goulart preferiu não resistir e optou pelo exílio. Brizola, inconformado, ainda permaneceu. Depois de uma difícil espera no país, na expectativa de rearticular forças, mas ao mesmo tempo buscado em todos os cantos do território nacional, vivo ou morto, já cassado pelo Ato Adicional, em maio o ex-governador foi convencido por seus companheiros de partido a deixar o país. CARRION JÚNIOR, F. *Brizola. Momentos de decisão*. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 49.

³⁸⁵ Um agricultor de Erval Grande, que era praticamente analfabeto, apenas sabia assinar o nome, disse no IPM que “acompanhou pelo rádio o desenrolar da crise e que ouviu o discurso proferido pelo sr. Leonel Brizola, em que o mesmo convocava os componentes dos Grupos dos Onze [para a resistência ao golpe], porém não deu maior importância, pois é colono e cuida somente de seu trabalho”. BALDISSERA, Marli de Almeida. Op. cit., p.84

³⁸⁶ Sobre o período da ditadura militar ver: SOARES Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.; ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam. *1964: do golpe à democracia*. São Paulo: Hedra, 2015.; AARÃO REIS, Daniel. *Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014.

³⁸⁷ O Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund *versus* Brasil (Guerrilha do Araguaia). Na denúncia, a CIDH alegou a responsabilidade do Estado brasileiro pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Verdade e fizesse um reconhecimento público de que o Estado tinha perseguido, torturado e assassinado cidadãos naquela época. Esse fato gerou reações dos meios militares³⁸⁸ e conservadores – aos quais não convém o esclarecimento dos fatos – e discursos de que a criação da Comissão da Verdade representaria revanchismo e/ou vingança.

Apesar de a Lei da Anistia ter tentado jogar no esquecimento as violações aos direitos humanos ocorridos na vigência da ditadura militar, não há esquecimento possível para quem vivenciou momentos dramáticos de tortura e perda de familiares. Mesmo durante a ditadura militar, houve quem conseguisse, mesmo correndo sérios riscos, encontrar brechas no aparato repressor e na censura e acessar documentos secretos, copiar e formar um arquivo denúncia do que acontecia sob as bênçãos dos generais presidentes. O *Projeto Brasil: Nunca Mais*, desenvolvido entre 1979 e 1985, utilizou 707 processos completos e dezenas incompletos, que tramitaram na Justiça Militar brasileira, dando origem a um relatório composto de 12 volumes e

e camponeses, como resultado das ações conduzidas pelo Exército na região entre 1972 e 1975. Ao lado disso, solicitou a responsabilização do Brasil por não ter investigado tais violações, com a finalidade de julgar e punir os respectivos responsáveis, com respaldo na Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, a chamada Lei de Anistia. A Corte determinou que todos, principalmente as famílias das vítimas, têm o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido com relação a essas violações. Por unanimidade a Corte resolveu que o Estado deve: (a) conduzir a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los, determinar os responsáveis e aplicar as sanções cabíveis; (b) realizar todos os esforços com o objetivo de determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a suas famílias; (c) oferecer tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeriram; (d) publicar a sentença no Diário Oficial, o resumo da sentença em jornal de circulação nacional, assim como a íntegra da sentença em meio eletrônico e a publicação da mesma em forma de livro; (e) realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional sobre os fatos do presente caso; (f) continuar com as ações desenvolvidas em matéria de capacitação e implementar, em um prazo razoável, um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas; (g) tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas, em conformidade com os parâmetros interamericanos. Enquanto cumpre com esta medida, o Estado deve adotar todas as ações que garantam o efetivo julgamento e, se for o caso, a punição em relação aos fatos constitutivos de desaparecimento forçado por meio dos instrumentos existentes no direito interno; (h) prosseguir desenvolvendo as iniciativas de busca, sistematização e publicação de toda a informação sobre a Guerrilha do Araguaia, bem como da informação relativa a violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e; (i) pagar indenização por danos morais e materiais às vítimas. CEIA, Eleonora Mesquita. A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Desenvolvimento da Proteção dos Direitos Humanos no Brasil. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-mar. 2013. p. 124, 127, 128. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_113.pdf. Acesso em 28/01/2016.

³⁸⁸ As reações ao Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) começaram nos setores militares. O então Ministro da Defesa Nelson Jobim escreveu uma carta de demissão e procurou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para entregar o cargo. Solidário a Jobim, os três comandantes das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) decidiram que também deixariam os cargos se a saída de Jobim fosse consumada. A essas reações se seguiram as dos ruralistas, dos donos da imprensa, de grupos católicos, entre outros. OLIVEIRA, Gabriela Goergen de. *Comissão Nacional da Verdade: a busca pela concretização da Justiça de Transição no Brasil*. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/gabriela_oliveira.pdf. Acesso em 04/02/2016. Logo após a assinatura do decreto presidencial, os comandantes do Exército, Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, Juniti Saito, ameaçaram pedir demissão caso os trechos que instituem a Comissão da Verdade não fossem revogados. Eles teriam declarado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, que o plano seria “insultuoso, agressivo e revanchista” contra as Forças Armadas. Jobim também teria ameaçado deixar o governo, alegando não ter sido consultado sobre o trecho em questão. In: <http://pndh3.com.br/clipping/entenda-a-polemica-sobre-a-comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em 28/02/2016

aproximadamente 5.000 páginas e o livro *Brasil Nunca Mais*, publicado pela editora Vozes em 1985.³⁸⁹ O jornalista Márcio Moreira Alves, já em 1966 publicava um livro denunciando as torturas praticadas imediatamente após a instauração do regime militar, salientando a falta de necessidade da prática do terrorismo de Estado, visto que não houve reações ao golpe civil-militar.³⁹⁰ Porém, as torturas, vistas no momento como *excessos de patriotismo*, foram institucionalizadas e praticadas de forma obscura durante todo o período do governo militar, tendo seu ápice com o Ato Institucional nº 5 - AI-5, que, segundo Maria Helena Moreira Alves, abriu o caminho “para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional”³⁹¹, resultando em centenas de exilados, mortos e/ou desaparecidos políticos, sem que a sociedade soubesse realmente o que estava acontecendo.

Apesar de lento, há um processo da busca pela verdade e o direito à memória, pelo qual perseguidos políticos, familiares e entidades ligadas aos direitos humanos nunca deixaram de lutar, seja através da publicação de livros de memórias e/ou de pressão aos governos pelo reconhecimento dos danos causados aos envolvidos em particular e, por conseguinte, à toda a sociedade, ao não se permitir o acesso às informações e à verdade.

Dos 1.678³⁹² processos que entraram com pedido de indenização por perseguição política, 382 processos fazem referência direta aos Grupos de Onze, número que não contempla a totalidade de pessoas que foram envolvidas na formação dos Comandos Nacionalistas no Rio Grande do Sul, em razão de que algumas pessoas continuaram na militância, participando posteriormente de grupos de resistência e/ou luta armada, tendo prisões por outros motivos. Nesses casos o pedido de indenização por perseguição política não foi a partir da participação dos Grupos de Onze. Cita-se como exemplos o Coronel Pedro Neme³⁹³, que foi convidado por Leonel Brizola para organizar e chefiar os grupos no estado do Rio Grande do Sul e seu processo não refere os Grupos de Onze. Ele entrou com pedido de indenização por uma série de outras

³⁸⁹ O projeto “A” está dividido em: TOMO I – O Regime Militar; TOMO II – Vol.1 – A pesquisa BNM (os instrumentos de pesquisa e a fonte); Vol.2 – Os atingidos; Vol. 3 – Os funcionários; TOMO III – Perfil dos atingidos; TOMO IV – As leis repressivas (A repressão excedendo a lei e a estrutura repressiva); TOMO V Vol.1 A tortura; Vol. 2 – A tortura; Vol. 3 – A tortura; Vol. 4 – Os mortos; Tomo VI – Vol. 1 – Índice Anexo (arquivo de material apreendido); Vol.2 – Os inventários anexos. Os livros do Projeto A estão disponíveis na página do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/brasil-nunca-mais/>. O projeto B: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

³⁹⁰ ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <http://www.marciomoreiraalves.com/livro.1966.htm>. Acesso em 10/12/2015

³⁹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p.162.

³⁹² No Catálogo Resistência em Arquivo organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul constam 1.678 processos administrativos indenizados para os anos de 1961 a 1979, apesar de referenciar na introdução que constam 1704 processos.

³⁹³ NEME, Coronel Pedro apud BALDISSERA. Op. cit.

prisões.³⁹⁴ Valdetar Dorneles³⁹⁵, que foi integrante e organizador de grupos, mas que esteve por quatro anos na prisão por participar de um levante em Três Passos em 1965. Assim como os acima citados, há outros casos de pessoas que organizaram Grupos de Onze, mas que não enviaram a lista para Brizola, ficando desconhecido o fato de sua participação na formação deles.³⁹⁶ Além disso, no cruzamento de fontes, encontramos muitos nomes que são relatados como integrantes dos Grupos de Onze, mas nos processos de indenização consta prisão por subversão e/ou comunismo. Vale constar que nem todos os que foram presos e sofreram maus tratos entraram com processo pedindo indenização.³⁹⁷

Após filtrar esses 382 processos, três foram excluídos: dois pela organização do Grupo de Onze e a prisão terem ocorrido no estado de Santa Catarina e um por ser um filho de um membro do Grupo que ainda estava sendo gestado, sofrendo consequências, mas não estando ligado diretamente à formação dos grupos. A esses processos foram acrescentados 61, por estarem com seu nome presentes nos IPMs como membros e/ou chefes de grupos, serem apontados por testemunhas ou nos depoimentos como envolvidos com os grupos, totalizando 440 processos para a análise que segue.

³⁹⁴ Por ser amigo de Brizola, o Cel. Neme foi constantemente vigiado, tendo prisões em diversas ocasiões. SPI 6229 – 1200/98-2

³⁹⁵ Entrevista à autora em 20/11/2014. No caso de Valdetar Dorneles, por estarem ainda formando grupos e esperando para mandar as listas todas juntas, foram por ele destruídas por ocasião do golpe civil-militar, ficando desconhecidos os participantes nas listas e o fato de delas terem participado. Ele afirmou estar com 18 listas de Grupos de Onze.

³⁹⁶ Esse é o caso de Gelsomino Appi, de Erechim, que tinha organizado uma lista de Grupo de Onze, mas ciente do momento delicado que se vivia na época, aguardou os acontecimentos, destruindo a lista com a ocorrência do golpe. Ver: BALDISSERA. Op. cit. Felipe Vargas Fonseca, em sua análise da formação de Grupo de Onze em Dom Pedrito afirma que a primeira lista, em 1963/64 não foi enviada para Leonel Brizola. FONSECA, Felipe Vargas da. O Grupo de Onze Companheiros em Dom Pedrito/RS: da formação à tentativa de resistência (1963-1965). BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). *O PTB do Rio...* p. 298-324.

³⁹⁷ Cláudio Damião Braun, em sua dissertação de mestrado pesquisou os Grupos de Onze em Carazinho, onde foram formados 20 a 25 grupos. Cita que foram presas 40 pessoas e foram localizados apenas 15 Processos Indenizados oriundos de Carazinho. Ressalta-se que os envolvidos podem ter entrado com pedido de indenização sem ter mencionado como motivo da prisão a participação nos Grupos de Onze. Porém, se os dados elencados por Braun conferem, teríamos pelo menos 20 chefes de grupos, que eram os mais visados, e mais de 200 pessoas que teriam seus nomes contando nas listas. E, um dos entrevistados por Braun, Luiz Ramos, não consta na lista dos Processos de Pedido de Indenização por Perseguição Política. BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit. No ofício 230/64 do SOPS Erechim: *Rol de elementos que responderam inquéritos e foram alvos de sindicâncias, componentes de grupos dos “onze” e estiveram detidos no período de revolução iniciada em 31 de março de 1964*, consta uma lista com o nome de 156 pessoas da região Alto Uruguai presas no presídio de Erechim logo após o golpe civil-militar, com a data de entrada e saída da prisão. Dessa lista 54 não entraram com processo pedindo a indenização por perseguição política. SOPS/E.1.2.92.31. Além desses, Antônio de Almeida e José Miguel Filho, acusados de serem mentores dos Grupos de Onze no Município de Torres, sendo processados na 1ª Auditoria da III Região Militar, não constam nos processos pedido de indenização por perseguição política. BALDISSERA. Op. cit., p. 137. Temos ainda o caso de Sérgio Gonzalez, publicitário, jornalista e designer; coautor de *Um brasileiro chamado Brizola: tempos de luta*, que participou dos Grupos dos Onze de Porto Alegre e não tem processo de indenização.

3.2 O PERFIL DOS MEMBROS DOS GRUPOS DE ONZE

Num contexto de ampla participação popular, de expectativa de reformas e de luta pela realização de uma reforma agrária no país, da qual Leonel Brizola era um dos principais representantes, houve uma mobilização de milhares de pessoas que, ao chamamento radiofônico desse líder político, passaram a organizar Grupos de Onze nos mais diversos recantos do estado. A pesquisa realizada na região Alto Uruguai demonstrou uma maioria agricultores, sendo que havia um percentual mínimo de participantes de outras profissões, predominância masculina, sendo que a formação dos grupos havia sido feita de forma espontânea, mais pela admiração a Leonel Brizola do que pelo vínculo partidário.

No âmbito estadual, para traçar o perfil das pessoas que formaram Grupos de Onze nos anos de 1963 e 1964, em âmbito estadual, sofrendo, por esse fato, perseguição, prisão e/ou tortura e entraram com pedido de indenização utilizou-se os dados fornecidos pelos requerentes no preenchimento da *Requisição para solicitar os benefícios da Lei nº 11.042 de 18/11/97* (Anexo 1), onde consta: nome, data de nascimento, naturalidade, profissão (da época que sofreu a perseguição), estado civil, endereço e número de documentos. Além desses dados, fez-se uma busca do local onde a pessoa morava no ano de 63/64 ou onde ela foi envolvida pelos acontecimentos, visto haver um movimento migratório e emancipação de alguns municípios, permitindo mapear com mais precisão os locais de maior ocorrência dos Grupos de Onze. Esses dados da requisição foram comparados com o relato do requerente ou dos familiares, quando o mesmo é falecido, e com os documentos dos IPMs, folhas de inquirição às testemunhas, quando constam no processo.

Observou-se alguma discrepância quanto aos dados apresentados. Muitas pessoas preencheram com os dados do momento de ajuizamento do processo, sendo que nem sempre a pessoa ficou morando no mesmo lugar do acontecimento ou permaneceu na mesma profissão. Em vários casos em que os filhos ou viúvas pedem a indenização – dos 440 processos analisados, 256 pedidos de indenização foram feitos pelo próprio perseguido político e 184 pedidos, foram por seus familiares – o preenchimento da ficha foi com os dados da pessoa que está entrando com o pedido, constando apenas o nome do perseguido político. Mesmo realizando um cruzamento de informações não foi possível elencar satisfatoriamente todos dados do envolvido com os grupos. Em onze processos, a data de nascimento informada era a do familiar que entrou com o processo, sendo possível identificar ou aproximar a idade pelos IPMs a que os envolvidos foram submetidos. Entretanto, em um dos processos não encontrou-se nenhum documento que

identificasse a idade. Também em dez processos não foi possível identificar a profissão exercida pelo envolvido com os grupos.

Procurou-se extrair dos processos a situação da pessoa em questão no ano de 1964, ano do golpe civil-militar e momento que o foco da repressão era os membros dos Grupos de Onze. Os dados analisados nesse capítulo são: gênero, idade, profissão, vinculação partidária ou se declara ser participante do Grupo de Onze, estado civil, local onde morava quando participou da formação do grupo, religião e grau de instrução.

3.2.1 Gênero

A ideia de que “política é coisa de homem” está incorporada à sociedade brasileira. Mesmo adquirindo o direito de voto pela Constituição de 1934, a mulher geralmente seguia o que era indicado pelo marido, tendo um papel secundário ou subalterno nessas questões. Aparentemente os Grupos de Onze também foram coisa de homem.³⁹⁸ Na pesquisa feita na região Alto Uruguai não havia sido localizada nenhuma participação feminina. Depoimentos do Laboratório de História Oral da Universidade Franciscana, na cidade de Santa Maria, apontavam que havia nomes de mulheres nas listas, mas seriam senhoras de mais de 70 anos, que os organizadores, petebistas fanáticos colocavam o nome de suas mães e também de seus filhos pequenos, para completar os onze nomes. No estudo feito sobre os Grupos de Onze no município de Frederico Westphalen, Elenice Szatkoski relata apenas a participação de homens nos grupos. Tânia dos Santos Tavares, em sua dissertação de mestrado *Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*, cujo foco é o Rio de Janeiro, não há menciona nenhuma participação feminina nos grupos. Em sua dissertação de mestrado, *Ecos da resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964)*, Diego Pacheco não relata qualquer participação feminina. Eram os homens que participavam da política, se preocupavam com o sustento do lar e sabiam o que era bom para a família, até determinando em quem a mulher votaria.³⁹⁹ Ridenti,

³⁹⁸ Na pesquisa feita na região Alto Uruguai, não havia sido localizada nenhuma participação feminina na constituição dos Grupos de Onze, sendo apenas localizado um depoimento no Laboratório de História Oral do Centro Universitário Franciscano, em Santa Maria, que relatava que pessoas afoitas em preencher os onze nomes das listas dos grupos, colocavam o nome das mães, sendo que havia uma grande quantidade de senhoras velhinhas de mais de 70 anos, e inclusive de crianças, com 1, 2, 3 anos. BALDISSERA, Marli de Almeida. Op. cit., p. 78. No estudo feito sobre os Grupos de Onze no município de Frederico Westphalen, Elenice Szatkoski relata apenas a participação de homens nos grupos. Ver: SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze....* A análise de Claudio Damião Braun, sobre Carazinho, não refere a participação de mulheres. Ver: BRAUN, Cláudio Damião. Op. cit.

³⁹⁹ Uma situação ocorrida no contexto familiar, no ano de 2000, mostra que essa é uma situação que ainda perdura. Conversando sobre eleições com minha ex-sogra, uma senhora de 60 anos de idade na época, seu marido irritou-se e me disse em alto e bom tom: “aqui em casa, quem decide em quem se vota sou eu!”

em seu estudo sobre a esquerda brasileira pela sua composição social, a partir dos dados do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, verificou a participação masculina como predominante, sendo que “os grupos nacionalistas, em geral, contaram com poucas mulheres em suas fileiras, antes ou depois de 1964, fossem eles armados ou não: nenhuma mulher foi processada por ligação com os Grupos de Onze em 1964.”⁴⁰⁰ Mas, no caso, não ser processada não significava exatamente não ser presa, sofrer humilhações e constrangimentos e ser mantida em prisão domiciliar, como relatam as envolvidas com os grupos.

Na análise dos 440 processos em questão, a participação masculina é majoritária, sendo que aparecem apenas 12 mulheres, num total de 3% de participação feminina. Analisou-se mais detalhadamente essa participação feminina por ser um grupo menor e se destacar dentro de um universo predominantemente masculino.

Tabela 1 – Mulheres vinculadas aos Grupos de Onze

Nº	Nome	Profissão	Idade	Estado civil	Grau de Instrução	Vinculação Política
1	Albina Bérghamo Magalhães	Agricultora/ Do lar	35	Casada	Primária	PTB e G11
2	Elvira Regina Burkoski	Agricultora/ Do lar	24	Casada	n/i	PTB
3	Helena Burkoski	Agricultora/ Do lar	45	Casada	Sabe assinar o Nome	PTB
4	Iracema da Silva Cezar	Agricultora/ Do lar	24	Casada	n/i	G11
5	Irene da Silva Pinho	Professora	28	Casada	Secundária, provavelmente curso Normal	PTB e G11
6	Maria Stein Goulart	Costureira	53	Solteira	n/i	G11
7	Natalia Burkoski	Agricultora	20	Solteira	n/i	PTB
8	Nelsi Teixeira Peretto	Do lar	28	Solteira	n/i	PTB
9	Olga Soares dos Santos	Agricultora	32	Casada	n/i	G11
10	Tabea Bar Kitzman	Agricultora/ Do lar	17	Casada	Alfabetizada	Sem vinculação
11	Perpetua Oliveira Santos	Do lar	57	Casada	n/i	PTB
12	Universina Azambuja de Souza	Agricultora	51	Casada	n/i	G11

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Essa participação feminina pode parecer irrelevante em termos quantitativos, mas dá indícios de participação na política, demonstrando que as mulheres não estavam alheias aos acontecimentos e, assim como os homens, tinham interesse na realização das reformas e estavam

⁴⁰⁰ RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 198.

dispostas a ter uma atuação ativa na mobilização em prol da sua realização. O filho de Universina Azambuja de Souza, assumindo que ele e a mãe faziam parte de um Grupo de Onze, asseverou que a mãe era uma líder da luta pela reforma agrária.⁴⁰¹ Albina Bérghamo Magalhães, na época estava separada e assinou a lista por conta própria. O caso de Albina é *sui generis*, pois seu nome consta na lista de presos no presídio de Erechim no ano de 1964 com o nome de Albino Bérghamo, sendo computado como homem.⁴⁰² Aliás, várias mulheres foram presas na região, mas nessa lista consta apenas uma: Perpetua Oliveira dos Santos, da cidade de Viadutos, mesmo sendo citado no IPM a prisão de outras mulheres.⁴⁰³

No processo de Selomar de Souza, de Tuparendi – no mesmo grupo de Universina e Iracema, foi citado o nome de Edite Souza, que não possui processo de indenização.⁴⁰⁴ Da mesma forma, Walkirio Bicca Figueiredo, de Porto Alegre, em seu depoimento confessou ter organizado “Grupo dos 11” e cita como componentes o nome de três mulheres: Eloiza, Telma e Rosa, sem citar o sobrenome.⁴⁰⁵ Ainda, Dorvalino Lunardi, de Sananduva, contou que assinou como chefe do grupo, “constando entre os onze, sua esposa, o Sr. Vitorio Debarba e esposa”⁴⁰⁶ e José Scjmidtkka, de São Valentim, em depoimento consta no processo de Adalberto Moresco, explicou que ele e sua esposa assinaram.⁴⁰⁷ Esses depoimentos apontam para uma participação feminina maior do que está demonstrado nos processos.

Tabea Bar Kitzman não assinou a lista, mas foi envolvida porque o marido e o sogro assinaram. As demais mulheres, assinaram e confirmaram sua participação nos Grupos de Onze e sua vinculação com o PTB, assumindo uma postura política partidária e participação ativa nos acontecimentos políticos do momento. Consequentemente, também sofreram prisões e perseguições. Não se tem indícios de nenhuma mulher organizadora de Grupo de Onze.

⁴⁰¹ Selomar de Souza. 24/09/2002. In: Universina Azambuja de Souza. Processo 2878-1200/02-4. Processo Administrativo/Indenização. Comissão Especial de Indenização. APERS.

⁴⁰² Não foi identificado se essa troca de nomes foi um erro ou foi proposital. Apesar de anexar vários testemunhos de que ela foi presa e de os dados do IPM conferirem com seu depoimento, Albina Bérghamo Magalhães não conseguiu provar perante à Comissão se tratar da mesma pessoa que aparece na lista como Albino Bérghamo e não conseguiu a indenização. Processo Administrativo/Indenização 6580-1200/98-3. CEI/APERS.

⁴⁰³ No processo de Antonio Bandurka consta um Relatório de 15 de maio de 1964, feito por Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia, de Erechim, nos seguintes termos: “Passo a relatar mais um inquérito policial relacionado com a constituição dos denominados “GRUPOS DE 11” [...]. VERIFICA-SE QUE o maior responsável é o ferroviário – MANOEL ARLINDO DE VARGAS que, lá comparecendo, formulou promessas vãs, mas vencedoras, a ponto de fazer com que a maioria desse (sic.) grupo assinasse, inclusive mulheres [...]”, citando na lista dos onze elementos ELVIRA BORKOSVSKI, HELENA BORKOVSKI E NATÁLIA BORKOVSKI. Antonio Bandurka. 15/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9. CEI/APERS.

⁴⁰⁴ Selomar de Souza. 18/08/2005. Processo Administrativo/Indenização 2848-1200/02-9. CEI/APERS.

⁴⁰⁵ Walkirio Bicca de Figueiredo. 22/04/98. Processo Administrativo/Indenização 2906-1200/98-9. CEI/APERS.

⁴⁰⁶ Dorvalino Lunardi. 26/06/1964. Processo Administrativo/Indenização 2845-1200/98-5. CEI/APERS.

⁴⁰⁷ José Scjmidtkka. 15/04/1965. In: Adalberto Moresco. Processo Administrativo/Indenização 4735-1200/98-0. CEI/APERS.

Cita-se também o caso de uma senhora católica, agricultora, viúva, que não consta processo de pedido de indenização em seu nome, mas é citada no IPM de Humaitá, tendo sofrido interrogatório por ter cedido sua casa para que ali se realizasse uma reunião para a formação de um Grupo de Onze.

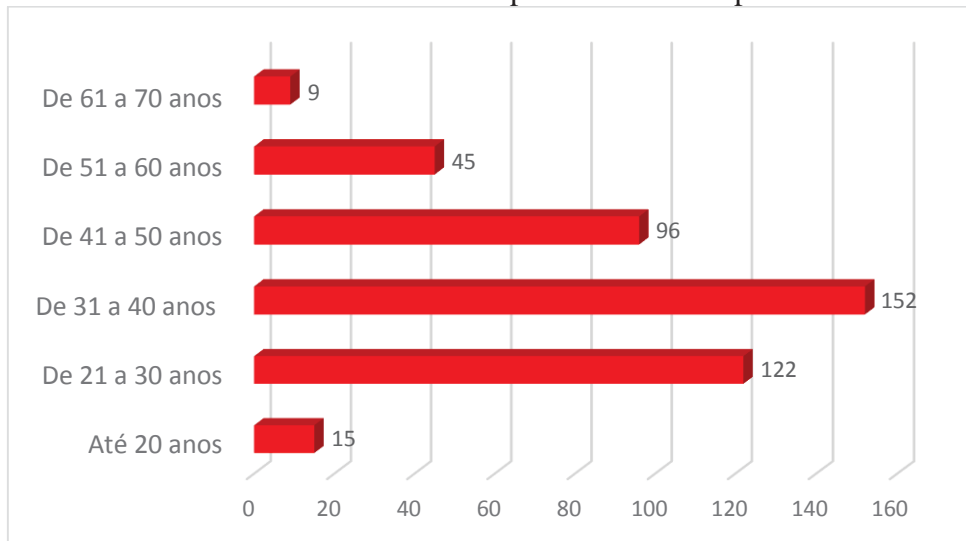
Há possibilidade que em outros estados tenha havido participação feminina a ser revelada após acesso a novas fontes e estudo apurado, como é o caso da região Alto Uruguai, de onde provêm seis processos de indenização de mulheres perseguidas sob a acusação de participar dos Grupos de Onze. Porém, como será demonstrado no quinto capítulo dessa tese, a atuação política das mulheres foi no seio familiar, como pilares de resistência às vicissitudes, com relevante papel na coesão e manutenção da família. Às mulheres coube assumir o sustento da casa, o cuidado com os filhos e com o marido traumatizado/debilitado, desenvolvendo estratégias de sobrevivência nos anos que se seguiram à prisão dos envolvidos com os Grupos de Onze.

3.2.2 Idade

Mesmo que não se possa determinar o grau de consciência política das pessoas que formaram os Grupos de Onze, a vontade de participar e de pressionar pela efetivação das reformas de base no Brasil atingiu indivíduos de todas as idades. O hábito de ouvir Leonel Brizola no rádio junto com a família e/ou amigos oportunizava o conhecimento daquilo que o político apontava como problemas sociais, entre eles, a reforma agrária. Em alguns locais, como relatado por Valdetar Dornelles, da cidade de Três Passos, era mesmo um evento social, pois a comunidade local se reunia nas sextas à noite, os homens assavam churrasco, as mulheres levavam quitutes e os rapazes e as moças aproveitavam para namorar. Pessoas de todas as idades ouviam as pregações de Brizola e ficavam debatendo as propostas do líder político.⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ Valdetar Dornelles. Entrevista à autora em 20/11/2014.

Gráfico 3 – Faixa etária dos componentes dos Grupos de Onze



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Observa-se que a faixa etária predominante nos envolvidos com os Grupos de Onze que ajuizaram processo para pedido de indenização é 31 a 40 anos, com 34,5%, seguido da faixa etária de 21 a 30 anos, com 27,7% e uma participação significativa de pessoas da faixa de 41 a 50 anos, 21,8%.

Marcelo Ridenti, na obra *O fantasma da revolução brasileira*, analisando a esquerda estudantil afirma que “antes de 1964, as esquerdas arregimentavam pessoas proporcionalmente mais velhas do que na conjuntura imediatamente posterior”⁴⁰⁹, revelando que, dos 94 processados por vinculação aos Grupos dos Onze elencados no *Projeto: Brasil Nunca Mais* (BNM), as idades predominantes eram maiores de 36 anos (60,6%) e com mais de 41 anos (44,7)⁴¹⁰. No caso do Rio Grande do Sul, o número de pessoas na faixa etária até os 20 de idade é pequeno, 15 pessoas, mas tomando como referência 35 anos de idade, a mesma que Ridenti utilizou, a percentagem é de 48,8% para mais jovens e 50,0% para mais velhos, sendo que há uma diferença de apenas 10 pessoas a mais para o grupo dos mais velhos, ou seja, 215 versus 225. Não foi possível identificar a idade de uma pessoa. Em seu estudo sobre a formação de Grupos de Onze em Santa Catarina, Diego Pacheco também observou uma ampla variação etária, indo dos dezessete aos setenta e nove anos, sendo os grupos compostos no geral, de indivíduos de meia idade (mais de quarenta anos). O autor infere que,

⁴⁰⁹ RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p.119.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*.

em sua maioria, os membros dos grupos dos onze viveram as suas experiências de formações políticas durante o processo de criação do trabalhismo em nível nacional. Essa média etária sugere que a maioria dos participantes cresceu durante o governo Vargas, tendo sua maturidade política formada, basicamente, no período ditatorial do ex-presidente. Em grande parte, portanto, sofreram influência, ou mesmo tiveram participação, no processo de nacionalização do petróleo. Tiveram experiências em comum sendo partícipes da chamada *Geração do Petróleo é nosso*.⁴¹¹

Essa conclusão de Pacheco pode ser estendida para os membros dos Grupos de Onze do Rio Grande do Sul, pois temos 150 pessoas na faixa etária acima dos quarenta anos, e mesmo para os mais novos, que estavam fora da chamada *Geração do Petróleo é nosso*, eram influenciados por Getúlio Vargas, cuja imagem era constantemente evocada por Leonel Brizola, que se utilizava da Carta Testamento como base para sua atuação política. Entretanto, no Rio Grande do Sul, o episódio da Legalidade e as iniciativas de reforma agrária feitas durante a gestão de Brizola no governo do Estado, aliadas à sua atuação em prol da realização das reformas como deputado federal exerceram maior influência para a adesão a esse mobilização popular. Independentemente da idade, a bandeira das reformas de base repercutia em toda a população. Todos poderiam se mobilizar e as mudanças pareciam estar ao alcance da mão, bastando a assinatura em uma lista.

3.2.3 Profissão

Os discursos de Leonel Brizola se dirigiam principalmente às classes populares, esclarecendo expressões como *imperialismo*, *espoliação*, e sobre a necessidade da reforma agrária para diminuir as desigualdades no país. De acordo com Schilling, no período que Brizola era deputado federal chegou a formular uma nova ideologia: o “nacionalismo popular revolucionário”⁴¹² ou, conforme Ferreira, foi a radicalização do nacionalismo.⁴¹³

É inegável que Brizola detinha um poder carismático⁴¹⁴, demonstrado no movimento da Legalidade. Além disso, havia exercido mandato de deputado estadual, em 1947, foi reeleito mas assumiu o cargo de secretário estadual de Obras Públicas do governador Ernesto Dorneles, em

⁴¹¹ PACHECO, Diego. *Ecos da resistência...* p. 126.

⁴¹² SCHILLING, Paulo. Op. cit., 233.

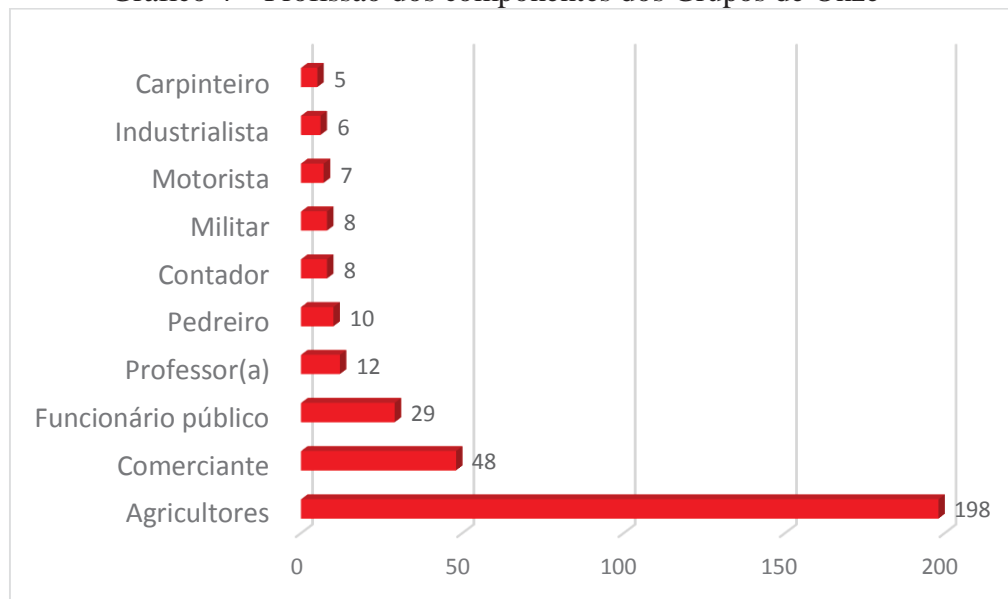
⁴¹³ FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

⁴¹⁴ A dominação carismática é um tipo de apelo que se opõe às bases da legitimidade da ordem estabelecida e institucionalizada. O líder carismático, em certo sentido, é sempre revolucionário, na medida em que se coloca em oposição consciente a algum aspecto estabelecido da sociedade em que atua. Para que se estabeleça uma autoridade desse tipo, é necessário que o apelo do líder seja considerado legítimo pelos seus seguidores, os quais estabelecem com ele uma lealdade do tipo pessoal. WEBER, Max. Textos selecionados. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. XXII.

1952. Foi eleito deputado federal em outubro de 1954 e em 1955 prefeito de Porto Alegre. Em 1958 elegeu-se governador do Rio Grande do Sul e em 1962 eleito deputado federal pelo estado da Guanabara.⁴¹⁵ Ou seja, desde 1947, o político mantinha-se em evidência, numa trajetória ascendente, ultrapassando o âmbito regional e chegando ao nacional e, algumas de suas ações, tiveram repercussão internacional. Sua capacidade de liderança era incontestável. Entretanto, essa adesão aos grupos, como foi analisado no capítulo anterior, também se conecta com motivações particulares. As pessoas se movimentam a partir de seus interesses, que podem ser poder, prestígio, bem estar familiar, melhorias econômicas, etc. Esses interesses podem estar relacionados com a posição que ocupam na sociedade, com a profissão que exercem ou a ocupação à qual se dedicam. Assim, conhecer as profissões dos que atenderam o chamamento de Brizola pode nos auxiliar a entender as suas motivações para formarem os tais grupos.

Os envolvidos com os grupos eram das mais diversas profissões, sendo, para fins de melhor entendimento, analisadas de acordo com o número que se apresentam. O gráfico a seguir, compondo-se das profissões com número igual ou superior a cinco, foi elaborado com base nos dados fornecidos pelos requerentes nos processos de indenização e/ou constantes nos IPMs a que foram submetidos em 1964. Salientamos que há algumas diferenças com o que consta no *Catálogo Resistência em Arquivo*, visto que alguns requerentes preencheram a ficha inicial com a profissão daquele momento ou simplesmente como *aposentado*, ou ainda, pelo perseguido político já ter falecido não constar nenhum dado e, pela leitura dos depoimentos do requerente ou das testemunhas, foi possível identificar a profissão, menos, como citado, em 10 casos.

⁴¹⁵ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/leonel_brizola. Acesso em 14/02/2016

Gráfico 4 – Profissão dos componentes dos Grupos de Onze⁴¹⁶

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Os números demonstram uma predominância de agricultores na composição das listas dos Grupos de Onze, totalizando 45%. Contudo, há casos de pessoas que exerciam outras profissões e também trabalhavam com a agricultura, a saber: um advogado que também era criador e agricultor, quatro comerciantes e agricultores, um motorista e agricultor, um barbeiro e agricultor, um professor e produtor rural. Adicionando os três que se identificaram como agropecuaristas, somam 209 pessoas, ou seja, 47,5% tinham interesse direto na questão da terra e na reforma agrária. Atenta-se para o fato de que a grande massa de agricultores era gente humilde, pequenos proprietários ou posseiros, vivendo em situação de pobreza. Além disso, havia, como já relatado no capítulo anterior, havia uma grande quantidade de sem-terra mobilizados no estado pressionando pela reforma agrária.

Do total de 440 processos, 242 são de trabalhadores urbanos. A profissão que tem maior representatividade é a de comerciante, com 10,9%, sendo apenas um da cidade de Porto Alegre

⁴¹⁶ Temos 93 pessoas cuja profissão tem menos de cinco representantes entre os envolvidos com os Grupos de Onze, sendo quatro comerciários, quatro operários, três dentista/protéticos, três estudantes, três ferreiros, dois açougueiros, dois advogados, dois alfaiates, dois barbeiros, dois corretores de imóveis, dois do lar, dois estivadores, dois funcionários de cooperativa agrícola, dois fundidores, dois inspetores de polícia, dois marceneiros, dois médicos, dois secretários (da Prefeitura/do ex-prefeito), dois tabeliães, dois trabalhadores autônomos, dois vereadores (duas pessoas que se identificaram somente como vereadores), um agente administrativo, um agente postal, um bancário, um borracheiro, um carroceiro, uma costureira, um desenhista, um economista, um electricista, um empresário do transporte coletivo, um enfermeiro, um escritor, um escrivão, um ferroviário, um fotógrafo, um guarda florestal, um inspetor da Cia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM, um jornalista, um martelador de pedras semipreciosas, um oficial de justiça, um pastor evangélico, um pintor, um projetista eletromecânico, um promotor de vendas, um radialista, um radiotelegrafista, um representante comercial, um técnico em fabricação de papel, um telegrafista, um tipógrafo, um tecelão, um vendedor-viajante, um vice-prefeito e um vulcanizador.

e os demais do interior do estado. Ser comerciante era ter uma atuação privilegiada na comunidade, tendo contato com vários agricultores, sendo local de encontro, de troca de informações, de ideias e de debate político. Ademais, normalmente, no comércio havia um rádio, veículo privilegiado na difusão do programa reformista e para o chamamento à formação dos Grupos de Onze. Muitos comerciantes, de pequenas vilas do interior, com pequenos estabelecimentos que não lhes dava grandes rendimentos, eram sensíveis ao programa reformista. A maioria das profissões a que pertenciam os envolvidos com os Grupos de Onze são relacionadas às camadas mais populares.

Excetuando as profissões de médico, dentista, advogado, oficial de justiça, escrivão, empresário de transporte coletivo, inspetor de polícia, funcionários públicos e comerciantes que representam 38,1%, os 61,9% restantes são identificadas com pessoas de pouco poder aquisitivo, para quem a implantação das reformas de base poderiam significar realmente melhora na condição de vida. Porém, parte desses funcionários públicos recebiam salários baixos, como motoristas, patroleiros do DAER e professores municipais.

Atender os apelos de Brizola e organizar e/ou participar dos Grupos de Onze Companheiros também é uma decisão política. A política no início dos anos 1960 não estava restrita a grupos privilegiados, era vivenciada no cotidiano e havia o imaginário de que grupos organizados poderia forçar o Congresso na votação das reformas de base. Já tinham tido prova disso por ocasião da Legalidade e era hora de fazer valer a força das classes populares.

As Forças Armadas também foram atingidas pela “Operação Limpeza”, sendo que alguns autores⁴¹⁷ apontam a quebra da disciplina e da hierarquia militar como um dos fatores do golpe que depôs Goulart. Ridenti ressalta que em 1964, “a perseguição dos vencedores aos militares de baixa patente insubordinados foi implacável. Quase todos foram presos, processados e expulsos das instituições armadas”.⁴¹⁸

Nota-se a pouca ocorrência de processos de militares pedindo a indenização, apenas oito casos que se identificam como membros (ou acusados de serem membros ou organizadores) dos Grupos de Onze, perfazendo 1,8% do total de 440 processos analisados. Segundo Maria Helena Moreira Alves, os expurgos nas Forças Armadas “visaram sobretudo oficiais com poder de influência ou comando sobre tropas, concentrando-se nos que haviam resistido à conspiração contra o governo de João Goulart”⁴¹⁹, porém, a mesma autora demonstra que houveram mais

⁴¹⁷ Ver: STEPAN, Alfred. *Brasil: los militares y la política*. Buenos Aires. Amorrortu, 1974.

⁴¹⁸ RIDENTI. Op. cit., p. 211.

⁴¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 77.

Sargentos e oficiais subalternos e Cabos e soldados punidos do que oficiais.⁴²⁰ Carla Simone Rodeghero, analisando o regime militar e a oposição no Rio Grande do Sul, em relação aos militares, refere que:

Nos primeiros dias após o golpe, foi instaurado um inquérito no Quartel General da Brigada Militar, em Porto Alegre, para averiguar o envolvimento de 39 oficiais daquela instituição em atividades subversivas durante o governo Goulart, entre as quais estaria a organização de Grupos dos Onze na Brigada. Alguns dos indiciados foram também acusados de terem se apresentado, no dia 1º de abril de 1964, ao comando do III Exército para defenderem a legalidade.⁴²¹

Já foi referido o caso do Coronel Neme, que entrou com pedido de indenização por prisões e perseguição não relacionadas aos Grupos de Onze, mesmo tendo sido convidado por Brizola para comandá-los no estado. Assim como o Coronel Neme, outros militares podem não ter assinalado seu envolvimento com os grupos quando impetraram o processo à Comissão Especial de Indenização. Ademais, nem todos os prejudicados entraram com processo de pedido de indenização. Muitos mudaram de cidade, estado, de profissão e refizeram suas vidas dentro dos moldes de comportamento aceitos na sociedade cristã, capitalista e ocidental e dentro das normas impostas pela ditadura de Segurança Nacional.

3.2.4 Vinculação política

Para René Remond, praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político, e que o político se relaciona com o poder, “a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”.⁴²² Através do exercício do poder pode-se interferir em outros aspectos da sociedade, pois “a lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade”.⁴²³ O PTB tinha

⁴²⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005. Ver tabela das páginas 163 e 164.

⁴²¹ RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e oposição. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 83-115. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 90.

⁴²² RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 441-450. p. 444

⁴²³ Idem. p. 447.

o governo mas não tinha o poder, pois o Congresso majoritariamente conservador⁴²⁴, não admitia mudar as regras constitucionais para a realização da reforma agrária. A mobilização popular através dos Comandos Nacionalistas, conforme Brizola, seria para pressionar, tanto o presidente Goulart quanto o Congresso, para a efetivação das reformas, além de, barrar o golpe direitista que estava sendo gestado. Cada membro de grupo tinha a sua parte nessa pressão.

Além do mais, o momento político era propício a essa mobilização. O próprio presidente apoiava manifestações. Goulart compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte, logo após sua posse.⁴²⁵ Ademais, ele tinha sido alçado à função em virtude da mobilização popular que barrou o movimento golpista em 1961. A política era vivenciada no cotidiano, discutida nas esquinas, vizinhos e amigos se reuniam para escutar as palestras de Leonel Brizola. Para Márcia Mansor D'Aléssio, “fica claro que a ação dos homens se dá na dimensão política da História, no tempo da vida cotidiana, e não no tempo das estruturas, e que a política é o lugar do imprevisível, do acaso, portanto, da liberdade”.⁴²⁶ Nesse imaginário, a mobilização popular poderia trazer as mudanças desejadas.

Na *Requisição para solicitar os benefícios da lei nº 11.042 de 18.11.97*, há uma questão sobre vinculação política, na qual o requerente manifesta suas ligações partidárias da época, já dando um indício sobre o motivo da perseguição desencadeada sobre eles. Os processos selecionados demarcavam a participação nos Grupos de Onze Companheiros, ou a relação com os Grupos de Onze aparecia nas justificativas das prisões, nos IPMs que constam nos processos, quando o requerente não identificou a prisão a partir da participação nos grupos. Nesse item, os requerentes citaram a participação em outras organizações políticas que ocorreram após 1964,

⁴²⁴ As eleições de 1962 modificaram a correlação de forças no Congresso Nacional. O PSD manteve a sua tradicional posição de maior partido, porém o PTB, o partido do presidente, foi o mais votado e passou a ocupar o segundo lugar, suplantando a UDN. Se antes havia uma polarização entre o PSD e a UDN, depois de 1962 ocorreu uma redefinição das alianças e uma maior fragmentação do sistema partidário. Para barrar as reformas, sobretudo a agrária, setores importantes do PSD, por exemplo, alinharam-se à UDN. O PSD, conhecido como o partido do centro, abandonou suas posições mais moderadas e perdeu o papel de amortecedor das crises políticas que o país vinha enfrentando desde o segundo governo Vargas. In: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo. Acesso em 20/02/2016. Ver também: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Capítulo VII.

⁴²⁵ GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006. pp. 57-77. p. 63.

⁴²⁶ D'ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 20.

inclusive de resistência armada ao regime ditatorial, como é o caso do Movimento Guerrilheiro de Três Passos, ou MR26(1965)⁴²⁷, VAR-Palmares⁴²⁸ e MR8.⁴²⁹

Tabela 2 – Vinculação política

Partido político ou organização política	Quantidade	%
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	224	51,4%
Grupo de Onze Companheiros (G11)	53	12,2%
PTB e Grupo de Onze	82	18,8%
G11 e VAR-Palmares	1	
G11 e MASTER	2	
G11 e Movimento Guerrilheiro Três Passos ou MR26	2	
G11 e UGES	1	
Grupo de Onze e outros		
G11 e PC do B	1	
G11, VAR-Palmares e MR8	1	14
G11, PTB e MR8	1	3,2%
G11, PTB e VAR-Palmares	1	
G11, PTB e MASTER	1	
G11, PTB e Liga Camponesa	1	
G11, PTB e PCB	2	
Partido Social Democrata (PSD)	3	0,7%
Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	2	0,5%
Partido Libertador (PL)	2	0,5%
Partido de Representação Popular (PRP)	1	
Sindicato dos Empregados do Comércio	1	0,5%
Não mencionou	2	0,5%
Sem vinculação partidária	56	12,8%
Total	440	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Observando que todos os 440 processos se relacionam à prisão por algum envolvimento com os Grupos de Onze, curiosa é a alegação de pertencimento à Aliança Renovadora Nacional

⁴²⁷ Movimento Guerrilheiro de Três Passos e Movimento Revolucionário 26 de março (MR-26) são denominações do mesmo movimento. Ver: CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. *Operação Três Passos: A história, o direito e o político*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis, 1993.

⁴²⁸ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Ver: DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. *ESTUDIOS HISTORICOS* – CDHRPyB-Año VI - Diciembre 2014, Nº 13. Uruguay. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/>. Acesso em 04/07/2016.

⁴²⁹ Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) é uma organização política de ideologia comunista que participou da luta armada contra a ditadura militar brasileira e tinha como principal objetivo a luta contra a repressão da ditadura, com o objetivo final de criação de uma pátria socialista. Surgida em 1964 no meio universitário da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) foi depois rebatizada em memória ao dia em que Ernesto "Che" Guevara foi capturado, na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), na década 1975-1985, se auto intitulava como um partido marxista-leninista que vivia na clandestinidade. Originou-se de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no meio universitário do Estado da Guanabara – a DI-GB – que se formou a partir de 1964. No decorrer de 1968, se destacou nas mobilizações estudantis. Ver: SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (1975-1985)*. 2014. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

(ARENA), que não existia na época da formação dos grupos⁴³⁰ e que foi um partido afinado com o autoritarismo da ditadura militar. Interessante observar também, que essa vinculação com a ARENA é de dois agricultores do interior de Nonoai, praticamente analfabetos, sendo que um deles alega ter sido vítima do Grupo de Onze, ou seja, que não foram os militares que o prenderam e torturaram, mas os membros dos Comandos Nacionalistas. Provavelmente essas pessoas diziam ser do partido que apoiava o governo militar visando evitar perseguições, por medo do que pudesse ocorrer se fossem opostos ao regime. Igualmente duas pessoas colocaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na sua vinculação partidária e foram computados juntos com o PTB. Verifica-se também que as prisões ocorreram em 64, principalmente entre abril e junho, muito antes da decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que ocorreu em outubro de 1965 e estabeleceu o bipartidarismo, indicando alguma dificuldade de lembrar o ocorrido com detalhes e alguma confusão em relação à temporalidade.

A vinculação com o PTB aparece em 70,7% dos processos⁴³¹, sendo que esse percentual abarca militantes com ficha no partido e os que eram apenas simpatizantes. A predominância do PTB nas vinculações partidárias não é surpresa. João Goulart era do PTB, Leonel Brizola era do PTB, sem esquecer que Getúlio Vargas, também era rio-grandense e fundou o PTB. Desde sua criação, em 1945, conforme Maria Helena Moreira Alves, o PTB aumentou constantemente sua representação.⁴³² Ângela de Castro Gomes relata que o PTB, no início dos anos 60, “já era a segunda maior força em termos de eleições vice-presidenciais, de bancada no Senado (26,6%) e na Câmara Federal (28,3%), onde, devido ao crescimento vertiginoso no Norte e no Nordeste em 1962, praticamente empatara com o PSD.” Além disso, o PTB aparecia em terceiro lugar entre os governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores.⁴³³ Consequentemente, a repressão foi desencadeada fortemente sobre o partido trabalhista.

⁴³⁰ O Ato Institucional nº 2 foi assinado no dia 17 de outubro de 1964. Entre outras medidas, extinguiu todos os partidos políticos então existentes. Novos partidos seriam constituídos segundo as rígidas condições fixadas no Estatuto dos Partidos de 15 de junho de 1965. Era a repressão associada às novas formas de controle eleitoral. Os vários partidos de oposição associaram-se pra formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA). ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 114-115.

⁴³¹ 224 processos vinculados ao PTB, 82 processos de pessoas vinculadas ao PTB e aos Grupos de Onze e 5 processos do item “Grupo de Onze e outros”, somando 311 processos dos 440 estudados.

⁴³² ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 75. Segundo D’ARAUJO, o PTB foi o centro eleitoral de irradiação de uma ideologia nacionalista que demandava “mudanças estruturais”. Primeiro partido moderno de massas do país solidamente apoiado no voto metropolitano, o PTB se tornou o principal fórum de agitação e debate do ideário nacionalista e de reformas de base. D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos...*p. 15.

⁴³³ GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. p. 12. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf. Acesso em 03/09/2017.

Sendo que 12,2% declararam a participação nos Grupos de Onze, mas não mencionaram vínculo com o PTB e 12,8% declararam não ter vinculação partidária observa-se que não havia uma obrigatoriedade de pertencimento ao PTB para a formação dos Grupos. Inference-se que, mesmo declarando não ter nenhum vínculo partidário, havia por parte dessas pessoas uma simpatia a Leonel Brizola, interesses em comuns com o político, que justificavam a adesão aos Comandos Nacionalistas.

O Partido Comunista (PC), apesar de estar na ilegalidade desde 1947, atuava politicamente⁴³⁴ através de infiltração nos sindicatos, nas agremiações estudantis e também no PTB. Aparecem três processos que mencionam ligações com os Grupos de Onze, PTB e também com partidos comunistas, no caso dois com o PC e um com o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Eles fazem parte do item G11 e outros, que relacionam participação no Grupo de Onze e em outros movimentos, que não seja o PTB, contemplado em itens anteriores. Demonstrariam maior participação e possivelmente, maior grau de consciência política, sendo 0,7% dos processos analisados. Entretanto, uma das pessoas que aparece no IPM como “comunista confesso”, petebista e organizador de Grupo de Onze em Santo Ângelo e que foi processado, permanecendo preso por dois meses, na denúncia feita no IPM consta que:

O indiciado revelou-se comunista praticante, talvez um pouco pela sua ignorância, talvez pela verdadeira adoração que tem pelo Sr. Luiz Carlos Prestes, com quem trabalhou no Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, quando o Sr. Luiz Carlos Prestes era Capitão. Dizem que o presidente do extinto Partido Comunista do Brasil tem uma palestra bastante convincente, e não precisaria muito para incutir numa pessoa inculta como é o indiciado, as ideologias Comunistas.⁴³⁵

O indiciado era um senhor de 70 anos de idade, sendo que o próprio capitão encarregado do IPM reconhecia que não tinha características revolucionárias, utilizando a palavra “ignorância” e “inculto” para se referir a ele. Admirador de Prestes, dizia-se comunista e atuou formando um Grupo de Onze, necessitando ser preso por sua ação perniciososa na sociedade.

Mesmo que o primeiro movimento armado. A Guerrilha de Três Passos em 1965, de resistência à ditadura tenha ocorrido no Rio Grande do Sul e vinculado a Leonel Brizola⁴³⁶,

⁴³⁴ No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a *Partido Comunista do Brasil* até 1961 e, daí em diante, a *Partido Comunista Brasileiro*). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialista. Servia de referencial a todas as organizações de esquerda. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998. p. 23. Havia influência do PCB, porém o PTB crescia progressivamente e seu ideário reformista cooptou grande parcela da sociedade.

⁴³⁵ Henrique Pires de Arruda. Processo 4743-1200/98-6. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁴³⁶ A liderança de Leonel Brizola não é consenso. Ronaldo Zatta, em sua dissertação de mestrado explica que: Em março de 1965, quando iria completar um ano de Ditadura, deu início no Estado do Rio Grande do sul uma tentativa

confiante ou esperançoso na adesão dos Grupos de Onze, dos processos analisados somente duas pessoas fizeram parte dele, e apenas seis pessoas, ou seja 1,4% engajaram-se em movimentos de resistência armada, denotando a não configuração dos Grupos de Onze como grupos guerrilheiros e/ou que a pedagogia do medo imposta pela aplicação do terrorismo de Estado havia alcançado seu intento.

A Operação Limpeza, desencadeada logo após o golpe civil-militar de 1964, como já referido, concentrou-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a João Goulart, atingindo fortemente o partido político que o sustentava, o PTB. Muitos políticos petebistas eram mais seguidores de Brizola do que propriamente do presidente Goulart⁴³⁷ e estavam vinculados aos Grupos de Onze, sendo que vários grupos foram formados a partir de Diretórios Municipais do Partido.

Nos processos analisados encontramos formadores de Grupos de Onze que exerciam mandato político em 1964, ano do golpe.

fracassada de contragolpe comandada pelo ex-coronel de artilharia do Exército Jefferson Cardim de Osório, tendo como seu principal assessor Albery Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Planejada no Uruguai a guerrilha se articulou na cidade de Três Passos-Rs. Existe a versão de que o ex-sargento Albery, um dos exilados mais corajosos e radicais, procurou Brizola solicitando dinheiro para realizar a incursão armada e este não forneceu. Então encontrou-se com o coronel Cardim, e os dois decidiram iniciar o movimento, mesmo sem o apoio de Brizola. ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo Passo, 2009. p.111. Porém, Valdetar Dornelles, que foi um dos participantes dessa guerrilha, afirma a liderança de Brizola e que, só participaram por causa do Brizola. Esse movimento desencadeou uma nova onda de prisões contra militantes ligados a Brizola. Entrevista à autora em 20/11/2014. Para Cademartori, o movimento foi financiado por dinheiro vindo de Cuba e planejado pelo grupo próximo a Brizola, denominado de “grande comando”, iniciou os trabalhos de arregimentação e planejamento do movimento, seguindo o modelo da Revolução de 1930. Entre esses estavam o sargento Albery e o Coronel Cardim. Ver: CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. *Operação Três Passos: A história, o direito e o político*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas - Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

⁴³⁷ Nesse período Brizola e João Goulart representavam o expoente máximo do trabalhismo nacional. Mas a ideologia trabalhista desses dois petebistas não foi suficiente para mantê-los na mesma luta em prol das reformas estruturais. Ao assumir o Executivo, João Goulart apostava num regime moderado pela via de uma política de conciliação, através de alianças com o PSD, e outros partidos de direita. A intenção era obter apoio tanto da direita, vinculada ao mercado interno, como da esquerda, para a realização de seus projetos. Por outro lado, Brizola, que representava a ala mais radical dentro do PTB, cobrava de seu cunhado mais audácia e coragem nos seus atos de governo. O deputado não acreditava que o Congresso Nacional aprovasse um projeto nacional-reformista que trouxesse mudanças profundas para o país, principalmente porque tal projeto atingia os interesses das classes dominantes. TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo/RJ, 2013. p. 14-15. Sobre o brizolismo dentro do PTB, Braun refere que em Carazinho, forte reduto trabalhista: “Em janeiro de 1964 os membros dos Centros Cívicos João Goulart mudam o nome do seu patrono. “*De acordo com o previsto foi mudado o ‘patrono’ dos centros, sendo aliado o Sr. João Goulart, considerado pouco atuante, e adotado o Sr. Leonel Brizola*”. Desta forma, o novo nome passou para Centros Cívicos Leonel Brizola. BRAUN, Cláudio Damião. “*Todos contra o PTB*”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2006. p. 95. (grifos nossos).

Tabela 3 – Pessoas vinculadas aos Grupos de Onze que exerciam mandatos políticos

Cargo	Número	%	
Vereador	28		
Vice-prefeito	3		
Prefeito	1		
Outros	Secretário da Fazenda	1	36 8,2%
	Secretário da Prefeitura	1	
	Presidente da Câmara	1	
	Subprefeito	1	
Não exerciam mandatos políticos	404	91,8%	

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Observa-se que 8,2% dos requerentes à indenização com ligação aos Grupos de Onze exerciam mandato político, sendo todos do PTB, assim distribuídos:

Tabela 4 – Municípios a que pertenciam os políticos que requerem indenização por perseguição política vinculada aos Grupos de Onze

Cargo	Município	Nº de pessoas
Vereador	Nonoai	6
	Planalto	4
	São Valentim	3
	Cachoeira do Sul	1
	Campinas do Sul	1
	Carazinho	1
	Cruz Alta	1
	Erechim	1
	Frederico Westphalen	1
	Iraí	1
	Lagoa Vermelha	1
	Machadinho	1
	Nova Palma	1
	Panambi	1
	Quaraí	1
	Sananduva	1
	Santo Ângelo	1
	São Luiz Gonzaga	1
Vice prefeito	Gravataí	1
	Santa Bárbara do Sul	1
	São Valentim	1
Prefeito	Santa Bárbara do Sul	1
Subprefeito	Nonoai	1
Secretário da Fazenda	Encruzilhada do Sul	1
Secretário da Prefeitura	São José do Ouro	1
Presidente da Câmara	Lagoa Vermelha	1

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização – Comissão Especial de Indenização/APERS.

Esses políticos perderam seus mandatos como consequência da militância pró reformas de base, especificamente, em favor da reforma agrária, e responderam a IPMs. Adversários políticos aproveitavam para delatar e tirar do caminho os *promotores da desordem* e recuperar o

espaço perdido, como foi o caso ocorrido em Frederico Westphalen, em que, na cópia do Relatório da 1ª Divisão de Cavalaria – 7º G Can 75 A R, IPM de 1964, assinado pelo 1º Tenente da Cavalaria e escrivão Manoel Odofrido da Gama Junior, datado de 22 de julho de 1964, consta que

Falamos com o Prefeito, Sr. João Muniz Reis, que providenciasse alojamento (...). No dia 1º, pela manhã, tomamos contato com os diversos casos de agitadores e “Grupos de Onze” e começamos a ouvir vários indivíduos, quase todos ignorantes. (...) No dia seguinte, dia 10, continuando a ouvir outros implicados, entre os quais os Srs. Vitalino Cerutti e Edgar Marques, indicados pelo Prefeito como os “cabeças”, constatamos que houve uma certa violência do Prefeito ao dizer isto, que ficou constatado pois o primeiro Vitalino Cerutti é o presidente do PTB local e o segundo, Edgar Marques é vereador pelo PTB, ambos se defendendo com consistência todas as acusações que lhes foram feitas.⁴³⁸ (grifos do documento).

Um caso semelhante foi encontrado no IPM feito EM Erechim, relativo à Campinas do Sul, em que o vereador do PTB, Heraclides de Azevedo, foi apontado como chefe de um Grupo de Onze, tendo seu nome referido como organizador em três depoimentos. No relatório feito pelo Delegado Regional de Polícia, após referir os nomes dos membros dos grupos que estariam infringindo o artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, consta que: “Estes três sublinhados apontam ao Inspetor de Polícia – Heraclides de Azevedo, Vereador pelo PTB, como sendo a pessoa que os procurou a fim de assinarem na ata do grupo dos 11 [...]” ainda assinalando que “com referência à ação negativa do inspetor Heraclides de Azevedo, tem a informar esta Regional que o mesmo não inspirava confiança [...]” e que “já afastado do seu cargo, estando nessa Capital”.⁴³⁹

Porém, essas mesmas pessoas que supostamente o teriam acusado como o responsável pela confecção da lista e busca de assinaturas fizeram uma declaração, em 31 de julho de 1964, explicando que:

[...] durante o interrogatório a que fomos submetidos no mês de abril, do corrente ano, pelo Delegado de Polícia deste (sic.) município, senhor Sílvio Coelho, sôbre (sic.) a nossa participação na lista do Grupo de Onze; o referido delegado constantemente insistia para que declarássemos que o autor da mesma teria sido o Inspetor Heraclides de Azevedo, o qual havia utilizado a máquina de escrever da Delegacia. Declaramos, ainda, que nunca fomos procurados pelo sr. Heraclides de Azevedo, para participar da lista do Grupo de Onze, e que nossa participação foi de livre e espontânea (sic.) vontade.⁴⁴⁰

⁴³⁸ Processo Administrativo/Indenização 2499-1200/98-2. CEI/APERS.

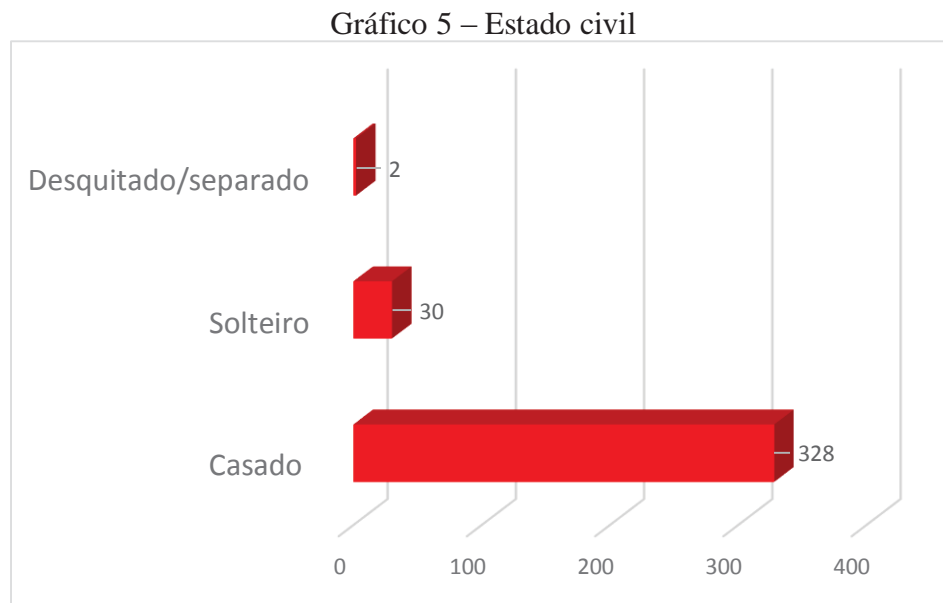
⁴³⁹ Plácido Rigo. 15/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 6582-1200/98-9. CEI/APERS.

⁴⁴⁰ Plácido Rigo. 15/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 6582-1200/98-9. CEI/APERS.

Esse caso ilustra como o momento serviu para tirar do caminho pessoas que não comungavam dos mesmos ideais políticos, forjando provas para incriminar adversários, *limpando* a sociedade de pessoas que desejavam a realização da reforma agrária. Ressalta-se que essa documentação não consta no processo de Heraclides de Azevedo e que em seu pedido de indenização por perseguição política não se vincula aos Grupos de Onze.

3.2.5 Estado-civil

A repressão aos Grupos de Onze tinha como alvo seus líderes e membros, mas abarcou um número muito maior de pessoas. Os familiares dos perseguidos políticos foram também atingidos pelo impacto da prisão de alguém da família: um pai, uma mãe, um irmão, um filho... Na década de 1960, os casamentos geralmente ocorriam mais cedo do que na atualidade, apontando para uma maioria de casados e pais de família, mesmo para pessoas na faixa dos vinte anos de idade.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Observa-se uma predominância de casados na composição dos membros dos Grupos de Onze, sendo 74,5% dos que requerem indenização.⁴⁴¹ Pessoas com família, filhos pequenos, têm sobre si a responsabilidade de prover o sustento, não havendo muito espaço para aventuras, porém, assinaram a lista dos Grupos de Onze. A crença de que essa mobilização popular poderia

⁴⁴¹ Em 80 processos, ou seja, 18,2%, não foi identificado o estado civil do envolvido com o Grupo de Onze Companheiros.

ajudar na votação da reforma agrária pelo Congresso foi, como já visto no capítulo anterior, uma das motivações apontadas pelos envolvidos com os grupos para sua adesão. Agricultores sem-terra, ou com pouca terra, sem condições de suprir as necessidades familiares e menos ainda de dividir a terra com os filhos, tinham forte interesse na realização da reforma agrária, especialmente se estivessem em acampamentos de sem-terra, aguardando uma solução.⁴⁴² A busca, mesmo para os que não eram agricultores, justamente de uma melhora de vida para a família, o que ocorreria se as reformas fossem implantadas motivou a adesão aos Grupos de Onze Companheiros. Ademais, segundo os depoimentos dos envolvidos com os grupos, eles eram grupos para pressão política, não para guerrilha. A ideia de que Leonel Brizola era o líder capaz de promover as mudanças necessárias em nível nacional e que isso certamente acarretaria melhor condição de vida para a família é apontada por Gentil Antonio dos Santos. Ele, enquanto estava preso, enviou uma carta para a família, que só então ficou sabendo de seu envolvimento com os grupos. A filha conta no seu depoimento: “o pai mandou uma carta, que [ele] fazia parte do grupo dos 11, que o Brizola ia mudar para melhor e que ele tinha feito isso pelos filhos”.⁴⁴³

Com a prisão, muitos relataram que tiveram de deixar suas esposas, algumas grávidas, e seus filhos, em desespero.

Podemos inferir que a repressão atingiu além das pessoas que se envolveram com os grupos e não apenas no tempo que ficaram na delegacia ou no presídio. Por muito tempo o medo rondou seus lares, assombrando suas vidas. E, seus familiares, além da angústia de não saber o que estava acontecendo, ficaram desamparados. As consequências da perseguição política, da prisão e das torturas para o envolvido e seus familiares serão analisadas no quinto capítulo dessa tese.

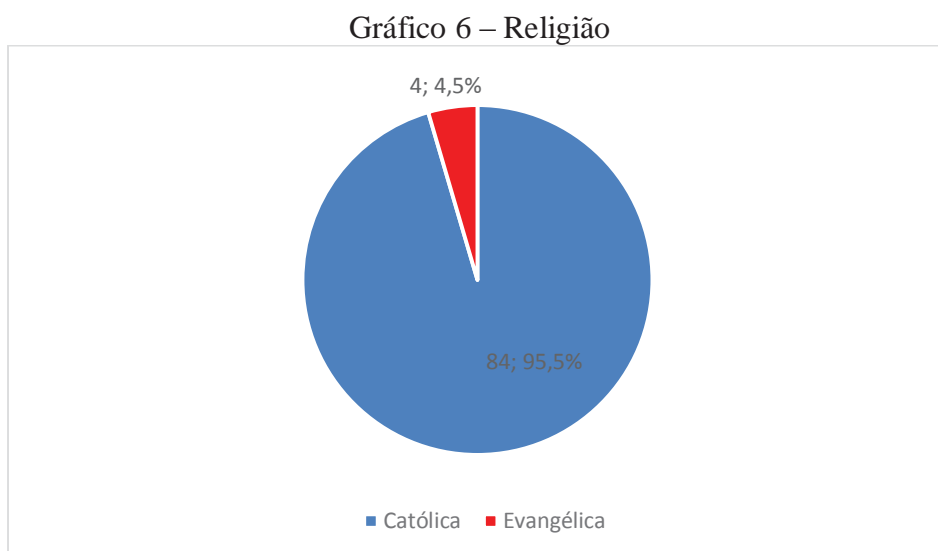
⁴⁴² Após a gestão de Leonel Brizola no governo do estado, em que houve apoio governamental para o movimento dos sem-terra e até desapropriação de terras, além de compra de áreas para colonização visando resolver a situação da crise fundiária no estado, os movimentos passaram a ser reprimidos no governo Meneghetti, sendo até expulsos de áreas de intrusão em Nonoai. O fato da reforma agrária estar sendo debatida em âmbito nacional, tendo Brizola como um de seus defensores, alimentava a esperança de que ela se efetivasse. Tiego Rocha Rebello refere a existência de acampamentos de sem-terra, no ano de 1963 na região de Nonoai, Iraí, tentativas de “invasão” das fazendas Itapuí e Paquete, outras ameaças de acampamento: em Pelotas e em Camaquã, no Banhado do Colégio, acampamento em Ronda Alta, Torres, Osório, Guaíba; no ano de 1964, antes da eclosão do golpe civil-militar de 31 de março, ocorreram acampamento em Bagé, novamente nas áreas não aproveitadas do Banhado do Colégio, em Camaquã, em Tapes e em Canoas. Ver: REBELLO, Tiego Rocha. Op. cit., p. 45-91.

⁴⁴³ Clara Graça dos Santos. 19/11/1998. In: Gentil Antonio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 5930-1200/98-0. CEI/APERS.

3.2.6 Religião

O item religião não consta na ficha de pedido de indenização, porém considera-se importante pois a religião exercia grande influência na época e o país era predominantemente e oficialmente católico. Como tal, a Igreja Católica estava empenhada no combate ao comunismo, considerado inimigo absoluto.⁴⁴⁴ O comunismo seria ateu, não combinando ser religioso e católico e, ao mesmo tempo, vinculado a grupos considerados comunistas.

A identificação da religião do perseguido político foi buscada através da leitura de seus relatos dos acontecimentos, dos relatos de testemunhas e nos IPMs. Nos processos que anexaram os *Termos de Inquirição*, dos IPMs, constava a religião da pessoa que estava sob investigação, ou no caso, prisão.



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Dos 88 processos que foi possível identificar a religião, 95,5% se declararam católicos e 4,5% evangélicos. Mesmo com a não identificação da religião da maioria dos requerentes, podemos estender essa proporção para a totalidade dos processos analisados. Procurando informações para as lacunas dos dados de pessoas que o nome constava nos processos e que eram

⁴⁴⁴ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

do conhecimento familiar, a autora indagou sua mãe sobre a possibilidade dos conhecidos serem católicos, ao que respondeu: “sim, naquela época, todos eram católicos”.⁴⁴⁵

Com o mesmo intuito, contatou-se Gladis Wolf, ex-colega e historiadora, moradora de Gaurama que conheceu Arquimino Assmann e orientou a família para o pedido de indenização. Gladis Wolf informou que “todos [na região] eram católicos e muito religiosos”.⁴⁴⁶ No IPM já citado de Frederico Westphalen um dos indiciados, dizia que não tinha ideias comunistas e se tinha sido acusado de ser é porque era protestante e não católico, sendo que o escrivão fez uma observação “note-se que Frederico Westphalen é cidade essencialmente católica”.⁴⁴⁷ Essa característica de religiosidade, já identificada na pesquisa sobre a região Alto Uruguai, demonstra-se incompatível com o imaginário de grupos comunistas guerrilheiros formados sobre os Grupos de Onze.

Para os que encabeçavam as listas ou que apenas a assinaram, fazer parte dos grupos não feria seus princípios religiosos e nem tinha nada de comunismo. José Alves de Oliveira, que organizou uma lista de Grupo de Onze em Frederico Westphalen, afirmou “[...] que nunca foi simpatizante do comunismo, ideologia que contraria sua formação religiosa.”⁴⁴⁸ Iam à missa, muitos eram líderes das associações das capelas, sendo que ser preso durante ou após a missa e ser acusado de comunismo foi, para eles uma humilhação extrema.⁴⁴⁹

3.2.7 Escolaridade

A informação sobre a escolaridade ou grau de instrução que possuíam na época que participaram dos Grupos de Onze não estava na ficha preenchida para o início do processo de indenização. Da mesma forma que a informação sobre a religião, foi através dos relatos e dos IPMs que foi possível identificar ou aproximar o grau de instrução de pessoas, dos processos. Mesmo nos IPMs, não há dados precisos sobre o grau de instrução, alguns sendo preenchidos como “sabe ler e escrever” ou “alfabetizado”.

Foi possível identificar ou aproximar o grau de instrução de 132 dos requerentes, ou seja, 30% dos processos estudados.

⁴⁴⁵ Elzira Ribeiro de Almeida. Era professora e morava em Faxinalzinho/São Valentim na época e viu muitos vizinhos e conhecidos serem presos por assinar a lista dos Grupos de Onze, inclusive o “compadre Jomaria”, responsável pela curiosidade e início da pesquisa sobre os Comandos Nacionalistas.

⁴⁴⁶ WOLF, Gládis. Historiadora. Entrevista por telefone em 08/02/2016.

⁴⁴⁷ Processo Administrativo/Indenização 2499-1200/98-2. CEI/APERS.

⁴⁴⁸ José Alves de Oliveira. 29/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 7124-1200/98-8. CEI/APERS.

⁴⁴⁹ Essa situação foi relatada nos seguintes processos: 6037-1200/98-2, 4445-1200/98-7, 6824-1200/98-8. 6615-1200/98-2. CEI/APERS.

Tabela 5 – Grau de Instrução

Grau de Instrução	Número	%
Analfabeto/inculto/semianalfabeto/mal sabe assinar o nome/não frequentou escola mas sabe assinar/sem instrução	23	5,2%
Mal sabe ler e escrever/sabe ler e escrever/não frequentou escola mas sabe ler e escrever/alfabetizado/pouca instrução	42	9,5%
Primária	39	8,9%
Ginasial/ginasial incompleto/estudante do ginasial	3	0,7%
Secundário/técnico em contabilidade/Magistério	16	3,6%
Universitária/estudante universitário	9	2,0%
Não identificada	308	70,0%
Total	440	100,0%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Os níveis de escolaridade na época estudada eram geralmente baixos, principalmente nas áreas do interior. Alguns dos processos que não se conseguiu identificar o grau de estudo possuem assinatura com traços mal desenhados, sugerindo pessoa que mal sabe escrever ou que tem pouco controle de movimentos. Num dos IPMs de Frederico Westphalen, o relatório do 1º Tenente da Cavalaria, Manoel Odofrido Gama Junior, afirma que “alguns chefes e componentes de ‘Grupos’ da cidade, [eram] *todos ignorantes*”.⁴⁵⁰

No documento da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República sobre o IPM instaurado em Sananduva, em que Dorvalino Lunardi foi preso por ser organizador de lista de Grupos de Onze, consta que:

Por iniciativa própria, seguramente influenciado pela pregação subversiva do ex-deputado Leonel de Moura Brizola, pela Rádio Mairynk Veiga, procurou organizar alguns dos chamados “Grupos de Onze”. Constatou-se que o Sr. Dorvalino Lunardi, além do trabalho realizado por ele próprio, usou como seus instrumentos os Srs. Angelo Casagrande e Dorvalino Debarba, pessoas de *ignorância total* e fanatizados pelo ex-deputado Leonel de Moura Brizola. De acordo com o encarregado do inquérito, o requerente, apesar de fanatizado pela pregação do ex-deputado Brizola, pouca periculosidade podia apresentar, pois não dispunha de recursos de ordem intelectual, econômica ou de liderança.⁴⁵¹ (grifos nossos).

Da mesma forma, no IPM instaurado em São Luiz Gonzaga registrou-se que: “Esses impressos, destinados a colher adesões para a difusão e instalação de ‘Grupos de Onze Companheiros’ foram largamente distribuídos no Município de São Luís Gonzaga (sede e interior). Usaram-nos, para o aliciamento de *indivíduos geralmente de pouca instrução* [...]”⁴⁵²

⁴⁵⁰ Processo Administrativo/Indenização 2499-1200/98-2. CEI/APERS. (grifos nossos).

⁴⁵¹ Dorvalino Lunardi. Documento da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República. 03/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 2845-1200/98-5. CEI/APERS.

⁴⁵² Denúncia do Ministério Público contra 21 pessoas da cidade de São Luís Gonzaga. 1964. Processo Administrativo/Indenização 2809-1200/02-4. CEI/APERS. (grifos nossos).

Referindo-se ao Grupo de Onze formado em Severiano de Almeida, o Delegado Regional de Polícia, escreveu em seu relatório, após citar os nomes das três pessoas que foram consideradas responsáveis pela organização do mesmo: “Os demais parecem ser todos homens *rudemente instruídos* e parecem haverem sido iludidos pelos orientadores”.⁴⁵³ Ressalta-se que nessa lista consta o nome de três mulheres.

No processo de Acilino Holanda dos Santos, de Carazinho, após as inquirições, no Relatório de Conclusão Individual, o Major Rogério Lobo relatou: “Cumprido esclarecer que o sr. Arcelino é uma pessoa *humilde* e julgo que a intranquilidade que ocasionou(sic.) por essa atitude, foi motivada por sua *ignorância e boa-fé*.”⁴⁵⁴ Igualmente, no IPM, foi relatado sobre Arthur Alberto Rigotti, que era um cidadão *humilde e de pouca instrução*. Em relatório da Subsecretaria da Inteligência, da Presidência da República em resposta ao requerimento pedindo informações sobre Adalberto Moresco, agricultor de São Valentim, consta que:

Em set 64, foi indiciado em IPM mandado instaurar pelo CMT. Da AD/6 e Gu de Cruz Alta/RS, para apurar atividades de caráter subversivo. O encarregado do inquérito concluiu que Adalberto Moresco foi organizador de “Grupo de Onze”. Entretanto foi de parecer que o mesmo não deveria ser enquadrado no art. 24 da Lei de Segurança Nacional [...] uma vez que não houve dolo e por se tratar de *cidadão humilde e de pouca instrução*.⁴⁵⁵ (grifos nossos)

Esses relatos demonstram que os próprios encarregados dos IPMs reconheciam que, pela simplicidade, pouca instrução e ignorância, boa parte dos envolvidos com os Grupos de Onze não configuravam pessoas que representassem perigo à nação, “compensando mais um conselho do que a sua detenção”.⁴⁵⁶

Os níveis de escolaridade podem ter interferido na forma como as pessoas percebiam – ou não percebiam – o clima político da época e como recebiam o discurso de Leonel Brizola e a proposta de organização dos Grupos de Onze. Os organizadores dos grupos e/ou os que assinavam a lista, não relacionavam essa mobilização com comunismo ou subversão, como ilustra o depoimento de Italo Baccin, de Campinas do Sul:

[...] que o declarante informa ser homem decente e de trabalho, *pouco instruído*, sem conhecimento de tal responsabilidade [...] quer lutar de forma democrática e ajudar o

⁴⁵³ Antonio Bandurka. 15/05/1964. Processo Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9.CEI/ APERS. (grifos nossos).

⁴⁵⁴ Acilino Holanda dos Santos. 1964. Processo Administrativo/Indenização 6301-1200/98-5. CEI/APERS. No IPM o nome consta como Arcelino Holanda dos Santos. (grifos nossos).

⁴⁵⁵ Relatório da Subsecretaria de Inteligência sobre a prisão do requerente. 25/07/1998. In: Adalberto Moresco. Processo Administrativo/Indenização 4735-1200/98-0. CEI/APERS.

⁴⁵⁶ Processo Administrativo/Indenização 2499-1200/98-2. CEI/APERS.

país para contar com um bom futuro, que o declarante nunca foi extremista, *nunca foi comunista, nem conhece o que isso representa [...]*.⁴⁵⁷ (grifos nossos).

Dos processos que foi possível identificar o grau de escolaridade, 61,9% são analfabetos, semianalfabetos ou com instrução primária. Ressalta-se que, na época, nas áreas do interior, muitas pessoas que tinham apenas a instrução primária que exerciam a profissão de professor(a) não tendo uma formação específica para o cargo do Magistério⁴⁵⁸, nem o grau de estudo mais elevado que a função aparentemente indica.

3.2.8 Municípios de ocorrência dos Grupos de Onze

Para uma tentativa de mapeamento dos locais de maior ocorrência dos Grupos de Onze foi preciso leitura atenta e cruzamento dos dados informados pelos requerentes – que, como já referido, em boa parte foram informados pelos familiares, visto que muitos dos envolvidos na formação dos grupos já são falecidos – o com os depoimentos. Em pesquisa anterior, verificamos que na região Alto Uruguai houve formação de vários grupos, com pelo menos 200 pessoas⁴⁵⁹ presas por envolvimento com os Comandos Nacionalistas.

Os processos de indenização nos mostram que a formação dos Grupos de Onze não se distribuiu uniformemente pelos municípios do Rio Grande do Sul. Para uma melhor visualização, a tabela foi montada partindo dos municípios de maior ocorrência. Tomamos por base os 186 municípios existentes no estado na data de 31 de março de 1964⁴⁶⁰ e salientamos que houve desmembramento de vários deles, sendo que o município onde o requerente da indenização morava ou se envolveu com a formação dos Grupos de Onze pode não ser o mesmo que ele declarou morar no momento da abertura do processo, mesmo tendo permanecido no mesmo domicílio.

Tabela 6 – Municípios de ocorrência dos Grupos de Onze

	Municípios	Nº de processos	%
1	Nonoai	62	14,1%
2	Humaitá	30	6,8%
3	São Valentim	29	6,6%

⁴⁵⁷ Italo Baccin. 18/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 4609-1200/98-7. CEI/ APERS.

⁴⁵⁸ Esse é o caso de Elzira Ribeiro de Almeida, mãe da autora dessa tese, que morava em Faxinalzino, interior de São Valentim, em área de difícil acesso, e tendo concluído o primário, ou estudado até o “quinto livro”, exercia o cargo de professora.

⁴⁵⁹ BALDISSERA. Op. cit.

⁴⁶⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Rio Grande do Sul, seus municípios e suas leis de criação. 2008. In: http://www.al.rs.gov.br/Download/CAM/cronologia_municipios.PDF. O mapa utilizado na página 134 é do final do ano de 1964, totalizando 200 municípios.

4	Planalto	27	6,1%
5	Paim Filho	16	3,6%
6	Crissiumal	15	3,4%
7	Carazinho	15	3,4%
8	Frederico Westphalen	14	3,2%
9	Tuparendi	13	3,0%
10	Machadinho	12	2,7%
11	Campinas do Sul	12	2,7%
12	Porto Alegre	11	2,5%
13	Viadutos	11	2,5%
14	Severiano de Almeida	11	2,5%
15	Erval Grande	11	2,5%
16	Santa Bárbara do Sul	9	2,0%
17	Palmeira das Missões	7	1,6%
18	Erechim	7	1,6%
19	Nova Palma	7	1,6%
20	Getúlio Vargas	6	1,4%
21	Lagoa Vermelha	5	1,1%
22	Santo Ângelo	5	1,1%
23	Sertão	5	1,1%
24	Gaurama	4	0,9%
25	Ijuí	4	0,9%
26	Maximiliano de Almeida	4	0,9%
27	Ronda Alta	4	0,9%
28	São Borja	4	0,9%
29	São Luiz Gonzaga	4	0,9%
30	Triunfo	4	0,9%
31	Cruz Alta	3	0,7%
32	Giruá	3	0,7%
33	Marcelino Ramos	3	0,7%
34	Caxias do Sul	3	0,7%
35	Sananduva	3	0,7%
36	São José do Ouro	3	0,7%
37	Alegrete	2	0,5%
38	Canela	2	0,5%
39	Canoas	2	0,5%
40	Catuípe	2	0,5%
41	Caxias do Sul	2	0,5%
42	Encruzilhada do Sul	2	0,5%
43	Iraí ⁴⁶¹	2	0,5%
44	Júlio de Castilhos	2	0,5%
45	Novo Hamburgo	2	0,5%
46	Panambi	2	0,5%
47	Passo Fundo	2	0,5%
48	Pinheiro Machado	2	0,5%
49	Santa Maria	2	0,5%

⁴⁶¹ Um dos processos provém de Rodeio Bonito, que foi criado pela Lei nº 4667, de 20/12/1963, sendo sua área originada dos municípios de Palmeira das Missões, Seberi e Iraí. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/datacriacao>. Acesso em: 03/10/2017. Nessa pesquisa foi computado no município de Iraí, pelo relato do requerente à indenização, de que residia no Distrito de Saltinho e que ele foi vereador pelo PTB no município de Iraí, de 1959 a 1963 representando esse Distrito. E, “nas eleições municipais do novo município de Rodeio Bonito, o qual foi instalado em 15 de abril de 1964, em que o Distrito de Saltinho, onde residia, passou a pertencer a esse novo Município, envolvi-me diretamente na campanha eleitoral para as eleições municipais, que ocorreu em 1963.” In: Osorio Savoldi. Processo Administrativo/Indenização 5867-1200/98-6. CEI/APERS. Assim sendo, o envolvimento com os Grupos de Onze, ocorreu enquanto o Distrito de Saltinho ainda pertencia a Iraí.

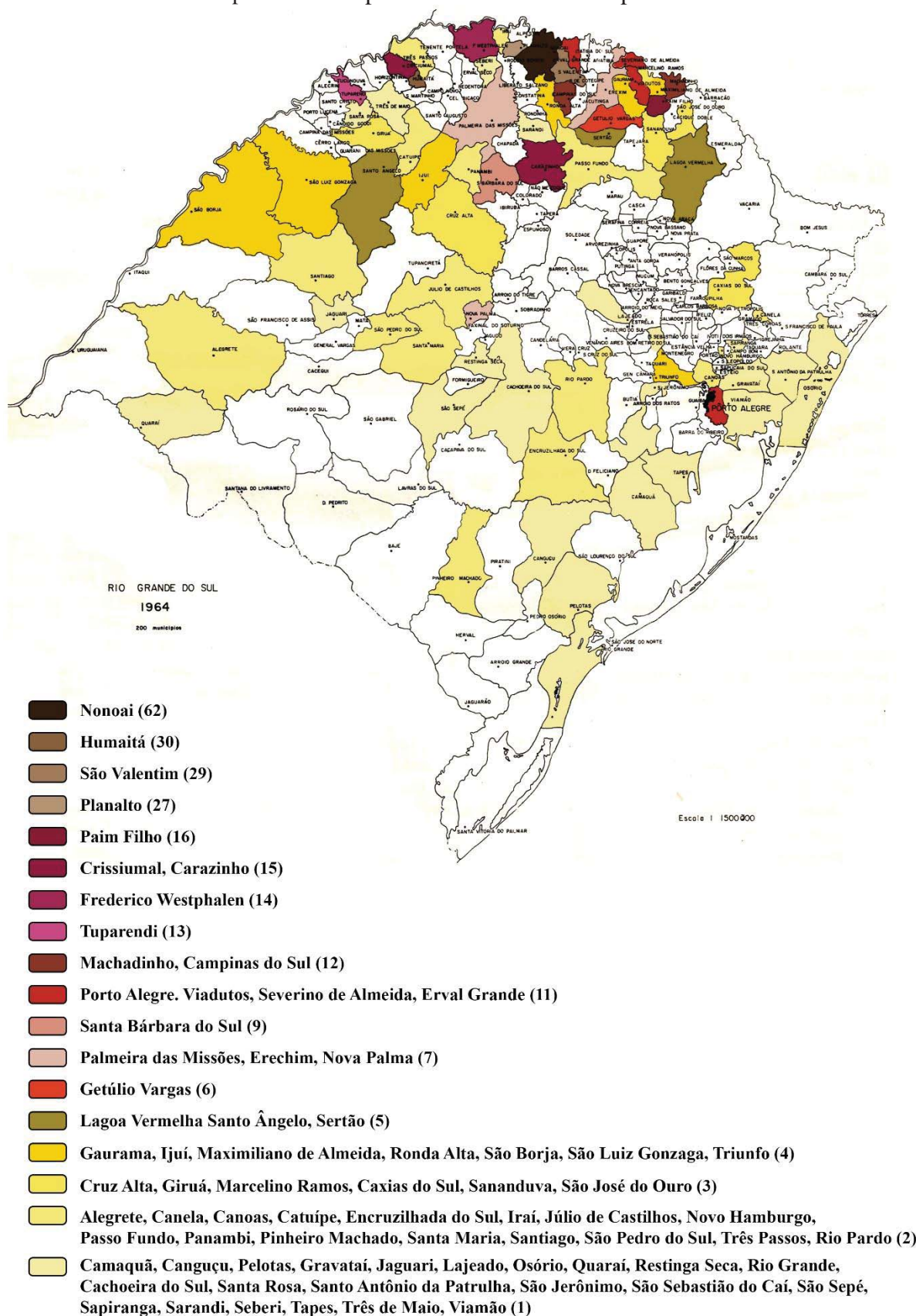
50	Santiago	2	0,5%
51	São Pedro do Sul	2	0,5%
52	Três Passos	2	0,5%
53	Rio Pardo	2	0,5%
54	Camaquã	1	0,2%
55	Canguçu	1	0,2%
56	Pelotas	1	0,2%
57	Gravataí	1	0,2%
58	Jaguari	1	0,2%
59	Lajeado	1	0,2%
60	Osório	1	0,2%
61	Quaraí	1	0,2%
62	Restinga Seca	1	0,2%
63	Rio Grande	1	0,2%
64	Cachoeira do Sul	1	0,2%
65	Santa Rosa	1	0,2%
66	Santo Antônio da Patrulha	1	0,2%
67	São Jerônimo	1	0,2%
68	São Sebastião do Caí	1	0,2%
69	São Sepé	1	0,2%
70	Sapiranga	1	0,2%
71	Sarandi	1	0,2%
72	Seberi	1	0,2%
73	Tapes	1	0,2%
74	Três de Maio	1	0,2%
75	Viamão	1	0,2%
Total		440	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados nos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

Houve processos de pedido de indenização em 75 municípios do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, 40%, o que não revela sua concentração, pois temos 24 municípios que somente uma pessoa entrou com processo para pedido de indenização por perseguição política relacionada ao Grupo de Onze, enquanto temos outros municípios que revelam grande incidência de processos, como é o caso de Nonoai, que lidera com 62 processos, abarcando 14,1%. Observamos maior concentração de processos de pedido de Indenização de Grupos de Onze no norte do Rio Grande do Sul – ou região fisiográfica Alto Uruguai, oriundos dos municípios de Nonoai, Planalto, São Valentim, Frederico Westphalen, Crissiumal, Tuparendi, ... região de minifúndios. Em contrapartida, Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul apresenta somente 12 processos, com 2,5%. Como já havia sido demonstrado na pesquisa do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul⁴⁶², foram formados maior quantidade de grupos nos municípios do interior do estado.

⁴⁶² BALDISSERA. Op. cit.

Mapa 1 – Municípios de ocorrência de Grupos de Onze



Fonte: FELIZARDO, J. N (Org.). *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s.d. p. 82. Adaptado pela autora, com a colaboração do designer Cainã Costa, a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização – CEI/APERS.

Como já informado, em 1964, até o momento do golpe civil-militar e a instauração da ditadura, o estado possuía 186 municípios, sendo que nos municípios de onde provêm os processos houveram desmembramentos⁴⁶³, como o caso de Mariano Moro, que era distrito de Erechim e emancipou-se em 1965. Porém, para o caso em estudo, considera-se os municípios existentes até 31 de março de 1964.

Chama a atenção a grande incidência de processos provenientes de Nonoai, local de intrusão em terras indígenas e na área da reserva florestal, além de intensa mobilização de agricultores sem-terra ligados aos MASTER. O fato revela a importância que a reforma agrária adquiriu perante a população e a possibilidade de, através da liderança de Leonel Brizola e da pressão do povo organizado, efetivar a distribuição da terra por todo o país.

Neste capítulo procuramos identificar as características dos membros dos Grupos de Onze no Rio Grande do Sul, pessoas que, de massa trabalhadora anônima, passavam a participantes de um grupo que poderia influenciar decisões na capital do país, com a possibilidade de, pela mobilização popular como ocorrido na Legalidade e nos movimentos do MASTER, serem efetivadas as reformas de base e ser implantada a reforma agrária. Um Grupo de Onze, como num time de futebol. Por mais humilde que a pessoa fosse, isso lhe transformava num cidadão participante da política e das decisões nacionais.

⁴⁶³ No ano de 1964 foram criados 15 municípios e no ano de 1965 criados 31 municípios, sendo que destes, somente de Mariano Moro consta processo de pedido de indenização por perseguição política relacionado com os Grupos de Onze. Sobre a evolução municipal no Rio Grande do Sul. Ver: CORTAZZI, Amneris Morschheiser. *Evolução Municipal: Rio grande do Sul (1809-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

4 “SE ELES VENCESSEM, SERIA MUITO PIOR!”: TERRORISMO DE ESTADO E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

Com a deflagração do golpe civil-militar de 31 de março desencadeou-se a chamada Operação Limpeza, que foi mais uma caça às bruxas, visando expurgar da sociedade aqueles que lutavam pela efetivação das reformas de base. Leonel Brizola, após ficar escondido por cerca de um mês⁴⁶⁴ em Porto Alegre, exilou-se no Uruguai, frustrado em sua tentativa de organizar uma resistência ao golpe e reconduzir João Goulart à presidência. Entretanto, sua presença no país vizinho ainda representava uma ameaça de insurreição ao regime, sendo que os Grupos de Onze, se ainda não eram, poderiam vir a ser o braço armado que colocaria em risco a ordem recém instituída. Por isso, os seguidores de Leonel Brizola e integrantes dos Comandos Nacionalistas, classificados na categoria de *inimigos internos*, sofreram dura repressão na Operação Limpeza, num processo de eliminação de toda e qualquer oposição política ao regime autoritário que se instaurou.

A justificativa ideológica para a tomada do poder em 1964 e a modificação das estruturas do Estado foi, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, com assistência de consultores norte-americanos e franceses, visando treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional.⁴⁶⁵ No clima de Guerra Fria vigente, a situação de efervescência vivida no país, o governo nacionalista e reformista de João Goulart, os movimentos sociais em luta por direitos e melhores condições de vida, a formação de Ligas Camponesas e a organização de Grupos de Onze foram vistos como acontecimentos na prática daquilo que, tanto a teoria da guerra revolucionária francesa quanto a Doutrina de Segurança Nacional americana preconizavam. Então, na ótica dos militares e dos conservadores – sem esquecer dos Estados Unidos –, se fez necessária uma intervenção militar e a tomada do poder do Estado para “salvar” o país do comunismo e preservar a democracia, a

⁴⁶⁴ Brizola permaneceu escondido em fazendas na região fronteira até maio, quando também deixou o país rumo ao Uruguai. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>. Acesso em: 07/06/2018. “As areias da praia de Cidreira serviram de pista de pouso para o avião Cessna azul e branco [...] naquele clarear de segunda-feira, 4 de maio de 1964. Escondido atrás das dunas, vestido com farda de soldado da Brigada Militar e observando a chegada do bimotor, encontrava-se o mais procurado adversário da recém-implantada ditadura militar. Foi à beira mar que Leonel Brizola se despediu do Rio Grande do Sul e do Brasil para mergulhar em 15 anos de exílio.” KUHN, Dione. *Brizola: da Legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p. 95.

⁴⁶⁵ ALVES, Maria Helena. Op. cit., p. 28.

ordem, a moral cristã e também os interesses do capitalismo estadunidense. Como, para eles, era urgente purgar a sociedade dos elementos nocivos, a violência estatal também se fazia necessária. O Estado, detentor legítimo da violência,⁴⁶⁶ possui as maiores possibilidades de utilizá-la inadequadamente, bem como ocasionar os piores resultados, tanto em qualidade como em quantidade, pois, como informa José Carlos Moreira da Silva Filho,

ao serviço do Estado estão aparelhos repressivos fortemente treinados e armados, como as polícias e as forças militares. Na estruturação destes aparelhos se apresenta uma organização burocrática com várias e complexas ramificações, um conjunto ideológico que justifica as suas ações, um forte sentimento corporativo e uma racionalidade instrumental que perpassa todas as suas instâncias.⁴⁶⁷

Ao se utilizar desse aparelho repressivo organicamente estruturado para reprimir e/ou eliminar toda forma de oposição e contestação social, a partir de 31 de março de 1964, o Estado apelou para o terror.

Nas análises sobre o período da ditadura militar no Brasil, recentemente vem sendo incorporado o conceito de terrorismo de Estado, principalmente a partir do Ato Institucional nº 5.⁴⁶⁸ Porém, há estudos que evidenciam práticas de Terror de Estado desde a implantação da ditadura⁴⁶⁹, pois, conforme Caroline Bauer, é através conceito de terrorismo de Estado que ações que foram tidas como “excessos de patriotismo” realizadas por alguns membros do aparelho repressivo do Estado “passam a ser percebidas como resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder”.⁴⁷⁰ Nesse sentido,

⁴⁶⁶ [...] o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica *o monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 56

⁴⁶⁷ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-Militar no Brasil: direito de resistência não é terrorismo. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, n. 5, 2011. p. 51

⁴⁶⁸ Como exemplo do uso do conceito de terror de Estado para o período de vigor do Ato Institucional nº 5, podemos citar os seguintes autores: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.; CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2(2): 101-112, 2.sem. 1990.; PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁴⁶⁹ FERNANDES, Ananda Simões. 2009. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.; BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

⁴⁷⁰ BAUER, Caroline Silveira. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. Londrina, 2005. p.7. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=15603>. Acesso em: 01/08/2016.

considerar-se-á nesse trabalho que o regime implantado em 31 de março de 1964 apresentou, de imediato, características do terrorismo de Estado, pois essa mediação através da violência foi sentida pelas pessoas que foram enquadradas na categoria de *inimigos internos* e o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou o aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição baseando suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

4.1 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E TERRORISMO DE ESTADO

Dentro de um contexto de Guerra Fria, em que a disputa ideológica entre capitalismo e comunismo adquirira contornos globais, o continente americano – especialmente o Brasil – era considerado pelos Estados Unidos como área do seu interesse nacional, sendo que os problemas de segurança interna de cada país eram compreendidos como questões da própria segurança norte-americana. Os Estados Unidos acompanhavam de perto o desenrolar dos acontecimentos políticos no Brasil e viam com desconfiança o Governo João Goulart e suas pretensões reformistas, principalmente após a Revolução Cubana. Carlos Fico informa que “a questão cubana traria enormes consequências para a América Latina”⁴⁷¹, sendo que o presidente dos Estados Unidos, Kennedy, tinha uma visão catastrófica da América Latina, considerada por ele como “a área mais perigosa do mundo”, certamente em função da fracassada tentativa de invasão de Cuba e da tormentosa crise dos mísseis.⁴⁷² E, em 1961, Cuba tornou-se socialista! Era o triunfo do comunismo internacional nas barbas do gigante capitalista. A partir daí, a Guerra Fria tornou-se mais presente no continente americano. Raul Pont refere que “o fantasma do comunismo não paira longe, está ali, mostrando que a revolução está nas portas do império americano, que a luta armada de um conjunto de jovens idealistas e revolucionários era viável e podia se concretizar como estratégia política”.⁴⁷³

Além das questões ideológicas e militares do período, a supremacia sobre o comércio, produção e finanças era vital para a “consolidação hegemônica planetária do capitalismo estadunidense”⁴⁷⁴, necessitando a América Latina ser salvaguardada, tanto da influência nefasta do comunismo internacional quanto da atuação dos movimentos sociais e das lideranças políticas

⁴⁷¹ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 25.

⁴⁷² RABE, Stephen G. apud FICO, Carlos. *O grande irmão...* p. 31.

⁴⁷³ PONT, Raul. Ausências e presenças da resistência na ditadura. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1. p. 76.

⁴⁷⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões... p. 15.

reformistas/nacionalistas que não pactuavam com o imperialismo estadunidense. Programas de ajuda como a Aliança para o Progresso conjuntamente com a exportação da Doutrina de Segurança Nacional objetivavam garantir essa supremacia, fornecendo, junto com programas socioeconômicos, “treinamentos de oficiais latino-americanos em escolas militares de policiais dos Estados Unidos, ajuda e reestruturação, modernização e reconversão do fator militar para enfrentar e destruir o ‘inimigo interno’”.⁴⁷⁵

A DSN, de acordo com Joseph Comblin, era composta de uma série de pressupostos teóricos criados por estrategistas norte-americanos a partir das experiências vivenciadas no Vietnã, na Indochina e na Argélia, e na suposta necessidade de responder a nova técnica de guerra empregada pelos subversivos desses países. Considerando que o comunismo almejava conquistar o mundo e se utilizaria de todo e qualquer descontentamento existente nos países de Terceiro Mundo, por trás de todos os fenômenos revolucionários era preciso ver o comunismo. Então não era preciso distinguir entre “guerra de libertação nacional, guerrilhas, subversão, terrorismo, etc. Pode haver apenas fases diferentes de um único processo, o da guerra revolucionária.”⁴⁷⁶ Como essa doutrina foi ensinada aos oficiais que foram estudar nos Estados Unidos e apropriada pelas Escolas de Guerra de inúmeros países, “um grande número de oficiais aprendeu a interpretar os acontecimentos em seu país através do esquema convencional da guerra revolucionária.”⁴⁷⁷

A partir da premissa que em toda parte haveria “a presença do comunismo internacional; em toda parte uma guerrilha potencial”⁴⁷⁸, havia a necessidade de um estado de guerra permanente contra o “inimigo interno”, que se estendia desde opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema. Tudo o que não estivesse em concordância com o sistema era identificado com comunismo, conceito que se tornou flexível e abrangente, justificando todo e qualquer tipo de repressão, inclusive torturas, considerada um meio para obter informações, pois “nessa guerra [contra o comunismo], a arma decisiva é a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo”.⁴⁷⁹

A necessidade de remover os entraves ao projeto de internacionalização da economia e da hegemonia do capital internacional e seus associados locais, a erradicação do perigo comunista eram justificativas plausíveis para a deflagração dos golpes de Estado do Cone Sul, a

⁴⁷⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões... p. 15..

⁴⁷⁶ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 44.

⁴⁷⁷ Idem, p. 47.

⁴⁷⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁹ Idem, p. 46.

implantação do TDE e o uso da violência estatal.⁴⁸⁰ Em um primeiro momento, de acordo com Enrique Serra Padrós, as estruturas repressivas das ditaduras ou Regimes de Segurança nacional atuaram no combate da oposição política em todas as suas formas de manifestação e organização, sendo que, “fundamentadas nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, a eliminação da figura do ‘inimigo interno’ implicou em uma violência permanente, sistemática, clandestina e global. Assim foi semeado o temor, o desespero, a autocensura”.⁴⁸¹

O TED implantado pelos regimes de Segurança Nacional⁴⁸² estava alicerçado na DSN, sendo que o Brasil foi o primeiro país a instaurar uma ditadura baseada nas premissas dessa doutrina, produzindo um aparato repressivo estatal que serviu de modelo para os demais governos militares que se instauram posteriormente na região, entre os quais o Uruguai (1973), Chile (1973) e a Argentina (1976). Apesar da experiência brasileira não ter tido a extensão e a profundidade que se verificou em outras realidades das ditaduras latino-americanas, a ditadura utilizou-se da instrumentalização do Terror de Estado e tornou-se um “laboratório” para os demais, elaborando e exportando suas práticas.⁴⁸³

Recentemente o uso do conceito de Terror de Estado vem sendo incorporado pela historiografia brasileira nas análises do período da ditadura militar, destacando Enrique Padrós, que, em sua tese de doutorado *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura Civil-Militar*, ao analisar o período da ditadura civil-militar no Uruguai, estabelece comparações com a ditadura implantada no Brasil e sua importância como modelo aos países vizinhos, além do colaboracionismo existente entre os regimes. Entretanto, durante a vigência da ditadura já havia referências ao terror praticado pelo Estado brasileiro. Eder Sader, em sua obra *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*, publicado em 1982, referindo-se ao período inicial da ditadura relata que “as prisões em massa, a suspensão dos direitos individuais e políticos, o reino do arbítrio e do terror militar foram justificados como meios para uma rápida volta ao regime constitucional”⁴⁸⁴, o que não ocorreu, permanecendo os militares no poder por mais de 20 anos.

Maria Helena Moreira Alves, na obra *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, escrita em 1984, já fazia uma ampla análise da Doutrina de Segurança Nacional estadunidense e sua

⁴⁸⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões... p. 16.

⁴⁸¹ Idem, ibidem.

⁴⁸² Regimes de Segurança Nacional é utilizado por Enrique Padrós para se referir às ditaduras militares e/ou civis-militares alicerçadas na Doutrina de Segurança Nacional e implantadas na América Latina a partir da década de 1960 a 1980.

⁴⁸³ FERNANDES, Ananda Simões. 2009. *Quando o inimigo...*p. 148.

⁴⁸⁴ SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. p. 51.

influência na elaboração da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento no país, utilizada para justificar um sistema de controle e dominação da população, manter a expansão do capitalismo dependente atrelado aos Estados Unidos e, através do terror, acabar com os conflitos entre as classes sociais. A autora explica que

a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controladas pelo terror.⁴⁸⁵

A autora evidencia a ocorrência de ondas repressivas desde o golpe com a Operação Limpeza, com uso sistemático de torturas, sendo que o terror que se estabelece entre os anos de 1969 e 1974 era uma estratégia para a dominação política e contenção da sociedade.⁴⁸⁶ Apesar de não utilizar-se do conceito “Terror de Estado”, Maria Helena Moreira Alves, em sua análise, trabalha com os elementos característicos destes regimes, referido pela autora como “Estado de Segurança Nacional”, como a influência da Doutrina de Segurança Nacional, a percepção da existência do “inimigo interno” vinculado à ameaça comunista internacional, o controle pelo terror e a disseminação de uma cultura do medo. A autora ressalta que o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares, que na “luta” pela manutenção da segurança interna suspeita de toda a população, visto que qualquer um pode ser recrutados pelas forças do comunismo internacional. Então todos são “inimigos internos” potenciais, que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados”.⁴⁸⁷ E, a partir da percepção da existência de um inimigo infiltrado na sociedade, conforme Enrique Padrós, que tanto poderia ser o líder sindical, o estudante ou o agricultor,

o TDE procurou agredir tanto alvos selecionados (líderes, políticos, militantes sociais, intelectuais) quanto outros indiscriminados. Isto ocorreu pela existência de um grande número de “inimigos” reconhecidos como tais e localizados em “zona de combate” –

⁴⁸⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 31.

⁴⁸⁶ Idem, p. 201.

⁴⁸⁷ Idem, p. 45.

área guerrilheira, bairros populares, instituições universitárias e secundaristas – e pela identificação da população, em geral como potencial inimigo.⁴⁸⁸

Irene Cardoso, uma das únicas sociólogas que utiliza o conceito de terrorismo de Estado para a ditadura militar brasileira, no seu artigo *Memória de 68: terror e interdição do passado*, publicado em 1990, declara que no decorrer do ano de 68, nitidamente a partir do AI-5, “é possível perceber a montagem de uma estratégia de implantação do terror por parte do Estado.”⁴⁸⁹ A autora considera que o processo do aparato repressivo e a implantação do Terror de Estado no Brasil fundamenta-se em elementos presentes desde a instauração da ditadura:

- a presença de uma Doutrina de Segurança Nacional que já vinha sendo desenvolvida há anos pela Escola Superior de Guerra e que sofre uma inflexão importante com a definição da “guerra de subversão interna”, que abrange a “guerra insurrecional” e a “guerra revolucionária”. Esta passa a colocar em primeiro plano o conceito de “fronteiras ideológicas” (por oposição ao de “fronteiras territoriais”) quando a “guerra ideológica” passa a supor então a teoria do “inimigo interno” e da “agressão indireta”. Assim definida a “guerra revolucionária”, que assume formas psicológicas e indiretas, que explora os descontentamentos existentes e conquista as mentes, passa a considerar suspeita toda a população, como inimigo potencial, a ser controlada, perseguida e eliminada;
- o surgimento do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, como a primeira criação legal da Doutrina de Segurança Nacional;
- o ato institucional nº 1 (1964), o ato institucional nº 2 (1965) e a Constituição de 67 que consagra a Doutrina de Segurança Nacional na sua definição da teoria da “guerra psicológica” e do inimigo interno.⁴⁹⁰

Estes elementos, exceto a Constituição de 67, estão presentes no período abrangido por essa pesquisa. Para a autora, outros mecanismos fazem parte da implantação do terrorismo de Estado, como o caso PARA-SAR; a presença de organizações paramilitares; o AI-5; o AI-13 e o AI-14; a Lei de Segurança Nacional de 1969; os decretos-lei secretos; as ações unificadas entre policiais e militares, a partir de 1969, em operação de busca e detenção em larga escala; a montagem do aparato repressivo com a criação da OBAN; a atuação do “Esquadrão da Morte” e de grupos clandestinos de repressão.⁴⁹¹

Jacob Gorender, ao descrever o dia seguinte ao golpe também refere que “torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado”.⁴⁹²

⁴⁸⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões..., p. 17.

⁴⁸⁹ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 2(2): 101-112, 2.sem. 1990. p. 106. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805/87514>. Acesso: 01/01/2017.

⁴⁹⁰ Idem, p.106.

⁴⁹¹ Idem, ibidem.

⁴⁹² GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 77.

Caroline Bauer, em sua dissertação de mestrado *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)* enquadra a atuação do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) de 1964 a 1982 como prática de terrorismo de Estado. Para a autora, é fundamental entender o Terror de Estado como uma forma de dominação política e de controle da sociedade, defendendo a ideia de que o Brasil passou por esse tipo de sistema durante a ditadura.

O apelo a práticas de terrorismo de Estado não foi de uso exclusivo do período de ditadura militar. Basta lembrar que, durante o episódio da Legalidade, no intuito de calar Leonel Brizola, o marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra, ordenou o bombardeio do Palácio Piratini, com uma multidão com mais de 30 mil pessoas se concentrando na Praça da Matriz. A tragédia não se consumou devido a adesão do comandante do III Exército à Legalidade e pela amotinação de sargentos e suboficiais da base aérea de Canoas que impediram a decolagem dos aviões.⁴⁹³ Esse fato, sem dúvida, pode ser considerado um ato de terrorismo de Estado.

4.2 ANTICOMUNISMO, GUERRA REVOLUCIONÁRIA E GRUPOS DE ONZE

A Guerra Fria e o consequente alinhamento do Brasil e dos países da América Latina ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos influenciou a visão que se tinha sobre a segurança nacional. À ideologia de segurança nacional incorporaram-se elementos da teoria da guerra total e confronto inevitável das duas superpotências.⁴⁹⁴ Porém, a luta contra o comunismo já era objeto das preocupações do Estado brasileiro e das Forças Armadas nacionais.

O sentimento anticomunista e a grande preocupação com a subversão remontam a 1935, data que foi aprovada a primeira Lei de Segurança Nacional, que “definiu os crimes contra a ordem política e social, visando ao controle da propaganda subversiva organizada por qualquer associação ou partido que tivesse o objetivo de subverter a ordem autoritária em construção”⁴⁹⁵, em que o Estado seria o portador de uma ordem institucional voltada para o desenvolvimento e para a modernização, cabendo-lhe “arregimentar as classes, culminando no fortalecimento das

⁴⁹³ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. p.56-62. LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008. p. 117-119.

⁴⁹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 39

⁴⁹⁵ BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando. Estado autoritário e violência no Brasil. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA3.pdf>. p. 17. Acesso em 26/07/2017

instituições militares e no uso indiscriminado da violência, tendo em vista a Lei de Segurança Nacional”.⁴⁹⁶

Em oposição ao autoritarismo de Vargas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁴⁹⁷, presidida por Luís Carlos Prestes, liderança tenentista convertida ao comunismo, em novembro de 1935 ousou um levante militar que objetivava a tomada do poder e a destituição do presidente. A tentativa foi frustrada, porém providencial, pois, de acordo com Nilson Borges Filho e Fernando Filgueiras, possibilitou a constituição de uma

justificativa ideológica para o uso da violência, uma vez que a repressão era contra a escalada comunista no plano internacional. Ou seja, o fracasso da ANL possibilitou a identificação do inimigo externo – o comunismo – e do inimigo interno – os grupos subversivos –, demandando a organização da unidade mediante a afirmação, inclusive no plano jurídico, dos valores da comunidade através da Nação.⁴⁹⁸

Rodrigo Patto Sá Motta informa que a Intentona foi o elemento responsável pela disseminação e pela consolidação do anticomunismo no Brasil, com forte impacto sobre a opinião conservadora, pois “tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira”, sendo fator de medo e comoção a participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista.⁴⁹⁹

A insurreição no seio do próprio Exército, articulado para ocorrer em diversas cidades, em diversas guarnições militares ao mesmo tempo, a quebra da hierarquia, da disciplina e da ordem, tão importantes para a manutenção da corporação, resultou numa postura anticomunista ferrenha, sendo que, como assinala Frank D. McCann, “na memória coletiva do Exército, os comunistas e a pérfida rebelião de 1935 ficaram para sempre associados”.⁵⁰⁰ Carlos Fico refere

⁴⁹⁶ BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando. Estado autoritário e violência no Brasil. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA3.pdf>. p. 17. Acesso em 26/07/2017.

⁴⁹⁷ A Aliança Nacional libertadora defendia um conteúdo nacionalista, a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a constituição de um governo popular, que garantisse as liberdades civis. Sob influência da Internacional Comunista, a Aliança Nacional Libertadora reuniu diferentes setores das classes, inclusive das forças militares, colocando-se como oposição ao autoritarismo de Vargas, planejando, em novembro de 1935, um levante militar que possibilitasse a tomada do poder. O resultado foi a repressão violenta por parte das forças legais, levando ao confronto com as tropas insurgentes em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro, culminando na prisão de suas lideranças e em centenas de mortos. BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando. Estado autoritário e violência no Brasil. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA3.pdf>. p. 17. Acesso em 26/07/2017.

⁴⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, núm. 13, julho, 2002, pp. 189-207. p. 190. Disponível em: <http://sociales.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>. Acesso em 21/07/2017.

⁵⁰⁰ MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 487.

que “em 1935 inaugurou-se no Brasil a prática de tortura contra inimigos políticos. Desde então os militares usariam os episódios daquele ano para fazer propaganda anticomunista.”⁵⁰¹

O fantasma do comunismo passou a fazer parte do imaginário da sociedade brasileira, endossado pela Igreja Católica, que o considerava o próprio inferno, e os comunistas, por conseguinte, agentes do demônio em ação. Carla Simone Rodeghero destaca a associação dessas imagens ao movimento de 1935, sendo que, “assim como outras instituições brasileiras, a Igreja dirigiu seus ataques aos ‘traidores’ da Pátria e ao perigo que eles representavam para o Brasil”.⁵⁰²

As Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, que sempre tiveram presença relevante nas decisões políticas do país, desde a Revolução de 1889 e, notadamente, a partir da implantação do Estado Novo, em 1937, passaram a atuar no cenário político. Na década de 1930 ocorreram as principais mudanças nas Forças Armadas, principalmente em relação ao Exército. Os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, apoiados pelo presidente Getúlio Vargas, “conseguiram tornar o Exército uma organização coesa, politicamente homogênea e socialmente permeável às classes média e alta da população”.⁵⁰³ A divisão do mundo sob a guerra fria serviu para acentuar as tendências anticomunistas já existentes nas Forças Armadas. Para João Roberto Martins Filho, foi da percepção da necessidade de estreitar os laços entre elites militares e civis na luta contra o comunismo que foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.⁵⁰⁴ O autor destaca a forte influência francesa sobre o Exército brasileiro⁵⁰⁵, sendo que a guerra revolucionária era o centro de pensamento militar e da doutrina operacional francesa. Um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a ideia de que “se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares.”⁵⁰⁶ O controle das informações seria o elemento decisivo da guerra revolucionária e para combatê-la seria necessário a unificação do comando político e do comando militar, tarefa desempenhada pela Escola Superior de Guerra (ESG), juntamente com o Instituto

⁵⁰¹ FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 24.

⁵⁰² RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. pp. 463-488. p. 480. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14008.pdf>. Acesso em: 20/07/2017.

⁵⁰³ MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126. p. 104.

⁵⁰⁴ Idem, p. 104.

⁵⁰⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 23, nº 67 jun. 2008.

⁵⁰⁶ Idem, p. 41.

de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).⁵⁰⁷ A DSN elaborada e exportada pelos Estados Unidos continha elementos da doutrina francesa que estavam sendo estudados e incorporados no Brasil. No final dos anos de 1950, antes mesmo da eclosão da Revolução Cubana, os franceses eram os únicos a tratar do tema da guerra revolucionária. Rodrigo Nabuco Araujo afirma que a doutrina de guerra revolucionária forneceu o fundamento e as bases para a constituição da doutrina militar brasileira, independentemente dos procedimentos e técnicas difundidas pelo Exército estadunidense.⁵⁰⁸ Conforme Maria Helena Moreira Alves, a apropriação do conceito de guerra revolucionária foi essencial para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Enquanto os estrategistas militares norte-americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e guerra nuclear, “os latino americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária”.⁵⁰⁹

O episódio do golpe civil-militar de 1964, conforme Claudia Wasserman, fazia parte de um longo processo de ideologização das Forças Armadas brasileiras e latino-americanas que visavam impedir o avanço do comunismo. Para a autora, o “Exército não atuava, como em outras ocasiões, como árbitro entre as classes sociais, mas se colocava como protagonista de objetivos determinados (fins), estratégias definidas (meios) e iluminados por uma ideologia, a Segurança Nacional”.⁵¹⁰

4.2.1 O Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil

Para João Roberto Martins Filho, a renúncia de Jânio Quadros, a crise política que se seguiu, o movimento da Legalidade e a posse de Goulart a contragosto, mesmo sob um regime

⁵⁰⁷ Os empresários – bem como os militares e os setores da Igreja Católica – organizaram-se para defender seus interesses e para combater o avanço político dos movimentos sociais de orientação nacionalista de esquerda [...] a atuação político-ideológica dos empresários aglutinados em torno do complexo IPES/IBAD, o qual teve papel decisivo na contra mobilização de direita. TOLEDO. Caio Navarro. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 83. Dreifuss analisa a ação conspiratória de civis e militares, através do complexo IPES/IBAD, demonstrando que o golpe não foi uma ação apenas envolvendo os militares. “[...] a queda do governo ocorreu como a culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart. A rede militar do complexo IPES/IBAD, assim como os oficiais pertencentes a outros grupos que foram ativamente aliciados, operava em sistema de intensa cooperação com civis.” Foi o primeiro a usar o termo civil-militar. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. p. 361.

⁵⁰⁸ ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*. Vol. 15, nº 20, 2008. p. 271.

⁵⁰⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 40.

⁵¹⁰ WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; MIX, Miguel Rojas [Org.]. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 27-44. p. 30

parlamentarista, a volta do presidencialismo e o debate sobre as reformas de base, tudo isso “serviu para o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) confirmar as visões doutrinárias sobre o avanço da guerra revolucionária no Brasil.”⁵¹¹ Após um período de estudos e aglutinação das Forças Armadas e elite civil na ESG, o EMFA preocupou-se em *esclarecer* a sociedade sobre esse perigo iminente. Então, a partir de 1961 começam a circular livros e panfletos publicados para o público civil reproduzindo quase literalmente o que vinha sendo estudado na caserna,⁵¹² entre os quais o *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, publicado às vésperas do golpe civil-militar.

“Em 1964, o folheto de 54 páginas, *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*, reproduz quase literalmente as discussões militares sobre a doutrina francesa – técnicas destrutivas, técnicas construtivas, fases de desenvolvimento, guerra psicológica, parada e resposta etc. – para em seguida demonstrar, numa longa lista de trinta e oito episódios relativos às greves e crises do período, que a guerra revolucionária já existia no país.”⁵¹³

Leonel Brizola ocupa lugar de destaque nesse livro, de autoria desconhecida, publicado com o pseudônimo de “Pedro Brasil” e apresentação do Comando Geral Democrático. Já na introdução alerta que as Reformas de Base se constituíam na “Ideia-Força” que estaria conseguindo a adesão do povo à guerra revolucionária, definida pelo Estado Maior das Forças Armadas como:

Guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se, segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e de parcela da população assim subvertida.⁵¹⁴

O livro destaca a importância da propaganda como arma essencial da guerra revolucionária, especialmente o rádio, pois “penetra no lar, usa a língua e a linguagem mais adequada, afeta todas as camadas sociais”, sendo um poderoso instrumento.⁵¹⁵ Refere também a

⁵¹¹ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº 67 junho/2008. p. 47.

⁵¹² SPOHR, Martina. O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969). *Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. p. 7. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/recursos/anais/14/1300553214>. Acesso em: 26/07/2017.

⁵¹³ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº 67 junho/2008. p. 46.

⁵¹⁴ BRASIL, Pedro (pseudônimo). *Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil*. Porto Alegre/RS: Globo, 1964. p. 9.

⁵¹⁵ Idem, p. 8.

existência, na guerra revolucionária, de um “Líder, quase sempre Carismático; uma Mística ardente (ideológica, política ou patriótica)”⁵¹⁶ que mobilizaria as massas populares. Salienta a constituição dos núcleos, ou seja, a organização das células e posteriormente controlar os diferentes agrupamentos humanos e os grupos organizados, a partir de agentes e quadros já formados. Essa técnica construtiva da guerra revolucionária reflete o pensamento militar sobre os Grupos de Onze, vistos como células comunistas e prova de que a guerra revolucionária, sob o comando de Leonel Brizola, já estava em curso no país.

A “impregnação psicológica” através de propaganda repetida com uso de chavões adaptados à situação, como por exemplo “espoliação” criaria o motivo e procuraria interessar e atingir a sensibilidade da “massa”. As palestras de Brizola na Mayrink Veiga, todas as sextas feiras são citadas como formas de “Impregnação psicológica”, bem como seus discursos como paraninfo ou homenageado “Brizola na formatura do ISEB e Geologia”.⁵¹⁷

O agitador-chefe da Guerra Revolucionária no Brasil, deputado do PTB Sr. Leonel de Moura Brizola, encerrou seu discurso de paraninfo da turma do ISEB, ano de 1963, solenidade realizada no IAPC da Guanabara, dirigindo-se ao Prof. Vieira, diretor do ISEB, com as seguintes palavras: “O senhor não só verá o início da revolução brasileira, porque está mais próximo do que parece, mas viverá dentro da própria revolução brasileira”. Essa solenidade também foi irradiada pela *Rede da Revolução Comunista* dirigida pela Mayrink Veiga.⁵¹⁸

O livro cita que os autores franceses dividem a guerra revolucionária em três fases: cristalização, organização e militarização, sendo que:

Cristalização: É a fase do nascimento e desenvolvimento da convicção ideológica.
 Organização: É a fase do nascimento e desenvolvimento da convicção ideológica.
 Militarização: é a mobilização e emprego simultâneo de um organismo militar, cada vez mais complexo, que é engajado à medida que vai sendo criado.⁵¹⁹

A organização e o engajamento das unidades, atos simultâneos, estariam ocorrendo no Brasil naquele momento com a organização dos Grupos de Onze Companheiros.

Limitados, inicialmente à *equipe de ação* (Comandos Nacionalistas ou Grupos de 11 Companheiros, do deputado Brizola, que estão sendo organizados em todo o País), que pouco a pouco vão sendo engrossados e reunidos em *grupos locais*, os elementos armados vão cada vez mais se apoiando na população armada (milícia de autodefesa) e a seguir passa a constituir as *unidades territoriais* (guerrilhas) e *unidades de intervenção*. Se por um lado, as unidades de intervenção, organizadas como força principal, possuem muitas características que as tornam comparáveis a um exército

⁵¹⁶ BRASIL, Pedro (pseudônimo). *Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil*. Porto Alegre/RS: Globo, 1964. p. 9.

⁵¹⁷ Idem, p. 13.

⁵¹⁸ Idem, p. 28.

⁵¹⁹ Idem, p. 16.

clássico, a simbiose das unidades territoriais e da população armada é um ato verdadeiramente específico da Guerra Revolucionária.⁵²⁰

Na obra, os Grupos de Onze são vistos como agentes da guerra revolucionária em ação, com a conivência do presidente João Goulart, sendo o papel das Forças Armadas barrar esse avanço, através de uma insurreição, de uma contrarrevolução salvadora e eliminar o *inimigo interno* representado por seus membros: “Assim que deflagrar uma insurreição é necessário, primeiro de tudo, tratar de localizar os grupos rebeldes (Comandos Nacionalistas – Grupos de 11 Companheiros), a fim de limitar a extensão de sua base e se possível destruí-la; em seguida”.⁵²¹ Essa ação foi realizada no Rio Grande do Sul pelos Batalhões Volantes da Brigada Militar, como será exposto no decorrer do trabalho.

Carla Brandalise e Marluza Harres relatam a unanimidade dos opositoristas de Brizola nas acusações de que o político preparava grupos guerrilheiros de franco teor comunista, promovia a violência na forma de uma guerra civil, fomentava a desordem nacional ou de que promovia provocações na hora equivocada.⁵²² As autoras ressaltam que, na obra *História oral do Exército*, as referências aos Grupos de Onze bem como ao papel de Leonel de Moura Brizola na sua liderança são frequentes entre os militares atuantes no Rio Grande do Sul por ocasião do golpe de 1964, para não dizer obsessivas, dado que o trabalhista é citado por quase todos eles.⁵²³

4.3 OPERAÇÃO LIMPEZA

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 instaurou no Brasil uma ditadura militar ou, como conceitua Enrique Padrós, um regime de Segurança Nacional, que desde seus primeiros dias utilizou-se da violência estatal como forma de dominação política. Para os novos mandantes da nação “impunha-se a execução das tarefas de saneamento e recuperação de todos os setores contaminados pelo clima deletério que quase levava o Brasil a um cataclismo”⁵²⁴, contaminação essa representada pelos movimentos sociais, pela mobilização dos trabalhadores e pelo programa de reformas de base proposto pelo presidente João Goulart, que, no clima de Guerra Fria vigente, eram vistos como avanço do comunismo.

⁵²⁰ BRASIL, Pedro (pseudônimo). *Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil*. Porto Alegre/RS: Globo, 1964, p. 17.

⁵²¹ Idem, p. 24.

⁵²² BANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O povo nas ruas”..., p. 59.

⁵²³ Idem, *ibidem*.

⁵²⁴ SOUZA, João Barcelos de. *Os fatos sem retouque*. Governos Castelo Branco e Costa e Silva. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993. p.12.

O comando militar assumiu o poder imbuídos, conforme Nilson Borges Filho e Fernando Filgueiras, do ideal de acabar com a corrupção e o comunismo que grassava o país. Com a justificativa de instaurar a ordem social o novo regime começou a modificar as instituições do país através de decretos, fomentando mecanismos de violência. “É através dos Atos Institucionais (AI), justificados pelo fato de um golpe de Estado ser um fato criador de direito, que os militares organizaram a repressão.”⁵²⁵ Os autores ressaltam que:

O Ato Institucional número 1 organizou o uso da violência no Brasil sob o regime autoritário, cassando mandatos nos diferentes níveis da federação, além de instalar os Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que imputavam responsabilidade criminal contra os sujeitos que praticavam crimes contra o Estado, contra o patrimônio e contra a ordem social e política. As Forças Armadas, desse modo, ganharam poderes excepcionais, desencadeando perseguições contra todos os inimigos do regime, institucionalizando a prática de tortura e de prisão indiscriminada. Além do IPM, o AI1 criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão que seria responsável pelo controle da informação, no plano da violência simbólica - instaurando o medo como mecanismo legitimador do regime - e pela coleta de informação a respeito das organizações de esquerda criminosas, que atentavam contra a ordem e a segurança nacional.⁵²⁶

Com o Ato Institucional nº1 (AI1)⁵²⁷, de 9 de abril de 1964, conforme já dito, foram cassados os mandatos dos políticos ligados ao PTB, que haviam sido eleitos democraticamente, e iniciada a repressão com perseguição, prisões e até mesmo torturas em diversas partes do país. “Milhares foram presos na ‘Operação Limpeza’, sendo que a repressão foi especialmente severa no Nordeste”⁵²⁸ visto que lá atuavam o governador Miguel Arraes, o líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, o educador Paulo Freire, entre outros, todos “perigosos subversivos” ameaçadores à ordem vigente. Da mesma forma no Rio Grande do Sul a Operação Limpeza foi aplicada de forma exemplar. O estado era considerado potencialmente perigoso em razão do movimento da Legalidade. Além disso, presença de Leonel Brizola no país vizinho era motivo de inquietação ao regime recém-instaurado, representando o perigo iminente de uma insurreição popular, que poderia ser acionada através dos Grupos de Onze, por isso esses grupos foram alvo privilegiado dessa “ação saneadora”. O exemplo da Revolução Cubana mostrara que focos de

⁵²⁵ BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando. Estado autoritário e violência no Brasil. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA3.pdf>. p. 24. Acesso em 26/07/2017.

⁵²⁶ Idem, p. 24-25.

⁵²⁷ O Ato Institucional nº1, entre outras coisas, dava amplos poderes ao Executivo, especialmente à Presidência da República; instaurava os inquéritos policial-militares (IPMs); suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos, fixava as eleições indiretas para presidente da República para os dias seguintes. Acompanhavam o ato várias listas contendo a suspensão de direitos políticos de cidadãos por dez anos, a cassação de mandatos de membros do Legislativo ou de postos executivos e a transferência para a reserva de oficiais das forças militares.

⁵²⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p. 55-56.

guerrilha rural aliada a ações de guerrilha urbana poderiam implantar o comunismo em um país. Ademais, historicamente o estado do Rio Grande do Sul destaca-se na geopolítica por suas fronteiras com o Uruguai e a Argentina, configurando-o como uma área de segurança nacional e digno de um cuidado especial.

Apesar de identificada com o Ato Institucional nº1, a Operação Limpeza iniciou imediatamente após o golpe civil-militar, com prisões e exonerações antes mesmo da decretação do Ato Institucional em 9 de abril de 1964. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi invadido e incendiado no dia 1º de abril, dia do golpe.⁵²⁹ No dia 4 de abril, o editorial do jornal *Diário de Notícias*⁵³⁰ sob o título “Operação-Limpeza”, alertou para que ninguém se iludisse, pois “a luta contra a cubanização do Brasil não cessou com o exílio do Sr. João Goulart, nem com a fuga do Sr. Leonel Brizola”. Exortando a *revolução* triunfante, advertiu que a máquina da subversão estava com muitas peças quebradas, mas ainda funcionava e poderia aos poucos ser recomposta. “Não nos esqueçamos que o ‘serpentário’ ainda está aí, aparentemente incólume”. Segundo o editorial, a “operação-limpeza recém começou” e devia ser concluída rápida e inflexivelmente.⁵³¹ No Jornal *Correio do Povo*⁵³², do dia 5 de abril, transcrevendo uma notícia do Rio de Janeiro do dia 4 de abril consta a seguinte manchete: “Prossegue a ‘Operação Limpeza’ com a exoneração de agitadores” referindo-se ao que ocorria no Instituto dos Bancários.⁵³³

Demonstrando o uso do terrorismo de Estado já no início da ditadura militar, o jornalista Márcio Moreira Alves, do jornal carioca *Correio da Manhã*⁵³⁴, publicou, em janeiro de 1966, um

⁵²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 68.

⁵³⁰ O *Diário de Notícias*, órgão vinculado aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand, de circulação estadual, com veiculação das principais notícias publicadas nos diários do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. O Diários Associados, segundo Fernando Morais, tinham sido “transformados em uma trincheira de combate ao governo João Goulart”. Segundo o autor, Chateaubriand recebera em sua residência a visita dos generais Mourão Filho e Nelson Melo, sendo que “o objetivo dos dois militares era um só: pedir apoio dos Associados para ‘combater os desatinos da turba comunista que cerca o presidente [...] para combater frontalmente o presidente e seu cunhado esquerdista, o deputado Leonel Brizola”. MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 638.

⁵³¹ Operação-Limpeza. *Diário de Notícias*. 4 de abril de 1964. p. 4.

⁵³² Jornal gaúcho diário fundado em Porto Alegre no dia 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e ainda hoje em circulação. Combatendo sistematicamente a política de Goulart, o *Correio do Povo* contribuiu para a eclosão do movimento militar de 1964. Segundo Breno Caldas, “a Revolução de 64 foi para nós bem-vinda, desejada e saudada como um acontecimento que merecia o nosso aplauso”. Leonel Brizola declarou por sua vez estar o jornal “atrelado aos interesses do capital monopolista”. In: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo> Acesso em: 24/06/2018.

⁵³³ Prossegue a “Operação Limpeza” com a exoneração de agitadores. *Correio do Povo*. 5 de abril de 1964. p. 25.

⁵³⁴ O *Correio da Manhã*, matutino carioca fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, foi um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira. Saiu de circulação no dia 8 de julho de 1974, e em seus 73 anos de existência destacou-se como um jornal de fortes opiniões, sempre engajado nas disputas políticas vividas pela sociedade brasileira. ASSIS, Carolina Silva. O *Correio da Manhã* no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. *XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste* – Rio de Janeiro

livro denunciando o que ocorria no país: *Torturas e torturados*. Márcio Moreira Alves ressalta a falta de reação ao golpe civil-militar e sendo desnecessária e exagerada a conduta militar sobre os vencidos, pois “nenhum atentado colocou em perigo as vidas dos vitoriosos ou a segurança dos cidadãos. Não existia a mais remota possibilidade de reação organizada contra o governo constituído. A debacle das forças que apoiavam os Srs. João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros, fora completa.”⁵³⁵ O país se encontrava em perfeita calma, assim sendo, “as torturas não buscavam informações urgentes, não eram exercidas contra inimigos em pé de guerra”.⁵³⁶

As denúncias contra o regime de terrorismo que se instalava no país já fora feito no *Correio da Manhã* no dia 3 de abril de 1964, num editorial intitulado *Terrorismo Não!*, como um alerta do que estava por vir. O editorial se posicionava contra as ações de Carlos Lacerda que, “age por meio da polícia política, prendendo e espancando, como se estivéssemos em plena ditadura”.⁵³⁷ No mesmo dia eram noticiadas prisões em massa no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Com o resto do País as comunicações estavam praticamente interrompidas.⁵³⁸

Márcio Moreira Alves demonstra no seu livro que as torturas eram sistematicamente praticadas desde o instante que os militares tomaram o poder. O autor declara que

as torturas revestem-se de um sadismo absolutamente gratuito. Foram feitas, em certos casos, para apurar as denúncias de armas que estariam sendo entregues a sindicatos, proferidas pelo deputado Billac Pinto e outros como preparação psicológica do golpe e que alguns militares acreditavam verdadeiras. Em outros, simplesmente para aterrorizar e espezinhar os vencidos. Buscavam informações secundárias, procuravam envolver inimigos políticos que os torturadores ou seus grupos não conseguiam incriminar de outra forma. Por vezes não tinham objetivo algum ou visavam, simplesmente, a que o torturado confessasse suas ligações com o partido comunista. Frequentemente, adquiriram um aspecto de vingança pessoal, ou de desrespeito das frustrações dos carcereiros, impossibilitados de tocarem nos inimigos mais odiados.⁵³⁹

– 7 a 9 de maio de 2009. p. 3. O *Correio da Manhã* foi um dos mais fortes espaços de denúncia ao governo militar poucos dias após o Golpe, passando a fazer, em suas matérias e editoriais, declarações diárias contra as arbitrariedades do regime, como uma série de matérias nas quais denuncia torturas e prisões ilegais pelo País já em setembro de 1964. MENESES, Sônia. Ditadura, Democracia e Esquecimento: 1964 - o acontecimento recalçado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 39 -71. p. 57.

⁵³⁵ ALVES, Márcio Moreira. *Torturas E Torturados*. Rio de Janeiro, 1966. p. 22. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf. Acesso em 23/03/2015.

⁵³⁶ Idem, *ibidem*.

⁵³⁷ Idem, p. 29.

⁵³⁸ Idem, *ibidem*.

⁵³⁹ Idem, *ibidem*.

Em *O golpe começou em Washington*, publicada em 1965, Edmar Morel relatou os acontecimentos dos primeiros meses da ditadura militar. Morel refere que no dia 2 de abril, após uma noite de “São Bartolomeu, triste noite de pavor, que ainda hoje cobre de pranto centenas de lares humildes, com seus chefes encarcerados e seviciados”⁵⁴⁰, em que nem padres e freiras escaparam, a Nação estava “num clima de terror, com deputados federais encarcerados, prisões em massa”. Ainda, segundo o autor, o Deputado Douzel de Andrade, líder do PTB, denunciou à imprensa que o terror ideológico estava instalado na Nação, pois não existiam mais liberdades, referindo-se à cassação de mandatos e direitos políticos de vários cidadãos.⁵⁴¹

Com o argumento de que “se eles vencessem seria muito pior!”⁵⁴² o regime recém instaurado passou a reprimir violentamente todos os que se organizavam em movimentos sociais, lutavam por reformas e/ou estavam ligados ao governo deposto. Márcio Moreira Alves, cita que “este ‘eles’ refere-se aos comunistas e, sobretudo, aos brizolistas”⁵⁴³, reafirmando que os Grupos de Onze representavam, no momento, foco privilegiado das ações repressivas desencadeadas pela ditadura militar.

4.3.1 A Lei de Segurança Nacional – crime: subversão⁵⁴⁴

A retroatividade, segundo Enrique Serra Padrós é uma das características do Terror de Estado, criminalizando atividades antes vistas como normais: “O absurdo dessa prática estava, na sua essência perversa, decretar criminosos, segundo o corpo de normas, regras, valores e leis derivados da DSN, comportamentos que, até o dia anterior aos golpes de Estado, eram considerados constitucionalmente legítimos”⁵⁴⁵, como era o caso da formação dos Grupos de

⁵⁴⁰ MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965. p.109.

⁵⁴¹ Idem, p. 117.

⁵⁴² ALVES, Marcio Moreira. Op. cit., p. 41.

⁵⁴³ Idem, p. 43.

⁵⁴⁴ A subversão é a principal acusação feita aos membros dos Grupos de Onze Companheiros, especialmente a seus organizadores. De acordo com o Manual de Campanha da Polícia de Distúrbios Cíveis e Calamidades Pública C 19-15, Do Ministério da Guerra, 1964: “Subversão – É o conjunto de ações, de âmbito local, de cunho tático e de caráter predominante muito psicológico, que buscam – de maneira lenta, progressiva insidiosa e, pelo menos inicialmente, clandestina e sem violência – a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas através da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e da parte da consciência moral, da falta de fé em seus dirigentes e do desprezo as instituições vigentes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício.” PADILHA, Gisélia Monteiro. Inquérito Policial Militar: A inserção do PTB na Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1945/1964). *Anais do XI Encontro Estadual de História – ANPUH*. 23 a 27 jul 2012. Rio Grande/RS. p. 413. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346349576_ARQUIVO_ANPUHRS2012FURGIII.pdf. Acesso em: 30/12/2016.

⁵⁴⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Sylvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 24.

Onze, que, conclamados pelo cunhado do presidente da república, estavam sendo organizados de forma aberta e pública como uma forma de pressão popular pelas reformas de base e a partir do golpe foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Sobre essa retroatividade, o *Projeto Brasil Nunca Mais* refere que na “ótica adotada pelos membros do Ministério Público nas acusações é aquela, rotineira nas ditaduras, de fazer o espírito da lei voltar atrás no tempo, castigando como delitos de hoje comportamentos que eram virtudes de ontem.”⁵⁴⁶

Erika Kubik informa que a estrutura da Justiça Militar durante o período do golpe militar estava regulamentada pelo Código da Justiça Militar de 1938, pela Constituição de 1946 e pela Lei de Segurança Nacional de 1953, dispositivos legais que

dispunham sobre o processo e julgamento de crimes cometidos por militares e por civis que seriam julgados pelo tribunal castrense, dentre eles os tipicamente militares, aqueles cometidos contra a segurança externa e aqueles cometidos contra instituições militares. Nesse período, salvo casos específicos, os crimes considerados atentatórios à ordem política e social não eram de responsabilidade da Justiça Militar.⁵⁴⁷

Porém, em seu artigo 42, a Lei de Segurança Nacional, estabelecia a competência da Justiça Militar para o processo e julgamento de alguns crimes nela arrolados, estando entre eles os do artigo 24, em que foram enquadrados os membros dos Grupos de Onze.⁵⁴⁸ Segundo o artigo 24, consistia crime “constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.”⁵⁴⁹ Essa lei fornecia, no momento, a base legal para a instauração de processos daqueles que eram defensores do governo de João Goulart e acusados de subversivos.

Em maio de 1964, em relatório endereçado ao Secretário de Segurança Pública, o delegado de polícia de Erechim assim se refere aos Grupos de Onze:

À guisa de ilustração, iremos salientar o seguinte: O Grupo dos Onze é uma organização que se assemelha à tipo militar, o que em assunto militar quer dizer Grupo de Combate, com exceção numérica, o que poderá ser com armas ou não, fardas ou não, mas com finalidades combativas constituídas por partidos ou particulares, em assim o sendo, a

⁵⁴⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p. 156.

⁵⁴⁷ KUBIK, Érica. A excepcionalidade da Justiça Militar brasileira no regime de 1964 à luz dos direitos humanos. 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) Gramado/RS 01 a 04 de agosto de 2012 AT-9 Política, Direito e Judiciário. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. p. 15. Disponível em: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/16_7_2012_10_14_43.pdf. Acesso em 14/12/2016.

⁵⁴⁸ Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2º, incisos I a III, 6º, quando a vítima for autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29. Lei Nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. Acesso em 14/12/2016.

⁵⁴⁹ Lei Nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm. Acesso em 14/12/2016.

constituição de tais grupos tinha alguma finalidade, e como foi inicialmente, parece enquadrar-se perfeitamente no citado art. 24, da Lei de Segurança Nacional.⁵⁵⁰

Para Jaime Valin Mansan, em 1964, a ideia de subversão já encontrava-se amplamente difundida no Brasil, com centralidade em certos imaginários, como o anticomunista.⁵⁵¹ Os critérios de definição dos subversivos, conforme Júlia Lettícia Camargos Barbosa ganharam novos nuances principalmente após a Revolução Cubana em 1959, que para alguns significou o êxito do socialismo nas Américas e para outros representou uma grande ameaça. O tipo “revolucionário” cubano ganhou espaço no imaginário social, representando a força popular da esquerda combativa.⁵⁵² Para a autora, “vários elementos estão agregados no conceito de subversão como: desordem, desvio, crime, inimigo, guerra, oposição, degeneração, imoralidade, etc.”⁵⁵³ Nesse contexto, tudo o que não estivesse de acordo com o regime, mesmo e anos anteriores à sua decretação, era considerado subversão e devia sofrer punição. De acordo com o *Projeto Brasil Nunca Mais*,

do ponto de vista do enquadramento técnico, a capitulação dos “crimes” variava bastante, podendo ser invocados diversos artigos da Lei de Segurança Nacional. Do ponto de vista filosófico, entretanto, ficou evidente que se partia de uma definição arbitrária daquilo que seria “subversão”. As autoridades do Regime Militar utilizaram esse conceito, abusivamente, como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado. Seu raciocínio continha uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da Nação, tentar muda-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição.⁵⁵⁴

Dayane Rúbila Lobo Hessmann explica que o Estado transformou o “subversivo” não apenas em inimigo, mas em ‘perigo’ a ser evitado e a ser combatido”, sendo que a criminalização daqueles que não pensassem ou agissem de acordo com o grupo que tomou o poder desde épocas anteriores ao golpe, contribuiu “para que as perseguições, torturas, prisões e até mesmo mortes, fossem aceitas e justificadas pelos militares”⁵⁵⁵ e também pela sociedade civil.

⁵⁵⁰ Relatório 05/64. Sops/E. 1.2.98.4.1.

⁵⁵¹ MANSAN, Jaime Valin. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. p. 51

⁵⁵² BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012. p. 40.

⁵⁵³ Idem, p. 42.

⁵⁵⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p. 159.

⁵⁵⁵ HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Combatendo a “Peste Vermelha”: A construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. Fortaleza, 2009. p. 5. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1042.pdf>. Acesso em 22/01/2017

As ações dos militares também eram norteadas pelo Código Penal Militar de 1944, que estendia aos civis o foro militar quando os crimes fossem contra as instituições militares ou contra a segurança externa do país. Esse princípio, que já se encontrava na Constituição de 1934 e na de 1937, permaneceu na Constituição de 1946. O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 declarou “a sujeição dos civis ao foro militar nos crimes contra as instituições militares ou a segurança nacional, nos casos expressos em lei, sem a exigência de que a ‘segurança’ fosse ‘externa’”⁵⁵⁶, preceito incorporado na Constituição de 1967.

Entretanto, Taiara Souto Alves explica que existiram civis denunciados por infração à Lei de Segurança Nacional antes da decretação do Ato Institucional nº 2 nas Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria, sendo que 67 civis foram denunciados em 1964 em Santa Maria e seis civis denunciados em Porto Alegre entre janeiro e maio de 1965. A hipótese que a autora apresenta para esse fato seria que os quartéis de Santa Maria estiveram envolvidos desde os primeiros dias do golpe na atuação da repressão, inclusive na montagem dos IPMs.⁵⁵⁷ Das denúncias apontadas por Taiara Souto Alves em 1964, dois processos eram referentes à formação de Grupos de Onze na região Alto Uruguai, com dez indiciados como cabeças de grupo da cidade de Machadinho e dois indiciados por serem organizadores de Grupos de Onze em Mariano Moro, distrito de Erechim.⁵⁵⁸ Em março de 1965, portanto antes da decretação AI-2, teve outro processo contra organizadores de Grupos de Onze na região Alto Uruguai, na cidade de Frederico Westphalen, com sete indiciados.⁵⁵⁹

Vistos como subversivos, comunistas e perigosos, as prisões dos envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros começaram antes mesmo da decretação do Ato Institucional nº1 de 9 de abril de 1964, que inaugurou a repressão legal por meio dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) e retirou a possibilidade de questioná-los perante a justiça.⁵⁶⁰ Segundo Maria Helena Moreira Alves, no dia 27 de abril de 1964 o governo Castelo Branco instituiu os IPMs, que “constituíam a mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’”.⁵⁶¹ Esse dispositivo carecia de fundamentação jurídica formal e não se submetia a regras fixas de comprovação. A decisão de um IPM deveria ser publicado no *Diário Oficial da União* ou nos diários oficiais dos Estados ou Municípios, demonstrando a preocupação com a

⁵⁵⁶ D’AQUINO, Ivo. O novo Código Penal Militar. *Revista de Informação Legislativa*. Julh a dez. 1970. p. 100. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180611/000345628.pdf?sequence=1>. Acesso em 12/02/2017.

⁵⁵⁷ ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis...*, p. 68

⁵⁵⁸ Idem, p. 118 e 121.

⁵⁵⁹ Adão Martins. 18/03/1965. Processo 4873-1200/98-0. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁵⁶⁰ KUBIK, Érica. Op. cit., p. 15.

⁵⁶¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 68

legalidade e o estabelecimento de um sistema legalista capaz de lançar as bases da organização e coordenação de uma estratégia repressiva de expurgos e controles.⁵⁶² Gisélia Monteiro Padilha refere que, neste momento inicial, o IPM tinha a função de legitimar a ação militar e produzir uma “verdade”, a de que a intervenção militar foi provocada pela situação de anarquia existente promovida pelas forças políticas contrária à nova ordem que se instalou.⁵⁶³ Esses IPMs ficavam a cargo de um coronel, designado a atuar numa região específica junto a uma Delegacia de Polícia ou das SOPS. De acordo com o Projeto *Brasil: Nunca Mais*, os IPMs “foram processos formados, por assim dizer, para forçar algum tipo de enquadramento legal daquelas centenas e milhares de cidadãos presos nos primeiros dias após a reviravolta política de 1º de abril de 1964.”⁵⁶⁴

O Rio Grande do Sul estava alinhado aos golpistas, sendo que o governador Ildo Meneghetti, prevendo uma reedição da Legalidade sob o comando de Brizola, saiu de Porto Alegre no dia 1º de abril e estabeleceu temporariamente o governo estadual na cidade de Passo Fundo, preparando-se para um possível confronto armado. Apesar das manifestações populares na capital e dos apelos de Leonel Brizola, João Goulart, que chegou à Porto Alegre no dia 2 de abril, decidiu pela não resistência, rumando para o exílio no Uruguai, sendo que “as primeiras prisões efetuadas pelos militares golpistas na cidade [Porto Alegre], que atingiram deputados estaduais do PTB e o próprio prefeito da capital, naquele mesmo dia 2 de abril.”⁵⁶⁵ Vitoriosos, os golpistas assumiram a tarefa de “arrumar a casa”,⁵⁶⁶ expurgando os elementos nocivos e ensinando aos demais qual era o comportamento adequado para a boa sociedade ocidental, democrática e cristã.

Em Porto Alegre, conforme notícia do jornal *Correio do Povo*, o DOPS havia prendido 241 pessoas até 24 de abril de 1964⁵⁶⁷; em Santa Maria, de acordo com o jornal *A Razão*, até o final de maio, cerca de 80 pessoas já haviam prestado depoimentos e mais 51 estavam previstas para serem ouvidas nos dias seguintes no DOPS da cidade⁵⁶⁸; na região Alto Uruguai o jornal *A*

⁵⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 68.

⁵⁶³ PADILHA, Gisélia Monteiro. Inquérito Policial Militar: A inserção do PTB na Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1945/1964). *Anais do XI Encontro Estadual de História – ANPUH*. 23 a 27 jul 2012. Rio Grande/RS. p. 413. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346349576_ARQUIVO_ANPUHRS2012FURGIII.pdf. Acesso em: 30/12/2016.

⁵⁶⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p. 155

⁵⁶⁵ ZARDO, Murilo. Op. cit., p. 159. Claudia Wasserman afirma que, na madrugada do dia 3 de abril, Sereno Chaise foi preso pelo DOPS e solto alguns dias depois. WASSERMAN, Claudia. *O Golpe de 1964: Rio...*, p. 60.

⁵⁶⁶ Além do objetivo de “eliminar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”, os golpistas pretendiam “restabelecer a ordem”. A tarefa de “arrumar a casa” ficou por conta do General Castelo Branco. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo...*, p. 45.

⁵⁶⁷ *Correio do Povo*, 24 abr.1964, p. 4.

⁵⁶⁸ RUBERT, Silvania. *Golpe de estado ou revolução cívica: o discurso construído pelo jornal a razão no contexto da ruptura institucional de 1964*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 28.

Voz da Serra noticiou que já haviam sido feitas mais de duzentas detenções até 30 de abril de 1964⁵⁶⁹; em Carazinho, segundo jornal *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, no dia 19 de abril 34 pessoas foram levadas para Porto Alegre e ficaram presas no SESME⁵⁷⁰; em Frederico Westphalen, logo após o golpe civil-militar, mais de 150 pessoas foram levados para interrogatório.⁵⁷¹ Taiara Souto Alves explica que o governo do estado criou uma Comissão de Expurgos para investigar o funcionalismo do estado, que baseada no Ato Institucional nº 1, até o mês de outubro de 1964, havia examinado 328 processos, dos quais 178 foram arquivados e 150 chamados a prestar defesa.⁵⁷² O ex-capitão da Brigada Militar, Maildes Alves de Mello, calculou que nesse mesmo período 22 membros da Brigada Militar foram demitidos e expulsos, 73 reformados e 278 funcionários civis estaduais foram expurgados.⁵⁷³

Carazinho, cidade natal de Leonel Brizola e importante ponto de apoio à Legalidade em 1961, que apesar do PTB ter sido derrotado nas eleições municipais de 1963 por uma coalizão anti-PTB era um importante reduto trabalhista/brizolista⁵⁷⁴, foi alvo de cuidados especiais por parte do governador Ildo Meneghetti e da Brigada Militar antes mesmo da deflagração do golpe civil-militar de 1964. Segundo o jornal local *Noticioso*, em 11 de março de 1964 foi organizado o 3º Corpo Auxiliar da Brigada Militar na cidade, sob o comando do major Everaldo Padilha, “formado por um grupo de carazinhenses que ficou de sobreaviso para defender as instituições e os lares carazinhenses. Sua função era estar de sobreaviso para enfrentar os grupos comunistas, e principalmente as forças ‘comuno-brizolistas’”.⁵⁷⁵ Atuava de forma ilegal, pois seu ato de criação foi baixado apenas em 02 de abril de 1964, demonstrando que as lideranças políticas próximas de Brizola, no estado, eram alvo de vigilância e que havia um aparato militar já montado para o caso de resistência ao golpe civil-militar e, efetivado o golpe, tratou o *inimigo interno* rigorosamente.

⁵⁶⁹ Polícia volante vasculha região e apreende armas: duzentas detenções. *A Voz da Serra*, 30 abr. 1964, p. 8.

⁵⁷⁰ O resgate da dignidade. *Diário da Manhã*, 11 e 12 abr. 1998, p. 7.

⁵⁷¹ BALESTRIN, José apud SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos...*, p. 148.

⁵⁷² ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis ...*, p. 115.

⁵⁷³ MELLO, Maildes Alves de. *O jantar dos inocentes. A saga dos expurgados gaúchos*. Porto Alegre: Ed Tchê, 1997. p. 79-86. Sobre os expurgos na Brigada Militar, ver também: RAGNINI, Sócrates Mezzomo. *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

⁵⁷⁴ Sobre o assunto ver a dissertação de mestrado de BRAUN. Op. cit.

⁵⁷⁵ NOTICIOSO. “3º Corpo Auxiliar da Brigada militar”. 11.04.1964. Apud: BRAUN, op. cit., p. 103.

4.3.2 Os Batalhões Volantes Especiais da Brigada Militar

Com a vitória do golpe civil-militar, o governador Ildo Meneghetti voltou a Porto Alegre e a Brigada Militar, que manteve-se fiel ao governador, foi chamada para “colaborar na consolidação do Movimento”.⁵⁷⁶ A responsabilidade de desbaratar os Grupos de Onze no interior do Estado ficou por conta dos Destacamentos Volantes da Brigada Militar, criados em 09 de abril de 1964, mesma data do AI-1, através do Decreto nº 16.552, pelo governador. O coronel Orlando Pacheco, chefe da Casa Militar do Palácio Piratini informou em entrevista à TV Piratini, no dia 8 de abril, que a partir do dia 9 de abril seguiriam “para diversas localidades dez destacamentos volantes da Brigada Militar, com, um efetivo de mil homens, especialmente treinados para combater possíveis atos de guerrilhas ou sabotagens no interior do Estado”.⁵⁷⁷ Os Destacamentos Volantes eram “destinados à instauração de dispositivos de segurança e manutenção da ordem em todo o interior do Estado”.⁵⁷⁸ De acordo com esse decreto, o contingente tinha, ainda, a missão de esclarecer as populações interioranas a respeito dos verdadeiros motivos do movimento de 1964 além de servirem como instrumento de ação “contra perniciosos grupos intolerantes a Revolução vitoriosa”,⁵⁷⁹ especificamente os Grupos de Onze Companheiros. A necessidade de mandar tropas da Brigada Militar para o interior do Rio Grande do Sul explicitada na *Exposição de Motivos: situação particular do Rio Grande do Sul* elaborada pela Brigada Militar refere a situação geográfica de fronteira do Estado, a base eleitoral de partidos políticos esquerdistas e “ser berço de políticos de atuação destacada filocomunista”, referindo-se a Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e a João Goulart. As tentativas de invasões de terras em Guaíba, Camaquã, Nonoai, Osório, Torres, etc., também são citadas e, segundo a Brigada, o Rio Grande do Sul era “inegavelmente, pela sua configuração geográfica, território propício ao lançamento de bases de apoio de guerrilha e contrarrevolução”.⁵⁸⁰ Então, a possível ação de “guerrilhas nas zonas rurais ou montanhosas”⁵⁸¹, conforme ocorreu na Revolução Cubana, era tida como existente através

⁵⁷⁶ VASCONCELOS, Cel Bento Mathuzalém de (publicitário e oficial da turma 1964). O famoso Batalhão Volante – Operação da APM. *Correio Brigadiano*. Junho de 2013. p. 14. Disponível em https://issuu.com/correibrigadiano/docs/jcb_216_-_issuu. Acesso em 15/01/2017.

⁵⁷⁷ Volantes da Brigada para prevenir (sic.) as “guerrilhas”. *Diário de Notícias*, 9 abril 1964. (Contracapa).

⁵⁷⁸ Brigada Militar, texto sobre a história da corporação disponível no site oficial. <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Institucional/museubm/conteudos/revolucao2.txt>. Acesso em 28/12/2016

⁵⁷⁹ PADILHA, Gisélia Monteiro. *Conhecendo a farda do batalhão volante da brigada Militar*. Cerro Largo, 1964. *Anais do X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH/RS*. 23 a 30 de julho de 2010. Santa Maria/RS. p. 1. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1278280818_ARQUIVO_ArtigoparaANPHURS.pdf. Acesso em: 16/12/2016.

⁵⁸⁰ *Exposição de Motivos – Situação Particular do Rio Grande do Sul*. Museu da Brigada Militar. Caixa 54-16.

⁵⁸¹ Brigada Militar reforça Dispositivo de Segurança no interior do Estado. *Correio do Povo*, 21 abr. 1964. (Contracapa).

dos Grupos de Onze, denotava cuidado especial no campo, ou seja, nas áreas interioranas e rurais, e, na falta de regiões montanhosas, as regiões planálticas como a região Alto Uruguai foram objeto de rápida e ampla ação preventiva e depurativa, pois Cuba e suas lideranças mostraram que o “campo era o terreno fundamental para a luta armada”.⁵⁸²

O “esclarecimento” da população das áreas rurais se fazia necessário, pois, de acordo com o *Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil*, após a tomada do poder, primeiro era necessário tratar de localizar os grupos rebeldes: Comandos Nacionalistas – Grupos de Onze Companheiros para limitar e, se possível, destruir a extensão de sua base. Feito isso,

ao invés de desguarnecer uma determinada área e concentrar forças para destruir os rebeldes custe o que custar (crer nesta possibilidade é uma utopia) é necessário organizar as populações de o todo o país em sistema de autodefesa, a fim de permitir-lhes defender-se, elas próprias, contra a subversão, já que a simples presença de forças governamentais é para elas um fator de organização. Na falta dessa medida elas cairão fatalmente na órbita da rebelião e, subjugadas pela ideologia adversária, ao cabo de algum tempo, fornecerão o mais seguro e eficiente apoio aos rebeldes.⁵⁸³

Para evitar essa adesão e apoio aos “rebeldes” subversivos, além de assegurar a ordem e a tranquilidade, os dez Destacamentos Volantes da Brigada Militar seriam dispostos em pontos estratégicos do Estado, composto de um pequeno efetivo, com características de “leveza, mobilidade e rapidez”⁵⁸⁴ para cumprir a seguinte missão:

- 1) Intensificar medidas que visem a garantia da ordem e tranquilidade públicas.
- 2) Realizar *ações preventivas e repressivas* eficazes que coíbam atos subversivos.
- 3) Colher informações.
- 4) *Efetuar buscas e apreensões de armamento bélico* e material subversivo.⁵⁸⁵ (grifos nossos)

Apesar do Decreto nº 16.552 referir a criação de dez Destacamentos Volantes Especiais, o jornal *Diário de Notícias* do dia 9 de abril, com manchete *Volantes da Brigada para prevenir guerrilhas*, cita a o início da atuação dos “dez destacamentos” com a movimentação do Destacamento que seguia para Erechim, referindo que os demais locais que receberiam os destacamentos volantes da Brigada Militar seriam: Vacaria, Três Passos, Cerro Largo, D. Pedrito,

⁵⁸² A guerrilha, para Guevara, era o eixo da estratégia de poder, dela deveria surgir o Exército popular, e seu terreno natural era o campo e sua relação com o campesinato era essencial. Para Eder Sader, destacam-se as três lições de *A guerra de guerrilhas*: 1º) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército regular; 2º) Nem sempre é necessário esperar que sejam reunidas todas as condições para fazer a revolução: o foco insurrecional pode fazê-las surgir; 3º) Na América subdesenvolvida, o terreno fundamental da luta armada deve estar no campo. SADER, Eder. (org.). *Che Guevara*. São Paulo: Ática, 1988. p. 20-23.

⁵⁸³ BRASIL, Pedro. Op. cit., p. 24.

⁵⁸⁴ Exposição de Motivos – Situação Particular do Rio Grande do Sul. Museu da Brigada Militar. Caixa 54-16.

⁵⁸⁵ Exposição de Motivos – Situação Particular do Rio Grande do Sul. Museu da Brigada Militar. Caixa 54-16.

Pinheiro Machado, Encruzilhada do Sul e São Francisco de Paula, somando oito unidades, não as dez que a própria notícia destaca.⁵⁸⁶ Ainda, o *Boletim Geral* da Brigada Militar do ano de 1964 refere criação apenas de quatro destacamentos: Destacamento Especial de Erechim, Destacamento Especial de Três Passos, Destacamento Especial de Cerro Largo⁵⁸⁷ e Destacamento Especial de Pinheiro Machado. O jornal *Correio do Povo*, do dia 21 de abril de 1964 noticia que no dia 20 de abril “seguiu para Vacaria o capitão Timóteo Alves da Silva, que leva a incumbência de dirigir os grupos da milícia estadual mobilizadas para assegurar a tranquilidade às populações do interior do Estado”⁵⁸⁸, dando a entender que deslocou-se para a cidade citada apenas o capitão, não todo um contingente de destacamento volante.

O “Teatro de Operações” desses destacamentos, inicialmente, foi a Região do Alto Uruguai.⁵⁸⁹ Conforme o Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos, em reportagem do *Correio Brigadiano*, “naquela região se presumia a existência de Grupo Guerrilheiros contrários à Revolução, já vitoriosa. Esta presunção decorria da existência dos chamados ‘Grupos de Onze’, que estiveram ao lado do Governador Brizola, em 61, no Movimento pela Legalidade.”⁵⁹⁰ Ou seja, os locais onde houve importante apoio à Legalidade eram visados nesse momento pós-golpe, justificando a rápida ação da Brigada Militar sobre a Região Alto Uruguai.

O primeiro desses destacamentos, um grupo de 100 homens “dotados de modernos recursos para mobilização, comunicação e combate, recrutados entre elementos da Brigada

⁵⁸⁶ Volantes da Brigada para prevenir as guerrilhas. *Diário de Notícias*. 9 abr. 1964. (Contracapa).

⁵⁸⁷ Gisélia Monteiro Padilha refere que “chegaram a Cidade de Cerro Largo, situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em torno de dez Batalhões Volantes”, porém a documentação do Museu da Brigada Militar e o artigo do Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos aponta que era um Batalhão Volante Especial, que se subdividiu em dez frações para atuar nas cidades englobadas pela zona de ação do referido Batalhão.

⁵⁸⁸ Brigada Militar reforça Dispositivo de Segurança no interior do Estado. *Correio do Povo*, 21 abr. 1964. (Contracapa).

⁵⁸⁹ O conceito de região Alto Uruguai utilizado pela Brigada Militar é mais abrangente do que o utilizado pela autora dessa tese na dissertação de mestrado, que é a classificação da AMAU (Associação dos Municípios da Região Alto Uruguai). Aparentemente, os três primeiros Batalhões Especiais Volantes atuaram na região Alto Uruguai, abrangendo o norte, nordeste e o noroeste do estado, municípios de relevo planáltico e nas proximidades do rio Uruguai, e, principalmente, áreas com histórico de mobilização por reforma agrária. O termo que mais se aproxima da área abrangida foi o de região fisiográfica, baseada nos aspectos físicos. Os municípios que compunham a região fisiográfica do Alto Uruguai em 1964 eram: Aratiba, Crissiumal, Erechim, Frederico Westphalen, Getúlio Vargas, Giruá, Gaurama, Horizontina, Iraí, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Palmeira das Missões, Porto Lucena, Santa Rosa, Sarandi, Santo Cristo, Tenente Portela, Três de Maio, Três Passos. PACHECO, M. F. de S. D. *Divisão Regional do Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, CEMAPA, 1(4):7-17, maio/jun, 1956. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3344/3414>. Acesso em: 16/07/2018. Ainda os seguintes municípios: Campinas do Sul, Erval Grande, Erval Seco, Alpestre, Constantina, Liberato Salzano, Humaitá, Planalto, Nonoai, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Tuparendi, Viadutos. (Complementação da autora por observação do mapa). Dos municípios da região somam 280 processos. Observa-se a atuação do Coronel Gonçalves em municípios da região fisiográfica Campos de Cima da Serra, com detenção em Erechim de pessoas de Paim Filho, Machadinho, computando 310 processos.

⁵⁹⁰ Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos, publicitário e oficial da turma 1964. O famoso Batalhão Volante – Operação da APM. Junho de 2013. p. 14. Disponível em https://issuu.com/correibrigadiano/docs/jcb_216_-_issuu. Acesso em 15/01/2017.

Militar”⁵⁹¹ foi enviado à Erechim, aportando na cidade no dia 12 de abril, tendo “como zona de ação o norte do Estado (leste a oeste), podendo, no entanto, receber outras missões em outros pontos do Estado.”⁵⁹² Esse destacamento, sob o comando do Coronel Gonçalino Cúrio de Carvalho, estabeleceu sua sede na cidade de Erechim e sua atuação abrangia, além do município sede, os municípios de Cacique Doble, Campinas do Sul, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Lagoa Vermelha, Machadinho, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Nonoai, São Valentim, Sananduva, Sertão, Severiano de Almeida, Paim Filho, Planalto e Viadutos,⁵⁹³ permanecendo na região até 11 de outubro de 1964.⁵⁹⁴ Sobre os Destacamentos Volantes Especiais, Coronel Gonçalino afirma que “a organização de tropas leves, com pequenos efetivos [...] que se formaram a princípio sem a rigidez da organização militar e que no seu emprego foram desde os primeiros dias se especializando em combate à guerrilhas, tornando-se, em pouco, capazes de agir com grande eficiência nessa atividade, em qualquer terreno.”⁵⁹⁵

O segundo Destacamento Especial foi destinado à cidade de Três Passos, em 28 de abril⁵⁹⁶ e onde o comando fixou sua sede. O jornal *Diário de Notícias* divulgou com destaque que “Nova ‘volante’ da Brigada embarcou para Três Passos”, ressaltando o objetivo de assegurar a ordem e evitar qualquer tentativa de subversão, e anunciou que a tropa foi acompanhada de um oficial instrutor de operações militares.⁵⁹⁷ Além da cidade sede do comando, o referido destacamento especial volante atuou em Crissiumal, Tenente Portela, Humaitá, Campo Novo, Seberi, Frederico Westphalen, Santo Augusto, Redentora, Palmeira das Missões, Ijuí, Panambi e Santa Bárbara do Sul.⁵⁹⁸ O Destacamento Volante Especial de Três Passos estava sob o comando do Coronel Aristóteles de Souza Guterres. O coronel Guterres relatou sobre sua campanha que “algumas centenas de detenções foram efetuadas nos referidos municípios [de sua área de ação] dos

⁵⁹¹ *CORREIO DO POVO*. 12 de abril de 1964. p. 4.

⁵⁹² Boletim nº 70. 14 de abril de 1964. Boletim Geral – 2º Trimestre 1964. p. 723-724. Museu da Brigada Militar.

⁵⁹³ As cidades listadas como área de atuação do Destacamento do Coronel Gonçalino foram a partir da consulta aos Processos Indenizados, pois não encontrou-se nos documentos da Brigada Militar as cidades onde atuou o 1º Destacamento Volante, com sede em Erechim.

⁵⁹⁴ A VOZ DA SERRA. *Comandante do Destacamento Volante agradece*. 11 de outubro de 1964. (capa).

⁵⁹⁵ Relatório das atividades do Destacamento Volante Sediado em Erechim. 25 de julho de 1964. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/17.

⁵⁹⁶ Boletim nº 98. 27 de maio de 1964. Boletim Geral II Trimestre 1964. p. 1034. Museu da Brigada Militar. Observa-se que a publicação nos boletins da Brigada Militar poderia ocorrer após o fato consumado. Nesse caso, o boletim de criação do Destacamento Especial de Três Passos é do dia 27 de maio, sendo que no mesmo boletim cita que “deslocou-se no dia 28 do mês findo, via rodoviária, com destino em primeira etapa a Passo Fundo, o Destacamento Especial de Três Passos. O jornal *Diário de Notícias* publicou em 29 de abril que “Nova ‘volante’ da Brigada embarcou para Três Passos” e que “o embarque das tropas ocorreu na manhã de ontem”, no caso, dia 28 de abril de 1964.

⁵⁹⁷ Nova “volante” da Brigada embarcou para Três Passos. *Diário de Notícias*. 29 abr. 1964. (Contracapa).

⁵⁹⁸ Destacamento Especial Volante de Três Passos. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/18.

implicados no chamado Grupo dos Onze, organização esta que realmente existia”.⁵⁹⁹ No Boletim 128, do dia 10 de julho de 1964, o tenente que assumiu as funções de Delegado de Polícia de Palmeira das Missões, no dia 15 de maio, determinou “abertura imediata de inquérito dos elementos comprometidos com o ‘Grupo dos Onze’, e subversão da ordem”.⁶⁰⁰

O terceiro Destacamento Volante Especial era composto por membros do Centro de Instrução Militar (CIM), sob o comando do Major Odilon Alves Chaves, que após um treinamento de aproximadamente 15 dias foi enviado para a região noroeste, ficando o comando na cidade de Cerro Largo. Uma parte desse batalhão volante ficou alojado na cidade de São Francisco de Assis e do batalhão de Cerro Largo foram destacadas frações para Santo Ângelo, São Luiz, Três de Maio, Horizontina, Giruá, Porto Lucena, Porto Xavier e Santa Rosa⁶⁰¹. Conforme Gisélia Monteiro Padilha, “a intervenção na região de Cerro Largo, tem como razão sua localização de fronteira, então rota de fuga dos grupos perniciosos à nova conjuntura do governo nacional”.⁶⁰² Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos afirma que “foram realizadas várias incursões, mais de vinte, inclusive nas ilhas no rio Uruguai, com a finalidade de averiguar denúncias de focos de guerrilheiros, armamento escondido, sem ter sido encontrada qualquer resistência. Alguns civis foram presos, ouvidos e liberados”.⁶⁰³ O Batalhão Especial do CIM atuou na referida região de 12 de maio a 8 de julho de 1964.

Do mesmo modo, o sul do Estado configurou-se área de atuação dos Batalhões Especiais, sendo criado o Destacamento Volante Especial de Pinheiro Machado em 26 de maio de 1964, partindo de Porto Alegre rumo à sua missão no dia 27 de maio de 1964. O Destacamento Sul, sob o comando do Coronel Eurides Barcelos, atuou nos seguintes municípios: Pinheiro Machado – sede do comando do destacamento, Bagé, Piratini, Herval, Arroio Grande, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Canguçu.⁶⁰⁴ Apenas desse Destacamento Volante Especial encontrou-se um mapa [do DAER] assinalando sua área de ação, estando anotada a caneta a área de ação dos outros três já citados.

⁵⁹⁹ Destacamento Especial Volante de Três Passos. s/d. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/18.

⁶⁰⁰ Boletim 128. 10 de julho de 1964. Boletim Geral III Trimestre 1964. p. 83. Museu da Brigada Militar.

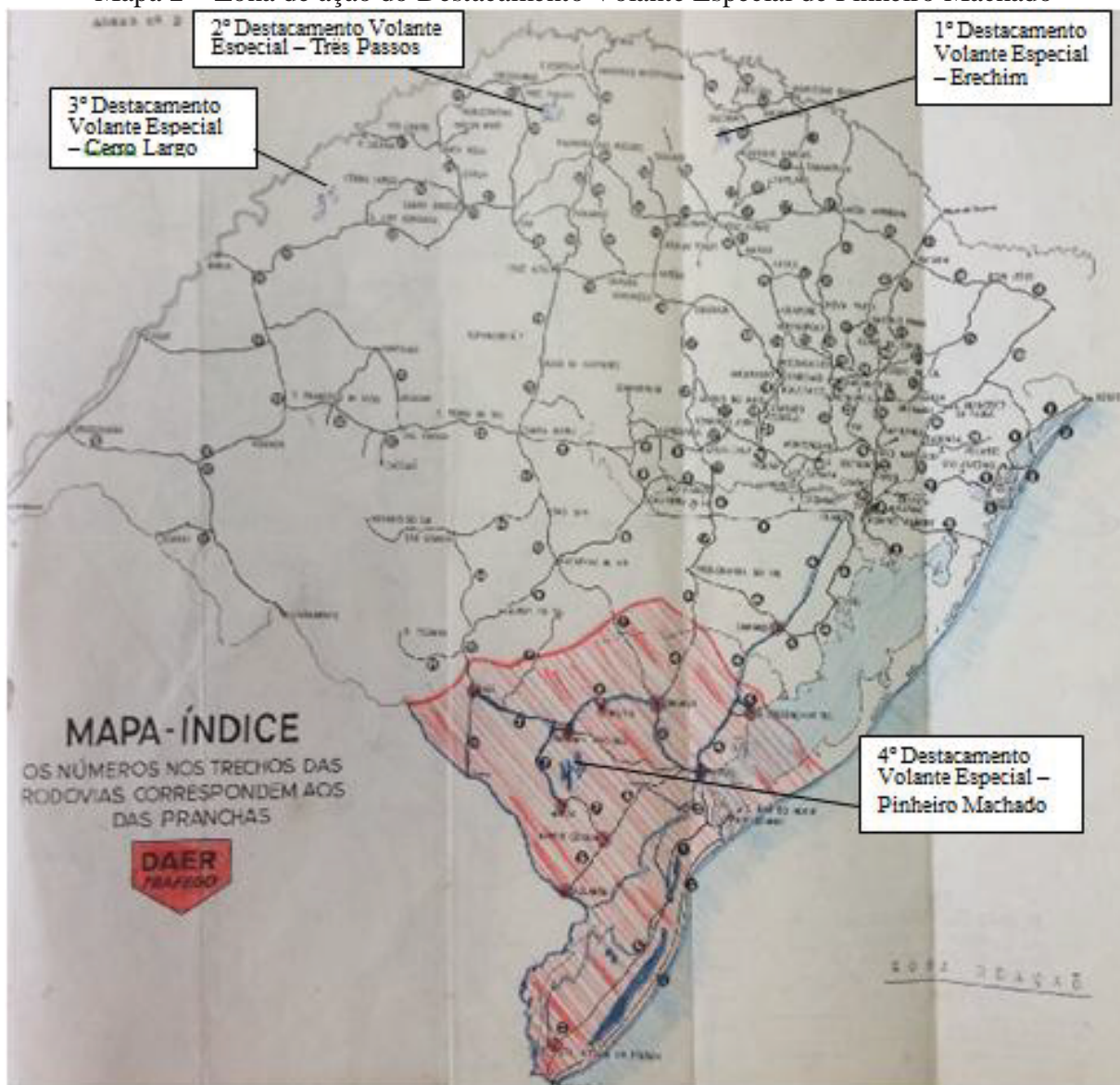
⁶⁰¹ VASCONCELOS, Coronel Bento Mathuzalém de. *O famoso Batalhão Volante – Operação da APM*. Disponível em <http://www.abcdaseguranca.org.br/o-famoso-batalhao-volante-operacao-da-apt/>. Acesso em 02/01/2016

⁶⁰² PADILHA, Gisélia Monteiro. *A Brigada Militar e o Golpe de 1964*. X Seminário de Estudos Históricos. FEEVALE. 23 a 26 mai 2011. Disponível em: <http://www.feevale.br/site/files/documentos/pdf/46969.pdf>. Acesso em: 28/12/2016. p. 2.

⁶⁰³ VASCONCELOS, Coronel Bento Mathuzalém de. *O famoso...*

⁶⁰⁴ Organização do Destacamento Especial de Pinheiro Machado. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/19.

Mapa 2 – Zona de ação do Destacamento Volante Especial de Pinheiro Machado



Fonte: Destacamento Especial de Pinheiro Machado – Museu da Brigada Militar Caixa 54/19, com anotações da autora sobre os outros Destacamentos Especiais.

Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos relata que o terceiro Destacamento Volante Especial de Cerro Largo, ou Destacamento Especial do CIM recebeu um treinamento que durou cerca de quinze dias, em que “foram repassadas a Instrução de Maneabilidade, Emprego Tático de Patrulhas, Armamento e Tiro, Combate em localidade e Orientação e Sobrevivência”.⁶⁰⁵ Observa-se, no entanto, que o 1º Destacamento Volante, enviado à Erechim, criado em caráter “precário” pelo Boletim 70, de 14 de abril de 1964, já se encontrava na cidade no dia 12 de abril de 1964. O Boletim cita que o Destacamento Especial de Erechim seria composto por 176

⁶⁰⁵ VASCONCELOS, Coronel Bento Mathuzalém de. *O famoso...*

peessoas, porém as notícias de jornais relatam que o destacamento era composto por 100 homens.⁶⁰⁶ Sendo que o Decreto de criação dos destacamentos data de 9 de abril de 1964 e que o Destacamento Volante Especial de Erechim já se encontrava na cidade antes mesmo do seu Boletim de criação, não houve tempo para o treinamento de 15 dias a que foi submetido o Destacamento Volante Especial de Cerro Largo. Infere-se que a região destinada ao 1º Destacamento Volante era considerada de maior periculosidade que as demais, necessitando de intervenção imediata. Observa-se, outrossim, que o destacamento citado, bem como seu comando, já devia “estar preparado”, ou ter a experiência necessária para tal missão. Coronel Gonçalino Cúrio de Carvalho, comandante do Destacamento Volante de Erechim, declarou já ter atuado na região Alto Uruguai na repressão aos acampamentos de sem-terra, bem como em outras localidades do Estado: “Foi nesse setor que exerci minha maior atividade junto ao Governo do Estado, tendo atuado na Fazenda de Sarandi, Passo Feio, Banhado do Colégio, Encruzilhada do Sul, Bagé, Osório, Mato das Flores em São Luiz Gonzaga, Tapes e na área indígena de Nonoai. Em alguns lugares mais de uma vez”.⁶⁰⁷ Claudia Wasserman relata que

A Brigada Militar foi atuante e conivente com o poder Executivo estadual na repressão aos movimentos populares rurais e urbanos. Um episódio exemplar foi a repressão ao acampamento do movimento dos agricultores sem-terra em Passo Feio-Nonoai, no dia 4 de fevereiro: os sem-terra foram expulsos, seus ranchos incendiados e as lideranças sindicais foram presas. Depois deste episódio, muitos outros se seguiram dentro dos mesmos padrões repressivos, na direção de outros acampamentos em diversas regiões do estado, mas também contra os sindicatos urbanos, movimentos de trabalhadores contra os aumentos de passagens de ônibus, movimento estudantil, entre outros. Neste sentido, Meneghetti antecipava, em nível regional, um modelo de comportamento repressivo na direção dos movimentos sociais que se repetiria a partir de 1964 no resto do País.⁶⁰⁸

Conforme já citado, devido aos acampamentos de sem-terra e mobilização pela reforma agrária, essa região estava sob vigilância. O coronel Maildes Alves de Mello aponta sobre o coronel Gonçalino: “Este era homem forte da Revolução, atuaria contra pobres colonos e índios dizendo ser contraguerrilha”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁶ CORREIO DO POVO, Domingo, 12 de abr. 1964. p.4; Destacamento Volante em Erechim. *A Voz da Serra*, 14 de abr. 1964 (capa).

⁶⁰⁷ CARVALHO, Coronel Gonçalino Cúrio de. Relatório das atividades do Destacamento Volante sediado em Erechim. s/d. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/17.

⁶⁰⁸ WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões Fernandes (Org.). Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1. p. 56-57.

⁶⁰⁹ MELLO, Maildes Alves de. Op. cit., p. 107.

É possível que os destacamentos de Três Passos e de Pinheiro Machado também tenham passado por esse período de treinamento, visto que, em notícia publicada no *Correio do Povo*, do dia 21 de abril de 1964, o chefe da Casa Militar do Palácio Piratini, cel. Orlando Pacheco esclareceu “que os milicianos vão seguindo para o interior do Estado à medida que completam seu treinamento na Força, mas juntamente com cada grupo viaja um instrutor especializado na repressão de guerrilhas”.⁶¹⁰ O referido coronel ainda informou que mais de mil homens seriam distribuídos pelo estado para “assegurar a tranquilidade” das populações do interior, numa ação preventiva.⁶¹¹

4.3.3 À procura das armas

Enquadrados no artigo 24 da Lei 1802/53, os envolvidos com a formação dos Grupos de Onze foram acusados de crime de subversão, de perigosos guerrilheiros armados prontos para iniciar a guerra revolucionária e instaurar o comunismo no país. Os Batalhões Volantes, enviados às áreas consideradas zonas de combate, propícias à instauração de guerrilhas, buscavam as armas que estariam em posse desses grupos.

Dos 440 processos em estudo, 30 requerentes à indenização por perseguição política relatam ter sido presos por pela suspeita de possuírem armas. Olímpio Faganello, que já estava preso no dia 4 de abril no presídio de Erechim conta que foi preso pela “acusação de pertencer ao G11, de possuir armas, além de ter que confessar quem fazia parte do Grupo”.⁶¹² Da mesma forma, Lauriano Dall Agnol, de Campinas do Sul, relata que o motivo de sua prisão foi pela “acusação de participar do G11 e para que entregasse o local onde estavam escondidas as armas do grupo”.⁶¹³ Dourival Bonadiman, de Frederico Westphalen, declara que foi preso várias vezes durante o ano de 1964, por participar dos Grupos de Onze e porque os militares achavam que ele “era possuidor de um grande arsenal de armas” em sua casa.⁶¹⁴ Acilino Hollanda dos Santos, pedreiro de Carazinho acusado de integrar os Grupos de Onze e de ser comunista, encaminhado à Porto Alegre junto com outros 37 presos, narrou que todos os dias eram “interrogados e ameaçados, sempre para confessar onde estava o arsenal de guerra e quem eram os outros integrantes do grupo”.⁶¹⁵

⁶¹⁰ Brigada Militar reforça dispositivo de segurança no interior do Estado. *Correio do Povo*, 21 de abril 1964. (Contracapa).

⁶¹¹ Idem.

⁶¹² Olímpio Faganello. 29/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5801-1200/98-9. CEI/APERS.

⁶¹³ Lauriano Dall Agnol. 23/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4688-1200/98-9. CEI/APERS.

⁶¹⁴ Dourival Bonadiman. 14/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 4877-1200/98-0. CEI/APERS.

⁶¹⁵ Acilino Hollanda dos Santos. 08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6301-1200/98-5.CEI/ APERS.

Na ânsia de comprovar que os Grupos de Onze eram realmente grupos armados, os policiais militares recolhiam todo tipo de arma que pudessem encontrar. O delegado Carlos Seabra Reverbel, de Erechim, após prisão e inquirição de pessoas envolvidas com o Grupo de Onze, de Severiano de Almeida, relata que “foram apreendidas quatro espingardas comuns”.⁶¹⁶ Nos pedidos de indenização provenientes da cidade de Crissiumal consta que os militares “apreenderam algumas armas brancas de utensílio caseiro, alguns revólveres e garruchas, o pior que nunca deram satisfação sobre estas simples armas, inclusive com registro e portes, que serviam apenas para caça e precária proteção de suas propriedades.”⁶¹⁷

Antonio Nelso Tasca, que era escrivão em Rio dos Índios e vereador em Nonoai, relata que por ocasião de sua prisão, diversas armas que ele vinha adquirindo e colecionando para a formação de um museu foram confiscadas pelo Coronel Gonçalino, o qual, na ocasião, disse: “Os homens falaram a verdade. Aqui estão as armas. Se ‘este’ não é do Grupo dos 11, então eu não me chamo Gonçalino”. Antonio Nelso Tasca reclama que o coronel e seus ajudantes levaram as armas e nunca mais as devolveram.⁶¹⁸

O depoimento do filho de Antônio Angoneze, que trabalhava na granja de Lido Oltramari, em São Valentim, demonstra como os componentes do 1º Destacamento Volante Especial realizavam sua tarefa de busca pelo arsenal de armas com que Leonel Brizola poderia estar armando seus Comandos Nacionalistas. Segundo Valdemiro Angoneze

[...] a granja foi invadida por dezenas de policiais militares, juntamente com alguns civis, armados de fuzis e metralhadoras, além de revólveres e bastões, diziam estar procurando as “armas do Brizola”, o líder do “grupo dos onze” e passaram a vasculhar em todas as dependências, inclusive danificando armários e balcões que se encontravam fechados, cortavam as bolsas (sacas) dos cereais que se encontravam empilhados nos depósitos à procura de armas e nos depósitos a granel arrebentaram o assoalho com machados, para os cereais escorrerem para os porões, para assim ter certeza da não existência de armas no meio do produto.⁶¹⁹

Coronel Gonçalino afirmou sobre sua área de atuação, onde foram efetuadas o maior número de prisões, que:

Armas de guerra as tenho procurado com insistência desde que me encontro no setor de segurança, investigando com todos os recursos que dispomos as denúncias que chegam ao nosso conhecimento, sem nada descobrirmos até a presente data. Um movimento de

⁶¹⁶ Relatório de Carlos Seabra Reverbel, Delegado Regional de Polícia em Erechim. 15/05/1964. In: Helena Burkoski. Processo Administrativo/Indenização 4733-1200/98-4. CEI/APERS.

⁶¹⁷ Oswaldo Reinoldo Marmitt. 20/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5690-1200/98-6. CEI/APERS. A mesma informação encontra-se em nove processos provenientes de Crissiumal.

⁶¹⁸ Antonio Nelso Tasca. 14/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5484-1200/98-9. CEI/APERS.

⁶¹⁹ Valdemiro Angoneze. 03/08/1998. In: Antônio Angoneze. Processo Administrativo/Indenização 6069-1200/98-3. CEI/APERS.

reação armada só pode surgir mesmo de força armada. Não creio possam os derrotados organizar qualquer movimento considerável nesse sentido.⁶²⁰

A busca pelas armas também serviu como desculpa para a apropriação de bens dos cidadãos, conforme relato de Antonio Basso, comerciante de Planalto, que possuía uma camionete F350 e a usava para fazer fretes e, após ter tido sua casa invadida e revistada, sob a alegação que o veículo “era suspeito e estava em uma lista como denunciado de ser usado para transporte de armas para guerrilheiros”⁶²¹, a camionete foi confiscada, usada pelos militares durante um mês e devolvida em condições precárias.

Em 31% dos processos analisados, ou seja, em 138 dos pedidos de indenização por perseguição política, os requerentes relatam ter sido acusados de comunistas subversivos, que poderia ser acrescido de agitador (três processos), guerrilheiro (cinco processos) e terrorista (um processo). O *Projeto Brasil Nunca Mais*, analisando um dos IPMs sobre subversão, que entre outras atividades, constava a formação de Grupos de Onze, refere que:

Sem qualquer preocupação em apresentar declarações do próprio réu sobre suas convicções políticas e ideológicas, era rotineiro que as denúncias se referissem a tais cidadãos como “comunistas”, “cripto-comunistas”, simpatizantes ou aliados do comunismo.⁶²²

Acusados de chefiar ou organizar Grupos de Onze são 27 casos, apenas 6% dos processos.

Em Frederico Westphalen, organizadores de Grupos de Onze, “em data indeterminada, mas nos dias da revolução, pretenderam mobilizar os grupos para uma tomada de posição em defesa de João Goulart e Brizola”⁶²³, incorrendo nas penas do art. 24 da lei nº 1.802, já citado, conjuntamente com o art. 33, § 1º do Código Penal Militar: “Art. 33. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a estes cominadas. § 1º Reputam-se cabeças os que provocam, excitam ou dirigem a ação, para a prática de crime de autoria coletiva necessária”.⁶²⁴

Além de presos por cerca de três dias na Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen, sete envolvidos foram denunciadas à Auditoria Militar, respondendo IPM em Santa Maria.⁶²⁵ O promotor que apresentou a denúncia contra eles, argumentou que:

⁶²⁰ CARVALHO, Coronel Gonçalves Cúrio de. Relatório das atividades do Destacamento Volante sediado em Erechim. s/d [1964]. Museu da Brigada Militar. Caixa 54/17.

⁶²¹ Antonio Basso. 18/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6650-1200/98-6. CEI/APERS.

⁶²² ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p. 156.

⁶²³ Adão Martins. 18/03/1965. Processo Administrativo/Indenização. 4873-1200/98-0. CEI/ APERS.

⁶²⁴ O Código Penal Militar vigente era o Decreto-Lei nº 6.227, de 24 de janeiro de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacao-original-65269-pe.html>. Acesso em 12/02/2017.

⁶²⁵ A denúncia à Autoria Militar de Santa Maria foi feita em 18 de março de 1965, acusando Adão Martins, Dalmiro da Rosa, João Manoel de Freitas Garcia, Luiz Jacoboski, Izidoro Magalski, Abel da Rosa e José Alves de Oliveira

Pouco importa, na espécie, que os “grupos de onze” organizados, não tenham tomado atitude violenta ao romper a revolução saneadora. Trata-se de “crime de perigo” que se exaure no simples fato de organizar a entidade ou angariar assinaturas para sua constituição, o que ocorreu. Isso já é o bastante para propiciar um clima de alarme social, no que consiste o delito de que são inculcados.⁶²⁶

Em Santa Bárbara do Sul, igualmente, os envolvidos na formação de Grupos de Onze foram presos e dez deles foram denunciados à 3ª Auditoria Militar, em Santa Maria. Nesse município os seguidores de Leonel Brizola se prepararam para uma nova Legalidade. Um dos envolvidos declarou que recebeu do prefeito, que também era o organizador da SUPRA em Santa Bárbara, no dia 1º de abril, instrução de reunir o Grupo de Onze e “vir para a cidade”, mas que no dia dois de abril, recebeu nova ordem, de “não mais reunir o grupo” e que perguntando ao prefeito, no dia dois “como estava a coisa, este lhe respondeu que era outra Legalidade de Brizola”.⁶²⁷

Segundo argumentação da promotoria no processo a que responderam os indiciados,

o comportamento dos acusados, pois tipifica o crime do art. 24 da lei 1802/53, e se trata de organização mantida por particulares, dentre outros por Leonel de Moura Brizola, arregimentando civis que, sob as bandeiras mais diversas e em particular de reformas de base, aliás legítimas, se acobertavam para assaltar o Poder, usando mesmo as armas, e disciplinando-se hierarquicamente, um indivíduo a outro e um grupo a outro, formando escalonamentos.⁶²⁸

Assim como os acusados de Frederico Westphalen, os envolvidos com os Grupos de Onze de Santa Bárbara do Sul foram punidos preventivamente, pois:

O crime por eles praticados não é como já se mostrou por mais de uma vez, nem formal, nem material, mas é crime de perigo. E como tal, é previsto em lei, não admitindo sequer prova em contrário. E para se configurar, basta que os acusados queiram o perigo ou assumam o risco do mesmo perigo. E isto os acusados quiseram [...].⁶²⁹

Referindo-se aos presos da localidade de Serro do Meio dia, em Severiano de Almeida, uma portaria dirigida à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública esclarecia:

Em cumprimento às instruções [...] foi instaurado o presente inquérito policial contra ... [cita três nomes], (cabeças) dos pretensos e perniciosos Grupos dos Onze, portanto envolvidos na Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, art. 24 da Lei de Segurança

no artigo 24 da lei 1802/53 por serem os “cabeças” dos Grupos dos Onze, formados em Frederico Westphalen e o processo foi julgado na Auditoria dia 25 de maio de 1968, tendo sido todos absolvidos. ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis...*, p. 127.

⁶²⁶ Adão Martins. 18/03/1965. Processo Administrativo/Indenização 4873-1200/98-0. CEI/APERS.

⁶²⁷ Evaristo de Abreu. 24/04/1964. Processo Administrativo/Indenização 3268-1200/98-5. CEI/APERS.

⁶²⁸ Victório Caetano Pasqualotto. 27/04/1966. Processo Administrativo/Indenização 6679-1200/98-4. CEI/APERS.

⁶²⁹ Idem.

Nacional, agravando-se a situação do primeiro deles e dois outros seguintes por serem organizadores e envolvendo outros que assinaram a ata [...].⁶³⁰

No processo de Gabriel de Oliveira Medeiros, de Cruz Alta, consta relatório datado de 12 de maio de 1964, no qual foi registrado o seguinte: “Foi indiciado em Inquérito Policial [...] por ter participado e estimulado a organização dos chamados Grupos de Onze, organização nitidamente subversiva que visava incitar a luta de classes, infringiu o disposto no art. 12 da lei 1802.”⁶³¹ Segundo o artigo 12 da Lei 1802/53 constitui crime contra o Estado e a sua ordem política e social “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.”⁶³² Gabriel era vereador e na véspera do golpe foi à rádio e “incentivou a resistência com base na legalidade”⁶³³, motivando sua inclusão nos artigos 24 e 12 da Lei 1802/53 concomitante com o artigo 33, § 1º do Código Penal Militar.

Em Giruá, área de atuação do 2º Destacamento Especial Volante, a família Kitzmann foi atingida pela ação saneadora, pois os familiares eram denunciados como chefes do Grupo dos Onze, formadores de guerrilha e possuem armamento fornecido por Brizola. Pai e filho foram presos e torturados.

4.2.4 As prisões

Imediatamente após o golpe, começaram as prisões dos elementos considerados perigosos pelo regime recém instituído, que, como já referido, começaram antes mesmo do Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. No caso em estudo, dos 440 processos das pessoas que entraram com pedido de indenização por perseguição política e estão relacionados aos Grupos de Onze, 191 pessoas foram presas em abril de 1964, sendo que 19 destas pessoas foram conduzidas à prisão até o dia 09 de abril.⁶³⁴

⁶³⁰ Relatório 05/64, do delegado de polícia de Erechim, endereçado ao Secretário de Segurança Pública – SOPS/E – 1.2.98.4.1.

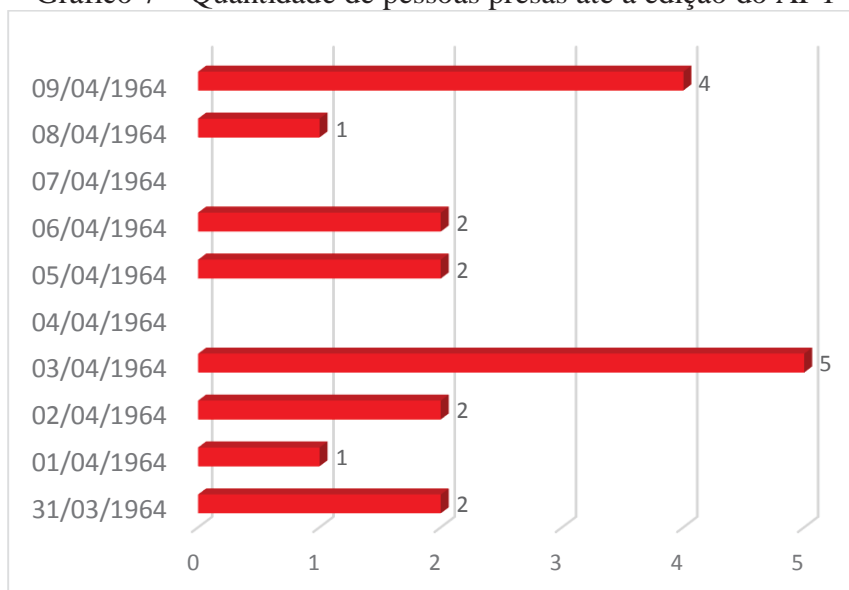
⁶³¹ Gabriel de Oliveira Medeiros. Documento da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República. 09/04/1999. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

⁶³² Lei 1802/53. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-de-crimes-contra-o-estado-e-a-ordem-politica-e-social-lei-1802-53>. Acesso em: 10/01/2017.

⁶³³ Gabriel de Oliveira Medeiros. 10/08/2000. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

⁶³⁴ Na obra *Onde estão os Grupos de Onze*, resultado da pesquisa de mestrado, pelo precário acesso à informação a autora afirma que as prisões na região Alto Uruguai iniciaram-se a partir de 20 de abril de 1964. Observa-se que a conclusão foi equivocada, visto que a documentação consultada atualmente demonstra que já no dia 03 de abril de 1964 foram presos quatro envolvidos com os Grupos de Onze em Mariano Moro, distrito de Erechim.

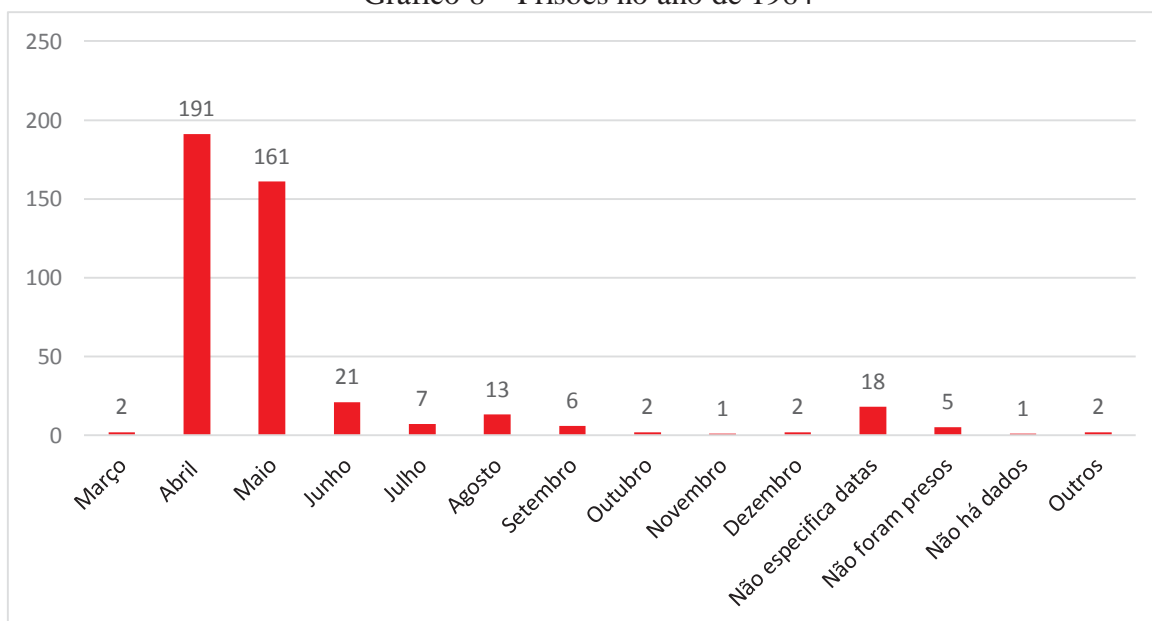
Gráfico 7 – Quantidade de pessoas presas até a edição do AI-1



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Após a decretação do AI-1 e da criação dos Destacamentos Especiais Volantes da Brigada Militar, as buscas pelos subversivos se intensificaram, aumentando consideravelmente o número de prisões efetuadas, conforme observa-se no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Prisões no ano de 1964



Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Observa-se nos meses de abril e maio ocorreram maior número de prisões, num total de 352. Além do furor militar em *arrumar a casa e limpar o pátio* havia a cobrança por parte da boa sociedade pela punição dos *comunistas*. O jornal *Diário de Notícias* do dia 5 de abril de 1964 publicou com grande destaque a posição da Igreja perante os acontecimentos: “Agora é preciso tornar completa a vitória e punir os culpados afirma D. Jaime Câmara”⁶³⁵, referindo-se ao pronunciamento do Cardeal do Rio de Janeiro no seu programa de rádio *A Voz do Pastor* do dia anterior, 4 de abril de 1964. D. Jaime Câmara afirmou que a operação limpeza teria de ser imediatamente constante e universal, sem fraquezas nem vacilações, senão a sabotagem impediria o restabelecimento da ordem e da paz nacional.⁶³⁶ Observa-se que, segundo a já citada denúncia do *Correio da Manhã* do dia 3 de abril de 1964, no Rio de Janeiro a Polícia da Guanabara, sob o comando do Governador Carlos Lacerda, promovia uma onda de arbitrariedade e violência desde o dia anterior, desrespeitando ostensivamente as garantias constitucionais.⁶³⁷ Esse fato, conforme demonstra a pregação do Cardeal, era referendado pela Igreja, que ainda cobrava maior empenho das Forças Armadas em “sanear” a sociedade. Segundo Enrique Padrós, os Regimes de Segurança Nacional contam com a aceitação, por parte dos cidadãos, da intervenção saneadora das Forças Armadas e do uso do terrorismo de Estado, vistos como necessários, pois foram “convencidos pelo discurso oficial da existência de uma ameaça permanente representada por agentes decididos a destruir as bases societárias conhecidas”.⁶³⁸ A Igreja, conjuntamente com os meios de comunicação, atuou decisivamente nesse convencimento ao exacerbar o discurso de que o comunismo estava invadindo o país. Nessa mesma reportagem, D. Jaime Câmara referiu que:

As desconfianças recíprocas geradas numa sistemática divisão de espíritos, e quebra habitual dos princípios de hierarquia e autoridade, a luta de classes pregada metodicamente com todos os requisitos da técnica comunista – eis apenas uns aspectos da sociedade que vivíamos, desmantelando-se a olhos vistos, para que, enfraquecida em extremo, não tivesse possibilidades de opor resistência ao comunismo dominante. E tão dominante que se apregoava que era ele que, sem estar no poder, já governava o Brasil.⁶³⁹

⁶³⁵ Agora é preciso tornar completa a vitória e punir os culpados afirma D. Jaime Câmara. *Diário de Notícias*. 05/04/1964. Porto Alegre. 1º caderno, p. 3.

⁶³⁶ Idem, *ibidem*.

⁶³⁷ Terrorismo, não!. *Correio da Manhã*, 03 de abril de 1964 (capa). In: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=abril%20de%201964. Acesso em: 15/06/2017.

⁶³⁸ PADRÓS. In: GALLO, RUBERT. Op. cit. p. 19.

⁶³⁹ Agora é preciso tornar completa a vitória e punir os culpados afirma D. Jaime Câmara. *Diário de Notícias*. 05/04/1964. Porto Alegre. 1º caderno, p. 3.

Por isso, devia haver forte repressão ao *mal*, pois sem a punição dos culpados estariam arriscando a perder a batalha final, isto é, “a salvação da Pátria”, e que “castigar os que erram é uma obra de misericórdia também”.⁶⁴⁰ Os militares estavam preparados para serem *misericordiosos*.

Ademais, havia por parte dos militares, o temor de que Brizola, exilado no país vizinho, pudesse articular uma insurreição contra o regime instituído em 31 de março de 1964. Em entrevista ao jornal *A Voz da Serra*, em 19 de maio de 1964, Coronel Gonçalves justificou a atuação do Destacamento Volante de Erechim pela necessidade de verificação da profundidade e capacidade de ação dos Grupos de Onze e saberem “até que ponto poderia se concretizar esta ameaça, que pairava sobre a Nação”⁶⁴¹, pois a qualquer momento, se tivessem oportunidade, poderiam se reorganizar e se articular, uma vez que “Leonel Brizola ainda hoje diz que confia nos grupos de amigos e que voltará para fazer a sua revolução”⁶⁴², por isso precisavam manterem-se vigilantes.

Uma das características do terrorismo de Estado é o caráter preventivo de suas ações. O golpe foi dado preventivamente, para evitar o avanço do comunismo; os membros dos Grupos de Onze foram presos, preventivamente, para evitar uma insurreição armada ao regime. Conforme Coronel Gonçalves, “a revolução que ele [Leonel Brizola] tentou fazer e que nós nos antecipamos e não permitimos, era a revolução comunista, era a integração do Brasil dentro da órbita comunista”.⁶⁴³ E, se eles vencessem seria muito pior, pois “era uma revolução que não se processaria assim como a nossa, sem derramamento nenhum de sangue” ressaltou o comandante do Destacamento Especial Volante de Erechim.⁶⁴⁴ O encarregado de um IPM argumentou: “Já imaginaram o IIIº Exército, a Brigada Militar, os ‘sem-terra’ e os neuróticos, tendo à frente o psico-neuro-patológico Leonel de Moura Brizola na sua rede da ‘legalidade’? Já pensaram até onde jorraria o sangue dos brasileiros?”⁶⁴⁵ Assim, a violência desencadeada sobre as pessoas enquadradas na categoria de *inimigos internos* era justificada e demonstra que, já nos primeiros dias, a ditadura estava determinada a impedir qualquer ameaça considerada real ou potencial.⁶⁴⁶

⁶⁴⁰ Agora é preciso ... *Diário de Notícias*. 05/04/1964. Porto Alegre. 1º caderno, p. 3.

⁶⁴¹ Aqui estamos para dar segurança à população. *A Voz da Serra*, 19 de maio de 1964. (Capa).

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Idem.

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Apud PADILHA, Gisélia Monteiro. Inquérito Policial Militar: A inserção do PTB...

⁶⁴⁶ Enrique Serra Padrós faz essa afirmação em relação ao extermínio no Araguaia, porém considera-se pertinente relacioná-la com a ação desencadeada sobre os Grupos de Onze no Rio Grande do Sul. PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, RUBERT. Op. cit. p. 33.

5 “EXCESSOS DE PATRIOTISMO” OU TERRORISMO DE ESTADO

Vitorioso o golpe civil-militar, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, assumiu a presidência até a eleição do novo presidente. Porém, o poder era exercido pelo Comando Supremo Revolucionário formado pelo general Arthur da Costa e Silva, que se autoneomeou ministro da Guerra do novo governo, pelo almirante Rademaker e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, que assumiram os outros ministérios militares.⁶⁴⁷ Antes do primeiro presidente militar, general Castelo Branco, assumir a presidência, o processo de *limpeza* já grassava o país. A onda de violência desencadeada sobre os opositores logo após a implantação da ditadura era considerada necessária para purgar a sociedade dos *subversivos comunistas* que estavam minando a boa sociedade ocidental, capitalista e cristã. A repressão brutal praticadas contra líderes políticos, trabalhadores sindicalizados, estudantes, camponeses e contra militares ligados a João Goulart era tida como manifestação do fervor patriótico comum em situações de revolução, *excessos de patriotismo*, portanto justificados. Segundo o general Juarez Távora, Costa e Silva era contrário à candidatura de qualquer dos Chefes Militares da Revolução, “pelo receio de que explorações políticas laterais viessem a abalar a solidez do dispositivo de força, indispensável à condução drástica da tarefa de saneamento político-administrativo e desintoxicação ideológico-subversiva, em pleno desenvolvimento”.⁶⁴⁸ Também o Ato Institucional I nº 1 foi anterior à posse de Castelo, que tomou posse em 15 de abril de 1964 e governou até 14 de março de 1967.

5.1 SOB A ÉGIDE DE CASTELO BRANCO E LINCOLN GORDON

Para Carlos Fico, Castelo Branco “foi o homem escolhido pelo governo norte-americano para realmente ficar no poder com a saída de Goulart”⁶⁴⁹, sendo que o apoio desse governo pode ser computado à “presença do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, um amigo de Castelo Branco”⁶⁵⁰, bem como o reconhecimento imediato do novo governo instaurado. Ralph Della Cava, em 1970, fazia questionamentos sobre esse pronto reconhecimento internacional por parte dos norte-americanos.

⁶⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 47.

⁶⁴⁸ TÁVORA, General Juarez apud VIANNA FILHO, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975. p. 50.

⁶⁴⁹ FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn. p. 470.

⁶⁵⁰ Idem, p. 472.

Como embaixador dos Estados Unidos no momento do golpe militar de 1964, professor Gordon convenceu a administração Johnson a reconhecer o novo regime “dentro de 24 horas, mesmo que as políticas do regime fossem amplamente desconhecidas.” Então, quando a junta militar começou a purgar as universidades, o movimento estudantil, sindicatos, imprensa, Congresso e Ministérios, bem como negar a três ex-presidentes e centenas de outros cidadãos seus direitos políticos durante dez anos, o Dr. Gordon não levantou uma vez sua voz em protesto. Era sua opinião que o golpe militar poderia ser considerado “... a mais simples vitória decisiva para a liberdade em meados do século 20.” Em seguida, quantidades maciças de ajuda dos EUA, empréstimos e investimentos foram concedidos aos vencedores.⁶⁵¹

O chefe revolucionário e primeiro presidente militar do período ditatorial, escolhido para colocar ordem no caos, “era também reconhecido como o líder do grupo da ‘Sorbonne’ – oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG)”⁶⁵², mais moderado do que a chamada *linha dura*. A Operação Limpeza, já em andamento, continuou em todo o Brasil, sob a responsabilidade de Castelo Branco. John W. F. Dulles, que considerou Castelo um presidente reformador, refere que, enquanto estudava projetos de reforma a serem feitos no seu governo, o presidente

devotava tempo a seu penoso dever de decretar punições de indivíduos denunciados como subversivos ou corruptos. Esse dever, definido em dois artigos do Ato Institucional de 9 de abril, havia sido transferido a 15 de abril, com base no mesmo ato, da competência do Comando Revolucionário para a do Presidente, tornando-o assim responsável pela Operação Limpeza – o trabalho de “limpar” o Brasil.⁶⁵³

Conforme John W. F. Dulles, a tarefa de punir era penosa ao presidente, que conteve os ímpetos da linha dura, que exigia um expurgo em larga escala. Se não fosse pela moderação de Castelo, o número de punições seria muito maior. Porém, essa moderação deve ser relativizada, pois como refere Carlos Fico,

Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou

⁶⁵¹ As U.S. ambassador at the time of the military coup of 1964, Professor Gordon persuaded the Johnson Administration to recognize the new regime “within 24 hours, even though the regime's policies were largely unknown.” Then, as the military junta proceeded to purge the universities, the student movement, the trade unions, the press, congress and government ministries as well as deny three ex-presidents and hundreds of other citizens their political rights for ten years, Dr. Gordon did not once raise his voice in protest. It was his view that the military coup might well be considered “. . . the single most decisive victory for freedom in the mid-20th century.” Thereupon, massive quantities of U.S. aid, loans and investments were bestowed upon the victors. DELLA CAVA. Torture in Brazil. *Commonweal* 62. n. 6, Apr. 24, 1970. p. 140. (tradução da autora).

⁶⁵² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo...*, p. 51-52.

⁶⁵³ DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Trad. De Heitor A. Herrera. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 25.

o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe.⁶⁵⁴

Elio Gaspari referindo-se à violência desencadeada pelos militares logo após a implantação da ditadura, afirma que “nos primeiros dias, houve de fato o predomínio da paixão e até do medo dos conspiradores.”⁶⁵⁵ Segundo o autor, isso ocorreu porque:

Nem mesmo o mais otimista dos conspiradores acreditara que o governo do presidente João Goulart, com seu apoio sindical e seu louvado “dispositivo militar”, caísse tão rápida e facilmente. De um lado e do outro esperou-se, por alguns dias, a temida reação dos camponeses, dos operários, dos esquerdistas em geral, mas era fantasia mútua.⁶⁵⁶

No caso dos Grupos de Onze, no Rio Grande do Sul, a guarda contra a *temida reação* durou muito mais que alguns dias, sendo os membros dos grupos mantidos sob vigilância pelo menos até o final de 1964. Nos casos considerados mais perigosos e/ou em momentos de enfrentamento ao regime, podiam sofrer novas perseguições e torturas, como quando da ocorrência da Guerrilha do Coronel Cardim, em que vários membros de Grupos de Onze relataram novas prisões. Ainda, há relatos de prisões em anos posteriores relacionadas ao pertencimento aos grupos.

Carlos Fico revela que, apesar do apoio ao golpe civil-militar que depôs João Goulart, a decretação do AI-1 repercutiu negativamente nos Estados Unidos. Segundo o autor, o secretário de Estado, Dean Rusk, comunicou ao embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon que “apoiar as medidas repressivas seria um equívoco”.⁶⁵⁷ Porém, Gordon, apoiador ativo do golpe civil-militar e articulador da Operação Brother Sam⁶⁵⁸, além de recomendar ao secretário de Estado a omissão de seu país ante as punições e ao AI-1, sugeriu que “plantasse algumas notícias na imprensa insinuando que os vitoriosos haviam descoberto inúmeras atividades subversivas e que Goulart planejava dar um golpe visando ao fechamento do Congresso e à implantação de uma ditadura peronista impiedosa com seus oponentes.”⁶⁵⁹ Assim, também a opinião pública estadunidense seria convencida de que o regime autoritário era uma necessidade, não uma opção, e o terrorismo de Estado justificado. Gordon escreveu ao secretário Dean Rusk que “a maior

⁶⁵⁴ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004. p. 33. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso 07/08/2016.

⁶⁵⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 14

⁶⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁵⁷ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos ...*, p. 102.

⁶⁵⁸ Ver FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶⁵⁹ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos...*, p. 105.

esperança de que sejam evitados excessos não democráticos reside no caráter e convicções de Castelo Branco”⁶⁶⁰, devendo seu país corroborar o regime recém instaurado.

O apoio de Lincoln Gordon, porém, significava conivência com a tortura, aceitação dos chamados excessos não democráticos. James Green, analisando as diversas explicações oferecidas por Gordon até 2009 na tentativa de justificar o apoio ao golpe civil-militar que derrubou Goulart e ao regime militar, observa que essas justificativas foram mudando com o decorrer dos anos, sendo que, para o autor, “as mudanças no discurso de Gordon sobre a natureza do regime militar, de democrático para semi autoritário e, finalmente, para ditatorial, nunca afetaram sua admiração pelo general Castelo Branco”.⁶⁶¹ Ralph Della Cava denunciou, em 1970, a cumplicidade do ex-embaixador, que defendia um regime que torturava seus cidadãos e contava com o apoio dos Estados Unidos. Lincoln Gordon, indignou-se com as denúncias e enviou uma Carta ao Editor da revista *Commonweal*, alegando que sua missão como embaixador do Brasil havia terminado em 1966 e as torturas denunciadas ocorreram a partir de 1968⁶⁶², sendo então rebatido por Della Cava, que expôs a ocorrência de torturas durante sua gestão no cargo de embaixador, sem que houvesse de sua parte qualquer pronunciamento contra essa prática. Diante da alegação de Gordon que, durante o período anterior a meados de 1967 nenhum caso de tortura foi trazido ao seu conhecimento, e, se soubesse de tal fato, teria condenado⁶⁶³, Della Cava relatou as denúncias, ainda em 1964, das torturas e outros atos militares de terrorismo que vinham ocorrendo contra os opositores desde a primeira semana após o golpe feitas pelos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Citou que até mesmo o *Jornal do Brasil*, favorável ao golpe e ao regime ditatorial, publicou diariamente reportagens denunciando as torturas, depois que um de seus repórteres foi espancado em Pernambuco.⁶⁶⁴ Narrou, ainda, que em setembro de 1964, ou seja, enquanto Lincoln Gordon era embaixador, o protesto público contra a tortura provocou tal escândalo ao regime que Castelo Branco enviou seu maior assessor militar a Pernambuco, Ernesto Geisel, para realizar uma investigação oficial das acusações de tortura. O autor afirmou ser “inconcebível que esses relatos públicos e oficiais não tenham alcançado o embaixador ou

⁶⁶⁰ GORDON, Lincoln apud FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos...*, p. 104.

⁶⁶¹ GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 57, 2009. p. 67-89.

⁶⁶² GORDON, Lincoln. Letter to the Editor. *Commonweal* 62, n 14, Aug. 7, 1970, p. 378.

⁶⁶³ “During the period before mid-1967, no cases of torture were brought to my attention. I would have condemned them if they had been.” GORDON, Lincoln. Letter to the Editor. *Commonweal* 62, n 14, Aug. 7, 1970, p. 378. (tradução da autora)

⁶⁶⁴ DELLA CAVA, Ralph. Reply. *Commonweal* 62, n 14, Aug. 7, 1970, p. 398.

seus assistentes”⁶⁶⁵ e questionou “em que bases a Embaixada do Rio formulou a política norte-americana a respeito da tortura, sem falar das decisões que levaram ao monumental aumento da ajuda dos Estados Unidos ao Brasil em 1964, 1965 e 1966?”.⁶⁶⁶ Mas, para eliminar a ameaça do comunismo internacional era necessário acabar com o *inimigo interno*. Lincoln Gordon apoiava Castelo Branco nessa tarefa.

Conforme registra o *Projeto Brasil Nunca Mais*, não havia censura ou limites para os executores da Lei de Segurança Nacional, sendo que “a autoridade responsável pelos inquéritos tinha um poder ilimitado sobre os investigados, podendo exercer toda sorte de violência e atos coercitivos.”⁶⁶⁷ Assim, é possível inferir que o terrorismo de Estado já estava presente desde os primeiros dias da ditadura militar. A tortura, como assinala Elio Gaspari na obra *A ditadura envergonhada*, “passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a ‘corrupção e a subversão.’”⁶⁶⁸ Marcos Silva rebate: “Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!”⁶⁶⁹

Conforme Thomas Skidmore, os torturadores “acreditavam que seus prisioneiros sabiam de segredos vitais, como os nomes de seus contatos russos ou de militares brasileiros que seriam exterminados”, tendo sido divididos em dois grupos: os que haviam confessado e os que precisavam de mais interrogatório.⁶⁷⁰ Entretanto, apesar das denúncias, era negada a existência de torturas. A violência desmedida ou os *excessos de patriotismo* eram tidos como casos isolados e justificados pela possibilidade de que algo muito pior teria ocorrido se a esquerda houvesse conquistado o poder, no entanto, como registra Thomas Skidmore, “permanecia o fato de que elementos da polícia e das forças armadas, devidamente autorizados, recorreram à tortura”.⁶⁷¹ O autor cogita que a repressão no pós-golpe talvez em sua maior parte tenha ocorrido nos dez dias entre a deposição de Goulart e a eleição de Castelo Branco, embora no Nordeste tenham continuado até junho. No Rio Grande do Sul, no caso dos Grupos de Onze, os meses de abril e maio tiveram maior número de prisões registradas, porém elas continuaram ocorrendo durante

⁶⁶⁵ “It is inconceivable that these public and official reports did not reach the ambassador or his staff.” DELLA CAVA, Ralph. Reply. *Commonweal* 62, n 14, Aug. 7, 1970, p. 398. (tradução da autora)

⁶⁶⁶ “On what basis then *did* the Rio Embassy formulate U.S. policy in respect to torture, to say nothing of the decisions that led to monumental increases in U.S. aid to Brazil in 1964, 1965 and 1966?” DELLA CAVA, Ralph. Reply. *Commonweal* 62, n 14, Aug. 7, 1970, p. 398. (tradução da autora)

⁶⁶⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003. p. 76.

⁶⁶⁸ GASPARI, Elio. Op cit., p. 14.

⁶⁶⁹ SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase-História: Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!. Resenha de *A ditadura envergonhada*, de Elio Gaspari (São Paulo: Cia. das Letras, 2002). Revista *ADUSP*. São Paulo: ADUSP, 34: 80/84, maio de 2005.

⁶⁷⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio...*, p. 57.

⁶⁷¹ Idem, p. 58

todo o ano de 1964, com relatos de prisões até 1972 sob acusação de pertencimento aos Comandos Nacionalistas.

Durante o governo Castelo Branco houve a criação de um aparato legal que procurou legitimar o progressivo endurecimento do regime, sendo que “as sucessivas manifestações de oposição ao governo resultaram em intervenção em sindicatos, extinção de entidades de representação estudantis, invasão de universidades, detenções e prisões indiscriminadas.”⁶⁷² Acrescenta-se que detenções, prisões indiscriminadas e tortura também ocorreram sem qualquer manifestação de oposição, como no caso dos Grupos de Onze no Rio Grande do Sul.

5.2 TERRORISMO DE ESTADO E OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

Mesmo sem a temida reação das esquerdas contra o golpe civil-militar e o Regime de Segurança Nacional instituído, sem mobilização por parte dos membros dos Grupos de Onze, havia, segundo os novos detentores do poder, a necessidade do saneamento da sociedade e da punição, em caráter preventivo, dos crimes *ainda não cometidos*. Leonel Brizola, exilado no país vizinho, representava a ameaça de um levante com a ajuda dos milhares de seus *subversivos* admiradores. O perigo pairava no ar, por isso, nas palavras do comandante do 1º Batalhão Especial Volante da Brigada Militar, Coronel Gonçalves Cúrio de Carvalho: “É necessário que estejamos sempre vigilantes”.⁶⁷³ Enrique Padrós explica que a divulgação contínua de que o regime continuava sob permanente ameaça cumpria uma série de funções, “uma delas era a justificativa do chamamento à coesão interna; outra, a responsabilização dos setores ‘subversivos’ pelas promessas cumpridas pelo regime, assim como dos erros e dos excessos cometidos pelos mesmos”.⁶⁷⁴ A permanente sensação de ameaça por parte da sociedade era peça importante na manutenção do regime autoritário.

Apesar de negada ou relevada como *excessos de patriotismo*, desde a implantação do Regime de Segurança Nacional, a tortura foi regra, não exceção. Constituía parte do aparato repressivo estatal pensado antes mesmo da ocorrência do golpe civil-militar em 31 de março e foi sistematicamente aplicada aos acusados de atividades subversivas. Não eram práticas

⁶⁷² BRASIL. Presidência da República. *Os presidentes e a ditadura militar*. 3. ed. rev. e atual. Brasília: Casa Civil, 1996. p.

⁶⁷³ A VOZ DA SERRA. 07 de jun. 1964. (capa).

⁶⁷⁴ PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERAMN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; MIX, Miguel Rojas (Org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 50-51.

isoladas, em vista do sadismo de alguns, mas sim “parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado [...]; para tanto, a tortura tornou-se matéria de estudo teórico e prático em academias militares e em centros de instrução policial”⁶⁷⁵ como estratégia de manutenção do poder. Tortura, segundo a Anistia Internacional,

é o mau-trato físico de presos praticado por funcionários civis ou militares que agem sob o comando ou com a cobertura de autoridades superiores. A tortura de um preso, cometida por autoridade constituída, é fato extremamente grave, pois tudo o que é promovido por uma instituição coletiva deve, em última análise ser imputado à responsabilidade do chefe dessa organização.⁶⁷⁶

Na tortura, de acordo com Norberto Bobbio, “a violência é monopolizada por apenas uma das partes, que a emprega contra a outra parte indefesa. Os carrascos, que torturam o conspirador caído na rede da polícia, o submetem a uma violência crescente com o intento de quebrar sua resistência e de extorquir-lhe os nomes dos companheiros de luta”.⁶⁷⁷ Essa violência, como demonstra Caroline Bauer, possui fins políticos e não visa destruir o opositor, mas dominar sua resistência e vontade.⁶⁷⁸ A finalidade da tortura, no Brasil, “foi desmobilizar grupos de resistência à ditadura, ou seja, ao torturar um indivíduo, não apenas o punia, mas intimidava os demais membros do grupo ao qual pertencia”⁶⁷⁹, além de atemorizar os simpatizantes potenciais.

Maria Helena Moreira Alves já referia em sua obra *Estado e Oposição no Brasil*, em 1984, que

[...] preso sem acusação formal, o indivíduo era mantido incomunicável. A tortura era geralmente aplicada nos primeiros dias ou mesmo horas, de prisão. Por ser a Lei de Segurança Nacional tão vaga na interpretação do que constitui crime contra a Segurança Nacional, e como os conceitos de *prisão* e *tortura* passaram a associar-se na cultura política do país, tornou-se cada vez maior o medo das detenções por motivos políticos.⁶⁸⁰

Essa afirmação da autora é relativa ao período de 1969 a 1974 e se refere à Lei de Segurança Nacional de 1969. Entretanto, é possível que os pressupostos da lei de segurança nacional estavam dados em 1964 com o período da Operação Limpeza e com a repressão aos

⁶⁷⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. ...p. 290

⁶⁷⁶ Anistia Internacional. *A Report on Allegations of Torture in Brazil*. Londres: T. B. Russer and Co., 1972. Apud ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 201.

⁶⁷⁷ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1995, p 1.295-1296, v. 2.

⁶⁷⁸ BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: o DOPS e a repressão no Rio Grande do Sul. *in*: WASSERAMN, GUAZZELLI, MIX. Op. cit. p. 163.

⁶⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁸⁰ ALVES, Maria Helena. Op. cit., p. 204.

Grupos de Onze, em que os relatos de prisão sem acusação formal, incomunicabilidade, tortura e maus tratos são recorrentes.

Os torturadores, segundo Caroline Bauer, “atuaram ideologicamente convencidos de que estavam a serviço da ordem legitimamente constituída, de uma verdadeira cruzada política”⁶⁸¹, em vista de salvaguardar a ordem, a civilização ocidental cristã dos vilões comunistas, nacionalistas, petebistas, brizolistas... valia tudo em nome da Segurança Nacional. As pessoas ficaram indefesas, “não havia mecanismos institucionais para que as vítimas se defendessem da violência do Estado, pois aquele que deveria zelar por sua proteção era justamente quem as atacava”.⁶⁸² A simples acusação num IPM, conforme Maria Helena Moreira Alves, “bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura”.⁶⁸³

5.2.1 Como eram realizadas as prisões

O Grupo de Onze, identificado como o *inimigo interno* mais perigoso do momento, precisava ser desbaratado. Dentro do imaginário de que seriam agentes da guerra revolucionária, havia a necessidade de punição aos que estavam minando a boa sociedade ocidental-capitalista-cristã com suas ideias nacionalistas – com certeza comunistas – além de demonstrar ao restante da sociedade o que aconteceria aos que se atrevessem a contestar o regime. Enrique Padrós ressalta que aplicação de medidas coercitivas e repressivas de impacto direto constituem a “pedagogia do medo” do TDE.⁶⁸⁴ Nesse sentido, as prisões eram feitas com grande aparato, numa demonstração de poder e violência que atingia não apenas o envolvido com a formação do grupo, mas numa “violência irradiada”⁶⁸⁵, atingia seu núcleo familiar, círculo de amigos, vizinhança, locais de estudo e trabalho, etc., disseminando medo, incerteza e insegurança nas comunidades onde viviam os membros dos Grupos de Onze. Carlos de Ré, que viu seu pai ser preso, relatou:

Eu era muito pequeno, tinha 12 ou 13 anos de idade, mas me lembro perfeitamente que meu pai era sindicalista ferroviário, nós morávamos em Santa Maria, que era um centro ferroviário importante do Rio Grande do Sul e meu pai foi preso em casa, com todo aquele aparato que se utilizava na época: foram carros de combate, foram aproximadamente 50 militares fazer a prisão. Foi um escândalo, cercaram o quartelão.

⁶⁸¹ BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: o DOPS e a repressão no Rio Grande do Sul. in: WASSERAMN, GUAZZELLI, MIX. Op. cit., p. 163.

⁶⁸² BAUER, Caroline. 2011. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 27.

⁶⁸³ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 71.

⁶⁸⁴ PADRÓS, Terrorismo de Estado: reflexões ...

⁶⁸⁵ Ideia desenvolvida por Álvaro Abos (1979) apud PADRÓS, Terrorismo de Estado: reflexões..., p. 20.

Minha casa foi totalmente revirada, livros foram levados, documentos, colchões rasgados para ver se tinha alguma coisa dentro, procuravam armas, etc.⁶⁸⁶

Maria Helena Moreira Alves relata que, “logo após o golpe militar, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram mobilizados, segundo técnicas predeterminadas de contraofensiva, para levar a efeito operações em larga escala de ‘varredura com pente-fino’”.⁶⁸⁷ Nesta operação, que começou no mesmo dia do golpe, ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida a busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas, ação corroborada pelo relato de Carlos de Ré. O objetivo, conforme Maria Helena Moreira Alves, “era ‘varrer’ todos os que estiveram ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior a 1964”.⁶⁸⁸ Os componentes dos Grupos de Onze, ou suspeitos de envolvimento com tais grupos, estavam na categoria dos que precisavam ser *varridos*.

Agostinho Melo, que residia na localidade de Porongos, na área indígena de Nonoai, informou sobre sua prisão que

[...] chegou em minha casa uma escolta da Brigada Militar, e logo aos gritos, disseram: tu está preso seu comunista sem vergonha. Aos socos e empurrões fui algemado, colocaram num camburão, tendo antes revistado minha casa. Invadiram a casa, botando minha mulher e filhos pequenos para fora aos empurrões, como se estivessem lidando com animais. Reviraram tudo, a procura de armas e documentos, enquanto eu estava no camburão algemado.⁶⁸⁹

Paulo César Medeiros relata sobre a prisão de seu pai, que no dia 31 de março de 1964 “sua casa foi sitiada por soldados do Exército fortemente armados, inclusive, com uma metralhadora Ponto 50. Haviam de 15 a 20 soldados”.⁶⁹⁰

Algumas famílias tiveram vários membros conduzidos à prisão, pois, assim como a família Kitzmann, de Giruá, mais de uma pessoa assinava a lista de formação dos Grupos de Onze. Da família Burkoski, de Severiano de Almeida quatro pessoas foram presas: Antônio Burkoski, sua mãe, sua esposa e também sua irmã, por serem membros do Grupo de Onze.

Em Carazinho, cidade que demandava cuidados especiais por parte dos golpistas, visto ser a terra natal de Leonel Brizola e reduto trabalhista, os presos foram carregados na carroceria

⁶⁸⁶ RÉ, Carlos de apud BALDISSERA. Op. cit., p. 146.

⁶⁸⁷ ALVES, Maria Helena. Op. cit., p. 72.

⁶⁸⁸ Idem, ibidem.

⁶⁸⁹ Agostinho Melo. 09/07/2002. Processo Administrativo/Indenização 2576-1200-4. CEI/APERS.

⁶⁹⁰ Gabriel de Oliveira Medeiros. 10/08/2000. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

de um caminhão caçamba e levados à Passo Fundo, onde foram recusados por falta de acomodação, conforme relato de Delfino Siqueira Quevedo. Trazidos de volta para Carazinho, foram “literalmente despejados no Presídio Municipal, tendo o motorista, por ordem do Delegado, basculado a caçamba para ‘descarregar o entulho’⁶⁹¹, ocasião que Delfino sofreu escoriações na coluna e teve três dedos da mão direita fraturados, ficando preso sem nenhum atendimento médico. Após foram levados para Porto Alegre. Em entrevista a Claudio Damião Braun, Delfino Siqueira Quevedo relata que, no dia 19 de abril, ficaram das 18 horas até as 23 horas em cima de um caminhão caçamba, sob garoa gelada, pois o dia era muito frio, e que outros companheiros também tiveram fraturas.⁶⁹² Victor Machado, companheiro de Delfino, acusado de organizar Grupos de Onze, afirma que “foi descarregado de forma violenta do caminhão caçamba [...] e no cair machucou seu braço esquerdo”, ficou sem atendimento médico, necessitando posteriormente de cirurgia, que comprova com fotos no pedido de indenização.⁶⁹³

O temor atingia envolvidos com os Grupos de Onze e seus familiares. A narrativa de João Confortin, agricultor de São Valentim que se filiou ao PTB e assinou uma lista de Grupo de Onze na expectativa de receber máquinas agrícolas e sementes, demonstra esse sentimento de insegurança:

Após assinar a lista do Grupo de Onze, ficamos, eu e os demais vizinhos, aguardando a entrega das máquinas agrícolas e das sementes. Passados alguns dias começaram a surgir alguns boatos de que iria estourar uma revolução e que todos aqueles que haviam se filiado aos Grupos de Onze seriam presos. [...] Em seguida outros boatos de que aqueles que faziam parte dos Grupos de Onze eram todos comunistas, cujo conceito era de pessoas perigosas, com pouco valor, sem crédito e que poderiam ser presas. A partir daí, eu e minha esposa passamos a viver momentos de desconforto pelo fato de ser considerado comunista e de que poderia ser preso. Minha esposa passou a ter crise de nervos pelo fato de estar no final dos nove meses de gestação, agravando-se após ter dado à luz a meu segundo filho, tendo de ser hospitalizada por várias vezes. [...] Lembro-me que um dia estava trabalhando e um de meus vizinhos trouxe a notícia de que tinha estourado uma revolução e que o líder do PTB, Leonel de Moura Brizola, tinha fugido do país e que já haviam prendido várias pessoas. A partir daí aumentou ainda mais a tensão e o medo e minha esposa teve novas crises de nervos e teve de ser hospitalizada novamente.⁶⁹⁴

Os militares foram na casa de João Confortin por volta das duas horas da madrugada para efetuar a prisão, sendo que

[...] bateram na porta de minha casa e quando fui ver quem era, fui surpreendido com duas baionetas de fuzil, encostadas, cutucando minha barriga, por militares que me

⁶⁹¹ Delfino Siqueira Quevedo. 18/03/1999. Processo Administrativo/Indenização 2082-1200/98-9. CEI/APERS.

⁶⁹² QUEVEDO, Delfino Siqueira apud BRAUN. Op. cit., p. 114.

⁶⁹³ Victor Machado. 05/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 2964-1200/98-4. CEI/APERS.

⁶⁹⁴ João Confortin. 08/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6681-1200/98-4. CEI/APERS.

chamavam de comunista e me deram voz de prisão, dizendo que eu sofreria sérias consequências caso não entregasse as armas de guerra que eu tinha recebido do Brizola. Naquela noite minha esposa estava de cama, pois havia dado alta do hospital no dia anterior e eu não podia ser levado preso e deixar minha esposa naquele estado de saúde, tentei fugir mas não consegui, pois fui cercado pelos militares que me agarraram, me derrubaram de cima da escada da casa vindo a bater com as costas no primeiro degrau, me chutaram, me deram socos na barriga e nas costas, me chamavam de comunista e outros palavrões, e dizendo que eu sofreria menos se dissesse onde estavam as armas de guerra e revelasse quem mais estava envolvido no plano subversivo, quem eram os líderes e quem possuía as armas.⁶⁹⁵

No Distrito de Cerro Alto, Tuparendi, se formaram vários Grupos de Onze encabeçados por lideranças e afiliados ao PTB, partido que deteve a gestão municipal de 1960 a 1963. Em janeiro de 1964 a prefeitura foi assumida pelo PSD e a partir do golpe de 31 de março de 1964 “todos aqueles que faziam parte dos Grupos de Onze passaram a ser perseguidos pelos órgãos Estado”.⁶⁹⁶ A insegurança e o medo tomou conta da população local pois corria a notícia de que a qualquer momento iriam prender todos aqueles apoiavam Leonel Brizola e que eram dos Grupos de Onze, e “quando a viatura da Delegacia de Polícia passava todos se escondiam, principalmente mulheres e crianças, pois poderiam ser presos. De duas a três vezes por semana essa viatura percorria todo o distrito”.⁶⁹⁷

O filho de Jeronimo Moreira Borges, agricultor de Crissiumal, relata que o pavor do que poderia acontecer com a prisão levou seu pai a ficar escondido no mato quando ficou sabendo das prisões que estavam ocorrendo na cidade, sendo que tinham de levar-lhe alimentos.⁶⁹⁸ A viúva de Nicanor Rodrigues de Almeida, de Marcelino Ramos, ao descrever a situação que viveram, afirmou que: “O clima de angústia, de medo e sofrimento, alojou-se na nossa residência, já que os presos políticos eram muito maltratados, seviciados e até mortos”.⁶⁹⁹ Antes de ser conduzido ao presídio de Erechim, Nicanor, que era presidente do Diretório Regional do PTB em Marcelino Ramos, foi conduzido várias vezes à Delegacia de Polícia local para prestar depoimentos. Convidados para padrinhos de um casamento, o medo e constrangimento se tornou ainda maior, pois, segundo sua esposa:

Os militares e adversários políticos diziam que iriam prender meu marido na entrada da Igreja, no meio do corredor, para que todas as pessoas ali presentes presenciassem o fato. E, estava previsto, também, que o meu marido iria desfilar num camburão da

⁶⁹⁵ João Confortin. 08/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6681-1200/98-4. CEI/APERS.

⁶⁹⁶ Iracema da Silva César. 25/10/2002. Processo Administrativo/Indenização 2849-1200/02-1. Essa mesma declaração se encontra em 13 dos 14 processos provenientes de Tuparendi. CEI/APERS.

⁶⁹⁷ Idem.

⁶⁹⁸ Jeronimo Moreira Borges. 15/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6891-1200/98-2. CEI/APERS.

⁶⁹⁹ Albina Formigheri de Almeida. 11/05/1998. In: Nicanor Rodrigues de Almeida. Processo Administrativo/Indenização 6586-1200/98-0. CEI/APERS.

polícia ou do exército, de sirene aberta, para que toda a população presenciasse a prisão do malfeitor [...].⁷⁰⁰

Conforme Arlete de Almeida Remor, filha de Nicanor, tal fato só não ocorreu porque “o pai da noiva era do PSD e iria tirar o brilho da festa”, mas no dia seguinte ele foi preso e levado ao Presídio de Erechim.⁷⁰¹

Apesar de não possuírem armas e não terem realizado nenhum movimento contra o golpe civil-militar, os envolvidos com os Grupos de Onze corriam até risco de vida, ou pelo menos, recebiam ameaças de morte, com o intuito de deixá-los apavorados, desorientados e entregassem os planos, confessassem, *falassem a verdade*. A esposa de Espiridião Rolim de Azambuja, de Carazinho, declarou que “o Delegado pegava no lenço do meu marido e passava uma faca no seu pescoço, dizendo que ia degolar”.⁷⁰² Adão Baptista da Silva, funcionário do DAER de Nonoai, relatou sobre sua prisão que:

[...] minha casa foi sitiada por militares da Brigada militar, fortemente armados, quando bateram à porta, e no mesmo instante empurraram a porta e invadiram a casa gritando: “você está preso seu comunista sem vergonha”, empurraram meus familiares para fora a pontapés, e me algemaram, após revirarem tudo dentro de casa à procura de armas e documentos, me jogaram na carroceria de um caminhão, e rumaram para a cidade de Nonoai [...]. Ao chegar em Nonoai, fui interrogado pelo Coronel Gonçalves, na mira de um fuzil, tendo tomado diversos tapas na cara. Em seguida ordenou que fosse jogado novamente na carroceria do caminhão, juntamente com o companheiro Valdemar dos Santos, e fomos rumo a Erechim, na viagem os soldados nos ameaçaram de morte por diversas vezes, inclusive uma sobre o rio Passo Fundo, pararam o caminhão e disseram: “chegou a vez dos comunistas”.⁷⁰³

O médico Adyr Cancelo Farias, de Nonoai, foi preso três vezes e levado ao Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo. Numa dessas prisões, ele e um companheiro de partido, também acusado de pertencer ao Grupo de Onze, foram deixados aos cuidados do Cabo Antonio João Fragoso Brum, num acampamento à beira da estrada. O referido cabo testemunhou em seu processo que

[...] chegou até nosso acampamento, junto à Estrada Nonoai/Planalto, uma escolta da Brigada Militar, comandada pelo Coronel Gonçalves, solicitando para que eu mantivesse sob custódia dois presos [...] que deveriam permanecer ali até que voltassem, pois estavam numa missão para prender outros comunistas, disseram mais,

⁷⁰⁰ Albina Formigheri de Almeida. 11/05/1998. In: Nicanor Rodrigues de Almeida. Processo Administrativo/Indenização 6586-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁰¹ Arlete de Almeida Remor. 19/11/1998. In: Nicanor Rodrigues de Almeida. Processo Administrativo/Indenização 6586-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁰² Oricema Obregão Azambuja. 01/08/1998. In: Espiridião Rolim Azambuja. Processo Administrativo/Indenização 6315-1200/98-8. CEI/APERS.

⁷⁰³ Adão Baptista da Silva. 1998. Processo Administrativo/Indenização 4556-1200/98-8. CEI/APERS.

que se não obedecessem a determinação, *que eu poderia atirar nos mesmos*.⁷⁰⁴ (grifos nossos).

Vereador pelo PTB, acusado de subversivo por pertencer ao Grupo de Onze, Adyr Canello Faria estava em constante vigilância. Em 27 de maio de 1964 foi preso novamente, nessa vez dentro do Hospital, não podendo nem concluir um parto que estava realizando. Ary Alexandre Machado, que fazia parte do grupo designado para prendê-lo declarou:

[...] fiz parte de uma escolta do Exército Brasileiro com a missão de prender em Vila Trindade, município de Nonoai, um médico de nome Adyr Canello Faria, por subversão à Segurança Nacional. [...] O mesmo se encontrava na sala de cirurgia. Argumentou que era o único médico daquele hospital, porém nosso comando informou que tinha ordem de prendê-lo, e foi o que fizemos, o algemamos e colocamos num jipão, o levamos para Passo Fundo, entregando-o no quartel da Brigada Militar daquela cidade.⁷⁰⁵

A filha de Eugenio Casanova, que presenciou a prisão de seu pai em Sertão, informou que

[...] seis policiais militares, fortemente armados com “baionetas caladas”, fuzis e metralhadoras, foram até sua residência, sendo que dois deles invadiram a casa e deram voz de prisão a ele enquanto outros dois procederam a revista em toda a casa, vasculhando tudo, revirando os pertences, inclusive colchões, a procura de armas e documentos, enquanto outros dois policiais faziam a escolta pelo lado de fora [...].⁷⁰⁶

Ela asseverou que até os cadernos escolares das crianças foram examinados e jogados ao chão. Após a revista, seu pai

foi escoltado a pé, pelos seis policiais, dois na frente, dois atrás e um em cada lado, com as armas em pulho, que o empurravam com a ponta da arma para que caminhasse até a Prefeitura Municipal, todos os moradores saíam de suas casa para ver o que estava acontecendo, e os policiais lhes diziam que era para todos verem o que acontecia com comunistas.⁷⁰⁷

A violência caracterizou as ações contra os membros dos Grupos de Onze, ou meramente suspeitos de envolvimento com essa mobilização brizolista, assustando os familiares. Em Nova Palma, José Antonio Bonaldo tinha oito anos quando viu seu pai ser preso e narrou que

[...] um caminhão do exército com aproximadamente dez militares fortemente armados com metralhadoras e outras armas, e, sem dar qualquer explicação, invadiram a alfaiataria onde encontrava-se meu pai, e o prenderam, depois de desferirem contra ele

⁷⁰⁴ Antonio João Fragozo Brum. 14/08/1998. In: Adyr Canello Faria. Processo Administrativo/Indenização 6605-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁰⁵ Ary Alexandre Machado. 12/08/1998. In: Adyr Canello Faria. Processo Administrativo/Indenização 6605-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁰⁶ Mariza Braga. 20/09/2002. In: Eugenio Casanova. Processo Administrativo/Indenização 2996-1200/02-0. CEI/APERS.

⁷⁰⁷ Idem.

empurrões, socos e pontapés. Ficamos todos horrorizados com o que se passava, pois os militares não se contentaram apenas em detê-lo, invadiram também nossa casa, que era anexa à alfaiataria e reviraram tudo [...].⁷⁰⁸

Na cidade de Nova Palma, foram efetuadas prisões antes e após a missa dominical. Valdir Tronco Crauss afirma que “quando estava entrando na igreja para assistir à missa, em meio à grande maioria do povo de Nova Palma que lá se encontrava, fui cercado por oito soldados do Exército, armados com metralhadoras e baionetas, que, em meio à multidão, me deram voz de prisão e me conduziram ao Camburão”.⁷⁰⁹ O padre fez o registro no Livro Tombo da Igreja: “Em nova palma, logo após a saída da missa dominical, apareceram inesperadamente caminhões do exército, fazendo prisões de homens que posteriormente se soube tinham mandado seus nomes, numa lista subscrita, à Radio Mairynk Veiga”.⁷¹⁰ Renato Jose Pippi, um dos presos nessa ocasião declarou: “Dá pra calcular o que acontece num lugar do interior, extremamente conservador, ser preso em pleno domingo, após a missa, sob os olhares de toda a população?”⁷¹¹ Sadi Marquezin, do município de Humaitá, relatou que assistia a missa, na localidade de Herval Grande, quando “foi retirado da igreja à força, em meio à celebração”⁷¹² por elementos da Brigada Militar. O mesmo ocorreu com Izalino João Ventura, em Machadinho, conforme depoimento de um policial militar que ajudou a efetuar a prisão: “encontrava-se o Sr. Izalino assistindo a missa quando foi preso pelo depoente e conduzido à Prefeitura de Machadinho, sendo a seguir levado para uma casa de madeira, ao lado da prefeitura e no mesmo dia à noite, conduzido para Erechim”.⁷¹³ O fato ocorreu dentro da Igreja Matriz de Machadinho, durante a missa dominical, aos olhos atônitos de toda a comunidade.

A Igreja se posicionava contra os Grupos de Onze, associando-os a grupos comunistas e não há evidências de que as prisões antes e após a missa, ou mesmo durante o culto tenha suscitado reações por parte da comunidade religiosa. A viúva de Francisco Paulo Locateli relatou que seu marido e alguns membros da comunidade fizeram uma reunião em sua casa e “no domingo seguinte, o padre de Nova Esperança, no sermão disse que estavam organizando o grupo dos onze, estavam armados e queriam fazer maldades e deveriam ser fuzilados”.⁷¹⁴ Ela não sabia

⁷⁰⁸ José Antonio Bonaldo. 16/08/1998. In: Antoninho Bonaldo. Processo Administrativo/Indenização 6574-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷⁰⁹ Valdir Jose Tronco Crauss. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6037-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷¹⁰ Livro Tombo. 17/05/1964. In: Valdir Jose Tronco Crauss. Processo Administrativo/Indenização. CEI/ APERS.

⁷¹¹ Renato José Pippi. 18/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4445-1200/98-7. CEI/APERS.

⁷¹² Sadi Marquezin. 20/10/1998. Processo Administrativo/Indenização 6824-1200/98-8. CEI/APERS.

⁷¹³ Depoimento de Primo Baratieri, que na época era policial militar. 05/10/1999. In: Izalino João Ventura. Processo Administrativo/Indenização 6615-1200/98-2. CEI/ APERS.

⁷¹⁴ Francisco Paulo Locateli. 11/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 7054-1200/98-5. CEI/APERS.

que o marido era tido como um dos onze e ficou apavorada quando, na semana seguinte, ele e outros da comunidade foram intimados, presos e conduzidos para a cidade de Santiago. Ainda afirmou que, quando seu marido e os outros companheiros foram levados, os sinos da igreja tocaram muito, “pra valer”,⁷¹⁵ comemorando a prisão dos *comunistas*. Arnaldo Pasin contou que, na comunidade onde morava, Vila Rio dos Índios em Nonoai, por ocasião de sua prisão, “o comerciante Sr. Ernesto Piccoli, foi até a capela, tocou o sino da igreja, anunciando aos gritos, ‘graças a Deus que prenderam os comunistas’”.⁷¹⁶ Em Gaurama, onde ocorreram várias prisões e de onde provém quatro processos de pedido de indenização, o padre anotou no Livro Tombo da Paróquia: “[...] em algumas capelas como Balisa e São José havia começo dos famigerados grupos de 11; os milicianos que vieram depois, abusavam, as vezes, de sua autoridade”,⁷¹⁷ num reconhecimento passivo de que as práticas eram abusivas, porém, necessárias. Albertina Locateli relatou que “o padre foi conversar com ela e disse que certamente mereceriam alguma coisa, se não merecessem seriam soltos”.⁷¹⁸

A prisão, feita normalmente com grande aparato militar já era fato vergonhoso, acrescentando-se ainda a humilhação de desfilar pela rua da cidade, acorrentados, para mostrar à população os *perigosos comunistas*, como ocorreu em Erechim:

O depoente e demais pessoas detidas foram colocados na parte traseira de um pequeno caminhão [...]. Ao chegarem em Erechim, os soldados da BM desfilaram pela principal avenida da cidade, com referido caminhão, para que todos vissem as pessoas que estavam sendo transportadas presas.⁷¹⁹

O mesmo fato sucedeu em várias ocasiões em São Valentim, conforme relata familiar de Danilo Oltramari:

A polícia não se satisfazia só com a sua prisão. Para demonstrar o poder que possuía e de manifestação da ditadura que imperava, punha-o em cima de um caminhão, percorrendo as ruas da cidade, demonstrando a todos, que prendia um elemento perigoso para a “democracia” do país.⁷²⁰

Essa atitude era comum na área de atuação do Primeiro Destacamento Especial Volante da Brigada Militar, sob o comando do Coronel Gonçalves:

⁷¹⁵Francisco Paulo Locateli. 11/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 7054-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷¹⁶ Arnaldo Pasin. 14/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷¹⁷ Livro Tombo da Paróquia São Luiz Gonzaga, nº 2, abril de 1964. Gaurama. p. 15. Os padres não faziam registros diários, por isso não tem o dia do registro.

⁷¹⁸ Francisco Paulo Locateli. 11/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 7054-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷¹⁹ Protasio Vasco. 27/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 4282-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷²⁰ Danilo Oltramari. 22/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

Antes de serem conduzidos até o Presídio da cidade de Gaurama, desfilaram por toda a cidade, com os Srs. Getúlio Claudino e Tadeu Sieslevski, em cima do caminhão, juntamente com vários policiais militares armados de fuzis e metralhadoras, com o intuito de ostentar à comunidade a prisão efetuada.⁷²¹

O PTB se posicionou contra as atitudes do Coronel Gonçalves e denunciou que “modestos agricultores e respeitáveis chefes de famílias foram carregados em caminhões de carga, como animais ou malfeitores contumazes, exibidos pelas ruas de vilas e cidades, num espetáculo deprimente e desumano, que a ninguém honra e a todos envergonha”.⁷²² O medo e a insegurança se espalhou, sendo que na região de Erechim, área de atuação do 1º Destacamento Especial Volante, “o comércio paralisou e os pacatos colonos não mais se dirigem às sedes de seus municípios pelo temor de serem detidos”.⁷²³ A pedagogia do medo surtia efeito!

5.2.2 Duração da prisão

Dos 440 processos de envolvidos com os Grupos de Onze que pleitearam a indenização por perseguição política, sete pessoas relatam prisão por algumas horas e 58 por um dia. Para Maria Helena Moreira Alves, durante a Operação Limpeza, essas detenções temporárias eram parte da estratégia de intimidação, sendo “geralmente acompanhadas de espancamento ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedidos de *habeas corpus* pudessem ser apresentados. Dessa maneira, os militares esquivavam-se à supervisão do sistema legal e podiam agir.”⁷²⁴ Essas prisões temporárias, e arbitrárias, sem qualquer registro atingiu um grande número de envolvidos ou suspeitos de envolvimento com os Grupos de Onze, indo além do número de pessoas que pediram indenização e/ou que estão sendo analisadas nessa pesquisa. No caso de Erechim, que concentrou as prisões do Alto Uruguai, o próprio Coronel Gonçalves afirmou, em entrevista ao jornal *A Voz da Serra*, “foram ouvidas mais de trezentas pessoas nesta região”⁷²⁵, sendo que há uma lista oriunda do SOPS/Erechim com 156 nomes de pessoas que ficaram presas e, destas, 102 entraram com o pedido de indenização por perseguição política. Igualmente, de Humaitá, de onde provém 28 processos, conforme Pedro Soave de Almeida, organizador de Grupo de Onze, ele foi detido “juntamente com outros trezentos integrantes e simpatizantes do antigo PTB”.⁷²⁶ José Balestrin, de Frederico Westphalen informou que o

⁷²¹ Getúlio Claudino da Cás. 14/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6808-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷²² Coronel Gonçalves: PTB pediu abertura de CPI. *A Voz da Serra*. 25 de jun. 1964. (Contracapa).

⁷²³ *Correio do Povo*, 19 mai 1964. p. 18.

⁷²⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 72.

⁷²⁵ Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade. *A Voz da Serra*, 19 de maio de 1964. (capa).

⁷²⁶ Pedro Soave de Almeida. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6492-1200/98-2. CEI/APERS.

Exército levou a interrogatório mais de 150 frederiquenses, durante três dias foram ouvidos e soltos.⁷²⁷

A inconsistência das informações e a carência de documentação comprobatória impede que possamos estabelecer com exatidão o período em que os requerentes à indenização por perseguição política por envolvimento com os Grupos de Onze permaneceram na prisão. Os dados utilizados são, em sua maioria, os fornecidos pelos requerentes ou seus familiares. O caso da SOPs de Erechim, no ofício 230/64 intitulado *Rol dos elementos que responderam inquéritos e foram alvos de sindicâncias, componentes de grupos dos “onze” e estiveram detidos no período da revolução iniciada em 31 de março de 1964*⁷²⁸ (Anexo 2), estão listados 156 nomes, como já referido, com data de entrada e saída da prisão. Essa duração da prisão é contestada por vários dos envolvidos, como é o caso de Olímpio Faganello, em que a data que consta na lista é de 3 de abril a 7 de abril de 1964 e em seu depoimento ele afirma que foi preso e espancado durante 30 dias.⁷²⁹ Guido Endres, de Novo Hamburgo, também refere prisão além do que conseguiu documento comprobatório. A documentação fornecida pela Delegacia de Polícia de Novo Hamburgo atesta que ele esteve preso naquele local por 16 dias, sendo que o requerente à indenização afirma que foi levado num caminhão direto para o 19º Regimento de Infantaria de São Leopoldo, onde ficou apenas um dia e após foi levado para o DOPS em Porto Alegre, onde ficou durante três dias e após foi encaminhado ao SESME (Serviço Social de Menores) onde ficou preso por mais trinta dias, sendo ainda encaminhado para a Delegacia de Polícia de Novo Hamburgo, somando ao todo 46 dias de prisão.

A partir dos dados fornecidos pelos requerentes à indenização por perseguição política com envolvimento com os Grupos de Onze, ou por seus familiares, elaborou-se a tabela a seguir, que, mesmo com possíveis erros, nos dá uma ideia da repressão desencadeada sobre os referidos grupos.

⁷²⁷ BALESTRIN apud SZATKOSKI, Elenice. Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo/RS. 2003. p. 148.

⁷²⁸ SOPS/E.1.2.92.31. Essa lista também consta no processo Antônio Bandurka. Processo Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

⁷²⁹ Olímpio Faganello. 28/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 5801-1200/98-9. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

Tabela 7 – Tempo de permanência na prisão

Duração da prisão	Nº de pessoas
De algumas horas a 5 dias	198
De 6 a 10 dias	58
De 11 a 15 dias	19
De 16 a 20 dias	10
De 21 a 25 dias	21
De 26 a 30 dias	12
De um a dois meses	32
De dois a três meses	4
De três a quatro meses	1
De quatro a cinco meses	9
De seis a sete meses	1
De sete a oito meses	1
Um ano e nove meses	1
Dois anos	1
Não foram presos	6
Informações imprecisas	66
Total	440

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados nos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

O período em que os envolvidos com a formação dos Grupos de Onze permaneceram na prisão varia de acordo com o coronel atuante na missão, se eram organizadores de grupo ou apenas assinaram as listas, e da *periculosidade* representada pelo indivíduo e/ou pela região. Como já citado, nos locais onde já existiam acampamentos de sem-terra e/ou movimento de apoio ostensivo à Legalidade, a repressão se fez sentir com maior brutalidade. Boa parte dos requerentes à indenização não conseguiu anexar documentação comprobatória da prisão e forneceu informações imprecisas, *como alguns dias em 1964, no ano de 1964, meados de 64* que podem conter horas, dias, semanas ou meses. Também temos processos que os requerentes alegam prisão prolongada, um de nove a dez anos e outro que alega ter sido preso quase 18 anos, de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Os 66 processos com informações imprecisas estão assim distribuídos.

Tabela 8 – Tempo de permanência na prisão – Informações imprecisas

Ano(s)	Quando foi preso/tempo de permanência na prisão	Quantidade
	Meados de 1964/ano de 1964	7
	Fevereiro a março	1
	Março	2
	Abril	3
	Abril a maio	2
	Entre abril e junho	1
	Maio	1
	Maio a junho	3
	Maio a julho	2
	Maio a setembro	1
	Junho	3

1964	Julho a agosto	1
	Julho a setembro	1
	Agosto	1
	Agosto a setembro	1
	Agosto a novembro	1
	Agosto a dezembro	1
	Outubro a novembro	1
	Várias vezes em 1964	2
	Em 1964 e 1965, preso mais de uma vez	3
	1964 e outros anos	Vários meses de 1964 a 1966
Três meses de 1964 a 1967		1
Preso de 1964 a 1967		1
5 vezes em 1964, 33 dias em 1965 e 6 meses em 1968		1
Várias vezes entre 1964 e 1969		3
Várias vezes, de 1964 a 1978		1
1965	Só cita o mês ou o ano	3
	Cerca de 1 mês	3
1965 e outros anos	Maior a junho de 1965 e de 1967 a 1971	1
	De 1965 a 1975	1
Outros anos	De 1961 a 1979	1
	De 1963 a 1964	1
	Em 1966 – preso por 3 vezes	1
	De 1966 a 1967	1
	Em 1967	1
	Em 1970	2
	Em 1972	1
Não especifica datas/não há dados		2
Desaparecido desde 1967		1
Total		66

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados nos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

A pesquisa centra-se no ano de 1964, momento que houve a perseguição aos Grupos de Onze. Em 411 dos 440 processos analisados, ou seja, em 93,4% deles, houve prisão no ano de 1964 e destes, em 4,1% ou 17 processos os requerentes à indenização relatam prisão em 1964 e também em anos posteriores. Temos 29 processos ou 6,6% que há relatos de prisão somente em anos posteriores a 1964. Analisando esses processos individualmente verificou-se que dois requerentes à indenização por perseguição política foram acusados de serem organizadores de Grupo de Onze em Mariano Moro, distrito de Erechim, e além do IPM e prisão em Erechim, foram denunciados na Auditoria Militar em Santa Maria onde foram absolvidos, porém foram condenados a seis meses de prisão em 1966 pelo Supremo Tribunal Militar. Junto com eles foi preso e denunciado Leopoldo Chiapetti, que constava na ata de fundação do grupo como o presidente, foi preso em Erechim de 30 de abril a 21 de maio de 1964, da prisão foi para o hospital e faleceu em 21 de maio de 1965 em decorrência das torturas sendo, então, extinta sua

punibilidade.⁷³⁰ Helmuth Pedro Nottar, que no documento do SOPs/Erechim consta como prisão do dia 03 de abril a 25 de maio de 1964, data contestada pela viúva, que afirma que ele foi solto 22 de junho de 1964 e ficou em prisão domiciliar até novembro do mesmo ano. Após a condenação na Auditoria de Santa Maria, retornou ao Presídio de Erechim em 16 de julho de 1966, permanecendo até 16 de janeiro de 1968.⁷³¹ Jofre Lourau também esteve detido no Presídio de Erechim do dia 03 a 24 de maio de 1964, prisão domiciliar e novamente prisão de 16 de julho de 1966 a 16 de janeiro de 1967.⁷³² Observa-se uma possibilidade de erro período de prisão de Helmuth Pedro Nottar, que julgado junto com Jofre Lourau, presumivelmente cumpriu o mesmo período de prisão, ou seja, até 16 de janeiro de 1967.

Temos oito processos de pedido de indenização em que os requerentes eram membros do Grupo de Onze, e, além de responderem a um IPM em Santa Bárbara, foram denunciados na Auditoria Militar de Santa Maria e relatam prisão que vai de cinco a seis meses no ano de 1966. Cinco deles não relatam prisão em 1964, o que deve ter ocorrido para interrogatório e encaminhamento do IPM. Carlos Fachi, que não foi denunciado na Auditoria Militar, relata prisão de três dias em abril de 1964.⁷³³ Otacilio Augusto de Vargas relata prisão em 1964 no dia 25 de abril de 1964 e a viúva de Victório Caetano Pasqualotto, que era prefeito de Santa Bárbara, foi preso dia 3 de abril e acusado de ser chefe do Grupo de Onze, indica que seu marido foi preso várias vezes, ficando recluso de 1966 a 1968.⁷³⁴

Observa-se que ter sido envolvido com os Grupos de Onze, comprovadamente ou não, já era motivo para suspeição e vigilância prolongada. Por ocasião da Operação Três Passos⁷³⁵, vários envolvidos com os Grupos de Onze foram presos novamente para obter informações e averiguar se os grupos seriam acionados para o levante contra o regime militar. Wilson Cabreira

⁷³⁰ Leopoldo Chiapetti. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷³¹ Helmuth Pedro Nottar. Processo Administrativo/Indenização 4734-1200/98-7. CEI/APERS.

⁷³² Jofre Lourau. Processo Administrativo/Indenização 4728-1200/98-6. CEI/APERS.

⁷³³ Carlos Fachi. Processo Administrativo/Indenização 6476-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷³⁴ Aline Bárbara Pasqualotto. s/d. In: Victório Caetano Pasqualotto. Processo Administrativo/Indenização 6679-1200/98-4. CEI/APERS.

⁷³⁵ A Operação Três Passos é a primeira ação brasileira de guerrilha rural contra o Governo Militar instalado em 31 de março de 1964. Na noite de 26 de março de 1965, um grupo liderado pelo ex-coronel do Exército, Jefferson Cardin Osório, pelo ex-sargento da Brigada Militar, Albery Vieira dos Santos, e pelo professor da rede municipal de ensino de Campo Novo, Valdetar Dornelles, rendeu Três Passos de assalto. Eles tomaram o presídio e o destacamento da Brigada Militar, de onde levaram armas, munição e fardas. Além de deixar a cidade sem comunicação telefônica, uma vez que cortaram os fios da rede, invadiram a Rádio Difusora e obrigaram, sob a mira de uma metralhadora, os proprietários Benno Adelar e Zilá Breitenbach a colocar a emissora no ar para ler um manifesto contra a ditadura militar. Depois, os guerrilheiros partiram para Tenente Portela. Na cidade, também tomaram o destacamento da Polícia Militar. O mesmo ocorreu em Barra do Guarita e em Itapiranga (SC). A prisão do grupo deu-se na cidade paranaense de Leônidas Marques, no dia 28 de março. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/geral/fotos-e-documentos-ineditos-da-guerrilha-de-tres-passos-primeiro-movimento-armado-contra-a-ditadura/>. Acesso em 11/04/2017.

Felipette, foi preso no ano de 1965, junto com uns amigos que eram contra o regime militar, ficando cinco dias no presídio de Alegrete, sendo posteriormente levados ao Quartel do 6º Regimento da Cavalaria Blindado de Alegrete, onde permaneceram por mais de um mês. Ele narrou sobre sua prisão e de seus amigos: “Fomos perguntados (através de tapas/chutes) sobre quem eram os participantes do grupo dos ‘onze’ e quem estava conspirando contra o Regime Militar? Quem eram os chefes dos comunistas? Após trinta dias como não obtiveram nenhuma resposta fomos liberados.”⁷³⁶ Argemiro Pereira da Silva, que era prefeito do município de Planalto e havia sido preso durante um dia em abril de 1964, relatou

Um ano depois, pensando que estava passado aquele período difícil, fui novamente preso. Naquele dia estávamos comemorando o aniversário do Município, dia 13 de abril de 1965, em uma festa de Igreja, quando fui, no meio da Comunidade, abordado por um Capitão que me deu voz de prisão e conduziu até o Quartel da Brigada Militar em Santa Rosa. Naquele local fui novamente interrogado sob a denúncia de estar integrando o Grupo de pessoas ligadas ao Cel. Jefferson.⁷³⁷

Carlos Anchieta, que era soldado da Brigada Militar, sofreu perseguições desde o golpe de 31 de março e prisão, junto com alguns companheiros, de junho a julho de 1965. Ele declarou que “os torturadores interrogadores forçavam para que eu afirmasse que integrava o ‘Grupo dos Onze’ e que éramos das forças do Cel. Jeferson de Alencar Cardim Osório e do Sargento Alberi Vieira dos Santos.”⁷³⁸ Tal fato também foi relatado por Valdemar Nascimento dos Santos, soldado da Brigada Militar de Santo Ângelo, preso na mesma época que Carlos Anchieta:

Os interrogatórios a que fui submetido, assim como os demais colegas, amigos e parentes presos, consistia na pressão para confessar que pertencia ao “Grupo dos Onze” e a guerrilha do Cel. Jeferson de Alencar Cardim Osório e do Sargento Alberi Vieira dos Santos, sendo que deste eu era acusado de ser parente. Na verdade o sargento Alberi Vieira era primo do Obaldo Pinto Vieira e Waltrudes Pinto Vieira, ambos irmãos e, também, acusados de pertencerem ao “Grupo dos Onze”, organização comandada pelo Governador Brizola, exilado no Uruguai.⁷³⁹

Eugenio Castagna, que era comerciante em Palmeiras das Missões, alegou ter sido preso em cinco vezes em 1964 e que em 1965 foi “conduzido ao presídio municipal onde fiquei por um período de mais de quatro dias preso e incomunicável, sendo constantemente interrogado por

⁷³⁶ Wilson Cabreira Felipette. 21/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6548-1200/98-8. CEI/APERS.

⁷³⁷ Argemiro Pereira da Silva. 20/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6729-1200/98-3. CEI/APERS.

⁷³⁸ Carlos Anchieta. 12/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2939-1200/02-8. CEI/APERS.

⁷³⁹ Valdemar Nascimento dos Santos. 18/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2937-1200/02-2. CEI/APERS.

coronéis e majores da BM que vinham de outras regiões. Já no presídeo, fui informado que eles estavam a procura de um sargento chamado Alberi.⁷⁴⁰

Eduardo Bosa, comerciante de Nonoai, vereador pelo PTB e organizador de Grupos de Onze na região, foi preso dia 28 de março de 1965 porque queriam saber da sua ligação com o Tenente Osório e o Sargento Iray e com o assalto aos Destacamentos de Três Passos e Tenente Portela. De Nonoai foi levado a Erechim e dia 29 de março foi conduzido ao DOPS, em Porto Alegre, onde ficou encarcerado por cerca de 57 dias.⁷⁴¹ Seu filho, Zelmo Bosa, liderança dos movimentos dos sem-terra e organizador de Grupos de Onze, que já havia sido preso em abril de 1964, foi preso novamente em julho de 1965 por suspeita de envolvimento com o sargento Alberi e com o Cel. Jefferson.⁷⁴² Alvo de constantes perseguições, Zelmo desapareceu. Cleto dos Santos afirmou em depoimento à Comissão Especial de Indenização que Zelmo Bosa foi preso inúmeras vezes e “constantemente perseguido pelas autoridades do novo regime que se instalou no país, até seu desaparecimento”.⁷⁴³

O processo que alega prisão por 10 anos, de 1965 a 1975, é o do sargento Alberi Vieira dos Santos, cuja filha pediu a indenização. Segundo a requerente, seu pai “foi processado e condenado, tudo por causa da repressão aos chamados grupos de onze e movimento revolucionário de 26 de março”.⁷⁴⁴ Porém, o sargento Alberi foi recrutado pelo Centro de Informações do Exército tornando-se agente da ditadura. A partir disso, passou a atrair e entregar guerrilheiros que estavam no exterior, sendo responsável por diversos assassinatos, não tendo possibilidade de obter indenização.⁷⁴⁵

⁷⁴⁰ Eugenio Castagna. 07/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 3761-1200/98-7. CEI/APERS.

⁷⁴¹ Eduardo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 4659-1200/98-6. CEI/APERS.

⁷⁴² Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

⁷⁴³ Cleto dos Santos. 29/07/1999. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS. A data do desaparecimento de Zelmo Bosa não é precisa. Antônio Conceição dos Santos Machado afirmou que, entre 1974 e 1975, o agricultor passou na sua casa e pediu-lhe mantimentos, pois enfrentava dificuldades por estar sendo perseguido pela polícia. Segundo uma das versões, depois das perseguições de que foi vítima, Zelmo teria ido para o Paraná e depois para o Mato Grosso. De forma clandestina, teria retornado algumas vezes a Nonoai para visitar a família. Em outra versão, ele teria sido assassinado pela polícia num local denominado Cascata do Lobo. Depoimentos reunidos pela Comissão Especial sobre Mortes e Desaparecidos Políticos (CEMDP) registram que, na ocasião do desaparecimento do trabalhador, os amigos Cleto dos Santos e João Maria Antunes procuraram por ele nas delegacias de polícia e no Instituto Médico Legal (IML), mas não encontraram qualquer vestígio dele, “vivo ou morto”. A própria imprecisão e fragmentação das pistas caracteriza boa parte dos desaparecimentos e assassinatos praticados durante o regime militar. CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011. p. 319.

⁷⁴⁴ Jani Regina Lena Hoffmann, 17/09/2002. In: Alberi Vieira dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 2646-1200/02-7. CEI/APERS.

⁷⁴⁵ A relatora da Comissão de Indenização, Suzana Kniger Lisboa, declarou que “Alberi Vieira dos Santos é considerado responsável direto pelo assassinato e desaparecimento dos militantes políticos e guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária José Lavechia, Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia, fato em si suficiente para que lhe seja negado o pedido de indenização, já

Ter organizado/participado de Grupo de Onze caracterizava a condição de “inimigo interno” que acompanhava a pessoa por tempo indeterminado. Claudio Roberto Florio Pedroso Ortiz, funcionário público de Porto Alegre, participante do Comando dos Servidores Públicos (CORSE) onde foi organizado um Grupo de Onze, não foi preso em 1964 mas foi levado por algumas horas à Polícia do Exército para interrogatório em 1965. No ano de 1969 foi detido e conduzido ao DOPS, onde o acusaram de integrar o Grupo de Onze e o movimento revolucionário Var-Palmares. Uma testemunha da sua prisão, que na época era Procurador do DAER e foi ao DOPS saber da sua situação, declarou que “nesta época correu boato de que diversos servidores públicos estaduais e municipais haviam instituído o chamado Grupo dos Onze em Porto Alegre e que também integravam grupos contrários ao regime vigente, especialmente o comando Var-Palmares”.⁷⁴⁶ O imaginário de que os Grupos de Onze representavam perigo de insurgência contra o regime e poderia estar relacionado com movimentos guerrilheiros colocava os envolvidos com os grupos sob vigilância permanente. Coldomiro Ribas Guedes, agricultor de São Borja, foi preso várias vezes em diferentes anos: de outubro a novembro de 1964, de agosto a setembro de 1965, em dezembro de 1966 e também em janeiro de 1967, sendo que aponta como motivo para ameaças, perseguições e prisões apenas ter assinado uma lista de Grupo de Onze em 1964.⁷⁴⁷

Ido Georg, ferreiro de Crissiumal, relata prisões em junho de 1964, fevereiro de 1965 e em março de 1969, porque foi “dado como comunista, integrante do grupo dos onze, guerrilheiro e subversista(sic.)”.⁷⁴⁸ Lorivaldo Mertz, mecânico de Três Passos, alega que foi preso juntamente com seu tio e seu irmão durante 45 dias de abril a maio de 1970. Segundo ele, “o motivo alegado para a prisão pelo Coronel Bonilha, executor da mesma, é de que fazíamos parte do Grupo dos Onze”.⁷⁴⁹ Abelino Finger alegou prisão de quatro dias no final do ano de 1972, sob acusação de pertencer aos Grupos de Onze.⁷⁵⁰

Há casos em que o período de prisão relatado pelo requerente à indenização é dilatado. No item “período de prisão” da *Requisição para solicitar os benefícios da Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997*, há solicitantes que colocaram um período extenso de prisão, o qual consta

que a Lei 11.042/95 veio simbolicamente indenizar aos que foram vítimas da ditadura militar, não aos algozes, torturadores e assassinos. 07/11/2005. In: Alberi Vieira dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 2646-1200/02-7. CEI/APERS.

⁷⁴⁶ Luiz Bolzoni. 30/09/2005. In. Claudio Roberto Florio Pedroso Ortiz. Processo Administrativo/Indenização 2666-1200/02-0. CEI/APERS.

⁷⁴⁷ Coldomiro Ribas Guedes. Processo Administrativo/Indenização 2555-1200/02-8. CEI/APERS.

⁷⁴⁸ Ido Georg. 23/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2978-1200/02-2. CEI/APERS.

⁷⁴⁹ Lorivaldo Mertz. 18/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2609-1200/02-8. CEI/APERS.

⁷⁵⁰ Abelino Finger. 1998. Processo Administrativo/Indenização 3634-1200/98-1. CEI/APERS.

no *Catálogo Resistência em Arquivo*. Na análise dos depoimentos do requerente, familiares e/ou testemunhas foi possível verificar discrepâncias. É o caso de Dilon Nickle Pinheiro, funcionário público de Júlio de Castilho, que alegou prisão de 01 de setembro de 1964 a 17 de julho de 1967 por ter organizado e pertencer ao Grupo de Onze. No depoimento refere interrogatórios, idas mensais a Santa Maria e que “foi denunciado e proibido de se afastar do Município ou trocar de residência enquanto respondeu o processo, o que representou detenção”⁷⁵¹, demonstrando considerar a prisão domiciliar e/ou vigilância como encarceramento. Ornelio de Souza, agricultor de Tuparendi, alegou prisão de abril a novembro de 1964, exílio na Argentina de dezembro de 1964 a julho de 1965 e novamente prisão ao regressar ao Brasil de agosto de 1965 a 1969. No seu *relato dos acontecimentos* à Comissão de Indenização refere perseguições, invasões à sua casa, prisões, situação que perdurou “por vários dias de meses” para que “houvesse confissão e admitisse que era membro do chamado ‘grupo dos onze’, até 1965. No retorno do seu auto exílio na Argentina, foi novamente preso por uma semana. Mudou-se para Crissiumal, onde continuou sendo perseguido. Foi “preso junto com outros companheiros, onde a polícia levou-nos até o Clube da cidade, chamado de ‘Casa Branca’ durante três dias”. Ornelio relatou ainda prisão domiciliar sem precisar a data, mas que normalmente era de alguns meses. A vigilância, que pode ter ocorrido até 1969, foi declarada por ele como sendo período de prisão no pedido de indenização.

Adão José da Luz, agricultor de Crissiumal, no preenchimento da *Requisição para solicitar os benefícios da Lei nº 11.042*, colocou como período de prisão de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, ou seja, praticamente 18 anos de prisão “sob acusação de subversivo, comunista e participar do Grupo dos Onze.”⁷⁵² Porém, não descreve o local onde esteve preso e as cinco testemunhas do fato ocorrido apenas assinam uma declaração – minúscula e genérica – que atesta que Adão José da Luz foi preso em 1964. Nesse processo, que carece de documentação e consistência, o requerente não conseguiu estabelecer uma relação temporal plausível do período da prisão com os acontecimentos, fato que pode ser atribuído à dificuldade de lembrar tais fatos ou mesmo à ignorância. Avelino Simionato, também agricultor de Crissiumal, na requisição colocou exatamente o mesmo período de prisão de Adão José da Luz: de 02 de setembro de 1961 até 15 de agosto de 1979, mas no *Catálogo Resistência em Arquivo* consta prisão do dia 02 de maio ao dia 03 de maio de 1964, data que também pode não ser a correta. Em seu processo consta um requerimento à Justiça Federal Militar solicitando sua ficha

⁷⁵¹ Dilon Nickle Pinheiro. 28/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4724-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷⁵² Adão José da Luz. Processo Administrativo/Indenização 5694-1200/98-7. CEI/APERS.

e anotações constantes sobre sua pessoa, alegando que “no dia 15 de maio de 1964, foi considerado como elemento do grupo dos onze e comunista, dada a sua atividade como membro do PTB, logo assim preso e levado incomunicável no local “casa branca” [...] por ordem e instrução do Comandante Capitão Guterres”.⁷⁵³ A declaração feita pelo advogado, que é a mesma para todos os processos de Crissiumal, afirma que “as prisões ocorreram mais ou menos na mesma época, entre os dias 15 e 25 de maio de 1964, comandadas pelo Capitão Guterres e pelo Delegado Ibsen Machado.” Estabelecendo uma comparação entre esses dois processos, é possível concluir que o período de prisão de Adão José da Luz equivale ao de Avelino Simionato. Constatou-se também, que o período que Adão José da Luz e Avelino Simionato colocaram é o abrangido pela Lei Estadual 11.042, de 1997, que vai do ano de 1961 ao ano de 1979.”⁷⁵⁴ Provavelmente, pela dificuldade em rememorar os fatos, por não possuírem documentos comprobatórios da prisão e/ou por não estarem esclarecidos sobre como deveriam preencher a requisição para solicitar a indenização, colocaram o período da lei, pois sua prisão ocorreu dentro do tempo especificado.

O filho de Sebastião Americo Ribeiro, agricultor de Palmeira das Missões, entrou com pedido de indenização alegando que o pai ficou recluso durante oito meses, de agosto de 1966 a abril de 1967 na Unidade Militar do Exército em Cruz Alta, e que, posteriormente, ao resistir a uma nova prisão, foi assassinado a tiros pelos patrulheiros que compunham a guarnição. O filho relata que mesmo após a morte de Sebastião Americo Ribeiro, a Brigada Militar efetuou mais duas diligências à sua casa em busca de armas e que “o motivo de toda essa perseguição e morte do seu pai era em consequência de denúncias que o mesmo [era] líder de um ‘Grupo dos Onze’”.⁷⁵⁵ Esse caso aponta para uma possível falsificação de dados com o intuito de obter a indenização. A certidão de óbito apresentada no processo está rasurada, sendo que um 1958 parece ter sido transformado em 1968, o que não está de acordo com a idade de falecimento – 39 anos, tendo Sebastião nascido em 1919. A solicitação, pela relatora da Comissão Especial de Indenização, de uma outra via da certidão de óbito ao cartório, além de depoimentos de testemunhas, comprovam essa manipulação de dados. Mesmo que o pai do requerente à indenização tenha realmente sofrido perseguições, prisões, tortura e sido assassinado por membros da Brigada

⁷⁵³ Avelino Simionato. 03/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5692-1200/98-1. CEI/APERS.

⁷⁵⁴ BRANDO, Nova Marques et al. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014. (Prefácio).

⁷⁵⁵ Sebastião Roque Castro Ribeiro. 14/04/1999. In. Sebastião Americo Ribeiro. Processo Administrativo/Indenização 3670-1200/98-8. CEI/APERS.

Militar, não tem relação com os Grupos de Onze, visto que essa organização popular data do final de 1963.

5.2.3 Locais das prisões

As prisões dos *perigosos* seguidores de Brizola e membros dos Grupos de Onze eram feitas de forma ostensiva e com grande aparato militar, como já mencionado, numa demonstração à sociedade da necessidade da intervenção militar pois o *inimigo interno* estava encarnado no vizinho, no parceiro, no amigo ou mesmo num membro da família. Além disso, essa ação assustava as demais pessoas, produzindo insegurança e cautela, numa clara aplicação da pedagogia do medo.

A partir da chegada dos Batalhões Volantes da Brigada Militar nas áreas interioranas do Estado, centenas de petebistas/brizolistas foram intimados e ou detidos para esclarecimentos, pois mesmo que não tivessem envolvimento com os Grupos de Onze, eram suspeitos de serem seus membros e podiam estar escondendo informações. Nas Delegacias de Polícia ou no Destacamento da Brigada Militar de sua cidade passavam por um interrogatório inicial, geralmente com uso de violência física e psicológica.

Os locais das prisões variavam, com permanência na Delegacia de Polícia da própria cidade, no Destacamento da Brigada Militar ou no Quartel do Exército, ou com remoção para outra cidade, dependendo do grau de periculosidade. Porém, no caso de Frederico Westphalen, em que os membros dos Grupos de Onze esboçaram uma resistência que não chegou a ser efetivada, responderam IPM, foram denunciados e julgados na Auditoria Militar de Santa Maria, a prisão ficou restrita à Delegacia de Polícia. No relato de Adão Martins:

Fui preso pela Brigada Militar em minha residência no dia 17 de Abril de 1964, conduzido até a Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen, e ali mantido preso incomunicável até o dia 24 de abril de 1964 [...]. Novamente fui preso pela Brigada Militar no dia 27 de maio de 1964 e mantido preso na Delegacia de Polícia de Frederico Westphalen até o dia 28 de maio de 1964.⁷⁵⁶

O advogado que representa 13 requerentes à indenização envolvidos com os Grupos de Onze informa “Foram mantidas presas em um cubículo, o qual se denominava Cadeia da Delegacia de Polícia do Município de Frederico Westphalen [...] aproximadamente 35

⁷⁵⁶ Adão Martins. s/d. Processo Administrativo/Indenização 4873-1200/98-0. CEI/APERS.

peessoas”.⁷⁵⁷ Apenas três dos 14 processos oriundos desse município relataram ter prestado depoimento no Quartel de Ijuí, sendo que um deles informou prisão em Iraí.

Em 18,9%, ou seja, em 83 processos, os envolvidos declaram ter sido presos e levados para a Delegacia de Polícia local, destes 33 foram transferidos para outra cidade. Citamos como exemplo o caso de Paim Filho, no depoimento de Egídio Bernardo Arsego:

Foi colocado em uma viatura e conduzido a delegacia de polícia de Paim Filho, onde já se encontravam detidas diversas pessoas. [...] O depoente permaneceu detido na DP até o final da tarde, quando ele e os demais presos foram embarcados em um caminhão e transportados para a cidade de Maximiliano de Almeida, tendo sido colocados em uma diminuta cela no presídio daquela localidade. Só das pessoas provenientes de Paim Filho e algumas de Maximiliano de Almeida, cerca de 21 presos dividiam o exíguo espaço da cela em questão, onde todos pernoveram, diretamente sobre o piso da mesma. No dia seguinte, o depoente e os demais presos foram novamente embarcados no referido caminhão e transportados à cidade de Erechim.⁷⁵⁸

Assim se expressam 14 dos acusados de pertencerem aos Grupos de Onze que pleitearam a indenização por perseguição política e que moravam em Paim Filho na ocasião de sua prisão. Nem todos os relatos são minuciosos e contemplam as horas de interrogatório nas Delegacias de Polícia. Nos casos em que o envolvido com os Comandos Nacionalistas já era falecido ou que não tinha condições físicas ou psicológicas para relatar sua história e que são os filhos que entram com o processo de pedido de indenização, as informações são mais genéricas e centradas no sofrimento familiar.

A tabela a seguir, demonstrando os locais onde os envolvidos com os Grupos de Onze ficaram presos em 1964 – e/ou nos anos seguintes, quando a prisão está relacionada ainda com a formação dos grupos – foi elaborada a partir das informações dos requerentes à indenização por perseguição política.

Tabela 9 – Locais das prisões

	Cidades / locais das prisões	Nº de presos	Total
Erechim	Presídio de Erechim	121	122
	Destacamento das Três Vendas	1	
	Destacamento da Brigada Militar de Nonoai	21	
	Delegacia de Polícia	6	
Nonoai	No mato, nas localidades de Passo Feio, Passo do Feijó, Linha São José, Rio dos Índios, Tope da Serra e Saltinho Bela Vista	21	57
	Reserva Florestal de Nonoai	1	
	3º Regimento da Cavalaria	1	
	Não identificou	7	

⁷⁵⁷ Essa informação encontra-se nos Processos Administrativos/Indenização 4873-1200/98-0, 2490-1200/98-8, 2487-1200/98-5, 2486-1200/98-2, 4876-1200/98-8, 2495-1200/98-1, 2664-1200/98-3, 2494-1200/98-9, 4877-1200/98-0, 2493-1200/98-6, 4879-1200/98-6, 2501-1200/98-2 e 2499-1200/98-2. CEI/APERS.

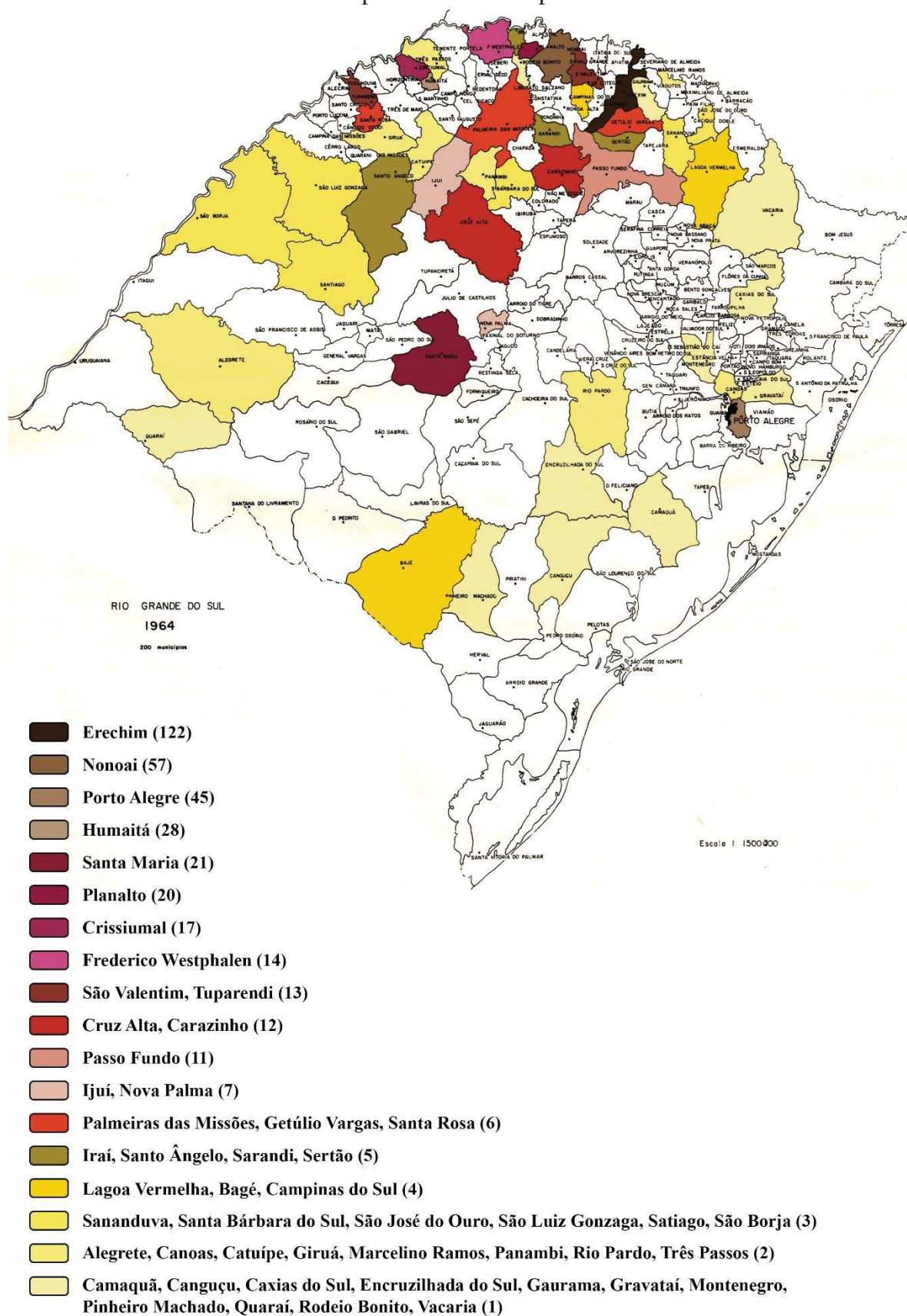
⁷⁵⁸ Egídio Bernardo Arsego. 04/12/1998. Processo Administrativo/Indenização 4521-1200/98-0. CEI/APERS.

	DOPS	18	
	DOPS e SESME	10	
	SESME	7	
	Quartel da Polícia do Exército e no Quartel da Cia de Guardas	1	
	FEBEM	1	
Porto Alegre	Instituto Central de Menores	1	45
	Presídio Político Especial do Partenon	1	
	1º Batalhão da Polícia Militar	1	
	Polícia Civil da Av. João Pessoa e no Abrigo de Menores do Morro Santa Teresa	1	
	Não identificou	4	
Humaitá	Clube Humaitá		28
	17º Regimento de Infantaria	4	
	1º Regimento da Brigada Militar	1	
Santa Maria	7º Regimento de Infantaria	1	21
	Quartel Militar	1	
	Não identificou	14	
	Presídio de Planalto	2	
	Posto Especial de Vigilância Florestal	4	
	Posto da Brigada Militar	7	
Planalto	1º Regimento da Polícia Rural Montada de Planalto	2	20
	No mato, na localidade de Passo Feio	2	
	Não identificou	3	
Crissiumal	Casa Branca		17
Frederico	Delegacia de Polícia	9	14
Westphalen	Cadeia de Frederico Westphalen	5	
São Valentim	Delegacia de Polícia		13
Tuparendi	Delegacia de Polícia		13
	6º RO de Cruz Alta	4	
Cruz Alta	29º Grupo de Artilharia da Campanha	1	12
	Unidade Militar do Exército	1	
	Não identificou	6	
Carazinho	Delegacia de Polícia de Carazinho		12
	Quartel da Brigada Militar	6	
	Quartel do Exército	3	
Passo Fundo	3º Batalhão da Polícia Militar	1	11
	Não identificou local	1	
	Quartel de Ijuí	6	
Ijuí	27º Regimento de Ijuí	1	7
Nova Palma	Delegacia de Polícia		7
	Delegacia de Polícia	1	
Palmeira das Missões	Presídio de Palmeira das Missões	2	6
	Não identificou	3	
Getúlio Vargas	Presídio de Getúlio Vargas		6
Santa Rosa	Não identificou local		6
Iraí	Presídio de Iraí		5
	Quartel de Santo Ângelo	1	
Santo Ângelo	Não identificou local	4	5
	Presídio Municipal de Sarandi	4	
Sarandi	Delegacia de Polícia de Sarandi	1	5
	Prefeitura Municipal	3	
Sertão	Estação Experimental Engenheiro Englert	2	5
Lagoa Vermelha	Presídio Estadual de Lagoa Vermelha		4
	3º Regimento Mecanizado	1	
Bagé	Quartel de Bagé	2	4
	Não identificou local	1	
Campinas do Sul	Delegacia de Polícia		4

Sananduva	No porão do Hospital São João Batista em Sananduva		3
Santa Bárbara do Sul	Delegacia de Polícia		3
São José do Ouro	Prefeitura Municipal		3
São Luiz Gonzaga	3º Regimento de Cavalaria de São Luiz Gonzaga	2	3
	Delegacia de Polícia	1	
Santiago	Quartel da Artilharia de Santiago		3
	Delegacia de Polícia e 2º Regimento da Cavalaria	1	
São Borja	2º Regimento de Cavalaria Mecanizada São Borja	1	3
	2º Regimento da Cavalaria e Presídio de São Borja	1	
Alegrete	6º Regimento da Cavalaria Blindado de Alegrete		2
Canoas	Presídio de Canoas		2
Catuípe	Delegacia de Polícia		2
Giruí	Delegacia de Polícia		2
Marcelino Ramos	Destacamento da Brigada Militar		2
Panambi	Não identificou local		2
	Presídio de Rio Pardo	1	
Rio Pardo	Sindicato Rural	1	2
	Quartel Militar do 7º Batalhão da Polícia Militar	1	
Três Passos	Não identifica o lugar	1	2
Camaquã	CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns)		1
Canguçu	Cadeia Municipal de Canguçu		1
Caxias do Sul	Quartel do 3º Exército de Caxias do Sul		1
Encruzilhada do Sul	Delegacia de Polícia		1
Gaurama	Presídio de Gaurama		1
Gravataí	Presídio de Gravataí		1
Montenegro	5º BMP de Montenegro		1
Pinheiro Machado	Delegacia de Polícia		1
Quaraí	Quartel de Quaraí		1
Rodeio Bonito	Delegacia de Polícia		1
Vacaria	3º Batalhão Rodoviário de Vacaria		1

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização - Comissão Especial de Indenização/APERS.

Mapa 3 – Locais das prisões



Fonte: FELIZARDO, J. N. (org). *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s.d. p. 82. Adaptado pela autora, com a colaboração do *designer* Cainã Costa, a partir dos dados pesquisados no *Catálogo Resistência em Arquivo* e nos Processos Administrativo/Indenização – CEI/APERS.

A cidade de Erechim concentrou o maior número de prisões dos envolvidos com Grupos de Onze, dos processos consultados. Além dos sete presos do distrito de Mariano Moro, foram levados ao Presídio de Erechim acusados de organizar/integrar os Grupos de Onze 16 pessoas de São Valentim, 16 de Paim Filho, 12 de Machadinho, 11 de Planalto, 11 de Severiano de Almeida, 11 de Viadutos, dez de Erval Grande, nove de Campinas do Sul, cinco de Sertão, quatro de Maximiliano de Almeida, quatro de Nonoai, três de Gaurama, um de Iraí, um de Lagoa Vermelha e um de Marcelino Ramos. Observa-se que em Nonoai, que consta em segundo lugar em número de prisões e também área de atuação do Coronel Gonçalves e do 1º Destacamento Especial Volante, 57 pessoas foram encarceradas na própria cidade. E, conforme alegação dos requerentes à indenização por perseguição política, além dos presos transferidos para Erechim, ainda dois (2) foram encaminhados para Planalto, um para Passo Fundo e um para Porto Alegre. Salienta-se que, nesse número de prisões, estão computados os 23 processos das pessoas que alegaram ser vítimas dos Grupos de Onze e que ficaram detidas no mato, na localidade de Passo Feio.

Porto Alegre, sede do DOPS e para onde eram levados os considerados muito perigosos, figura em terceiro lugar em número de prisões dos envolvidos com os Grupos de Onze. Os presos da cidade de Carazinho, após uma tentativa de encarceramento em Passo Fundo e de permanecer dois dias detidos na Delegacia de Polícia de Carazinho, foram encaminhados ao DOPS, sendo que há divergência quanto à quantidade. Conforme o jornal *Diário da Manhã*, 34 pessoas foram levadas para Porto Alegre e ficaram presas no SESME, Acilino Holanda dos Santos afirma que eram 37 presos em Carazinho e que foram transportados para Porto Alegre,⁷⁵⁹ e Romeu Barleze, em entrevista a Cláudio Damião Braun, afirma que “foi necessário o uso de dois ônibus para levar o presos políticos para Porto Alegre”.⁷⁶⁰ Ernesto Keller, prefeito de Carazinho na época, informou que foi chamado três vezes a Porto Alegre para dizer quem participava dos Grupos de Onze. Ele declarou: “Para mim deveriam prender os líderes que eram os mentores e não as pessoas que acompanhavam. Reconheço que muita gente inocente acabou sendo presa”.⁷⁶¹ Entretanto, dos 440 processos em estudo para esta pesquisa temos 15 identificados com os Grupos de Onze oriundos de Carazinho. Destes, 13 afirmam ter sido transportados a Porto Alegre, um dos processos relata prisão na Delegacia de Polícia de Carazinho e no Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo, um apenas na Delegacia de Polícia de Carazinho. Ainda registram prisão em Porto Alegre 11 processos de indenização oriundos da própria capital, três

⁷⁵⁹ Acilino Hollanda dos Santos. 08/1998. Processo 6301-1200/98-5. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁷⁶⁰ BARLEZE apud BRAUN. Op. cit., p. 113.

⁷⁶¹ KELLER, prefeito de Carazinho em 1964, apud BRAUN. Op. cit., p. 108.

da cidade Palmeiras das Missões, três de Triunfo, um de Campinas do Sul, um de Cruz Alta, um de Nonoai, um de Novo Hamburgo, um de Osório, um de Passo Fundo, um de Rio Pardo, um de Santo Antônio da Patrulha, um de São Jerônimo, um de São Sepé, um de Sapiranga, um de Três Palmeiras, um de Três Passos e um de Tapes. Das 45 prisões em Porto Alegre, 32 são no ano de 1964, seis são no ano de 1965 e sete são em anos posteriores. Observa-se que os três requerentes à indenização da cidade de Triunfo, foram levados para Porto Alegre no mesmo dia de sua prisão.

Em Humaitá, 28 processos relatam prisão na própria cidade, no Clube Humaitá, onde permaneceram cerca de dois dias. Sadi Marquezin informou que:

A prisão era no respectivo clube da cidade de Humaitá, onde viviam grande número de participantes do grupo dos onze, e como não havia local para serem detidas as pessoas consideradas suspeitas de comunismo, o clube da cidade servia para tal fim, já que era grande o número de suspeitos e a delegacia local, onde havia uma cadeia, não comportava todos os tidos como subversivos e comunistas.⁷⁶²

Após o período de prisão no Clube Humaitá, alguns presos tiveram de deslocar-se à Santa Maria. Plínio Kruger informou que, após receber uma notificação de que deveriam se apresentar em Santa Maria, no prazo de 20 dias, “lotamos uma Kombi e seguimos ao destino solicitado. Apresentamo-nos no QG do Exército de Santa Maria (RS), onde fomos inquiridos”.⁷⁶³

Dos processos analisados, 22 pessoas que pleitearam a indenização por perseguição política e que se relacionam com os Grupos de Onze alegam prisão em Santa Maria, cidade sede da 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar⁷⁶⁴: Santa Bárbara (6), Palmeira das Missões (3), Santa Maria (3), Humaitá (2), Santo Ângelo (2), São Pedro do Sul (2), Cruz Alta (1), Giruá (1), Santo Ângelo (1), Panambi (1) e Restinga Seca (1). Para esta Auditoria foram encaminhados os IPMs de Santa Bárbara, Frederico Westphalen, Machadinho, Erechim, São Valentim, Humaitá, sendo que nem todos os casos acarretaram prisão nesta cidade, ou pelo menos, que a convocação, inquirição e alguma detenção em Santa Maria não foram absorvidos como tal pelos que responderam os IPMs.

Nos processos de Frederico Westphalen, Machadinho e Erechim, os requerentes relatam as idas à Santa Maria, o IPM, o julgamento, mas não fazem menção à prisão nesta cidade. Porém, no relato da viúva de Lido Armando Oltramari, de São Valentim, as idas à Santa Maria também representavam prisão:

Às vezes não tinha dinheiro e precisava pedir emprestado ou vender bens para poder comparecer em Santa Maria, distante mais de 500 Km, por estrada de chão, onde se

⁷⁶² Sadi Marquezin. 20/10/1998. Processo 6824-1200/98-8. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁷⁶³ Plínio Kruger. 19/09/1998. Processo 2529-1200/02-3. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁷⁶⁴ ALVES, Taira Souto. *Dos quartéis...*, p. 46

apresentava, recebia a intimação num dia para no outro se apresentar. Meu marido, que tinha carro, colocava outros conhecidos que também respondiam a processo, e lá se dirigia, onde também era torturado e mantido preso. Por mais de uma vez chegava e, depois de ser maltratado, era dispensado, sem sequer ser ouvido no processo. Tudo para ser judiado.⁷⁶⁵

No processo de Aureo Correa Dornelles, de Humaitá, testemunhas afirmaram que o requerente “foi preso pelo exército e levado junto com o Sr. Pedro Soave de Almeida, para o ‘Quartel Militar’ da cidade de Santa Maria-RS, permanecendo incomunicável por mais de 40 dias.”⁷⁶⁶ Já Pedro Soave de Almeida assegurou que ficou detido por dois dias no Clube Humaitá, três dias na guarnição do Exército em Santa Rosa e ainda “esteve por três ocasiões, posteriormente, respondendo a procedimento militar em Santa Maria. Que após isso, foi liberado e nunca mais incomodado”⁷⁶⁷, desconstruindo a afirmação que consta no processo de Aureo Correa Dornelles, de prisão e incomunicabilidade em Santa Maria. Ressalta-se que Aureo já havia falecido e quem entrou com pedido de indenização foi seu filho, enquanto Pedro Soave de Almeida contou os fatos vivenciados por ele.

Relataram prisão na cidade de Planalto 20 envolvidos com os Grupos de Onze. Desta cidade provém 27 processos, sendo que quatro pessoas citam terem sido presas em Iraí, oito pessoas informam a transferência para o Presídio de Erechim, sem relatar prisão em Planalto, e quatro pessoas que afirmam prisão em Planalto antes da transferência para Erechim. Quinze tiveram prisão apenas em Planalto, que também acolheu quatro presos de Nonoai e um de Iraí.

O clube da cidade de Crissiumal, denominado *Casa Branca*, abrigou 17 pessoas detidas, sendo 15 da própria cidade, um de Sebastião do Caí e um de Três de Maio. Não há nos processos nenhuma referência à quantidade de pessoas presas, mas por necessitar de um clube como prisão, é possível conjecturar um número bem maior do que os 17 processos analisados nesse trabalho.

Em Frederico Westphalen⁷⁶⁸, apesar do encaminhamento à 3ª Auditoria Militar em Santa Maria, 11 requerentes à indenização relataram prisão apenas na Delegacia de Polícia e/ou no Cadeia da própria cidade, sendo que podem estar se referindo ao mesmo local.⁷⁶⁹ Três pessoas

⁷⁶⁵ Lourdes D’Agostini Oltramari. 23/04/1998. In: Lido Armando Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4255-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷⁶⁶ Aureo Correa Dornelles. 03/04/2000. Processo Administrativo/Indenização 6957-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁶⁷ Pedro Soave de Almeida. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6492-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷⁶⁸ Sobre os Grupos de Onze em Frederico Westphalen ver: SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos...*

⁷⁶⁹ Conforme informação do advogado: “Foram mantidas presas em um cubículo, o qual se denominava Cadeia da Delegacia de Polícia do Município de Frederico Westphalen [...] aproximadamente 35 pessoas”. Essa informação encontra-se nos Processos Administrativos/Indenização 4873-1200/98-0, 2490-1200/98-8, 2487-1200/98-5, 2486-1200/98-2, 4876-1200/98-8, 2495-1200/98-1, 2664-1200/98-3, 2494-1200/98-9, 4877-1200/98-0, 2493-1200/98-6, 4879-1200/98-6, 2501-1200/98-2 e 2499-1200/98-2. CEI/APERS.

asseveraram que, além da prisão em Frederico Westphalen, tiveram de prestar depoimentos em Ijuí, sendo que um deles afirma ter permanecido preso por três dias nesta cidade⁷⁷⁰ e outro, além da prisão em Ijuí, também esteve detido no Cadeia de Iraí.⁷⁷¹ Apesar de termos 14 processos oriundos da cidade de Frederico Westphalen, mais de 150 pessoas foram detidos durante três dias.⁷⁷² Na cidade de São Valentim 13 pessoas informaram terem ficado detidas na Delegacia de Polícia da Cidade, enquanto outras 16 foram transportadas para o Presídio de Erechim. Cruz Alta conta com 12 relatos de prisões, sendo dois da própria cidade⁷⁷³, sete de Santa Bárbara do Sul, um de Campinas do Sul e um de Palmeira das Missões.

Há relatos de 11 prisões em Passo Fundo, sendo um da própria cidade, quatro de Carazinho, dois de Nonoai, um de Caxias do Sul, um de Santa Bárbara, um de São Borja e um de Três Palmeiras. Na narrativa dos envolvidos com os Grupos de Onze de Carazinho, que antes de ficarem detidos na Delegacia de Polícia local e de serem levados para Porto Alegre, foram remetidos para o quartel do Exército, em Passo Fundo, onde foram recusados por falta de acomodação.⁷⁷⁴ Essa “falta de acomodação” pode indicar que já haviam muitas pessoas presas em Passo Fundo.

Referiram prisão em Ijuí sete envolvidos com Grupos de Onze, sendo apenas dois da própria cidade, três de Frederico Westphalen, um de Santo Ângelo e um de Seberi. De Ijuí provém quatro processos de pedido de indenização, porém duas pessoas afirmam que sua prisão ocorreu em Livramento. Nos sete processos provenientes de Nova Palma há relatos de prisão somente na Delegacia de Polícia da cidade. Igualmente, os seis processos de Getúlio Vargas afirmaram prisão no presídio da própria cidade. Os seis presos em Palmeiras das Missões eram moradores locais, sendo que três deles informam prisão ainda em Santa Maria e desses, dois ainda relataram prisão em Santa Rosa e um em Porto Alegre.

Santa Rosa aparece com seis registros de prisões, estando entre eles o único processo proveniente desta cidade. Ainda informaram detenção no município três pessoas de Humaitá e duas de Palmeira das Missões.

⁷⁷⁰ Dourival Bonadiman. 14/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 4877-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁷¹ Ignácio Pietrovski. Processo Administrativo/Indenização 4879-1200/98-6. CEI/APERS.

⁷⁷² José Balestrin apud SZATKOSKI, Elenice. Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968... ver ref. p. 148.

⁷⁷³ Da cidade de Cruz Alta provém três processos de pedido de indenização por perseguição política relacionado com a formação de Grupo de Onze, mas um deles relatou prisão apenas em Santa Maria, apesar de ter sido inquirido na Delegacia de Polícia de Cruz Alta e no Quartel da Artilharia Divisionária/6 e no Quartel do 17º Regimento de Infantaria por fazer parte do Grupo dos Onze. Mari Sandra Medeiros da Silva. 28/08/1998. In. Gabriel de Oliveira Medeiros. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷⁷⁴ Delfino Siqueira Quevedo. 06/03/1998. Processo Administrativo/Indenização 2082-1200/98-9. CEI/APERS.

Estiveram detidos no Presídio de Iraí cinco dos envolvidos com os Grupos de Onze, sendo que quatro deles eram de Planalto e um de Frederico Westphalen. O envolvido com o Grupo de Onze de Iraí, no entanto, foi levado para o Presídio de Erechim, onde ficou encarcerado.⁷⁷⁵ Em Santo Ângelo, das cinco pessoas detidas, duas eram da própria cidade, duas eram de Giruá e uma de Catuípe. Sarandi, que também apresenta cinco detenções, das quais duas eram de Três Palmeira, duas de Ronda Alta e uma da própria cidade. Cinco detenções foram relatadas em Sertão, com transferência para o Presídio de Erechim. Dois requerentes à indenização por perseguição política envolvidos com Grupo de Onze informaram ter ficado presos na Estação Experimental Engenheiro Englert e três foram interrogados por horas na Prefeitura Municipal antes da transferência de todos para o Presídio de Erechim. Verifica-se que no pedido de indenização, os familiares de José Xavier Teixeira referiram apenas a detenção em Sertão, porém depoimentos de testemunhas e o nome constante na lista de presos do Presídio de Erechim comprovaram a detenção em Erechim.⁷⁷⁶

No Presídio de Lagoa Vermelha ficaram detidos quatro dos cinco envolvidos com os Grupos de Onze, sendo que um deles foi transferido para o Presídio de Erechim e um também teve prisão em Lagoa Vermelha. De Bagé não temos nenhum processo de pedido de indenização, porém para essa cidade foram levadas e detidas duas pessoas de Pinheiro Machado, uma de Santa Maria e uma de Osório. Campinas do Sul também aparece com quatro prisões, todas do próprio município, sendo que dois membros de Grupo de Onze foram, após algumas horas, encaminhados para Erechim (1) e para Cruz Alta, posteriormente para o DOPS, em Porto Alegre (1). Sendo que temos 12 processos provenientes de Campinas e os demais requerentes à indenização relataram prisão em Erechim, conjectura-se que estes tiveram também detidos por algumas horas na Delegacia de Polícia de Campinas do Sul, antes da transferência para Erechim.

Os três presos em Sananduva para apurar sua participação nos Grupos de Onze ficaram detidos no porão do Hospital São João Batista em Sananduva. Dos nove processos de Santa Bárbara do Sul, três afirmam prisão na Delegacia de Polícia, sendo que um esteve preso somente em Santa Bárbara. Os outros dois, bem como os outros seis, tiveram prisão em outras cidades. Infere-se que todos os requerentes à indenização por perseguição política de Santa Bárbara tiveram um período de prisão na Delegacia de Polícia da Cidade, mesmo que isso não esteja relatado no processo, pois as prisões em Santa Maria e/ou em Cruz Alta ocorreram após o

⁷⁷⁵ Setembrino Damim. Processo Administrativo/Indenização 2892-1200/98-6. CEI/APERS.

⁷⁷⁶ Zenaide Müller. 28/08/1998. In: José Xavier Teixeira. Processo Administrativo/Indenização 7114-1200/98-6. CEI/APERS.

juízo e condenação pela Auditoria Militar, no ano de 1966 e, antes disso, houve o período de interrogatório e instauração do IPM. Os requerentes à indenização de São José do Ouro ficaram presos em um cubículo localizado aos fundos da Prefeitura Municipal, pois o município recém emancipado, não possuía presídio. Da cidade de São Luiz Gonzaga provêm quatro processos, sendo que um deles não informou prisão, mesmo tendo sido indiciado e tendo de se deslocar a Santa Maria para o julgamento. Os outros três processos relatam detenção na própria cidade. Os dois requerentes à indenização da cidade de Santiago referem prisão no Quartel de Artilharia de Santiago, sendo que nesta cidade também foi preso um agricultor de Jaguari. De São Borja provêm três processos, dos quais dois asseveram prisão na própria cidade e um na cidade de Passo Fundo. Entretanto, São Borja abrigou, no 2º Regimento da Cavalaria, um envolvido com Grupo de Onze da cidade de Palmeira das Missões.

A cidade de Alegrete manteve detidos dois envolvidos com Grupo de Onze da própria cidade, o mesmo ocorrendo com Canoas. Os dois relatos de prisão em Catuípe eram de moradores da própria cidade, sendo um deles também transferido para Santo Ângelo. Os dois requerentes à indenização da cidade de Giruá tiveram detenção na Delegacia de Polícia e um deles relata prisão em Santa Maria. Em Panambi ficaram detidos dois envolvidos com Grupo de Onze da própria cidade e um deles relataram prisão também em Santa Maria. Rio Pardo registra detenções de elementos envolvidos com Grupos de Onze da própria cidade, sendo que um deles foi, primeiramente encaminhado ao DOPS e esteve preso no SESME e, após o retorno a Rio Pardo, ficou detido no Sindicato Rural do município. Temos dois informes de prisão em Três Passos, sendo um morador da própria cidade e um da cidade de Humaitá.

Camaquã e Canguçu mantiveram detidos moradores do próprio município, sendo um em cada uma delas. Em Caxias do Sul um morador relatou prisão enquanto outro foi encaminhado para Passo Fundo e para o DOPS, em Porto Alegre. Encruzilhada do Sul manteve detido um morador, o outro relatou intimação e interrogatório. Dos quatro processos de Gaurama, um referiu prisão apenas neste município, sendo os outros três transferidos para o Presídio de Erechim. Gravataí manteve preso um envolvido com o Grupo de Onze na própria cidade e no Quartel de Montenegro ficou preso um envolvido com o referido grupo da cidade de Triunfo. Rodeio Bonito manteve na prisão um envolvido com Grupo de Onze de Iraí, que na realidade é da própria cidade.⁷⁷⁷ Uma pessoa ficou detida na Delegacia de Polícia de Pinheiro Machado, após

⁷⁷⁷ Ver nota 461, capítulo 2. p. 131.

foi transferida para Bagé. Finalmente, Vacaria registra prisão de um envolvido com Grupo de Onze, transferido da cidade de Lagoa Vermelha.

Para os militares, o *inimigo interno* precisava ser detido. Os *subversivos* membros dos Grupos de Onze deviam ser presos, seja nas Delegacias de Polícia, nos Destacamentos da Brigada Militar, nos Quartéis ou onde fosse possível. O local da prisão poderia ser improvisado, como se pode observar no depoimento de Everaldo Cruz, contador da cidade de Planalto, que foi preso dia 12 de maio de 1964, sob acusação de ser subversivo, comunista, por fazer parte dos Grupos de Onze de Brizola e possuir em seu poder grande arsenal de armas. Ele relata ter ficado preso em um galpão, junto com os animais que serviam aos militares do Destacamento da Polícia Rural Montada⁷⁷⁸ local, e que “os demais companheiros foram levados para o presídio de Erechim em número de onze. Lá chegando, o presídio já estava lotado, então alguns ficaram lá e outros foram levados para o silo da Cooperativa Triticola de Erechim, onde dormiram em cima das bolsas de soja.”⁷⁷⁹ Sérgio Angelo Aver, também da cidade de Planalto, contou ter ficado detido numa estrebaria durante três dias em Planalto antes de ser conduzido ao presídio de Erechim, onde ficou por mais três dias.⁷⁸⁰ Em Camaquã utilizou-se as dependências da CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns)⁷⁸¹, em Sananduva, o porão do porão do Hospital São João Batista⁷⁸², em Sertão, o próprio local de trabalho dos envolvidos com os Grupos: a Estação Experimental Engenheiro Englert. José Américo Castanho afirmou que ele e mais nove trabalhadores da Estação Experimental Engenheiro Englert, “que haviam assinado a lista dos ‘11’ ficaram presos em Engenheiro Englert,⁷⁸³ e José Xavier Teixeira, preso junto com José Américo Castanho relatou que “foi preso, junto com mais dez [...] na Estação Experimental de Engenheiro Luiz Englert, em Sertão”.⁷⁸⁴

Dos casos estudados nessa pesquisa, 18,6% dos requerentes à indenização, ou seja, 82 pessoas relataram prisão em mais de uma cidade. Cita-se como exemplo o depoimento de

⁷⁷⁸ A partir de 1935, em decorrência Constituição Estadual da época, a atividade policial passou a ser competência exclusiva do Estado: A Guarda Civil e a Guarda de Trânsito passaram a fazer o policiamento ostensivo na Capital, enquanto a Brigada Militar assumiu o policiamento no interior. Em meados de 1950, a Corporação passou a preocupar-se em organizar formas de policiamento adequadas a locais e objetivos específicos, originando-se dessa preocupação o Policiamento Rural Montado. Disponível em: <http://rdplanalto.com/noticias/25294/brigada-militar-ha-180-anos-promovendo-a-seguranca-do-povo-gaucha>. Acesso em 29/07/2017.

⁷⁷⁹ Everaldo Cruz. 09/07/2002 – Processo 2615-1200/02-9. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁷⁸⁰ Sergio Angelo Aver. 08/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 6323-1200/98-4. CEI/APERS.

⁷⁸¹ Processo Administrativo/Indenização 6967-1200/98-1. CEI/APERS.

⁷⁸² Processos Administrativo/Indenização 2845-1200/98-5, 1671-1200/98-6 e 5846-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁸³ José Américo Castanho. 24/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 7065-1200/98-0. CEI/APERS.

⁷⁸⁴ Zenaide Müller. 28/08/1998. In: José Xavier Teixeira. Processo Administrativo/Indenização 7114-1200/98-6. CEI/APERS.

Belarmino Otero Ribeiro, comerciante de Palmeira das Missões, que ficou preso vários dias em São Borja e depois foi transferido para Porto Alegre, onde ficou preso:

Em São Borja dirigiram-se para o quartel da marinha, cujo comandante mandou que o preso fosse conduzido para o quartel do exército (2º Regimento de Cavalaria). [...] Depois de ouvi-lo o comandante do quartel da cavalaria, entregou o requerente para elementos do DOPS. Seguiu com o pessoal do DOPS para a delegacia de polícia, onde o delegado Felipe Melo, mandou recolher o requerente ao presídio de São Borja, onde ficou cerca de quinze dias. Após foi conduzido para a delegacia de polícia de São Borja, onde foi ouvido pelo delegado, que determinou sua remoção para o CESME em Porto Alegre, vindo de trem, conduzido por policiais militares. No CESME, foi submetido a inúmeros interrogatórios diariamente pela manhã com insistência para saber sobre a existência de armamento entre os integrantes do grupo dos onze.⁷⁸⁵

Essa atitude demonstra a preocupação em desbaratar os perigosos Grupos de Onze, mantendo encarcerados, transferindo de cidade, levando inclusive para o DOPS. Mesmo que as pessoas presas não tivessem características de guerrilheiros e a busca pelas armas se revelasse infrutífera, não poderiam ser considerados inocentes. Para os militares, eram potencialmente perigosos.

5.2.4 Relatos das prisões

O interior do Estado do Rio Grande do Sul recebeu atenção especial no pós golpe civil-militar, através dos Destacamentos Volantes da Brigada Militar, especialmente as áreas onde haviam mobilizações de sem-terra. É demonstrativo que o 1º Destacamento Especial Volante, comandado pelo Coronel Gonçalino já estivesse operando na Região Alto Uruguai no dia 12 de abril e que Nonoai, por seu histórico de acampamentos de sem-terra, de conflitos ocorridos durante o governo de Ildo Meneghetti⁷⁸⁶ e atuação do prefeito Jair de Moura Calixto, primo de Leonel Brizola, tivesse o maior número de prisões e de processos de pedido de indenização. Observa-se que o Coronel Gonçalino já havia atuado na repressão dos acampamentos de sem-terra na região, de forma especialmente violenta em Passo Feio. Alcides da Luz, que na época era integrante da Brigada Militar e serviu no pelotão de Nonoai de 1962 a 1979, informou que seu pelotão foi comandado pelo Coronel Gonçalino nos primeiros meses de 1964, na missão de “localizar e prender pessoas acusadas de estarem vinculadas a movimentos subversivos” e que participou de diversas prisões em Nonoai. Alcides assegurou que “o Cel. Gonçalino costumava tratar os presos políticos com muita severidade e violência, não escondendo sua aversão por

⁷⁸⁵ Belarmino Otero Ribeiro. 08/04/1999. Processo Administrativo/Indenização 6466-1200/98-8. CEI/APERS.

⁷⁸⁶ Ver: REBELLO, Tiego Rocha. Op. cit., p. 45-62.

eles”.⁷⁸⁷ Ilo de Araújo Pinto, militar aposentado, na época Sargento da Brigada e Comandante do Destacamento da Brigada Militar de Nonoai depôs no processo de Domingos Pasquim Bringhenti que

[...] como comandante do Destacamento da BM de Nonoai, por ocasião do golpe militar de 1964, participei ativamente da *repressão e das prisões dos considerados subversivos da época, participantes de Grupo dos Onze*. O comando geral era orientado pelo Coronel Gonçalino Curio de Carvalho, que comandava um pelotão de soldados oriundos da cidade de Erechim. As prisões eram efetuadas e após a casa dos mesmos era revistada à procura de Armas e documentos subversivos. Por ocasião da revista nas casas, os familiares eram humilhados, maltratados e, muitas vezes, empurrados para fora de casa. Após a prisão, o elemento era apresentado ao Coronel Gonçalino que o interrogava na DP local, e por ocasião do interrogatório, assisti muitas vezes, *maus tratos aos presos, com tapas na cara e coronhadas, intimidações de toda ordem*.⁷⁸⁸ (grifos nossos).

E, Domingos Pasquim Bringhenti narrou que, levado à presença do Coronel Gonçalino foi interrogado aos tapas na cara e pontapés. Ainda permaneceu preso no Destacamento da brigada Militar de Nonoai por diversos dias, “em cima de jornais, e a comida só comia quem tivesse dinheiro para comprar, durante a prisão fui interrogado por diversas vezes, inclusive pelo Delgado de Polícia Sebastião Nunes, que me desferiu uma coronhada na cabeça, que tenho o sinal até hoje.”⁷⁸⁹

Nilda Mendes Kunz, viúva de Arlindo Kunz, relatou sobre a prisão de seu marido, que era agricultor e morava no interior de Nonoai:

Em um dia do mês de agosto de 1964, quando o mesmo já estava com a junta de bois encangados para trabalhar na lavoura, chegaram os soldados, tidos como do Cel. Gonçalino, e prenderam-no atando-o com cordas, a chutes e pontapés de baionetas e pancadas com cassetetes, levando-o para a cidade de Nonoai, onde ficou preso, somente retornando dali a cinco dias, com machucaduras por todo o corpo e membros, o que levou a ter que ir consultar [...] submetido a Raio-X, uma vez que havia ficado machucado internamente, ficando constatado que teriam lhe quebrado as costelas. Em decorrência disso, ficou acamado por vários dias.⁷⁹⁰

Avelino Reginatto, vereador pelo PTB em Planalto, referiu que, após a revista em sua casa, foi levado até o Posto do Pelotão Especial de Vigilância Florestal, onde foi interrogado e sofreu “várias agressões e ameaças contra sua vida e de seus familiares caso não confessasse sua

⁷⁸⁷ Alcides da Luz. 18/11/1998. In: Arnaldo Pasin. Processo Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5. CEI/APERS.

⁷⁸⁸ Ilo de Araújo Pinto. 04/08/1998. In: Domingos Pasquim Bringhenti. Processo Administrativo/Indenização 4649-1200/98-4. CEI/APERS.

⁷⁸⁹ Domingos Pasquim Bringhenti. 16/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 4649-1200/98-4. CEI/APERS.

⁷⁹⁰ Nilda Mendes Kunz. 13/08/1998. In: Arlindo Kunz. Processo Administrativo/Indenização 6365-1200/98-7. CEI/APERS.

participação no ‘Grupo dos Onze’ e desse notícias das atividades dessa organização.”⁷⁹¹ Após transferido para o Presídio de Erechim junto com outros petebistas/brizolistas, e jogados numa cela “escura, úmida e muito suja, um verdadeiro esgoto com fezes por todos os lados exalando um odor que mais parecia um gás, dificultando a respiração de todos.”⁷⁹² Nesta cela também foi colocado José Lagranha, líder de movimento dos sem-terra. Avelino testemunhou sobre a prisão que:

José Lagranha era retirado da cela todas as manhãs e trazido de volta apenas à noite, lembra-se que pedia a ele o que os militares faziam consigo, ao que respondia que, amarrado em uma árvore de guamirim, sofria as mais diversas sevícias e maus tratos, as torturas eram tantas que se observava marcas de cordas no corpo do preso, seus torturadores queriam que ele desse informações acerca de armamento escondido, dos quais ele não tinha nenhum conhecimento. Este tratamento perdurou por todo o período da prisão.⁷⁹³

Avelino informou que, mesmo após a soltura dele e de seus companheiros de Planalto, José Lagranha permaneceu na prisão. Na lista do SOPs/Erechim, consta prisão de Lagranha de 12 de maio a 21 de maio de 1964 e novamente em 29 de maio, sem preenchimento da data do término da detenção, com a observação, “disp. Cel”, o que certamente quer identificar que o preso tinha de estar à disponibilidade do Coronel Gonçalves. Observa-se essa mesma anotação nos nomes de Adão Baptista da Silva e de Valdemar dos Santos, ambos também de Nonoai.

Eduardo Bosa, comerciante e vereador pelo PTB em Nonoai, envolvido politicamente com os movimentos de sem-terra e organizador de Grupo de Onze, foi preso em Nonoai, Erechim e Porto Alegre. Ele narrou sobre sua prisão, que

Nos interrogatórios apanhava, inclusive choques elétricos, e quando fui preso estava doente em tratamento de um úlcera, na prisão em Porto Alegre, foi-me negado o medicamento, e que quando voltei para casa estava com a úlcera estourada, tendo ficado hospitalizado por um longo tempo.⁷⁹⁴

Zelmo Bosa, filho de Eduardo Bosa, também organizador de Grupos de Onze e liderança do movimento dos sem-terra, desapareceu. Sua filha narrou que “ele contava, que tanto na prisão em Nonoai, como na de Passo Fundo, foi submetido a interrogatórios, queriam saber do restante dos companheiros e armamentos, passou por choques elétricos, pau de arara e todo tipo de

⁷⁹¹ Avelino Reginatto. 12/05/1997. Processo Administrativo/Indenização 2445-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Avelino Reginatto. 15/07/1998. In: José Lagranha. Processo Administrativo/Indenização 5517-1200/98-2. CEI/APERS.

⁷⁹⁴ Eduardo Bosa. 13/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4659-1200/98-6. CEI/APERS.

torturas”.⁷⁹⁵ Antônio Conceição dos Santos Machado⁷⁹⁶ afirmou que Zelmo Bosa era constantemente perseguido por agentes do regime militar de 1964, até seu desaparecimento entre 1974, 1976.⁷⁹⁷

Agostinho Melo, que morava na localidade de Porongos, área indígena de Nonoai e organizou um Grupo de Onze, foi preso e levado a Planalto e depois novamente para Nonoai, onde ficou detido. José Clementino Antunes Severo, por ser fiscal indígena da área de Nonoai e conhecedor da região, acompanhou o pelotão da Brigada Militar, que, segundo ele, era de Passo Fundo, para prender Agostinho Melo. José prestou depoimento no processo, informando que:

Ao chegarmos na casa de Agostinho, os militares foram logo deferindo-lhe socos e pontapés, dizendo “está preso, seu comunista sem vergonha”. Revistaram a casa a procura de armas e material subversivo. [...] Após a prisão, acompanhei o preso e o pelotão de policiais até a cidade de Planalto, sendo que durante toda a viagem o preso foi ameaçado de morte, por muitas vezes os militares encostaram o cano da arma na sua cabeça. De Planalto, foi levado para Nonoai, para ser interrogado pelo Coronel Gonçalves. Passados oito dias, durante uma vistoria passei pela localidade de Porongos, e visitei a casa de Agostinho, obtendo a informação de que não havia aparecido após a prisão, estando sua família passando por necessidades, inclusive fome.⁷⁹⁸

Agostinho Melo relatou sobre sua prisão que em Planalto, ficou até altas horas da noite preso no mesmo veículo, depois, trocaram-no de veículo e, com outros presos voltaram para Nonoai, ficando detidos em uma sala do Destacamento da Brigada Militar. Então,

⁷⁹⁵ Marja de Fátima Bosa. 23/08/1998. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

⁷⁹⁶ Antônio Conceição dos Santos Machado. 29/07/1999. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

⁷⁹⁷ O desaparecimento de Zelmo Bosa ocorreu durante o governo do General Ernesto Geisel, que governou de 15 de março de 1974 a 14 de março de 1979. A recente divulgação de um memorando secreto da CIA diz que o general Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, sabia e autorizou execução de opositores durante a ditadura militar. Ele teria ainda orientado o então chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) que viria a substituí-lo na Presidência, João Baptista Figueiredo (1979-1985), a autorizar pessoalmente os assassinatos. Isso demonstra que as lideranças de movimento de sem-terra e/ou organizadores de Grupos de Onze Companheiros, como é o caso de Zelmo Bosa, continuaram sendo perseguidos e até executados, com o conhecimento e autorização dos generais, não sendo resultado dos “excessos de patriotismo” de militares subalternos mais afoitos. “O documento foi tornado público, com exceção de dois parágrafos ainda tarjados, em 2015 pelo governo dos EUA e nesta quinta-feira (10/05) postado em redes sociais por Matias Spektor, colunista da *Folha* e professor de relações internacionais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). O professor qualificou o papel como o documento mais perturbador que já leu em 20 anos de pesquisa. ‘Não se sabia que o Geisel havia chamado para o Palácio do Planalto a responsabilidade sobre a decisão das execuções sumárias. A cúpula do governo não só sabia como chamou para si a responsabilidade. Isso que é tão impressionante, chocante’, disse Spektor. [...] O professor de história do Brasil na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Carlos Fico disse que o documento não o surpreende, pois há anos estuda o tema, ‘mas compreendo que choque os que veem Geisel como moderado. Isso mostra mais uma vez – como os historiadores sempre soubemos – que a tortura e os assassinatos de opositores do regime militar contaram com a autorização dos oficiais-generais, inclusive dos generais presidentes.’ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 14/07/2018

⁷⁹⁸ José Clementino Antunes Severo. 03/09/2002. In: Agostinho de Melo. Processo Administrativo/Indenização 2576-1200/02-4. CEI/APERS.

no amanhecer foi chamado para interrogatório, tendo permanecido por duas horas, aproximadamente, sozinho em uma sala escura. Logo a seguir, o Coronel Gonçalino, acompanhado de soldados com fuzis e apontando estas armas para depoente, perguntava a respeito do seu envolvimento político, querendo confirmar sua participação nos mesmos (Grupos de Onze) e usando para isto os meios de violência, como tapas no rosto e, inclusive, batendo com a coroa da arma na cabeça, provocando diversos cortes com aprofundamento no couro cabeludo.⁷⁹⁹

Bruno Ciano Milani, morador de Rio dos Índios, na época pertencente à Nonoai, foi preso quando se encontrava em um bar, na cidade de Planalto e levado ao Destacamento da Brigada Militar. Ele declarou, sobre sua prisão, que:

No referido destacamento fui espancado a chicote e socos, pelo fato de não querer contar quais as outras pessoas que faziam parte do Grupo dos Onze [...] fiquei preso nos dias 10, 11 e 12 [de junho de 1964]. Neste último dia, pela parte da tarde, fui transferido para uma cadeia, também situada na cidade de Planalto, saída para Iraí, onde fui novamente espancado pelos policiais militares, a socos e pontapés, ficando hematomas e escoriações pelo corpo.⁸⁰⁰

Os presos geralmente ficava incomunicáveis, sendo que muitas vezes os familiares não tinham ideia de onde o preso tinha sido levado ou o que teria acontecido com ele, gerando uma sensação de insegurança e desamparo. O filho de Gentil Antonio dos Santos contou que sua casa foi cercada por diversos soldados do exército, que chegaram em três jipes e não deixavam ninguém entrar ou sair, e, promoveram uma revista geral na casa. Seu pai não estava em casa por ocasião da revista da mesma e que nesse momento que “recebemos a notícia de que [o pai] estava preso na cidade de Frederico Westphalen, incomunicável, por ser considerado preso de Alta Periculosidade (Grupo dos 11)”.⁸⁰¹ A esposa de Gentil já tinha estado à procura de notícias dele nas diversas Delegacias de Polícia de Passo Fundo, cidade onde moravam, relatou uma vizinha que ficou cuidando das crianças.⁸⁰² Após 25 dias ele retornou, apresentando inúmeros ferimentos pelo corpo.

A incomunicabilidade e o desespero pela falta de notícias também é narrada pela esposa de Ignácio Pietrovski, que era dentista prático em Frederico Westphalen.

Ninguém dava notícias de alguma coisa. Numa visita que fiz ao Presídio já na terceira semana, o administrador falou-me que era para procurar recurso porque alguma coisa estava errada, pois somente havia ordem de prisão do Delegado de Polícia de Frederico Westphalen, Sr. Serrano Reis e ninguém era responsável pelo preso, pois não havia

⁷⁹⁹ Agostinho de Melo. 23/07/2003. Processo Administrativo/Indenização 2576-1200/02-4. CEI/APERS.

⁸⁰⁰ Bruno Ciano Milani. 17/09/1998. Processo Administrativo Indenização 3912-1200/98-7. CEI/APERS.

⁸⁰¹ Antonio Romano dos Santos. 11/11/1998. In: Gentil Antonio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 5930-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸⁰² Aldina Pires Zanette. 11/11/1998. In: Gentil Antonio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 5930-1200/98-0. CEI/APERS.

ordem judicial e nem processo. [...] Procurei então o sr. Prefeito Municipal Sr. João Munis Reis. [...] Esse me recebeu para me humilhar, desprezar, insultar, me recorde que chorei muito, quando disse que era para dar graças que meu marido estava em Iraí, pertinho e vivo e era para ficar quieta que a pedido dele não tinha sido levado para o DOPS de Porto Alegre, onde no dia seguinte iria boiar no Rio Guaíba e que o filho que estava para nascer não iria conhecer o pai.⁸⁰³

O relato de Agripio Pinheiro de Oliveira, agricultor de Erval Grande, demonstra o que o *esclarecimento* às populações do interior do Rio Grande do Sul vinha em forma de terror e que buscava, pela pedagogia do medo, reordenar as ações dos que eram seguidores de Leonel Brizola e adequá-las ao Regime de Segurança Nacional implantado. O sofrimento impingido aos agricultores era por sua própria culpa – e, é claro, por culpa de Leonel Brizola. Eles estavam sendo corrigidos por terem se desviado do caminho da ordem.

Chegando no Presídio [de Erechim], foi recolhido juntamente com outros presos políticos integrantes dos mesmos “grupo dos onze” a uma cela (chamada de “sala de correção”), sem cama, colchão ou cobertores. Nesse local, sem luz e onde nada se enxergava, eram ameaçados de fuzilamento, de irem parar na “Ilha das Cobras”. Eram chamados de subversivos e comunistas. Eram indagados sobre se eventualmente o líder Leonel Brizola retornasse do exílio ainda iriam “votar nele”.⁸⁰⁴

Em Giruá, município onde havia um acampamento de sem-terra desde 1962⁸⁰⁵, área de atuação do 3º Destacamento Especial Volante da Brigada Militar sob o comando do Major Odilon Alves Chaves, há relatos de torturas violentas sobre a família Kitzmann, onde foram presos Alfredo Kitzmann, seu filho Alcides Kitzmann e o sobrinho Avelino Kitzmann pelo envolvimento com os Grupos de Onze. Sobre a atuação desse Destacamento Volante, o Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos afirma em seu artigo no *Correio Brigadiano*, que

Enorme era o prestígio do Maj Odilon, um Comandante justo, sereno e inteligente, que não admitia o emprego da violência ou tortura em nenhuma situação, mas cobrava da Tropa dedicação e profissionalismo. Os homens acreditavam e confiavam nele, tendo sido instruídos para respeitar e proteger a população, especialmente as mulheres, para que não se comprometesse o prestígio do Btl e a sua elevada missão.⁸⁰⁶

Entretanto, essa “amabilidade” do comandante do Batalhão não impediu que houvessem torturas na região. Os relatos de Elsa Kitzmann, viúva de Alfredo e mãe de Alcides, contrariam

⁸⁰³ Eva Pia Bernardi Pietrovski. 13/07/1998. In: Ignácio Pietrovski. Processo Administrativo/Indenização 4879-1200/98-6. CEI/APERS.

⁸⁰⁴ Agripio Pinheiro de Oliveira. 27/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 6718-1200-/98-9. CEI/APERS.

⁸⁰⁵ Em Giruá, na área conhecida como Rincão dos Vieiras, Cordula Eckert diz que Brizola chegou a estudar “a possibilidade de utilização de uma área de cerca de 12.800 ha reivindicada pelos sem-terra da região”, porém, este projeto não se concretizou. REBELLO, Tiego Rocha. Op. cit., p. 113.

⁸⁰⁶ VASCONCELOS, Coronel Bento Mathuzalém de. *O famoso...* p. 14.

fortemente essa afirmação. Segundo ela, seu marido e seu filho foram barbaramente torturados, sendo que:

As torturas consistiam em aplicarem choques através de agulhas cravadas sob as unhas; prensa na cabeça com um aparelho de ferro, forrado, que ia apertando a cabeça até que ela começasse a estalar, como se estivesse estourando por dentro, encostar uma tábua nas costas e sobre ela desferir violenta pancada de modo que tudo por dentro parecia sair do lugar; além de socos e pontapés violentos nos testículos.⁸⁰⁷

Essas afirmações são referendadas por Alcides Kitzman, que ainda tem marcas visíveis das torturas sofridas. Ele afirmou em seu depoimento que ele e o pai,

foram barbaramente espancados, sendo agredidos com socos, ponta pés, golpes com revolver, fuzil, bem como sofreram choques elétricos e prensa na cabeça, sendo que até mesmo lhe introduziram objeto no ânus, através do qual lhes davam choques elétricos, a fim de obter confissão. [...] também foi violentamente espancado no pênis e nos testículos, tendo sequelas até os dias de hoje.⁸⁰⁸

Os Kitzmann não deram datas precisas das prisões, referindo que foi no ano de 1964, antes do inverno, sendo então, muito provavelmente, no período de atuação do 3º Destacamento Volante da Brigada Militar na região, pois, segundo o Coronel Bento Mathusalém, o mesmo permaneceu até 08 de julho de 1964.

Alcides narrou que, muitas vezes, ele e o pai, fugiam para o mato, pois a polícia estava constantemente rondando a propriedade e que “os vizinhos avisavam que no dia seguinte a família era jurada de morte e que a invasão de nossa terra ia ocorrer”, vivendo em constante terror. Ainda, “não podiam mais criar gado pois estes poderiam ser, supostamente por eles [policiais] para fornecimento de carne para o Grupo dos Onze”.⁸⁰⁹ Numa das ocasiões em que Alcides e Alfredo Kitzmann encontravam-se foragidos, em março de 1965, os agentes da Delegacia de Giruá, sob o comando do Delegado Barros da DOPS de Porto Alegre, buscando informações resolveram interrogar Tabea Bar Kitzmann, esposa de Alcides e Elsa Kitzmann. Tabea, que tinha 17 anos e estava grávida de mais ou menos quatro meses, foi agredida com golpes de joelho na barriga, pois “filho de comunista não devia nascer”.⁸¹⁰ Tabea relatou que ainda teve de permanecer em prisão domiciliar, sem sair de casa, durante dez dias. A criança nasceu deficiente, porém o fato que não comprovado se foi em decorrência do espancamento,

⁸⁰⁷ Elsa Kitzmann. 08/02/1998. In: Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. CEI/APERS.

⁸⁰⁸ Alcides Kitzmann. 16/03/1999. Processo Administrativo/Indenização 0975-1200/98-6. CEI/APERS.

⁸⁰⁹ Idem.

⁸¹⁰ Tabea Bar Kitzmann. 09/09/202. Processo Administrativo/Indenização 2445-1200/02-8. CEI/APERS.

porém Alfredo Kitzmann, “desde aquelas torturas, ficou com sequelas na cabeça, vindo a morrer em razão de tais sequelas”.⁸¹¹

Raimundo Araújo, que era trabalhador autônomo fazendo comércio “formiga”⁸¹² entre Brasil e Argentina, foi preso no 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em São Borja, porque “a repressão queria saber dos componentes do Grupo dos 11”. Sobre sua prisão, ele declarou que “lhe deram pontapés nas nádegas, tapas no rosto e raspavam seu cabelo. Chegaram até a lhe cuspir no rosto, chamando-o de Cachorro Traidor. Levaram-no às baías, onde lhe tiraram a roupa e lhe deixaram dormir no lugar dos cavalos, nu e molhado.”⁸¹³ Dessa prisão, ficou com três costelas quebradas.

Os maus tratos e torturas são relatados em diversos lugares, independente do Coronel ou Batalhão Volante que estava atuando na região. Osório Savoldi, comerciante e líder do PTB em Iraí, depôs sobre sua prisão:

O Inspetor passou um fio de luz em volta do pescoço dizendo que iria me enforcar e que ninguém ficaria sabendo, pois diria que foi suicídio. Amarrou uma corda em volta dos pulsos, atando-a num travessão da parede de um pequeno quarto dessa casa que servia como Delegacia. Isso se repetiu outras vezes. [...] inclusive esbofeteando-me de todas as formas, chutando o fígado. Também usava uma toalha molhada para bater e dizia que era para não deixar sinal ou marcas. De qualquer sorte, ficava marcas. Também ficava torcendo o braço esquerdo, principalmente. Ao procurar o médico da localidade para tirar atestado o mesmo se negava a dar, por medo de represálias.⁸¹⁴

Dalmiro da Rosa é o único, entre os 14 requerentes à indenização de Frederico Westphalen a relatar torturas na sua prisão. Atuava na região o Destacamento Volante Especial de Três Passos, sob o comando do Coronel Aristóteles de Souza Guterres. Dalmiro testemunhou que:

Nas duas vezes que fui preso, desde a minha casa, quando me algemaram na presença da minha família como se fosse um bandido, chegando na prisão, empurrado a pontapés para dentro, foi para mim um tormento. Nos dias da prisão gritavam nos meus ouvidos, a cada trinta minutos me chamavam e diziam: “fale sobre como será a revolução?”, “Nós vamos matar toda a sua família primeiro e depois quando o senhor estiver no sofrimento, nós aos poucos vamos matar o senhor, fale sobre as armas”, “sabe que a sua esposa está sendo levada para Porto Alegre, ela contou tudo para nós... vai contar ou não...”. Me despiam e davam pontapés nos órgãos genitais, socos nas costas e no rosto. Puxavam os cabelos, atiravam água fria nos órgãos genitais, mandavam ficar de joelhos

⁸¹¹ Elsa Kitzmann, mãe de Alcides e esposa de Alfredo. 16/03/1999. Processo Administrativo/Indenização 0875-1200/98-6. CEI/APERS.

⁸¹² “[...] o comércio formiga tem como principais características ser praticado em regiões fronteiriças, em pequenas quantidades, com o objetivo de obter um intercâmbio comercial com a característica de um comércio de subsistência.” FERREIRA, Max André de Araújo; SENHORAS, Elói Martins. Marcos de teorização sobre comércio formiga fronteiriço. p. 7. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/287657786/Os-Conflitos-Ciberneticos-como-uma-Ameaca-Multidimensional>. Acesso em: 05/10/2017.

⁸¹³ Raimundo Araújo. 20/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 6815-1200/98-9.CEI/APERS.

⁸¹⁴ Osorio Savoldi. 23/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5867-1200/98-6.CEI/APERS.

diante deles, ficar de quatro e batiam para que confessasse sobre as armas. Com as armas em punho, os policiais davam coronhadas na cabeça, engatilhavam as armas para me fazer medo. O sufoco, a dor, a angústia de sair daquele lugar foram infinitamente longas demais para mim que era um pacato agricultor, que somente sabia trabalhar e também buscava me organizar politicamente no PTB. Nada mais fizera do que a minha obrigação. Até com um rabicho diziam que se não falasse me dariam aos poucos choque elétrico.⁸¹⁵

Em Mariano Moro – na época, distrito de Erechim – a ata de formação do Grupo de Onze foi registrada em cartório, demonstrando a crença de estar participando de uma ação legal e democrática. Já no dia 3 de abril de 1964 foram presos membros desse grupo. Leopoldo Chiapetti, apontado como presidente do grupo na localidade, foi preso na delegacia de Severiano de Almeida e no presídio regional de Erechim, de 30 de abril a 21 de maio de 1964. Teresa Chiapetti, viúva de Leopoldo, que veio a falecer em 21 de maio de 1965 em consequência das torturas sofridas, relatou sobre a prisão do marido:

[...] quem comandou a prisão foi o Coronel Gonçalino, invadiram nossa residência, arrancando de dentro dela meu esposo, na presença de meus filhos, de maneira bruta, como se fosse algum assassino, foi largado em uma cela sozinho, cela esta muito fria e úmida, o deixaram sem roupas, completamente nu, onde sofreu diversas torturas, batiam em todo o seu corpo, inclusive nos órgãos genitais, na tentativa de tirarem informações, sobre armas e as ações que [os Grupos de Onze] pretendiam desencadear.⁸¹⁶

Teresa Chiapetti referiu que seu marido sofreu ainda choques elétricos e afogamentos em água gelada. Observa-se que em Erechim é comum noites muito frias no outono, podendo chegar às proximidades de zero graus⁸¹⁷ e, dormir diretamente no chão, como relataram todos os presos no presídio dessa cidade, já é suficiente para trazer sérios problemas de saúde. Hugo Barberini, de Viadutos, que foi preso no dia 22 de abril de 1964 no Presídio de Erechim, asseverou: “passei fome, fiquei atirado numa laje fria do presídio, sem agasalho, num mês que foi horrível de frio”.⁸¹⁸ Leopoldo Chiapetti ficou vinte e dois dias preso, e, por estar muito mal e também pela influência do Dr. Caleffi, foi retirado da prisão e internado no Hospital Santa Teresinha, em Erechim. A partir da prisão, ficou gravemente doente, vindo a falecer em consequência das torturas sofridas.

Jofre Lourau, que também constituiu Grupo de Onze em Mariano Moro, companheiro de Leopoldo Chiapetti, referiu em seu depoimento que “além da tortura física, ainda havia a tortura moral, pois os soldados muitas vezes diziam que nós, eu e o Helmuth, por sermos os chefes,

⁸¹⁵ Dalmiro da Rosa. 05/10/1998. Processo Administrativo/indenização 2664-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸¹⁶ Teresa Chiapetti. 24/05/1998. In: Leopoldo Chiapetti. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

⁸¹⁷ A autora dessa tese morou em Erechim durante até final de 2014.

⁸¹⁸ Hugo Barberini. 13/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6585-1200/98-7. CEI/APERS.

havia probabilidade de sermos condenados à morte, por ser crime contra a segurança nacional”.⁸¹⁹ Ressalta-se que Leopoldo Chiapetti sofreu piores torturas que seus companheiros Jofre Lourau e Helmuth Nottar, também denunciados na Auditoria Militar de Santa Maria, não apenas por figurar como o líder do grupo, mas, conforme depoimento de Jofre Lourau, por ser líder político, e ter exercido por muitos anos o cargo de sub-prefeito e sub-delegado do então distrito de Mariano Moro (Erechim), pessoa de influência, correligionário de Brizola e amigo pessoal do ex-deputado João Caruso.⁸²⁰ Em razão dessa amizade, ele poderia ter informações que os outros desconheciam, ou ter recebido armas, ou ainda, manter ligações com Brizola no exílio.

Arquimino Assmann, agricultor, líder de um Grupo de Onze organizado na localidade de Baliza, em Gaurama, também foi levado ao Presídio de Erechim. A referência documental é que ele ficou preso de 18 a 21 de maio, mas sua esposa afirma que ficou preso durante seis dias. “Queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa. Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida nem água enquanto esteve preso”.⁸²¹ Enquanto Arquimino esteve preso, sua casa foi invadida por homens armados que procuravam armas. Torturas semelhantes foram relatadas pelo filho de Arthur Assmann, irmão de Arquimino, preso na mesma data. Segundo seu depoimento, seu pai “foi pendurado numa barra, amarrado (pau-de-arara). Batiam muito para confessar que era do ‘Grupo dos Onze’. Foi para uma cela, onde pingavam água gelada na cabeça, estando nu”.⁸²²

Nelsi Teixeira Peretti, de Viadutos, do mesmo modo, foi presa e transportada ao Presídio de Erechim, onde, pela documentação do SOPS, permaneceu do dia 22 de abril ao dia 23 de abril. Ela relatou que na prisão esteve

sofrendo maus tratos, atos de crueldade, ofensas físicas e morais, tendo suas roupas rasgadas por policiais militares do sexo masculino, sendo ameaçada com facas e armas de fogo, inclusive levando coronhadas na cabeça que acarretaram sérios problemas de visão, dormindo em pisos úmidos, não tendo nem mesmo alimentação, [pois] tampouco deixavam outras pessoas levar alimentação ou agasalhos, a cela onde ficaram presos era chamada boi preto, por ser escura, úmida, sem camas ou banheiro.⁸²³

⁸¹⁹ Jofre Lourau. 27/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4728-1200/98-6. CEI/APERS.

⁸²⁰ Jofre Lourau. 30/07/1998. In: Leopoldo Chiapetti. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

⁸²¹ Viúva de preso político pede indenização. *A Voz da Serra*, 27 maio 1999. p. 9.

⁸²² Edgar Walter Assmann. 20/08/1998. In: Arthur Assmann. Processo Administrativo Indenização 6571-1200/98-4. CEI/APERS.

⁸²³ Nelsi Teixeira Peretti. 24/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 5855-1200/98-9. CEI/APERS.

Pedro Paulo Formica, comerciante de Viadutos, também foi preso junto com Nelsi Teixeira Peretti. Sua esposa narrou sobre sua prisão:

Na primeira noite que estive preso não permitiram que dormisse, sendo obrigado a “prestar esclarecimentos” durante praticamente toda a noite. Assustavam-no dizendo que seu companheiro [...] já havia confessado que haviam recebido armas de Brizola. Queriam, desse modo, que ele também confessasse isso e que dissesse onde as armas se encontravam. Como esses fatos não eram verdadeiros, recusava-se a admiti-los como tal e, com isso, acabou sendo espancado. Foi esbofetado, recebeu socos na boca do estômago, pontapés nas costas, tapas no rosto e impediram-no de dormir e de se abrigar do frio. Além dos maus tratos sofridos, era humilhado, injuriado com palavras do tipo “filho de uma puta”, estrangeiro vagabundo”, comunista sujo” e outras desse gênero. Queriam também que ele dissesse quem de seus companheiros havia assinado a *Lista dos Onze* em Viadutos.⁸²⁴

Os presos eram ameaçados de fuzilamento, e, Pedro Paulo Formica, por ser estrangeiro, lhe diziam que seria o primeiro a ser fuzilado.⁸²⁵

Também Nicanor Rodrigues de Almeida foi preso em Marcelino Ramos e transferido para Erechim foi preso. Na documentação do SOPS/Erechim consta sua prisão como de 18 a 21 de maio de 1964, porém sua esposa afirmou que ele permaneceu no presídio por dezoito (18) dias. No seu relato, Albina Formigheri de Almeida, narrou que:

Já na cadeia, o meu marido ficou sem alimentação, sem cama para dormir, sendo inquirido várias vezes numa só noite, em ação perversa e de crueldade mental. Trancafiado no xadrez, acabou ficando doente, traumatizado, desorientado, com o corpo todo inchado, fruto do sofrimento interior.⁸²⁶

Doente, Nicanor foi transferido para o hospital, onde dois militares armados ficaram em vigília, mantendo-o incomunicável. As visitas familiares eram impedidas.⁸²⁷

O Presídio de Erechim estava superlotado, presos eram recusados e tinham de ser levados de volta para sua cidade, como informou Everaldo Cruz. Podemos ver essa situação no relato de Waldir Roque Nardi, de Sertão:

Durante o trajeto [de Sertão para Erechim] não podiam abrir a boca, pois levavam tapas e socos. Chegando lá, jogaram o requerente e as pessoas antes citadas [16 ou 18 pessoas além dele] numa cela de 16m², com mais 17 pessoas, aproximadamente, onde havia uma pequena janela, e no canto da cela um vaso sanitário, aberto. Desde a prisão ficaram sem comer por mais de 24 horas, depois disso, só recebiam uma refeição por dia, tendo que comer com a mão, outros comiam utilizando o próprio óculos como colher, outros com a palmilha do sapato, a comida era péssima [...] e em todos esses dias não receberam água. Passavam o dia no escuro, só viam a luz do dia pelo pequeno buraco

⁸²⁴ Assunta Terribele Formica. 16/09/2002. In: Pedro Paulo Formica. Processo Administrativo/Indenização 2530-1200/02-0. CEI/APERS.

⁸²⁵ Idem.

⁸²⁶ Albina Formighieri de Almeida. 11/05/1998. In: Nicanor Rodrigues de Almeida. Processo Administrativo/Indenização 6586-1200/98-3. CEI/APERS.

⁸²⁷ Idem.

da cela; como a cela era muito pequena, uns ficavam em pé e outros sentados e desta forma dormiam, devido à superlotação; a cela era extremamente úmida e fria, pois o inverno já estava bastante rigoroso, seu companheiro de cela, Sr. Casanova, pegou uma forte gripe e teve muita febre. No terceiro ou quarto dia da prisão [...] Sr. Casanova protestou, pedindo água. Em nada adiantou, um dos policiais invadiu a cela e o esbofeteou gritando que comunista não precisava de água. O Sr. Nardi e mais os companheiros Mello e Prado, tentaram explicar que este estava com febre, mas também não resolveu, pois lhes agrediram fazendo com que calassem a boca no soco.⁸²⁸

Josino de Souza Bezerra, radialista da cidade de Canguçu, também foi preso pelo crime de subversão, na Cadeia de Canguçu. Era suspeito de pertencer aos Grupos de Onze. Édisson Lessa Goulart, seu colega na rádio, mesmo sendo adversário político foi visitá-lo na prisão, num gesto de solidariedade. Édisson depôs sobre o que viu nessa visita:

Na ocasião pude constatar que [Josino] tinha sinais de tortura, manchas rochas nas pernas e nos pulsos. O mesmo me disse que o haviam colocado no pau de arara e que tinha sido depurado de cabeça para baixo, com pés presos no teto de uma sala de tortura. [...] o amigo corria perigo de vida (o ameaçavam de morte, colocando-o no porão de navio onde seria morto e levado para o Uruguai) [...]. Também foi constatado que o cubículo onde se encontrava era mal cheiroso, muito pequeno e pouco confortável. [...] cochilava deitado no piso de cimento do recinto.⁸²⁹

Os familiares de Josino asseveraram que, doente, somente após atendimento e solicitação do médico, foi lhe permitido dormir num colchão.

Oswaldo Carvalho de Oliveira, de Triunfo, foi preso em 29 de abril de 1964 em sua casa às cinco horas e trinta minutos da manhã. Junto com mais seis companheiros foi transportado de lancha para Porto Alegre. Na descrição de seu advogado no processo de pedido de indenização:

Em torno das 10:00 ou 10:30h, após várias agressões físicas, a exemplo de coronhaços, pontapés nos peitos e “telefones” nos ouvidos e cuspidas no rosto, o requerente, bem como os demais, foram conduzidos à Porto Alegre no referido barco. Lá chegando, foram removidos até a Delegacia do extinto DOPS, onde foram tratados como cachorros, ouvindo injúrias e humilhações de toda espécie. Após estes atos, de forma isolada, o requerente foi levado para uma sala onde passou a ser interrogado. Enquanto interrogado, o requerente, mais uma vez foi vítima de “coronhaços” de armas, tapas no rosto, etc. Os policiais então presentes, investiam contra o requerente, para obter dele confissão de fatos que jamais teria cometido, a exemplo de pertencer ao “Grupo dos Onze”.⁸³⁰

Oswaldo foi, ainda no mesmo dia, levado sozinho até a 8ª Delegacia de Polícia, onde “foi submetido à afogamento em um tonel d’água, e somente era retirado quando viam que ele poderia

⁸²⁸ Waldir Roque Nardi. 20/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2993-1200-2. CEI/APERS.

⁸²⁹ Édisson Lessa Goulart. 27/08/1998. In: Josino de Souza Bezerra. Processo Administrativo/Indenização 6892/1200-98-5. CEI/APERS.

⁸³⁰ Oswaldo Carvalho de Oliveira. 18/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6683-1200/98-0. CEI/APERS.

morrer afogado”. Ele permaneceu preso quatro dias em Porto Alegre sendo torturado, sendo que, os policiais que lhe aplicavam o “telefone” – enquanto um o interrogava, outro chegava por trás e batia com as duas mãos, uma em cada ouvido simultaneamente – zombavam dele, dizendo que “era o melhor remédio utilizado para o que o preso ouvisse o que eles diziam e, com isso, falasse o que eles quisessem”.⁸³¹

Florentino Gomes, operário, preso na Delegacia de Polícia de Catuípe de 12 a 14 de abril de 1964 e após, de 24 de abril a 06 de maio de 1964 esteve detido em Santo Ângelo por pertencer aos Grupos de Onze. Sobre sua prisão, ele narrou que:

Enquanto estava preso, era interrogado diariamente, queriam saber de suas atividades subversivas, do nome de outras pessoas que estariam envolvidas em atividades contrárias ao regime instalado na época. Acusavam de ter transportado e escondido armas em sua propriedade. Após os interrogatórios, lhe levavam para uma espécie de solitária, onde permanecia por cerca de 12 horas, sem comida ou bebida. Os maus tratos na cela eram constantes, com tortura psicológicas, com gritos, com empurrões e constantes acusações de atividades subversivas.⁸³²

E assim são centenas de relatos. Vladimir Safatle chama a atenção para um dado claro e fundamental: “não havia luta armada de esquerda antes do golpe militar de 1964. Não há nenhum caso registrado de grupo guerrilheiro atuante antes do golpe”.⁸³³ Os membros dos Grupos de Onze não eram guerrilheiros armados em luta contra a ditadura militar, porém assim eram tratados. Havia a expectativa da reforma agrária e, provavelmente, os grupos pressionariam por ela. Acusados de serem agentes da guerra revolucionária, estavam sendo punidos preventivamente, pelo perigo que supostamente representavam.

Anilto Francisco Prestes, que era professor primário e tinha um comércio em Encruzilhada do Sul, foi considerado subversivo devido ao fato de seu sócio ser ligado a Leonel Brizola. Foi preso e levado para a Delegacia de Polícia, pois queriam informações sobre a existência e local de armamento, sendo que “foi duramente espancado de cacete de borracha, além de ameaças de morte”.⁸³⁴ Alcides Moretto, agricultor de Planalto, contou em seu depoimento que “quando foi detido, apanhou com borrachadas, chutes e tapas dos policiais militares”.⁸³⁵ Paulo Moretto, igualmente agricultor de Planalto, simpatizante de Leonel Brizola e membro de Grupo de Onze, relatou que:

⁸³¹ Osvaldo Carvalho de Oliveira. 18/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6683-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸³² Florentino Gomes. 24/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 7062-1200/98-1. CEI/APERS.

⁸³³ SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 48.

⁸³⁴ Anilto Francisco Prestes. 07/05/1999. Processo Administrativo/Indenização 6692-1200/98-9. CEI/APERS.

⁸³⁵ Alcides Moretto. 12/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2793-1200/02-6. CEI/APERS.

Fui detido e maltratado com tapas, pontapés, socos cacetadas e ainda submetido, pelos mencionados militares a fazer serviços de judiarias, como: arrancar guanchuma com as mãos engraxadas, entrar em açudes com a água gelada, subir em uma árvore espinhosa (paineira) sem roupas e, em seguida, fui algemado e levado aos empurrões, tapas e abaixo de ordens para a sede da cidade até o Destacamento da Brigada Militar e, de lá, conduzido para o Presídio da cidade de Iraí/RS, onde permaneci preso por um período de 05 dias.⁸³⁶

Paulo Moretto ainda relatou outros abusos de autoridade, pois, segundo ele, após ser libertado do presídio, os policiais fizeram várias revistas em sua casa a procura de armas, sendo que ele foi novamente surrado e levado ao Destacamento Militar, à vista de todos, com grandes constrangimentos para sua pessoa.⁸³⁷

Rodolfo Ludovico Carus, agricultor de Trindade do Sul não foi preso. Ele contou que, em um dia frio de agosto, foi abordado por quatro soldados armados de cacetetes e baionetas, que algemaram-no, jogaram-no na carroceria de uma camionete dizendo: “agora vamos ver quem são os brizolistas-comunistas”. Foi, então, levado à saída da cidade, em um capão de mato e “lheram uma surra de cacetetes, chutes, sempre proferindo palavrões e ameaças, jogaram-no no chão”. Ele sofreu várias escoriações, quebrou os pulsos, desmaiou e ali foi abandonado.⁸³⁸

A cidade de Carazinho, terra natal de Leonel Brizola e reduto trabalhista, representava potencialmente grande perigo. A organização de diversos Comandos Nacionalistas e uma tentativa frustrada de tomar a rádio de Carazinho e organizar uma resistência ao regime sob a liderança de Brizola motivaram grande número de prisões. Acilino Hollanda dos Santos depôs sobre sua prisão e de seus companheiros, que:

Ficaram interrogando por 3 horas seguidas por agentes da Brigada e Inspetor de Polícia, sempre com ameaças de morte. Ficamos na Delegacia por vários dias, isso 37 pessoas. A pressão era enorme, dizendo que não voltaríamos mais para casa, chutavam as pessoas para fazerem confessar. Alguns se desesperavam, o Evaldo chegou a se desesperar, queria morrer, o Agilberto tem traumatismo na cabeça de tanto que bateram na cabeça dele. Diziam que se não confessássemos iam nos mandar para a ilha e lá iam nos deixar.⁸³⁹

Delfino Siqueira Quevedo, também de Carazinho, sofreu lesões quando foi despejado do caminhão caçamba, após terem sido levados a Passo Fundo e retornado à Carazinho. Ele teve amputado o quinto dedo da mão direita, sendo que os demais ficaram deformados, além graves

⁸³⁶ Paulo Moretto. 13/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2791-1200/02-0. CEI/APERS.

⁸³⁷ Idem.

⁸³⁸ Rodolfo Ludovico Carus. 03/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6364-1200/98-4. CEI/APERS.

⁸³⁹ Acilino Hollanda dos Santos. 08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6301-1200/98-5. CEI/APERS.

lesões na coluna. Ele registrou em seu depoimento que o delegado Pedro Paulo Magalhães, um de seus algozes, se embebedava e o espancava com prazer, porque ele era muito brizolista.⁸⁴⁰

Gravataí também foi alvo da “Operação Limpeza”. Ruy da Silva Teixeira, ex-vereador e vice-prefeito, foi perseguido e preso várias vezes no Presídio de Gravataí no ano de 1964. Ele narrou que foi detido, “numa cela com muita gente, sem banheiro e de madrugada me levaram para outra e me bateram, para que dissesse que eu era o chefe dos Grupos dos 11. [...] estavam encapuçados”. O ex-prefeito contou ainda que, nestas surras, lhe quebraram os dentes, necessitando de usar chapa dentária.⁸⁴¹

Ornelio de Souza, agricultor de Tuparendi, que foi preso e remetido para Crissiumal, narrou sobre sua prisão:

Fui preso junto com outros companheiros, onde a polícia levou-nos até o Clube da cidade, chamado de “Casa Branca”. Ficamos três dias deitados no chão, água era dado uma vez por dia, [ficamos] sem comer e debaixo de torturas físicas e psicológicas, onde proferiam “esses vamos matar”, “esses comunistas não são capazes de guerrear com nós”, estocavam-nos com baionetas, batiam nas pernas com a coronha das armas.⁸⁴²

A violenta repressão sobre os petebistas/brizolistas e envolvidos com os Grupos de Onze no Alto Uruguai sensibilizou a bancada do PTB na Assembleia Legislativa, que pediu abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as ações do Coronel Gonçalves. A notícia foi veiculada pelo jornal *A Voz da Serra*, em 25 de julho de 1964, “Coronel Gonçalves: PTB pediu abertura de CPI”, devido às denúncias de irregularidades e de violências praticadas por agentes do 1º Destacamento Especial Volante. Segundo a reportagem: “Particularmente na região de Erechim (sic.) essas tropelias chegaram a extremos insuportáveis, com a prisão arbitrária de centenas de pessoas, mantidas em presídios superlotados por vários dias e até semanas, sem qualquer formação ou simples indicação de culpa.”⁸⁴³ Tropelias, no caso, abrangiam a vexação pública de desfilar pela cidade com os presos acorrentados em cima da carroceria de caminhão, os maus tratos e até a tortura que ocorrida durante os interrogatórios e a prisão. Carla Simone Rodeghero ressalta que, de acordo com o projeto *Brasil Nunca Mais* e com livros de memórias de ex-presos políticos, “o período de maior ocorrência de torturas era aquele em que o cidadão estava respondendo ao inquérito”⁸⁴⁴, o que é corroborado pelos depoimentos analisados. Porém,

⁸⁴⁰ Delfino Siqueira Quevedo. 18/03/1999. Processo Administrativo/Indenização 2082-1200/98-9. CEI/APERS.

⁸⁴¹ Ruy da Silva Teixeira. 03/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 1880-1200/98-1. CEI/APERS.

⁸⁴² Ornelio de Souza. 20/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2977-1200/02-0. CEI/APERS.

⁸⁴³ *A Voz da Serra*, 25 de julho de 1964. (capa).

⁸⁴⁴ RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e oposição. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 83-115. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 100.

as áreas de confinamento, além dos quartéis e do DOPS, poderiam ser as Delegacias de Polícias, presídios ou locais improvisados.

O uso de práticas de terror de Estado no do Rio Grande do Sul estava em consonância com o que acontecia no restante do país. No correr de 1964, conforme Marta K. Huggins “os relatos sobre tortura generalizada pela polícia e pelas Forças Armadas Brasileiras difundiram-se a tal ponto que o presidente Castelo Branco sentiu-se obrigado a instalar uma comissão especial para investigar essas acusações, chefiada por seu companheiro de exército, General Geisel.”⁸⁴⁵ Elio Gaspari refere um encontro entre o tenente-coronel Helio Ibiapina, amigo de Castelo Branco, que servia no IV Exército e Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, em que o coronel dissera:

Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder os senhores estariam hoje reclamando, não de torturas, mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar.⁸⁴⁶

A tortura era do conhecimento dos altos escalões do Exército e do Presidente da República, e aceitas como parte do processo. Eram ainda justificadas, afinal se torturava para não fazer algo pior. Estava se torturando por todo o país porque eram os *moderados* que tinham assumido o poder, se fossem os da *linha dura*, certamente haveriam fuzilamentos. Num pronunciamento à nação, Castelo admitia que houveram “excessos na feitura dos IPMs, mas que deve ser reconhecida a pureza dos ideais dos coronéis que os realizaram.”⁸⁴⁷ Apesar das inúmeras denúncias, de pedidos de CPI, a investigação sobre as práticas de torturas foi arquivada por “insuficiência de provas”⁸⁴⁸, e continuou acontecendo, afinal, o *inimigo interno* não estava vencido. Leonel Brizola poderia, a qualquer momento, reunir seus Grupos de Onze para iniciar a tal *guerra revolucionária*. Essa temeridade é ressaltada por João Barcelos de Souza, jornalista e major inativo da Aeronáutica: “Segundo ficou apurado mais tarde, com declarações até mesmo de seu líder maior em 1989 – Brizola –, o número de ‘grupos’ era em torno de 24 mil, num total de 264 mil elementos, efetivo superior ao das Forças Armadas na ocasião.”⁸⁴⁹

⁸⁴⁵ HUGGINS, Marta k. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 142.

⁸⁴⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 24

⁸⁴⁷ *O Nacional*, 30 de out. 1964. (capa).

⁸⁴⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 74.

⁸⁴⁹ SOUZA, João Barcelos de. *Os fatos sem retoque*. Governos Castelo Branco e Costa e Silva. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993. p. 81.

6 AS MARCAS DA MILITÂNCIA

As prisões, torturas e/ou humilhações desfechadas sobre os que organizaram ou assinaram as listas dos grupos deixaram marcas profundas, dolorosas de lembrar, porém, difíceis de esquecer. Conforme Alfredo Guillermo Martín, “esse processo de terror generalizado e de institucionalização da tortura, deixa sempre suas sequelas”⁸⁵⁰, que se apresentam no imediato, mas também podem ser crônicas ou de aparecimento tardio, periódico ou por surpresa, ainda muitos anos depois, fazendo com que aqueles que foram torturados continuem sendo torturados.⁸⁵¹ Guillermo Martín também considera que a tortura não é um “efeito acidental ou um excesso produzido por um sádico isolado” – como foi propalado na época e aceito pelos defensores da *ditabranda* –, mas “uma instituição política do Estado, planejada e ainda em funcionamento, produtora de subjetividade tanto nas suas primeiras vítimas diretas como nas suas famílias e descendentes e no conjunto do tecido sócio histórico”.⁸⁵²

Tanto os envolvidos com os Comandos Nacionalistas como seus familiares, sofreram consequências que se prolongaram pelo longo de suas vidas. Entretanto, não apenas o núcleo familiar foi atingido, pois o efeito das medidas repressivas se expandiu, abarcando o círculo de amigos, a vizinhança, os locais de estudo e trabalho, etc., espalhando medo, incerteza e insegurança. Essa irradiação da violência, o clima de desconfiança instaurado e a imobilidade que se seguiu, ampliaram a eficiência repressiva e aumentaram o alcance do terror de Estado.

Como a grande maioria dos participantes dos Grupos de Onze – que entraram com pedido de indenização por perseguição política – eram homens casados e com filhos, seus familiares imediatamente foram atingidos com a supressão da presença paterna e com o desconhecimento do que teria acontecido ou poderia acontecer, mesmo que tenha sido por poucos dias. Rapidamente o clima de medo e insegurança se instalou em seus lares. E, sendo os que organizaram grupos considerados especialmente perigosos, muitos deles foram torturados. Inevitavelmente ficaram sequelas físicas, emocionais e, em alguns casos, mentais, desestabilizando permanentemente o núcleo familiar. Ainda, tiveram de conviver com a desconfiança e o temor dos membros da comunidade onde moravam, pois tachados de subversivos comunistas, sofreram discriminação dos vizinhos, da escola, dos amigos e dos

⁸⁵⁰ MARTIN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia: ciência e profissão*, 2005. 25(3), 434-449, p. 437.

⁸⁵¹ AMÉRY, Jean. Apud. MARTIN, Alfredo Guillermo. Op. cit., p. 438.

⁸⁵² MARTIN, Alfredo Guillermo. Op. cit., p. 436.

colegas de trabalho. Os relatos dos requerentes feitos à Comissão Especial de Indenização e os testemunhos de familiares demonstram como suas vidas foram afetadas pelo fato de terem sido considerados subversivos e revolucionários. Esses relatos também trazem ao conhecimento da sociedade brasileira acontecimentos até então silenciados, ocultados e mesmo negados: práticas de terrorismo de Estado que vigoraram em nosso país desde primeiro de abril de 1964.

6.1 MEMÓRIAS E TRAUMAS DOS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

Além da abundância de fontes, o estudo do tempo presente conta com os testemunhos de pessoas que experienciaram os fatos, *os arquivos vivos*, que podem se pronunciar sobre os fatos vividos, sendo, neste caso em estudo, sobre um passado silenciado de violência estatal desfechada sobre os Grupos de Onze Companheiros. Os depoimentos perante a Comissão Especial de Indenização apresentam a percepção de testemunhas, vistas como portadora da história e da memória, e sendo a memória uma (re)construção e representação da história.⁸⁵³

A memória, como afirma Paul Ricoeur, resulta do movimento dialético entre o lembrar e o esquecer, e o esquecimento é inerente ao processo da construção da memória.⁸⁵⁴ Porém, o lembrar e/ou o esquecer, que é um processo individual, também tem vínculos com a memória coletiva e está relacionado a questões políticas. No Brasil e nas ditaduras latino-americanas recentes, conforme refere Enrique Padrós, houve uma política de desmemória, com um esquecimento induzido de “cima para baixo”, impossibilitando – pela ocultação de fatos, destruição de arquivos e limitação de abertura dos existentes – o acesso a fatos que deveriam permitir a elaboração e seleção das lembranças e o conhecimento de parte do passado. Para Padrós, “a desmemória tem sido sinônimo de silêncio ou de apagamento da memória” e, consequentemente, “também tem sido o silêncio e o apagamento de parte da própria história”.⁸⁵⁵

O silenciamento imposto sobre os acontecimentos ocorridos no período da ditadura militar e o imaginário disseminado de que os Grupos de Onze configuravam agentes da guerra revolucionária, sendo considerados subversivos, comunistas, terroristas ou, no mínimo, muito perigosos, representando o *inimigo interno* que devia ser combatido sem piedade, deixou as pessoas que participavam dessa organização mal vistos pela sociedade. Como seres perniciosos,

⁸⁵³ CHOCIAY, Luciana; MONTEIRO, Claudia. Reflexões sobre Memória e Testemunho a partir do Livro Brasil: Nunca Mais. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, Paraná, v. 4, n. 1, p. 84-98, 2013. p. 85.

⁸⁵⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

⁸⁵⁵ PADRÓS, Henrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan. / jun. 2009. p. 36.

nocivos à comunidade ao seu entorno, temerosos e discriminados, também optaram por esquecer, ou pelo menos silenciar, e se adaptar à nova ordem. Ademais, os vencedores impuseram sua história, e mesmo com a saída do poder, continuaram influenciando para que a sua *verdade* prevalecesse. Porém, “os reflexos da violência do Estado praticada no período da repressão se perpetuam no psíquico das vítimas mesmo com o passar dos anos”.⁸⁵⁶ Em termos psicanalíticos, segundo Janaina de Almeida Teles,

a pessoa traumatizada é alguém que porta uma recordação exata do momento do choque e é dominada por essas imagens que sempre reaparecem diante dela de modo mecânico, involuntário. A literalização da cena traumática consiste na incapacidade de traduzir o vivido em imagens e metáforas.⁸⁵⁷

Assim, esse passado continua vindo à tona, se torna “um passado que não passa”.⁸⁵⁸ Arcindo Chiapetti, que teve seu pai preso e torturado, tendo falecido em decorrência das torturas, afirmou que “só quem sofreu, foi vítima é que pode avaliar e mesmo assim, não há o que apague da memória”.⁸⁵⁹ Englesina Morandi Zancanaro, narrou que, após o período de prisão, seu falecido marido “permanecia calado como se aquele tormento estivesse presente, mesmo depois de alguns anos”⁸⁶⁰ e Argemiro Pereira da Silva, asseverou que “ainda hoje o clima de terror é facilmente visível em mim e em minha família. Nada e nunca se apagarão estas passagens de nossas mentes”.⁸⁶¹

O pedido de indenização por perseguição política vai além de uma compensação pecuniária, que na verdade não pagará ou apagará o sofrimento, mas na exigência da descrição

⁸⁵⁶ MINISTÉRIO da Justiça, 2012. Primeira chamada pública do projeto Marcas da Memória: Clínicas do Testemunho. Apud. BAUER, Caroline Silveira; CASTRO, Karolina Alves Pereira de. As Políticas de Memória desenvolvidas pelo Estado Brasileiro a partir do caso Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Sylvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 225-242. p. 237.

⁸⁵⁷ TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília MacDowel; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1. São Paulo: Aderaldo & Rothshild Editores, 2009. pp. 151-176. p. 157.

⁸⁵⁸ Esta expressão é retirada do título da obra de Eric Conan e Henri Rousso, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, sobre a ocupação nazista na França e o colaboracionismo da sociedade francesa. Cf. CONAN, Eric, ROUSSO, Henri. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Seuil, 1996. Apud BAUER, Caroline Silveira. Usos do passado e temporalidades: um estudo sobre os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2008-2014). *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Disponível em <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/107/83>. Acesso 20/01/2018.

⁸⁵⁹ Arcindo Chiapetti. 14/04/1998. In: Adão Barato. Processo Administrativo/Indenização 5853-1200/98-3. CEI/APERS.

⁸⁶⁰ Englesina Morandi Zancanaro. s/d. In: Antonio Zancanaro. Processo Administrativo/Indenização 4612-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸⁶¹ Argemiro Pereira da Silva. 20/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6729-1200/98-3. CEI/APERS.

dos fatos, abre espaço aos relatos, à recordação, à fala, o que permite a elaboração dos traumas vividos. Maria Auxiliadora Arantes explica que:

A memória é seletiva, não é um ato mecânico ou químico, ela é colorida pelos afetos e este é o principal ingrediente da crença de que a lembrança relatada poderá ir resignificando momentos, situações, e sua repetição e sua rememoração é que poderão ir desfazendo o peso de um acontecimento doloroso. Recordar, repetir, elaborar é a proposta freudiana para o processamento dos sintomas que se organizaram para dar conta da dor, dos conflitos e dos momentos de desamparo. Falar de uma lembrança até que ela se torne um passado.⁸⁶²

O testemunho, para Janaína Teles de Almeida, também é um momento de tentativa de reunir os fragmentos dando um nexos e um contexto a eles⁸⁶³, sendo a história oral relevante para atingir esses objetivos. No caso em estudo nesta tese, foram utilizados os testemunhos já escritos constantes nos processos de pedidos de indenização por perseguição política, feitos pelos perseguidos políticos ou por seus familiares (ou ainda, por seus advogados) com o objetivo de obter o reconhecimento e uma reparação pelos danos sofridos. Ao entrar com o requerimento, houve a necessidade relatar os fatos, de forma a explicar a violência sofrida e que legitimou o pedido de indenização. Todo esse processo, como refere Danyelle Nilin Gonçalves, fez que os envolvidos com os Grupos de Onze entrassem em contato com o passado, algo que muitos querem esquecer. Para a autora, “nesse momento de reparação, é elaborada a memória coletiva de uma geração e são revividos os fatos, recontados agora, décadas após, em muitos casos pela primeira vez”⁸⁶⁴. Essas narrativas se caracterizam pela dramatização do sofrimento⁸⁶⁵ e construção do processo de vitimização, pois “a forma como a perseguição política e os sofrimentos são narrados e comprovados se revelam essenciais para a aprovação ou não das indenizações a serem concedidas”⁸⁶⁶ pelas Comissões Especiais de Indenização, no caso, a Comissão do estado do Rio Grande do Sul, àqueles que foram presos e/ou torturados no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, abrangido pela lei 11.042/97. E, é na qualidade de vítimas do terrorismo de Estado implantado pela ditadura militar já em 1964 que os brizolistas

⁸⁶² ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Dor e desamparo: pais e filhos 40 anos depois. *Psicologia Clínica* V. 20.2, Rio de Janeiro, PUC/RJ, Departamento de Psicologia, 2008. p. 82.

⁸⁶³ TELES, Janaína de Almeida. Op. cit., p. 157.

⁸⁶⁴ GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 21.

⁸⁶⁵ CATELA, Ludmila da Silva. Las memorias del horror: estilos e narrativas para comunicar el sufrimiento y el dolor por los desaparecidos em Argentina. p.3. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt11-4/5393-lcatela-as-memorias/file>. Acesso em: 26/01/2018.

⁸⁶⁶ GONÇALVES, Danyelle Nilin. Op. cit., p. 67.

membros dos Grupos de Onze Companheiros solicitaram indenização por perseguição política e seus relatos expõem, além do sofrimento pessoal e familiar, as representações criadas em torno dos fatos vivenciados. Esses relatos, acompanhados de provas orais e/ou documentais, elaboram versões e visões diferentes sobre o passado recente da história brasileira e cumprem uma dupla função: de servir como memória da ditadura militar na perspectiva dos perseguidos políticos pela participação nos Grupos de Onze Companheiros e provas da violência estatal.

Silvania Rubert atenta para o fato de que muitas experiências não foram elaboradas e

as torturas afetaram todo o corpo social [...]. Toda sociedade sofreu e sofre mesmo sem ter consciência da importância de levantar questões necessárias à discussão, à elaboração e à ressignificação, se possível. Quando a violência se torna prática costumeira, toda a sociedade e suas instituições representativas são desrespeitadas.⁸⁶⁷

O “esquecimento da tortura”, conforme a psicanalista Maria Rita Kehl, produz “a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil”⁸⁶⁸, pois “quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”.⁸⁶⁹ Então, o fato de relatar o ocorrido, de tornar públicas as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é imprescindível para a superação do trauma individual e fundamental na elaboração dos traumas sociais.⁸⁷⁰

6.2 AS MARCAS DAQUELE TEMPO

A Operação Limpeza procurou dismantlar com a rede de apoio de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, acabando, assim, com qualquer possibilidade de contestação ao regime ditatorial instaurado e/ou tentativa de retomada do poder a partir desse líder político e de seus Comandos Nacionalistas. Pela Doutrina de Segurança Nacional e pelos pressupostos da guerra insurrecional de vertente francesa, o inimigo interno podia ser qualquer cidadão, até mesmo o mais improvável, como agricultores analfabetos, pobres, moradores de vilarejos do interior... Todos deveriam ser neutralizados. As prisões em massa, as perseguições, as torturas, as humilhações públicas impingidas aos envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros

⁸⁶⁷ RUBERT, Silvania. “Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, RUBERT. Op. cit., p. 196.

⁸⁶⁸ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 125.

⁸⁶⁹ Idem, p. 126.

⁸⁷⁰ Idem, p. 128.

cumpriam esse objetivo, além de *ensinar* o comportamento adequado a eles e ao restante da sociedade. Como explica Horácio Riquelme, o “terrorismo de Estado significou uma dura carga para a sobrevivência física e psíquica de uma boa parte da população”⁸⁷¹, pois além de desordenar as normas de convivência social, para muitos representou uma ameaça específica, através das prisões, das torturas, da perseguição constante e das campanhas de amedrontamento para populações inteiras, sendo a pedagogia do medo aplicada permanentemente.

Escrever o relato para o pedido de indenização passou por um processo de rememoração doloroso e difícil de trazer à tona e ao público fatos traumáticos que ficaram sob um manto de silêncio durante anos. Jofre Lourau, preso por mais de seis meses por organizar Grupo de Onze em Mariano Moro/Erechim, assim se expressou: “Peço que as autoridades que lerem o presente desculpar-me pelos erros de redação aqui cometidos, pois tive de pensar e remover velhas feridas e parar por várias vezes, pois não consigo conter minha tristeza e emoção”.⁸⁷²

As situações de tortura, para Silvania Rubert “trazem na sua essência pactos de silêncio, pois a própria pessoa tem dificuldades de assumir para ela mesma o que sofreu, imagina-se a proporção do caos psíquico em ter que assumir para a própria família ou para um conjunto de estranhos”.⁸⁷³ Esses silenciamentos são relatados por familiares das pessoas que eram membros dos Grupos de Onze e foram presas e torturadas na chamada Operação Limpeza. “Às vezes passava vários dias chorando, mas nunca falava com a família a respeito” narrou Maria Oliveira Camacho; “meu marido pouco falava pois se sentiu humilhado e sem defesa”⁸⁷⁴, asseverou Nelcy Nelga Bender Stein. Elsa Kitzmann, em seu depoimento, informou que “os fatos que passo a narrar doravante me foram relatados pelo meu marido, que não me permitiu, enquanto vivia, relatá-los a ninguém”. Elsa ainda explicou que “recordar aqueles dias de terror era por demais penoso para meu marido”.⁸⁷⁵

⁸⁷¹ RIQUELME, Horácio. (edit.). *Era de Névoas*. Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: EDUC, 1993. p. 15.

⁸⁷² Jofre Lourau. 27/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4728-1200/98-6. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

⁸⁷³ RUBERT, Silvania. “Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento*: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 205.

⁸⁷⁴ Nelcy Nelga Bender Stein. 06/1998. In: José Luiz Stein. Processo Administrativo/Indenização 4051-1200/98-5. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

⁸⁷⁵ Elsa Kitzmann. 08/02/1998. In: Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

6.2.1 Sequelas psicológicas

E. Larsen apontou que “as piores consequências da tortura são de ordem psíquica e neurológica. Registram-se frequentemente estados de angústia, irritabilidade e depressões”.⁸⁷⁶ Os relatos dos envolvidos com os Grupos de Onze ou de seus familiares evidenciam esse fenômeno, pois mais do que marcas ou dores físicas, houve abalo psicológico nos envolvidos com os grupos que foram presos, torturados, sofreram humilhações e vexações públicas. Os depoimentos que constam nos processos de pedido de indenização permitem identificar o quanto a punição foi traumática para pessoas comuns, que não estavam se preparando para guerrilhas ou tomada do poder, que não conheciam os riscos de estar fazendo parte de uma organização popular e foram consideradas subversivas. As sequelas psicológicas citadas nos processos são relatadas na tabela a seguir, sendo que, muitos dos requerentes, apresentam mais de um sintoma psicológico, quase sempre conjugados com problemas físicos.

Tabela 10 – Sequelas psicológicas das prisões e torturas

Sequelas psicológicas relatadas	Nº de citações
Isolamento	102
Medo	92
Depressão	65
Insônia	52
Descontrole emocional	34
Mania de perseguição	32
Nervosismo	28
Insegurança	27
Alcoolismo	23
Problemas de relacionamento	23
Agressividade com a família	22
Pesadelos	18
Problemas psicológicos	16
Vergonha	14
Perdas de memória	12
Tristeza	12
Aversão a policiais	12
Distúrbios mentais	9
Não falava	8
Terror noturno	7
Desânimo/desinteresse	7
Crises de choro	5
Alucinações	4
Crises de pânico	4
Passou a fumar muito	4
Não reconhecia as pessoas	2
Descrença na Justiça e nas instituições	2
Sentimento de culpa pelo sofrimento dos familiares	2
Tentativa de suicídio	2

⁸⁷⁶ LARSEN, E., 1983, apud RIQUELME, Horácio. Op. cit., p. 38.

Problemas neurológicos, com medicação permanente	2
Claustrofobia	1

Fonte: Elaboração da autora a partir dos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

Os impactos da tortura sobre a personalidade, conforme Silvania Rubert, “são inúmeros e impossíveis de serem contabilizados. A violência praticada contra o corpo não se limita a ele, produz inscrição traumática sobre toda a personalidade e subjetividade da pessoa”.⁸⁷⁷ A maior referência é para o isolamento, tanto por parte do perseguido político que “de um homem comunicativo e querido por todos, passou a fugir das pessoas e não confiava mais em ninguém”⁸⁷⁸, como da comunidade que passou a evitar qualquer contato com os *subversivos*, pelo medo de ser ver envolvida também. “Por alguns anos meu pai não quis sair de casa pelos constrangimentos que passou diante da comunidade” contou Valdemiro Angoneze, asseverando também que ele “tornou-se uma pessoa triste, melancólica e nunca mais teve boa saúde, vindo a falecer anos mais tarde por problemas pulmonares”.⁸⁷⁹

O medo de ser preso novamente, de passar outra vez pelo sofrimento foi assinalado em 92 relatos, que juntando com os 27 que reportaram insegurança, soma 119. A sensação de insegurança vivida foi relatada Fioravante Gazzola, pois ficou “com a impressão que estava sendo perseguido, não conseguia dormir, pois sempre tinha a impressão de perseguição” e levou muito tempo para que a vida voltasse ao normal.⁸⁸⁰ Esse medo e insegurança era partilhado pelos familiares dos perseguidos políticos e também da comunidade ao seu entorno, sendo, então, um número bem maior de pessoas que viviam acuadas, sempre com temor de ser considerados subversivos, de ir parar na prisão e de serem torturados. Relacionados com esses sintomas, são relatados casos de insônia, de descontrole emocional e permanente mania de perseguição. Os filhos de Antonio Policeno do Prado asseveraram que seu pai “passou também a sentir insônia, alucinações e taquicardia. Totalmente marginalizado pela sociedade começou a temer por sua integridade física e também de seus familiares.”⁸⁸¹ O filho de Silas Pompeu de Matos narrou que, após o retorno da prisão, seu pai “não deu um único sorriso e caminhava dentro de casa como

⁸⁷⁷ RUBERT, Silvania. “Para reconciliar...”, p. 206.

⁸⁷⁸ Oricema Obregão Azambuja. 01/08/1998. In: Espiridião Rolim de Azambuja. Processo Administrativo/Indenização 6315-1200/98-8. CEI/APERS;

⁸⁷⁹ Valdemiro Angoneze. 03/08/1998. In: Antonio Angoneze. Processo Administrativo/Indenização 6069-1200/98-3. CEI/APERS.

⁸⁸⁰ Fioravante Gazzola. 16/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4653-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸⁸¹ Erondina Prado de Vargas Simas, Bonifácia Prado dos Santos, Albino do Prado Santos, José Vargas do Prado, Lorenço Vargas do Prado e Tereza Fátima dos Santos. 02/06/1998. In: Antônio Policeno do Prado. Processo Administrativo/Indenização 4558-1200/98-5. CEI/APERS.

um morto-vivo não agindo em nenhum momento”.⁸⁸² No processo de Silvio Rodrigues Ribeiro, consta atestado de que foi atendido pelo médico Rubens Borges Goularte, durante o ano de 1964, no Hospital Nossa Senhora da Luz de Nonoai, apresentando lesões corporais generalizadas e transtorno obsessivo compulsivo, tendo necessitado acompanhamento médico a longo prazo.⁸⁸³

Arlindo Lange testemunhou que Almerindo Bellé “passou a temer que a família não o considerasse digno”, tornando-se alcoólatra.⁸⁸⁴ O alcoolismo foi citado em 23 processos, sendo possível projetar para um número bem maior, visto que nem todos os requerentes são minuciosos em seus relatos, que os processos padronizados pelos advogados são bastante genéricos e que há relatos muito sucintos, seja por ignorância, desconhecimento ou idade avançada, ou mesmo por vergonha de assumir-se alcoólatra. Os processos que relatam o alcoolismo são os que os familiares pedem a indenização. O Dr. Bernard Sigg, célebre psiquiatra, observou que os antigos combatentes franceses na Argélia preferiam “calar suas angústias e seus medos, afogá-los no álcool, mais do que falar deles”⁸⁸⁵, sendo que, a partir disso, Guillermo Martin questiona:

Se isso acontece com os militares que têm torturado, violado, assassinado, o que dizer das próprias vítimas, das mulheres violadas, dos camponeses, operários e estudantes torturados? Ainda mais se muitos deles têm sido torturados não pelos soldados de uma nação inimiga numa guerra declarada, mas pelos militares e policiais do seu próprio país numa guerra suja? Como avaliar a quantidade de vítimas silenciadas pelo terror e pela impunidade? Como reparar e indenizar essas pessoas?

O que estavam mais próximos, ou seja, esposa e filhos, eram os mais atingidos pelas sequelas psicológicas. Problemas de relacionamento e agressividade com a família dificultaram a convivência. Elsa Kitzmann narrou sobre seu filho Alcides Kitzmann que, “de rapaz calmo e tranquilo, passou, até bem pouco tempo atrás, a ser um homem revoltado e muitas vezes até violento”⁸⁸⁶, e Amelia Madalena Garcia narrou que, após o período de prisão “o pai que até então nos protegia, passou a nos agredir. Toda sua ira voltou-se contra a família”⁸⁸⁷.

⁸⁸² Valdir Lacerda de Matos. 25/08/1998. In: Silas Pompeu de Matos. Processo Administrativo/Indenização 7069-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸⁸³ Dr. Rubens Borges Goularte. 19/08/1998. In: Silvio Rodrigues Ribeiro. Processo Administrativo/Indenização 6610-1200/98-9. CEI/APERS.

⁸⁸⁴ Arlindo Lange. s/d. In: Almerindo Bellé. Processo Administrativo/Indenização 2904-1200/02-9. CEI/APERS.

⁸⁸⁵ SIGG, Bernard apud MARTÍN, Alfredo Guillermo. Op. cit., p. 440.

⁸⁸⁶ Elsa Kitzmann. 08/02/1998. In: Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. CEI/APERS.

⁸⁸⁷ Amelia Madalena Garcia. 15/09/2001. In: Braulino Garcia. Processo Administrativo/Indenização 2570-1200/02-8. CEI/APERS.

A ocorrência de pesadelos era frequente. A agricultora Universina Azambuja de Souza, conforme o depoimento do filho, após sofrer maus tratos, “nunca mais foi a mesma, sonhava, tinha pesadelos de que iriam matá-la” desenvolvendo, então, sérios problemas de saúde.⁸⁸⁸

A vergonha perante a família e perante a comunidade que presenciou a prisão e/ou as humilhações públicas somada à sensação isolamento e humilhação fez com que muitos dos envolvidos com os Grupos de Onze resolvessem sair do lugar onde moravam: “muita gente vendeu tudo o que tinha e foi embora de mudança por causa da vergonha que passou”.⁸⁸⁹

Sentimento de tristeza foi observado pelos familiares, bem como perdas de memória. Conforme Ernesto Fachi, a partir da prisão, seu pai “começou com problemas de amnésia, algumas vezes lembrava bem dos fatos e em outro momento nada lembrava”.⁸⁹⁰ A aversão a policiais também foi apontada, sendo os representantes da ordem temidos, pois, em vez de defender, eram os que agrediam e torturavam.

Casos de distúrbios mentais foram narrados pelos requerentes à indenização. Alguns casos foram tão graves que não houve qualquer condição de retomada de uma vida normal. Conforme do depoimento da viúva, Arquimino Assmann, agricultor de Gaurama:

Ao retornar da prisão, alterou todo seu comportamento. Estava internado no Hospital de Gaurama, e após no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Não conseguia trabalhar, não falava, não saía de casa. Se afastou totalmente da vida comunitária, e até sua morte não voltou a ter comportamentos e atitudes normais.⁸⁹¹

Arquimino passava o tempo todo afiando uma faca e entrava e saía constantemente do paiol. O abalo psicológico foi tanto que ele chegou a ameaçar matar a mulher e filhos.⁸⁹² Também Gentil Antônio dos Santos, conforme o testemunho de João D’Ávila, quando retornou da prisão “o mesmo apresentava ferimentos pelo corpo e, *não dizia coisa com coisa*. Passou a ser uma pessoa imprestável para o trabalho, estando inclusive internado em hospital psiquiátrico em Passo Fundo”.⁸⁹³

Delmar João Kirsh argumentou que seu pai, Rodolfo Kirsh esteve deprimido por muitos anos, “quase não falava e andava de cabeça baixa e sofria muito porque não entendia o porquê

⁸⁸⁸ Selomar de Souza. 24/09/2002. In: Universina Azambuja de Souza. Processo Administrativo/Indenização 2878-1200/02-4. CEI/APERS.

⁸⁸⁹ Orlando Divino Lussani. 07/08/1998. In: Antonio Bandurka. Processo Administrativo/indenização 4729-1200/98-9. CEI/APERS.

⁸⁹⁰ Ernesto Fachi. 24/08/1998. In: Carlos Fachi. Processo 6476-1200/98-0. CEI/APERS.

⁸⁹¹ Vitória Assmann. 20/08/1998. In: Arquimino Assmann. Processo Administrativo/Indenização 6570-1200/98-1. CEI/APERS.

⁸⁹² Ex-presos políticos pedem indenização. *Diário da Manhã*, 22 e 23 ago 1998. p. 13.

⁸⁹³ João D’Ávila. 11/03/1999. In: Gentil Antonio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 930-1200/98-0. CEI/APERS.

da prisão, pois nunca tinha participado de algum movimento e, por causa da prisão, perdeu muita clientela em seu açougue e por isso tentou suicídio.⁸⁹⁴ Houve duas tentativas de suicídio e quatro casos de morte por suicídio, que serão tratados no item: mortes.

Observa-se que os relatos contemplam, em boa parte, sintomas que se enquadrariam como depressão, assinalada em 65 processos, porém, optou-se por informar o que os requerentes à indenização assinalaram. De Carazinho, no relato da viúva de Espiridião Rolim de Azambuja, as dificuldades enfrentadas por ele – e, em consequência, pela família – no retorno da prisão:

O retorno não foi alegre. Foi muito triste. Ele estava cabisbaixo e mudo. Não queria contar nada. E não contou muito, apesar de eu sempre ter insistido. Estava muito magro, pois era muito gordo quando foi preso. Passou a não mais querer sair à noite. E, principalmente, não queria subir até o centro da cidade sozinho, onde ficava seu açougue. Não podia mais ficar fora de casa. [...] Parece que ficava em pânico quando ouvia notícias no rádio. [...] Sempre deprimido e com medo de tudo, começou a ficar doente. Primeiro era a insônia, a dor nos ouvidos e os pesadelos, depois esquecia de tudo e achava que todos o perseguiam. De um homem comunicativo e querido por todos, passou a fugir das pessoas e não confiava mais em ninguém. Passou a não mais usar lenço e bombacha. Em 1965 aconteceu o primeiro ataque cardíaco, quando ele ficou com paralisia parcial do lado esquerdo do corpo [...].⁸⁹⁵

Cabe referir que, por medo, ignorância ou por falta de condições econômicas, muitos não procuraram assistência médica, sendo importante indicar que a própria assistência médica era precária e não estava preparada para lidar com essas situações. Angelo Joceli Sopran após o período de prisão passou a sofrer de depressão, com nervosismo constante e mania de perseguição, em consequência da agressão sofrida. A advogada argumentou que demorou para a família entender o que se passava e ajudá-lo a entender o problema pois “o mesmo não admitia que estava doente psiquiatricamente, tinha preconceito e dessa forma não admitia o tratamento com profissional da área” e que “na época existia um preconceito muito grande com relação a doenças psiquiátricas, além disso quase não existia remédios e o tratamento era a internação”.⁸⁹⁶ A filha de Braulino Garcia relatou que o pai, a partir de 1964, “passou a ser agressivo e desequilibrado”, mas não procurou auxílio médico, sendo que ela acreditava ser por falta de condições financeiras.⁸⁹⁷ Assim, sem possibilidades de atendimento especializado, sem condições de elaborar os traumas vividos, a dor sofrida, a humilhação e até mesmo a culpa pelo

⁸⁹⁴ Delmar João Kirsh. 12/08/1998. In: Rodolfo Kirsh. Processo Administrativo/Indenização 6386-1200/98-3. CEI/APERS.

⁸⁹⁵ Oricema Obregão Azambuja. 01/08/1998. In: Espiridião Rolim Azambuja. Processo Administrativo/Indenização 6315-1200/98-8. CEI/APERS.

⁸⁹⁶ Argumento da advogada Dilani Marcia Lompa. 27/07/2005. In: Angelo Joceli Sopran. Processo Administrativo/Indenização 2908-1200/02-0. CEI/APERS.

⁸⁹⁷ Amelia Madalena Garcia. 15/09/2001. In: Braulino Garcia. Processo Administrativo/Indenização 2570-1200/02-8. CEI/APERS.

sofrimento familiar, os envolvidos com os Grupos de Onze e todos ao seu entorno tiveram de suportar o insuportável, e ainda sobreviver.

Nos relatos, tanto os envolvidos com o Grupo de Onze como seus familiares, referem fortes abalos psicológicos, evidenciando que as consequências psíquicas foram muito maiores do que as dores físicas, e perduraram para além do período da prisão e atingiram de forma drástica o núcleo familiar, em alguns casos, desagregando-o completamente.

6.2.2 Problemas físicos

Os problemas físicos relatados pelos envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros em decorrência da tortura impingidas a eles na prisão e/ou nos interrogatórios nas Delegacias de Polícias ou outros lugares que serviram de *acomodação* aos *inimigos internos* membros dos Comandos Nacionalistas são variados, sendo que há relatos referindo mais de um desses problemas. Importante observar, ainda, que as sequelas físicas e psicológicas estão profundamente imbricadas, sendo uma consequência da outra. O corpo ferido, torturado, carrega uma alma ainda mais torturada. Mesmo quando o corpo aparentemente não estava ferido, o abalo psicológico fez surgir somatizações que debilitaram o corpo. Alguns desses problemas, ou doenças, não foram superados e, mesmo quando não há identificação do problema resultante com a prisão, psicologicamente está vinculado à agressão sofrida. Na tabela a seguir, estão assinalados os problemas físicos apontados nos processos de pedido de indenização estudados.

Tabela 11 – Problemas físicos relatados como consequências das prisões e torturas

	Problemas físicos	Nº de citações	Total
	Escoriações, hematomas, lesões corporais, cicatrizes	100	100
	Problemas de coluna	27	
	Problemas nas pernas	11	
	costelas - 3		
	Fraturas		
	dedos - 1		
	pulsos - 1	7	
	nariz -1		
	perna - 1		
	Reumatismo	6	
Lesões/ fraturas/ problemas músculo/esquelético	Dores no corpo	4	66
	Lesão no braço esquerdo	2	
	Perda de três dedos da mão	1	
	Amputação de um dedo do pé e outro da mão	1	
	Perda das unhas dos pés e das mãos	1	
	Perda do movimento do braço	1	
	Parte da mão esquerda atrofiada	1	
	Necessitou de cirurgia no braço	1	
	Lesão na clavícula	1	
	Lesão no crânio	1	

	Perda dos dentes pelas agressões	1	
	Tremores nas mãos	1	
Problemas respiratórios/ pulmonares	Pneumonias	16	37
	Problema pulmonar	7	
	Bronquite	5	
	Tosse persistente	4	
	Problemas respiratórios	4	
	Falta de ar	1	
Problemas na cabeça/ visão/ audição	Dores permanentes de cabeça	16	27
	Problemas de visão	4	
	Surdez	3	
	Cegueira	2	
	Problemas de garganta	1	
Problemas de coração/ pressão	Pressão alta	10	23
	Problemas cardíacos agravados/ doença cardíaca	12	
	Parada cardíaca	1	
Problemas gástricos	Úlceras	7	15
	Gastrite	4	
	Problemas estomacais	3	
	Hepatite	1	
Problemas de bexiga/ rins e órgãos genitais	Dores nos rins	4	11
	Sérios problemas renais	1	
	Problemas de bexiga	2	
	Atrofia nos órgãos genitais	1	
	Reto-colite crônica	1	
	Hidrocele testicular	1	
	Edema escrotal crônico	1	
Outros	Saúde debilitada	9	24
	Convulsões	6	
	Labirintite	4	
	Agravamento de câncer	2	
	Câncer no fígado	1	
	Desmaios	1	

Fonte: Elaboração da autora a partir dos Processos Administrativo/Indenização
Comissão Especial de Indenização/APERS.

Alfredo Guillermo Martim ressalta que “nem sempre é possível encontrar lesões físicas claramente vinculadas à tortura, devido principalmente aos métodos utilizados, cada vez mais sofisticados precisamente para ‘não deixar provas’”.⁸⁹⁸ Aparentemente não era essa a preocupação durante a Operação Limpeza, em que a truculência, a brutalidade e as humilhações públicas predominaram. Infere-se que a pedagogia do medo objetivava atingir grandes porções da população, que, a partir do exemplo, se enquadrariam mais rapidamente às regras do regime autoritário.

⁸⁹⁸ MARTÍN, Alfredo Guillermo. Op. cit., p. 437.

Os requerentes à indenização por perseguição política envolvidos com os Grupos de Onze, em cem processos, declararam ter ficado, após o período de prisão, com marcas físicas visíveis, como escoriações, hematomas, lesões corporais e cicatrizes.

Lesões ou problemas músculo/esquelético como resultado da prisão ou dos interrogatórios aparecem em segundo lugar nos relatos constantes nos processos analisados. Neste item estão englobados os problemas na coluna, problemas nas pernas, danos permanentes no joelho esquerdo, sendo que em dois depoimentos as pessoas alegaram que não puderam mais andar. Helena Burkoski, presa junto com a filha, o filho e a nora, em seu depoimento à Comissão Especial de Indenização, relacionou a invalidez (impossibilidade de se locomover) à grande quantidade pontapés recebidos na prisão em Erechim, asseverando ter ainda feridas nas pernas e ter sido atingida até os ossos.⁸⁹⁹ Ernesto Fachi, filho de Carlos Fachi, que era ferreiro em Santa Bárbara do Sul, argumentou no pedido de indenização por perseguição política que seu pai ficou com sérios problemas de coluna pelas surras e choques que levou durante o tempo que permaneceu preso na Delegacia de Polícia de Santa Bárbara do Sul e que ainda ficou com distúrbios mentais e com problema de visão.⁹⁰⁰ Também houveram casos de fraturas e/ou machucaduras ocasionadas pelas torturas na prisão que deixaram sequelas permanentes, como é o caso de Manoel Siqueira, de Faxinalzinho/São Valentim. Ele testemunhou perante a Comissão Especial de Indenização, que por ocasião de sua prisão, foi jogado junto com outros companheiros dentro de um caminhão, e quando o jogaram para baixo do caminhão, teve sua testa afundada, o polegar esquerdo cortado e uma perna quebrada, sendo necessário cirurgia e implante de um parafuso. Essa situação foi constatada pelo relator que “o mesmo tem de fato um afundamento na testa, ferimento no polegar esquerdo e tem uma prótese metálica na perna”.⁹⁰¹ Da mesma forma, Alvide Marchiori, devido às agressões sofridas nos membros inferiores, passou a apresentar dores acentuadas e frequentes, com edema localizado e dificuldade de andar, necessitando de tratamento médico, ficando longos períodos impossibilitado de trabalhar. O atestado médico anexado em seu processo revelou que, ainda na data do pedido de indenização, ele apresentava “deficiência no membro inferior esquerdo, como consequência das agressões a que foi submetido, e ainda sob tratamento médico frequente”.⁹⁰²

⁸⁹⁹ Helena Burkoski. 14/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4733-1200/98-4. CEI/APERS.

⁹⁰⁰ Ernesto Fachi. 24/08/1998. In: Carlos Fachi. Processo 6476-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁰¹ Manoel de Siqueira. 14/04/1999. Processos Administrativo/Indenização 6596-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁰² Dr. Freddy A. Aspiazú Veslasco. 16/04/2002. In: Alvide Marchiori. Processo Administrativo/Indenização 2419-1200/02-3. CEI/APERS.

Os problemas respiratórios ocasionados pelas condições de prisão aparecem em terceiro lugar. Lauro Pimentel, de Lagoa Vermelha, preso no 3º Batalhão em Vacaria e depois no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha, ficou em “total isolamento e silêncio, submetido a um frio rigoroso e sem agasalho, cuja consequência foi uma pneumonia dupla. Em face a meu estado febril e patológico fui posto em liberdade as altas horas da noite de 28 de maio para que procurasse socorros médicos [...] Radiografias constatam cicatrizes pulmonares”.⁹⁰³ A prisão foi durante o inverno e os presos, sem qualquer agasalho, dormiam diretamente no chão frio. Adão Baptista da Silva, que ficou detido no Presídio de Erechim, informou que, por essas condições, adquiriu uma pneumonia “que levou seis meses para melhorar, tendo ficado hospitalizado por diversas vezes”.⁹⁰⁴ O filho de José Lagranha informou que seu pai, quando voltava das prisões em Erechim, apresentava marcas profundas de cordas embaixo dos braços e nas costelas, além disso, passou a ter fortes dores nas costas e a tossir muito, sendo constatada doença pulmonar.⁹⁰⁵

Surgimento de problemas na cabeça, de visão, de audição ou de garganta, ou lesões em virtude de agressões aparecem em quarto lugar como sequelas físicas. Arnaldo Pasin, que na época era subprefeito de Nonoai, informou a perda de visão do olho esquerdo devido à coronhaços desferidos na sua cabeça e que atingiu o seu olho.⁹⁰⁶ Agilberto Carpes Neto, de Carazinho, como resultado de sua passagem pela Delegacia de Polícia local e pelo DOPS, em Porto Alegre, passou a apresentar deficiência de visão do olho direito e nevralgia e paralisia parcial na face direita.⁹⁰⁷

Houveram pessoas que passaram a apresentar problemas de coração e/ou pressão decorrentes da prisão ou agravados por esta, bem como problemas gástricos. Eduardo Bosa, de Nonoai, teve negado tratamento médico para uma úlcera, que em consequência disso e das torturas, estourou, tendo de ficar hospitalizado por longo período após seu retorno.⁹⁰⁸

Algumas torturas deixaram o perseguido político com permanentes problemas de rins, bexiga e nos órgãos genitais. Alcides Kitzmann, que junto com seu pai sofreu torturas terríveis por fomentar a criação de Grupos de Onze em Giruá e em função delas necessitou de várias internações hospitalares, comprovadas por atestado médico e documento de baixa em hospital, como sequelas das torturas ficou com atrofia nos órgãos genitais (testículos e pênis), reto-colite

⁹⁰³ Lauro Pimentel. 23/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5585-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁰⁴ Adão Baptista da Silva. 18/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4656-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹⁰⁵ João Clóvis Lagranha. 15/07/1998. In: José Lagranha. Processos Administrativo/Indenização 2445-1200/98-2. CEI/APERS.

⁹⁰⁶ Arnaldo Pasin. 18/11/1998. Processo Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5. CEI/APERS.

⁹⁰⁷ Agilberto Carpes Neto. 22/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5638-1200/98-7. CEI/APERS.

⁹⁰⁸ Eduardo Bosa. 13/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4659-1200/98-6. CEI/APERS.

crônica, dores persistentes nas costas e nas pernas, convulsões, sendo relatada até parada cardíaca.⁹⁰⁹ “Eu, depois de tudo isso [prisão e apresentações semanais sob maus tratos], passei a apresentar convulsões e nunca mais melhorei”, afirmou Jair Siqueira em seu depoimento.⁹¹⁰

Foram relatados agravamento de doenças que as pessoas já apresentavam, como câncer, ou mesmo relacionado o surgimento deste em virtude dos maus tratos na prisão.

Praticamente em todos os relatos há referência a sequelas físicas ou somatizações decorrentes do tratamento recebido durante os interrogatórios, período de prisão ou mesmo durante as apresentações diárias ou semanais para assinar o livro dos elementos vigiados. Alfredo Guillermo Martin afirma que “não há vítimas da tortura que não tenham sofrimento devido às sequelas psicológicas e físicas”⁹¹¹, sendo que “algumas lesões traumáticas podem produzir sequelas tardias, mesmo nas pessoas que não tinham nenhum problema de saúde prévio às torturas”.⁹¹² Essa afirmação corrobora os depoimentos de familiares dos perseguidos políticos que relatam a prisão como um marco para a decadência da saúde física e psíquica, a existência de um *antes* com saúde, vontade de trabalhar, provimento adequado da família e um *depois* com saúde debilitada, como demonstra o depoimento da viúva de Alfredo Kitzmann, que devido às sequelas físicas e morais das torturas de que foi vítima, “de homem forte e trabalhador e até mesmo altivo que era, [transformou-se] num ser com saúde física permanentemente debilitada e psiquicamente derrotado”.⁹¹³ Essa modificação, de uma pessoa forte, trabalhador e até altivo em pessoa fragilizada fisicamente e psiquicamente também foi relatada pelos familiares dos demais requerentes à indenização. Mesmo que não tenham sofrido torturas do nível de Alfredo Kitzmann e Alcides Kitzmann, o fato de terem sido presos, sofrido agressões e humilhações, serem acusados de comunistas subversivos, serem expostos à vexação pública, marcou-os fortemente, transformando suas crenças em si mesmos e no Estado.

6.2.3 Danos econômicos

As detenções e perseguições tiveram, imediatamente, repercussões no cotidiano dos envolvidos com os Grupos de Onze. Além da desilusão de não ter havido a reforma agrária, ter recebido benefícios ou ajudado a tornar o país mais justo, tiveram danos econômicos. Todos os

⁹⁰⁹ Alcides Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 0875-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹¹⁰ Jair Siqueira. 06/07/1998. In: Antônio Siqueira Cortes. Processo Administrativo/indenização 6594-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹¹¹ MARTÍN, Alfredo Guillermo. Op. cit., p. 439.

⁹¹² Idem, p. 437.

⁹¹³ Elsa Kitzmann. 08/02/1998. In: Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. CEI/APERS.

processos referem que houve empobrecimento, alguns chegando até a situação de miséria. Os abalos na situação econômica das famílias dos envolvidos com os Grupos de Onze que entraram com pedido de indenização por perseguição política estão relatados na tabela a seguir.

Tabela 12 – Danos econômicos

Danos econômicos	Nº de citações
A família ficou passando necessidades	211
Perda do patrimônio para custear as despesas do processo/ das apresentações durante a prisão domiciliar	45
Demissão do emprego/perda do trabalho	40
Não conseguiu mais trabalhar por problemas físicos ou psíquicos/Impossibilidade de exercer a profissão por problemas psicológicos/mudança de profissão/ não podia trabalhar devido às lesões corporais/ Não pode trabalhar por um tempo por problemas psicológicos	37
Prejuízo financeiro	35
Perda de clientes	34
Perda de crédito no comércio/no sistema bancário	32
Perda da colheita/safra	27
Não conseguiu mais serviço/emprego pela discriminação	16
Falência/fechamento do estabelecimento	16
Cassação do mandato	9
Aposentadoria forçada	4
Venda da propriedade para se sustentar	3
Não conseguiu mais entrar em serviço público	3
Expurgo do serviço público	3
Aposentadoria por invalidez	2
Perda de alunos	2
Família despejada da residência	2
Os animais da propriedade foram “roubados”	1
Os militares apropriaram-se de cinco (5) kg de pedras preciosas	1
Os militares levaram a camionete que o requerente usava para trabalhar	1
Afastamento do trabalho por um período por ordens superiores	1
Não pode trabalhar por um tempo por problemas psicológicos	1
Ficou proibido de clinicar	1
Teve negada a sua matrícula no colégio	1

Fonte: Elaboração da autora a partir dos Processos Administrativo/Indenização Comissão Especial de Indenização/APERS.

A maior parte das referências de danos econômicos é que a família foi muito prejudicada, ficou passando necessidades, em alguns casos, até fome, em virtude da prisão e dos acontecimentos que se seguiram a ela. Numa época em que a maioria das mulheres cuidava dos filhos e da casa e a família dependia exclusivamente do ganho do marido, além do abalo psicológico, foi preciso lidar com as dificuldades financeiras advindas como consequência do envolvimento político e de ser considerado subversivo.

Enquanto estavam presos, respondendo processo ou obrigados à apresentação diária ou semanal, não havia condições de comparecimento ao trabalho ou de conduzir seu estabelecimento, quando proprietários, ou cuidar da lavoura. Isso ocasionou prejuízos financeiros

diversos. Há registros de perda do patrimônio para o custeio das despesas: viagens a Santa Maria e advogados, sendo que os processos duraram anos. Jair Siqueira, preso junto com o pai e o sogro, depôs que, depois de ter permanecido vinte e dois dias na prisão em Erechim, seu pai “respondeu processo por muitos anos em Santa Maria. Para deslocar-se até Santa Maria era um sacrifício, pois, além de muito doente, éramos muito pobres e não tínhamos condições financeiras de arcar com os custos da viagem.”⁹¹⁴ Também para a apresentação nas delegacias enquanto durou a prisão domiciliar representava ônus financeiro, pois moradores das áreas rurais tinham de deslocar-se para uma cidade sede para essa apresentação. Abele Campagnolo, agricultor de Faxinal Grande que tinha de apresentar-se semanalmente em São Valentim, teve de “se desfazer de utensílios que utilizava na agricultura, também da única vaca de leite que possuía para alimentar seus filhos menores. Tinha de tirar de sua própria subsistência e de seus familiares para se deslocar até São Valentim assinar o livro ponto”.⁹¹⁵

Perda do emprego ou do trabalho são informados em 40 processos. Em Sertão, “depois da prisão, todos perderam o emprego na Estação Experimental de Sertão pelo envolvimento com a política”.⁹¹⁶ Gabriel de Oliveira Medeiros, que era servidor público ferroviário estadual em Cruz Alta e também vereador, “por sua atuação na Câmara de Vereadores, favorável ao Grupo de Onze, e pela identificação com as ideias pregadas por Leonel Brizola”⁹¹⁷, além de ter sido preso, responder a IPM e ser denunciado à 3ª Auditoria Militar de Santa Maria, foi “aposentado” em outubro de 1964, passando a receber, segundo sua esposa, apenas a quarta parte dos vencimentos de quando estava na ativa.⁹¹⁸ Já, Danilo Oltramari, “com a perseguição política, perdeu o mandato de vereador por cassação, e o comércio que mantinha entrou em decadência, tendo ficado na miséria”.⁹¹⁹

Delfino Siqueira Quevedo, de Carazinho, narrou as dificuldades de prover o sustento da família, pois

perdeu o emprego e passou por privações, tendo grande dificuldade para criar seus filhos, os quais quando da sua prisão eram menores. O filho mais velho teve que

⁹¹⁴ Jair Siqueira. 06/07/1998. In: Antonio Siqueira Cortes. Processo Administrativo/Indenização 6594-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹¹⁵ Abele Campagnolo. 13/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5273-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹¹⁶ Zenaide Muller. 28/08/1998. In: José Xavier Teixeira. Processo Administrativo/Indenização 7114-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹¹⁷ Documento da Subsecretaria de Inteligência. 09/04/1999. Gabriel de Oliveira Medeiros. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

⁹¹⁸ Mari Sandra Medeiros da Silva. 28/08/1998. In: Gabriel de Oliveira Medeiros. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

⁹¹⁹ Ademar Alberto Oltramari. 22/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

interromper os estudos para trabalhar e ajudar no sustento da família. [...] em razão das lesões sofridas quando da sua prisão, não teve mais condições físicas para trabalhar.⁹²⁰

As pessoas que atreveram a organizar ou fazer parte dos Grupos de Onze não eram mais merecedoras de confiança. Os filhos de Frederico Germano de Almeida informaram que, seu pai, que era pedreiro, “não arrumou mais emprego e nem serviço pelo efeito de sua prisão, e entrou então em profunda depressão”⁹²¹.

Problemas físicos e/ou psicológicos deixaram 37 pessoas sem condições de trabalhar no período pós prisão, sendo que, destes, 26 afirmaram não ter conseguido mais trabalhar, ou seja, a partir da prisão e das torturas, perderam completamente sua capacidade de exercer a profissão, cabendo à família arcar com o sustento da casa. Nilda Kunz relatou que, em virtude das agressões sofridas, seu marido “ficou quase inútil as atividades de lavoura, uma vez que não pode mais fazer esforços físicos” e essa situação fez com que a família passasse por sérias privações, uma vez que tinham filhos menores.⁹²² Maria Soares da Costa, informou que seu marido, Camilo Antônio Azevedo, “pelo motivo de ter sido preso foi despedido. Entrou em depressão e nunca mais pode trabalhar. Ficou desempregado até morrer”⁹²³.

Quem dependia de clientela foi muito prejudicado com a pecha de *comunista*, que afastou as pessoas do estabelecimento, indo, em 16 casos, à falência. Antonio Zancanaro era comerciante em Campinas do Sul, e, segundo sua esposa, pessoa bem vista na sociedade, sendo que, “com as acusações de pertencer ao chamado ‘Grupo dos Onze’ teve de fechar seu comércio, pois perdeu boa parte de sua clientela”.⁹²⁴

Também por ter sido considerados subversivos, tiveram cortes de crédito no comércio e no sistema bancário e constam relatos de perdas de colheita, o que representava a base do sustento familiar para os que eram agricultores. Vergonha e sofrimento foram relatados por Antonio Burkoski, que foi preso junto com a mãe, irmã e esposa, além de prejuízos materiais, pois era pequeno agricultor e “com a prisão perdeu toda a colheita do feijão na roça, pois não tinha quem colhesse e o produto apodreceu”.⁹²⁵ Perda da colheita também foi informada por Antonio

⁹²⁰ Delfino Siqueira Quevedo. 18/03/1999. Processo Administrativo/Indenização 2082-1200/98-9. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

⁹²¹ Neli Almeida Cruz e demais filhos. 30/07/1998. In: Frederico Germano de Almeida. Processo Administrativo/Indenização 5460-1200/98-4. CEI/ APERS.

⁹²² Nilda Mendes Kunz. 13/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6365-1200/98-7. CEI/APERS.

⁹²³ Maria Soares da Costa. 14/06/1998. In: Camilo Antonio Azevedo. Processo Administrativo/Indenização 2495-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹²⁴ Englesina Morandi Zancanaro. 26/06/1998. In: Antonio Zancanaro. Processo Administrativo/Indenização 4612-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹²⁵ Antonio Burkoski. 05/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 4732-1200/98-1. CEI/APERS.

Fonseca que ainda teve de se “desfazer dos animais, inclusive vacas de leite para custear as despesas, e ir a Nonoai fazer a apresentação diariamente, tendo passado por um longo tempo vivendo de favores, com a ajuda de parentes.”⁹²⁶

Houve relato de apropriação de bens por parte dos militares, como é o caso de Antônio Basso, que além de espancamento na prisão, sofreu o confisco de uma camionete F 350, que usava para fazer fretes: “depois de libertado não pude trabalhar pois tinham me tirado a única ferramenta de trabalho que eu possuía, e, ainda, com o braço machucado que ficou imóvel durante cerca de um mês.”⁹²⁷

Assim, o empobrecimento, a dificuldade de sustentar a família, perda de patrimônio, de emprego, discriminação, entre outros, somaram-se às sequelas psicológicas e às sequelas físicas, transtornando a vida dos membros do Grupo de Onze – ou acusado de sê-lo – e de seus familiares. Era a pedagogia do medo sendo aplicada para corrigir os maus comportamentos e providenciando os ajustes à sociedade. Para os novos detentores do poder e para grande parte da sociedade, inclusive para a vizinhança dos perseguidos políticos, eles eram merecedores dessa punição por representarem *perigo* para a sociedade.

6.2.4 Prisão domiciliar, assinatura do Livro de presença dos elementos vigiados pela Polícia e vexação pública

Os envolvidos com os Grupos de Onze ou acusados como tal, após o período de prisão deveriam apresentar-se durante prazo determinado na Delegacia mais próxima. O ofício 163\64, datado de 08 de maio de 1964, endereçado ao Delegado de Polícia de Severiano de Almeida e assinado pelo Delegado Regional de Polícia de Erechim, assim determinava:

Senhor Delegado:

Levo ao seu conhecimento que nesta data foram liberados os seguintes indivíduos por esta regional, entretanto, os mesmos deverão se apresentarem todos os sábados, em hora de expediente e aporem suas assinaturas num livro especial de comparecimento a ser aberto por essa Delegacia, a falta de algum deverá ser imediatamente comunicada a esta Regional para as devidas providências e controle policial, essas pessoas residem em Mariano Moro mas a delegacia mais próxima é a sua, são eles Amândio Dobrobolski, professor Estadual de um Grupo Escolar em Mariano Moro, Orestes Devensi, Adão Baratto, Artêmio Mocelin, Olímpio Faganello, Vilson Rigo e Jacob Sacomori. Estas instruções procedem da Chefia de Polícia do Estado e deverão ser rigorosamente cumpridas na forma do determinado.⁹²⁸

⁹²⁶ Antonio Fonseca. 15/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4657-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹²⁷ Antonio Basso. 18/08/1998. Processo Administrativo Indenização 6650-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹²⁸ Carlos Reverbel. 08/05/1964. In: Adão Baratto. Processo Administrativo/Indenização 5853-1200/98-3. CEI/APERS.

Informação de prisão domiciliar com apresentações diárias ou semanais consta em 124 processos que requereram indenização por perseguição política relacionada com os Grupos de Onze, sendo que 98 deles relatam a ocorrência de agressões e humilhações nessas apresentações. O período dessa vigilância e de apresentação é bastante variado, conforme os depoimentos nos processos de pedido de indenização, sendo que na região de atuação do Primeiro Destacamento Volante da Brigada Militar, sob o comando do Coronel Gonçalo Cúrio de Carvalho, Alto Uruguai, perdurou até novembro de 1964. Lugares de difícil acesso, precárias condições econômicas, dificuldades financeiras se somavam à humilhação e à vergonha. Alexandre Federle Marcon, de Erval Grande, afirmou que “deslocava-se cerca de dez quilômetros a pé para pegar o ônibus que o levava a São Valentim assinar o ponto, pois carro, na época, era rara a pessoa que possuía no interior, muitas vezes foi debaixo de chuva bem antes do dia amanhecer”.⁹²⁹ Antonio Bandurka afirmou que era obrigado a comparecer todos os sábados à Delegacia, indo e voltando a pé cerca de dez quilômetros, ocasião em que Elvira Regina Burkoski também comparecia.⁹³⁰ Referindo-se à sua prisão e de mais oito conhecidos que assinaram a lista dos Grupos de Onze, relatou que

[...] todos os demais presos do grupo foram advertidos de que deveriam comparecer todos os sábados à delegacia de Severiano de Almeida para assinar o ponto. O depoente não sabia, porque não foi advertido que também tinha essa obrigação e por isso não compareceu. Não tardou, foi preso novamente por não ter vindo assinar o ponto, onde permaneceu todo o dia preso. Teve de continuar assinando por cerca de seis meses.⁹³¹

Elzira Ribeiro de Almeida era professora primária em Faxinalzinho, distrito de São Valentim, testemunhou esses acontecimentos e relatou que

[...] tinham de se apresentarem uma vez por mês ou mais, obrigatoriamente, em Erechim. Eu os via uma vez por mês, porque pegava o ônibus em Faxinalzinho e vinha a Erechim receber o salário. Muitas vezes não tinham nem o que vender, tinham de dar um jeito de sair trabalhar, arranjar um meio desse dinheiro para passagem e pra poder almoçar aqui, porque só tinha um ônibus as 8 horas da manhã e voltava às 4 da tarde. Vinham uns 40 ou 50, de Faxinalzinho, Faxinal Grande, Nonoi, Votouro, Coxilhão [...]. Esse ônibus ia lotado, que a gente ia quase que empilhado uns sobre os outros e eles faziam comentários do sofrimento, da luta e das despesas que os mesmos faziam, mesmo sem poder. Estavam vendendo o último que tinham em casa porque eram todos pessoas pobres, pelo menos os colonos, e eles não tinha ideia o porquê de tudo aquilo, porque eles tinham assinado esperando auxílio e, de repente, se viram envolvidos naquela situação [...].⁹³²

⁹²⁹ Alexandre Federle Marcon. 13/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5276-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹³⁰ Antonio Bandurka. 08/06/1999. Processo Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9. CEI/ APERS.

⁹³¹ Antonio Bandurka. 19/11/1999. Processo Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9. CEI/APERS.

⁹³² Elzira Ribeiro de Almeida apud BALDISSERA. Op. cit., p. 155.

Lauriano Dal Agnol, de Campinas do Sul, narrou que durante a prisão domiciliar não podiam se ausentar do município sem a autorização da polícia, e que na apresentação semanal na Delegacia de Campinas, “permaneciam à disposição da polícia o dia inteiro”, sendo submetidos à vexação pública, pois “eram colocados em cima de um caminhão, desfilando pelas ruas, com policiais ao redor, mostrando-os à população, como se fossem bandidos, o que era motivo de chacota, de diversão aos militares, expondo-os, ridicularizando-os”, situação que causava intenso sofrimento a si e aos familiares.⁹³³ Essa exposição pública à comunidade, na frente de seus familiares, era torturante e pretendia, conforme afirmou Michel Foucault “que o castigo fira mais a alma que o corpo”.⁹³⁴ A desconstrução de sua imagem de cidadão honesto, bom pai de família era insuportável. “O Hilário, de vergonha, até foi embora do local, para o Paraná”⁹³⁵, informou a cunhada de Hilário Oltramari. Arcindo Chiapetti, em seu testemunho, demonstra essa como essa exposição pública era causadora de sofrimento:

Os danos causados às vítimas e seus familiares é impossível quantificar, pois na época, [...] uma pessoa pobre, com filhos pequenos, ser acusado de comunista era como se fosse um bandido da mais alta periculosidade. Ainda mais no interior do interior, onde as pessoas que denunciavam faziam desfiles pelas ruas, batendo tambores, vibrando e comemorando como se aquilo fosse uma festa.⁹³⁶

Assinar o livro dos *Elementos vigiados* já era uma humilhação, a qual podia ser sobreposta outras mais, conforme relato de familiares de Danilo Oltramari, comerciante e vereador em São Valentim, organizador de Grupo de Onze.

Após a realização do “desfile”, era o preso levado até o destacamento da Brigada Militar, localizado em frente à praça principal da cidade, onde a humilhação continuava, pois faziam-no lavar os veículos do destacamento, tudo presenciado pela comunidade e por sua família. Permanecia no destacamento onde era interrogado e torturado, sendo após conduzido em caminhão aberto até o Presídio de Erechim, onde ficava preso por alguns dias. Solto, retornava a São Valentim e, após alguns dias, a mesma situação se repetia.⁹³⁷

Danilo foi acometido por um câncer intestinal e estava convalescendo de uma cirurgia, o que não mudou em nada o tratamento que recebia por parte dos militares. Continuou sendo preso

⁹³³ Lauriano Dall Agnol. 23/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4688-1200/98-9. CEI/APERS.

⁹³⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 21.

⁹³⁵ Lourdes D’Agostini Oltramari. 23/04/1998. In: Lido Armando Oltramari. Processo 4255-1200/98-2. Processo Administrativo/Indenização. CEI/APERS.

⁹³⁶ Arcindo Chiapetti. 14/04/1998. In: Adão Barato. Processo Administrativo/Indenização 5853-1200/98-3. CEI/APERS.

⁹³⁷ Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

e levado a Erechim⁹³⁸, sofrendo maus tratos, privação de alimentos e remédios, tendo de lavar os carros na frente da Delegacia de São Valentim mesmo estando muito doente. O médico que o atendeu testemunhou no processo de indenização, declarando que “[...] no ano de 1966, a pedido da família, visitei no Presídio de Erechim, onde se encontrava preso, o Sr. Danilo Oltramari, que era meu paciente e convalescia de câncer, ocasião que, por encontrá-lo muito debilitado, solicitei sua internação [...]”⁹³⁹ Ernesto Meneghetti, testemunhou no processo:

[...] presenciei, no período de 1964 a 1966, por diversas vezes o Sr. Danilo Oltramari ser preso pela Brigada Militar, *taxado como comunista unicamente por ser vereador e presidente do PTB* em nossa cidade [São Valentim]. Nessas ocasiões, em que era preso, era algemado e colocado em cima de um caminhão, fazendo-se um desfile pela principal rua de nossa cidade. O Sr. Danilo, *que na época se recuperava de cirurgia, era obrigado pelos policiais a lavar suas viaturas, em pleno inverno e, para isso, era convocada parcela da população para servir de plateia.*⁹⁴⁰ (grifos nossos).

Não era apenas o sofrimento físico de, apesar de doente, ser obrigado a lavar as viaturas em pleno inverno, junto vinha o sofrimento moral de ter de fazer isso na frente de seus conhecidos, vizinhos, sendo chamado de comunista. A humilhação contribuía para agravar seu estado de saúde.

Gentil Fernandes Folador que era professor em Vista Alegre, São Valentim, também relatou o tratamento dispensado aos envolvidos com os Grupos de Onze quando se apresentavam para a assinatura do livro dos *Elementos vigiados*:

A partir desta data [da soltura da prisão], todos os sábados, embora eu tivesse o compromisso de ministrar aulas na Escola Estadual onde estava lotado, eu era forçado a dividir meus alunos com outras professoras para atender a obrigação de me apresentar na Delegacia de Polícia de São Valentim, onde, a mando do então Delegado, após assinar o livro ponto, sofria as piores torturas físicas, morais e intelectuais, como pontapés e coronhadas, apanhava de cacete e depois era colocado em cima de carros da Polícia, desfilando pelas ruas da cidade, para que a população visse que eu e outras pessoas estávamos presos. Esta cerimônia macabra se estendia todo o dia do sábado.⁹⁴¹

Mas essa situação torturante não se resumia às apresentações semanais. Segundo depoimento de Gentil Fernandes Folador, quando menos esperava, recebia na escola a visita dos policiais e, deixando a sala de aula, era conduzido até o Presídio de Erechim para “prestar novos

⁹³⁸ Ademar Alberto Oltramari, filho de Danilo Oltramari relatou no pedido de indenização duas prisões em 1964, uma em 1965, uma em 1966 e uma em 1967, ano em que Danilo faleceu. Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹³⁹ Angelo Luiz Caleffi. 30/04/1998. In: Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁴⁰ Ernesto S. Meneghetti. 30/03/1998. In: Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁴¹ Gentil Fernandes Folador. 28/09/1998. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. CEI/APERS.

e sofridos depoimentos.”⁹⁴² Em Severiano de Almeida também ocorriam espancamentos durante as apresentações semanais, conforme assegurou Amelia Madalena Garcia: “os finais de semana passaram a ser um tormento para meu pai e para nós, pois, quando se deslocava para a assinatura do ‘ponto’ ele era espancado pelos policiais que o recebiam com cacetetes” e que ela, mesmo criança, muitas vezes ajudou a passar salmoura sobre os ferimentos de seu pai, já falecido.⁹⁴³

Ilo de Araujo Pinto, militar aposentado que participou das prisões efetuadas em Nonoai, era, na época, comandante do Destacamento da Brigada Militar, afirmou que, após a apresentação ao Coronel Gonçalves, interrogatório e período de prisão, os envolvidos com os grupos eram liberados, “mas com prisão domiciliar, para que se apresentassem uma vez por semana para assinar o ponto, que era feito em frente à Delegacia de Polícia, num ritual de humilhação dos presos”.⁹⁴⁴ A filha de Desidério Oliari, agricultor de Votouro/São Valentim, afirmou em seu depoimento que “meu pai contava que quando se apresentavam, os policiais faziam com que ficassem detidos o dia inteiro, só sendo liberados no final da tarde, quando nem ônibus tinha mais para retornar para casa, e isso foi por muitos meses”.⁹⁴⁵ Observa-se que é uma distância de quase 50 quilômetros que tinham de fazer a pé, para chegar em casa. Essa situação também foi vivenciada por outros agricultores da localidade de Votouro, no município de São Valentim, conforme relatado por Vilson Rosman, que tinha apenas 17 anos quando foi preso junto com seu pai, Teófilo Rosman. Ele asseverou que eram liberados “somente após partir o último ônibus que os levaria para casa”.⁹⁴⁶

Fioravante Gazzola, depôs que, após o período de prisão, ao retornar para casa, “ainda permaneci com prisão domiciliar por mais uns quarenta dias, tendo que me apresentar para a polícia na cidade de Ronda Alta, uma vez por semana”.⁹⁴⁷

Essa vigilância, com comparecimento e assinatura, poderia ser mais sistemática. Luis Ramos, de Carazinho, afirmou: “Recebemos instruções para nós apresentarmos na polícia a cada dois dias para assinar um livro ponto”⁹⁴⁸, sendo que Victor Machado informou que devia apresentar-se diariamente na Delegacia de Polícia de Carazinho.⁹⁴⁹ Belarmino Otero Ribeiro, de

⁹⁴² Gentil Fernandes Folador. 28/09/1998. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. CEI/APERS

⁹⁴³ Amelia Madalena Garcia. 15/09/2001. In: Brulino Garcia. Processo Administrativo/Indenização 2570-1200/02-8. CEI/APERS.

⁹⁴⁴ Ilo de Araujo Pinto. 04/08/1998. In: Antonio Menezes de Oliveira. Processo Administrativo/Indenização 6601-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁴⁵ Erotildes Oliari. 04/05/1998. In: Desidério Oliari. Processo Administrativo/Indenização 5800-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹⁴⁶ Vilson Rosman. 01/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 6591-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹⁴⁷ Fioravante Gazzola. 16/06/1998. Processo Administrativo/Indenização 4653-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁴⁸ RAMOS, Luis apud. BRAUN. Op. cit., p. 117.

⁹⁴⁹ Victor Machado. 05/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 2964-1200/98-4. CEI/APERS.

São Borja, relatou que nos “primeiros meses precisava apresentar-se no quartel todas as manhãs, as 8 horas, era proibido de sair do município”.⁹⁵⁰ O mesmo procedimento de apresentação diária no Posto da Brigada Militar da cidade de Planalto para assinar o “livro ponto” foi narrado por Alcides Moretto.⁹⁵¹ O depoimento de Antonio Regis Travi informou que essa apresentação diária também era exigida na cidade de Canela, e devia ser feita na Delegacia de Polícia.⁹⁵² Houve informações de apresentações diárias também nas cidades de Machadinho⁹⁵³, Rio Pardo⁹⁵⁴, Novo Hamburgo⁹⁵⁵, Frederico Westphalen⁹⁵⁶, Getúlio Vargas⁹⁵⁷, Nonoai⁹⁵⁸, São Jerônimo⁹⁵⁹ e em Catuípe.⁹⁶⁰

O medo de uma nova prisão fez com que algumas pessoas ficassem confinadas em suas casas, como podemos verificar no depoimento de Nelci Teixeira Peretti, dona de casa, moradora de Viadutos: “que não foi permitido após deixar o presídio, sair de sua própria residência, sob ameaça de caso não obedecer as ordens, voltaria a ser presa, passando, às vezes, fome, dependendo da caridade dos vizinhos, uma vez que não podiam nem sair para comprar comida”.⁹⁶¹ Esse fato também foi relatado no processo de Albina Bérnago Magalhães, também de Viadutos.⁹⁶²

Sem relatar apresentação para assinatura do livro dos *Elementos vigiados*, a família Kitzmann, de Giruá, informou severa vigilância: “Os policiais rondavam a nossa casa, muitas noites tivemos [Alcides e seu pai, Alfredo Kitzmann] de dormir no mato, com medo de novas represálias, e impediam que viessemos para a cidade em busca de atendimento médico”, declarou Alcides Kitzmann em seu depoimento. Sua esposa, grávida, foi agredida pelos brigadianos e não pode buscar auxílio médico, pois “estava presa em casa”.⁹⁶³

⁹⁵⁰ Belarmino Otero Ribeiro. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6466-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹⁵¹ Alcides Moretto. 12/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2793-1200/02-6. Essa apresentação diária em Planalto também é citada em mais 14 processos provenientes de Planalto: 6729-1200/98-3, 4215-1200/98-5, 2445-1200/98-2, 2623-1200/02-5, 3912-1200/98-7, 2615-1200/02-9, 4636-1200/98-4, 2485-1200/02-5, 2794-1200/02-9, 2917-1200/02-9, 6861-1200/98-7, 6727-1200/98-8, 2443-1200/98-7, 5308-1200/98-7. CEI/APERS.

⁹⁵² Antonio Regis Travi. s/d. Processo Administrativo/Indenização 2416-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁵³ Processos Administrativo/Indenização 2904-1200/98-3 e 6555-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁵⁴ Processo Administrativo/Indenização 6671-1200/98-2. CEI/APERS.

⁹⁵⁵ Processo Administrativo/Indenização 3039-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹⁵⁶ Processo Administrativo/Indenização 4879-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹⁵⁷ Processos Administrativo/Indenização 6802-1200/98-9 e 6807-1200/98-2. CEI/APERS.

⁹⁵⁸ Encontrou-se 9 referências de apresentação diária em Nonoai durante a prisão domiciliar. Processos Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5, 4649-1200/98-4, 3914-1200/98-2, 5571-1200/98-7, 6613-1200/98-7, 6611-1200/98-1, 4650-1200/98-1, 6600-1200/98-7 e 4613-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁵⁹ Processo Administrativo/Indenização 6419-1200/98-7. CEI/APERS.

⁹⁶⁰ Processo Administrativo/Indenização 7062-12100/98-1. CEI/APERS.

⁹⁶¹ Nelci Teixeira Peretti. 24/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 5855-1200/98-9. CEI/APERS.

⁹⁶² Luis Pulga. 01/07/1998. In: Albina Bergamo Magalhães. Processo Administrativo/Indenização 6580-1200/98-3. CEI/APERS.

⁹⁶³ Alcides Kitzmann. 16/12/1997. Processo Administrativo/Indenização 0875-1200/98-6. CEI/APERS.

6.2.5 *Insilio/exílio*

A discriminação, o estranhamento, a perda dos amigos e o isolamento faziam com que os envolvidos com os Grupos de Onze se sentissem exilados em seu próprio país, ou *insilados*. Carlos Manuel Varela, dramaturgo, diretor de teatro e professor de Literatura uruguaio, se sentia uma vítima do *insilio*, que para ele “foi um termo criado durante a ditadura e que tentou expressar a situação em que ficamos. Esse sentimento de frustração e confinamento, de ‘exílio’ em seu próprio país”⁹⁶⁴, sentimento compartilhado por pessoas das mais diversas profissões e condições econômicas, que viveram sob os Regimes de Segurança Nacional implantados na América Latina e foram atingidas pelo Terror de Estado. Carina Perelli e Juan Rial denominam como *insilio*: “[...] o tempo do insilio é a conjugação do isolamento, da desconfiança, da abdicação, da dissociação, da vergonha”.⁹⁶⁵ Luciana Scaraffuni complementa que, “apesar de não serem prisioneiros, eles se sentiram em um estado de prisão interna e vigilância permanente dentro de seu próprio país, dentro de sua própria cidade, o que acabou sendo uma prisão para eles”.⁹⁶⁶ Esse sentimento de encarceramento era reforçado em comunidades rurais, pequenas cidades do interior do Rio Grande do Sul – caso da maioria dos requerentes à indenização por perseguição política envolvidos com os Grupos de Onze e analisados nessa tese – pois todos se conhecem. Geralmente, no interior, explicou Alexandre Federle Marcon, “quando acontece um fato desse tipo, a vizinhança toda se reúne na frente da casa da pessoa para assistir, e foi o que aconteceu”⁹⁶⁷ na ocasião da sua prisão. Essa situação foi relatada em diversos processos, sendo estratégia da pedagogia do medo, pois, ao mesmo tempo que punia o *subversivo*, isolava-o da comunidade, evitando que o *mal* se alastrasse. Orlando Divino Lussani, que testemunhou no processo de Antônio Bandurka afirmou que “[...] as pessoas da comunidade tinham medo de conversas com

⁹⁶⁴ “[...] fue un término que se acuñó durante la dictadura y que intentó expresar la situación de los que nos quedamos. Ese sentimiento de frustración y de encierro, de ‘exilio, en tu propio país.” VARELA, Carlos Manuel. Apud. PUGA, Ana Elena. Carlos Manuel Varela and the role of memory in covert resistance. *Latin American Theatre Review*, v. 36, n. 2, p. 41-61, 2003. p. 49. Disponível em: <https://journals.ku.edu/index.php/latr/article/viewFile/1416/1391>. Acesso em: 10/01/2018. (tradução da autora).

⁹⁶⁵ “[...] el tiempo del insilio es la conjugación del aislamiento, la desconfianza, la abdicación, la disociación, la vergüenza”. PERELLI, Carina; RIAL, Juan. *De mitos y memorias políticas: La represión, el miedo y después...* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986. p. 91. (tradução da autora).

⁹⁶⁶ “[...] si bien no estaban presos, se sentían en un estado de cárcel interno y vigilancia permanente dentro de su propio país, dentro de su propia ciudad, que terminaba siendo una cárcel para ellos y ellas.” SCARAFFUNI, Luciana. El escenario y su vigilancia: “Libertad, Libertad” y “La Reja”, dos obras que aparecen en el decreto de clausura de El Galpón. *Revista Ensamble*, n. 3, 2015. p. 127. Disponível em: <http://www.revistaensambles.com.ar/ojs-2.4.1/index.php/ensambles/article/view/11>. Acesso em: 10/01/2018. (tradução da autora).

⁹⁶⁷ Alexandre Federle Marcon. 13/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5276-1200/98-6. CEI/APERS.

essa gente, pensavam que seriam presos também, outras pessoas achavam que eram bandidos”.⁹⁶⁸ Ainda, servia de exemplo aos demais, que, então, não se atreveriam a esboçar desagrado com a situação política e econômica vigente.

Osório Savoldi, um próspero comerciante de Rodeio Bonito, na época distrito de Palmeira das Missões, narrou isolamento, seu sentimento de exílio dentro da própria comunidade que fazia parte e era uma liderança anteriormente:

Com as prisões, as pessoas procuravam se afastar de mim, pois era divulgado amplamente as prisões realizadas, e que todas as pessoas que eram presas eram “comunistas”, “perigosas”, “subversivas”, com quem não se poderia conviver, que deveriam ser delatadas e jamais poderiam participar de qualquer movimento social. A participação na vida da comunidade no Distrito se tornou um verdadeiro inferno, uma vez que até o Padre Tranquilo Lorenzin fazia questão de dizer na Igreja, que – “Osório Savoldi era comunista”, dizendo também que não poderia participar de nenhuma diretoria da comunidade para não “contaminar” os demais. [...] A participação da família na Igreja era vista com desprezo e somente no fundo da Igreja era local para a família ficar, e isto se tivesse lugar. A participação dos filhos na Catequese semanal foi interrompida. Os locais que antes frequentava normalmente, como roda de amigos, bares, comunidade, campo de futebol, igreja, festas, já não podia mais [...]”⁹⁶⁹

Também Wanylda Irene Grandene Krauss, viúva de Venino Mário Krauss, narrou a situação de *insílio* vivida por seu marido, que

[...] antes era uma pessoa respeitada, passou a ser um João ninguém, sem valor, sem prestígio, sem dignidade na opinião dos outros, pois em cidade pequena, por mais que se tente provar a inocência de uma pessoa, sempre fica a marca do passado e, para Nova Palma, o que aconteceu com o Venino, ficou registrado na visão de cada uma das pessoas, mesmo daquelas que sabiam ser ele inocente, mas ele nunca mais deixou de ser um preso.⁹⁷⁰

Arnaldo Pasin, que havia sido Juiz de Paz, subprefeito e subdelegado no Distrito de Rio dos Índios, em Nonoai, tinha um bom conceito na comunidade, porém “como fui taxado de comunista, tudo o que eu tinha construído foi desfeito de uma hora para outra”.⁹⁷¹

⁹⁶⁸ Orlando Divino Lussani. 07/08/1998. In: Antônio Bandurka. Processos Administrativo/Indenização 4729-1200/98-9. CEI/APERS.

⁹⁶⁹ Osório Savoldi. s/d. Processo Administrativo/Indenização 5867-1200/98-6. CEI/APERS.

⁹⁷⁰ Wanylda Irene Grandene Krauss. 30/07/1998. In: Venino Mario Krauss. Processo Administrativo/Indenização 6036-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁷¹ Arnaldo Pasin. 14/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5. CEI/APERS.

6.2.5.1 Mudanças de cidade/Estado

Dificuldades de convivência no local onde morava, desconfiança dos amigos, isolamento, dificuldades financeiras implicaram em mudanças de domicílio, seja no mesmo estado, ou mesmo outras unidades da federação. Em 31 processos, os requerentes à indenização por perseguição política informaram que tiveram de mudar de residência para outra cidade e a mudança para outra Unidade da Federação foi relatada em 34 processos. Os filhos de Felisbino Ribeiro Barlete, de Carazinho, declararam que, após o retorno da prisão, seu pai “tornou-se um homem triste, abandonando sua propriedade rural e também seu escritório de advocacia, que foi fechado”, e que Felisbino “por falta de clientes e de amigos, já que considerado perigoso, teve que transferir sua residência para o Rio de Janeiro”⁹⁷².

A mudança de cidade, seja pela vergonha da prisão, de ser apontado como comunista e inimigo da pátria ou pela discriminação da comunidade, que evitava o contato com os subversivos pois isso poderia implicar em também ser considerado como tal, foi a alternativa encontrada para o restabelecimento de uma nova vida. Ou pelo menos uma tentativa. Conforme Horário Riquelme, as vítimas do terrorismo de Estado foram brutalmente expulsas da “normalidade”⁹⁷³ e experimentaram danos psíquicos e físicos ‘infernais’, sendo que nem sempre foi possível retornar à normalidade. Suas redes de solidariedade foram rompidas, passaram a se sentir estranhos em seu próprio meio, sem condições internas ou externas de resgatar a vivência anterior à prisão.

Acilino Hollanda dos Santos, de Carazinho vivenciou essa situação de estranhamento, de perda de referências e discriminação pela comunidade, havendo, por isso, a necessidade de deixar a cidade onde morava. Nas suas palavras:

De profissão pedreiro, deixei de ter a confiança de todos, ainda porque vivia numa cidade pequena do interior. Amigos e vizinhos perdidos, pois que era mais fácil atravessar a rua do que conversar com eles. Passei a ter dificuldade para arrumar serviço, pois todos tinham medo de se envolver com um chamado “comunista”. O jeito mesmo foi deixar tudo e tentar aqui em Porto Alegre, continuar a minha vida, o que não foi fácil, pois que mim não existia mais a palavra confiança e amizade.⁹⁷⁴

Raul de Almeida, também de Carazinho, mudou-se para a cidade de Sapucaia do Sul, pois sentia-se marginalizado. Segundo ele,

⁹⁷² Nestor Ribeiro Barlete (e demais filhos). 20/09/2002. In: Felisbino Ribeiro Barlete. Processo Administrativo/Indenização 2758-1200/02-2. CEI/APERS.

⁹⁷³ RIQUELME, Horário. Op. cit.

⁹⁷⁴ Acilino Hollanda dos Santos. 08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6301-1200/98-5. CEI/APERS.

[...] na sua volta à Carazinho, perdeu seu emprego [...] e começou viver dias amargos, pelo desprezo que começou a ser alvo e também pela sua condição de ex-presidiário político, situação que lhe causa hoje grande drama social, psicológico e até de sobrevivência. Que pela situação e desconforto criado com sua prisão, resolveu transferir-se de Carazinho, pois após a prisão passou a marginalizado e desprezado pelos amigos e sentiu que não teria mais condições de viver na cidade pela vergonha [...].⁹⁷⁵

Gentil Fernandes Folador, de São Valentim, foi demitido de seu cargo de professor estadual “por ter tentado contra o regime democrático”⁹⁷⁶ ao organizar Grupos de Onze Companheiros. Gentil narrou em seu depoimento à Comissão de Indenização que, não conseguindo mais suportar tantas humilhações, foi forçado a mudar para o Estado de Santa Catarina.⁹⁷⁷

Waldemar José Marques, testemunhou no processo de Belarmino Otero Ribeiro que, de próspero comerciante e ativo, sendo bem relacionado, “após a prisão passou a ter comportamento completamente diferente, passou a ser arredio, temeroso e desconfiado. Queixava-se que era rejeitado por amigos e vizinhos, tanto que mudou-se de cidade”.⁹⁷⁸ O próprio Belarmino afirmou que até seus parentes tinham medo de se relacionar com ele, e mesmo com a mudança para o município vizinho, onde também era uma pessoa conhecida, “sentia-se cercado e vigiado”, não conseguia trabalho e que “na época, o povo se sentia coagido, quando me aproximava de um grupo de conhecidos, eles se retiravam”.⁹⁷⁹ Alfredo Kitzmann, devido as perseguições de que ele e o filho – e por consequência, toda a família – eram alvo, aconselhou Alcides a fugir. Alcides Kitzmann narrou que:

O meu pai, vivenciando diariamente o nosso sofrimento e angustiado com a minha inconformidade e da inocência de todos da família, solicitou que fugisse para outro Estado, o qual atendi e desloquei-me para a cidade de Toledo, no Estado do Paraná, sem poder de comunicação por muitos anos com meu pai e minha mãe.⁹⁸⁰

A mudança de domicílio para outra unidade da federação também foi motivado pelo medo de ser morto. Arnaldo Pasin, funcionário público de Nonoai e chefe político do PTB, o motivo da mudança foi outro, pois foi “aconselhado” pelo Delegado da cidade a desaparecer:

⁹⁷⁵ Raul de Almeida. 28/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 327-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁷⁶ Certidão de tempo de serviço – Secretaria da Administração e Recursos Humanos/RS. 23/03/1995. In: Gentil Fernandes Folador. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. CEI/APERS.

⁹⁷⁷ Gentil Fernandes Folador. 28/09/1998. Processo Administrativo/Indenização 4736-1200/98-2. CEI/APERS.

⁹⁷⁸ Waldemar José Marques. 08/04/1999. In: Belarmino Otero Ribeiro. Processo Administrativo/Indenização. 6466-1200/98-8. Comissão Especial de Indenização. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

⁹⁷⁹ Belarmino Otero Ribeiro. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6466-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹⁸⁰ Alcides Kitzmann. 16/12/1997. Processo Administrativo/Indenização 0875-1200/98-6. CEI/APERS.

[...] abandonei minhas propriedades e fugi para o Estado de Santa Catarina, com medo de ser preso novamente e ser morto, pois um dia, na apresentação em Nonoai, o Delegado Sebastião Nunes me disse: “Olha moço, se não quer morrer, acho bom você desaparecer, pois aqui não tem lugar para comunistas”, com isso, vendi minhas propriedades por qualquer preço, e tratei de ir embora, para não ser morto.⁹⁸¹

Também de Nonoai e igualmente aconselhado a fugir, Domingos Pasquim Bringhenti, abandonou os pais, emprego e pequena propriedade, fugindo na noite seguinte para o estado de Mato Grosso, por medo de ser morto.⁹⁸²

A pedagogia do medo era uma forma de impedir que lideranças políticas se articulassem e pudessem se contrapor ao regime ditatorial instaurado. Se a pessoa sumisse do local por vontade própria evitaria muitos problemas, não haveria possibilidade de criar focos de contestação ou mesmo núcleos com ideias diferentes.

A família de Danilo Oltramari mudou-se após seu falecimento, pois “já extremamente humilhada por tudo que ocorrera, ficou estigmatizada como a família do ‘comunista’, ‘chefe do grupo dos onze’, não mais podendo permanecer no município de São Valentim. Tiveram de mudar para outra localidade a fim de tentar sobreviver”⁹⁸³, numa demonstração de como a violência estatal atingiu não apenas o perseguido político, mas todos ao seu entorno.

“Tive muita dificuldade de adaptação em terra estranha”, afirmou Osvaldo de Barros, que pela discriminação, afastamento das pessoas, sendo que nem ao culto dominical podia ir por ser considerado comunista, mudou-se de Nonoai para Trindade do Sul, município vizinho.

Entretanto, mesmo com a mudança de cidade ou de estado, o passado de perseguido político os acompanhava. Havia, além das dificuldades de se estabelecer em um lugar estranho, a preocupação em não se deixar conhecer. Quanto menos falassem sobre o seu passado, menor seria a discriminação.

Aramy de Maio Cabrera, que era líder do MASTER e organizador de Grupos de Onze em São Luiz Gonzaga, condenado à revelia na Auditoria Militar de Santa Maria, pois optou por fugir das perseguições. Segundo sua irmã, Francisca Menetina Cabreira Flores “no momento que iniciou a perseguição por parte dos militares, sua vida familiar, social e profissional acabou, eis que teve que distanciar-se de sua família, desfazer-se de tudo o que possuía para sobreviver, passando a viver na clandestinidade”.⁹⁸⁴

⁹⁸¹ Arnaldo Pasin. 14/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4655-1200/98-5. CEI/APERS.

⁹⁸² Domingos Pasquim Bringhenti. 16/08/1998. Processo Administrativo/Indenização. 4649-1200/98-4. CEI/APERS.

⁹⁸³ Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1.CEI/APERS.

⁹⁸⁴ Francisca Menetina Cabreira Flores. 23/09/2002. In: Aramy de Maio Cabrera. Processo Administrativo/Indenização 2809-1200/02-4. CEI/APERS.

6.2.5.2 Exílio

O exílio voluntário também se apresentava como solução para fugir das perseguições e da prisão. Para isso, a configuração geográfica do Rio Grande do Sul era muito favorável. O exílio, conforme Denise Rollemberg, “assim como a prisão e os assassinatos políticos, cumpriu o papel de afastar e eliminar as oposições identificadas a projetos de mudança, fossem eles de reforma ou de revolução.”⁹⁸⁵

Informaram a opção pelo exílio oito requerentes à indenização por perseguição política. Elsa Kitzmann relatou que seu marido, Alfredo Kitzmann “buscou refúgio na Argentina, onde permaneceu escondido por vários meses”.⁹⁸⁶ Denise Rollemberg informa que:

Contudo, o exílio, assim como a prisão, a clandestinidade, são penas impostas arbitrariamente como meio de se subtrair à violência do Estado. São causa de profundo abalo psicológico, já que importa no afastamento forçado do meio familiar, social e profissional. Aprofundam o sentimento de saudade em relação a tudo quanto foi perdido, especialmente à pátria. É como se cortassem ao exilado, ao prisioneiro e ao clandestino, as suas raízes.⁹⁸⁷

Por isso, mesmo com medo de novas prisões e torturas, houve quem regressou ao Brasil, como é o caso de Alfredo Kitzmann. Elsa afirmou que o marido, enquanto viveu, era assolado pelo pavor de ser detido novamente. O retorno, pela saudade da família é relatado no depoimento de Ornelio de Souza, agricultor de Tuparendi:

[...] resolvi fugir daquelas torturas e omilhações (sic.), para o qual abandonei meu país e minha propriedade rural no município de Tuparendi, e imigrei clandestinamente para a Argentina, lá passei fome, frio e muita saudade da família e amigos, dos quais por vários dias não se tinha notícia, somente recebi um recado para que não voltasse para Tuparendi porque estava jurado de morte pela polícia, minha casa era vigiada por militares dias após dias, minha esposa não suportando os fatos acabou abandonando a propriedade e rumando para o município de Crissiumal, procurando refúgio na casa de amigos. Passaram-se nove meses e não suportando a saudade da família e do país, retornei a Tuparendi.⁹⁸⁸

No regresso ao Brasil, Ornelio foi novamente preso e torturado. Aurelio De Marchi também fez a opção pelo exílio: “devido aos fatos, resolvi me refugiar na cidade de Rivera

⁹⁸⁵ ROLLEMBERG, Denise. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. p. 1. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/esquerdas_no_exilio.pdf. Acesso em: 06/04/2018.

⁹⁸⁶ Elsa Kitzmann. 16/03/199. In: Alfredo Kitzmann. Processo Administrativo/Indenização 2716-1200/98-4. CEI/APERS.

⁹⁸⁷ SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Memórias de uma ex-presa política: insílios latino-americanos. In: *Revista História Oral*, v. 9, n. 2, 2006. pp. 65-82. p. 66. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal>. Acesso em: 10/01/2018.

⁹⁸⁸ Ornelio de Souza. 20/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2977-1200/02-0. CEI/APERS.

(Uruguai)⁹⁸⁹, onde foi preso após dois anos, pela polícia de Santana do Livramento. No requerimento de pedido de indenização de Jayme de Araújo, que buscou o exílio no Uruguai não faz menção à sua relação com os Grupos de Onze, nem seu relato. Porém, na ordem de busca da SOPS de Caxias do Sul de novembro de 1965 consta que ele é elemento ligado e pertencente ao G11.⁹⁹⁰ Nery Machado de Medeiros, de Quaraí, após ficar preso duas semanas no Quartel de Quaraí, e com intimação de se apresentar diariamente no quartel, inclusive tendo de pernoitar lá, “percebendo que continuaria cerceado em sua liberdade, já em desespero resolveu fugir, dirigindo-se para a cidade de Rivera, no Uruguai”. Permaneceu no país vizinho de 1964 a 1978.⁹⁹¹ Orlando Rodrigues dos Santos, soldado da Brigada Militar, na época destacado na fazenda Bacuri, em Osório [hoje pertencente a Palmares] preso em 03 de abril de 1964, permaneceu 30 dias sendo torturado no Quartel de Passo Fundo. Conseguindo fugir com outros companheiros, partiram para o Uruguai para não ser morto.⁹⁹² Lá se integrou no movimento de resistência à ditadura, sob a liderança de Brizola, sofrendo novas prisões e torturas.

Romeu Barleze também optou pelo exílio, pelas constantes perseguições que ele e a família eram submetidos, agravadas por ter trabalhado com Leonel Brizola. Após responder vários inquéritos sendo, inclusive, condenado à prisão, exilou-se no Uruguai. Sobre este período de afastamento do Brasil, afirma que:

O exílio foi uma forma que se encontrou para sobreviver. Quando fui condenado na justiça militar de Curitiba no Paraná - respondi inquérito em Santa Maria, em Juiz de Fora no Rio de Janeiro e Curitiba no Paraná - no de Curitiba fui condenado a treze anos de prisão e mais dois de segurança, então eram quinze anos. Ora, eu tinha filhos menores, entre nove e quinze anos de idade, tinha que sustentar a família e não podia ficar preso. O exílio era uma forma de se escapar da prisão.⁹⁹³

6.2.5.3 Discriminação/isolamento/*insllio*

Aqueles que não quiseram ou não puderam mudar de cidade, de Unidade da Federação ou mesmo de país, tiveram de enfrentar discriminação e a exclusão da comunidade. Relataram ter sofrido discriminação na comunidade onde moravam 202 requerentes à indenização por perseguição política relacionada com os Grupos de Onze e isolamento, como já referido, foi

⁹⁸⁹ Aurelio De Marchi. s/d. Processo Administrativo/Indenização 2723-1200/02-3. CEI/APERS.

⁹⁹⁰ “ORDEM DE BUSCA: 1. FATO: [...] sendo JAIME ARAÚJO elemento ligado e pertencente ao ‘GRUPO DOS ONZE’ [...]. SOPS/CS – 1.2.1282.17.5. Porto Alegre, 4 de janeiro de 1966. In: FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo...*, p. 105.

⁹⁹¹ Zely Fontoura de Medeiros. 29/11/1999. In: Nery Machado de Medeiros. Processo Administrativo/Indenização 7078-1200/98-0. CEI/APERS.

⁹⁹² Orlando Rodrigues dos Santos. 21/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 3248-1200/98-1. CEI/APERS.

⁹⁹³ BARLEZE, Romeu apud BRAUN. Op. cit. p. 113.

citado em 102 processos. Brandão Antonio Maria, de Humaitá, narrou que “ficou marcado como subversivo perante a sociedade local. Que tal fato lhe causou transtornos de ordem pessoal, tendo inclusive que renunciar à presidência da comunidade religiosa de que fazia parte”⁹⁹⁴.

Américo Ferreira Bica, que trabalhava como pedreiro no 3º Regimento de Cavalaria de São Luiz Gonzaga, contou que

“[...] fui demitido, sem justa causa, sendo que a partir desse momento em todo o lugar que eu ia à procura de trabalho já estavam sabendo que eu estava respondendo IPM, a resposta era não, sendo que todas as portas para o trabalho se fecharam, [...] as dificuldades em emprego continuaram, sem conseguir trabalho, e com muita discriminação pela sociedade por muito tempo.”⁹⁹⁵

Os filhos de Antonio Policeno do Prado, narraram sobre seu pai, que no seu retorno à Carazinho, ficou muito abalado pela prisão e constrangimento que foi submetido, agravado ainda, por passar a ser chamado de inimigo da pátria, subversivo, comunista e outros adjetivos pejorativos.⁹⁹⁶ “Os vizinhos tinham medo de mim, pois diziam que era comunista, e comunista era bicho feio”, ressaltou Adão Baptista da Silva, sendo que para ele, demorou mais de dois anos para voltar ao convívio e vida normal.⁹⁹⁷

A sensação de *insílio* foi vivida por muitos dos envolvidos com os Grupos de Onze. Em seu relato, Paulo Moretto, agricultor de Planalto afirmou ter sofrido “grandes constrangimentos e abalos psicológicos, pois vivia atormentado, com sentimentos de dor, submetido a permanecer no anonimato e escondido, sempre com medo de uma nova prisão”.⁹⁹⁸ Agostinho Melo, de Nonoai, narrou em seu depoimento que, após a prisão e as apresentações semanais, onde ele e os demais acusados de comunistas subversivos da cidade eram humilhados e expostos à população, sob a mira de fuzis, passou por uma grande depressão, não conseguia dormir, tendo a impressão que estava sendo seguido por soldados e sua saúde ficou abalada. Ele estava *insilado*, isolado da comunidade, bem como a sua família, pois “a vizinhança tinha medo de manter relações comigo e minha família e comprometer-se, pois a repressão, contra os chamados subversivos era muito grande”.⁹⁹⁹ Angelo Joceli Sopran, conforme depoimento de Brandão Antonio Maria, era

⁹⁹⁴ Brandão Antonio Maria. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6818-1200/98-7. CEI/APERS.

⁹⁹⁵ Américo Ferreira Bicca. 23/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2801-1200/02-2. CEI/APERS.

⁹⁹⁶ Erondina Prado de Vargas Simas, Bonifácia Prado dos Santos, Albino do Prado Santos, José Vargas do Prado, Lorenço Vargas do Prado e Tereza Fátima dos Santos. 02/06/1998. In: Antônio Policeno do Prado. Processo 4558-1200/98-5. CEI/APERS.

⁹⁹⁷ Adão Baptista da Silva. 18/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4656-1200/98-8. CEI/APERS.

⁹⁹⁸ Paulo Moretto. 13/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 2791-1200/02-0. CEI/APERS.

⁹⁹⁹ Agostinho Melo. 09/07/2002. Processo Administrativo/Indenização 2576-1200/02-4. CEI/APERS.

professor e não pode mais voltar a dar aulas pois “os pais não deixavam mais as crianças estudar com ele, porque diziam que ele era comunista.”¹⁰⁰⁰

Vanylda Irene Grendene Crauss testemunhou no processo de Antoninho Bonaldo, pois este tinha sido preso junto com seu marido, afirmando que “após o episódio da prisão, o Sr. Antoninho nunca mais foi o mesmo. Retraiu-se e no pouco tempo em que ele ainda permaneceu aqui em Nova Palma, quase não foi mais visto. Isolou-se em sua casa e não participou de mais nada, nem sequer das missas que costumava não perder”.¹⁰⁰¹ Valdemiro Angoneze expôs que seu pai, por alguns anos, não quis sair de casa¹⁰⁰², situação também relatada por Antônio Burkoski, que além de não sair de casa, a família não recebia vizinhos durante anos.¹⁰⁰³

A exclusão social e a discriminação após a prisão se refletiu nas relações amorosas, com o rompimento de noivados e namoros desfeitos, somando-se o abandono à humilhação sofrida. Carlos Julg Filho, agricultor de Humaitá, era noivo de uma moça residente no município de Panambi e, com a prisão, os pais da moça impediram o casamento com a justificativa de que ele era *guerrilheiro*. Carlos entrou em depressão e se tornou alcoólatra.¹⁰⁰⁴ Luciano Nildo Tamiozzo, de Ijuí, também perdeu a namorada em função da sua prisão.¹⁰⁰⁵ Tabea Bar Kitzmann e Alcides Kitzmann, ambos com sequelas devido à prisão dele e à agressão sofrida por ela, acabaram se separando.¹⁰⁰⁶

6.2.6 Morte

Em seis, dos 440 processos analisados, os familiares do envolvido com os grupos de onze apontaram a ocorrência de morte prematura por sequelas diretas da tortura. Esse foi o caso de Leopoldo Chiapetti, agricultor de Mariano Moro, distrito de Erechim, que foi internado no Hospital Santa Teresinha, de Erechim no dia 03 de maio de 1964, por ferimentos ocasionados pela tortura, ficando sob custódia nesse hospital. Ele ficou com sequelas em decorrência dos maus tratos que lhe foram impingidos na prisão e apesar de submeter-se a tratamento médico-

¹⁰⁰⁰ Brandão Antônio Maria. s/d. In: Angelo Joceli Sopran. Processo Administrativo/Indenização 2908-1200/02-0. CEI/APERS.

¹⁰⁰¹ Vanylda Irene Grendene Crauss. 10/09/1999. In: Antoninho Bonaldo. Processo Administrativo/Indenização 574-1200/98-2. CEI/APERS.

¹⁰⁰² Valdemiro Angoneze. 03/08/1998. In: Antonio Angoneze. Processo Administrativo Indenização 6069-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰⁰³ Antônio Burkoski. 14/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4732-1200/98-1. CEI/APERS.

¹⁰⁰⁴ Gladis Edith Jülg. 14/07/199. In: Carlos Jülg Filho. Processo Administrativo/Indenização 6819-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰⁰⁵ Volnei Roberto Fagundes. s/d. In: Luciano Nildo Tamiozzo. Processo Administrativo/Indenização 2905-1200/02-1. CEI/APERS.

¹⁰⁰⁶ Alcides Kitzmann. 03/09/2002. Processo Administrativo/Indenização 0875-1200/98-6. CEI/APERS.

hospitalar durante meses, morreu em consequência dos problemas ocasionados pela tortura, em 21 de maio de 1965, aos 59 anos.¹⁰⁰⁷ Jofre Lourau e Helmuth Pedro Nottar, que também faziam parte do Grupo de Onze de Mariano Moro, atestaram o temor de Leopoldo Chiapetti em passar novamente por torturas quando visitaram-no no hospital antes de seu falecimento, dizendo que “se era para sofrer novamente, ele preferia a morte”. Para tranquilizá-lo, os companheiros disseram que tudo havia terminado. Leopoldo faleceu mas ainda tiveram de ir outras vezes à Santa Maria em função do processo na 3ª Auditoria Militar. Jofre Lourau afirmou que Leopoldo morreu em decorrência das torturas, entretanto “na época do terror, nenhum médico se atreveria atestar uma morte por maus tratos ou espancamentos, porque certamente iria sofrer o mesmo”.¹⁰⁰⁸

Danilo Oltramari, como já referido, teve seu problema de saúde acentuado pelos maus tratos na prisão e nas apresentações semanais. O câncer intestinal foi agravado pela falta de medicamentos e ele morreu em 28 de julho de 1967. Pelos relatos dos familiares, Danilo foi preso duas vezes no ano de 1964, uma vez em 1965, uma vez em 1966 e ainda outra vez em 1967, ano de seu falecimento.¹⁰⁰⁹ Pedro Luiz Cunha Lobo morreu, aos quarenta e oito anos, no ano de 1966, fato que a filha atribui às “torturas sofridas no período de prisão e pós-prisão”, quando tinha de se apresentar semanalmente no presídio.¹⁰¹⁰ Também para as filhas de Guerino Dal Prá “as sequelas adquiridas no cárcere o levaram à morte prematura, pois antes era saudável, forte e alegre”.¹⁰¹¹ Da mesma forma, o filho de Benno Von Müllen referiu que a prisão, a vergonha de ser apontado como comunista e subversivo fez com que seu pai se afastasse da sociedade, ficando depressivo, e, para ele, “isto levou-o à morte”.¹⁰¹² E, conforme depoimento da filha de Benno Bommer, que faleceu em 1966, “a nossa família leva como a causa da morte de meu pai essa prisão”.¹⁰¹³

Além dos dois casos de tentativa de suicídio já referidas, foram apontadas quatro mortes por suicídio, ao que os familiares entendem ter sido em decorrência das torturas e da discriminação sofrida após a saída da prisão. O filho de Euclides Vescovi narrou que

¹⁰⁰⁷ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010. p. 300.

¹⁰⁰⁸ Jofre Lourau. 30/07/1998. In: Leopoldo Chiapetti. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰⁰⁹ Edemar Oltramari. 22/05/1998. In: Danilo Oltramari. Processo Administrativo/Indenização 4098-1200/98-1. CEI/APERS.

¹⁰¹⁰ Mara Regina Lobo da Rocha. 09/06/2004. In: Pedro Luiz Cunha Lobo. Processo Administrativo/Indenização 1985-1200/02/9. CEI/APERS.

¹⁰¹¹ Nara Lúcia Dal Prá Corrêa, Marcia Maria Dal Prá, Verônica C. Dal Prá. 20/07/1998. In: Guerino Dal Prá. Processo Administrativo/indenização 6027-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰¹² Orlando Menno Von Müllen. 14/08/1998. In: Benno Von Müllen. Processo Administrativo/Indenização 6518-1200/98-2. CEI/APERS.

¹⁰¹³ Benno Bohmer. Processo Administrativo Indenização 6227-1200/98-7. CEI/APERS.

[Seu pai] passou a ter insônia e precisava levantar toda a noite para fumar, a vida foi muito difícil depois que meu pai saiu da cadeia, era tido como um bandido, se tornou uma pessoa agitada, depressiva e essa intranquilidade que sempre viveu o levou ao suicídio. Isso foi muito doloroso para nossa família.¹⁰¹⁴

O suicídio para acabar com o sofrimento também foi narrado pela viúva de Danilo Meris Escorteganha, que “após sua soltura entrou em depressão e nunca mais foi o mesmo, tendo ficado com dificuldades em se comunicar, e que para encerrar, acabou indo ao suicídio”.¹⁰¹⁵ Do mesmo modo procedeu Adão Luiz dos Santos, que, conforme o depoimento de sua esposa, ele “após estes episódios, vagava pela noite, sempre imaginando estar preso, falava sozinho e somente queria ficar só. Passava semanas trancado no galpão sem comida, somente olhando tudo. Dizia, o delegado vai vir hoje me buscar”.¹⁰¹⁶ Suicidou-se em 1975.

Morte não explicada foi informada em três processos. É o caso de Aramy de Maio Cabrera, que, segundo depoimento de sua irmã, ele mudou-se para São Paulo, onde continuou sendo perseguido e foi encontrado morto, sendo que, para ela, sua morte não foi devidamente esclarecida.¹⁰¹⁷ Outro caso é o de Otávio Inacio Cortes, que sofria ameaças e foi morto a tiros em frente à sua casa.¹⁰¹⁸ Sadi Marquezin testemunhou que tais ameaças começaram após seu envolvimento com a organização dos Grupos de Onze.¹⁰¹⁹

Porém, além desses casos, há as mortes em decorrência da depressão e/ou do agravamento das doenças físicas em decorrência dela. Em setenta processos, os familiares afirmam que a morte do requerente à indenização é consequência da prisão, da tortura e/ou maus tratos e das sequelas que ficaram a partir destas. Cita-se como exemplo o caso de Camilo Antonio Azevedo, que pelo depoimento de sua esposa ele ficou “acamado, abatido e aborrecido vindo a morrer até de desgosto pela privação da liberdade, das perseguições, das injúrias, pela vergonha, em 11 de

¹⁰¹⁴ José Carlos Vescovi. 24/07/2002. In: Euclides Vescovi. Processo Administrativo/Indenização 2568-1200/02-8. CEI/APERS.

¹⁰¹⁵ Maria Emilia Escorteganha. 18/08/1998. In: Danilo Meris Escorteganha. Processo Administrativo/Indenização 6401-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰¹⁶ Olga Soares dos Santos. 26/10/2002. Processo Administrativo/Indenização 2858-1200/02-0. O processo do marido de Olga Soares dos Santos não está computado nos 440 analisados porque no momento da seleção dos processos não foi localizado nenhuma referência aos Grupos de Onze. Porém, o argumento da advogada que representa os processos de Tuparendi informa que “Adão Luiz dos Santos [outros nomes] eram alguns dos principais líderes” dos Grupos de Onze formados na comunidade de Cerro Alto.

¹⁰¹⁷ Francisca Menetina Cabreira Flores. 23/09/2002. In: Aramy de Maio Cabrera Processo Administrativo/Indenização 2809-1200/02-4. CEI/APERS.

¹⁰¹⁸ Jaci Schneider Cortes. 24/09/1998. In: Otávio Inacio Cortes. Processo Administrativo/Indenização 6836-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰¹⁹ Sadi Marquezin. 10/10/1998. . In: Otávio Inacio Cortes. Processo Administrativo/Indenização 6836-1200/98-5. CEI/APERS.

março de 1969”¹⁰²⁰. Da mesma forma, os familiares de José Lagranha atribuem a morte dele, em abril de 1971, à doença pulmonar adquirida na prisão e ao desânimo (depressão) que se abateu sobre ele: “depois de agoniar por mais de sete anos, meu pai veio a falecer daquele mal”.¹⁰²¹

Ainda, citamos o caso de Zelmo Bosa, desaparecido. Organizador de Ligas Camponesas e de Grupos de Onze, liderança na luta pela reforma agrária, sendo que a ele eram atribuídas algumas invasões de terras, Zelmo Bosa teve várias prisões e era constantemente perseguido. Cleto dos Santos, seu companheiro político e amigo narrou que: “Zelmo foi preso e perseguido por muitos anos, até que desapareceu sem deixar rastro, acredito que foi assassinado pela repressão, pois além de líder atuante era homem de coragem e não tinha medo de defender suas ideias e convicções.”¹⁰²² Conforme Marja de Fátima Bosa, sua filha:

O último grande cerco feito em nossa casa foi no ano de 1976, quando ele recebeu um recado anotado numa carteira de cigarros para que fugisse, e foi o que fez, na noite ele fugiu, dizendo que iria se esconder numa serra próxima, na localidade de Passo do Lobo, soubemos dias depois que houve um grande cerco e tiroteio, meu pai nunca mais apareceu, não sei se foi morto no local e jogado numa cascata de difícil acesso, ou se foi levado e depois morto pela polícia.¹⁰²³

Cleto dos Santos, junto com João Maria Antunes procuraram por ele nas delegacias de polícia e no Instituto Médico Legal (IML), mas não encontraram qualquer vestígio dele, vivo ou morto. Conforme Ana Carneiro e Marta Ciocari, “a própria imprecisão e fragmentação das pistas caracteriza boa parte dos desaparecimentos e assassinados praticados durante o regime militar”.¹⁰²⁴

6.2.7 Imobilismo político

Para Horácio Riquelme, o interesse de fundo do terrorismo de estado é a “formação de indivíduos passivos, submissos, privados de opinião e atitude próprias frente ao mundo que os rodeia”.¹⁰²⁵ A desmobilização dos Grupos de Onze Companheiros foi imediata e o medo de se ver envolvido em prisão, de ser torturado pairou no ar, permanecendo como uma ameaça

¹⁰²⁰ Maria Soares da Costa. 14/07/1998. In: Camilo Antonio Azevedo. Processo Administrativo/Indenização 2495-1200/98-1. CEI/APERS.

¹⁰²¹ João Clóvis Lagranha. 15/07/1998. In: José Lagranha. Processo Administrativo/Indenização 5517-1200/98-2. CEI/APERS.

¹⁰²² Cleto dos Santos. 05/08/1998. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰²³ Marja de Fátima Bosa. 23/08/1998. In: Zelmo Bosa. Processo Administrativo/Indenização 6606-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰²⁴ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Op. cit., p. 319.

¹⁰²⁵ RIQUELME, Horácio. Op. cit., p. 15.

constante a toda a comunidade. Participar ou liderar novos movimentos estava fora de questão, até porque, a presença de Leonel Brizola no Uruguai e uma possível mobilização contra a ditadura, impunha maior vigilância sobre seus simpatizantes.

Agripio Pinheiro de Oliveira relatou em seu processo que passou a ter “medo de ser cidadão”, pois em razão das ameaças sofridas e da determinação do Exército de que por dez anos deveria manter a “boca fechada” impediu-o de participar de qualquer entidade organizada, acabando com suas aspirações políticas. Agripio revelou que, a partir daí, ficou com sentimento de descrença na Justiça e nas Instituições.¹⁰²⁶ Arcindo Chiapetti, que testemunhou a prisão de amigos e familiares em Mariano Moro/Erechim, afirmou em seu depoimento que “ainda hoje alguns tem medo quando se fala sobre o assunto. Aqueles que eram crianças na época, quando se fala em aglomerado de militares, ficam arrepiados, pois os fatos foram tão marcantes que o pavor toma conta”.¹⁰²⁷

Conforme depoimento de seu filho, Universina Azambuja de Souza “praticamente isolou-se de todos, não quis mais participar de reuniões, onde tinha grupo de pessoas ela não chegava. Polícia e delegado Bohrer ela tremia de medo”.¹⁰²⁸ De líderes atuantes na comunidade tornaram-se indivíduos passivos e avessos à participação política, conforme depoimento de Alexandre Federle Marcon: “Até hoje, mesmo tendo cessado a perseguição militar, o requerente continua com medo de manifestar publicamente seus sentimentos políticos, tendo se transformado em pessoa reprimida e fechada”.¹⁰²⁹ A esposa de Dileto Pavan, relatou que

Meu esposo, até então um grande líder comunitário, sempre ligado de forma especial aos pequenos agricultores, abandonou suas lutas pela descrença num futuro mais promissor. Suas expectativas de vida foram jogadas no lixo, sua autoestima, seu amor próprio, tudo o que ele mais presava em si mesmo lhe fora tomado quando daquela prisão. Seu destino havia mudado naquele momento.¹⁰³⁰

A esposa de José Xavier Teixeira relatou que ele ficou “uma pessoa insegura e traumatizada com a prisão. Seu comportamento mudou, refletindo no seu relacionamento com a

¹⁰²⁶ Agripio Pinheiro de Oliveira. 27/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 6718-1200-/98-9. CEI/APERS.

¹⁰²⁷ Arcindo Chiapetti. 14/04/1998. In: Adão Barato. Processo Administrativo Indenização 5853-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰²⁸ Selomar de Souza. 24/09/2002. In: Universina Azambuja de Souza. Processos Indenizados – 2878-1200/02-4. CEI/APERS.

¹⁰²⁹ Alexandre Federle Marcon. 13/07/1998. Processo Administrativo/Indenização 5276-1200/98-6. CEI/APERS.

¹⁰³⁰ Zenaide Regina Pavan. 13/08/1998. In: Dileto Pavan. Processo Administrativo/Indenização 6382-1200/98-2. CEI/APERS.

família. Passou a ser introspectivo e a não mais querer se envolver com nada politicamente.”¹⁰³¹ O envolvimento com os Grupos de Onze foi traumático e resultou em medo e passividade. Erotildes Oliari afirmou que era criança na época, mas lembrava de seu pai, Desidério Oliari recomendando que “nenhum filho seu se envolvesse com nada que pudesse levá-los um dia para a prisão, porque ele passou muitas humilhações e muitas vezes apanhou da polícia quando era obrigado a se apresentar semanalmente em São Valentim.”¹⁰³²

A desilusão, o medo, a descrença em lideranças e em utopias resultou em imobilismo político, que afetou não apenas a geração de nacionalistas, brizolistas e membros dos Grupos de Onze do início dos anos 60, mas também seus filhos que, além de ter visto e vivido a desgraça familiar, ainda foram desencorajados pelos pais a participarem de qualquer tipo de movimento. Ademais, o Regime de Segurança Nacional implantado durou até 1985, sendo que muitos cresceram com chances de participação política muito limitada, que somados aos efeitos da pedagogia do medo, resultaram em descrença nas instituições, em lideranças e na própria capacidade de mobilização.

6.3 AS VIVÊNCIAS DE CADA UM

Toda a comunidade ao entorno do perseguido político foi afetada, conforme já dito, pois as medidas de punição e amedrontamento, espalharam o temor e isolaram as pessoas que, conscientes ou não, militavam nos Grupos de Onze. Porém, os familiares foram atingidos diretamente, vivendo uma situação de anomia que perdurou para muito além da prisão em 1964/1965. Esses eventos foram vivenciados de formas diferentes, conforme o lugar ocupado no espaço familiar, bem como as representações criadas sobre eles. Os relatos feitos à Comissão de Especial de Indenização, conforme já observado por Danyelle Nilin Gonçalves, se caracterizam por um teor emocional muito forte, sendo que a estrutura e a linguagem usadas são livres e que o lugar ocupado na família foram decisivos na forma como eles vivenciaram e contaram os fatos vividos. Segundo a autora, que analisou os processos impetrados à Comissão de Indenização, no Ceará,

nos relatos feitos pelos familiares, a vida do sujeito é recontada, sem atribuir grande relevância à militância (em muitos casos ela é negada, mesmo em casos notórios) e há um conteúdo que se centra nas perdas, principalmente nas familiares, afetivas e profissionais. Assim, é recontada a história do pai ou do marido preso e torturado, o

¹⁰³¹ Zenaide T. T. Müller. 28/08/1998. In: José Xavier Teixeira. Processo Administrativo/Indenização 7114-1200/98-6. CEI/APERS.

¹⁰³² Erotildes Oliari. 04/05/1998. In: Desidério Oliari. Processo Administrativo/Indenização 5800-1200/98-6. CEI/APERS.

cotidiano antes e posterior à prisão é descrito, características pessoais são ressaltadas e como se buscou reconstruir a vida após a perseguição.¹⁰³³

Esse centramento nas perdas também é observado nos relatos dos processos de pedido de indenização estudados nesta tese. A inocência do perseguido político e envolvido com os Grupos de Onze é salientada na maioria das vezes e quando é admitida a participação nos grupos, é para o apoio às reformas de base, especialmente para a reforma agrária. Assim, além de o requerente à indenização por perseguição política ser preso injustamente, sua família, mais inocente ainda, foi atingida pela dura repressão.

6.3.1 Pai de família e perseguido político

Danyelle Nilin Gonçalves informa que “os relatos do próprio perseguido político são testemunhos de alguém que vivenciou completamente na pele o sofrimento e, que por isso, mais do que ninguém, tem o respaldo para falar e ser ouvido”.¹⁰³⁴ É uma análise do passado feita após muitos anos, cujo o sofrimento aparece como ponto central. Neste item, o foco vai para o perseguido político como pai de família e esposo, que além do sofrimento pessoal, tem de assistir e aguentar as consequências que sua militância política teve para sua família, especialmente para seus filhos. O lugar de pai, que deve alimentar e proteger sua prole e ensinar-lhes o que é correto foi maculado. A vergonha e o constrangimento que passaram tornou-se maior pela vergonha dos filhos. Nos relatos, os traumas sofridos pelos filhos e esposas também se tornaram fardos pesados que vieram sobrecarregá-los no decorrer da existência.

Ernesto Comelatte relatou como uma grande dificuldade a ser enfrentada era o fato de sua filha mais velha, que tinha dez anos, viver complexada pela presença constante dos militares em sua casa”.¹⁰³⁵ Pedro Soave de Almeida narrou que, pela acusação de que ele era comunista e subversivo, seus filhos não tiveram mais ambiente para estudar nos colégios de Humaitá, tendo de ser transferidos para municípios vizinhos. Ainda, não puderam fazer a Primeira Comunhão porque foram impedidos de frequentar a catequese.¹⁰³⁶ Argemiro Pereira da Silva revelou que,

¹⁰³³ GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia...*, p. 73.

¹⁰³⁴ GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: o processo de indenização às vítimas das ditaduras militares no Brasil e na Argentina: pagar apaga o passado?*, 2005. p. 11. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: 13/11/2016.

¹⁰³⁵ Ernesto Comelatte. 26/05/1998. Processo Administrativo/Indenização 4892-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰³⁶ Pedro Soave de Almeida. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6492-1200/98-2. CEI/APERS.

na ocasião em que sua casa foi revistada, sua filha, então com 14 anos “ficou muito abalada e, até os dias de hoje, vive sob tratamento psiquiátrico”¹⁰³⁷.

Jofre Lourau, que ficou preso mais de seis meses, relatou, “quando voltei da prisão, uma filha minha com pouco mais de um ano, [...] chorava e gritava que não queria vir no colo do pai, pois para ela era um estranho que não conhecia, coisa triste e horrível para um pai que não era culpado[...]”. Sua esposa e filhas, ainda crianças, eram taxadas de mulher e filhas de comunista, o que elas não entendiam, não sabiam o que isso significava.¹⁰³⁸

O inusitado da situação e a truculência policial atingiam a família toda do envolvido com os Grupos de Onze, causando traumas e sequelas psicológicas nas esposas e filhos. Hugo Barberini relatou que sua família ficou apavorada com a revista em sua casa e sua prisão, sendo que, sua esposa teve uma crise de pânico e passou a sofrer de doença mental, tornando-se uma pessoa dependente. “Meus filhos, ainda adolescentes, tiveram de procurar outra cidade, junto com o tio deles [meu irmão] para começarem a ganhar a vida”, pois foi demitido do correio e passou por uma fase de miséria, dependendo da caridade dos outros para sobreviver, pois tinha de cuidar da esposa doente e de um filho de apenas dois anos.¹⁰³⁹

No relato de Artemio Mocelin, o desgosto pela mudança para outro estado, causada pela perda de trabalho e condições de sustentar a família, pela discriminação e humilhações que todos sofriam:

No ano de 1964, durante a ditadura militar, surgiu o Grupo dos Onze, na cidade de Mariano Moro – RS, este grupo nasceu através de uma lista assinada por onze pessoas da região, a qual davam apoio ao governo de Leonel Brizola, [...] nesta época trabalhava como carpinteiro, construía casas, morava em Mariano Moro, com minha esposa e três filhos, tinha uma boa casa, muito trabalho, pois era conhecido na região, levávamos uma vida simples mas nunca nos faltara o pão.[...] fui preso na presença dos meus filhos e esposa, os quais ficaram apavorados, permaneci na prisão em Erechim – RS, por 8 dias. [...] Quando retornei ao convívio de meus familiares, sofri muito, pois não podia deixar de lembrar as humilhações sofridas, o rosto angustiado de minha esposa, o medo de meus filhos, as humilhações que as crianças sofriam, eu não tinha mais trabalho, pois as pessoas tinham medo de se envolver com comunistas, e com isso fossem perseguidos. Desta forma fomos obrigados a sairmos do Rio Grande, terra onde nascemos e fomos criados, tive que vender minha casa para poder comer, alimentar meus filhos, mudamos pra o Paraná, sem nada, não conseguia trabalho, pois ninguém conhecia meu trabalho e na construção, todos preferiam as pessoas conhecidas, assim tive junto com minha esposa recomeçar nossas vidas, no início passamos dificuldades e graças a caridade de outras pessoas alimentávamos nossos filhos.¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁷ Argemiro Pereira da Silva. 29/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6729-1200/98-3. CEI/APERS.

¹⁰³⁸ Jofre Lourau. 27/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 4728-1200/98-6. CEI/APERS.

¹⁰³⁹ Hugo Barberini. 13/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6585-1200/98-7. CEI/APERS.

¹⁰⁴⁰ Artemio Mocelin. 14/05/1998. Processo administrativo/Indenização 6068-1200/98-0. CEI/APERS.

Artemio revela um saudosismo da vida que tinham antes da prisão, que foi abruptamente modificada por ter sido considerado subversivo.

Hoje penso que se não tivesse sido preso ainda estaria morando em Mariano Moro, estaríamos financeiramente bem melhores do que hoje, pois na época já éramos conhecidos pelo nosso trabalho, não teríamos que ter começado tudo de novo, e ainda todo o sofrimento e medo que passamos.¹⁰⁴¹

Vitorino Peccini, perdeu um filho de seis meses de vida. A criança tinha nascido com alguns problemas de saúde e sua esposa, devido à ausência dele, que ficou preso por um período de cinco meses, não conseguiu bancar com os tratamentos médicos necessários e o bebê veio a falecer.¹⁰⁴²

No depoimento de Valdir José Tronco Crauss, a vergonha e a culpa pelos transtornos causados aos familiares.

Sofri muita humilhação e como consequência perdi o cargo de Secretário da câmara de Vereadores e fui despedido do emprego, pois ninguém mais queria ver um presidiário por perto. Fiquei desempregado, desacreditado e humilhado a tal ponto, que após gastar minhas poucas economias no sustento da família, fui morar de favores com meus sogros na localidade de Dona Francisca, sem conseguir emprego lá também, pois sabiam ser eu um ex-presos político e com suspeita de que eu seria comunista como haviam pregado. Somente consegui serviço após algum tempo, em Porto Alegre, onde me estabeleci com um escritório de representações, tendo antes tentado trabalhar em várias firmas como contador sem sucesso pois quando em conversas ou por informações, tomavam conhecimento de que eu havia sido preso, tratavam de me mandar embora. Fiquei tão traumatizado com o que ocorreu em minha vida, que nunca mais consegui me firmar em lugar algum, já andei por Esteio, Canoas, Porto Alegre, Arvorezinha, Palmeira das Missões, Júlio de Castilhos, São João do Polesine, Santa Maria, São Gabriel, Dona Francisca, e agora em Cerro Largo, mas nunca consegui me firma em lugar algum, pois quando começo a ficar conhecido no lugar, tenho a sensação de que as pessoas me olham me condenando por ser ex-presos político e trato de sair em busca de lugar desconhecido, prejudicando com isso, minha própria família, pois nunca mais tive tranquilidade, *nunca mais consegui esquecer os momentos de humilhação pública que passei e sempre senti vergonha de meus filhos, sempre com medo que eles me acusem de ter sido preso*. Minha mãe, que tudo acompanhou, nunca mais foi uma mulher alegre como antes, pois como sempre foi conservadora e católica, sentia-se muito envergonhada de ter visto os filhos serem acusados e presos como comunistas e com o desaparecimento da alegria de seu rosto, surgiu a depressão, a neurose e acabou falecendo. Eu, com todo meu sofrimento, tenho a certeza que minha vida valeu até maio de 1964, pois após isso, apenas procurei passar os dias, tentando dar à minha família o que nunca consegui, um lar tranquilo e seguro.¹⁰⁴³

As consequências da prisão para seus familiares, principalmente para seus filhos são ressaltadas nas narrativas, demonstrando uma preocupação com os membros familiares maior do

¹⁰⁴¹ Artemio Mocelin. 14/05/1998. Processo administrativo/Indenização 6068-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰⁴² Vitorino Peccini. 08/04/1998. Processo Administrativo/Indenização 3269-1200/98-8. CEI/APERS.

¹⁰⁴³ Valdir José Tronco Crauss. s/d/. Processo Administrativo/Indenização 6037-1200/98-2. CEI/APERS.

que consigo mesmo. Os danos financeiros, as constantes mudanças, a discriminação e chacotas a que os filhos foram submetidos são relatadas com tristeza e sofrimento. Em alguns casos, a culpa também se fez presente nas narrativas, pois haviam sido os causadores, mesmo que involuntariamente, do sofrimento que atingiu a todos. A prisão e/ou as humilhações públicas terem sido presenciada pelos filhos gerou conflitos internos tanto nos filhos como nos pais, pois isso é relacionado com bandidos, não estava de acordo com os valores que eram repassados pelos próprios pais. A preocupação com o sustento da família é recorrente nos relatos, pois era o papel do pai prover o sustento e o fato de não conseguirem mais ou de não conseguirem como antes é referido com sofrimento. O sentimento de injustiça com a prisão e torturas e/ou humilhações aparecem em todos os processos. Mesmo quando o perseguido político assume a participação ou liderança nos Grupos de Onze, em nenhum depoimento há menção de alguma ação que pudesse justificar o sofrimento pelo qual estavam passando, como se pode ver no depoimento de Jofre Lourau, preso por mais de seis meses: “um pai que não era culpado”. Os casos em que o perseguido político não assume sua participação nos grupos, pois foi “acusado injustamente”, mais ainda esse sofrimento é ressaltado, como observa-se no relato de Valdir José Tronco Crauss: “pois sempre tive às minhas costas a sombra de uma acusação infundada, uma acusação incabível, uma prisão injusta, um sofrimento e humilhação que jamais consegui esquecer”¹⁰⁴⁴.

6.3.2 Esposa de envolvido com os Grupos de Onze

Nos relatos das esposas, que aparecem nos processos quando o perseguido político já é falecido, a prisão é vista como o início de um tormento, que não acabou com a soltura e retorno do esposo ao convívio familiar. A situação antes conhecida e estável fora rompida, sendo que os transtornos decorrentes dessa prisão atingiram todo o núcleo familiar e irradiou-se aos parentes, aos amigos e à comunidade a que pertenciam. Os relatos das esposas são mais ricos em detalhes e carregados de sentimentos. Elas sofreram pelos maridos e pelos filhos, porém se tornaram fortalezas para evitar o desmoronamento familiar e assumiram a carga de manter a família unida e dar uma normalidade à vida que se seguiu após a prisão dos envolvidos com os Grupos de Onze. Até mesmo prover o sustento enquanto o marido não tinha condições de assumir, ou quando por doença ou morte veio a faltar completamente. “Enquanto tive forças físicas, trabalhei no armazém para dar de comer à família e pagar o tratamento dele. Depois, quando não tive mais

¹⁰⁴⁴ Valdir José Tronco Crauss. s/d. Processo Administrativo/Indenização 6037-1200/98-2. CEI/APERS.

condições, em função de doenças que também me acometiam, aluguei o armazém”¹⁰⁴⁵, relatou a esposa de Espiridião Rolim de Azambuja. Quando o marido faleceu, em 1980, ela derrubou a casa velha porque “trazia à lembrança uma profunda angústia, de muitos anos de sofrimento – para sepultar tudo, inclusive o passado”¹⁰⁴⁶.

A angústia da espera, a dor pelo sofrimento do esposo e dos filhos e a crença na injustiça da prisão são evidentes no relato de Idalina da Silva Rosa, esposa de Astherico Garcia da Rosa:

[...] Ficamos todos ali desesperados, apavorados e chorando, sem saber onde o pai e esposo foi levado e o que aconteceria com ele, se voltaria com vida ou não, já que os policiais ali mesmo já o chamaram de subversivo e o colocaram a força dentro da viatura. [...] Sem saber o que fazer, a solução foi a longa e angustiante espera durante a noite em que passamos em claro, rezando pela volta do esposo, pois a cada minuto o desespero e a dor aumentavam. [...] O sofrimento é inexplicável, a dor e a revolta do meu esposo estava refletida em mim e nos meus filhos, pois só pelo fato de ficar preso impressiona, causa transtorno e deixam sequelas, que serviam, e até hoje serve de motivo de chacota. Afirmo com certeza que meu marido não foi mais o mesmo depois da prisão, sempre tinha um ar de tristeza na sua expressão, ficou extremamente nervoso justamente em decorrência de uma prisão injusta.¹⁰⁴⁷

Os dias em que o marido esteve preso ficaram marcados na memória de Oricema Oregão Azambuja pela incerteza e pelo medo que ela e os filhos passaram:

Na Delegacia de Polícia não nos diziam quando eles seriam libertados. Somente diziam que eles foram para Porto Alegre apenas para dar depoimento e que retornariam em breve. Os dias foram passando e nada de notícia. Então, como tinha uma irmã de Espiridião em Porto Alegre, escrevi a ela e pedi para que o procurasse no DOPS. Muito tempo depois recebi um bilhete dele escrito em um papel de cigarro, onde dizia que estava bem e mandava lembranças para as crianças. Sei que a letra dele não era muito boa, mas notei que naquele bilhete algo dizia mais. Na letra tremida dizia o sofrimento por que passava. A dor física e psicológica da tortura e a saudade pela distância forçada dos seus entes amados. *E Porto Alegre, aquela cidade tão distante, tão grande, tão fria, tão triste, que obrigava o meu homem a ficar tão longe de mim. Tão longe dos seus filhos. O Luiz perguntava toda noite pelo pai e eu não sabia o que dizer. Foram dias infinitos de choro e solidão, de medo e tristeza, mas principalmente de incerteza.* Com o açougue fechado, tive de dar toda a carne para a vizinhança antes que estragasse. Também diversas famílias já passavam fome. Dividíamos o pouco que se tinha.¹⁰⁴⁸ (grifos nossos)

Mari Sandra Medeiros da Silva relatou a situação enfrentada pela família, pois após a demissão e mudança de residência de Cruz Alta para Porto Alegre, os problemas se agravaram,

¹⁰⁴⁵ Oricema Obregão Azambuja. 01/08/1998. In: Espiridião Rolim Azambuja. Processo 6315-1200/98-8. CEI/APERS.

¹⁰⁴⁶ Idem.

¹⁰⁴⁷ Idalina da Silva Rosa. 30/06/1998. In: Astherico Garcia da Rosa. Processo Administrativo/Indenização 2487-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰⁴⁸ Oricema Oregão Azambuja. 01/08/1998. In: Espiridião Rolim Azambuja. Processo Administrativo/Indenização 6315-1200/98-8. CEI/APERS.

pois seu marido passou a apresentar “problemas psíquicos, alcoolismo, violência, agressividade, abandono do lar por várias vezes, dificuldades em manter-se no emprego e por consequência disso, a família passava necessidades, tendo que depender de parentes e vizinhos para manter-se”.¹⁰⁴⁹

Muitas mulheres se encontravam grávidas e/ou com filhos pequenos e tiveram de assumir a tarefa do sustento da família, em alguns casos, por longos anos, como é o caso de Vitória Assmann:

Um dia, Arquimino foi chamado à Delegacia de Polícia de Gaurama, onde foi detido e trazido ao presídio de Erechim. De sua casa, os filhos pequenos viram quando o pai passou pela estrada e nem sequer dirigiu-lhes a palavra. Eles correram contar para a mãe, grávida, que ficou à sua espera, sem saber se ele voltaria um dia [...]. Depois ele foi internado no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre. Durante os seis meses que ficou lá, sua esposa, Vitória, teve de vender as cabeças de suínos para sustentar os filhos. Ela lavava roupa para fora e ainda trabalhava na roça, teve de sustentar os filhos sozinha.¹⁰⁵⁰

Vitória Assmann ficou, na época, com oito filhos menores, inclusive, como consta no depoimento, dois filhos têm problemas psíquicos decorrentes dos traumas da época e, como o marido não trabalhava, as dificuldades de sustento foram enormes.¹⁰⁵¹ Arquimino Assmann ficou quase oito anos sem trabalhar em virtude das sequelas ocasionadas pela prisão, não voltando a ter uma vida e convivência normais até sua morte, em 1979.¹⁰⁵²

Júlia Gessi Maria, esposa de Brandão Antônio Maria, agricultor da localidade de Herval Grande, no município Humaitá, declarou que, ao revistarem sua casa, os soldados da Brigada Militar também quebraram objetos pessoais e utensílios domésticos, além de espancaram seu marido na presença dos filhos e empregados. Grávida de três meses, pelo choque e desgosto, teve um aborto.¹⁰⁵³

A impossibilidade de atender ao comércio que possuíam, dar conta das lidas rurais, atender os filhos e ainda dispensar atenção constante ao esposo, fez com que a viúva de José Genésio Camacho tivesse de vender o gado que possuíam para se alimentar. Por medo, mudaram para o município de Jaguarão, onde Maria Oliveira Camacho “fazia doces para vender e costurava, tentando sustentar a família”. Pelas dificuldades financeiras, retornaram a Pinheiro Machado, venderam a propriedade, o que lhes garantiu sustento por mais um certo período. Ela,

¹⁰⁴⁹ Mari Sandra Medeiros da Silva. 28/08/1998. In. Gabriel de Oliveira Medeiros. Processo 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰⁵⁰ Ex-presos políticos pedem indenização. *Diário da Manhã*, 22 e 23 ago. 1998. p. 13.

¹⁰⁵¹ Vitória Assmann. 20/08/1998. Processo Administrativo/Indenização 6570-1200/981. CEI/APERS.

¹⁰⁵² Viúva de preso político recebe indenização. *A Voz da Serra*, 27 maio 1999. p. 9.

¹⁰⁵³ Brandão Antonio Maria. Processo Administrativo/Indenização 6818-1200/98-7. CEI/APERS.

em seu depoimento, evidenciou a situação de miserabilidade a que ficaram expostos, além da “degradação que levaram meu falecido esposo, que de homem do campo ágil, forte e disposto, foi levado a uma condição de quase vegetatividade, sendo que não mais trabalhou ou produziu alguma coisa, muito menos carinho para sua família”, sendo que foram privados do marido e pai de família que até então conheciam.¹⁰⁵⁴

Nelcy Nelga Bender Stein relatou à Comissão Especial de Indenização que,

após o período de prisão, o que ficou foram pesadelos para ele e os familiares, pois o marido e pai ficara transtornado, não sendo mais a mesma pessoa; por muito tempo ficou indiferente para com todos, sofrendo silenciosamente, a depressão o levou, muitas vezes, a usar bebidas alcoólicas, o que antes não acontecia. Foi um atraso em nossa vida; esse fato contribuiu muito para que mais tarde tivéssemos que vender a nossa casa onde morávamos.¹⁰⁵⁵

Muitas foram as famílias que, de uma situação econômica razoável, viram-se numa situação de miséria. À vergonha e à discriminação sofrida se somavam as dificuldades do sustento dos filhos. Os relatos demonstram que a preocupação com o sustento da família foi assumida pelas esposas. Se o marido não estava em condições de prover a casa, cabia às mulheres arrumar uma solução. As estratégias femininas de sobrevivência incluíam pedidos de ajuda a amigos e parentes, assumir o trabalho duro da lavoura, lavar roupa para fora, conseguir um trabalho, vender a propriedade..., tudo concomitante com o cuidado ao marido doente e aos filhos menores. A narrativa de Zenaide Casanova, viúva de Eugenio Casanova, comerciante de Sertão expôs que “a prisão foi um grande choque para toda a família, ficamos desmoralizados”. Zenaide explicou que tiveram de fechar o estabelecimento por falta de clientes, que se afastaram por medo. O marido voltou doente da prisão e tinha de se tratar apenas com chás feitos por ela pois “não tínhamos dinheiro para remédios, não tínhamos dinheiro para nada. Lembro das vezes, que só tínhamos dois ovos para almoço, e tínhamos que dividir em sete pessoas”. O preconceito e a discriminação que sofreram é ressaltado, bem como a situação de isolamento, tanto da sua família como as dos outros presos, sendo que “não podíamos nos apoiar uma nas outras, pois poderiam achar que esta ajuda seria algo diferente”. As crianças sofriam preconceito na escola, e com o marido doente, sem poder trabalhar, sem conseguir outro emprego pela discriminação, ela e as crianças tiveram de trabalhar, empalhando cadeiras para sobreviver.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁴ Maria Oliveira Camacho. 09/09/2002. In: José Genesio Camacho. Processo Administrativo/Indenização 2824-1200/02-4. CEI/APERS.

¹⁰⁵⁵ Nelcy Nelga Bender Stein. 07/1998. In: José Luiz Stein. Processo Administrativo/indenização 4051-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰⁵⁶ Zenaide Casanova. 20/09/2002. In: Eugenio Casanova. Processo Administrativo/Indenização 2996-1200/02-0. CEI/APERS.

Teresa Chiapetti, viúva de Leopoldo Chiapetti, chefe de um Grupo de Onze em Mariano Moro, município de Erechim, relatou a dramática situação vivenciada por sua família após o falecimento de Leopoldo, em maio de 1965:

Fiquei viúva, com dez filhos, sendo três menores, minha filha de sete anos na época, teve sérios problemas, não aceitando a prisão do pai, nem tampouco sua morte. Durante o período que ficou hospitalizado, vendi nossa propriedade, pois precisava de dinheiro para dar de comer aos meus filhos, pagar tratamento médico para minha filha e ainda as despesas hospitalares de meu esposo, não tive ajuda de ninguém, pois todos temiam se aproximar de nossa família, alguns com medo de represália, outros porque éramos COMUNISTAS, meus filhos eram humilhados, desprezados, ninguém lhes dava trabalho, em todos os lugares eram chamados de COMUNISTAS.¹⁰⁵⁷ (grifos do documento)

Nem todos se sensibilizavam com a situação dos familiares do envolvido com os Grupos de Onze, conforme se pode ver no relato de Teresa Chiapetti. Cecília Baccin, de Campinas do Sul narrou situação semelhante: “éramos pobres e com a prisão fiquei sem alimentos para os filhos. Tive de ir nos vizinhos para que me amparassem. Alguns me ajudaram, outros diziam que comunista tinha que morrer”.¹⁰⁵⁸

Camilo Antonio Azevedo, conforme relato de sua esposa, por ter sido preso perdeu o emprego, entrou em depressão e nunca mais pode trabalhar, ficando desempregado até morrer. Na narrativa de Maria Soares da Costa:

Eu tive que sustentar a família lavando roupa fora de casa, pedindo fiado nos mercados. Doente, o Camilo precisava de medicamentos, o que terceiros ajudavam a comprar. Meu filho diante das dificuldades teve que entrar para o mundo do trabalho cedo demais, abandonando os estudos. O fim da vida de Camilo foi sustentada com alimentos e remédios com a ajuda de terceiros, com o trabalho do menino e o meu trabalho.¹⁰⁵⁹

A condição de viúva acrescenta maior dramaticidade aos fatos, pois além de acompanhar todo o processo da prisão, o retorno ao lar com sequelas, aguentar a própria dor para dar amparo ao marido e aos filhos, ainda sobreveio a perda do ente querido. Muitas sequer contavam com as redes de solidariedade que existiam antes da prisão do companheiro, rompidas porque ficaram conhecidos pela comunidade como comunistas subversivos, como relatou Teresa Chiapetti. Os relatos das mulheres enfatizam as mudanças ocorridas com a prisão do membro do Grupo de

¹⁰⁵⁷ Teresa Chiapetti. 24/05/1998. In: Leopoldo Chiapetti. Processo Administrativo/Indenização 6066-1200/98-5. CEI/ APERS.

¹⁰⁵⁸ Cecília Baccin. 15/04/1998. In: Idalino Ambrosio Baccin. Processo Administrativo/Indenização 4610-1200/98-4. CEI/APERS.

¹⁰⁵⁹ Maria Soares da Costa. 14/06/1998. In: Camilo Antonio Azevedo. Processo Administrativo/Indenização 2495-1200/98-1. CEI/APERS.

Onze, quase sempre de desamparo e empobrecimento, o cuidado com o marido doente e o esforço para sustentar a família, que lhes caiu sobre os ombros.

6.3.3 Filho(a) de envolvido com os Grupo de Onze

A prisão do pai impactou de diversas formas a vida familiar, seja no pavor do momento, na insegurança e discriminação que vieram a seguir, nas mudanças de cidade, na perda de referências e marcas psicológicas que ficaram. Darci Baccin, que na época da prisão de seu pai, Ítalo Baccin, tinha apenas onze anos, contou que sofreu muito ao vê-lo ser preso: “[...] fiquei quase louco ao vê-los levando meu pai, todos aqueles capacetes... Comecei a chorar, fiquei desesperado. Pensei que iam matar meu pai, que ele não voltava mais. [...] fui pra cama, pra debaixo das cobertas, fiquei chorando”.¹⁰⁶⁰

Mariza Braga, filha de Eugênio Casanova, comerciante de Sertão, relatou que, por ocasião da prisão de seu pai e revista em sua casa, que ela, a mãe e irmãos presenciaram tudo “apavorados, agarrados uns aos outros, chorando sem saber o que estava acontecendo. Até mesmo os cadernos escolares das crianças foram examinados e jogados ao chão”.¹⁰⁶¹ Quando seu pai retornou, após seis dias na prisão, ela, então com dez anos de idade, “ao abraçar o pai, contava do seu caderno todo sujo, aquilo cortou o coração de seu pai, e então o homem pai de família, pai de seis filhos, chorou por horas abraçado aos filhos, dizendo que lhe compraria um outro caderno. Estava desmoralizado”.¹⁰⁶² Mariza ainda lembrou que sofria na escola porque “gozavam dela”, e que “quase todo dia voltava para casa chorando”. Depois da prisão do pai a vida não foi mais a mesma. Todos, até ela e uma irmã com oito anos tiveram de trabalhar empalhando cadeiras, pois tiveram de fechar o comércio porque eram evitados pelas pessoas e o pai não conseguia arrumar emprego.¹⁰⁶³

No relato de Clara Graça dos Santos, filha de Gentil Antonio dos Santos, de Passo Fundo, as lembranças que deixaram marcas na vida da família.

[...] Certa manhã eu vi parar em frente da casa um Rural Willis (preto e branco) da polícia civil e mais três jipes do Exército. [...] Todos tinham armas e eu e meus irmãos ficamos gritando: “não mate meu pai nem minha mãe”. Ergueram os colchões e revistaram a casa inteira. [...] A dor começou no outro dia na escola e na vila para mim

¹⁰⁶⁰ BACCIN, Darci apud BALDISSERA. Op. cit., p. 166-167.

¹⁰⁶¹ Mariza Braga. 20/09/2002. In: Eugenio Casanova. Processo Administrativo/Indenização 2996-1200/02-0. CEI/APERS.

¹⁰⁶² Mariza Braga. 20/09/2002. In: Eugenio Casanova. Processo Administrativo/Indenização 2996-1200/02-0. CEI/APERS.

¹⁰⁶³ Mariza Braga. 20/09/2002. In: Eugenio Casanova. Processo Administrativo/Indenização 2996-1200/02-0. CEI/APERS.

e para meus irmãos. Ninguém queria brincar ou ir na escola com nós. Muitos diziam: Teu pai é comunista e ladrão e minha mãe não quer que a gente brinque com vocês senão seremos presos e revistados pela polícia. Na escola Fagundes dos Reis cheguei ir para o SOE, não ia mais para o pátio do recreio, pois ninguém brincava comigo, então a diretora foi na sala de aula e explicou para os colegas para que não me discriminassem pois ela também era simpatizante do Brizola. [...] tinha 5 meninas do seu Hermer que gritavam da janela: - “Comunista e ladrão o soldado prende”.¹⁰⁶⁴

Ivar Luiz dos Santos relatou que, após seu pai e sua mãe terem sido presos junto com diversos pais de família de Tuparendi, ele e seus irmãos “corriam apavorados para se esconder” ao avistarem qualquer viatura policial ou militar.¹⁰⁶⁵

O preconceito sofrido na comunidade onde moravam e a doença do pai marcaram Celito Francisco Locateli, filho de Francisco Paulo Locateli. Ele narrou que:

Após a prisão de meu pai, passamos a viver dias horríveis, pois tínhamos de enfrentar diariamente o preconceito da sociedade e a discriminação. Na época eu tinha onze anos de idade, e muitas crianças que eu costumava brincar, foram proibidas de brincar comigo, pois eu era filho de um presidiário e comunista. Foram dias de muita tristeza e indignação, que nos marcaram para o resto da vida. Mesmo depois que meu pai foi solto, o sofrimento persistiu, pois o mesmo chegou muito fraco e doente, devido aos maus tratos que sofrera na prisão. [...] A prisão resultou além dos problemas físicos, em problemas psicológicos, pois meu pai passou a ser uma pessoa triste, abatida, não saía quase de casa e era difícil vê-lo sorrir, ele não gostava muito de falar [...].¹⁰⁶⁶

Como efeito das torturas ou maus tratos pelas quais passou, Braulino Garcia, de acordo com o depoimento de sua filha, passou a ter comportamento agressivo com a esposa e filhos, sendo que “ele não era mais o mesmo”. As sequelas psicológicas do pai deixaram traumas em toda a família. Amelia Madalena Garcia relatou que:

Tinha na época cinco para seis anos de idade e, sendo uma das crianças menores do casal, era a que recebia mais afeto, mais atenção, até aquele dia em que meu pai não voltou da viagem que fizera para a cidade. Sentindo sua falta, questionei minha mãe e ela falou que a viagem havia atrasado mas que ele voltava. Como realmente aconteceu, *porém ele não era mais o mesmo. Com o corpo, principalmente o rosto, todo machucado e o comportamento irreconhecível.* [...] Os finais de semana passaram a ser um tormento para meu pai e para nós, pois quando se deslocava para a assinatura do “ponto” ele era espancado pelos policiais que o recebiam com cacetetes. [...] Eu cresci em meio a revolta, maus tratos e agressão. Tanto eu como meus irmãos nos envolvemos muitas vezes em lutas corporais com meu pai para defender nossa mãe que era espancada por ele sob acusações de que ela era a culpada das dificuldades que a família enfrentava. Muitas foram as noites em que nós nos protegemos de sua ira em casa de parentes ou vizinhos mais próximos. [...] Quando crianças, passamos fome e frio,

¹⁰⁶⁴ Clara Graça dos Santos. 19/11/1998. In: Gentil Antônio dos Santos. Processo Administrativo/Indenização 5930-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰⁶⁵ Ivar Luiz dos Santos. 18/08/2005. In: Universina Azambuja de Souza. Processo Administrativo/Indenização 2878-1200/02-4. CEI/APERS.

¹⁰⁶⁶ Celito Francisco Locateli. 07/09/1998. In: Francisco Paulo Locateli. Processo Administrativo/Indenização 7054-1200/98-5. CEI/APERS.

embora trabalhássemos na roça desde muito cedo. Como carimbo, trago em meus membros superiores e inferiores cicatrizes causadas por ferramentas de trabalho.¹⁰⁶⁷ (grifos nossos).

A agressividade do pai também aparece no depoimento de Horacil Bones Dornelles, além da discriminação que sofriam na escola:

Após aqueles fatos, nossa vida mudou significativamente, abalou nossa credibilidade moral, ouve(sic.) isolamento familiar, os amigos se afastaram com medo de serem tachados de guerrilheiros, comunistas, assim como nós estávamos sendo vistos, nossos animais foram “roubados” naqueles dias, a plantação foi perdida pelo inço que tomou conta, o pai, passou a não sair mais de casa, inclusive bebendo muito “cachaça”, nos trancando dentro do galpão e muitas vezes nos batendo, ficou com o sistema nervoso abalado, para irmos ao colégio fomos fugidos, e lá, éramos discriminados, no recreio, ficávamos separados dos demais, enfim, um abalo moral incalculável. Após muitos anos se passarem, ainda hoje, lembro com todos os detalhes o que por muitas vezes ocorreu, espelhando um pouco da situação vivida.¹⁰⁶⁸

Mari Sandra Medeiros da Silva, filha de Gabriel de Oliveira Medeiros “Depois do que aconteceu em março de 1964, só restaram lembranças ruins, revolta, miséria, sacrifícios, sofrimentos, enfim, poucos momentos de alegria.”¹⁰⁶⁹

Esses filhos, agora adultos, guardam na memória o momento da prisão de seus pais e as angústias que a família passou por conta desse fato. Eles tiveram seus pais de volta, houve um retorno ao lar, mas a situação havia mudado. O pai que retornou estava diferente: doente, fragilizado, marcado pela tortura e humilhação e em situação de desamparo. Sobre os filhos refletiram todos os acontecimentos da prisão e pós-prisão dos envolvidos com os Grupos de Onze. Passaram a ser discriminados, pois eram considerados “filhos de comunistas”, tiveram de assumir precocemente a vida adulta, deixando a escola e tendo de trabalhar para ajudar no sustento quando o pai estava impossibilitado. Nos seus relatos, a prisão, em 1964, tornou-se um marco entre uma vida estável, boa e uma vida de dificuldades, as perdas que ocorreram a partir desse fato são acentuadas.

As narrativas dos filhos possui uma carga dramática e ressalta o trauma de ter assistido a prisão dos pais. Ainda, as sequelas apresentadas por eles no retorno da prisão são lembradas com tristeza e, nos casos em que se tornaram agressivos com a família, até com revolta.

¹⁰⁶⁷ Amelia Madalena Garcia. 15/09/2001. In: Braulino Garcia. Processo Administrativo/Indenização 2570-1200/02-8. CEI/APERS.

¹⁰⁶⁸ Horacil Bones Dornelles. 25/08/1998. In: Aureo Correa Dornelles. Processo Administrativo/Indenização 6957-1200/98-0. CEI/APERS.

¹⁰⁶⁹ Mari Sandra Medeiros da Silva. 28/08/1998. In: Gabriel de Oliveira Medeiros. Processo Administrativo/Indenização 6961-1200/98-5. CEI/APERS.

A repressão desfechada sobre os envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros teve consequências que atingiram todos ao redor dos perseguidos políticos. Presos e, em muitos casos torturados, ficaram abalados psicologicamente, tiveram doenças ou sequelas físicas e grandes perdas econômicas, fatos relatados nos depoimentos à Comissão Especial de Indenização, com o intuito de obter uma indenização em face dos danos sofridos. A violência estatal, conforme ressalta Enrique Padrós, “deixou como saldo traumas e feridas ainda não cicatrizadas, de ordem física, mental, psicológica e política, além de resíduos de uma persistente *cultura do medo*.”¹⁰⁷⁰

Em todos os 440 processos analisados neste trabalho, os relatos estabelecem uma relação entre as consequências (sequelas físicas, psicológicas, discriminação, prejuízos econômicos) com a prisão e as torturas impingidas aos membros dos Grupos de Onze ou acusados como tal. Os efeitos da violenta repressão foram sentidos por todos que estavam em torno, especialmente pelo núcleo familiar, aumentando a eficácia do terrorismo de Estado. A pedagogia do medo não demorou para produzir resultados, que foram sentidos ainda por muitos anos depois de decorridos os eventos no ano de 1964. Para Enrique Padrós, os depoimentos que constam nos processos de pedido de indenização por perseguição política, disponibilizados pela Comissão Especial de Indenização, “representam a comprovação e confirmação do que sempre foi negado pelo Estado repressor, o teor de sua responsabilidade, a violência cometida não como excesso”, como alegado e justificado pelos militares ainda em 1964 diante da quantidade de denúncias de torturas, mas revela a verdadeira política administrativa e a estrutura existente para violar os direitos humanos daqueles “considerados culpáveis ou meramente suspeitos de agressão à lógica da Doutrina de Segurança Nacional.”¹⁰⁷¹

¹⁰⁷⁰ PADRÓS, Enrique Serra. A reparação em perspectiva pedagógica: O APERS e o Catálogo Resistência em Arquivo. In: BRANDO, Nova Marques...[et.al.]. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 9-10.

¹⁰⁷¹ Idem, p. 10-11.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alvos preferenciais da Operação Limpeza no Rio Grande do Sul, os envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros foram perseguidos, presos e até mesmo torturados, tendo em vista que representavam, no momento, o *inimigo interno* a ser eliminado. Apesar dos Grupos de Onze serem um fenômeno de curta duração, pois começaram a ser organizados no final de 1963 e com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964 passaram a ser duramente reprimidos, a mobilização em torno desses grupos foi extraordinária, especialmente no Rio Grande do Sul, estado em que Leonel Brizola exercia grande influência política sobre a população.

No contexto de Guerra Fria, em que a direita conservadora apoiada pelos Estados Unidos buscava barrar o avanço esquerdista e frear a mobilização popular, a formação dos Grupos de Onze Companheiros municiou os conspiradores que visavam a deposição de João Goulart. Então, foram relacionados com grupos comunistas, subversivos, que estariam, sob a liderança de Brizola, prontos para desencadear a guerra revolucionária no país. Era papel das Forças Armadas, especialmente do Exército, barrar esse avanço e destruir esse *inimigo interno* que poderia ser o estudante, o agricultor, o líder sindical, o vizinho, o amigo, o parente ou qualquer pessoa que questionasse o sistema. De acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, todos seriam subversivos à serviço do comunismo internacional.

Desde a tentativa frustrada da Aliança Nacional Libertadora tomar o poder, em 1935, a ligação do comunismo internacional com os subversivos internos já causava temor aos militares e à sociedade em geral. A Doutrina de Segurança Nacional norte-americana e a doutrina de guerra revolucionária francesa forneciam o fundamento e as bases para a constituição da doutrina militar brasileira, pois o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, a ameaça da subversão interna e a guerra revolucionária causava temeridade aos latino americanos. No Brasil, desde 1935, os inimigos já haviam sido identificados: o interno eram os subversivos; o externo, o comunismo. Portanto, o uso da violência estatal era plenamente justificada, visto que era contra o avanço do comunismo internacional. A partir de então, a tortura contra inimigos políticos passou a ser praticada, não sendo novidade as torturas praticadas a partir de 1º de abril de 1964. Ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional norte-americana reforçou o que já era do conhecimento e prática dos militares brasileiros, referendou e aprimorou o uso da violência. Além disso, forneceu a justificativa ideológica para a tomada do poder em 1964 e para a modificação das estruturas do Estado. No clima de Guerra Fria vigente, a situação de agitação política vivida no país, o governo nacionalista e reformista de João Goulart, os movimentos

sociais em luta por direitos e melhores condições de vida, a formação de Ligas Camponesas e a organização de Grupos de Onze foram vistos como acontecimentos na prática daquilo que renunciavam a teoria da guerra revolucionária francesa e a Doutrina de Segurança Nacional americana. Então, no imaginário militar e dos grupos conservadores, a intervenção militar e a tomada do poder era vital para salvar o país do comunismo e preservar a democracia, a ordem, a moral cristã, bem como os interesses do capitalismo estadunidense. Assim sendo, o uso da terrorismo de Estado era legitimado pela urgência em purgar a sociedade dos elementos subversivos, entre os quais Leonel Brizola e seus Comandos Nacionalistas.

Além de todo o alarde feito na grande imprensa, denunciando a formação dos grupos como agrupamentos armados e agentes do comunismo, o *Livro branco sobre guerra revolucionária no Brasil*, publicados às vésperas do golpe civil-militar de 1964, objetivava esclarecer a população civil de que a guerra revolucionária já estaria em curso no Brasil, indicando os Grupos de Onze Companheiros como agentes dessa guerra. Segundo esse livro, que reproduz quase literalmente as discussões militares sobre a doutrina francesa, eles já estavam perigosamente espalhados em todas as partes do país, sendo tarefa cívica do EMFA, desencadear uma contrarrevolução salvadora e eliminar esse *inimigo interno* enquanto ainda houvesse tempo. Desse modo, imediatamente após a tomada de poder pelos militares, iniciou-se a perseguição aos membros dos Grupos de Onze Companheiros, sendo que, o aparelho repressivo do Estado, esteve presente desde o início do golpe com o propósito de destruir qualquer iminente ameaça ao sistema autoritário que se implantara no país, em todos os lugares, independentemente de serem áreas urbanas ou rurais, numa violência desproporcional ao que ele visava combater, pois não havia guerrilhas e não houve mobilizações contrárias ao regime imposto.

Com a aprovação da Lei 11.042, de 18 de novembro de 1997, em que o Estado do Rio Grande do Sul assumiu a responsabilidade pela violência estatal praticada entre 1961 e 1979 e criou a Comissão Especial de Indenização, foi possível às vítimas dessa violência entrar com processo requerendo indenização por perseguição política. Para tanto, houve a necessidade de relatar o sofrimento, de buscar testemunhas e documentos comprobatórios do que se passou na época. Assim, os processos indenizatórios, ao mesmo tempo que objetivam comprovar as perseguições sofridas para fins de recebimento de uma compensação pecuniária, também se constituem na memória desses primeiros anos da ditadura militar sob a ótica de quem sentiu na pele o quanto a ditadura foi *branda* e, que no testemunho da sua vivência, atestam que o terrorismo de Estado já era praticado desde os primeiros dias da ditadura militar. Alguns dos requerentes conseguiram anexar documentos produzidos pelos órgãos repressores, neste caso,

das SOPS do Rio Grande do Sul, que elaborados para justificar as prisões, na atualidade se tornam prova que incrimina a violência estatal.

Observa-se, nos 440 processos selecionados, a falta de uniformidade no preenchimento da *Requisição para solicitar os benefícios da Lei nº 11.042* e nos relatos dos fatos ocorridos, resultando em lacunas e não identificação de alguns dados. Apesar disso, entende-se que a partir dos dados existentes é possível estabelecer relações com o contexto da época, verificar como os envolvidos com os citados grupos vivenciaram o período pré e pós golpe civil-militar de 1964 e contribuir para o entendimento, tanto da história dos chamados Comandos Nacionalistas, como desse período da história do país. Refuta-se, assim, o esquecimento oficial ou a política de desmemória imposta, em que toda a violência desencadeada sobre líderes sindicais, estudantes, trabalhadores urbanos e rurais ficou por conta da necessidade de expurgar a sociedade dos comunistas, e, se foram praticados *excessos* foi pelo patriotismo de alguns militares. Porém, como historiadores do período já afirmaram, é através conceito de terrorismo de Estado que ações que foram tidas como *excessos de patriotismo* realizadas por alguns membros do aparelho repressivo do Estado são compreendidas como resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder, visando a formação de indivíduos submissos e passivos frente à realidade que os rodeia.

Caracteriza-se, nesta tese, a violenta repressão desfechada sobre os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul como terrorismo de Estado, pois essa repressão estava calcada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, na percepção da existência do *inimigo interno* vinculado à ameaça comunista internacional, no controle pelo terror e na disseminação de uma cultura do medo. Considera-se como agravante a ausência de guerrilhas em 1964 e que toda a violência estatal desfechada foi sobre trabalhadores que buscavam, através da mobilização política, a aprovação das reformas de base. O terrorismo de Estado atingiu notadamente as mobilizações de agricultores em prol da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, especialmente as que se vinculavam aos Grupos de Onze Companheiros.

Observou-se, nos processos analisados, uma predominância de agricultores, sendo 45% dos que entraram com o pedido de indenização. Porém, havia membros de Grupos de Onze das mais diversas profissões. Entre os trabalhadores urbanos, houve significativa participação de comerciantes, funcionários públicos, professores e pedreiros, tendo ainda envolvidos com os grupos pertencentes a outras 62 profissões, atestando que o interesse por reformas, bem como a influência de Leonel Brizola atingia amplos setores da população. Infere-se que a maioria dessas profissões são identificadas com as camadas populares e com salários menores evidenciando o

clima de mobilização popular existente no início dos anos 1960 na busca por ampliação de direitos políticos e sociais. Atenta-se para o fato de que existia, por parte de diversos setores da sociedade, uma afinidade com os projetos brizolistas, o que justifica o engajamento de homens e mulheres nesse movimento popular.

Os níveis de escolaridade na época estudada eram geralmente baixos, principalmente nas áreas do interior, de onde provêm a maioria dos pedidos de indenização. Dos processos analisados 23,6% são analfabetos, semianalfabetos ou com instrução primária, sendo que foi possível aproximar os níveis de escolaridade de apenas 30% dos processos. Mesmo que a maioria dos seguidores de Brizola fossem das camadas mais simples da população, verifica-se a presença de médicos, advogados, jornalistas, dentistas, professores, denotando que haviam pessoas da classe média, ou média alta, com maior nível de estudo, que apoiavam as reformas de base e acreditavam na mobilização política a partir dos Grupos de Onze. Porém, o baixo nível de escolaridade pode ter interferido na compreensão do momento político conturbado e das possíveis consequências da formação dos Comandos Nacionalistas.

Os organizadores de grupos, os que assinaram as listas e mesmo os que apenas alegam ter sido acusados, mas que não eram participantes, eram admiradores de Leonel Brizola, político petebista que durante sua gestão como prefeito de Porto Alegre e principalmente como governador do estado do Rio Grande do Sul, ganhou a confiança da população ao atender reivindicações como saneamento básico, escolas, energia elétrica, além apoiar o movimentos dos sem-terra e empreender iniciativas de reforma agrária. Ainda, Brizola protagonizou ações de grande repercussão nacional e internacional como a Legalidade e as encampações de subsidiárias de empresas dos Estados Unidos, fatos que contribuíram para criar uma imagem de herói perante a população. Ainda, como deputado federal, pressionava o presidente João Goulart para a implantação das reformas de base, especialmente a agrária. Brizola figurava, no momento como uma grande liderança do PTB, sendo que, nos processos analisados, há uma expressiva vinculação com o PTB: 70,7% dos requerentes à indenização. Essa vinculação citada abarca os simpatizantes do PTB, seguidores de Leonel Brizola, votantes ocasionais devido ao programa de reformas de base, sem obrigatoriamente terem filiação ao partido. Tanto que a formação dos grupos não era exclusivamente via partidária, pois haviam membros que não tinham vínculos com o PTB e/ou nenhuma vinculação partidária. Conforme depoimentos, houveram pessoas que, após ouvir os clamores de Brizola no programa de rádio, espontaneamente saíram para coletar assinaturas e formar os Grupos de Onze. A política era vivenciada no cotidiano, debatida nos bares, no comércio local e nos encontros ocasionais, sendo que vizinhos e amigos se reuniam

para escutar as palestras de Brizola veiculadas por programas de rádio que atingiam milhares de pessoas em todo o Brasil.

A oratória admirável, a postura de enfrentamento aos poderosos, o contato direto com as pessoas e o uso sistemático dos programas de rádio para tratar de problemas – nacionais, cotidianos e trabalhistas – aproximava Leonel Brizola dos trabalhadores, que se sentiam representados pelo político. Para eles, Brizola batalhava pela melhoria de vida da população, que se mobilizara ao seu chamado em 1961 e novamente em 1963/1964. A ampla adesão aos Grupos de Onze, em todo território nacional, mas especialmente no Rio Grande do Sul, corresponde ao prestígio de Leonel Brizola nesse estado. Para eles, a luta de Brizola era a sua luta. A aprovação das reformas de base, da reforma agrária especialmente, sinalizava para melhorias que atingiriam as camadas menos favorecidas. O apoio de Brizola ao MASTER, suas iniciativas de reforma agrária e o incentivo às associações de sem-terra deixou ao seu sucessor, Ildo Meneghetti, um estado altamente mobilizado, que mesmo com a forte repressão desfechada sobre os acampamentos de sem-terra, não diminuiu a expectativa de ganho de terras, até porque, fazia parte do programa do PTB, partido do governo, e era uma das bandeiras de luta de Leonel Brizola. Ao chamamento de Brizola, milhares de pessoas se organizam em Grupos de Onze. As principais motivações citadas nos processos para a adesão à essa mobilização popular são: possibilidade de ganhar terras com a reforma agrária, ajuda aos agricultores e benefícios para a comunidade onde moravam. Era uma ação política local/regional tendo em vista mudanças em âmbito nacional, que por consequência, ocasionaria mudanças regionais. Engajaram-se nos grupos porque, a partir deles, seria possível pressionar pelas reformas, o que traria benefícios pessoais e/ou locais. Entretanto, nem todos os que assinavam as listas eram audazes militantes, prontos para qualquer tipo de enfrentamento. Muitos sequer tinham consciência do caráter subversivo que era imputado aos grupos pela grande imprensa, militares e setores conservadores. O desconhecimento das acusações de subversão e/ou comunismo é praticamente unânime nos relatos que constam nos processos. A militância política dos integrantes dos Grupos de Onze, em diversos casos, se limitou à assinatura na ata de formação, das quais, várias nem sequer foram enviadas a Brizola e à Rádio Mayrink Veiga. Os poucos que se reuniram foi para discussão sobre a reforma agrária ou problemas trabalhistas.

A formação dos grupos não foi uniforme pelo estado do Rio Grande do Sul. De um total de 186 municípios existentes até 31 de março de 1964, data do golpe civil-militar que depôs João Goulart, há processos requerendo a indenização por perseguição política por envolvimento com os grupos em 75, sendo 40% dos municípios e a concentração foi maior no norte do estado, região

de minifúndios e onde já haviam ocorrido mobilizações pela reforma agrária. O município de Nonoai lidera com 14,1% dos processos de pedido de indenização. A distribuição espacial desses processos evidencia a formação de grupos no interior do estado e se relaciona com a predominância de agricultores e com a expectativa de redistribuição de terras, pois a discussão sobre a reforma agrária era o ponto principal das reformas e do programa de governo.

O movimento da Legalidade também influenciou na mobilização em torno desses grupos. Mesmo que não tenha conseguido que João Goulart assumisse com plenos poderes, projetou Leonel Brizola nacionalmente, sendo visto como herói por muitos de seus seguidores. Ademais, criou entre seus correligionários e admiradores – até para o próprio Brizola – o imaginário de que o povo organizado era capaz de derrotar os grupos conservadores e até a alta oficialidade militar. Se em 1961 foi possível, poderia ser novamente. A possibilidade de uma nova Legalidade não era descartada por grande parte dos petebistas/brizolistas independentemente de participação nos Grupos de Onze, tanto que, houve tentativas de atender novamente os apelos de Brizola em 1964. Em Frederico Westphalen pretenderam mobilizar os grupos para uma tomada de posição em defesa de João Goulart e Brizola, em Santa Bárbara do Sul se prepararam para uma nova Legalidade e em Carazinho encamparam a rádio local e incitaram os trabalhadores à greve, atitudes prontamente reprimidas pela Brigada Militar. Porém, em 1964 as condições eram outras e a conspiração para a deposição de João Goulart contava com o apoio dos Estados Unidos, a quem governos nacionalistas e autônomos representavam um entrave ao seu desenvolvimento e à liderança do mundo capitalista. Com o espectro da Revolução Cubana rondando a América Latina, medidas drásticas tinham de ser tomadas para evitar o avanço do comunismo internacional, como um golpe contra o governo nacionalista, a neutralização do líder esquerdista Leonel Brizola e o fim dos seus Grupos de Onze Companheiros, bem como de outros movimentos populares. No entanto, essas ações demonstram que, se o presidente João Goulart tivesse resistido, teria pessoas que lutariam ao seu lado.

Entrando no reino das conjecturas, de que os grupos seriam para algo mais do que a pressão política na forma passeatas, greves ou outros movimentos pacíficos, ainda não teriam tido tempo para organizarem-se nesse sentido. Não tinham armas – a não ser aquelas que normalmente os agricultores tinham para caça ou para seu trabalho¹⁰⁷² – machados, enxadas, facões, espingardas..., não havia preparo ou sequer um plano. Porém, em havendo resistência,

¹⁰⁷² Agricultores normalmente possuem as “armas” citadas, porém, antes do Estatuto do desarmamento, Lei nº 10.826, de 2003, as armas de fogo podiam ser compradas, sem muita burocracia, em lojas de artigos esportivos. Assim sendo, os trabalhadores urbanos, se tivessem condições de pagar, também poderiam ter sua arma.

conjecturando novamente, haveria Grupos de Onze Companheiros na luta, ou pessoas envolvidas com os grupos lutando por João Goulart, por Brizola e/ou pelas reformas.

A repressão atingiu todos os cantos do Rio Grande do Sul, especialmente a região Alto Uruguai, por seu relevo planáltico e pelos acampamentos de sem-terra ali existentes, pois segundo a Brigada, o estado era pela sua configuração geográfica, considerado território propício ao lançamento de bases de apoio de guerrilha e contrarrevolução. Como os militares acreditavam que os Grupos de Onze seriam – ou poderiam vir a ser – grupos armados para deflagrar a guerra revolucionária e que essa guerrilha seria mais forte nas áreas rurais, a repressão mais intensa foi sobre áreas onde já existiam mobilizações para a reforma agrária (e/ou pela Legalidade), como é o caso de Nonoai, de Planalto e de Giruá. A reforma agrária e o movimento em prol de sua efetivação eram estrategicamente relacionadas ao comunismo como forma de manutenção dos privilégios dos grupos secularmente dominantes, discurso corroborado pela Igreja católica e apropriado pela classe média. O medo do comunismo rondava os lares brasileiros, especialmente após a Revolução Cubana, que tornou a Guerra Fria presente e palpável na América Latina, causando pânico de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, necessitando ser barrada.

Os movimentos reivindicatórios e os acampamentos de agricultores sem-terra que haviam sido incentivados durante a gestão de Brizola no governo do estado, foram fortemente reprimidos durante o governo de Ildo Meneghetti, em nome da manutenção da ordem. O Cel. Gonçalino Cúrio de Carvalho, Assessor da Secretaria de Segurança, que desempenhava o papel de observador de Meneghetti, atuou na repressão dos movimentos dos agricultores sem-terra em várias partes do estado e, sendo que, devido ao acampamento de Passo Feio, a vigilância e o estado de alerta foram mantidos região de Nonoai. E foi justamente o Coronel Gonçalino que liderou o Primeiro Batalhão Volante da Brigada Militar, instituição essa que permaneceu fiel ao governador do estado. Esse batalhão já em 12 de abril de 1964 encontrava-se operando na região do Alto Uruguai. Da área de atuação do Primeiro Batalhão Volante e do Coronel Gonçalino provém 225 processos, ou seja, 51,1% dos processos analisados neste trabalho.

Foram deslocados para o interior do estado pelo menos quatro dos dez Batalhões Volantes da Brigada Militar que foram noticiados nos jornais, para evitar guerrilhas, na prática, desmantelar os Grupos de Onze. Não encontrou-se evidências de atuação dos outros seis Batalhões Volantes. Na missão de prevenir guerrilhas, a Brigada Militar fez inúmeras prisões e minuciosas buscas por armas, as quais, contrariando o que se noticiava sobre os Comandos Nacionalistas, não foram encontradas.

Deposto Goulart, não houve mobilização dos Grupos de Onze, mesmo com o esforço de Leonel Brizola de organizar uma resistência. As tentativas de mobilizações em Carazinho e Santa Bárbara do Sul e Frederico Westphalen não chegaram a se concretizar e foram iniciativas de lideranças do PTB, contando com elementos dos Comandos Nacionalistas, não sendo exatamente uma mobilização dos grupos. Mas eles representavam crime de *perigo* e era preciso, além de dar provas à sociedade de que o comunismo estava invadindo o país, erradicar toda e qualquer oposição político ao regime instaurado e à sua política econômica. Então, com o intuito de sanear a sociedade, expurgando os inimigos internos, foi imediatamente iniciada a Operação Limpeza, que tratou o *subversivo* de forma violenta e exemplar. Mas o uso da força não foi de forma irracional, pois a Doutrina de Segurança nacional, o anticomunismo e a caça ao *inimigo interno*, funcionaram como pano de fundo para a preservação do capital nacional e a entrada massiva de capital internacional, ocasionando o avanço das empresas transnacionais, de capital associado. Lideranças ultranacionalistas, trabalhadores e estudantes organizados e atuantes politicamente representavam um obstáculo à essa entrada do capital estrangeiro. A eliminação desses entraves ao desenvolvimento do mundo capitalista se fazia necessária.

A maioria das prisões dos envolvidos com os grupos no Rio Grande do Sul ocorreram nos meses de abril e maio de 1964 com 352 pessoas detidas, sendo que elas continuam ocorrendo, em menor escala, até o final do ano. No ano de 1965, houve uma nova onda de prisões e torturas sobre os envolvidos com os grupos por ocasião da Operação Três Passos e Guerrilha do Coronel Cardim. Foram permanente vigiados, sendo que há relatos de detenções por acusação de organização/participação nos grupos de onze até o ano de 1972. De acordo com as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, a eliminação do *inimigo interno* implicava em vigilância sistemática e violência permanente, pois a qualquer momento, os grupos poderiam se mobilizar e desencadear a tão temida guerra revolucionária. Assim, era preciso que a sociedade não se esquecesse do que poderia acontecer, sendo a figura do *inimigo interno* constantemente alimentada e a pedagogia do medo permanentemente aplicada, semeando a insegurança, o temor, a autocensura e o desespero, práticas características do terrorismo de Estado.

As prisões dos membros dos Grupos de Onze eram feitas com grande aparato militar, numa demonstração de poder e violência que atingia não apenas o envolvido, mas também o seu entorno: familiares, amigos, vizinhança, locais de trabalho, etc., numa violência irradiada que ampliava o alcance do terror de Estado e a eficácia da pedagogia do medo. Grupos da Brigada Militar fortemente armados faziam a prisão ostensivamente, algumas durante e/ou após a missa de domingo, com desfiles pelas ruas das vilas e cidades, causando intenso constrangimento e

humilhação, como se os envolvidos com esses grupos fossem bandidos perigosos. Isso causava espanto, pois quando formaram os grupos, estavam agindo dentro do que era permitido, não estavam fazendo nada ilegal. Os grupos eram conclamados abertamente e publicamente através do rádio, por Brizola, cunhado do presidente da República e também líder do PTB. Porém, a retroatividade é uma das características do terrorismo de Estado, criminalizando atividades antes vistas como normais, tornando delitos comportamentos que até o dia anterior ao golpe eram considerados como qualidades, como a participação política, a busca de melhorias para a comunidade, a luta por direitos políticos e sociais. Assim, a ditadura militar, ou Regime de Segurança Nacional, instaurada, enquadrou os militantes nos Grupos de Onze no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional de 1953, punindo-os por subversão, penalizando aqueles que não pensavam de acordo com o grupo que tomou o poder, mesmo que isso tivesse ocorrido em épocas anteriores ao golpe. E, o subversivo, além de *inimigo interno*, era um perigo a ser combatido, justificando as prisões, torturas e até mesmo as mortes, e tornando aceitáveis essas práticas para a sociedade civil.

Levados para a Delegacia de Polícia, ou, conforme relatos, para o clube da cidade, como é o caso dos requerentes à indenização de Humaitá e de Crissiumal, ou mesmo outros lugares improvisados, eram interrogados de forma violenta e até mesmo torturados. Depois disso, poderiam ser liberados ou transferidos para o presídio de uma outra cidade, como foi o caso dos presos da região Alto Uruguai, que foram levados ao presídio de Erechim e o caso dos requerentes à indenização da cidade de Carazinho, que foram transferidos para Porto Alegre. A prisão poderia durar vários dias ou até meses. Essa atitude demonstra a preocupação em desbaratar os *perigosos* Grupos de Onze, mantendo encarcerados, transferindo de cidade, levando inclusive para o DOPS. Mesmo que as pessoas presas não tivessem características ou condições de ser guerrilheiros e a busca pelas armas se revelasse infrutífera, não poderiam ser considerados inocentes. Eram potencialmente perigosos e tinham de ser punidos por isso. Para eles, a ditadura não foi *branda*.

A inconsistência das informações e a carência de documentação comprobatória impede que possamos estabelecer com exatidão o período em que os requerentes à indenização por perseguição política por envolvimento com os Grupos de Onze permaneceram na prisão. Há probabilidade da duração da prisão, bem como as datas em que elas ocorreram não corresponderem à realidade. Mesmo quando há um documento comprovando a prisão, como o *Rol dos elementos que responderam inquéritos e foram alvos de sindicâncias, componentes de grupos dos “onze” e estiveram detidos no período da revolução iniciada em 31 de março de*

1964, da SOPS Erechim, os requerentes à indenização afirmam ter ficado na prisão mais tempo e/ou terem sido presos diversas vezes, sendo a duração muito maior do que o documento apresenta. Ou, como é o caso de José Luiz Stein, que na documentação da Subsecretaria da Inteligência da Casa Militar, da Presidência da República consta que ele foi preso em 1967, mas a viúva afirma que sua prisão ocorreu em maio de 1964.¹⁰⁷³ Também existe a possibilidade de que algumas pessoas tenham colocado um tempo maior do que o que realmente permaneceram detidas, sendo algumas horas apresentados como um dia, dias como meses e até anos. O ocorrido pode ter sido por ignorância, falhas de memória, pelos familiares que requereram a indenização não terem o conhecimento das datas e/ou mesmo para supervalorizar o tempo de detenção, buscando conseguir a compensação financeira pleiteada. Entretanto, verificou-se que na solicitação de indenização, os familiares de José Xavier Teixeira informaram apenas a detenção em Sertão, porém depoimentos de testemunhas e o nome constante na lista de presos do Presídio de Erechim comprovaram a detenção também em Erechim.¹⁰⁷⁴ Isso demonstra que, assim como temos dados que exageraram o período que o envolvido com os Grupos de Onze ficou detido, outros, por desconhecimento, informaram período menor e nem todos os locais onde a pessoa ficou detida.

O número de pessoas detidas, em que pese as informações dadas nos depoimentos à Comissão Especial de Indenização, constam aos milhares. Além dos já citados presos em Erechim, pelos depoimentos, aproximadamente trezentas foram presas em Humaitá, sendo necessário usar o clube da cidade para acomodar os detidos; em Crissiumal também foi necessário o utilizar o clube da cidade como prisão, e em Frederico Westphalen o Exército levou a interrogatório mais de cento e cinquenta pessoas, que ficaram presas durante três dias. Do mesmo modo, segundo informação da advogada Iara Castel, no processo de pedido de indenização de Antenor Pompeu Barcelos, os presos políticos da cidade de Santiago e arredores foram detidos em quartéis do exército porque não havia estabelecimento da brigada militar que pudesse acomodar as centenas de pessoas que eram presas, acusadas de subversão, comunismo e participação nos Grupos de Onze.¹⁰⁷⁵ Ainda, na contagem dos processos por município, computando um Grupo de Onze para cada cidade que consta com cinco processos ou menos e

¹⁰⁷³ Nelcy Nelga Bender Stein. 06/1998. In: José Luiz Stein. Processo Administrativo Indenização 40512-1200/98-5. CEI/APERS.

¹⁰⁷⁴ Zenaide Muller. 28/08/1998. In: José Xavier Teixeira. Processo Administrativo/Indenização 7114-1200/98-6. CEI/APERS.

¹⁰⁷⁵ Iara Castiel. 11/08/2000. In: Antenor Pompeu Barcelos. Processo Administrativo/Indenização 6887-1200/98-7. CEI/APERS.

inferindo que onze pessoas tenham sido *interrogadas* para cada um destes municípios, são 594 pessoas que passaram, no mínimo, por situações humilhantes.

Incomunicabilidade, violação dos direitos humanos, transferências para presídios, quartéis de outras cidades foram práticas imediatas da ditadura militar. Como a grande maioria dos participantes dos Grupos de Onze eram homens casados e com filhos, seus familiares imediatamente foram atingidos com a remoção abrupta – muitas vezes violenta e humilhante – da presença paterna e pela temor do que poderia acontecer, mesmo que tenha sido por poucos dias. O clima de medo e insegurança se alojou em seus lares. E, como os que organizaram grupos eram considerados especialmente perigosos, foram torturados. Por conseguinte, ficaram sequelas físicas, emocionais e, em alguns casos, mentais, desestabilizando permanentemente o núcleo familiar. Problemas físicos e/ou psicológicos foram relatados pelos envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros como decorrência da tortura impingidas a eles na prisão e/ou nos interrogatórios nas Delegacias de Polícias ou outros lugares que serviram de *acomodação* aos *inimigos internos* membros dos Comandos Nacionalistas. Alguns desses problemas, ou doenças, não foram passíveis de cura ou superação e, mesmo quando não há identificação do problema resultante com a prisão, psicologicamente está vinculado à agressão sofrida. As marcas da violência estatal foram duras e permanentes, seja no aspecto físico ou no aspecto psicológico e atingiu, além do preso político, seus familiares. Os relatos demonstram que os envolvidos com os grupos ficaram com traumas permanentes, sofrendo as consequências da perseguição até o fim de suas vidas – ou até o momento do ajuizamento do processo, quando foram narradas – sendo que há diversos casos de mortes nos meses e/ou nos anos seguintes à prisão como decorrência das torturas sofridas nos interrogatórios.

Como já referido, o uso da violência estatal foi excessivo perante o inimigo que ele visava combater. O caso da família Kitzmann, de Giruá impressiona pela crueldade, sendo que, mesmo após o desbaratamento dos grupos, continuaram sendo perseguidos. A agressão à Tabea Kitzmann, uma jovem de 17 anos grávida de quatro meses, com golpes de joelho na barriga, pois “filho de comunista não devia nascer” suscita o questionamento: que perigo que essa moça e seu bebê, ainda por nascer, representavam à Segurança Nacional? Tabea relatou que ainda teve de permanecer em prisão domiciliar, sem sair de casa, durante dez dias, sem poder procurar ajuda médica. A criança nasceu com deficiência física, hoje é um adulto deficiente, fato atribuído, pela família, a essa violência sofrida.

Outra consequência do envolvimento com os Grupos de Onze e a prisão decorrente disso foi o empobrecimento, alguns chegando até a situação de miséria, relatado em todos os processos.

Perdas de clientes, de emprego, perda do capital para custear as despesas com deslocamento e/ou advogados, impossibilidade de conseguir nova colocação no mercado de trabalho por estar fichado no DOPS, perda das safras agrícolas, impossibilidade de trabalhar porque estavam na prisão ou por doenças e/ou depressão que se seguiu a ela, discriminação da família por parte da comunidade, afastamento dos amigos são relatos recorrentes como consequência do envolvimento com os Grupos de Onze. O constrangimento público a que foram submetidos, além dos maus tratos na prisão, causaram profundos abalos psicológicos, ocorrendo casos de depressão, medo, insegurança, descontrole emocional, pesadelos, entre outros. Os familiares relatam profundas mudanças de comportamento do envolvido com os Grupos de Onze após o período da prisão, agravamento de doenças físicas, tendo alguns, em virtude disso, se tornado incapacitados para o trabalho.

O sofrimento na prisão, a vexação pública a que foram submetidos, a vergonha e a marginalização resultou em isolamento, tanto por parte da pessoa atingida como por parte da comunidade que se afastava, sendo estratégia da pedagogia do medo, pois, ao mesmo tempo que punia o *subversivo*, isolava-o da comunidade, evitando que o *mal* se alastrasse. As redes de solidariedade foram rompidas e passaram a se sentir estranhos em seu próprio meio, sem condições internas ou externas de resgatar a vivência anterior à prisão. Tachados de subversivos comunistas, sofreram discriminação dos vizinhos, da escola, dos amigos e dos colegas de trabalho. Passaram a viver uma situação de *insílio*, isolamento e estranhamento dentro do próprio país, da própria cidade, da própria comunidade. E, o temor e a vergonha desencadearam mudanças de cidade, de estado e até mesmo exílios voluntários para os países vizinhos. Toda a família sofreu as consequências: crianças afastadas dos amigos e sendo apontadas na escola como filhos de comunistas, tendo de desistir dos estudos para ajudar no sustento da casa, mulheres que tiveram de assumir sozinhas a carga da manutenção do lar e/ou o cuidado com o marido doente, transtornos com mudanças para outras cidades/estado... Os relatos, do perseguido político ou de outros membros da família, apontam para as perdas que tiveram após terem sido atingidas pela Operação Limpeza, muitas delas, não superadas.

Ainda houve o período de vigilância, em que tinham de assinar o *Livro de presença dos elementos vigiados pela Polícia*, que foi computado pelos requerentes à indenização por perseguição política como prisão domiciliar, em que eram submetidos novamente a maus tratos e torturas e a situações humilhantes perante à comunidade, reforçando o medo, a discriminação e o isolamento. O período da prisão domiciliar, de acordo com os depoimentos, era muito variado, sendo que nem todos relatam a obrigação de se apresentarem na Delegacia mais próxima, o que

poderia ser distante vários quilômetros e ser de difícil acesso devido à falta de transporte, de linhas de ônibus e das condições da família. Ressalta-se que, apesar de ser identificado pelos envolvidos com os Grupos de Onze e por seus advogados como prisão domiciliar, não se configurava exatamente como tal, visto que era uma proibição de se ausentar sem a devida autorização da polícia e, o não comparecimento para a assinatura no livro dos *Elementos vigiados* poderia acarretar nova prisão. Entretanto, mesmo que configurasse mais uma vigilância do que uma prisão, o medo fez com que algumas pessoas realmente não saíssem de casa, ou de sua propriedade, como demonstram os relatos de fome, de padecimento por doenças por não poder sair de casa.

A pedagogia do medo era uma forma de impedir que lideranças locais políticas se estruturassem e pudessem se contrapor ao regime ditatorial instaurado, pois havia o temor que Leonel Brizola, exilado no Uruguai pudesse, de alguma forma, articular os seus Grupos de Onze e tentar um levante para a tomada do poder. Por isso havia a necessidade da vigilância permanente. Também foi relatado uma certa indução à fuga, ou mudança de domicílio, pois, se a pessoa *desaparecesse* do local não traria problemas, não haveria possibilidade de ser criar focos de contestação ou mesmo núcleos com ideias diferentes.

Apesar de negada ou relevada como *excessos de patriotismo*, desde a implantação da ditadura militar, a tortura foi regra, não exceção. Constituía parte do aparato repressivo estatal pensado antes mesmo da ocorrência do golpe civil-militar em 31 de março, sendo sistematicamente aplicada aos acusados de atividades subversivas. Não eram práticas isoladas, em vista do sadismo de alguns, mas parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado como estratégia de manutenção do poder. Os torturadores agiam ideologicamente crentes de que estavam a serviço da ordem legitimamente constituída, numa verdadeira cruzada política¹⁰⁷⁶, em vista de salvaguardar a ordem, a civilização ocidental cristã dos vilões comunistas, nacionalistas, petebistas, brizolistas... valia tudo em nome da Segurança Nacional. As pessoas ficaram indefesas, pois justamente o Estado que lhes devia proteger era quem estava implantando o terror e a violência. A pedagogia do medo imposta no momento surtiu efeito de retraimento e afastamento social, mais ainda, de afastamento de qualquer movimento de contestação ao regime. Muitas pessoas negavam a participação nos grupos e a história deles foi relegada, durante muito tempo, ao esquecimento. A repressão e o silêncio (e/ou desinformação) consistiam em mecanismos funcionais e complementares, vitais para a ditadura e seus interesses orgânicos. A

¹⁰⁷⁶ LEAL, João José. Tortura como crime hediondo especial. *Revista dos Tribunais*. Ano 89, v. 771, jan. 2000, p. 456.

convivência de parte da sociedade e da imprensa – e mais tarde a censura explícita – garantiu a invisibilidade do terror de Estado, ou, então o seu mascaramento mediante o deslocamento de sentido através de uma releitura que realçava a resposta defensiva e patriótica contra as forças terroristas.¹⁰⁷⁷

Como resultado desse terror sistemático aplicado desde as primeiras horas da ditadura militar, atingindo milhares de trabalhadores, entre eles, os membros dos Grupos de Onze Companheiros, houve a desmobilização da sociedade, o retraimento perante qualquer organização e a aceitação das novas regras, seja pelo convencimento de que os militares estavam com a razão e os *subversivos* deviam mesmo ser punidos, seja pela pedagogia do medo, que forçava a compreensão das novas normas de comportamento, prevenindo possíveis contestações e compelindo a aceitação de medidas duras para o trabalhador e da restrição de liberdades. Então, com os sindicatos silenciados ou simplesmente fechados, os estudantes desmobilizados, as principais lideranças esquerdistas exiladas ou neutralizadas, e o Brasil protegido das garras do comunismo internacional pelos Estados Unidos, em finais de 1965, o terreno estava aparentemente preparado para a aplicação da nova política, sem contestações. As violências mais extremas, as torturas, eram lembradas como excessos inevitáveis dos primeiros dias do golpe, como coisas do passado¹⁰⁷⁸, e como tal, deviam ser deixadas de lado.

A violenta repressão desferida sobre os envolvidos com os Grupos de Onze Companheiros já configurava prática de terrorismo de Estado, pois, tratados como *inimigo interno*, foram acusados de subversão e comunismo, presos e submetidos a torturas físicas e psicológicas, mantidos sob vigilância e tendo de se apresentar periodicamente (semanalmente, a cada dois dias ou mesmo diariamente para assinar o livros dos elementos vigiados, sendo que nesse momento eram novamente torturados) nas Delegacias de Polícia ou nos quartéis, punidos retroativamente e preventivamente pelo perigo que representavam ou podiam vir a representar. Observa-se que essa violência era ostensiva, ampliando o alcance da pedagogia do medo pelo temor e insegurança que atingia as redes de relações do perseguido político e toda a comunidade da qual ele fazia parte.

Também é pertinente ressaltar que a ação das Forças Armadas, inclusive a tortura, contava com a aceitação de grande parte da sociedade, pois tinham sido convencidos pelo discurso oficial, no qual a Igreja teve uma importante colaboração, de que havia uma ameaça à boa sociedade capitalista cristã e que o uso da violência estatal se fazia necessário. Assim, o uso de práticas de

¹⁰⁷⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões..., p. 26.

¹⁰⁷⁸ KUCINSKI, TRONCA. Op. cit., p. 68-69.

terrorismo de Estado sobre as pessoas envolvidas com os Comandos Nacionalistas e enquadradas na categoria de *inimigos internos* era justificada e demonstra que, já nos primeiros dias, a ditadura estava determinada a impedir qualquer ameaça considerada real ou potencial.

As ações de terrorismo de Estado aplicadas sobre os Grupos de Onze durante a Operação Limpeza tinham duplo objetivo: dismantelar os Comandos Nacionalistas, acabando com a possibilidade de uma articulação política a partir deles por Leonel Brizola e acabar com o movimento dos sem-terra que existentes na região. A vinculação dos grupos com a reforma agrária e mesmo com os movimentos sem-terra são evidentes pela região onde se formaram maior quantidade de grupos, pelos depoimentos de seus membros e pela ação da Brigada Militar, rápida e eficaz nos locais onde haviam acampamentos sem-terra ou histórico de mobilização. Aqueles que participavam ativamente da associação dos agricultores sem terras foram os que sofreram com mais profundidade as atrocidades daquela época, como observou-se em Nonoai, Planalto e Giruá.

Para os que foram vítimas dessa violência estatal é importante trazer a público todos esses acontecimentos, pois podem, finalmente, obter o reconhecimento de sua história, o alívio de muitos traumas e a recuperação da autoestima perdidos ao serem apontados como perigosos subversivos. Porém, toda a sociedade se beneficia dessa reconstrução da memória, uma vez que o conhecimento sobre os fatos ocorridos no passado é vital para que a história seja entendida como um processo, com rupturas, permanências e transformações. A negação, ou a “desmemória” da própria história impossibilita o entendimento desse passado e do próprio presente pelo grupo social, oportunizando repetições e comprometendo o futuro da democracia. Ainda, caracterizar o período ditatorial que iniciou em 1964 como um regime de terrorismo de Estado e denunciar a violência estatal desfechada sobre trabalhadores que se mobilizavam pelas reforma de base, especialmente sobre agricultores que viram nesses grupos mais uma estratégia de luta pela reforma agrária, é uma opção política que vai contra a impunidade e política de “desmemória” ainda vigente no país. Busca-se também contribuir *para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!*

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta (org.). *João Goulart: entre a História e a Memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____ et al. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ALVES, Bernard José Pereira. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <http://www.marciomoreiraalves.com/livro.1966.htm>. Acesso em 10/06/2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

_____ Dor e desamparo: pais e filhos 40 anos depois. *Psicologia Clínica* V. 20.2, Rio de Janeiro, PUC/RJ, Departamento de Psicologia, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, dezembro 2007, p. 95-111.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*. Vol. 15, nº 20, 2008.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Editora Vozes, 33ª Edição, Petrópolis, 2003.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Rio Grande do Sul, seus municípios e suas leis de criação. 2008. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Download/CAM/cronologia_municipios.PDF. Acesso em: 17/09/2017.

ASSIS, Carolina Silva. O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009*.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João Del Rei, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads>. Acesso em 12/01/2016.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

_____. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *Anais do ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, Londrina, 2005. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=15603>. Acesso em: 01/08/2016.

BENEVIDES, Maria Victória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo – 1945-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, J. et al. *Terrorismo de Estado: el papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Livro 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORGES FILHO, Nilson; FILGUEIRAS, Fernando. Estado autoritário e violência no Brasil. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA3.pdf>. Acesso em 26/07/2017.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BORGES, Elmar (Coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014. (Série Perfis Parlamentares; n. 8).

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalista. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 53-85.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964. *Antíteses*, v. 8, n. 15esp., nov. 2015. p. 178-202.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014. p. 67-86.

BRANDO, Nova Marques et al. *Catálogo Resistência em Arquivo: memórias e história da ditadura no Brasil*. Porto Alegre: CORAG, 2014.

BRASIL, Pedro (pseudônimo). *Livro Branco sobre a Guerra Revolucionária no Brasil*. Porto Alegre/RS: Globo, 1964.

BRAUN, Cláudio Damião. “*Todos contra o PTB*”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BRIZOLA, Leonel. *Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*. Acervo do CD-AIB/PRP.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 1999.

CAÇADOR, Hebert Soares. *O “Grupo dos Onze”*: repressão e anticomunismo no município de Muniz Freire-ES. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. *Operação Três Passos: A história, o direito e o político*. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas - Direito) – Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: GOMES, Angela Maria de Castro...[et.al]. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. *História geral da civilização brasileira*. t.3, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 121-255.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2005.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 101-112, 2.sem. 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84805/87514>. Acesso em: 01/01/2017.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os arquivos da polícia política brasileira*. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em 05/02/2016.

CARRION JÚNIOR, F. *Brizola*. Momentos de decisão. Porto Alegre: L&PM, 1989.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. t. 2.

CEIA, Eleonora Mesquita. A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Desenvolvimento da Proteção dos Direitos Humanos no Brasil. *R. EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 113-152, jan.-fev.-mar. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista61/revista61_113.pdf. Acesso em 28/01/2016.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

CHOCIAY, Luciana; MONTEIRO, Claudia. Reflexões sobre Memória e Testemunho a partir do Livro Brasil: Nunca Mais. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, Paraná, v. 4, n. 1, p. 84-98, 2013.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CORTAZZI, Amneris Morschheiser. *Evolução Municipal: Rio grande do Sul (1809-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

DALL’AGNOL, Flávio. *Brizola: esperança de um povo*. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979.

D’AQUINO, Ivo. O novo Código Penal Militar. *Revista de Informação Legislativa*. Jul a dez. 1970. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180611/000345628.pdf?sequence=1>. Acesso em 12/02/2017.

D’ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-64*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DELLA CAVA, R. “Torture in Brazil”, *Commonweal* 62, n.6, Apr. 24, 1970.

_____. “Reply”, *Commonweal* 62, n.14, Aug. 7, 1970.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O Terrorismo de Estado (TDE) e a luta armada no Rio Grande do Sul: 1970. *ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año VI - Diciembre 2014, N° 13*. Uruguay. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/>. Acesso em 04/07/2016.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino*. Buenos Aires: El Caballito, 1983.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Trad. De Heitor A. Herrera. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ECKER, Córdula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 71-92.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ufrgs, MEC/Sesul/Proedi, 1988.

FELIZARDO, J. N. (org). *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s.d.

FERNANDES, Ananda Simões. A atuação da ditadura brasileira no Uruguai pré-golpe (1964-1973) e o papel do estado do Rio Grande do Sul. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 91-114.

_____. Arquivos Repressivos da Polícia Política: o caso do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. II Jornada das Ditaduras e Direitos Humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai (2 : 2013 : 24 a 27 abr. : Porto Alegre, RS). *Anais* [recurso eletrônico]. –Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2016.

_____. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, nº 2, 1999.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In. FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 23-51.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Panfleto - as esquerdas e o "jornal do homem da rua". *Varia hist.* vol.26 no.44 Belo Horizonte July/Dec. 2010. In: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752010000200014> Acesso em: 18/04/2014.

_____. Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964). XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH. 15 a 20 de julho de 2007. São Leopoldo/RS.

_____. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

_____. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 22, 2004, p. 103-126. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/issue/view/40/showToc>. Acesso em: 26/09/2016.

_____. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.181-212.

_____. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf. Acesso em: 11/06/2011.

_____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA Marieta de Moraes. Do Rio Grande do Sul à Guanabara. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.) *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj-Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2008.

_____. História oral: um inventário das diferenças. ABREU, Alzira Alves de et al. *ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Max André de Araújo; SENHORAS, Elói Martins. Marcos de teorização sobre comércio formiga fronteiriço. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/287657786/Os-Conflitos-Ciberneticos-como-uma-Ameaca-Multidimensional>. Acesso em: 05/10/2017.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de Chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60 – 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso 07/08/2016.

_____. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável? In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura Militar e Resistência no Brasil, Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2004.

_____. *Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores do Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012.

FON, Antônio Carlos. *A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

FONSECA, Felipe Vargas da. O Grupo de Onze Companheiros em Dom Pedrito/RS: da formação à tentativa de resistência (1963-1965). BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 298-324.

FRANK, R. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÈTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Sylvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros ruralistas!*” Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

GOMES, Angela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13.jul.2002. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1280.pdf. Acesso em 03/09/2017.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. p. 33.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

_____. *O preço do passado: o processo de indenização às vítimas das ditaduras militares no Brasil e na Argentina: pagar apaga o passado?*, 2005. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: 13/11/2016.

GONZALEZ, Sérgio. Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1. pp. 97-107.

GORDON, L. "Letter to the Editor", *Commonweal* 62, n.14, Aug. 7, 1970.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009. p. 67-89.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.4, pp. 257-272. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GRYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006. pp. 57-77.

HAAG, Carlos. Fê-lo porque quis o quê? *Revista Pesquisa FAPESP*, Pinheiros, n. 182, abr. 2011. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2011/04/080-085-182.pdf>. Acesso em: 29/07/2018.

HARRES, Marluza Marques. *Rio Grande do Sul: Governo: Leonel Brizola e a Questão Agrária no início da década de 1960*. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/anos90/article/view/25628/18243>. Acesso em 05/05/2015.

HARRES, Marluza Marques. Movimentos sociais rurais. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 235-256. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HERRLEIN JR., Ronaldo, CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico (1939-85). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 137-168. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. Combatendo a “Peste Vermelha”: A construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). *Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*. Fortaleza, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha K. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: UnB, 2006.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI em São Paulo (1969-1975)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. A voz do dono e o dono da voz. *Revista Esboços (UFSC)*. v. 17, p. 175-182, 2007.

_____. No centro da engrenagem: os interrogatórios preliminares da OBAN e do DOI-SP (1969-1984). In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2007.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 184.

JUREMA, Abelardo. *Juscelino e Jango: PSD e PTB*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: RIQUELME, Horácio. (edit.). *Era de Névoas. Direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993.

KLÖCKNER, Luciano. Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Segunda%20Cadeia%20da%20Legalidade.pdf>. Acesso em 11/06/2016.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. 2004. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

KUBIK, Érica. A excepcionalidade da Justiça Militar brasileira no regime de 1964 à luz dos direitos humanos. *8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)* Gramado/RS 01 a 04 de agosto de 2012 AT-9 Política, Direito e Judiciário. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Disponível em: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/16_7_2012_10_14_43.pdf. Acesso em 14/12/2016.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. Notas e versão direta do português por Flávio Tavares. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUHN, Dione. *Brizola: da Legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEAL, João José. Tortura como crime hediondo especial. *Revista dos Tribunais*. Ano 89, v. 771, jan. 2000.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

LIEBERKNECHT, Vanessa. “*Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer*”: as seções de ordem política e social (SOPS): (1964-1982). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2011.

MANSAN, Jaime Valin. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre/RS, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia*. 9. ed. São Paulo: Global. 1997.

MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. A política externa brasileira de 1961-1967. *Cadernos de Pesquisa*. Goiânia: Ed. UCG, n. 19, 2000.

MARTIN, Alfredo Guillermo. As sequelas psicológicas da tortura. *Psicologia: ciência e profissão*, 2005. 25(3), 434-449.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº 67 junho/2008.

_____. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. 1993. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/. Acesso em: 20/06/2015.

_____. *A questão agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1982.

MELLO, Maildes Alves de. *O jantar dos inocentes. A saga dos expurgados gaúchos*. Porto Alegre: Ed Tchê, 1997.

MENESES, Sônia. Ditadura, Democracia e Esquecimento: 1964 - o acontecimento recalçado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013.

MIR, Luis. *A revolução impossível*. A esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Editora Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de Desenvolvimento e encampações no discurso de Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. vol. 18 n. 35. São Paulo, 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015. Acesso em 25/06/2015.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. A “indústria” do anticomunismo. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/15/15art6.pdf>. Acesso em: 08/06/2016.

_____. A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, núm. 13, julho, 2002, pp. 189-207. Disponível em:

<http://sociales.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>. Acesso em 21/07/2017.

MUSZINSKI, Luciana. *A Teologia da Libertação e a luta pela reforma agrária: os casos dos assentamentos 24 de Novembro e 25 de Outubro – Capão do Leão (RS)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Lucilia de Almeida. Utopia e cidadania: FPN (1956-1964). *Novos Rumos*, 2012. Disponível em: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/download/ Acesso em: 03/06/2018.

_____. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen de. *Comissão Nacional da Verdade: a busca pela concretização da Justiça de Transição no Brasil*. Disponível em: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/gabriela_o_liveira.pdf. Acesso em 04/02/2016.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo: Annablume, 1993.

PACHECO, Diego. *Ecos da resistência: Os Grupos de Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. Os Times do Povo: Os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina. *Visão Global*, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011.

PADILHA, Gisélia Monteiro. Inquérito Policial Militar: A inserção do PTB na Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1945/1964). *XI Encontro Estadual de História – ANPUH*. 23 a 27 jul 2012. Rio Grande/RS.

_____. A Brigada Militar e o Golpe de 1964. X Seminário de Estudos Históricos. FEEVALE. 23 a 26 mai 2011. Disponível em: <http://www.feevale.br/site/files/documentos/pdf/46969.pdf>. Acesso em: 28/12/2016.

_____. Conhecendo a farda do batalhão volante da brigada Militar: Cerro Largo, 1964. *Anais do X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*. ANPUH/RS. 23 a 30 de julho de 2010. Santa Maria/RS. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1278280818_ARQUIVO_ArtigoparaANPHURS.pdf . Acesso em: 28/12/2016.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Silvania (org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. pp. 13-36.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1. n.1, jan/jun. 2009. pp. 30-45.

_____. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, n.4, julho de 2007. pp. 43-49.

_____. Elementos Constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Civis-Militares de Segurança Nacional Latino-Americanas. In: *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006.

_____. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984): terror de Estado e Segurança Nacional. In: WASSERAMN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; MIX, Miguel Rojas [et al.] [orgs.]. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora São José, 1958.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, p. 398-405, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à memória e à verdade: Comissões de Verdade na América Latina. *Revista Debates*. In: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/11860/8304>. Acesso em 24/07/2015.

PONT, Raul. Ausências e presenças da resistência na ditadura. In: *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). Porto Alegre: Corag, 2009. v. 1.

_____. Um ensaio sobre o brizolismo. *Coojornal*, Porto Alegre, out. 1977.

QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963): nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

REBELLO, Tiego Rocha. 2014. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REIMÃO, Sandra. *Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978*. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf. Acesso em: 13/06/2018.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e legitimidade (1964-1984)*. Londrina: UEL, 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIGHI, Graziane Ortiz. *Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIQUELME, Horacio. *Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUSC, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e oposição. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.4, pp. 83-115. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14008.pdf>. Acesso em: 20/07/2017.

_____. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROLIM, César Daniel. *Leonel Brizola e os subalternos das Forças Armadas brasileira: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. Nacionalismo popular e jacobinismo na ação política de Leonel Brizola entre 1959 e 1964. XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH. Fortaleza, 2009.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n.76. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. p. 203-204. Acesso em 10/06/2016.

RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fábris, 1986.

RUBERT, Silvania. *Golpe de estado ou revolução cívica: o discurso construído pelo jornal A Razão no contexto da ruptura institucional de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SADER, Eder. (org.). *Che Guevara*. São Paulo: Ática, 1988.

SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. *TEMPO* 7. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg7-2.pdf. Acesso em: 17/06/2015.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (1975-1985)*. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia de uma crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. *Desenvolvimento do Rio Grande do Sul: dois projetos*. 2001. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2001_09.pdf. Acesso em 11/05/2017.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979. v.1.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da (Org.). *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

SILVA CATELA, Ludmila da. *El mundo de los archivos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r29766.pdf>. Acesso em 13/04/2016.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil-Militar no Brasil: direito de resistência não é terrorismo. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição/Ministério da Justiça*, n. 5, 2012. pp. 50-73.

SILVA, Gean Zimmermann da. Duas frentes para a reforma agrária: o latifúndio e as áreas indígenas. Ações do Governo Brizola na questão da terra no norte do Rio Grande do Sul. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis/SC.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1967.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Porto Alegre: L&PM, 1978.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase-História: Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!. Resenha de *A ditadura envergonhada*, de Elio Gaspari (São Paulo: Cia. das Letras, 2002). *Revista ADUSP*. São Paulo: ADUSP, 34: 80/84, maio de 2005.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância*. São Paulo, Ed. Senac/ Ed. Terceiro Nome, 1998.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Diego Oliveira de. *A Atuação Repressiva do DOI/CODI/II Exército: a visão militar e a justiça de transição nas iniciativas cíveis do Ministério Público Federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SOUZA, João Barcelos de. *Os fatos sem retoque*. Governos Castelo Branco e Costa e Silva. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993.

SOUZA, Renato João de. *Da Informação à Representação: O Papel do Jornal Escrito Mineiro nos Anos 1963 e 1964*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SPOHR, Martina. O orgulho de ser reacionário: anticomunismo e golpe de Estado no Brasil a partir da Doutrina de Guerra Revolucionária francesa (1959-1969). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300553214>. Acesso em: 26/07/2017.

SZATKOSKI, Elenice. *O Jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. *Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro: Sociedade Gráfica Vida Doméstica, 1964.

TEDESCO; CARINI. Governador Brizola, o Master e o conflito na fazenda Sarandi, 1960-1962. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2007.

TEDESCO, João Carlos. O conflito de Nonoai. *Saeculum-Revista de História*. n.26. João Pessoa, jan./jun. 2012. pp.242-243.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília MacDowel; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1. São Paulo: Aderaldo & Rothshild Editores, 2009. pp. 151-176.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VASCONCELOS, Coronel Bento Mathuzalém de. O famoso Batalhão Volante – Operação da APM. Junho de 2013. Disponível em https://issuu.com/correiobrigadiano/docs/jcb_216_-_issuu. Acesso em 15/01/2017.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. O trabalhismo de Alberto Pasqualini. *Anais do IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS*, 2008. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1214060983_ARQUIVO_artigofinal.pdf. Acesso em: 05/06/2018.

VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) –

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

VIANNA FILHO, Luís. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações Internacionais e desenvolvimento: O nacionalismo e a política externa independente 1951-1964*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. in: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; MIX, Miguel Rojas (Org.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp. 27-44.

WEBER, Max. *Ciência e política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1997.

WEBER, Max. Textos selecionados. Seleção e tradução de Maurício Tragtenberg. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos (1 :2011: 02 a 30 abr.: Porto Alegre, RS). *Anais* [recurso eletrônico]. – Porto Alegre: APERS, 2011. 456 f. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/>. Acesso em 05/02/2016.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do sudoeste: o exército brasileiro na fronteira paranaense*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2009.

ZICMAN, Reneé Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo: Edusc, n. 4, 1989.

ZONATO, Rejane. *Os Grupos de Onze no Brasil e no Vale do Taquari*. TCC (História) – Centro de Ciências Humanas e Jurídica, Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior, Lajeado, 2010.

ANEXO 1

Requisição para solicitar benefícios da lei nº 11.042 de 18.11.97

REQUISIÇÃO PARA SOLICITAR OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 11.042 DE 18.11.97.	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:	<div style="border: 1px solid red; padding: 2px; color: red; font-weight: bold;">SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA</div> <div style="border: 1px solid red; padding: 2px; color: red; font-weight: bold;">Nº FL. <u>02</u></div> <div style="border: 1px solid red; padding: 2px; color: red; font-weight: bold;">RUB. <u>2</u></div> <div style="border: 1px solid red; padding: 2px; color: red; font-weight: bold;">SPA/SJS</div>
Nome: <u>ADÃO BAPTISTA DA SILVA</u>	Nacionalidade: <u>Brasileira</u>
Naturalidade: <u>Brasileira</u>	Data de nasc: <u>08 / 12 / 28</u>
Profissão: <u>Funcionário Público Aposentado</u>	Estado Civil: <u>Casado</u>
RG: <u>1023689969-RS.</u>	CPF: <u>061.653.700-04</u>
Endereço: <u>Rua José Luiz de Moura, 50</u>	
Bairro: <u>Centro</u>	Cidade: <u>Nonoai</u>
UF: <u>RS</u>	CEP: <u>99600-000</u> Fone: <u>054-362.12.50</u>
Preencha de maneira clara e objetiva os itens abaixo :	
1 - Período de Prisão:	
De <u>28-05-64</u> a <u>28.05-64</u>	Local: <u>Nonoai</u>
De <u>29-05-64</u> a <u>16-06-64</u>	Local: <u>Erechim - PRESIDIO MUNICIPAL</u>
De <u>20-06-64</u> a <u>28-07-64</u>	Local: <u>Nonoai (Domiciliar)</u>
2. Houve Sevícias? <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	c/ assinatura de ponto em Nonoai, uma vez por semana.
3. Houve maus-tratos? <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	
4. Pertenceu a alguma organização e/ou partido(s) políticos na(s) época(s) da(s) prisão(ões)?	
(x) sim () não — Qual ? <u>Grupo dos Onze e Partido PTB.</u>	
5. Descreva problemas físicos decorrentes da prisão:	
<u>Prezo e Colocado na carroceria de um caminhão, levado a noite para Erechim, em manga de camisa, não permitiram que trocace de roupa ou pegasse um agasalho, penancei no Presidio em Erechim dormindo no chão, resultou numa pneumonia, que levou seis meses para melhorar, tendo ficado hospitalizado por diversas vezes.</u>	
6. Descreva problemas psíquicos decorrentes da prisão:	
<u>Perante a comunidade que morrava em Linha DAER, os vizinhos tinham medo de mim, pois diziam que era comunista, e comunista era bicho feio, para voltar ao convívio e vida normal, levou mais de dois anos, tendo inclusive perdido serviços, na função de patroleiro</u>	

7. Descreva outros problemas decorrentes da prisão:

Pela perda de dias de serviços, quando estive preso, tive minha ficha funcional desabonada, não tendo promoções, inclusive com despesas de viagens tendo que ser custeada por minha conta, para ir assinar o ponto em Nonoai, e custear minhas despesas em Erechim

SEC. JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

Nº FL

RUB

SPAS/SJS

Anexar a seguinte documentação:

1. Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
2. Certidão da Secretaria de Assuntos Estratégicos e da Justiça Militar;
3. Fichas Datiloscópicas;
4. Recortes de jornais;
5. Receitas, Laudos e atestados médicos;
6. Nome e endereço de testemunhas (companheiros, parentes, autoridades que tenham conhecimento dos fatos e dos problemas de saúde).

ATENÇÃO: no caso de solicitação por parente anexar também;

- cópia xerográfica do atestado de óbito;
- cópia xerográfica da certidão de casamento;
- cópia da certidão de nascimento.

OBSERVAÇÃO:

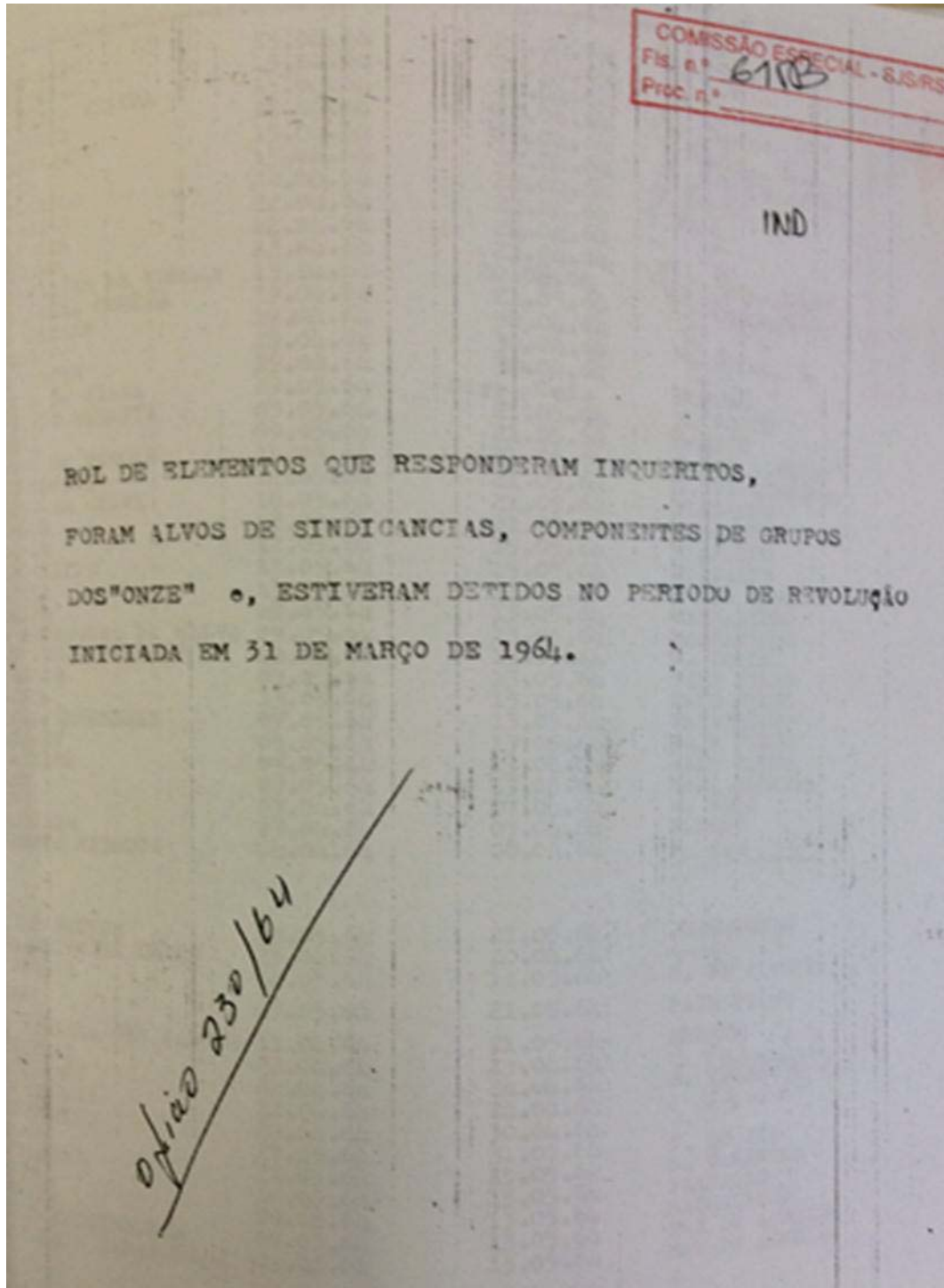
Para ser beneficiado com a indenização prevista na Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997, é necessário o maior número possível de documentos que comprovem a prisão. Na eventualidade de algum documento solicitado não ser anexado, não impedirá a possível indenização desde que outros comprovem o evento.

Data 18 / 05 / 98

Adro Batista da Silva
Assinatura

ANEXO 2

Rol dos Elementos que responderam Inquéritos e foram alvos de sindicâncias, componentes dos Grupos de Onze e, estiveram detidos no período da revolução iniciada em 31 de março de 1964 – SOPS/Erechim



	DATA ENTRADA	DATA SAIDA	
1)	AGRIPIO PINHEIRO	15.04.64	20.04.64
2)	AMERICO DA SILVA	15.04.64	20.04.64
3)	ADÃO DE ALMEIDA VIEIRA	15.04.64	20.04.64
4)	ANGELO CALONERE	15.04.64	20.04.64
5)	ANTONIO ZANCANARO	15.04.64	20.04.64
6)	AVELINO ROSA	15.04.64	20.04.64
7)	ABELE CAMPAGNOLO	22.04.64	24.04.64
8)	ABEL CAMPAGNOLO	22.04.64	24.04.64
9)	ARNALDO BETICCA	22.04.64	24.04.64
10)	ALBINO BERGAMO	22.04.64	23.04.64
11)	ANTONIO GONÇALVES DE VARGAS	15.04.64	20.04.64
12)	ANTONIO SIQUEIRA CORTÉS	29.04.64	21.05.64
13)	ADALBERTO MORESCO	29.04.64	30.04.64
14)	ARLINDO COPPI	29.04.64	30.04.64
15)	ALEXANDRE MARCON	29.04.64	30.04.64
16)	ADÃO BATISTA DA SILVA	29.05.64	Disp. Cel.
17)	AFONSO OTÁCVIO SERATTI	03.05.64	21.05.64
18)	ADÃO TIBUSKI	09.05.64	21.05.64
19)	ALFONSO JOSÉ DE VARGAS	14.05.64	21.05.64
20)	ANTONIO BURKOVSKI	14.05.64	21.05.64
21)	ADÃO PAULINO DA SILVA	18.05.64	21.05.64
22)	ARTUR ASSMANN	18.05.64	21.05.64
23)	ARIOSTO DAMIN	12.05.64	15.05.64
24)	AVELINO REGINATTO	12.05.64	15.05.64
25)	ADÃO DA SILVA	13.05.64	21.05.64
26)	ALMIRO SOEIRO	09.05.64	13.05.64
27)	ARISTIDES RODRIGUES DA SILVA	09.05.64	13.05.64
28)	ANTONIO DE PAULA "CHIRU"	09.05.64	13.05.64
29)	ARLINDO BAGGIO	09.05.64	13.05.64
30)	ARMINDO BOZZA	13.05.64	15.05.64
31)	ADELINO JOSE AMPESSANN	09.05.64	13.05.64
32)	ANGELO CALDART	09.05.64	13.05.64
33)	ALCIDES CALDART	09.05.64	13.05.64
34)	ARINO ADAME	09.05.64	13.05.64
35)	ADÃO BARATO	09.05.64	13.05.64
36)	ARTEMIO MOCELIM	03.04.64	07.04.64
37)	ARTHUR ALBERTO RIGOTTI	04.04.64	08.04.64
38)	BONIFÁCIO DE MATTOS	03.05.64	21.05.64
39)	BOLIVAL DE OLIVEIRA CRAVO	15.04.64	20.04.64
40)	BRAULINO GARCIA	14.05.64	14.05.64
41)	CRILE BASSO	09.05.64	21.05.64
42)	DEOCLIDES PEREIRA DOS SANTOS	11.04.64	21.05.64
43)	DORVAL KUSKOSKI	22.04.64	23.04.64
44)	DANILO ULTRAMARI	22.04.64	24.04.64
45)	DOMINGOS NICHETTI	22.04.64	24.04.64
46)	DIVO AIRES TORRES	29.04.64	30.04.64
47)	DILETO DELANI	27.05.64	31.05.64
48)	DANILO OLTRAMARI	21.05.64	25.05.64
49)	DILETO PAVAN	12.05.64	15.05.64
50)	DARCY BERTUOL	09.05.64	13.05.64
51)	DANILO MERES ESCOTEGANHA	09.05.64	13.05.64
52)	DEOCLECIO PLINIO BARANÇELLI	09.05.64	13.05.64
53)	EUGENIO CASA NOVA	15.04.64	20.04.64
54)	ELVIDIO PEREIRA DE LIMA	15.04.64	20.04.64
55)	EMILIO SCHNEIDER	15.04.64	20.04.64
56)	ESTANISLAU BIELSKI FILHO	22.04.64	23.04.64
57)	ESTANISLAU JOAO OTÓVICZ	22.04.64	24.04.64
58)	ESPIRO ROCHEMBACH	27.05.64	31.05.64
59)	ESTEVÃO MALINOVSKI	03.05.64	21.05.64
60)	ERNESTO ZANON	12.05.64	21.05.64
61)	ELIAS ZANIN	09.05.64	13.05.64
62)	EGIDIO BERNARDO ARSEGO	09.05.64	13.05.64
63)	EUGENIO MIOLLA	09.05.64	11.05.64
64)	EUCLIDES VESCOVI	09.05.64	13.05.64



Cor. Grande
 Cor. Grande
 S. Valentim
 S. Valentim
 S. Val.
 S. Val.
 Cor. Grande
 S. Valentim
 S. Valentim
 M. RAMOS
 EREXIM
 S. DE ALMEIDA
 S. DE ALMEIDA
 PLANALTO
 PLANALTO
 PLANALTO
 PLANALTO
 S. DE ALMEIDA
 MACHADINHO
 MACHADINHO
 F. DOBLE
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 PAIM FILHO
 MAX. ALMEIDA
 M. MORO
 M. MORO
 S. Valentim

NOME	DATA ENTRADA	DATA SAIDA	RESIDENCIA
64) FAUSTINO JOSÉ BRUM	22.04.64	24.04.64	
65) FRUTUOSO DE MOURA BRIZOLA	03.05.64	21.05.64	MACHADINHO
66) FRIDOLFO ROMER	12.05.64	14.05.64	PLANALTO
67) FRANCISCO CRUZ AMADO	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
68) GENTIL FOLADOR	22.04.64	22.04.64	S. Valentim
69) GILDO LENIZ DE VARGAS	13.05.64	21.05.64	S. DE ALMEIDA
70) GERMANO BASSO	18.05.64	21.05.64	PLANALTO
71) GABRIEL CONTE	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
72) GETÚLIO GOMES	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
73) GUERINO DAL PRÁ	09.05.64	13.05.64	MACHADINHO
74) HUGO BARBERIN	22.04.64	23.04.64	S. Valentim
75) HOMERO GUIMARÃES	29.04.64	30.04.64	de Granje
76) HELMUTH PEDRO NOTTAR	03.04.64	21.05.64	MARIANO MORO
77) IZALTINO JOÃO VENTURA	09.05.64	13.05.64	MACHADINHO
78) IDALÉCIO DA SILVA	15.04.64	20.04.64	de G.
79) IDALINO A. BACIN	15.04.64	20.04.64	-
80) ITALO BACIN	15.04.64	20.04.64	-
81) IDILIO CARLOTTO	09.05.64	13.05.64	MACHADINHO
82) JOSÉ SCJIMIDTKA	15.04.64	20.04.64	de Granje
83) JOSÉ BOBKO	15.04.64	20.04.64	de Granje
84) JOÃO VARGAS DE QUADRO	15.04.64	20.04.64	-
85) JOSÉ XAVIER TEIXEIRA	15.04.64	20.04.64	-
86) JOAO ANTONIO DIAS	23.04.64	16.05.64	Trasf. EREXIM
87) JOAO FERMIN BENDER	17.04.64	14.05.64	EREXIM Tranf. P.
88) JOSÉ AMÉRICO CASTANHO	15.04.64	20.04.64	de G.
89) JOSÉ LUIZ G. LOUREIRO	15.04.64	20.04.64	-
90) JOAO TEIXEIRA ANTUNES	15.04.64	20.04.64	-
91) JORGE RIBU	15.04.64	20.04.64	-
92) JOSÉ LAGRANA	15.04.64	20.04.64	-
93) JOFRE LOURAU	29.05.64		NONOAI DISP CEL
94) JOAQUIM JOSÉ ANTUNES	03.05.64	21.05.64	MARIANO MORO
95) JOÃO KELBOVIZ	03.05.64	21.05.64	Barraçao de V.
96) JOSÉ LAGRANHA	13.05.64	21.05.64	S. Valentim
97) JORGE BATISTA SOEIRO	12.05.64	21.05.64	NONOAI
98) JOSÉ LIVO VANZ	13.05.64	21.05.64	MACHADINHO
99) JOSÉ DIAS RIBEIRO	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
100) JANDIR JOAO BERTUOL	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
101) JACOB SACOMORI	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
102) LEOPARDO SANTANA	03.04.64	07.04.64	MARIANO MORO
103) LUIZ ENGHEIT	15.04.64	21.05.64	EREXIM
104) LEOPOLDO CHIAPETTI	15.04.64	20.04.64	de G.
105) LINO CORTESE	30.04.64	21.05.64	MARIANO MORO
106) LUIZ CARLOS GALBART	12.05.64	15.05.64	PLANALTO
107) MIGUEL VIEIRA DO PRADO	09.05.64	13.05.64	P. Filho MACHADINHO
108) MILTON DAMBROSIO	15.04.64	20.04.64	de Granje
109) MARINHO KERN	22.04.64	24.04.64	-
110) MARGILIO BORGES VIEIRA	17.04.64	14.05.64	EREXIM
111) MARIO MARCHIORI MOURA	15.04.64	20.04.64	de Granje
112) NELSI TEIXEIRA	13.05.64	16.05.64	PLANALTO
113) NATIVIDADE GUTTIERROS	22.04.64	23.04.64	-
114) NICARNOR RODRIGUES ALMEIDA	03.05.64	21.05.64	MARCELINO RAMOS
115) NAPOLEAO BALDISSERA	18.05.64	21.05.64	-
116) ORIOVALDO SANTOS	09.05.64	13.05.64	E. DOBLE
117) OSMAR DOS SANTOS ROCHA	15.04.64	20.04.64	-
118) OTAVIO LOURENÇO DE MELLO	15.04.64	20.04.64	MACHADINHO
119) OLIVIO CONTE	09.05.64	13.05.64	MACHADINHO
120) OLIMPIO FAGANELLO	09.05.64	13.05.64	PAIM FILHO
121) PEDRO ALVES CASTANHO	03.04.64	07.04.64	-
122) PEDRO FARMICCA	15.04.64	20.04.64	-
123) PERPETUA OLIVEIRA SANTOS	22.04.64	23.04.64	-
124) PEDRO PINHO MENDES	22.04.64	23.04.64	-
125) PEDRO MOISES	29.04.64	12.05.64	-
126) PEDRO VIEIRA NETTO	29.04.64	12.05.64	-
	03.05.64	21.05.64	S. Valentim
	11.05.64	21.05.64	MACHADINHO
			CACIQUE DOBLE

